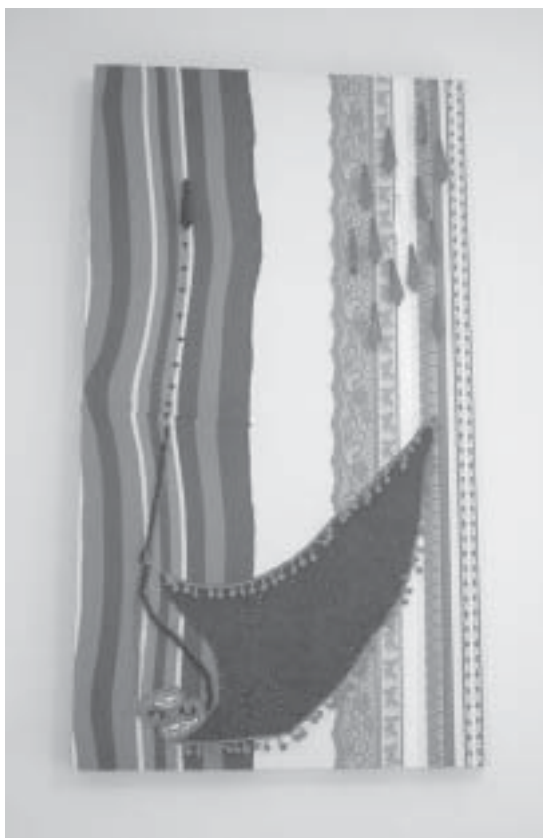


ESPAÇO FEMININO

CADERNO



TRIZOLI, Talita. *Todas as cores do meu vermelho*. Costura sobre algodão e malha. 0,52 x 0,93 cm. 2008.

CADERNO ESPAÇO FEMININO

ISSN 1516-9286

EDITORA

Profª. Dra. Vera Lúcia Puga (Inhis/UFU)

CONSELHO EDITORIAL

Profª. Dra. Eliane S. Ferreira (Decis/UFU)
Profª. Dra. Jane de Fátima Silva Rodrigues (Uniminas/UDI)
Prof. Dr. João Bosco Hora Góes (UFF/RJ)
Profª. Dra. Kênia M. de Almeida Pereira (Unitri/UDI)
Profª. Dra. Maria Lygia Quartim de Moraes (Unicamp/SP)
Profª. Dra. Mirian Goldenberg (UFRI/RJ)
Profª. Dra. Mônica Chaves Abdala (Decis/UFU)
Profª. Dra. Vera Lúcia Puga (Inhis/UFU)
Profª. Dra. Vânia Aparecida Martins Bernardes (Facip/UDI)
Profª. Dra. Suely Gomes Costa (UFF/RJ)
Profª. Dra. Suely Kofes (Unicamp/SP)
Profª. Dra. Eli Bartra (UNAM/México)
Profª. Dra. Margara Millan (UNAM/México)

CONSELHO CONSULTIVO

Profª. Dra. Eni de Mesquita Sâmara (FFLCH/USP)
Profª. Dra. Glória Careaga (PUEG/México)
Profª. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC/SC)
Profª. Dra. Luzia Margareth Rago (IFCH/Unicamp)
Profª. Dra. Maria Izilda Santos de Matos (PUC/SP)
Profª. Dra. Rachel Soihet (UFF/RJ)
Profª. Dra. Sônia Missaggia Mattos (UFES/ES)
Profª. Dra. Sonia Montecino Aguirre (Fac.Ciências Sociais/CHILE)
Profª. Dra. Tânia Navarro Swain (UNB/DF)

COMITÊ EDITORIAL

Profª. Ms. Cláudia Costa Guerra
Profª. Ms. Carla Denari Giuliani
Profª. Ms. Dulcina Tereza Bonati Borges
Prof. Ms. Edmar Henrique Dairell Davi
Prof. Ms. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior
Profª. Ms. Marta Regina Alves Pereira

TRADUÇÃO: Sandra Chaves Gardellari

CAPA: Maria José da Silva

IMAGEM DA CAPA: Talita Trizoli

DIAGRAMAÇÃO: Eduardo M. Warpechowski

CADERNO ESPAÇO FEMININO é uma publicação do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher, do Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), da Universidade Federal de Uberlândia – EDUFU.

Revista Indexada em Data Índice de Ciências Sociais – IUPERJ; SUMÁRIOS de Revistas Brasileiras; Portal Feminista www.portalfeminista.org.br; CLASE-CICH-UNAM – México; Hispanic American Periodicals Index – HAPI; Base de Dados Francis – INIST; Portal Iberoamericano – LATINDEX.

 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

REITOR: Arquimedes Diógenes Cilone VICE-REITOR: Elmiro Santos Resende

DIREÇÃO EDUFU: Maria Clara Thomaz Machado

EDUFU – Editora da Universidade Federal de Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco A, Sala 1A – Santa Mônica
Cep 38408-100 – Uberlândia-MG
Telefax: (34) 3239-4293 / Fone: 3239-4512
www.edufu.ufu.br / e-mail: livraria@ufu.br

CADERNO ESPAÇO FEMININO, v. 18, n. 2, Ago./Dez. 2007

Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Centro de Documentação e Pesquisa em História (CDHIS), NEGUEM.

Semestral

Versão eletrônica disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem>

SUMÁRIO

Apresentação 7

ARTIGOS

Las familias mazahuas de San Antonio Pueblo Nuevo,
municipio de San José del Rincón, Edo. de México .. 13
Maria Eugenia Chávez Arellano

El uso de la observación participante, el grupo de
discusión y la historia de vida como herramientas
metodológicas del investigador social: história de vida
de una mujer transexual, trabajadora del sexo 45
Carlos Fonseca Hernández
Ma. Luisa Quintero Soto

“Os rigores disciplinares na formação de um leader”:
a educação masculina na escola superior de agricultura
e veterinária 103
Adriano Toledo Paiva
Maria do Carmo Pires

A violência intrafamiliar e o poder judiciário – velhas
questões e novos desafios 123
Mellany Nascimento Moreira

O processo de inclusão da mulher como profissional
de segurança pública na polícia militar de Minas
Gerais 143
Camila Similhama Oliveira de Sousa
Carla Ferreti Santiago

Bandeiras e reflexões acerca do(s) feminismo(s) .. 157
Carmem Sílvia Moretzsohn Rocha

Relações de educação e gênero na região agrícola – o rural e o urbano na formação para mulheres 173
Marisa Barletto

DOSSIÊ: AS REPRESENTAÇÕES DO FEMININO NA LITERATURA E HISTÓRIA

A lenda de Gaia – modelos femininos em uma narrativa medieval ibérica 207
José D'Assunção Barros

Definição sedutora da mulher – a propósito da novela *Ivain, o cavaleiro do leão*, de Chrétien de Troyes 243
Humberto Perinelli Neto
Filipe Talon Mendes
Rafael Cardoso de Mello

Noites de alandalus: uma leitura sobre a representação feminina e sexual nas *kharjat* 253
Marina Juliana de Oliveira Soares

Romances de Alencar, Contos de fadas e a educação da mulher para o casamento 277
Francisca Patrícia Pompeu Brasil

Imagens da mulher na literatura e na imprensa no Brasil oitocentista 311
Angela M. S. M. Taddei
Cynthia Turack
Lúcia M. A. Ferreira

As representações femininas no romance anarquista *Ideólogo*, de Fábio Luz 325
Luciane Munhoz de Omena
Maria Aparecida Munhoz de Omena
Altino Silveira Silva

A flor do sertão: imagens femininas em *A Violeta* . 345
Carlos Alexandre Barros Trubiliano
Carlos Martins Júnior

RESENHA

O matriarcado em pernambuco: voz e gestos insur-
gentes em Tereza Lins de Siqueira 373
Ricardo Japiassu

NOTAS

A violência de gênero em processos criminais de
Uberlândia – 1970/1980 385
Edmar Henrique Dairrell Davi

Fatores que contribuem para a ocorrência da gravidez
na adolescência 405
Gabriela Luiza da Silva
Eliana Faria de Angelice Biffi
Carla Denari Giuliani

Percepção de mulheres usuárias do Hospital de Clínicas
de Uberlândia acerca do exame de papanicolau ... 437
Simone Rodrigues Neves
Marcelo Mendonça de Freitas
Thaís Fraga Soares

NEGUEM
Av. João Naves de Ávila, 2160, Bloco 1Q – CDHIS
Campus Santa Mônica – Uberlândia – Minas Gerais
Cep: 38400-902 – Telefones (34) 3239-4501, 3239-4236 e 3239-4240
E-mail: neguem@inhis.ufu.br ; cdhis@ufu.br
Site publicações: www.neguem.ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de História
Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS
Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher – NEGUEM

Pede-se permuta
Pédese cange
On demande échange
We bitten um austausch
Si richiede lo scambio

Periodicidade: Semestral
Tiragem: 600 exemplares

Versão eletrônica disponível em
[http:// www.seer.ufu.br/index.php/neguem](http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem)

APRESENTAÇÃO

A revista *Caderno Espaço Feminino*, publicação do Núcleo de Estudos de Gênero e da Mulher – NE-GUEM, do Centro de Documentação em História – CDHIS, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia – INHIS/UFU, constitui-se num veículo de expressão dos estudos das relações de gênero desenvolvidas no Brasil e alhures. Com efeito este número, que trazemos a público, reitera a característica interdisciplinar de sua linha editorial, coincidente com a produção deste campo científico.

Nesta edição acolhemos um dossiê em que se articulam as análises das narrativas históricas e literárias; uma seção de artigos; uma seção em que se apresentam notas de pesquisa e ainda uma resenha de Ricardo Japiassu sobre o matriarcado pernambucano.

No dossiê: *Representações do feminino na literatura e história*, destacamos as abordagens que buscam compreender os processos de construção das representações femininas e das relações de gênero na produção da narrativa literária. José D’assunção Barros em *A lenda de Gaia: modelos femininos em uma narrativa medieval ibérica*, procede a uma análise comparativa das versões da ‘Lenda de Gaia’ — narrativa portuguesa dos séculos XIII e XIV —, interrogando-as acerca das relações de gênero e suas articulações com as dimensões sociais e políticas do mundo medieval e os aspectos prescritivos dos modelos femininos veiculados pelos ‘livros de linhagens’. Humberto P. Neto, Felipe T. Mendes e Rafael C. de Mello, procuram explorar as representações produzidas na novela de Chrétien de Troyes, escritor francês do período medieval.

As representações femininas e sexuais também são objetos de análise no artigo assinado por Marina J. de

O. Soares, resultado de uma investigação da produção literária dos contatos entre ibéricos e mulçumanos, a partir do século VIII d. C.

Outros três artigos apresentam os resultados de investigações acerca da produção literária brasileira. Francisca P. P. Brasil em *Romances de Alencar, Contos de Fadas e a Educação da Mulher para o Casamento*, analisa os usos que esse notável escritor fez das narrativas de contos de fadas na composição de alguns de seus romances. Ângela Taddei, Cyntia Turack e Lúcia Ferreira abordam a produção das imagens femininas no discurso literário e jornalístico do século XIX, enfatizando a construção da memória das mulheres na obra de Aloizio de Azevedo. Luciane M. de Omena, Maria Aparecida de M. Omena e Altino S. Silva analisam as imagens femininas veiculadas pelo romance *Ideólogo* de Fábio Luz. E por fim o artigo *Flor do sertão: imagens femininas em 'A Violeta'*, assinado por Carlos A. Barros Trubiliano e Carlos Martins Junior em que os autores procedem à análise da imprensa mato-grossense da época do Estado Novo buscando compreender o amplo processo de produção de representações acerca das mulheres veiculadas especialmente na revista *Violeta* entre 1937–1945.

Na seção artigos, Maria E. Chávez Arellano discute as relações familiares entre grupos indígenas mexicanos, destacando o papel das mulheres, diante de uma situação de mobilidade espacial temporária ou permanente dos indivíduos pertencentes a grupos da comunidade de San Antonio. Dois pesquisadores mexicanos, Carlos Fonseca Hernández e Luisa Quitero Soto estabelecem um diálogo com os pressupostos teórico-metodológicos que orientam as narrativas de histórias de vida, a partir da análise dos relatos de uma mulher transexual. Adriano Toledo Paiva e Maria do Carmo Pires avaliam o processo de instituição da masculinidade no interior de um estabelecimento escolar, a ESAV, que buscava formar intelectuais e cidadãos capazes de participar da construção da ordem republica-

na, desenvolvendo as atividades agro-pastoris dentro dos parâmetros de racionalidade científica e do fortalecimento da nação. *A violência intrafamiliar e o poder judiciário*, de Mellany Nascimento Moreira discute as ações empreendidas na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher. Camilla Similhama O. de Sousa e Carla F. Santiago iluminam as tensões e os conflitos que emergem da participação das mulheres nas instituições de segurança pública e as persistências de representações misó-ginas que caracterizam a cultura dessas instituições. Carmem Sílvia M. Rocha aborda o complexo movimento das lutas feministas do século XX, as reivindicações e os fundamentos teórico-conceituais que subsidiaram as lutas das mulheres pela emancipação e conseqüente superação das desigualdades. Marisa Barletto, em *Relações de educação e gênero na região agrícola*, coloca em evidência as políticas educacionais dirigidas às regiões agrícolas e procura questionar as concepções de gênero que informaram o processo de modernização do mundo rural brasileiro.

Na seção notas os autores trazem a público os resultados de pesquisas realizadas localmente. Edmar H. D. Davi expõe as considerações acerca do projeto do NEGUEM sobre os processos criminais da cidade de Uberlândia entre as décadas de 1970-80. Gabriela Silva, Eliane Biffi e Carla Giuliani problematizam as questões relativas à gravidez na adolescência. Simone R. Neves, Marcelo M. de Freitas e Thais F. Soares auscultam as sensibilidades das mulheres submetidas ao exame Papanicolau no Hospital de Clínicas de Uberlândia.

É uma grande tarefa para todos nós, envolvidos nas atividades de produção desta revista, trazer a público este número do *Caderno Espaço Feminino*, na expectativa de boa acolhida entre os leitores e pesquisadores que se interessam e se ocupam em elucidar as múltiplas dimensões das relações de gênero.

Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior
INHIS/UFU

ARTIGOS

Las familias mazahuas de San Antonio Pueblo Nuevo, municipio de San José del Rincón, Edo. de México

Maria Eugenia Chávez Arellano

Resumo: O conceito de família tradicional é insuficiente para dar conta da dinâmica particular das famílias rurais e especificamente dos grupos domésticos indígenas. Entretanto, com base em um trabalho de investigação sobre identidade e intercâmbios culturais na comunidade de San Antonio Pueblo Nuevo, apresentamos neste artigo um panorama geral da unidade doméstica e das relações familiares que se generalizam em seu interior como resultado da alta migração temporal e definitiva que distingue os moradores dessa região. Nos embasamos em alguns dados estatísticos sobre os lugares de predominância feminina e na informação obtida na comunidade mediante um questionário e algumas entrevistas realizadas.

Palavras-chave: Gênero e Família. Migração e Intercâmbios. Comunidade de San Antonio Pueblo Nuevo.

Abstract: The concept of traditional family is insufficient to guarantee rural families particular dynamics, and specifically the one of civilized indigenous groups. However, based on an investigation on identity and cultural exchange conducted in the community of San Antonio Pueblo Nuevo, this article presents a general scope of community of domestic unity and family relationships that become generalized as a result of high temporal and definitive migration which, on its turn, distinguishes settlers of this

Maria Eugenia Chávez Arellano es profesora investigadora invitada en la Universidad Autónoma Metropolitana, unidad Azcapotzalco, México. marigen_98@yahoo.com

region. Data were obtained from statistics on feminine predominant and some information were collected from a questionnaire and interviews with the community.

Keywords: Gender and Family. Migration and Exchange. Comunidad de San Antonio Pueblo Nuevo.

Introducción

El presente documento tiene como objetivo principal describir los efectos que la salida temporal o permanente de los miembros de la unidad doméstica tiene en las relaciones familiares de los que se quedan en la comunidad. La comunidad referida es San Antonio Pueblo Nuevo que pertenece al municipio de San José de Rincón en el Estado de México, cuya población mayoritaria pertenece a la etnia *mazahua*. Se pone énfasis en el papel que tienen las mujeres de la comunidad en la reproducción y continuidad del grupo familiar tanto en sus aspectos económicos como socio culturales.

El trabajo se apoya en un enfoque de género porque de acuerdo con la experiencia de investigación en el lugar se puede afirmar que, con ciertos matices que se abordan en el desarrollo del trabajo, las mujeres mazahuas de Pueblo Nuevo son personas con un alto grado de participación e independencia en la toma de decisiones relacionadas con sus actividades productivas y reproductivas de las unidades familiares que les toca encabezar como resultado de la ausencia de los hombres que trabajan fuera de la localidad. Los resultados presentados están basados en dos fuentes principales de información: 1) la aplicación de encuestas a 25 familias, mediante las cuales se pudo identificar el número total de miembros que permanece en la comunidad y de aquellos que trabajan fuera, así

como de las actividades que realizan en cada caso; 2) entrevistas y conversaciones informales con miembros diversos de los grupos domésticos analizados, durante una estancia de campo prolongada durante 2002 y 2003.

El artículo está organizado en siete apartados: en la primera parte se aborda la migración como factor estructural resultante de condiciones desfavorables que obligan a la gente a buscar opciones de vida fuera del lugar originario, pero también como factor que promueve cambios inmediatos y a largo plazo en los estilos de vida de la gente que se queda. En esta parte se hace una breve alusión a los antecedentes migratorios de la región. La segunda parte señala las características de la migración de la región y la localidad como parte de una tradición de mucho tiempo. Los apartados tres y cuatro se refieren a una breve discusión teórica sobre la manera en que concibo los cambios culturales y las cuestiones de género y familia. En seguida, se hace una corta presentación de algunos datos basados en censos sobre la situación de las mujeres en relación con la educación formal y el bilingüismo. La parte seis es una discusión sobre los hallazgos obtenidos con base en el trabajo de campo y por último, se presentan algunas conclusiones acerca del tema central.

1. Migración y cambios

La migración como fenómeno estructural que responde a la búsqueda de satisfacciones básicas fuera del lugar de origen, ha sido ampliamente analizando en sus diversas modalidades. Los movimientos migratorios rural — urbanos, ya sea como salidas eventuales o permanentes de la población, dan cuenta de una serie de cambios y transformaciones no sólo económicos, sino culturales que han modificado los estilos y conceptos de vida de la gente.

La salida del lugar de origen, de manera voluntaria

o forzosa, temporal o permanente, individual o en grupo, es originada por una serie de factores que se complementan y sólo escasamente se presentan de manera aislada, por lo que resulta pertinente subrayar la importancia que tiene intentar explicarla en sus diversas dimensiones. De manera general, los principales factores de determinan los flujos migratorios son económicos, personales, ambientales, políticos o culturales. Pero a su vez la migración es generadora de cambios en diversos sentidos. En el caso de aquellos grupos domésticos de los cuales salen algunos de sus miembros a trabajar a un lugar diferente al de su residencia, sus miembros deben realizar una serie de ajustes que les permitan organizar la continuidad de su vida cotidiana sin las personas que se van: reasignan actividades tanto al interior como al exterior del hogar. A largo plazo, la migración afecta también estilos de vida que incluyen elementos tanto simbólicos como materiales que se objetivan en el consumo y actitudes diversas.

En el caso particular de los que se quedan, su acomodo o reorganización de acciones tiene por objeto la pervivencia del grupo familiar, de tal suerte que resulta interesante identificar cómo cada miembro asume papeles diversos para garantizar esta reproducción social y económica de la familia en el lugar de origen, mediante la participación de cada uno en actividades productivas, políticas, sociales, religiosas. Además considero que los efectos migratorios en la vida diaria de la gente, tanto la que se va como la que se queda, se expresan también en formas de adaptación y adopción que adquieren sentido para la gente en razón de sus diversas necesidades.

2. Migración en la región mazahua

Específicamente, en la región donde se ubica San Antonio Pueblo Nuevo, existe una historia larga en relación con la movilidad de sus pobladores. Esta

comunidad mereció especial atención, cuando Arizpe¹ documentó las causas y modalidades que adquiriría la migración en esta localidad y la presencia urbana que sus habitantes fueron ganando en la ciudad de México a lo largo del tiempo.

Los orígenes de los movimientos migratorios de los mazahuas hacia diferentes regiones del país es imprecisa, pero a continuación señalaré algunas versiones: Gómez Montero² indica que la emigración mazahua de la región de San Felipe del Progreso, tiene sus índices más altos a principios del siglo actual, entre otras cosas debido a que “el comercio ambulante era una actividad en los hombres mazahuas que no estaban ligados a una hacienda: consideramos que a través de esta actividad se iniciaron los primeros movimientos migratorios, ya que los hombres, aprovechando los tiempos muertos que les dejaban los trabajos agrícolas ... recorrían a pie grandes distancias para vender mercancías características de la región”.

Otra fuente indica que la primera migración masiva realizada a México fue de habitantes de Pueblo Nuevo debido a un conflicto entre líderes por el control del Ejido. Este acontecimiento tuvo lugar en 1949 cuando en el pleito entre dos cabecillas, de la contienda mueren 110 personas y el gobierno tiene que enviar al ejército para contener la lucha. La mayoría de la gente del bando perdedor sale entonces hacia la ciudad de México y las mujeres (las “Marías”) comienzan a dedicarse a la venta de frutas en las calles y los hombres de cargadores en el mercado de la Merced³. Los datos que proporciona este autor resultan difíciles de corroborar con otras fuentes, como archivos o documentos históricos. De hecho, sobre este evento en particular, no me fue posible hallar fuentes escritas, ni encontrar en la ciudad de México, personas que pertenezcan a este grupo de familias que, de acuerdo con este autor, salieron a causa de este problema. En el pueblo, sin embargo, sí hay personas que recuerdan los acontecimientos, aunque de manera dispersa.

¹ ARIZPE, Lourdes. La ideología del indio y la economía campesina. Em: *Capitalismo y campesinado en México*. Estudios de la realidad campesina. México: INAH, 1976.

² GÓMEZ MONTERO, Raúl. Los primeros movimientos migratorios en la región mazahua del San Felipe del Progreso, Estado de México. En: *Memoria del primer encuentro de estudios sobre la región mazahua*. México, 1986, p. 128. *Mimeo*.

³ YHMF, Jesús. *El municipio de San Felipe del Progreso a través del tiempo*. México: Biblioteca Enciclopédica del Estado de México.

Como resultado de una revisión de expedientes en el Registro Agrario Nacional (expediente 2152), encontré una demanda levantada en 1943 por algunos pobladores del lugar. En esta demanda se acusa a tres personas por haber asesinado a algunos indígenas en diferentes fechas: de 1938 a 1943. Se argumentó que los crímenes de tales personas no fueron castigados debido a la situación económicamente privilegiada de los agresores. De acuerdo con diversos testimonios pude confirmar que este conflicto, se prolongó durante varios años después, de tal suerte que algunos de nuestros informantes han señalado que hay personas que tuvieron que vivir fuera del pueblo por mucho tiempo pues mataron a otros por problemas en la posesión de tierras.

A partir de entonces ha habido un constante ir y venir de los mazahuas de la región noroeste del Estado de México hasta formar parte del paisaje citadino. No obstante haber sido innumerables veces víctimas de la represión policial en diferentes momentos, los mazahuas se mueven constante y fluidamente de la ciudad a sus pueblos y de sus pueblos a la ciudad y a otros lugares que también se han convertido en sus residencias permanentes como algunas poblaciones al oriente y al norte del mismo Estado de México (Nezahualcoyotl, Tecamac, Ecatepec) e incluso zonas de la frontera norte del país según lo señala el trabajo de Pérez Ruiz⁴.

Arizpe⁵ acota como en el caso de San Antonio Pueblo Nuevo los conflictos entre dos grupos por el manejo del ejido y su incidencia en la explotación del zacatón, se presentan como causa de las primeras migraciones. Actualmente, podemos afirmar que hasta hace un tiempo la migración de los mazahuas era exclusivamente *estacionaria* es decir, había una relación con el ciclo agrícola, durante el cual la migración a la ciudad disminuía pues la gente regresaba a sus labores en el campo.

Con el tiempo este tipo de migración se ha diversi-

⁴ PÉREZ RUIZ, Maya L. La identidad entre fronteras. En: BATALLA, B. (coord.). *Nuevas identidades culturales en México*. México: CNCA, 1991.

⁵ ARIZPE. *Op. cit.*

ficado, puesto que aunque no ha desaparecido del todo, parece haber una tendencia por irse a la ciudad y permanecer allá por muy largos períodos independientemente de las labores agrícolas. En muchos casos, las nuevas generaciones no muestran interés por volver, más bien han sido las personas mayores y especialmente las mujeres (muchas de ellas viudas) quienes han regresado a su lugar ya que no había nadie que cuidara de su casa, la casa de sus padres, de sus tierras y de sus santos. Estas personas a veces viven con una hija o un hijo y sus yernos o nueras, quizás los nietos más pequeños, pero siguen manteniendo la relación constante con la ciudad ya que sus otros hijos e hijas u otros parientes viven de manera permanente en México y se les visita con cierta frecuencia. Es muy posible que la mayoría de esos nietos, aun niños, pronto o en algún momento decidan irse a la ciudad a trabajar con sus conocidos. Además es pertinente hacer notar que sigue presente el arraigo que tienen algunos originarios de Pueblo Nuevo, que ya no viven ahí, por causa de las aún vigentes mayordomías que se heredan de generación en generación y les obliga a volver cada año a la fiesta, aun cuando la o el mayordomo ya no tenga casa en el pueblo y su arribo sea únicamente por esa causa.

De acuerdo con la encuesta aplicada, encontramos que cada familia tiene un promedio de tres miembros que trabajan fuera del lugar en diversas actividades, de entre las cuales destaca el comercio. Sólo uno de ellos, en promedio, colabora con los gastos de la familia en el lugar y al hay menos una mujer soltera fuera. Los viajes continuos que realizan las mujeres casadas o madres de familia a la ciudad de México u otra localidad del mismo estado para visitar a sus hijos o hijas, no constituyen una forma real de migración, pero lleva también al abandono de la casa o del trabajo agrícola por períodos largos. La mayor parte de las aportaciones económicas de las personas que trabajan fuera de la localidad están orientadas a la celebración de fiestas

patronales o de otro tipo, así como a la mejora en las construcciones de oratorios o de sus casas.

3. Cambios culturales

⁶ MORIN, Edgar. *El método II. La vida de la vida*, España: Cátedra, 1983, p. 543.

Edgar Morin⁶ señala que en la naturaleza, la vida y la muerte, la organización y la desorganización, los acuerdos y los antagonismos, no sólo de los organismos biológicos sino de las acciones, relaciones e interacciones humanas son posibles gracias a su condición de permanente movimiento. Esto es importante porque para la comprensión de la vida social como proceso continuo y en constante movimiento, es preciso partir de que el conocimiento de la sociedad, como realidad observable, no se compone de normas inamovibles y leyes estáticas de comportamiento social.

La implicación principal de lo anterior es presentar de manera positiva la idea de los cambios culturales y no como si esto llevara consigo una pérdida de valores, tradiciones o identidad. Por el contrario, quiero considerar los cambios culturales como una expresión de la vida en movimiento. Por otro lado, considerar que los cambios culturales se imponen arbitrariamente en los grupos sociales y personas supone considerarles entes pasivos que se someten irremediablemente a la determinación estructural del sistema dominante que no deja resquicio de cuestionamiento.

En este caso particular, me refiero a cambios culturales como todas aquellas formas de incorporación permanente de estilos de vida que tanto material como simbólicamente le permiten a la gente adaptarse a lo nuevo tanto en su lugar de origen como fuera de este. Estos cambios culturales de manera general pueden manifestarse tanto en formas de relaciones intra y extra familiares como en formas de consumo o expectativas de vida.

Con base en lo anterior, parto de que explicar los procesos de cambios culturales en las sociedades actuales es mucho más complejo que pensar que las

personas, en este caso indígenas, arrastran consigo una carga de tradiciones que no les abandonan y que son reproducidas — de manera estática y mecánica o, que para lograr sobrevivir, pierden completamente sus formas y estilos de vida originales de manera violenta y a causa de las modernas formas de homogeneización cultural (medios de comunicación, educación). Ambas cosas son parcialmente ciertas, hay resignificaciones y hay incorporación de elementos de la vida pública y valores translocales que penetran a través de los medios electrónicos como la televisión, la radio o por las experiencias del contacto con los otros. Y quizá, como señalara Lévi Strauss⁷ respecto de la ubicuidad de lo occidental en el mundo: “... esta adhesión al género de vida occidental, o a alguno de sus aspectos, está lejos de ser tan espontánea como a los occidentales les gustaría creer. Resulta menos de una decisión libre que de una ausencia de opciones.”

⁷ LÉVI-STRAUSS, C. *Antropología Estructural*. México: Siglo XXI, 1997, p. 324.

La marginación y la falta de oportunidades en el lugar de origen llevan a la gente a tomar decisiones importantes respecto de su permanencia o salida pese a los riesgos que supone un cambio temporal o permanente de residencia. Usualmente, las prácticas cotidianas a través de las generaciones devienen tradiciones que se presentan como opción de vida alterna y se objetivan en un deseo de cambio. Este es el caso de los movimientos migratorios en la región mazahua que se han presentado desde épocas remotas, mediante los cuales se han ido generando redes de comunicación y apoyo entre los habitantes originarios de la zona, tal como se señaló en el apartado anterior.

Sin embargo, es importante no entender el *deseo de cambio* como una acción deliberadamente negativa hacia lo que se hereda y a lo que ha sido recibido como parte de una cultura, sino como producto de un proceso más complejo de interacciones entre grupos y entre individuos que forzosamente incorporan y resignifican (adoptan y adaptan) elementos de diversas culturas que comparten. La resignificación enten-

didá, en este sentido, como una forma de participación de otros mundos o sistemas de vida junto con los elementos de la cultura propia y las experiencias de los sujetos, es algo que resulta fácilmente perceptible en acciones tan triviales como el uso de aparatos electrónicos en regiones donde no hay servicio de luz eléctrica, la incorporación de alimentos que, junto al consumo de productos tradicionales o en lugar de ellos, le dan sentido a las formas de consumo, a la participación de grupos musicales que utilizan tecnología moderna en alternancia con la música tradicional de la región, al uso o desuso estratégico del vestido o idioma originales, etc.

Pero no sólo formas de cultura objetivada en productos consumibles como los alimentos, la ropa, los automóviles o el uso de maquinaria moderna y productos químicos para la producción agrícola pueden verse como formas de resignificación, también la moralidad, las expectativas, en general las actitudes ante la vida adquieren sentidos variados y están conformadas por elementos que difícilmente pueden calificarse como tradicionales o modernos (occidentales) de manera excluyente. Las formas culturales se presentan altamente complejas en sociedades que, como la nuestra vive a la vez en la marginación social y económica, pero que participa al mismo tiempo de manera activa en las formas más modernas de la producción y del consumo.

Entre los mazahuas de Pueblo Nuevo, las manifestaciones de cambio son expresadas y sentidas de distintas formas y a distintos niveles, desde el arreglo de las casas, modificación en las construcciones, formas de alimentación, hasta la introducción paulatina de las formas de organización y administración crecientemente racionales que se van imponiendo. Pero uno de los efectos más notables se expresa en las relaciones al interior de los grupos familiares mediante la *reorganización* de los papeles que cada uno de sus miembros debe desempeñar en ausencia de los otros.

Algunos estudios de género que han demostrado que la incorporación de las mujeres a las actividades productivas en el campo ha derivado en su empoderamiento⁸. Otros trabajos también han documentado la manera en que las mujeres han llegado a desempeñar un importante papel en la vida política tanto local como regional, no sin hacer notar la heterogeneidad de las experiencias vividas por éstas⁹. Algunos más, destacan la necesaria presencia de las mujeres en la organización de las campesinas y ejidatarias en la lucha por la continuidad de sus familias y el acceso a los recursos materiales¹⁰. Pero en todos los casos, destaca el papel activo y de lucha que ellas han jugado en la obtención de su reconocimiento como sujetos de acción. Es decir, en cada caso, el camino recorrido y las metas alcanzadas han sido precedidos de una lucha que redobla los esfuerzos y que por lo general los hombres no tienen que dar de cara a las situaciones de crisis¹¹.

La reorganización de actividades y la consecuente incursión de las mujeres mazahuas de Pueblo Nuevo a actividades fundamentalmente masculinas como las formas de gobierno, el acceso a los apoyos gubernamentales o la aceptación social e individual de una mayordomía *femenina* debido a la ausencia de los hombres de la familia, no necesariamente trastocan los órdenes estructurantes de la base de las relaciones de género. Además, las actividades agrícolas que las mujeres y los niños realizan no se ven como una incursión al mundo de hombres (adultos), ya que su papel en este aspecto queda subordinado a una actividad de apoyo o ayuda a *sus* hombres y no como una actividad sustancial. Sin embargo, es posible sostener que este tipo de cambios han repercutido también en alguna medida sobre las percepciones que las mujeres van teniendo de sí mismas en el proceso de contacto con el exterior o con los agentes de cambio que les impactan mediante la influencia de quienes han salido. Esto último se manifiesta en varias situaciones: la tendencia a aceptar la violencia física de los

⁸ TOWNSEND, Janet, ZAPATA, Emma. et al. *Women and Power, Fighting patriarchies and poverty*. New York: St. Martin's Press, 1999, p. 200.

⁹ BARRERA BASSOLS, Dalia (compiladora). *Mujeres, ciudadanía y poder*. México: El Colegio de México, 2000, p. 381.

¹⁰ BUECHELER, Stephanie y ZAPATA, Emma Martelo. *Género y manejo del agua y tierra en comunidades rurales de México*. México: Colegio de Posgraduados-Instituto Internacional de Manejo del Agua, 2000, p. 202.

¹¹ ARANDA, Josefina et al. *Tiempo de crisis, tiempo de mujeres*. México: FF y UABJO, 2000, p. 437.

esposos con menos sumisión; en la intención de convencer — no siempre con éxito — a los hombres para que *les permitan* hacer uso de métodos anticonceptivos; en la aceptación de que ellas pueden ser autosuficientes en la manutención de los hijos o nietos que a veces quedan a su cargo.

4. Género y familia

Indudablemente la percepción de la familia como estructura ideal dentro de la cual cada uno de sus miembros tiene que cumplir con actividades y papeles establecidos e incuestionables ha sido, en parte, superada por las *familias* realmente existentes. García y Oliveria¹² han mostrado de manera exhaustiva la diversidad de familias que conforman el panorama poblacional en México. Pero uno de principales puntos a resaltar en aras de comprender las diversas formas de composición de los hogares es reconocer que al interior de cada uno de estos grupos existen relaciones de poder que privilegian aun a los varones en todos los aspectos.

Conocer el medio familiar de un grupo social representa una manera de entender cómo se ha construido un orden social a través de las acciones y experiencias diarias en una cultura determinada. La casa por su parte, también refleja cómo se significan esas acciones por medio de la diferenciación entre espacios abiertos y cerrados, lugares de acceso sólo para los que viven ahí y lugares a los que cualquiera puede acercarse, lugares que pueden ser vistos por los otros y lugares privados.

En el caso de los estudios del medio rural, el grupo familiar ha tenido un papel preponderante en la explicación de la reproducción social y económica. La unidad familiar campesina ha sido estudiada desde diversas posiciones: aquéllas que la conciben como un ente cuya reproducción se da con base en el uso exclusivo de la fuerza de trabajo familiar¹³ o aquéllas

¹² VÁZQUEZ García, Verónica. Oliveira *¿Quién cosecha lo sembrado?*. México: Plaza y Valdés, 2005.

¹³ CHAYANOV, Alexander V. Et. al. *Chayanov y la teoría de la economía campesina*, 1981. (mimeo).

que consideran que hay algún tipo de relación entre la unidad familiar y el exterior¹⁴. También se ha identificado a la unidad familiar campesina como forma de producción, consumo y organización simple o “folk” y como parte un continuo que tiene en polo opuesto a la sociedad urbana¹⁵. En este caso, la idea de la unidad familiar campesina o grupo doméstico, es útil para referirse también a los grupos indígenas del medio rural que comparten una vivienda común, independientemente del número de personas que en él habitan, pero será entendida también como uno de los espacios de producción, reproducción y organización de significados (espacio de socialización), que permite centrar la atención en diversos aspectos de la vida diaria de sus miembros como elementos fundamentales de la construcción social de la identidad: ser hombre, ser mujer, ser hijo, esposa, campesino, comerciante, entre otros.

Los estudios clásicos de la llamada economía familiar campesina se desarrollaron desde una perspectiva prácticamente unidimensional (económica) que no contempló la diversidad de relaciones al interior del grupo, obviando las diferencias entre hombres y mujeres, así como las desigualdades generadas como producto de estas relaciones.

Por otro lado, un buen número de estudios sobre el medio rural en México ha dirigido su atención al conocimiento e interpretación de las relaciones de género en las familias rurales e indígenas y, como arriba señalé, al papel que las mujeres han tenido en la vida económica, política o ambiental de sus comunidades especialmente ante situaciones de crisis económica¹⁶. Estos estudios han arrojado importantes aportes sobre las relaciones de poder y explotación que se objetivan al interior de los grupos familiares y que de una u otra manera son expresiones de relaciones de poder que están presentes en otros ámbitos sociales más amplios.

En este trabajo, parto de que la familia, con todas

¹⁴ SHANIN. *Campesinos y sociedades campesinas*, México: F.C.E, 1979.

¹⁵ REDFIELD, Robert. *The folk society, 1947 y Peasant society and culture: An anthropological approach to civilization*, 1961. (mimeo).

¹⁶ PILAR, Alberti y ZAPATA, Emma. *Desarrollo rural y género. Estrategias de sobrevivencia de mujeres campesinas e indígenas ante la crisis económica*. México: Colegio de Posgraduados, 1997. p. 287; ARANDA, Josefina et al. *Tiempo de crisis, tiempo de mujeres*, México: FF y UABJO, 2000, p. 437; BUECHELER, Stephanie y ZAPATA, Emma Martelo. *Género y manejo del agua y tierra en comunidades rurales de México*. México: Colegio de Posgraduados-Instituto Internacional de Manejo del Agua, 2000, p. 202; VÁZQUEZ García, Verónica. *¿Quién cosecha lo sembrado?*, México: Plaza y Valdés, 2005.

sus diversidades, sigue siendo el *espacio de socialización* por excelencia dentro del cual se despliega el aprendizaje más importante de las relaciones entre hombres y mujeres y de las jerarquías propias de la sociedad de clases, mediante las cuales se reproducen las relaciones de poder patriarcales. De hecho, la familia es importante como primera institución de socialización del ser humano, en el sentido más estricto. Es el ámbito en el que primero se interiorizan y transmiten las formas comunes de ser y de pensar, tales como la alimentación, las prácticas de trabajo, de descanso, religiosas, lingüísticas, las relaciones entre padre y madre, entre padre e hijos e hijas y entre madre e hijos e hijas, en general de los miembros del grupo familiar con otras personas y por supuesto, las identidades de género.

Al ser el espacio doméstico familiar el primer transmisor de estas relaciones, se convierte en un ámbito privilegiado de análisis para comprender las razones por las cuales los aprendizajes interiorizados en las tempranas etapas de la vida de los seres humanos resultan en mucho determinantes de las formas de producción y reproducción social, económica y cultural de la sociedad en general y de ciertos grupos específicos. El género es uno de los aprendizajes más fuertemente *sedimentados* en la vida de los seres humanos y por tanto, más difícilmente puesto en tela de juicio.

Ser hombre y ser mujer son construcciones sociales de tal complejidad que por lo general en el entramado de su base, la moral eclipsa la explotación y la diferencia de clases. La particularidad que en un sistema de clases adquieren las relaciones de género está en el control que se ejerce de manera diferenciada hacia la sexualidad. Por esta razón, considero importante señalar que aunque las mujeres se vuelvan protagonistas de diversos procesos a lo largo de su vida, los hombres siguen ejerciendo un fuerte control sobre ellas mediante los juicios y sanciones sobre su com-

portamiento sexual, lo cual perpetúa el reconocimiento hacia la supremacía de los varones, estén o no presentes. Este es el caso de las relaciones entre mujeres y hombres mazahuas.

A pesar de caracterizarse como personas fuertes, decididas, pero sobre todo activa y permanentemente trabajadoras, las mujeres mazahuas están atadas a una serie de creencias y percepciones del *ser buenas* madres, esposas, hijas. Situación, esta última, ligada a la construcción de una identidad genérica cuyas bases se sientan sobre pautas y procesos de elaboración conjunta de lo que da sentido a las atribuciones social y culturalmente asignadas.

5. Elementos descriptivos de la situación de las mujeres en Pueblo Nuevo

Actualmente y de acuerdo con la información de INEGI, en los 15 barrios que conforman la comunidad de Pueblo Nuevo hay 3228 mujeres y 3155 hombres, lo cual significa que 50.58% de la población indígena de Pueblo Nuevo es femenina. Esto muestra un incremento importante en este sector de la población, ya que los censos de 1990 indicaban 48.50% de mujeres en la localidad. Este aumento numérico puede ser resultado del incremento en la migración masculina, ya que muchos hombres salen continuamente a trabajar durante diferentes épocas y con estancias de diversa duración. Una característica, sobresaliente de esta comunidad es que tanto mujeres como hombres mazahuas salen mucho de sus pueblos a trabajar o a vivir y frecuentemente se establecen de manera más o menos permanente en sitios urbanos.

Estadísticamente, la condición de las mujeres en esta comunidad muestra que se hallan en una situación de desventaja en relación con algunos indicadores como el monolingüismo y la educación formal. La mayoría de la gente en Pueblo Nuevo habla mazahua y español, sin embargo, de aquellos que sólo hablan

¹⁷ INEGI Censo general de población y vivienda. México, 2005.

su lengua original, el número de mujeres es ocho veces mayor que el de hombres (4 de 32)¹⁷.

En relación con la educación formal, el promedio de escolaridad y la asistencia a la escuela, los resultados muestran nuevamente una desventaja para las mujeres:

Cuadro 1. Escolaridad y alfabetismo

	MUJERES	HOMBRES
Sin escolaridad (15 años y más)	597	165
Promedio de escolaridad	3.85	5.79
Analfabetas (de 15 años y más)	640	172
No van a la escuela (6 a 14 años)	77	72

FUENTE: Elaboración propia con base en datos de INEGI

Como puede observarse, de manera general y tomando en cuenta a la población en su conjunto, tanto el promedio de escolaridad como el número de personas con educación formal y alfabetizadas es favorable a los varones. Incluso la cantidad de personas que NO asisten a la escuela en edad escolar (6 a 14 años) es mayor entre las mujeres que entre los hombres y en su conjunto (ambos) corresponden a 8.17% de la población total dentro de este rango de edad: 931 hombres y 891 mujeres.

Cuadro 2. Asistencia a la escuela

	TOTAL	%	MUJERES	%	HOMBRES	%
Población total	1822	100	891	100	931	100
Que no va a la escuela	149	8.17	77	8.64	72	7.73

FUENTE: Elaboración propia con base en datos de INEGI

6. Familias mazahuas de Pueblo Nuevo y sus relaciones de género

En el contexto de la comunidad mazahua en cuestión y con base en el trabajo de campo, doy por hecho que en cada hogar o casa viven uno o más grupos domésticos que siempre tienen lazos familia-

res (consanguíneos o adquiridos). Es decir, en esta comunidad comparten casa personas ligadas por lazos de parentesco que no necesariamente responden al modelo clásico de las llamadas familias nucleares. Pero puede distinguirse si en una casa hay más de una familia de acuerdo con el número de cocinas existentes u “ollas comunes”. Es decir, el gasto común para la alimentación de determinado número de miembros indica un grupo familiar. En una casa puede haber más de uno, si se separan los gastos. Cuando los ingresos convergen en un gasto común, hay una única familia.

La idea de familia permanece en la medida que los lazos de parentesco son siempre comunes y las relaciones entre ellos están jerárquicamente identificadas por edad y sexo. Por otro lado, INEGI identifica 1213 hogares que en este caso corresponden a las casas donde viven las familias y no diferencia si en cada uno de estos vive más de una familia.

Cuadro 1. Población de S.A. Pueblo Nuevo por comunidades

Comunidades de Pueblo Nuevo	Población total	Hombres	Mujeres	Total de hogares	Conjefatura masculina	Conjefatura femenina
1. Agua Zarca Pueblo Nuevo	704	344	360	132	113	19
2. Barrio de Santa Cruz	125	59	66	27	19	8
3. Barrio el Pintado Pueblo Nuevo	500	243	257	86	72	14
4. Barrio el Quelite Pueblo Nuevo	457	226	231	92	71	21
5. Barrio San Diego Pueblo Nuevo	733	367	366	151	110	41
6. Barrio Santa Ana Pueblo Nuevo	358	178	180	74	55	19
7. El Cerrito	365	171	194	65	53	12
8. El Cuarenta y Cuatro	587	308	279	110	97	13
9. Fábrica Pueblo Nuevo	755	372	383	142	119	23
10. Fábrica Pueblo Nuevo Monte Alto	217	107	110	42	31	11
11. El Lindero	391	204	187	71	60	11
12. Ejido los Pintados	423	207	216	67	57	10
13. San Antonio Pueblo Nuevo (Centro)	370	173	197	81	56	25
14. Santa Rita	90	47	43	18	11	7
15. Ranchería de Dolores	308	149	159	55	44	11
Totales	6383	3155	3228	1213	968	245

FUENTE: Elaboración propia con base en datos de INEGI

De acuerdo con los datos anteriores, es posible identificar que del porcentaje total de hogares, 20.2% reconoce que una mujer está al mando de la familia. Este dato resulta relevante en la medida que independientemente de lo poco significativo que pudiera parecer el número a simple vista, no sólo hay un reconocimiento de que las mujeres se hallan al frente de la familia, sino que también hay una aceptación al respecto. No obstante, hay que tener en cuenta que algunas de estas familias se reconocen con jefatura femenina porque los hombres han muerto y no precisamente porque estén fuera o **no** sean los proveedores materiales de la familia.

La anterior resulta una precisión importante ya que en el trabajo de campo, identifiqué familias en las cuales una mujer se hace cargo de la manutención de todos los que viven en el hogar. Por lo general, esta mujer es objeto de apoyo PROCAMPO, toma decisiones y organiza las actividades de otros miembros del hogar y sin embargo, sigue reconociendo al padre, al hermano o algún otro hombre mayor como el jefe de la familia, aunque éste se encuentre económicamente inactivo por la edad o discapacidad. El reconocimiento de una autoridad masculina o de la pervivencia de un hombre como jefe de la familia u hogar está entonces determinado no por su papel activo como proveedor principal, sino por un reconocimiento de mayor jerarquía otorgado a través de una tradición que privilegia a los varones sobre las mujeres.

Encontramos también que en la comunidad habitan personas que nunca han salido y cuya vida se ha limitado a la región: el pueblo o el municipio. Aún más, algunas mujeres, a partir de que se casan o de comienzan una vida conyugal, reducen sus actividades a los límites del pueblo, ya que es el hombre quien se encargará de comprarle lo que necesite en la casa y más adelante serán los hijos quienes “hagan los mandados” y abastezcan con lo necesario a su madre.

Muchas señoras permanecen en el pueblo con sus

hijos, nueras, yernos y nietos, debido a la ausencia del esposo o hijos mayores, por lo que asumen de manera necesaria no sólo el cuidado de la familia en la casa, sino que se convierten en proveedoras del dinero necesario para la manutención de los miembros de su grupo doméstico debido a principalmente a dos circunstancias: a) el período que toma a los migrantes colocarse en un trabajo para poder enviar o llevar dinero a la familia puede ser largo; b) no siempre los que se van continúan siendo proveedores.

Las actividades que realizan las mujeres en este lugar, tienen la misma importancia que en cualquier caso de sociedades campesinas e indígenas, en cuanto a su participación en las labores agrícolas, aunque estas actividades sólo sean reconocidas como de apoyo o ayuda. En casos en que los hombres salen a trabajar y dejan a la familia (esposa e hijos) en el pueblo, las mujeres participan de ciertas actividades agrícolas aunque no de manera que sustituyan a los hombres en todas las fases del trabajo. Más bien es un trabajo compartido y cuando el esposo o padre están ausentes, hay algún familiar varón: hermano, yerno, hijo, que se encarga del trabajo agrícola. En casos extremos no se trabaja la tierra, pero también es cierto que en otros casos, las mujeres asumen todas las responsabilidades, incluyendo las actividades de la casa y las agrícolas.

La división genérica del trabajo, ha llevado a una especialización de las mujeres en actividades que se consideran propias de su sexo como el cuidado de los hijos, la preparación de alimentos o todo aquello que se considera actividad femenina, sin embargo, en el medio rural, el trabajo de las mujeres también tiene que ver con el cuidado los animales, lo cual también es realizado por los niños y niñas, con la siembra, la cosecha y, en muchos casos, con la venta de pulque, de papas del agua u otra mercancía que suelen comerciar y, por supuesto con todas aquellas actividades que nunca realizarán los hombres, como la preparación

del nixtamal, la elaboración de las tortillas, el lavado de la ropa, el cuidado de los hijos, en fin todas aquellas actividades que las mujeres “deben realizar” por su condición socialmente asignada.

Durante las temporadas que no hay actividad agrícola e independientemente de que estén o no estén en el pueblo los hombres, muchas mujeres buscan ocupaciones remuneradas en el centro del pueblo, como lavanderas, limpiando casas, “echando tortillas”, actividades por las que se alquilan a cambio de cantidades muy bajas de dinero, según se arreglen con la señoras que ocupan sus servicios. Muchas otras mujeres compran dulces, frutas, flores en San Felipe o en Atlacomulco y venden en las puertas de sus casas, afuera del panteón, o durante alguna celebración religiosa de las capillas de los barrios.

Muchas mujeres casadas permanecen solas (sin esposo) por períodos prolongados y no siempre son enteramente apoyadas económicamente por los aportes que el señor haga con lo obtenido en su trabajo fuera del pueblo. Si el varón no ha salido del pueblo a trabajar, ha garantizado el abastecimiento de maíz para una buena parte del año, pero hay otra serie de necesidades que llenar y que no siempre son cubiertas por la venta de los productos agrícolas que producen: maíz, zacatón, pulque. En estos casos, las aportaciones que hacen las mujeres con sus diversas actividades son imprescindibles para ir solucionando lo que se presente: la compra de bienes de consumo diario, como cebollas, aceite o pastas para sopas.

Generalmente no hay una exigencia por parte de las mujeres para que sus esposos resuelvan algún problema económico o hagan aportaciones de dinero en la casa. Se da por hecho que así es y se acepta de buen grado como suficiente que los hombres sean *buenos* y responsables en su casa, incluso se celebra haber tenido suerte de contar con un marido que no les pega.

La asunción y cumplimiento de las tareas define lo

que implica ser mujer o hombre y, como sucede en otros ámbitos, la regla indica que con mucho menor frecuencia las mujeres dejan de realizar lo que les corresponde o lo que se espera de ellas. Es decir, las mujeres se encargan de los hijos pequeños, la preparación de alimentos, la venta del pulque, las compras de lo necesario para comer o para vender si tienen negocios, en cuyo caso, la atención del negocio siempre está bajo la responsabilidad de ellas, aunque en muchos casos se apoyan en la ayuda de los hombres (esposo, hermanos o hijos) quienes compran en la cabecera municipal o en la Merced las mercancías y las materias primas que ellas requieren para vender. Muchas de estas actividades son además compartidas con los hijos e hijas.

Pese a su gran actividad, su aparente independencia de acción y movilidad física: ir de compras a la cabecera municipal o a otros pueblos o salir constantemente a vender, la relación de las mujeres con los esposos o hijos varones mayores, es de subordinación. Una mujer puede parecer agresiva, independiente, valerse por ella misma e incluso tomar algunas decisiones importantes, pero siempre queda como en espera de la sanción final del hombre, cuya fuerza moral impone el orden donde se necesita y, físicamente puede imponerse ya sea a través de una reprimenda o de una golpiza. En muchas ocasiones la familia entera oculta las agresiones físicas del jefe de familia y si la mujer llega a estar en cama a causa de golpes dicen que se ha caído de una escalera o del camión o haciendo actividades en la casa. Durante el trabajo de campo este tipo de situación se presentó con más frecuencia entre parejas de esposos o concubinos mayores de 50 años. Entre las parejas más jóvenes, cuando hay agresiones físicas por parte de los hombres, hay una tendencia a aumentar el número de denuncias ante el delegado, quien se ocupa de reconciliar a los esposos y hacerles prometer, en la medida de lo posible, que no habrá reincidencia.

La institucionalización de muchos aspectos de la vida, va construyendo un orden social *significativo* para quienes lo viven, para quienes lo experimentan, lo comparten. Por supuesto que no es suficiente señalar que la vida social es únicamente producto de una institución erigida a partir de la simple habituación a situaciones particulares. La “reglas” de funcionamiento social son producto de la comunicación constante entre los miembros de una cultura o de un grupo y cuyo conocimiento se presenta a los seres humanos como algo natural porque así se ha vivido y así se ha percibido. Implica de alguna manera una interiorización de experiencias, espacios, formas de acción, roles y concepciones que se sostienen a partir de la comunicación y la interacción con los cercanos: familiares, amigos, vecinos; así como con gente con la que se tiene poca relación. Esta constante comunicación, permite construir, a la vez que aceptar un mundo particular, un imaginario social que se afianza en la conciencia y lleva a las personas a actuar y participar de acuerdo con su entorno y su momento. La familia entonces se reconoce como un ámbito creador de significados no sólo de género sino de significados respecto del trabajo, las relaciones, la moral, a partir de su influencia en la formación emocional, intelectual y en general del desarrollo personal de sus miembros.

Las relaciones entre los miembros de las familias mazahuas se presentan como una especie de acuerdos tácitos en los que cada uno sabe lo que se espera de ella o de él. Las mujeres realizan las actividades de la casa, de la parcela o del comercio según sus costumbres y la propia organización que se da al interior de su grupo familiar. A la vez, asumen el papel subordinado al hombre en un sentido moral que les indica cual debe ser su forma de comportamiento y les permite asumir su compromiso de esposas, madres, suegras, abuelas: como madres deben amamantar a los hijos e indicarles tareas de acuerdo con su sexo y su edad. Por ejemplo, las niñas deben comenzar a ayudar

en los quehaceres de la casa y la preparación del maíz y las tortillas a partir de los 10 u 11 años y así se asume. Como esposas deben estar en casa cuando el hombre llega a ella y demanda comida y atención. Como suegras y abuelas suelen ser las consejeras para la solución de conflictos conyugales, ya que en muchos casos, los primeros años de vida la esposa va a vivir a la casa familiar del hombre y queda subordinada a la familia del esposo. Incluso en los casos en que la pareja vive en una casa aparte de la familia del varón, la relación con la familia de él es de tal influencia que las conductas de los esposos son constantemente sancionadas — tanto negativa como positivamente — por la familia política. A pesar de que las mujeres casadas viven periodos largos sin sus esposos, la obediencia, el recato sexual y el cumplimiento cabal de lo que se espera que hagan es condición de estabilidad y tranquilidad de su vida diaria. La trasgresión a las normas y lo establecido supone también la aceptación de las sanciones correspondientes tanto por parte de *sus* hombres — esposos o hijos, como de los otros miembros del grupo social.

De acuerdo con la posición fenomenológica de Berger y Luckmann, la realidad se presenta como natural, las acciones, las formas de comportarse y las expectativas se dan por sentadas (*taken for granted*), es decir la vida se presenta como una realidad objetivada en la medida en que las cosas eran así cuando los sujetos nacen y seguirán siendo cuando mueran. Pero el sentido de esta realidad objetiva es posible sólo en tanto que las experiencias son compartidas y forman parte de un proceso continuo de comunicación y de resignificación que sostiene el sentido de esa realidad. En otras palabras, el mundo en el que tiene lugar la vida común de la gente, sus acciones diarias, aparentemente insignificantes pero cargadas de significado, es siempre resultado de actividades humanas. El hecho de que la vida y su contenido aparezcan como algo fuera de la decisión de las personas y que continúe

aun después de su muerte no significa que la realidad objetiva de la cual somos parte y vivimos, experimentamos y compartimos a diario, exista independiente de las acciones humanas. Es creación y recreación permanente de las personas que la construyen, la interpretan y la transforman continuamente con sus actos. Procesos que adquieren sentido en contextos sociales específicos. Así, la experiencia y vivencias personales se entrelazan con acontecimientos colectivos y expectativas personales.

Las mujeres mazahuas conversan entre ellas de manera extraordinariamente extrovertida, especialmente en mazahua para contarse los problemas que tienen con sus esposos o sobre lo que venden, acerca de las experiencias de sus hijos o hijas en México, si es el caso. Pero estas conversaciones no se realizan en sus casas, sino cuando se encuentran en la plaza, en alguna tienda o durante la espera de los autobuses que les llevan y traen de San Felipe. Hay entre siete y ocho corridas diarias de autobuses que salen del pueblo diariamente a partir de las seis de la mañana y con intervalos de una hora u hora y media. Para las personas que abordan los camiones, la espera de la salida de alguno de ellos es, a diario, motivo de reunión en la plaza hasta por 45 o 30 minutos, tiempo que se aprovecha para las conversaciones e intercambio de saludos. Es común ver a las mujeres, solas o con sus hijos, reunidas fuera de alguna tienda alrededor de la plaza tomando cervezas y comiendo golosinas mientras sale el camión.

En general, la relación de las madres con sus hijos está conformada por la obligación que tienen de darles ciertas órdenes para que hagan algo por ellas, como ir a comprar cosas o delegar alguna actividad doméstica. Esta organización incluye la división del trabajo también por edades, por ejemplo, el cuidado de los animales y el pastoreo es una actividad infantil. Las niñas o niños deben sacar a los borregos, que permanecen encerrados en un corral pequeño de madera,

y llevarlos al monte. Esta es una actividad que actualmente realizan además de ir a la escuela. De hecho la gran mayoría de los señores y señoras casados recuerdan su vida antes de casarse en el monte, con los animales y sin haber asistido a la escuela. “Yo crecí cuidando”, se refiere invariablemente a haberse hecho cargo de los animales. Incluso hay personas que dicen no haber vivido con sus padres, para señalar que salían temprano de su casa con los animales, permaneciendo hasta entrada la tarde fuera de la casa. Para las mujeres, el cumplimiento de esta actividad se interrumpía en el momento de ser robadas o casarse. Usualmente la alusión a la vida de casadas siempre refiere una ruptura fuerte entre sus experiencias de niñas y las de adultas.

Pero la diferencia entre las actividades reales o posibles, propias para las mujeres, son identificadas no únicamente por lo que hacen, sino también por lo que no les corresponde hacer. Tal sería el caso de suponer que es más importante que vayan a la escuela los hombres y no así las mujeres o que la comida se privilegia en cantidad y turno para los varones, es decir, ellos comen primero y el consumo de lo que sobra es para ellas.

La situación de las mujeres en el ámbito de las familias mazahuas resulta relevante en la medida en que la actividad femenina en el medio familiar de los mazahuas es destacada. Son ellas quienes, aparte de asumir aquellos quehaceres que tradicionalmente les han sido asignados tales como la solución de los problemas alimentarios y el cuidado de los hijos, en muchos casos también atienden los quehaceres de producción agrícola y las actividades comerciales, como la venta de animales o pulque. Ante situaciones en donde las migraciones masculinas son altas, es común que la carga familiar no sólo de cuidados sino de manutención sea asumida por la madre o la mujer que queda al frente de la casa: suegra o nuera.

En el caso de la gente de Pueblo Nuevo, la movilidad física hacia otros lugares dentro de su municipio

o fuera de él es igualmente factible tanto para hombres como para mujeres adultos, así como para gente joven independientemente del sexo, ya que siempre hay una persona cercana — pariente o amigo — con quien puede establecerse un contacto para emigrar (redes). Sin embargo, es pertinente señalar que para las mujeres hay factores de más peso que otros que permiten decir alejarse de la casa temporalmente o abandonar el pueblo de manera permanente: el hecho de que todos los hijos se hayan quedado a vivir fuera del pueblo o, en caso de mujeres jóvenes, cuando se van con la madre o familiares. Además, estén ausentes o no los hombres del lugar, la participación de las mujeres en las actividades económicas es importante, pues cuando no se alquilan de lavanderas o ayudantes domésticas con gente del mismo pueblo, practican el comercio ambulante en los barrios, durante las fiestas o en el panteón del pueblo.

La construcción del género tiene que ver necesariamente con una serie de reglas de convivencia que rigen las relaciones entre hombres y mujeres, pero también entre generaciones. Los estereotipos propios de los papeles entre sexos diferentes atraviesan una serie de actividades que se consideran propias de hombres y de mujeres: el trabajo y el comportamiento moral son dos de los ámbitos en que estas diferencias se perciben claramente.

El trabajo productivo, en principio, es una actividad que realizan los hombres de manera principal desde los ocho o diez años de edad. Como en la mayoría de las zonas rurales, las mujeres adultas participan de este tipo de trabajo en casos en los cuales los esposos se hallen fuera de la comunidad o si la mujer es viuda. Se considera una forma ideal del manejo de la economía familiar que la esposa no participe de las labores agrícolas pues “para eso tienen marido”, pero que a su vez cumpla con los deberes que le han sido conferidos por la tradición familiar: tener los alimentos listos a la hora y en cantidad adecuada para cuando los

hombres llegan a comer, así como adiestrar a las hijas que se encuentran en edad (desde los 11 o 12 años) de asumir las tareas de una mujer. Esto, sin embargo, es un más un estado *deseable* que no siempre se cumple pues más frecuentemente de lo esperado, las mujeres participan por igual en las labores del campo, estén o no ausentes los hombres. Cuando faltan los hombres en la casa porque salieron a trabajar fuera de la comunidad o porque han muerto, las mujeres pueden asumir las tareas que les corresponderían a ellos sin dificultad pues de cualquier manera están muy familiarizadas con ellas. Por el contrario, los hombres jamás realizarán alguna tarea *femenina* en caso de faltar la esposa o las hijas. Es posible encontrar hombres solos en este pueblo, ya sea por viudez o por abandono. En el caso de viudez, generalmente queda alguna hija o nuera que se hace cargo del padre o suegro, en su defecto, no importa la edad, el hombre solo, suele buscar otra pareja que se ocupe de él para que tenga ropa y comida apropiadas.

Paradójicamente, la existencia de un gran número de madres solteras no representa de hecho un problema moral ni social para la gente de esta comunidad. Una mujer puede seguir soltera y tener dos o más hijos del mismo o de diferente padre (en algunos de estos casos el padre no es del mismo pueblo). El verdadero problema de comportamiento moral tiene que ver más con la forma *pública* en que las mujeres se relacionan con los hombres. Es decir, que una mujer se exhiba en conversaciones públicas con los hombres es motivo de sanción moral ya que la gente conversa mucho entre grupos de mujeres y grupos de hombres, nunca de una a uno o viceversa. Hablar directamente con un hombre, una vez o reiteradamente es mal visto y significa que existe entre ellos alguna relación afectiva no aceptada, a menos que sean parientes cercanos como hermanos, tíos o sobrinos.

Por otro lado, las mujeres siempre estarán sujetas a una autoridad masculina ya sea el padre, el esposo o

los hermanos mayores e incluso los hijos, quienes al formar una familia propia y convertirse en “jefes” de familia, adquieren cierta autoridad moral para con la madre y las hermanas por más adultas que ellas sean. Los hombres adultos se convierten en protectores de las mujeres de su familia con una autoridad compartida entre ellos (padres, hijos y yernos). Es una autoridad incuestionable ya que se acepta su ejercicio incluso a través de golpes y es justificada por las mujeres que, desde su perspectiva femenina, no han cumplido con sus actividades asignadas.

¹⁸ FORERO. *Dominación masculina y grupo doméstico indígena*. Los mazahuas del Estado de México, 1996.

Actualmente, la aseveración que hace Forero¹⁸ respecto de que “los varones son quienes detentan la propiedad, ejercen la autoridad y monopolizan las funciones políticas y religiosas de la comunidad”, está siendo un poco matizada, al menos en el caso de Pueblo Nuevo. Ellas participan en política, son propietarias de tierras o negocios, reciben apoyos gubernamentales, heredan tierras, casas o mayordomías.

En 1994, ocupó la delegación del pueblo una señora que resulta electa por la gente, como resultado de una campaña y en un proceso sin precedentes para la designación de ese puesto. Para el período 1994-1997, en asamblea comunal se eligió a un delegado quien, ante las muchas manifestaciones de inconformidad por su elección, decide renunciar y proponer, junto con un grupo de aliados, a la señora que ejerció el cargo durante tres años. Por primera vez se organizó un proceso de voto directo y secreto que se depositaron en botes a manera de urnas. Lo sobresaliente de la campaña consistió en ir de casa en casa para indicarles a las personas que debían votar eligiendo tarjetas del color que se le asignó a la candidata, en caso de que los electores no supieran leer. Además se recurrió a convocar a la gente “de México”, es decir, a los comerciantes que son nacidos en Pueblo Nuevo, pero que ya no viven ahí, ya que la señora y algunas personas de su equipo de apoyo pertenecen a aquellos que viven parcial o totalmente fuera del pueblo. Estos recursos

permitieron la victoria de la señora con cierta facilidad.

Evidentemente, los valores morales en relación con los valores de género se conservan y la participación activa que las mujeres ejercen en distintas actividades no implica que se desprendan de los primeros. Las mujeres que trabajan en las actividades agrícolas, en el comercio o alguna actividad doméstica asalariada están tan sujetas a las sanciones morales y masculinas como aquellas que permanecen en el hogar, ya que la decisión por el trabajo no es siempre tal. Es decir, las mujeres trabajan por una necesidad estructural más que por un cambio en la concepción de papeles de género. El trabajo, de hecho, se convierte en una carga extra, como sucede generalmente con las mujeres en las ciudades que también se han incorporado al trabajo asalariado. En este sentido, algunos de los valores morales se ven incluso reforzados ante la necesidad de salir y exponerse a los ambientes extra familiares.

Por otro, lado, hay mujeres viudas, que se encargan de las tierras del esposo y cuyos hijos, a veces, no viven más en el pueblo. Hay familias donde sólo hubo hijas. Otros casos en los cuales, dos o tres hijas menores se convirtieron en madres solteras o no se casaron y están a cargo de la casa familiar, en la cual vive el padre, y cuyos hijos mayores no están interesados en las tierras de cultivo porque se han establecido fuera del pueblo. En casos como estos, y a partir de la tendencia creciente a legalizar las propiedades, es de esperarse que la herencia hacia las mujeres se vea sujeta a modificaciones que obliguen a su reconocimiento y respeto.

Algunas mujeres se saben en cierta desventaja por su condición genérica y a la vez comienzan a reconocer la importancia de defenderse, lo cual se manifiesta en el hecho de que es cada vez más frecuente la denuncia de violencia y agresión por parte de esposo. Situación que indudablemente obedece a condiciones de contacto externo a través de los medios (radio o

televisión) que difunden los derechos de las mujeres y, por supuesto, a través de las experiencias de la migración.

7. Conclusiones

De acuerdo con el objetivo central de este trabajo, es posible señalar que los efectos resultantes de la migración temporal o permanente de los miembros de un grupo familiar en la dinámica de aquellos que se quedan, se manifiestan fundamentalmente en aspectos de consumo, expectativas y escasamente en las relaciones de poder al interior de las familias. Empero, existe una identidad genérica femenina *en movimiento o transición* que responde a la necesidad real de enfrentarse a la ausencia de los hombres y asumir una serie de actividades que no les corresponden de hecho, pero que les son obligadas, paradójicamente, por su condición de mujeres que echan mano de cualquier estrategia o práctica que les permita *sacar adelante* a la familia.

Esta lenta transformación de la identidad genérica en razón de los cambios incorporados a la vida cotidiana de las mujeres no muestra señales de una autonomía absoluta pues se puede ser fuerte, no dejarse del esposo e incluso exigir algunas consideraciones especiales, pero debido a que se cumple con el papel de esposa: se está en casa cuando el varón llega, se le tiene la comida a tiempo y la ropa lista, es decir, no da motivo para no ser tratada condescendentemente.

Las mujeres únicamente reconocen su liderazgo al interior de su grupo familiar si el esposo, padre, hermano o cualquier otro varón que represente autoridad ha muerto. En caso de ausencia temporal corta o prolongada de los hombres o la presencia de un anciano o un discapacitado, siempre lo reconocerán como representante de la jefatura de su familia, no importa si ellas son las responsables de la manutención del hogar y de la toma de decisiones respecto de la dinámica a

su interior.

En lo material, los efectos más importantes de la migración en la familia se perciben, como ya se señaló, en el consumo de bienes materiales: arreglo de casas y oratorios, adquisición de vestido y calzado, elección de alimentos diversos, principalmente.

Por último, es necesario señalar que otro efecto igualmente destacable es la generación de expectativas que se han ido construyendo desde hace al menos cinco o seis generaciones de migrantes y las cuales han conllevado el desplazamiento de elementos étnicos de identificación como el idioma, el vestido de las mujeres, las formas de unión de parejas y conformación de familias, el arraigo a la tierra, en fin, todas aquellas expresiones culturales que son reflejo de una interpretación del mundo vivido. Pero eso es parte de otro trabajo.

Referências

ARIZPE, Lourdes. La ideología del indio y la economía campesina. Em: *Capitalismo y campesinado en México*. Estudios de la realidad campesina. México: INAH, 1976.

ARANDA, Josefina et al. *Tiempo de crisis, tiempo de mujeres*, México: FF y UABJO, 2000.

BARRERA BASSOLS, Dalia (compiladora). *Mujeres, ciudadanía y poder*. México: El Colegio de México, 2000.

BUECHELER, Stephanie y ZAPATA, Emma Martelo. *Género y manejo del agua y tierra en comunidades rurales de México*. México: Colegio de Posgraduados-Instituto Internacional de Manejo del Agua, 2000.

CHAYANOV, Alexander V. Et. al. *Chayanov y la teoría de la economía campesina*, 1981. (mimeo).

FORERO. *Dominación masculina y grupo doméstico indígena*. Los mazahuas del Estado de México, 1996. (mimeo).

GÓMEZ MONTERO, Raúl. Los primeros movimientos migratorios en la región mazahua del San Felipe del Progreso, Estado de México. En: *Memoria del primer encuentro de estudios sobre la región mazahua*. México, 1986, p. 128. *Mimeo*.

INEGI. Censo general de población y vivienda. México, 2005.

MORIN, Edgar. *El método II. La vida de la vida*, España: Cátedra, 1983.

PÉREZ RUIZ, Maya L. La identidad entre fronteras. En: BATALLA, B. (coord.) *Nuevas identidades culturales en México*. México: CNCA, 1991.

PILAR, Alberti y ZAPATA, Emma. *Desarrollo rural y género. Estrategias de sobrevivencia de mujeres campesinas e indígenas ante la crisis económica*. México: Colegio de Posgraduados, 1997.

REDFIELD, Robert. *The folk society, 1947 y Peasant society and culture: An anthropological approach to civilization*, 1961. (mimeo).

SHANIN. *Campesinos y sociedades campesinas*, México: F.C.E., 1979.

TOWNSEND, Janet, ZAPATA, Emma. et al. *Women and Power, Fighting patriarchies and poverty*. New York: St. Martin's Press, 1999.

VÁZQUEZ García, Verónica. *¿Quién cosecha lo sembrado?*, México: Plaza y Valdés, 2005.

YHMFF, Jesús. *El municipio de San Felipe del Progreso a través del tiempo*. México: Biblioteca Enciclopédica del Estado de México.

ZÁRATE Vidal, Margarita. *En busca de la comunidad*. México: El Colegio de Michoacán-UAM, 1998.

**El uso de la observación participante,
el grupo de discusión y la historia de
vida como herramientas metodológicas
del investigador social:
história de vida de una mujer
transexual, trabajadora del sexo**

Carlos Fonseca Hernández
Ma. Luisa Quintero Soto

Resumo: Este artigo tem como objetivo relatar a história de vida de uma mulher transexual, trabalhadora do sexo. Para tanto, optou-se em utilizar a técnica de observação participante através da fenomenologia e a história de vida.

Palavras-chave: Transexualidade. Observação Participante. História de Vida.

Abstract: This article aims reportin on the life history of a transexual woman, sex worker. Phenomenology and life history allowed us to use the technique of participant observation.

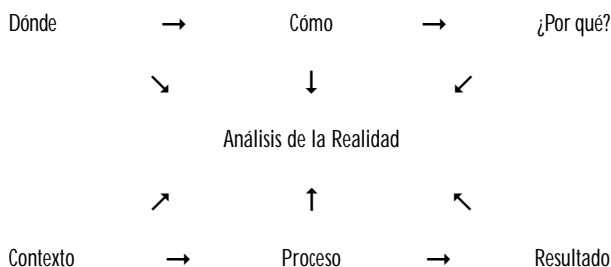
Keywords: Transsexuality. Participant observation. Life history.

Carlos Fonseca Hernández es Doctor en sociología por la Universidad Complutense de Madrid, actualmente se desempeña como Profesor en el Postgrado de Economía de la Escuela Nacional de Estudios Profesionales ENEP Aragón de la Universidad Nacional Autónoma de México.

Ma. Luisa Quintero Soto es Doctora en Ciencias Sociales por la Universidad Iberoamericana, es profesora y tutora del Postgrado de Economía de la Escuela de Estudios Profesionales ENEP Aragón de la Universidad Nacional Autónoma de México.

El enfoque cualitativo en la investigación social

Para comprender los distintos fenómenos de las Ciencias Sociales es necesario hacer un análisis de la realidad que la caracteriza, acercarse a las condiciones que la generan, con el fin de desvelarla y conocerla. Conlleva el saber de antemano dónde se está, a dónde se quiere llegar y cómo hacerlo. El estudio de la realidad comprende la elección de un proceso metodológico que es necesario abordar. De tal forma que, para emprender el problema metodológico de forma científica será necesario distinguir los enfoques conceptuales más adecuados para la investigación social. Llamamos “método de investigación social” al conjunto de procedimientos y actividades que se realizan de forma sistemática dentro de un proceso preestablecido para conocer y actuar sobre la realidad social.



En las ciencias sociales han predominado dos perspectivas metodológicas. 1) el positivismo y 2) la fenomenología. La primera busca los hechos o causas de los fenómenos sociales con independencia de los estados subjetivos de los individuos. Para el positivismo, el único conocimiento científico se establece a determinados principios metodológicos únicos. Se trata a los acontecimientos sociales como si fueran “cosas” que influyen sobre las personas. Los principales representantes son Augusto Comte y Emile Durkheim.

En tanto, el enfoque fenomenológico considera que los fenómenos se manifiestan en la conciencia. Husserl creó el método fenomenológico que consiste en volver a los actos de la conciencia a través de las vivencias; analizando las estructuras de la conciencia desde su generalidad ideal, es decir, como esencias. Pérez Serrano (1998) considera que la experiencia fenomenológica parte de la idea de que lo “subjetivo” es fundamentalmente fuente de conocimiento, considerándolo objeto de la ciencia con su propio sistema metodológico. Los elementos centrales de la fenomenología son: a) la importancia de la experiencia subjetiva como pilar del conocimiento, b) la observación de los fenómenos desde el enfoque de los sujetos, y, c) el interés por conocer como el individuo experimenta e interpreta el mundo social que construye recíprocamente.¹

A diferencia del paradigma cuantitativo, el enfoque cualitativo intenta la comprensión de la conducta humana desde el contexto en que actúa, a través de los métodos cualitativos, la observación naturalista y sin control de laboratorio. Se fundamenta básicamente en la realidad, sin interés de comprobar, más bien con una perspectiva “desde dentro”, orientado a los descubrimientos. Promoviendo el conocimiento descriptivo, inductivo y exploratorio. El paradigma cualitativo está orientado al proceso en vez que al resultado. Sus deducciones son *válidas* con datos reales, ricos y profundos, a diferencia de la perspectiva cuantitativa con resultados *fiabiles* (cantidades sólidas y repetibles) Por tanto, el método cualitativo no pretende hacer generalizaciones, sino, analizar estudios aislados en una realidad dinámica. Con lo cual, la metodología cualitativa es esencialmente humanista, puesto que al reducir el lenguaje y la conducta a ecuaciones estadísticas (como los positivistas) se pierde de vista el aspecto humano de la vida social. En cambio, si se estudia a las personas de forma cualitativa, se llega a conocerlas en lo personal y a experimentar lo que ellas sienten

¹ PÉREZ SERRANO, Gloria. *Investigación cualitativa. Retos e interrogantes, I. Métodos*. Madrid: La Muralla, 1998.

en su contexto social.

El científico cualitativo está animado a crear su propio método, sus técnicas no han sido estandarizadas, en parte porque la investigación cualitativa es un *arte* que contempla los siguientes factores:

- 1) El concepto de cultura.
- 2) Las comparaciones y contrastes de los fenómenos,
- 3) El tipo de preguntas que se formulan
- 4) La observación participante.
- 5) La implicación del investigador y el objeto de investigación.

A pesar de las grandes ventajas del método cualitativo hemos preferido no utilizarlo de forma exclusiva, puesto que las técnicas cuantitativas pueden complementar este trabajo sin contradecirlo. Es necesario acabar con la dicotomía cualitativo/cuantitativo si lo que se pretende es ajustarse a las exigencias de la situación a investigar. La posibilidad integradora proporciona una visión más amplia de la realidad, y nos hace ser conscientes de que ningún método está libre de prejuicios y sesgos. La propuesta para la investigación es la combinación de técnicas cualitativas con la metodología cuantitativa; por ejemplo, interpretar cuestionarios estandarizados; y posteriormente agregar técnicas de observación participante, entrevistas a profundidad, registros narrativos como cuadernos de campo, documentos personales y registros mecánicos audiovisuales. Asimismo es conveniente hacer una comparación con otras fuentes de información.

1. Aportaciones de la técnica de observación participante

En términos coloquiales todos miramos diariamente muchos objetos y a otras personas. Por lo que el *mirar* es una cualidad innata de todas las personas; no así el *observar* con un fin determinado, que necesita un

proyecto de trabajo para estudiar los aspectos y manifestaciones que se pretenden explicar. Según Pérez Serrano la observación es una poderosa técnica en la medida que:

- a) *Orienta* a un objetivo de estudio formulado con anterioridad.
- b) *Planifica* las fases, aspectos, lugares y personas de manera sistemática y ordenada.
- c) *Controla* los datos en proposiciones generales en vez de ser presentada como una serie de curiosidades simplemente interesantes.
- d) *Somete* comprobaciones de fiabilidad y validez.²

La observación contiene todos los procedimientos empleados en las ciencias sociales, y a la vez que investiga las fuentes donde se encuentran los datos y fenómenos, también proporciona el material de trabajo para la manipulación definitiva a través de la *clasificación, tabulación, análisis y explicación*. La observación se clasifica según el grado de intervención del observador. En este sentido tenemos la observación externa o no participante y la observación interna o participante. La primera se divide en: a) indirecta que comprende la investigación de datos estadísticos y fuentes documentales (archivos, prensa) b) directa que se basa en las formas de investigación sobre el terreno, fundamentalmente la entrevista y el cuestionario para obtener un acercamiento inmediato a la realidad.

En cambio, la observación participante se caracteriza porque el observador participa en la vida del grupo que estudia, se adhiere en la conversación con sus miembros y establece un contacto estrecho con ellos, de forma que su presencia no perturbe demasiado el curso natural de los hechos. En este tipo, el investigador se somete a las reglas tácitas o específicas del núcleo social, interviniendo en las esferas de la vida y accediendo a los lugares de reunión exclusivos por el grupo. En la observación participante, el estudioso *penetra en la experiencia de los otros*, interviene en la

² PEREZ SERRANO, Gloria. *La investigación cualitativa. Retos e interrogantes, II. Técnicas y análisis de datos*. Madrid: La Muralla, 1998b.

situación que desea examinar convirtiéndose en uno más, de tal forma que debe analizar sus propias reacciones e intenciones con los de los demás. Paradójicamente intenta concertar la intensa implicación personal con cierto distanciamiento. Una ventaja de la observación participante es la de permitir el fácil acceso a la situación social; puesto que al reducir la resistencia de los miembros del conjunto, el investigador observa los conflictos, las normas, los valores y las presiones del grupo. Sin embargo, el mayor inconveniente de esta técnica es la subjetividad del analista que puede atribuir sus propios prejuicios o sentimientos.

Por otro lado, otra técnica empleada fue la *investigación-acción participativa* que consisten en un proceso sistemático que se desarrolla en una comunidad determinada para llegar a un conocimiento más profundo de sus problemas, implicando a los miembros en el proceso para tratar de solucionarlos. De esta forma, no sólo se pretende describir sus problemas, sino suscitar conjuntamente las acciones propicias para el cambio, la transformación y la mejoría de la realidad social.

2. La técnica de grupos de discusión en la investigación de campo

El lenguaje tiene una importancia fundamental para analizar el comportamiento de grupos humanos. La capacidad de estructurar significados sobre un tema en particular es una facultad que se se aprovecha en la técnica de grupo de discusión. En este sentido, todo lo humano es significativo, es necesario que sea captado por alguno de nuestros sentidos para asignarle un particular significado. Por tanto, en el lenguaje podemos encontrar un elemento simbólico a lo que se refiere y un componente semiótico que lo transforma. Ibáñez sugiere que el lenguaje es instrumento y objeto. Es decir, herramienta para comprender la realidad social y un concepto que designa a las cosas.³

³ IBÁÑEZ, Jesús. *El grupo de discusión: Fundamento metodológico y legitimación epistemológica*. En LATIESA, Margarita (ed.): *El pluralismo metodológico en la investigación social: ensayos típicos*. Granada: Universidad de Granada, 1991.

Uno de los objetivos de las técnicas cualitativas es, a entender de Guasch, definir los conceptos clave desde el punto de vista de los actores implicados en la realidad social que se estudia.⁴ En otras palabras, es escuchar lo no-dicho, todavía.

En este sentido, el valor de la comunicación convierte algo en común para otros y consigue que una idea o una vivencia pase de un individuo a otro. Caseta y Di COI aseguran que los participantes de una comunicación se retratan a sí mismos, comparando los términos entre el comportamiento propio y ajeno. A la vez que proporciona una definición de los participantes, de su discurso y su forma de sostenerlo; actúa como principio regulador.⁵ El lenguaje no sólo describe objetos sino que construye nuevos significados.

Lakoff y Johnson advierten que para dar entender nuestras experiencias hacemos uso de los mecanismos de la metáfora para definir realidades, crear nuevos significados y en consecuencia, crear una nueva realidad. La capacidad creadora de la metáfora se centra en los aspectos internos de la comprensión, es decir, lo que la persona encuentra significativo, aquello que hace que su vida merezca ser vivida. La esencia de la metáfora es entender y experimentar un tipo de cosa en términos de otra.⁶ A partir de esta premisa el investigador social tratará de desentrañar una red compleja e interrelacionada de metáforas que se integran en el lenguaje cotidiano y analizará la manera en que esta red afecta la visión del mundo que tienen los hablantes, al igual que sus representaciones internas. Igualmente, habrá que situarlas en un contexto de espacio y tiempo específicos donde se pueda interpretar su sentido. Bajtin asegura que sean cual sean las significaciones, habrán que de adquirir algún tipo de expresión espacio-temporal para incorporarlas a nuestro conocimiento, ya sea a través de la expresión lingüístico-verbal o la observación científica o artística, que convierte el acontecimiento en una forma semiótica.⁷ Por ello, la labor del lenguaje es indispen-

⁴ GUASC, Òscar. *Observación Participante*. Madrid: Cuadernos metodológicos, n. 20. CIS Centro de Investigaciones Sociológicas, 1997.

⁵ CASETTI, F.; DI CHIO, F. *El análisis de la comunicación. En Cómo analizar un film*. Barcelona: Paidós, 1991.

⁶ LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas de la vida cotidiana*. Madrid: Cátedra, 1986.

⁷ BAJTIN, Mijail. *Teoría y crítica de la novela*. Madrid: Taurus, 1989.

⁸ PLUMMER, Ken. *La diversidad sexual: Una perspectiva sociológica*. En NIETO, José Antonio (comp.): *La sexualidad en la sociedad contemporánea*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia-Fundación Universidad Empresa, 1991.

⁹ CALLEJO, Javier. *El grupo de discusión: introducción a una práctica de investigación*. Barcelona: Ariel, 2001.

sable puesto que el discurso antecede al sujeto. Al nacer, el individuo se sumerge en un mundo de significantes, de simbolismos y sentidos. Por tanto, en toda forma de ver es una manera de no ver.⁸

La técnica del grupo de discusión surge a la necesidad de abordar sujetos activos frente a la pasividad de observación. Callejo sostiene que una primera definición de grupo de discusión es la “reunión de personas, entre seis y diez, previamente desconocidas entre sí, que hablan de un tema bajo la dirección de una persona.”⁹ Un principio importante es que el grupo de discusión **no es** un grupo de discusión. En el sentido que no existe la noción de nosotros, ni la identidad del grupo constituye una esencia. Justamente porque no es un grupo, las personas hablan para construirlo a través del diálogo, la conversación y la producción-reproducción de un discurso. De esta forma el grupo de discusión es la fabricación de un entorno cuya finalidad es provocar un comportamiento simbólico, sea habla, discusión, diálogo, etc. Es decir, en otras palabras el objetivo es confrontar opiniones, ideas o sentimientos de los participantes, hacia unas conclusiones, un acuerdo o unas decisiones.

El moderador de un grupo de discusión es hacer manifiesta la perspectiva de los actores, su realidad social, sus relaciones sociales y la forma en que las construyen. Puesto que, los actores conforman la realidad social en la que actúan, siendo aquella que señalan como su percepción. El moderador impulsa a hablar no acuerda las reglas ni los contenidos, no dice a los asistentes de la reunión cómo deben comportarse ni mucho menos qué deben decir o expresar. La situación se presenta con una mínima introducción, prescindiendo de expertos o líderes. En el momento en que haya surgido un cabecilla que guíe la discusión es el momento en que se debe concluir, es decir, cuando el conjunto de personas se conforma como grupo, deja de ser grupo de discusión. Según Callejo,

la construcción del escenario de la situación se construye por el hecho de estar varios individuos cara a cara, articulando expresiones. No obstante, se tiene que tomar en cuenta que quizá la venida de los participantes a la reunión sea con el fin de influir en los resultados de la investigación o hacer su voz escuchar. De esta forma, se establece un *compromiso* con la observación, un convenio de que se les escuche.

Un tema que causa mucha polémica en esta técnica es la promesa de gratificación, ya sea monetaria o en especie. Puesto que si el tiempo del invitado se convierte en mercancía con valor expresado en bienes materiales se puede establecer el marco para que éste asuma un rol subordinado o una escasa implicación con la investigación que se está realizando. De la misma forma, cuando una persona acude a un grupo de discusión por *sentido de pertenencia* a un partido político, colectivo, empresa o sindicato, puede sentirse obligado a representar a su organización e impedir el contexto para el diálogo y la producción de discursos. En consecuencia, la mejor forma de convocar una reunión es, a juicio de Callejo, en función de la relación con quien les convoca a partir de redes personales. Sin embargo, una desventaja para esta técnica puede ser que el grupo interroge para desvelar interrogantes y el interrogado se escape. En el sentido en que un grupo de discusión es una manera de interrogación, se advierte la existencia de estímulos, que se hallan en el interés por el tema a discutir, las gratificaciones para colaborar, las palabras del moderador y la presencia -o no- de placer de la conversación.

El grupo de discusión se ejecuta en *tiempos y espacios*, de una forma que puedan separarse de los cotidianos de los participantes, lo suficientemente neutrales para hacer rendir la tarea. Un principio importante es que cuando aparezca cualquier síntoma de unidad o conciencia de grupo por parte de los participantes, es indicio de que la reunión ha terminado. Por ello es que un grupo de discusión fundamentalmente no es

un grupo, ya que al existir lazos entre las personas, se observan unos objetivos comunes y una participación de todos. Y al producirse consenso se termina la elaboración de nuevos discursos enfrentados entre sí. Una preocupación importante versa en el rigor de que los invitados no se conozcan con anterioridad. En principio debe ser evitado, pero en el caso de que los participantes se conozcan pueden surgir dudas sobre si los resultados de la discusión estuvieron o no, condicionados a las interacciones pasadas, presentes o futuras con otros miembros del grupo.

3. Aproximación al sujeto a través de la Historia de Vida

Para Pujadas, el repelo del positivismo hacia la corriente humanista es tanto de orden epistemológico como metodológico y teórico. En el sentido epistemológico, Pujadas rechaza la concepción positivista de una ciencia social entendida a imagen y semejanza de las ciencias naturales, en la que los hechos sociales son meros *datos*, los individuos son *informantes* o *encuestadores* y las relaciones sociales son simples *correlaciones entre variables*. Este enfoque se basa en la recuperación del “ser humano”, con toda su subjetividad, y es esencialmente opuesto a la obsesión por la “objetividad”, que es inherente a todo planteamiento positivista. Según Pujadas, la actitud de los teóricos positivistas es fundamentalmente dogmática, en cuanto se esfuerza en construir un fetiche de sus normas técnicas y a abandonar la perspectiva de su objeto de investigación original: el ser humano y sus relaciones sociales.¹⁰

La historia de vida describe tanto la narrativa vital de una persona recogida por un investigador, como la versión final elaborada a partir de dicha narrativa, más el conjunto de registros documentales y entrevistas a personas del entorno social del sujeto biografiado, que permiten completar y validar el texto biográfico inicial. Los primeros en utilizar esta técnica fueron Thomas

¹⁰ Pujadas Muñoz, José Luis. *El método biográfico: El uso de las historias de vida en ciencias sociales*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1992, p.8-9.

y Zaniecki en 1958. Desde entonces, se considera esta técnica como una herramienta útil para las ciencias sociales. Según Pujadas, la historia de vida es “un *trabajo de construcción textual* que hilvana cronológicamente o temáticamente un discurso basado exclusivamente en sesiones de entrevista entre sujeto e investigador”.

Los pasos de este proceso son:

- a. Edición del texto. Presentar el relato de vida tal como ha sido recogido en la encuesta.
- b. *Introducción analítica*. Cuyo propósito es situar al lector sobre el contexto social y las condiciones particulares de los ámbitos familiar, laboral y social que demarcan la trayectoria vital de la persona.
- c. *Notas a pie de página*. Se realizan con el objeto de aclarar expresiones que pueden parecer ambiguas, para explicar la significación de términos coloquiales.
- d. *Glosario de términos*. Con el fin de establecer con exactitud todas las expresiones y términos jergales que se presenten en el contenido.
- e. *Anexas*. Este es uno de los recursos formales en la edición, para ayudar a la comprensión del texto, aquí pueden incluir análisis lingüísticos, análisis de contenido, transcripción de entrevistas paralelas a personas relacionadas con el sujeto biografiado, documentos personales de éste (cartas, diarios, fotografías, etc.)

Pujadas propone la siguiente estructura textual para la técnica de historia de vida:

- Antecedentes y discusión teórica.
- Presentación de hipótesis.
- Delimitación del universo y de la muestra a analizar.
- Presentación de los instrumentos de la encuesta.
- Presentación del material empírico, elaborado.
- Análisis e interpretación del material.
- Validación o falsificación de las hipótesis.
- Conclusiones.

Para la elaboración de una historia de vida en la etapa inicial, Pujadas recomienda cubrir los siguientes objetivos

1. Elaborar un planteamiento teórico del trabajo que explicita claramente cuáles son las hipótesis de trabajo iniciales,
2. Justificar metodológicamente el porqué de la elección del método biográfico,
3. Delimitar con la mayor precisión posible el universo de análisis (comunidad, grupo profesional, edad, colectivo inmigrado, etc.), y
4. Explicitar los criterios de selección del o de los informantes a biografar.

Con el fin que nuestra investigación cumpla con las exigencias del rigor científico, la historia de vida tendrá que cumplir las siguientes reglas, a juicio de José Luis Pujadas:

- ★ Hay que crear las condiciones más favorables para garantizar la comodidad de nuestro informante: intimidad, espacio familiar (domicilio de éste)
- ★ Estimular positivamente las ganas de hablar de nuestro informante.
- ★ Una *regla de oro* consiste en que el encuestador no hable más que cuando no sea indispensable.
- ★ Una buena parte de empezar cada sesión cada sesión de entrevista consiste en repasar conjuntamente la transcripción mecanografiada de la sesión anterior, comentándola, completándola, tratando los puntos oscuros o contradictorios.

El proceso de edición del texto tendrá que ser revisado y reescrito varias veces tratando de cumplir algunos criterios:

- a. Una primera copia o *registro original* con la transcripción literal de todas las entrevistas, de acuerdo con el mismo orden en que hemos ido obteniendo el relato.
- b. Una segunda copia o *registro cronológico*, en el que

vamos ordenando toda la información de acuerdo con las etapas sucesivas de la vida del individuo, desde su infancia hasta el momento presente.

c. Una tercera copia la destinaremos a componer un *registro de personas*; esto es, de los miembros de la familia, amigos, vecinos, compañeros de estudios o de trabajo, o cualquier otra persona citada.

d. Una cuarta copia supondrá el *registro temático*, que agrupará la información por grandes capítulos, cronológicamente discontinuos, como, como por ejemplo:

- Socialización.
- Trabajo
- Sociabilidad.
- Asociacionismo y participación en instituciones.
- Experiencias migratorias.
- Movilidad socio- profesional.
- Creencias y prácticas religiosas.
- Valores e ideología política.
- Alineación cultural.
- Procesos de desviación y/o marginalización.

Después de haber hecho los registros pertinentes, el siguiente paso es realizar un análisis e interpretación del contenido, tomando en cuenta las variables que se han de estudiar. En *El método biográfico: El uso de las historias de vida en ciencias sociales*, Pujadas Muñoz, (1992) propone el siguiente proceso de análisis de un texto biográfico:

1. Texto
2. Dimensiones (Tipos de variables)
3. Variables.
4. Categorías.
5. Indicadores
6. Registro, contexto y unidades de análisis.

Finalmente, la etapa siguiente consiste en la *operacionalización de todas las variables* ya categorizadas. Según

Pujadas, se trataría de generar unas *reglas explícitas* que detallasen qué aspectos del contenido deben tomarse como indicadores que pertenecen a una categoría específica. En consecuencia, la formulación de estas reglas es lo que constituye la definición operacional de una categoría.

En conclusión, utilizar cualquier técnica cualitativa conlleva mirar al sujeto como un universo de significados, metáforas y símbolos. Esta concepción orilla a dejar de la posición de distancia en la que el investigador está separado de su objeto de estudio desde una posición de poder. En algunos casos, la utilización de la metodología cualitativa se complementará con el uso de las técnicas cualitativas que también aportan información del fenómeno social. Es labor del investigador decidir qué herramientas metodológicas podrá usar para lograr acercarse al sujeto en un contexto social de una manera ética y responsable.

Historia de Mónica Martín: mujer transexual, trabajadora del sexo

La transexualidad es el atributo humano de las personas que consideran que su cuerpo no coincide con su identidad de género. Algunas veces se identifican como hombres mientras tienen un cuerpo de mujer, en este caso son transexuales masculinos de mujer a hombre. También existen mujeres que tienen un cuerpo masculino que realizan tratamientos como la depilación, la cirugía y la hormonación para adecuar su cuerpo a su sexo psicológico, en este caso estamos hablando de transexuales femeninos de hombre a mujer. La nomenclatura varía, pero el criterio políticamente correcto es aquel que considera el sexo de destino.

El interés por este fenómeno radica en desvelar la complejidad de la identidad de género. En este caso el sistema identitario no se basa en los genitales, sino en la conciencia de sí mismo como perteneciente a un

sexo y no a otro. La situación de un hombre transexual (de mujer a hombre) es totalmente diferente a una mujer transexual (de hombre a mujer) principalmente porque el varón transexual pasa desapercibido cuando lleva un tiempo bajo tratamiento hormonal y logra esconder sus senos. La ingesta de hormonas masculinas genera la aparición de barba y bigote, el cambio de voz y los cambios secundarios propios de los hombres. Por lo que muchas veces pasan como cualquier varón biológico sólo que con menos talla y más anchos de cadera. La primera vez que vi un hombre transexual no podía dar crédito que ese varón haya sido mujer alguna vez. Curiosamente iba acompañado de su novia, otra mujer transexual mucho más alta que él y que también resultaba difícil creer que en el pasado hubiera sido hombre. Cuando hablé con esta mujer me reveló sin tapujos que trabajaba en la prostitución, como gran parte de los otros transexuales femeninos.

La situación de las mujeres transexuales es más proclive a la marginalidad debido a que el sexo anterior se percibe más notablemente que en los hombres transexuales. Actualmente, los padres de jóvenes transexuales aceptan más a sus hijas y éstas no tienen que irse de casa y dedicarse a la prostitución para vivir de acuerdo a su género. En algunos casos, los propios padres pagan la operación de reasignación de sexo de sus hijas y costean los tratamientos hormonales y psicológicos. Desgraciadamente en el pasado éste no era el caso de las mujeres transexuales, la mayoría se iba del hogar paterno para vestirse de tiempo completo con ropas femeninas y ser socialmente reconocidas como mujeres. Debido a los prejuicios sobre el travestismo, las jóvenes transexuales no accedían a puestos de trabajo convencionales, abandonaban sus estudios y entraban a la industria del sexo, como solución a sus necesidades económicas.

Las transexuales de mayor edad reconocen que la mayoría de sus contemporáneas no continúan vivas, o han muerto de sida, o en manos de sus clientes, o con

las piernas gangrenadas por el endurecimiento de silicona líquida, o de infarto provocado por la hormonación, etc. Las mujeres transexuales mayores de cuarenta años que sobreviven son individuos que han manejado inteligentemente el trabajo sexual sin mezclarlo con su vida privada y que han ahorrado lo suficiente para tener su propia vivienda y costear sus operaciones. Algunas causas de la alta mortalidad de las mujeres transexuales son la autohormonación, la inyección no cualificada de silicona, así como otros factores no relacionados con la transexualidad sino con la prostitución como el peligro de la calle, la crisis del sida y las adicciones al alcohol, las drogas y las relaciones destructivas.

Para comprender la realidad transexual se ha combinado la técnica cualitativa con la metodología cualitativa con diferentes propósitos. Si se trata de averiguar modificaciones de conducta antes y después de un taller de información se optó por un cuestionario, mientras que en los aspectos relacionados con la subjetividad identitaria se ha elegido el método cualitativo. Por tanto, el sistema biográfico ha permitido analizar en profundidad las hipótesis que implican un conocimiento pleno del sujeto que difícilmente se hubieran podido llevar a cabo con una metodología cualitativa positivista.

La persona que relata su vida pertenece a un colectivo determinado: es transexual femenino (de hombre a mujer), que trabaja desde hace veintiún años en la prostitución, es de las pocas mujeres nacionales en el mercado del sexo, pues la mayoría son jóvenes extranjeras — principalmente de Ecuador y Colombia. Asimismo, la entrevistada no se ha sometido a la famosa cirugía de reasignación de sexo que gran parte de las mujeres de la asociación han realizado. Los criterios de selección fueron la larga experiencia en la industria del sexo, su disposición para contar su propia vida y la constancia para el trabajo — otras informantes no deseaban relatar sus vivencias y algunas incum-

plieron las citas.

Es importante añadir que el acceso al mundo de la prostitución; fueron necesarios dos años y medio para intentar lograr la confianza de estas personas y entrar de lleno a su espacio íntimo. Por lo general, las trabajadoras del sexo no se sientan con un investigador a contar su vida sin intercambio de dinero, y cuando lo hacen “revelan” lo que el estudioso quiere escuchar. En este caso, se trató de ganarse la confianza de los informantes con muchas reuniones en sus asociaciones, a través de proyectos conjuntos y participar como una persona más dentro del grupo. Gracias a ello, se logró que estas personas permitieran el acceso a sus vivencias más íntimas y derrumbaran la barrera de desconfianza hacia el exterior.

Conocí a Mónica a finales del año 2000 en la sede de Transexualia. La primera vez que fui a la Asociación Española de Transexuales — Transexualia — me abrieron la puerta dos chicas adolescentes que nunca me hubiera imaginado que genéticamente fueran hombres; habían iniciado su tratamiento hormonal tempranamente y no revelaban su sexo anterior. Inmediatamente habló conmigo Mónica, fundadora de la asociación, con una actitud cortante y desconfiada para saber el motivo de mi visita. Como han llegado personas movidas por el morbo y la curiosidad malsana, tiene mucho cuidado en dejar entrar a la reunión a cualquier persona. Ganarme la confianza de estas mujeres me llevó casi tres años; fue necesario acompañarlas muchas veces a la calle donde trabajan, asistí a sus reuniones, cenas, charlas y pronto me convertí en colaborador del colectivo. Sus reuniones giran en torno a estrategias políticas para incluir la transexualidad en la Seguridad Social, las leyes para cambiar de sexo y nombre en el documento de identidad y los proyectos subvencionados para prevenir el sida entre las trabajadoras sexuales. Las reuniones se realizan discutiendo acaloradamente los temas; en algunos momentos la

exaltación provoca gritos y descalificaciones; sin embargo, esto no significa que entre ellas haya enemistad o rivalidad. Simplemente es la forma de hablar, con el lenguaje de la ley de la calle. Me fue difícil comprender esa manera de expresarse, ya que al carecer de estudios las chicas hablan de forma agresiva. Aunque saliendo de la reunión cuando se van a tomar una caña al bar, se nota que se aprecian mucho y son grandes amigas. Los chicos transexuales son más callados, y aportan la cordura en las reuniones.

Mónica tiene cuarenta y un años, es blanca, de pelo moreno muy corto. Cuando va a las reuniones del colectivo parece una mujer convencional sin maquillaje y con vestimenta normal; pero cuando sale a trabajar se transforma en una vampiresa con pelo largo y seductor. Su mirada cambia totalmente. En la reunión actúa como sargento para llevar a cabo la reunión con disciplina, y cuando cambia de atuendo, actúa como una chiquilla traviesa que seduce a cualquier hombre que se le pone enfrente. Con el maquillaje, la peluca y el vestido recupera diez años, sus labios se vuelven carnosos, sus ojos se agrandan y se marca su cintura. Mónica es transexual y se dedica a la prostitución desde hace veintiún años. Nació en Salamanca y emigró a Madrid para cambiar de sexo sin la mirada de su familia. Actualmente es la secretaria de la Asociación Transexualia, es mediadora en un proyecto de educación de pares con otras transexuales prostitutas y hace el segundo año en la carrera de Psicología. Se identifica como mujer pero vive también su parte masculina. No se ha operado porque disfruta con sus genitales masculinos. Para ella ser mujer no es simplemente tener una vagina, vive su sexualidad con quien esté dispuesto a pagarle, sea un hombre heterosexual o una pareja formada con un hombre y una mujer. Aunque generalmente tiene sexo con clientes hombres, algunas veces se siente atraída por mujeres; incluso ha tenido experiencias sexuales satisfactorias con alguna de ellas. Mónica hecha en falta una vida afectiva, reconoce que

su trabajo le impide tener una relación estable, de hecho nunca la ha tenido. Su vida afectiva la cubre con sus amigos y el sexo con sus clientes. Cuando toma confianza, Mónica es la persona más divertida del mundo, juega constantemente con los géneros y habla mucho en la jerga de la calle con términos relacionados con el trabajo sexual. Igualmente, es una amiga solidaria que ayuda a las personas que lo necesitan. Actualmente busca alguna alternativa laboral pues se ha dado cuenta que la ley de la vida la está sacando de la industria del sexo. Han llegado otras mujeres transexuales más jóvenes y algunas veces es difícil “estrenarse” con algún cliente. En el trabajo es una de las mejores, asiste al trabajo con deseos sexuales, se excita antes de salir con películas eróticas para estar a tono con sus clientes y hacerlos disfrutar completamente. Reconoce que es una transexual española de las pocas que quedan trabajando en la calle y de las poquísimas de su edad que continúa viva.

Mis padres emigraron del norte, de Asturias. Por trabajo mi padre se fue trasladando de un sitio a otro pero se movían siempre en Castilla. Finalmente llegaron a Salamanca. Mi familia era normal, éramos una familia pequeña; no vivíamos en un clan por decirlo así, que tuviéramos primos o hermanos alrededor, sólo tenía mi familia directa y luego el resto ya éramos vecinos y amigos, eso también hace mucho para poder desarrollarte más libremente ¿no?. No tienes la presión de primos, tíos, no; y bueno, mi familia era normal. Creo que muchas veces no se daban cuenta, claro, de mis cosas que yo hacía. Y cuando lo hacía yo creo que no eran conscientes, me reñían. Mis padres no eran conscientes, no estaban preparados, creo que los padres de ahora están más preparados y ven que esas actitudes de sus hijos como homosexualidad o transexualidad. Los de antes, veían eso como una chiquillada ¿no?. Como críos que están jugando ¿no?. La gente de mi alrededor quizá podía pensar que era homosexual,

bueno, o lo que se decía en esos años, en vez de homosexual, el término tan médico. Que era maricón, mariquita, cosas de esas. Claro, no era muy normal que un niño siempre estuviera con las niñas y esos rollos. También una primera infancia que todavía no se identifica a la gente, no es tan dura. Todavía estas creciendo, estás jugando, se mezclan mucho los roles y tal. Luego llegas a una cierta edad y ya te dicen que deberías estar con los chicos.

En mi infancia el descubrimiento de ser diferente fue inconsciente, no era consciente de todo eso, yo seguía un poco mis deseos naturales y claro, me gustaba más estar con las niñas, jugar con ellas, quería ponerme sus ropitas, y bueno, yo lo veía natural para mí. Pero claro, la continua negación de esa actitud tuya y la recriminación continua, pues de la familia, que te dicen: “no, no, esto es de las niñas, que tienes que estar con los niños, te enseñaban modelos de juegos que a mí no me gustaban. Los niños compraban los puños estos de boxeo, yo que sé, balones, y era que no me gustaba, lo veía horroroso, me encantan las muñequitas, los trapitos, me encantaban ¿no? Un día en la vida de la niña Mónica fue cuando tuve conciencia que me riñeron por primera vez por el género. Estaba jugando con las niñas, estábamos escondiendo en la tierra, poníamos una estampita y un cristal encima y lo enterrábamos, y también hacíamos que yo era una tendera y venían a comprarme fruta y yo tenía yerbitas y no sé qué. Entonces, estaba disfrutando tanto y de pronto, vino una persona y me dijo: “No, no, tú no tienes que estar ahí, tú tienes que estar con los niños”. Fue la primera vez que yo, creo que recuerdo ahora, que tomé conciencia de que estaba haciendo algo que no debía hacer, que me dijeron ¿no? Y luego de ahí fue en cadena más cosas, esa fue la primera sensación que tuve conciencia de ello. Entonces no te das cuenta de toda esa evolución, tú vives con mucha naturalidad. Las niñas yo creo que ni se percataban que yo era un niño, sino que me veían como una más jugando con

ellas, mientras que los muchachos estaban jugando al fútbol, pero lo odiaba, el fútbol. Ja ja.

A los diez años mi vida era como la de un niño normal, no tenía relaciones; bueno ya a los doce empecé a tener relaciones con un hombre. Yo me travestía, porque quería que el hombre me viera como una chica a los doce años, yo era pasiva. Yo no me tocaba ni quería que me tocaran. Yo no disfrutaba sexualmente, claro. Ese hombre era uno que surgió de la noche a la mañana, uno que vivía por ahí por la calle. Yo no disfrutaba sexualmente porque una vez intenté tocarme; la única forma que sabía tocarme era masturbándome. Porque para mí el hecho de tocarme los genitales era para mí un hecho muy masculino y tal y cual. Por la concepción que tienes clara que son de un sexo. Luego ya más adelante vinieron más cosas. Al travestirme con ese chico tenía claro que quería que me viera como chica. ¿Fue traumático o placentero? Fue placentero porque me reafirmó como género femenino, pero sexualmente fue traumático por que no disfrutaba, negativo por el rechazo por mis genitales.

Mi identidad en un primer momento tenía claro que quería cambiar de sexo, en un primer momento un diagnóstico claro de transexualidad. Me di cuenta con quince años, catorce, o sea consciente claramente que yo era eso a los catorce años. Yo me sentía diferente desde toda la vida, lo típico, jugar con muñecas, tener más atención sobre lo femenino, usar prendas, maquillaje, siempre me atraía mucho más los juegos, prefería jugar con las niñas no con los niños pero todavía no era consciente de ello, el porqué hacía eso, cosa que me reñían, claro y me decían: tú aquí y tú allí. Me reñía, no sé, un profesor más que nada por jugar con las niñas, pero tú no eres consciente de eso. Y ya poco a poco vas viendo al principio del proceso cuando ya tenía doce años o trece, te vas dando cuenta que ya no eres normal porque me empezaba a maquillar y tener mis primeras fantasías sexuales que eran con niños, eran con chicos. Me gustaban, me atraían, cuando

estábamos en el gimnasio ellos se cambiaban y me atraían. Recuerdo en especial de un niño pero ya en el instituto que me gustaba mucho; era muy mono. Te vas dando cuenta que eres diferente. Entonces, la primera identificación que tuve, fue que era un gay. Era el único ejemplo que tenía, no conocía el término transexual. No había referencias, sólo había referencia de gay. Luego ya empecé a ver el sentimiento de travestí por la prensa, la famosa Bibi, entonces me di cuenta que era mi referencia. Y me desligué de lo que era ser gay, todavía no sabía lo que era ser un gay, no lo sabía ¿qué iba a saber?, pero como me gustaban los hombres, pues bueno, por definición... pero yo sentía que iba más allá. Yo quería que el otro me viera como mujer, yo quería operarme, yo quería tener el rol de una mujer. Yo me quería identificar como mi madre, como una mujer. Y mi sueño era también tener una pareja, tener una casa y tener casa, tener hijos. Es decir, el mismo desarrollo. Yo envidiaba a las chicas, en la escuela, si hubiera sido gay, las chicas no me hubieran dicho nada, las hubiera visto como son, una persona más y punto. Pero ya las envidiaba, como van peinadas, sus zapatitos, su vestido. Yo envidiaba porque yo quería tener todo eso. Yo quería ir como detrás. Ahí ya me di cuenta que había un punto de diferencia, que yo era otra cosa. Y ya más adelante, a los quince o dieciséis, ya me identifiqué como transexual.

Me identificaba con el rol femenino de mi madre, que podía tener más cercano. ¿Cómo era mi madre? Era muy normal, no tenía a destacar como nada en especial. Entonces la construcción fue así poco a poco, y bueno, tenía claro que me quería operar y todo eso. Lo que pasa es que a los dieciocho no te podía operar, tenías que ir a Casablanca y bueno, tenía un rechazo a mis genitales, acentuado al proceso hormonal que tenía. Mucha gente busca una justificación de origen de la transexualidad por desarraigo, abuso sexual, maltrato pero ese no es mi caso; no digo que no haya casos que se pueda derivar de algo así, pero hay

muchos casos que no se puede justificar por eso. En mi familia cuando me vio como un niño diferente, las cosas no se hablaban; aunque las madres siempre lo saben, lo intuyen, porque te conocen desde que has nacido. Las madres como que no saben y se callan. Pasa como con muchos homosexuales que yo conozco. Todo el mundo sabe que es homosexual pero la familia nadie la pregunta, como si no tuviera sexo, no tuviera pareja ¿o no?. En mi caso cuando ya salió todo fue muy traumático, fue como un jarro de agua fría al principio. Todos se quedaron como sorprendidos y bueno, pues un día tomé la determinación de irme porque para yo desarrollarme tenía que irme. ¿Cómo fue esa decisión? Pues me largo y punto. Dije -me voy para travestirme para hormonarme y todo eso. No me echaron de casa. En general la mayoría de la gente se han ido, porque para poder desarrollarte se han ido. ¿Cómo se dieron cuenta? Yo lo comenté y demás. Me llevaron con profesionales para ver si yo tenía una enfermedad o tenía algo en la cabeza. Y claro, los mismos profesionales decían que era una cosa que no era del otro mundo, que éste era un caso raro. Otro decía que esto era problema de conducta, el travestirse, jaja.. entonces, pues bueno, eso fue un poco mi historia. A ver a los profesionales fui con mi padre y mi madre; y luego ya me fui definitivamente.

La respuesta de mi padre y de la mayoría de los hombres es que se callan. En una familia, perder un hijo, no es ganar una hija; yo lo veo así. Como que socialmente varía el ser hombre y el ser mujer. Si estás en un rango de superioridad para pasar a ser un rango inferior. Sin embargo, al revés, cuando una hija pasa a ser un hombre, la familia lo acepta, a nadie le agrada, pero lo acepta mejor. Todos dicen bueno, es un hijo. En general, en estos casos no ganan una hija, porque si tú te fijas bien, la clásica parodia en los carnavales, lo grotesco, lo gracioso, lo burlesco es que un hombre se vista de mujer. Normalmente que una mujer se vista de hombre no resulta cómico ni grotes-

co, sin embargo, lo más anecdótico es eso. Entonces cuando un hijo cambia de sexo, pasa de hombre a mujer se ve como algo que no es normal. Los padres, poco a poco van viendo que la evolución es diferente, entonces, o lo asumen o directamente te van reprimiendo para ver si eso se te quita de la cabeza. También pueden creer que es por malos amigos, por juntarte con la gente. Mis padres no me machacaron mucho. Porque cuando cumplí dieciocho años me largué y punto, entonces no hubo tiempo para que me machacaran mucho.

Cuando cruce la frontera de ser yo misma, lo viví bien, porque claro, no eres conciente de lo que hay en el exterior. Hoy en día a lo mejor no me atrevería con todo lo que sé... Yo me lancé a la calle así... como una loca, me guié por los instintos. Los retos eran muy grandes pero no eran tan grandes como la angustia que yo tenía, por lo tanto, cada paso era una satisfacción mía. Era una satisfacción tan grande que los problemas no los veía tan gordos. Por fin me vestía como quería, mostrarme a los demás como yo quería, verme como una chica, eso es enorme. Vivir hasta los dieciocho sin una identidad real, sin un poder expresarte, todo eso es tremendo y cuando eso de pronto, a los dieciocho lo consigues es como quien vive en un cuarto y de pronto a los dieciocho te abren el cuarto y te abren el mundo. Eso a los dieciocho es impresionante. De estar viviendo una identidad que no es la tuya. Siempre una hipocresía, siempre, yo que sé. Cuando nos juntábamos en la pandilla tenía que adoptar un papel masculino, y más en aquellos años, cuando estaba en la pubertad que tienes que ligar una chica. Tú nada más imagínate, como lo puede pasar una transexual, como una condena, horrible. Cuando en vez de ligar una chica, quieres ser ella, ser ligada, imagínate las pateras como cambian. Del norte al sur, del blanco al negro. Entonces cuando tú ya cortas y te liberas es como haber nacido, como que ya estás naciendo.

No me importó cortar con mi familia, cortar con todo. Me planté en Madrid sin conocer a nadie con el plano del metro, el plano del callejero, con periódico El País y sin nada y con una bolsita con unos tacones y una cazadora. Más perra no se puede venir. Pero es tanta la emoción, porque racionalmente piensas “Una persona así, eso es horrible”. A mí me daba igual dormir en la calle, me daba igual lo que hiciese falta. Pero sentirme yo desde que me levanto hasta que me acuesto, eso yo, llamarme Mónica eso ya. Mónica lo elegí, fijate que tontería más grande. En aquellos años, a mediados de los setenta había un personaje público que a mí me encantaba. Era una mujer que la encontraba, que reunía la imagen que quería. Hoy en día para nada. Pero en aquellos años era una mujer atractiva, culta, una mujer elegante, que se desenvolvía. Era la actriz esa Mónica Randal que ahora es una mujer mayorcita. En aquellos años ya la veía como una mujer muy famosa, un personaje público. Porque para mí la referencia era a quien yo veía, entonces... Me encantó llamarme Mónica, pero por Mónica Gangal, así que si un día la veo se lo diré: “Me llamé Mónica por ti”. Todas nosotras nos ponemos nombres que reflejen un poco una referencia. Yo tengo una amiga que se llamó Mónica porque cuando era un crío vio a la Úrsula Andersen en un cine y vio que era tan guapa, que era tan sexy que dijo ese nombre es precioso. Toma en cuenta que ese nombre que elegimos porque no nos lo imponen. Cada cual se pone el nombre que.. Alguna se pone el nombre de su madre o parecido o de una mujer que se identifique.

Al tomar la decisión de irme de casa me vine a Madrid, no sabía a donde llegar. Me planté en Madrid aunque yo no conocía. ¿Cómo fue el primer día que llegué a Madrid? En la puerta del Sol me compré un periódico, todavía iba de chico, compré el plano de la ciudad, el plano del metro, el plano de todo porque no sabía nada. Y bueno, pues me fui a las saunas donde había trabajo sexual como chica ya, me pintaba un

poquito, unos taconcitos y así fue. En la sauna para presentarme iba vestida y una vez dentro me ponía un body o lo que sea para trabajar. Así que comencé en saunas, en casas. En ese momento lo que hice fue buscar un sitio donde poder trabajar, y claro, era la prostitución, me fui a una casa, a una sauna de masajes y en esa sauna de masajes conocí a otros transexuales. Es un proceso muy interno, no es tanto en sí que te quieras asemejar, vas descubriendo para ver más de ti misma, tu forma de ser y demás. No es que seamos una copia que queramos imitar a alguien, o ser como. Hombre, modelos femeninos te ayudan, pero es algo tan natural que sale de ti. Entonces para mí no es una construcción, para mí es como quien abre una tapadera y de pronto empiezan a salir cosas de ahí ¿no?. Que antes lo tenías cerrado y no salía nada, como un descubrimiento. No es que yo empiece a construir mirando, quiero ser como, no. Cuando tú llevas tan dentro tu condición, te sale tan natural. A mí no hubo nadie que me dijera “tienes que comportarte así o así”. Yo misma naturalmente me comportaba. También, claro, no tenía unos roles tan aprendidos, no es lo mismo cambiar de sexo a los dieciocho que a los cuarenta. Si eres joven más fácil te resultan tus movimientos, también es una cosa que no me ha importado mucho. Lo importante para mí es ser como soy.

Los años setentas como fueron años muy duros, tenía muy pocos años, buscando mi identidad, quien era, quien no era. ¿Qué fue lo que más me costó para salir de ese armario de la transexualidad? Tal vez, el trabajo sexual era de lo más extraño, que no tenía relación con eso, me daban miedo las chicas. Iba al barrio chino y veía a las chicas, me daban como miedo. Y quien me iba a decir a mí que iba a estar con ellas, pues eso quieras o no, yo era una persona más o menos normal y pasar de una vida muy normal al otro es bastante fuerte. Pasar de un mundo muy normal, con una educación normal, de una familia de clase media bien y de pronto pasar de ese ámbito a otro muy dife-

rente como es la prostitución y tal y cual, es como un mundo muy diferente ¿no? Y sobre todo en una edad en la que te estás formando, ya después cuando eres mayor lo ves bastante peligroso, porque ahí puedes también, al caer en ese mundo. Hay personas que han caído en las drogas, depresiones y ha habido gente que no ha salido ¿Cómo he hecho yo para, al estar en ese ámbito no me afectaran las drogas, la depresión, las culpas? Bueno, aparte de tener una buena formación anterior, es decir, si vienes de una familia desestructurada y tal y cual, tienes más vulnerabilidad. Eso por un lado, tener un bagaje bueno, te ayuda. En este sentido, yo me sentía una niña querida por mis padres. Luego, por el otro lado, ver a otras personas morir delante de ti, he visto compañeras morir por sobredosis de droga, entonces, como ese mundo lo vas conociendo.

También los ochentas fueron el boom de todas las drogas en España, hoy en día hay experiencia, hay estudios, hay conocimiento, pero en aquellos años era el boom de todo: heroína, no sé cuanto, pastillas de diseño. Había que experimentar, no se sabían los resultados, ahora sí se han visto; que se han muerto, que no se cuanto. A lo mejor al ver a otras personas que lo han pasado muy mal, compañeras que han tenido el “mono” y se tienen que estar curando. Yo afortunadamente no he estado metida en drogas, he visto tantas desgracias en las que eso te hace. No necesitaba trabajar como otras chicas otro incentivo que no fuera el únicamente sexual. Es decir, el deseo, es la mejor droga; el ir a trabajar con deseo. Asociar tu sexualidad con el trabajo. Piensa: voy a ir porque tengo ganas, a ver si encuentro uno con el que me la pase bien. Con este a lo mejor me la he basado un poquito bien, con este no he llegado al orgasmo pero casi, entonces eso te va incentivando y eso te va deseando. Si tú tienes esa referencia es positiva porque te refuerza el trabajo en sí. Si buscas otros elementos como las drogas, pues claro, por un lado te estimula al trabajar, pero por

otro, te crea dependencia. Con lo cual, resulta peor el remedio que la enfermedad.

Yo me hormoné muy poco, enseguida me operé el pecho, sólo estuve hormonándome dos años porque yo veía que me atrofiaba sexualmente. Entonces, claro, cuando estás con alguien te apetece también disfrutar y llegar al orgasmo, y claro, la sexualidad está en la cabeza y está donde tiene que estar. Está en tus genitales porque por mucha cabeza que tengas si lo de abajo no te reacciona, puedes fantasear mil mundos, pero luego hay algo carnal que está ahí. Ja ja ¿o no? Orgasmos místicos no he tenido, yo no soy Santa Teresa de Jesús, ni Fray Luis de León, ja ja. La gente se hormona por su cuenta y es muy peligroso, los estados de ánimo se alteran, lo mismo te da euforia que te deprimen, hay una retención de líquidos tremenda y engordas mucho, te atrofia tu genitalidad. En fin, en fin, ¿la parte positiva? La piel, el vello se debilita mucho, la piel se pone muy bonita, el pelo del cabello se refuerza mucho. Tiendes a acumular líquidos en zonas típicamente femeninas como el trasero, la cara, se redondean, esa es un poco la parte positiva. La decisión fue básicamente por no perder esa capacidad. Hombre, en esta vida hay pocas cosas que el hombre diga que no. No puedes comer porque engordas, tienes que controlar mucho eso. No puedes follar a lo loco, porque claro, sino tienes pareja, cómo está el mundo. Si encima, ya no te queda capacidad sexual o está atrofiadísima. Entonces hija ¿qué me queda en la vida ya? Si las cuatro cosas básicas no me funcionan ya para y vámonos. No puedo comer, no puedo joder ¿qué me queda hija? Pues ya hija mía, me meto a un convento, o ya me quito de en medio. ¡Que mala! La hormonación va atrofiando tu parte genital. Se te va atrofiando y te va reforzando psicológicamente el hecho de negarlos. Y luego cuando entré al mundo de la prostitución a los diecinueve, como me vine aquí a Madrid desde Salamanca, pues ya empecé. Y ahí, en el mundo de la prostitución fue donde empecé

a poco a poco a acercarme a mis genitales. Dejé de hormonarme, prácticamente a la fecha y entonces ya empezaba a tener una vida sexual “normal”. Digo “normal”, bueno, en un grado de excitación común y corriente. Es decir, tenía capacidad. Entonces bueno fui comprobando que podía disfrutar y demás y que eso no tenía porqué entrar en conflicto con mi género porque no me modificaba en nada el género; por la noche y por el día era la misma persona y mi diferencia genital sólo importaba a quien estuviera y dado a que estaba en el mundo de la prostitución; ahí lo que se reclama es que la persona sea activa sexualmente, claro; es decir, que seas una persona que funciones a nivel sexual ¿no?. Porque como es lógico, si tú te vas con alguien es para que tengas la capacidad de goce y de disfrute, seas un hombre o una mujer. Porque seas una mujer y no disfrutes plenamente, el otro disfruta menos aún.

He aprendido a disfrutar gracias a la prostitución. Sí, sí, He encontrado algunas ventajas en la prostitución. Pues mira, la prostitución te abre muchos mundos, te abre por ejemplo tu propia sexualidad, a tus propias fantasías sexuales, claro, porque al mismo tiempo que tú conoces miles de fantasías sexuales; pones además las tuyas en juego ¿no?. ¿Qué descubrí de mis fantasías sexuales?. Muchas cosas, descubrí, a lo mejor, hasta donde puede ser el límite de muchas relaciones; eh, descubrí que tengo una capacidad sexual bastante plena; que puedo disfrutar con hombres y con mujeres ¿no?. Y bueno eso me ha dado una revelación plena de mi sexualidad muy importante. Y por otro lado te da un conocimiento de la gente bastante amplio; en el sentido de que tú conoces de la gente una cara oculta que nadie conoce. ¿Cómo es esa cara? Hombre, es una cara oculta de la sexualidad, de las fantasías de cada persona que es un mundo que esa persona tiene restringido que no conoce cualquiera. Yo tengo a un tío delante y no sé como se llama, ni quien es. Lo que conocen los demás yo no lo conozco;

sin embargo, yo conozco la otra cara oculta que nadie conoce. Entonces eso te da como mucho conocimiento. ¿Poder? Más que poder yo diría que te da un conocimiento más amplio de la persona ¿no?. Y eso lo veo positivo porque puedes abarcar un abanico de diferentes personas que en otros trabajos sería muy difícil. Porque normalmente cada cual en su trabajo se mueve dentro de su estatus, de su clase social ¿no?. Es muy raro que tú te relaciones mañana con una persona de mucho dinero a menos que tú seas semejante. O que tú te relaciones con un mendigo, a menos que seas otro mendigo. Sin embargo, yo puedo conocer a esos niveles íntimos a toda la escala. Lo mismo a un rico, a un mendigo, a un conservador, a un liberal, a uno de este país, de otra cultura ¿no?. Ese abanico de conocer ese aspecto de la moneda me parece que pocos trabajos lo tienen.

Mi trabajo tiene su parte positiva, aunque socialmente siempre lo quieren ver como algo negativo. Pero ese trabajo te da mucha psicología, te da mucho conocimiento de tu tiempo, de tu realidad, de la gente que te rodea, entonces que te ayuda mucho. Aparte de tu vida sexual, es un trabajo que encanta. Eres de los pocos que ven la parte oculta de la gente que no ve nadie, mas luego que puedo dar con todo el escalafón habido y por haber. Luego estás de una persona muy rica a muy pobre, una persona intelectualmente muy preparada a otra muy burra. Porque la gente se mueve en extractos, por ejemplo clase media con clase media. Es muy raro que de pronto un albañil se junte para intimar con un millonario. Una prostituta lo mismo puede estar con un millonario o con un... eso me parece muy positivo y que pocos trabajos tienen esa posibilidad. Pero haría falta un reconocimiento social, como un agente social importante, no como una víctima, según muchas feministas. Ni tampoco como algo negativo. En la prostitución lo que ha influido no es la invasión de prostitutas extranjeras, que también es un dato importante. Creo que lo que

más ha perjudicado es en primer lugar, la liberación de la mujer. Hace veinte años la mujer no estaba tan liberada como ahora, entonces, hace veinte años los hombres iban ahí, porque no se la chupaban, no se la chupaba su mujer, su novia. Porque tirarse a cualquier tía era un sueño, pero hoy en día, las mujeres están muy liberadas. Sexualmente no se cortan de nada y después, también toman la iniciativa. Si quieren un encuentro sexual, lo tienen. Eso es lo que yo veo que ha afectado más el trabajo. Que hoy en día hay mucho sexo gratis. Hoy en día la gente tiene contactos, tiene sitios donde puede acudir. La mujer si le apetece hecha un polvo con quien quiere. Eso hace que la prostitución no sea tan demandada. Pero, vamos, siempre seguirá existiendo, porque siempre habrá que hacer una práctica sexual que no te atreves con tu pareja, siempre una pequeña perversión que es inconfesable, siempre habrá algo que necesites algo rápido, directo y no perder el tiempo. Porque ligar a alguien, patatín patatero, pierdes tiempo, entonces prefieres pagar. Después el anonimato, es muy cómodo, porque claro, no te interesa que te conozcan, entonces bueno, siempre habrá gente que no encuentre su media naranja sexual. Siempre habrá gente que busque una persona joven, atractiva y claro, por sí misma, no la podrá ligar nunca. Entonces siempre habrá una prostituta, por esos motivos siempre habrá prostitución.

A mis clientes no sólo los veo como instrumentos, fuente dinero, también como seres humanos. Hay gente que busca charlar, contarte un poco sus cosas, hay de todo. Hay gente que sólo quiere el acto sexual y punto. Cada persona es mundo y cada persona tiene una forma de relacionarse. Entonces, hombre, en general, la gente va a lo que va. Intercambio: dinero, sexo y punto, como es lógico ¿no? Es como quien tiene una tienda. Habrá con clientes con los que llega el momento que hay una confianza y charla y toma un café porque son habituales. Y hay gente que ni te mira la cara ¿y cuanto? Y me voy y punto. Es como todo.

Todos los trabajos personales generan relaciones personales.

Antes cuando trabajaba en la sauna, llegaba la gente, veían a las chicas y elegían la que querían. Trabajar en la calle y en lugares cerrados es totalmente diferente. El trabajo en la calle te da el ser tú misma empresaria, ser autónoma, entonces tú eliges, trabajas a tu gusto. Mientras en un local si te eligen tienes que trabajar te guste o no, si un cliente paga para una cosa se lo tienes que hacer. Mientras si tu trabajas por tu cuenta, si alguien no te gusta, pues le pides el doble y ya está, sale corriendo. O si alguien va contigo, tú pones las condiciones, tú puedes decir; No, no, mira mejor hacemos un francesito, si no te gusta el tío; entonces empiezas a llevar a tu terreno al hombre. Algunas veces sale bien y a veces no, a veces lo convences. Sin embargo, en una casa no puedes hacer eso, porque él ha pagado a otra persona por un servicio y ya no puedes negociar. En cambio en la calle tú eres tu misma empresaria y tu negocio. Tú sabes lo que quieres vender, lo que te da la gana. En pisos trabajé tres años o cuatro. Entonces te digo, yo prefiero ser autónoma. Soy mi propia empresa y si soy autónoma que más puedo pedir.

Yo considero el trabajo sexual como un trabajo. Es un trabajo, yo prefiero definirlo como trabajo sexual que como prostitución, porque tiene una connotación moral negativa. Es un trabajo que tiene sus horarios, tiene su disciplina, su parte positiva, su parte negativa. Es decir, que tiene todas las características de todos los trabajos. ¿Cuál es su disciplina? Pues que tienes, como en cualquier trabajo, ser profesional. Hacer disfrutar a la persona, que se quede contenta, pero controlando siempre las prácticas de riesgo, controlando siempre todo. Y bueno, poner tu capacidad sexual a disposición, es decir, de disfrutar con esa actividad. No esperar que la otra persona te vaya a gustar. Claro, si tú estás esperando a que venga no más el que te gusta, lo tienes claro. Tienes que tener capa-

cidad sexual de poder excitarte independientemente que la otra persona te atraiga más, te atraiga menos o no te atraiga nada. Por ejemplo si alguien te pide que te corras, pues te tienes que correr, te excite o no la otra persona. Tienes que tener un manejo de tu sexualidad bastante amplio. Es manejar tu instrumento de trabajo, es manejar tu sexualidad para unos logros. Negociando y haciendo un mercantilismo con tu sexualidad ¿si eso no es un trabajo, entonces qué es?. Esa es una característica de un trabajo.

Generalmente no se socializa con los clientes. Salir después con ellos es ya es otra cosa, eso ya depende de la relación que se establezca. Normalmente no es así, normalmente es una relación sexual y punto. De ahí a pasar amigos normalmente no sucede. Los hombres por lo general buscan anonimato. Nosotros normalmente somos el *confesor*. En el sentido que la otra persona se abre a ti, te cuenta sus cosas, a ti al fin y al cabo te cuenta las cosas y las hace y aparte sucede que es una persona que se va y tú no sabes ni quién es. ¿Piden consejos? Hay mucha gente que al hilo del sexo, se ve claramente que hay mucha gente sola, gente que tiene problemas de comunicación. El sexo es un pretexto a veces para buscar a alguien con quien hablar, alguien a quien pedir consejo, a alguien con quien preguntar. Entonces, hay muchos casos; la mayoría no, la mayoría van al acto y punto, un desahogo y ya está, pero en otros, lo notas, lo percibes que buscan otra cosa. Vas percibiendo con el tiempo, te vuelves como una persona más relativa. En el sentido que no eres tan drástico para hacer comentarios o críticas, sino que ves que todo es muy relativo. Ves tanta variedad, entonces ves que las cosas son muy relativas y que te da una cierta paz contigo mismo. Es decir, que intentas relativizar todo un poco más. Como ves tanta gente, tantas historias te han contado, te da cuenta que todo es muy relativo, que puede depender de muchas cosas. No se puede a la primera, a veces, juzgar fácilmente. Esa especie de sabiduría es lo que

te da ese trabajo.

Las condiciones que se da ese trabajo podrían ser mejores. Hombre, ya va siendo hora de dar un reconocimiento social a las personas trabajadoras sexuales, un reconocimiento social no solamente en derechos; que no hay, porque no existe el trabajo sexual reconocido como tal, no está prohibido pero tampoco está legalizado, está en situación de desamparo jurídico, es decir no hay legislación, y aparte hay un rechazo social ¿no?. Se ve a la persona como algo negativo, una persona enferma, transmisor de enfermedades, como una persona peligrosa, como un delincuente; como algo inmoral, algo sucio. ¿Cómo he sentido ese rechazo social en mi propia piel?, Por lo general la gente no suele comentar, como no lo dicen, pero cuando lo saben, la gente ves que te hacen un poco de lado. Incluso gente que tiene una vida sexual amplia como algunos gays, que tienen muchas relaciones sexuales promiscuas; cuando tú les planteas el tema del trabajo sexual, lo ven mal. Y yo digo, pero bueno ¿cómo es posible que lo veas mal cuando tú estás todo el día jodiendo con todo cristo? La única diferencia es que no cobras. No hay dinero de por medio. Tienes la misma cantidad, eres tan promiscuo como una trabajadora sexual. Me ha pasado con muchos amigos gays que lo vean mal, el hecho de venderse. Se sigue asociando genitalidad con posesión, como que no se puede vender eso. Vender eso es muy negativo, muy malo, sin embargo, tú puedes vender comportamientos, ideas que tú tengas, que puedan ser destructivas, malas o negativas. Eso socialmente se admite como norma de juego, sin embargo, tu vendes tus genitales y ya te ven como una persona... se da gran importancia al hecho genital en la vida y en las parejas. Si uno engaña al otro en una relación sexual que a lo mejor es una fantasía puede terminar en tragedia ¿o no?. Ahora si después tú pareja te ha respetado sexualmente pero ha tenido comportamientos negativos con otras personas, que ves que a

veces es un empresario déspota, o que es un amigo que se porta mal con los amigos. Nadie monta en cólera. Tú no montarías en cólera con tu pareja y decir: quiero separarte de ti porque... es que eres... has hecho una cosa... has hecho una putada a un amigo. Eres un cerdo, me voy a separar, no llegas a esos niveles. ¡Ah! En cambio te das cuenta que tu pareja ha andado con otro, se montó el drama.

El proceso de convertirte en transexual y prostituta va unido, primero al ser trans buscas relaciones con hombres, porque te interesan los hombres, el mejor sitio donde los puedes encontrar es en la prostitución. ¿El rechazo de la gente? La gente normalmente es hipócrita en esos casos, van de liberales, progresistas, modernos y no sé qué, te admiten de entrada, pero a la hora de la verdad, no. La gente te admite por ejemplo para una fiesta, para una cosa graciosa, ir de compras, tienes buen gusto como los gays, eres una persona muy abierta a todo el mundo. Pero a la hora de la verdad que te llamen cuando se case alguien, a la hora de un trabajo, ahí cambia la cosa. En el mundo gay y hablo de él porque es el más cercano por referencia. En el mundo gay hay como una moda, de que el mundo gay es muy bonito, todo está muy bien. Hay presentadores gay que hacen de ellos mismos, de gays. O por ejemplo quedan muy graciosos, hacen alguna mariconada, están en el mundo del cine, yo que sé, pero siempre para una parcela muy concreta. O por ejemplo, el barrio de Chueca, la gente está ahí, pero la gente sale de ahí y todos con comportamientos normales. Todo está muy bien mientras cada cual esté en su sitio. A ver cuando será el día en que un político se declare gay pero no cuando ya deja de ser político, ya sucedió en el PSOE. El alcalde de París lo dijo abiertamente, un ministro que era de Suecia creo, todavía aquí las cosas se dicen después de, cuando ya no afecta a su carrera política. Políticamente, no tengo un ideal político. De izquierdas, claro, porque conservadora, no estoy para conservar. Tampoco tengo un

grupo político que me identifique. En su día fue el PSOE, ¿qué paso? Que nos negaron la sanidad pública, entonces ya me desencanté bastante. Luego, otras opciones de izquierda como Izquierda Unida, ahora no soy militante ni nada. Sin embargo milito en un colectivo de transexuales. La mayoría de sus integrantes votan por partidos de izquierda, claro. Pero a lo mejor te puedes encontrar gente que vote a la derecha. No tengo una religión, soy muy material, tengo una educación religiosa, católica. Pero no soy practicante ni nada de eso. Creencias religiosas no tengo, todas tienen una bastante falta de conocimiento de la persona. No recomiendo a nadie agarrarse a ese tipo de brujerías, como las veo que son en el fondo. Pues eso, no las encuentro razón de ser. Y aparte, ya la espiritualidad, no. Soy una persona muy material. Soy capricornio y, los hechos. Yo las cosas espirituales no las creo. Si no lo veo no lo creo.

Estos años de Transexualia como fundadora me han servido bastante, Transexualia es un punto de referencia para mucha gente, sobre todo para personas de provincia que nos escribían o venían ese sábado a vernos. Como una fuente de respiro. Por fin, que existe alguien, eso es muy importante a la gente ¿no? Después hemos sido un grupo que hemos tenido muy claro desde el comienzo que acogíamos a todos los tipos de variantes de la transexualidad: operadas y no operadas, eso es muy importante. Nunca hemos hechos bandera de que tomen una opción u otra. Sino que, bueno, tratábamos temas de derechos que faltan aún, los temas de integración y de normalización. Pero ya temas tan personales como cambio de sexo sí, cambio de sexo no, ese es un tema muy personal.

Cada persona tiene que ver los pros y los contras de todas las situaciones y tomar la opción. Yo aplaudo a la gente que opta por una opción o que opta por otra. Yo personalmente he optado por no operarme. Puesto que para mí lo más importante era el cambio de género. Cambio de género que ya he conseguido

desde los dieciocho. Mi sexualidad, mi genitalidad eso no lo ve la gente. Eso lo ve quien yo quiero que lo vea. Entonces para mí, ha sido muy importante el cambio de género, es vital. ¿El cambio de sexo por qué no lo he hecho? Pues como tengo una sexualidad bastante plena y una capacidad sexual. Entonces para mí la operación supondría una pérdida de esa capacidad sexual que tengo en beneficio de que en el carnet me ponga simplemente por detrás “mujer”. Entonces para mí no me merece la pena ese cambio, ese cambalache. En mi carnet de identidad aparece un nombre femenino. Te puedes poner nombres femeninos como Rosario, Trinidad, Reyes, Camino, esos son nombres que te ayudan a desenvolverte socialmente. Sin embargo, la operación no la veo necesario. Cuando voy a la universidad, al médico, y tengo que mostrar mi carnet de identidad viene un nombre ambiguo, entonces, con esa posibilidad te puedes desenvolver laboralmente. Entonces el cambio de género lo tengo a muchos niveles, incluso social. Con lo cual, la sexualidad, si yo la tengo bien conmigo misma ¿para qué voy a operarme?

La gente que decide operarse, para mí yo opino que la presión social es tan fuerte. Tú imagínate, vivir como yo vivo, para la sociedad es algo anormal. Si aún la transexualidad es una patología, las transgénericas somos todavía más anormales. Porque claro, como puede vivir con un género y con sexo masculino. La sociedad nos marca tanto, tanto, tanto que llega el momento que tienes que desmarcarte tú, porque es que si no... Ya bastante tenemos que desde que te levantas hasta que te acuestas vivir dentro de unas normas. Entonces para mí la sexualidad como es algo tan personal pues decido no operarme.

La visión de otras transexuales es que se consideran enfermos, ser reconocidos como víctimas. Yo no me veo como víctima. La víctima es la sociedad, que nos hace ver como víctimas. Si te desenvuelves en el mundo de la prostitución, la operación no es fundamental,

porque la gente se expresa como quiere, porque tienen un reconocimiento, que son los clientes. Por lo tanto, no tienes necesidad. Cuando ya te integras en el mundo laboral normal, entonces ya sientes la necesidad de operarte por el hecho de que el entorno se basa en dos modelos: o eres mujer o eres hombre. Entonces, quizá sientes la necesidad imperiosa de definirte, de estar dentro de un grupo. Eso también hace mucho. Pero hoy por hoy, que tengo una vida doble. Por un lado estoy integrada socialmente con gente, tal y cual. La gente de mi entorno no lo sabe, y si se dan cuenta o no se dan cuenta no me preocupa. Yo no voy a dar explicaciones de mi vida personal o social porque yo no se la pido a los demás. Lo que piensen o dejen de pensar es su problema. Si quieren que me acepten, y si no, que no lo hagan. Lo que no puedo es castrarme por la sociedad. Basta ya de castraciones.

¿Cuál es mi lugar dentro de la sociedad para desenvolverme? Los lugares te los tienes que buscar tú y consiguiendo tú. Lo que tienes que tener muy claro que tú eres quien eres y sentirte orgulloso de cómo eres, que puedes ser muy diferente a lo que te rodea, pero que eres tú y ya está, y que tú tienes que estar por encima de lo que te digan los demás. No tienes que dejarte pisar. Lo que hago es que la gente que se da cuenta de quien soy; lo que no voy a hacer es dar explicaciones uno por uno. Yo conecto con aquellas personas que veo que conectan conmigo, que están a mi mismo nivel, que me entienden perfectamente y demás; que son muy pocas. El resto, yo comprendo que son cosas extrañas, que no saben, pero la diferencia entre la actitud entre la gente más o menos culta y la gente inculta; es que la gente culta ante lo novedoso se calla, se puede quedar ante algo extraño; y la gente inculta se ríe o te ataca. Entonces, pues yo no puedo ser vulnerable los que me atacan porque entonces no saldría de casa. Y ante los que no saben nada, tampoco voy a estar dando explicaciones uno por uno; no voy a intentar hacer cursillos para infor-

marlos. Así, que aprendan, que se informen, que busquen, y sobretodo que observen el día a día de las personas; y verán que al fin y al cabo es una diferencia mínima. Eso lo digo ahora madura, pero cuando era más joven, cuando llegaba la policía o los vecinos para golpear, y lo ves todo peligroso y te asusta. Son momentos muy duros, son momentos en los que una persona está haciendo un cambio radical, cambia de vida, cambia su aspecto físico. Son momentos muy vulnerables en los que hay que tener apoyo. ¿Cuál fue el apoyo que yo tuve en esos momentos? Te digo la verdad: sola, sola y bueno, con una amiga también, después ya me fui con amigas que ya más o menos eran como yo. Pero si no, sola. Hoy en día hay más referencias a donde ir, hay más colectivos, más tolerancia social, que no aceptación. Como todos, he pasado años difíciles, los vives bien y mal. Bien en el sentido en el que te vas auto afirmando de ser lo que tú quieres, más tú. Vas consiguiendo tu propia identidad, tu propio espacio, entonces, creo que el mundo a tu alrededor aunque sea negativo, te ayuda más a autoafirmarte. Sobretudo porque tienes muy claro lo que quieres y luchas por ello. Entonces, las pequeñas cosas pues ni las percibes. Tienes una fuerza interior tremenda. He ganado mucho con esa fuerza interior que me permitió conseguir ese cambio de género. Igualmente, he tenido grandes ganancias en este camino de veinte años. Mis ganancias principalmente han sido principalmente, desarrollarme como persona. Llegar a ser lo que quiero ser, y ser coherente conmigo misma. Eso tiene un precio. Pero también tiene una parte interior tremenda, una paz, una tranquilidad tremenda porque ves a personas que no son coherentes. Hombres y mujeres que no tienen, que no aceptan su homosexualidad, por ejemplo, pero esas personas tienen dos mundos, pueden interpretar papeles. Tu por lo menos te sientes que no llevas caretas, o las que llevas son menos pesadas. Yo creo que eso vale mucho.

De la misma forma, he tenido muchas dificultades. Vas dejando en el camino otras cosas, vas dejando el desarrollo cultural, vas dejando en el camino una vida afectiva, en busca de tu propia identidad. Cuando empiezas vas poco a poco. Con el tema del trabajo sexual, tener una pareja es un poco difícil, no es fácil; porque nosotras las personas transexuales, dependemos de los hombres heterosexuales. Estamos en un rango muy diferente. Para los heterosexuales te ven como una fantasía, pero para que uno te vea como una pareja a su mismo nivel y que te presente a los demás como su pareja, es un caso entre mil. No es una situación que se presente entre dos lesbianas o dos gays. Me duele no haber tenido eso, porque te duele ver que los demás se fijan en ti nada más que por el puro morbo sexual. No se atreven a más porque no se atreven después a mostrarse públicamente, -"Mira esta es mi pareja", y eso quieras o no, es un lastre. Luego también el desarrollo cultural, el laboral, en fin, a lo mejor también el personal, porque tienes que dejar de lado tu trabajo. Yo he tenido que dejar de lado un desarrollo cultural y laboral porque claro, eran tiempos más difíciles que ahora y bueno, lo primero que tenías que buscarte era sobrevivir todos los días ¿no?. Tenías que trabajar para mantenerte y pagar las cosas, dejar a un lado a tus estudios. Y la posibilidad de encontrar algún trabajo en aquellos tiempos era muy difícil, aún sigue siendo difícil, entonces pues eso, ¿sabes lo que pasa?, lo vas dejando.

Bueno pero también tiene una parte bastante lúdica, porque claro, a lo mejor no vas a estudiar pero también sales por ahí. Yo he vivido los veinte años como he querido y los he vivido muy bien, mi etapa de juventud, la verdad que la he vivido muy bien. Además yo soy de la generación de los ochenta, se asociada por lo tanto a la "movida" de Madrid, asociada al despertar democrático de España, y por tanto era verdaderamente el boom de muchas manifestaciones artísticas de España. ¿Cómo eran mis años de juventud? Pues mira,

recorría todas las discotecas, todos los garitos, todos los lugares; me la pasé bomba, disfruté mis veinte al máximo, sexualmente, de juerga y de todo. Bueno, esa ha sido la parte lúdica y positiva. Esa época no ha cambiado mucho, lo que cambia es la persona, he cambiado yo, porque no es lo mismo tener veinte que tener cuarenta. Ahora mismo tengo cuarenta. No es lo mismo tener cuarenta porque se vive de otra manera, con otra reflexión, antes salía mucho y ahora ya no se divierte tanto. ¿Lógico no? Ley de vida. Pueden cambiar las modas, las estéticas, la esencia de la diversión no puede cambiar. ¿Cómo fueron los años del despertar de la democracia? Fueron años muy lindos por eso, porque era un boom de las vanguardias, el modo en el vestir, estilos musicales, artísticos, que ahora ya no es el boom de aquellos años, como es lógico.

La prostitución al no estar reconocida con sus derechos te obliga a vivir en la marginalidad, por un lado laboral. Por otro, no puedes decir públicamente que tú eres prostituta. Te sientes rechazada porque la gente aunque se dan de liberales no lo admite por el valor de la genitalidad. La teoría y los conceptos van por delante pero la práctica es muy diferente. Las amenazas de quitar a las prostitutas de la calle son infundadas porque la prostitución de la calle tampoco es de un nivel que desenvuelva grandes capitales. Principalmente es la imagen de la ciudad, que quieren una ciudad sin prostitutas. Es la imagen. Pero no porque las personas de la calle muevan un capital tremendo. La prostitución tiene bastantes formas y tú te adaptas a varias formas. Hay gente que prefiere estar en una casa, hay gente que prefiere estar autónoma con su casa y su anuncio, eso conlleva que tienes que estar todo el día en casa. Hay gente que si tiene otras cosas que hacer por el día prefiere la calle porque es más rápido y tal. También hay que valorar la seguridad. A lo mejor en la calle te sientes más insegura, hay gente que prefiere estar en un club unas horas, hay gente que no quiere prostitución y está en un sitio de copas

con el pecho al aire. Entonces, hay gente que trabaja para otra gente que le llaman para hacer un servicio. Hay cuarenta mil variantes y cada cual se adapta a sus horarios a sus necesidades, sus gustos, a todo tipo de prostitución. En la medida que es la que se ve, la más vistosa, la más llamativa es la de la calle. Pero yo creo que es la que por estadística, la que menos existe. Sí, porque hay miles de clubs, miles de hoteles, miles de anuncios, puedes hacer una suma y constituye el ochenta por ciento. Porque la prostitución de la calle no es tanta. Lo que pasa es que es la que se ve y eso es lo que molesta, que se ve.

La prostitución no es una transgresión, lo que pasa es que la gente es tan hipócrita. Me da un poco de risa cuando se echan las manos a la cabeza, luego te miran como si “ay qué barbaridad” cuando luego en general, el cliente es el marido que deja a la mujer y se va por ahí. A veces es un comportamiento infantil porque por un lado se llevan las manos a la cabeza y por otro lado si existe, es porque hay clientes. Si no hubiera clientes no hubieran prostitutas ¿no? Si nadie demandara un servicio pues no habría servicio ¿o no? Entonces me parece tan hipócrita que algo que siempre ha existido desde que el mundo es mundo y que existirá de otras maneras, en Internet, con las nuevas tecnologías. Entonces, negarlo porque se ve inmoral es como si fuera inmoral tomar un café por leche en la mañana. Sin embargo, todo mundo se lo toma por la mañana. ¿Para que van diciendo que no si ven a todo mundo tomándose un café?

Es una profesión de las más honrosas. Ya que hay poco campo a la mentira, en cuanto que, bueno, normalmente se pacta una cosa y te dan esa cosa y punto. Entonces yo veo que hay poca manipulación. No te da la posibilidad de mentir. En cambio, en otros trabajos ¿qué te voy a decir? Por ejemplo, los políticos, vamos, es que venden y venden y luego ¿la realidad cuál es? Que no cumplen ni la mitad de las cosas, ¿qué falso no? A la hora de la verdad es uno de los trabajos más

honestos y sinceros y con poca capacidad para mentir. En cambio los otros trabajos, los estás viendo, que te engañan por todos los lados, que te venden cosas que luego es mentira, que luego no se qué, ya ves como está el mundo.

Hay profesionales en la prostitución que roban, como en todas las profesiones; hay políticos corruptos, profesionales que dejan mucho que desear, entonces existen como en todo, profesionales que a lo mejor no son profesionales como tal. Por ejemplo hay un campo de gente, que son drogadictas que tienen dependencias. Para mí no son profesionales de la prostitución, sino que están para poderse pagar la adicción. Las trabajadoras inmigrantes no son muy diferentes a las nacionales en la prostitución. La que sea guapa trabajará más, la que sea fea trabajará peor, el cliente cuando va no va pidiendo denominación de origen. Da igual que hayas nacido aquí que en la conchinchilla, si le gustas pues ya está, llega a un pacto contigo. Vamos, que a mí no me piden: ¿de donde es usted? Ja ja A ver, ¿tiene un descuento por haber nacido más lejos?. Pues no, ahí no hay diferencias. A un cliente le gusta una persona y le gusta. Las extranjeras vienen de países muy machacados. Países en donde las democracias son muy relativas, donde los derechos humanos, a veces no se cumplen bien. Entonces, la parte social más machacada en escalafón, las transexuales que están de muy abajo, son personas que vienen de un país en unas condiciones muy duras. Entonces vienen aquí y que por lo menos, las condiciones de respeto y de libertad son mayores, eso es lo importante. También vienen porque económicamente, pues bueno, sus países no son muy brillantes, entonces aquí por lo menos aquí hacen su dinero como todos los inmigrantes, vienen a España. Creo que el factor es económico, pero el transexual, aparte del económico es un poco poder vivir en un espacio libre. En un transexual se une lo económico y por vivir en libertad. No las considero peligrosas, habrá como las

españolas, gente peligrosa, gente no peligrosa, como en todos los lados. Hay gente muy maja y gente no maja, pero como en todos los sitios. ¿Competencia? Pues sí, es más competencia.

Pero hay otro factor que las prostitutas no quieren ver, o no lo queremos ver. Es el factor de la edad. Es un trabajo muy corto en el cual, no quieres verlo, es como cualquier profesional que no quiere ser consciente de que con la edad le llega la jubilación. Entonces, aparte de que haya muchas o haya pocas, sean nacionales o sean extranjeras, la edad es una marca importante. Es decir, a partir de cierta edad, indistintamente de que haya muchas nacionales o extranjeras, no te van a querer tanto, es lógico. La gente va a reclamar juventud. A todo mundo, en general, le gusta la juventud. Luego ya dentro habrá otros sectores que les guste las maduras, alguna historia fetichista. Pero en general, buscan juventud y belleza. Entonces, eso tiene un periodo. Te puedes mantener joven con cirugía pero llega claro, llega el momento que por mucho que te hagas, se nota. La edad la llevas mal; hombre, te cuesta tomar conciencia de tu realidad. A nadie le agrada tener que enfrentarse con la realidad. A una persona que tiene una enfermedad no le agrada pero es su realidad, la que es vieja, la pareja que ha roto y en fin, son situaciones dolorosas pero no queda más remedio que afrontarlas. ¿Cómo estoy afrontando el hecho de estar envejeciendo? Pues negra, estoy negra, estoy negra, ja ja. Cuando ya ves que los tíos no te miran tanto, pasan por tu lado, se acercan y ya ven que... como si dijeran -"Uy ésta no tiene veinte años, parecía de lejos". Eso lo notas, lo percibes ¿no? Pero claro, es la realidad y no te puedes crear un medio de fantasía. Yo veo muchas transexuales que piensan que si se ponen una imagen más juvenil ya van a trabajar, pero la verdad es que los clientes buscan los más jóvenes. Es ley de vida. Tienes que buscarte alternativas laborales, porque la prostitución de hoy en día no es como hace algunos años, que con algunos años de

trabajo podías montártelo por tu cuenta. Sino que, de la prostitución ya no se gana tanto, por lo tanto tienes que buscarte alternativas laborales o haber invertido para que de esa inversión te haya ya rentabilizado, poner un negocio, una tienda. En fin, buscar alternativas, porque no es un trabajo para toda la vida. Para ese trabajo ya soy madura, luego para otras cosas no. Porque yo me considero bastante juvenil ¿no estoy mal no?. Pero para este trabajo, es como para los deportistas ¿no? Un deportista a lo mejor deja de ser deportista pero sigue siendo joven, un ciclista por ejemplo con cuarenta ya es muy viejo. Para otro hombre está muy bien, pero para un ciclista ya es muy viejo. Las hormonas te pueden hacer más joven, pero yo no, porque me contrarrestan la capacidad sexual y aparte tienen consecuencias secundarias.

¿Y el retiro? No es que haya pensado en retirarme, es que el trabajo te va retirando, vas notando que ya no gustas tanto, que el reclamo es para gente cada más joven. Ley de vida. Por mucho que quieras el trabajo es corto, en el que se requiere lo imposible, lo que todas las empresas; juventud y experiencia, claro es contradictorio. Aunque todavía soy joven, no en estos trabajos. Te puedes ver bien pero no es lo mismo dieciocho que cuarenta. Te puedes mantener bien pero ya no tienes ese reclamo, siempre habrá una de veinte porque es la generación que viene y va a tener más éxito que tú, porque es ley de vida. No puedes trabajar lo mismo que la de veinte, sería absurdo, vamos. Es como las actrices. Tú puedes ver actrices de cuarenta años que todavía están guapísimas y dices “que buena planta tienen”, yo que sé, tú ve a Sofía Loren y qué guapa está, que buen lastre tiene. Está muy bien pero si se pone al lado de una de veinte, pues la de veinte. Eso es inevitable. ¿Y qué alternativas hay para una mujer que ha trabajado tantos años? En primer lugar la gente en estos trabajos tiene poca cabeza y ha ahorrado poco. Yo he ido ahorrando, pero por mucho que ahorres tienes que buscarte alternativas laborales

porque el trabajo no da para decir, bueno trabajo unos años y ya me retiro. No da para eso. Da para vivir el día, tienes un sueldo mayor que otros sueldos, por supuesto. A lo mejor una persona puede salir por trescientas mil pesetas al mes, que es un sueldo que no todo mundo tiene, pero ponle que tú ahorres ciento cincuenta mil pesetas. Pero por ciento cincuenta mil pesetas no puedes pensar que lo que ahorres en diez años, es para durar para toda la vida. No te da para eso, las rentas, haz las cuentas. Tú para retirarte en diez años tienes que ganar un millón o un millón y pico y tener un remanente grande. Pero con un sueldo hermoso, no da para la gente se jubile. Y más cuando ves que a mayor edad va disminuyendo esa cantidad; tienes que buscarte alternativas. Yo tendría que plantear que alternativas, pero vamos, alguna tendrá que caer. Porque también los inviernos son muy duros, hace mucho frío. Tu cuerpo no lo aguanta, entonces, tienes que cuidar tu cuerpo, porque si no lo cuidas no hay trabajo. La vida te va echando, hay gente con cincuenta años trabajando que no se estrena en toda la noche, o se hace un tío en toda la noche. Pero un tío en toda la santa noche no merece la pena, estar con un tío no'más. Es así la cosa.

Si en todas mis relaciones me ven como objeto, eso te hace sentir un poco mal, te empuja a una soledad obligada. Una cosa es que quieras estar sola y otra que la situación social te obligue, entonces... sí, eso sí, se lleva mal. Yo en mi caso lo lleno con actividad, esto todo el día estoy arriba abajo, haciendo cosas, que si en Ong's, que si estudiando, y en fin, entonces no me da tiempo de pensar mucho en ello, pero yo conozco mucha gente que se deprime mucho. Se deprime mucho porque no encuentra una pareja, quiere tener una estabilidad con alguien, pero hoy en día, las personas no están muy por la labor. Si encuentro uno, primero tendría que enamorarme. Porque por ejemplo, me presentas uno, pero por mucho que tú quieras, jaj a, no. Pero el problema es el régimen de igualdad, el

gay tiene igualdad que otro gay, porque ninguno es más que otro. Pero nosotras dependemos de los hombres heterosexuales. A mí me encantan los gays, si yo pudiera... A mí me encantan los gays porque son hombres atractivos, guapos, entonces, la verdad, si yo pudiera enrollarme con un gay, porque yo los veo con ese cuerpo de hombre masculino que me gusta y por otro lado veo que tienen una cierta sensibilidad, que no es... que es alguien especial. Eso se nota en su conducta, en su comportamiento, eso también me gusta, su parte femenina que puede tener. Pero el problema es que nosotras a los gays no les gustamos nada porque ellos van buscando un cuerpo masculino y nosotras tenemos de masculino una parte, casi la que no se ve. Entonces, no se enamoran de nuestro cuerpo. De verdad es una pena porque para mí sería la felicidad. Me he enamorado, vamos, no me he enamorado pero sí me han gustado gays y he fantaseado con gays. Ya te digo, me encantaría no sólo sexualmente, sino desde luego me encantaría tener una relación afectiva. Puede haber, ¿pero con un transexual? Yo nunca he conocido una pareja de un transexual con un gay. No ¿conoces alguna? Puede ser un gay más masculino, más femenino, pero siempre tiene un rol masculino. Entonces, la homosexualidad hay como niveles, pero con un transexual como tal no he conocido, sin embargo, a mí me encantaría. Pero nada, yo dependo de los hombres heterosexuales que mal rayo les parta, ja ja. Pero bueno, mientras les guste, aunque solamente sea pa' follar ¡por lo menos! Le daré gracias hija, ¡porque si no!

¿Cómo he llevado las depresiones? Teniendo un montón de amigos, teniendo gente con la que puedas hablar. A veces he ido a alguna terapia con algún terapeuta, pero la verdad me ha ido muy mal, pero tener una buena amistad te ayuda mucho y también desconectando, buscando otra realidad. A mí por ejemplo el movimiento asociativo me ha ayudado mucho. Me ha servido mucho porque me ayudaban a

mí, en el sentido que no te da tiempo a deprimirte, hay que hacer cosas, meterte en mil historias, eso te ayuda a no entrar en depresión porque estás activa, conoces a otra gente, ves otros modelos de referencia. Ves por qué hay que dar la cara, por qué hay que luchar por derechos. Eso te va ayudando a tu desarrollo. Eso me ha ayudado mucho. A lo mejor ahora estoy en una etapa más relajada del movimiento asociativo. ¿Cómo me he protegido de las drogas y del sida? Yo he tenido suerte por un lado, el elemento de suerte. Hasta el ochenta y seis nadie usábamos preservativo porque no había nada en teoría, y bueno, eso era una extraña que pasaba por ahí, y no sé que rollo. No había nada claro y si no eras drogadicto no eras una persona de riesgo, era lo que se decía. Entonces, en el ochenta y seis empezamos a usar preservativo y a partir de entonces todas mis relaciones sexuales han sido protegidas, en el trabajo y fuera de él. Y bueno, también he tenido suerte porque en el trabajo también se puede romper una goma, eso me acaba de pasar ¿qué pasó? Pues nada, estábamos follando y la goma se quedó dentro, la sacó; no se había corrido ni nada; pero al sacarla se quedó un poco la goma dentro y existe una posibilidad de riesgo, en teoría sí. Total, que aparte de eso, he tenido suerte, mucha suerte he tenido porque la goma se puede romper, eso no es un certificado de trabajo. Es así un poco. Mucha gente lo ha cogido pero en casa con sus parejas. ¿Y las palizas? También he tenido suerte, he sido una persona muy previsora, a veces perder para ganar más por el trabajo. Si ves gente, yo que sé, que no te inspira confianza, pues no irte con ellos, aunque te digan que te van a dar el oro y el moro. Es decir, perder dinero, hombre en beneficio de la seguridad. Otro ejemplo es siempre estar muy alerta en la calle, hay que estar controlando y mirando quien viene por detrás, por adelante, por los lados; si es un coche con varios tíos, si es con la ventana abierta o si está cerrada; en fin, siempre en alerta. No puedes estar en calle como estás tú nor-

malmente, como estamos todo el mundo por la calle andando; así no puedes estar en el trabajo. Tienes que estar siempre alerta, controlando siempre quien se acerca, quien no se acerca, dónde tiene ese hombre las manos, si vas en un coche, las manos dónde las tiene, las manos tienen que estar en el cuerpo para controlar dónde están esas manos. En fin, en estado de alerta continuo. Eso por un lado te ayuda, y por otro lado, bueno, también, no irte a casa de la gente, es algo que no debes hacer. Me han robado más de una vez, cuatro o cinco veces, me han dado tirones del bolso. Pero agresiones físicas no, también porque he salido corriendo, me he escondido, es decir, que tienes que estar siempre alerta. Y el factor suerte es algo que también es algo que está ahí, claro.

Muchas compañeras han pillado el sida en casa, la gente baja la guardia en las relaciones personales, la prueba la tienes. En casa muchas parejas no usan goma, esa es la realidad ¿no? Porque se supone que hay un compromiso. Entonces, a veces en el mundo de la prostitución por esa falta de afecto, a lo mejor han bajado la guardia, no han caído en hacerse las pruebas primero, juntos, y ver si están bien los dos, y a partir de ahí... Entonces mucha gente ha cometido ese error y claro, ha sido así como lo han cogido. Yo no tengo relaciones sexuales fuera del trabajo porque vida afectiva no tengo. Si tuviera... ¿por decisión propia? Bueno, yo en primer lugar, cuando eres joven no te apetece atarte a nadie, eso por un lado. Quieres estar todo el día jaja, jiji, de juerga ¿o no? Después con los años pues sí, lo echas en falta; esa efervescencia lúdica se va bajando, vas buscando una relación más personal. Luego también, como que no te conformas con cualquier cosa ¿me entiendes? Yo para compartir algo tiene que ser con alguien que realmente yo sienta la necesidad. Porque por un lado, te va pesando encima una independencia, que sea independiente. Eso también tiene su parte bonita ¿no? Vivir sola, hacer tu casa, tener un espacio propio; en fin. Te va gustando, no es

que te sientas sola, es que vas buscando esa soledad; después de estar con la gente, arriba abajo; te apetece de pronto estar a gustito, solita.

¿Echo en falta tener a alguien después de trabajar? Sí, pero por un lado cuando tú estás en el trabajo sexual es incompatible, totalmente; porque por un lado no puedes estar disfrutando sexualmente y por otro lado, tener un deseo para con tu pareja. Cuando tienes una pareja involucras todo, un proyecto de vida, compartir muchas cosas y también compartir tu sexualidad, eso es muy importante. Entonces, claro, si resulta que tú tienes una vida sexual bastante completa fuera, buscas una pareja a otros niveles; a lo mejor a nivel afectivo, de comunicación, compañía; pero el sexual lo tienes muy cubierto. La otra persona, me imagino, no está por la labor de compartir y compartirte con cualquiera ¿no? Porque normalmente cuando tú quieres a alguien lo quieres para ti, tener una relación completa. Por ejemplo si tienes a alguien y sabes que se acuesta con todo el mundo, por dinero o por lo que sea, como que no te hace mucha gracia. A veces te dan ganas de decir: yo entiendo que es un trabajo, pero, joder, cuando me voy a casa, tú mira, te pones a joder con todo dios. ¿Qué si alguna vez hubo alguna persona con quien compartir un proyecto de vida? No, la verdad no; bueno sí, hubo una vez una persona que sí hubo compromiso y sí que me demostró una igualdad tremenda, porque me presentó con su familia; de eso hace quince años. Pero el problema era que me fuera a vivir con él, que dejara todo eso, pero la verdad en el sexo no me atraía mucho, yo le cogí cariño y afecto. Él me quería pero yo no lo quería. ¿Alguna vez he querido a alguien? Una vez quise yo a uno. Me sentía a gusto, pero él tenía su familia. O sea, cuando tú quieres no te quieren y así es la vida, eso es para todo el mundo; entonces sí, vas valorando un poco, te vas volviendo cómoda. Tu puedes compartir, sí, pero con alguien que en verdad valga la pena; entonces, claro, ya tienes una cosa que es muy importante; cuando

tienes tu vida sexual bastante cubierta ya no echas en falta a la pareja. La vida sexual es muy importante, es básico. Tu no tienes pareja, si no tienes sexo. Si tú tienes tu vida sexual más o menos satisfecha sexual por otro lado. Y si tu vida la vas llenando con amigos, en el sentido de compartir muchas cosas, como que ya la pareja ya no es algo básico en tu vida. Claro, si tú estás buscando a alguien es para compartir todo eso; pero si estás compartiendo tus propias parcelas por otros lados... Como que te tiene que llenar bastante a muchos niveles, en primer lugar, el sexual, que eso... claro; no vaya a ser jodido lo más jodido. Eso por un lado, y por el otro, que te llene en un régimen de igualdad, en fin, varias cosas.

Relaciones sexuales con mujeres he tenido en el trabajo; que también fue un momento duro. Duro porque tuve relaciones sexuales con mujeres y vi que disfrutaba, entonces para mí fue muy traumático, que nunca había hecho antes; y que después del cambio, comprobé. Para mí fue un drama, dije ¿yo que he hecho?. La educación que recibes que es tan rígida, la cosa tiene que ser para cada cosa; claro, y cuando yo comprobé que había cambiado de sexo y que podía disfrutar con hombres y con mujeres; dije “bueno, habrá sido un error, a lo mejor no me tenía que haber cambiado, a lo mejor...” fue un momento duro, de confusión; porque no encajaba en ninguna de las cosas que me habían educado. Porque se supone que si eres homosexual, es que no te relacionas más que con los hombres; si eres lesbiana, es que eres lesbiana; incluso los mismos grupos también crean estereotipos y crean más marginados todavía. Un homosexual que de pronto tenga relaciones heterosexuales, los otros homosexuales como que no lo ven de su grupo. O una lesbiana que se ha casado antes con un hombre, que ha tenido hijos. Las mismas lesbianas “auténticas”, digo “auténticas” por ser de toda la vida; la ven como intrusa; como que no eres legítima de alguna manera y esto ocurre con los transexuales también. Estaba en

confusión porque te educan, cambias de sexo porque te gustan los hombres y luego descubres que te puede atraer sexualmente una mujer, entonces dices “bueno, ahora ¿qué definición tengo? ¿Yo en que grupo estoy? Y finalmente llegas a la conclusión que no existen grupos, que no existen categorías que todas son construcciones para controlar a las personas y para poder manejanos. La sexualidad puede ser libre, preciosa y maravillosa y no tenemos que estar clasificando continuamente todas las prácticas sexuales que hacemos ni todos los cambios. En fin, si pudiéramos vivir en una sociedad realmente libre y pudiera cada quien expresar su masculinidad, su feminidad como perfectamente quisiera; podría tener relaciones sexuales con quien le dé la gana, con hombres o con mujeres sin tener que estar buscando explicaciones continuas, con este sí, con esta no, en fin. Claro, eso es siempre lo que hacen los grupos pequeños: machacar. Porque a nadie se le plantea ¿porqué es heterosexual?. Sin embargo, todo aquel que se aparta de lo heterosexual ¿porqué, porqué no, porqué sí, dentro de qué nivel? O sea, se busca si es disforia de género, si es patología, es como un libro y también los grupos clasifican.

En el trabajo sexual he tenido relaciones con chicas. Sí, es que sexualmente yo creo que he tenido una gran capacidad de disfrutar con hombres y con mujeres, la sexualidad es diferente de una manera o de otra; pero yo creo que el placer es igual de divino, maravilloso en ambos casos; negarte uno no tiene ningún sentido. Pasé del extremo de odiar mis genitales a disfrutar con ellos; porque en ese entonces tenía claro que tenías que ser hombre o ser mujer porque no había otra cosa. Pero era cuando tenía dieciocho años; pero después vas madurando entonces lógicamente vas pensando y vas viendo que todo lo que te dicen no tiene por qué ser. Afectivamente he estado muy sola, he vivido con una amiga. He tenido amigas, amigos, no he tenido una pareja y eso también eso

hace mucho. En esa época era difícil tener amigos, no había colectivos. La única referencia era si conocías a alguien. Yo conocía trans pero todas de la prostitución. No es como ahora que hay más medios de comunicación, asociaciones que te ayudan, hay un mundo de referencia. Sinceramente no encuentro una persona importante en mi vida, me cuesta trabajo encontrar una persona. Porque siempre he sido yo, yo. Como que encontrar una persona no la podría encontrar porque siempre he estado tan sola que siempre me he tenido que hacer las cosas yo misma poco a poco. Algunas veces había gente que me ayudaba otras que no. Aparte de tu madre que te da la vida, pero apoyo no. Creo que el apoyo ha sido continuo de mi misma, sigo adelante, sigo adelante.

Llevo en Madrid toda la vida. Llevo dieciocho años en Madrid, toda la vida. Aquí me muero, ja ja. En zonas de prostitución no he ido más. Bueno, Barcelona un verano o dos. El trabajo es el mismo en todos los sitios. No regresaría Salamanca, tienes que escapar a ciudades grandes, donde tienes anonimato, donde puedes huir. Una ciudad pequeña en España puede ser mortal, hombre, también van cambiando las cosas. ¿Cómo puedes ir con la sociedad de prostituta y transexual, en un sitio pequeño si ya te conocen? En un Madrid puedes perfectamente tener dos vidas, tres vidas y cinco, las que quieras. Quiero terminar la entrevista con dos cosas:

Primero, a la sociedad: respeto, tolerancia, en todos los sentidos, derechos laborales y demás. Y a las transexuales, pues bueno, que sean cada vez más dueñas de sí mismas y de sus decisiones, no tanto de su entorno. Ese es el reto, y sobre todo cuando eres alguien como yo, con una indefinición más radical que las personas que se operan, vivirlo es más duro, vivir el día a día es más duro. Lo que pasa es que bueno, o tienes sentido del humor y te ríes un poco de todo y bueno pasas un poco por encima de los comentarios. Así es que ya con cuarenta años tengo muy claro que

ni voy a cambiar el mundo ni quiero que el mundo me cambie a mí. Quien quiera que me entienda, quien quiera que me acepte, quien no lo entienda pues que coja un libro porque yo no voy a estar explicando qué es la transexualidad y lo que no es. Porque claro, llega un momento en el que no puedes; y el que no quiera aceptarlo y ponga sus condiciones me parece muy bien, el mundo es muy grande. Lo que no puedo es vivir ocultamente. Ya bastante oculta tengo que vivir bastantes contrariedades personales. Bastante ya. Pero vamos, tengo muy claro que ya no tengo edad para perder el tiempo y quien quiera que lo entienda y el que no, que se vaya a misa. No puedo estar siempre con la presión social, entonces no puedes vivir, es que te mueres ¿o no? Entonces bueno, llega el momento en que lo tengo muy claro. Si mañana se dan cuenta en algún sitio, ah pues mira, me parece muy bien.

Algo que considero importante comentarle a toda las personas que viven dentro de lo que llaman socialmente “marginalidad” que a su vez no lo practiquen, como la mayoría. Es decir, ese clasismo y ese marcar diferencias. Yo hablo por ejemplo de transexualidad, en la homosexualidad es distinta. Que la transexualidad a su vez no clasifique a las personas que se operan de las que no se operan, para las personas que tienen prácticas sexuales así o asá, porque genera un mayor rechazo y más marginalidad a otros grupos. Y eso se puede aplicar a los homosexuales, a las lesbianas. Es muy importante luchar contra eso, porque es volver a repetir el mismo estereotipo que hay, tendríamos que luchar por no crear esas diferencias. Y al otro mundo que no está en la transexualidad todo el tiempo, aunque a veces vaya de vez en cuando a recurrir a servicios sexuales, al resto de la población el mensaje que quiero decirles que lo nuestro no es algo anormal. Que la propia naturaleza demuestra que hay seres que tienen los dos sexos, seres que cambian de sexo, es decir, que la transexualidad es una manifestación más de la naturaleza. Lo que pasa es que el hombre construye

sociedades, construye modelos en los cuales machaca a otras personas en beneficio de ser preferentes. Pero si mira un poco a la otredad y mira un poco a lo que es la vida, se da cuenta que la transexualidad no es nada más que una variante más y no tiene porqué estar machacando a estas personas, negándoles derechos y haciéndoles que vivan en la clandestinidad. Es que es vergonzoso, y tanto que se quiere buscar la armonía con la naturaleza, de esa manera es imposible ¿o no?...

A manera de conclusión

El cambio de sexo de hombre a mujer es la transgresión social más estigmatizada y dura de los quebrantamientos de la moral sexual. Dado que se da en un contexto género y sociedad donde lo que es “ser hombre” o “ser mujer” no es más que un a construcción cultural imaginaria. Por tanto, el proceso está condicionado por una conducta imitativa y representativa de valores asociados con la feminidad. Las personas que cambian de sexo están conscientes que existen otros sujetos que han atravesado la frontera del género y siguen su ejemplo. En unos casos, la imitación es a la feminidad de la madre o a una figura representativa.

En tanto que cambiar de sexo de hombre a mujer hace a la persona más vulnerable al trabajo sexual como alternativa laboral y reduce sus oportunidades de educación, vivienda y salud. Igualmente es necesario cuestionar que las personas transexuales no son víctimas de su propio cuerpo, sino agentes sociales que transgreden un sistema de género que subyace una identidad de acuerdo al órgano que tienen entre sus piernas.

El medio hace de las personas discriminadas sujetos de difícil acceso y conductas hasta cierto punto violentas, convirtiendo a algunos individuos en sujetos reproductores de violencia. Aunque es importante reconocer que esa fuerza, de la misma forma que los convierte en personas independientes y autónomas.

Referências

BADINTER, Elizabeth. *XY La identidad masculina*. Barcelona: Alianza, 1992.

BAJTIN, Mijail. *Teoría y crítica de la novela*. Madrid: Taurus, 1989.

BECERRA, Antonio et. al. *Trastornos de identidad de género*. Guía clínica para el diagnóstico y tratamiento. Madrid: Sociedad Española de Endocrinología y Nutrición, 2002.

BELZA, M.J.; LLÁCER, A.; MORA, R.; et. al. *Características sociales y conductas de riesgo para vih en un grupo de travestís y transexuales masculinos que ejercen la prostitución en la calle*. Madrid: Gaceta Sanitaria, 2000.

CALIFIA, P. *Sex changes. The politics of Transgenderism*. San Francisco: Cleis Press, 1997.

CALLEJO, Javier. *El grupo de discusión: introducción a una práctica de investigación*. Barcelona: Ariel, 2001.

CASSETTI, F.; DI CHIO, F. *El análisis de la comunicación*. En *Cómo analizar un film*. Barcelona: Paidós, 1991.

Consejería de Sanidad de la Comunidad de Madrid. *Concepciones y necesidades de salud de mujeres y transexuales que ejercen la prostitución en lugares abiertos de la Comunidad de Madrid*. Madrid: Sigma Dos, 2002.

EUROPAP/TAMPEP. *Trabajando por la salud: Desarrollo de servicios para las personas que ejercen la prostitución en Europa*. Ámsterdam: Red Europea para la prevención del sida/ets en la prostitución, 1998.

FEINBERG, L. *Transgender warriors*. Boston: Beacon Press, 1996.

FONSECA, C. *El transgénero y la homofobia como miedo a la identidad. Construcción personal y social de una nueva identidad*. Madrid, 2001.

GARAIZÁBAL, C. La trasgresión del género. *Transexualidades*,

un reto apasionante. En Nieto, J.A. *Transexualidad, transgénero y cultura*. Madrid: Talasa, 1998.

GUASCH, Òscar. *Observación Participante*. Madrid: Cuadernos metodológicos, n. 20. CIS Centro de Investigaciones Sociológicas, 1997.

IBÁÑEZ, Jesús. *El grupo de discusión: Fundamento metodológico y legitimación epistemológica*. En LATIESA, Margarita (ed.): *El pluralismo metodológico en la investigación social: ensayos típicos*. Granada: Universidad de Granada, 1991.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas de la vida cotidiana*. Madrid: Cátedra, 1986.

MÉDICOS DEL MUNDO. *Atención sociosanitaria a mujeres y hombres transexuales sin recursos*. Madrid: MDM.

ONUSIDA. *Educación Inter. Pares y vih/sida. Conceptos usos y problemas*. Ginebra, Suiza: Programa conjunto de las Naciones Unidas sobre el vih/sida, 2000.

Pérez de la Blanca, B. *Atención sanitaria de los trastornos de identidad de género en Andalucía*. Sevilla: Junta de Andalucía, 2000.

PÉREZ SERRANO, Gloria. *Investigación cualitativa. Retos e interrogantes, I. Métodos*. Madrid: La Muralla, 1998.

PEREZ SERRANO, Gloria. *La investigación cualitativa. Retos e interrogantes, II. Técnicas y análisis de datos*. Madrid: La Muralla, 1998b.

PLUMMER, Ken. La diversidad sexual: Una perspectiva sociológica. En NIETO, José Antonio (comp.). *La sexualidad en la sociedad contemporánea*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia-Fundación Universidad Empresa, 1991.

PUJADAS MUÑOZ, José Luis. *El método biográfico. el uso de las historias de vida en ciencias sociales*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1992.

“Os rigores disciplinares na formação de um leader”: a educação masculina na escola superior de agricultura e veterinária

Adriano Toledo Paiva
Maria do Carmo Pires

Resumo: Este artigo analisa a educação masculina na Escola Superior de Agricultura e Veterinária — atual Universidade Federal de Viçosa — no início do século XX. Avaliaremos o cotidiano dos docentes e discentes, tendo como viés a disseminação de um perfil de masculinidade aliado à ciência que almejava a reforma da agricultura nacional.

Palavras-chave: Construção da Masculinidade. Educação Masculina. Educação Superior.

Abstract: This article analyzes the masculine education in the Escola Superior de Agricultura e Veterinária — currently Universidade Federal de Viçosa — in the 20s and 30s of the 20th century. We will evaluate the schedule of the professors and pupils as to aim the dissemination of a masculinity profile ally to the science that longed for the national agriculture reform.

Keywords: Construction of the Masculinity. Masculine Education. College Education.

Adriano Toledo Paiva. Mestrando em História na Universidade Federal de Minas Gerais – Bolsista do CNPq.

Maria do Carmo Pires. Doutora em História na Universidade Federal de Minas Gerais – Professora adjunta da Universidade Federal de Viçosa (DAH – UFV).

“Os rigores disciplinares na formação de um leader”:
a educação masculina na escola superior de agricultura e veterinária

*Os teus filhos serão teus missionários,
Que irão levar pelos sertões lendários
Teus novos evangelhos
E há de ver, arrostando mil fadários
Os moços sonhadores e visionários, a doutrinar os velhos.*¹

(Poema ESAV – Edgar de Vasconcellos e Barros)

¹ A ESAV constitui atualmente a instituição de ensino Universidade Federal de Viçosa. Poema ESAV de autoria de Edgar de Vasconcellos e Barros, contido no Catálogo de Formandos da ESAV – 1939. Neste ano, a ESAV promoveu a publicação do mencionado livro em substituição aos tradicionais quadros de formatura que figuram nos corredores do atual Edifício Arthur da Silva Bernardes da UFV. Uma das justificativas empregadas para o fabrico deste manual com informações sobre as turmas de formandos constituía-se na divulgação dos trabalhos realizados na instituição. (O referido livro desta formatura não possui referência à paginação.) Arquivo Histórico da Universidade Federal de Viçosa (UFV). *Catálogo de Formandos da ESAV – 1939*.

Educação, ciência e disciplina: o ímpeto reformador da agricultura nacional

A implantação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV), na década de vinte do novecentos, representa o ideal do imaginário de técnicos agrícolas e governantes para a implementação de um modelo de exploração agrícola designado como “racional”. Este protótipo possuía como principal fundamento a introdução de maquinários na agricultura, educação rural e valorização do agrônomo, veterinário e técnicos agrícolas como elementos responsáveis pela difusão de tecnologias que visavam o melhoramento do *modus vivendi* do homem do campo; bem como de suas espécies animais e vegetais. Os “técnicos em assuntos agropecuários” tornar-se-iam os promotores da civilização, embebidos e aliados a um espírito científico.

A implantação da ESAV seguiu os modelos dos *Land Grant Colleges* norte-americanos. O ensino e as práticas agrícolas nortear-se-iam pela experimentação; os conhecimentos científicos seriam considerados guias para a resolução dos problemas da agricultura brasileira, proporcionando um aumento de sua qualidade e produtividade. Os alunos da ESAV, conforme observamos no Livro da Formatura de 1939, possuíam “uma jornada exaustiva de quinze a dezoito horas de trabalho honrado e recreio merecido adestrando o cérebro e músculos para a luta pela vida, que será também a luta pelo Brasil”.² Esta carga horária diária de atividades incluía o trabalho no campo destinado aos experi-

² *Ibidem*.

mentos, aulas teóricas e práticas, refeições, estudos para as atividades escolares, práticas esportivas, exercícios e instrução militar. Todavia, o cotidiano dos jovens no interior da Escola era extremamente regulado e planejado, ou seja, suas ações e seus movimentos foram distribuídos em espaços e tempos reguladores e regulados.³ As diligências e os regimentos da Escola induziam os alunos a realizarem atividades produtivas durante o seu cotidiano. O regulamento da Instituição deveria ser conhecido por todo o seu corpo social, pois para o corpo técnico, docente e administrativo, o conhecimento das normas e sua prática permitiriam, conforme observamos na documentação consultada, a “realização plena dos objetivos da Escola”, que era “reformar a agropecuária nacional”. A fim de gerenciar de modo eficaz estas reestruturações produtivas, a Diretoria da ESAV controlava o seu cotidiano, observando atitudes indisciplinadas do seu corpo social e aplicando punições. Dentre as principais infrações combatidas destacamos: as “colas” em exames, ausências às aulas, conflitos e discussões entre os alunos, desentendimentos entre educadores e discentes. Em suma, a administração escolar combatia as irregularidades que pudessem interromper suas atividades de ensino e a realização dos trabalhos experimentais.

No Livro de formandos de 1939, A. Secundino São José escreveu um texto que resgatava aspectos do cotidiano estudantil na ESAV, que nos reporta a uma das travessuras, realizada no seu período discente.

Mais de um no chuveiro era ainda considerado ofensa à moral. Certa ocasião, estávamos cinco em um chuveiro ao mesmo tempo. Cinco rapazes em um quarto de banho não são em absoluto, a imagem do silêncio e da calma. Nisso um sexto bate à porta. — Não há mais lugar. Dizemos nós. Novas batidas, mais fortes, mais enérgicas. — Abre a porta e vamos dar um susto nesse... Disse um de nós, enchendo as mãos de água fria e se escondendo atrás da porta. Abriu-se a porta e... era o Senhor Diretor! Ainda bailam nos

³ No almanaque de Formandos de 1939, podemos observar a descrição de um dia de atividades no estabelecimento de ensino: Às seis horas da manhã era servido o desjejum, meia hora depois de soar o sino dos operários da Escola fechava-se o refeitório. As aulas teóricas tinham início às sete horas e possuíam duração de cinqüenta minutos. Cada turma possuía por semana duas ou três aulas práticas durante o período da manhã. As atividades eram realizadas até às onze horas, exceto nos dias de Reunião Geral. Neste momento que antecede e sucede o almoço, os discentes descansavam e conversavam nos gramados, jogavam xadrez, ouviam rádio ou realizavam leituras nos centros acadêmicos, praticavam caminhadas ou regressavam ao apartamento. Das treze horas as dezesesseis começavam as aulas práticas; neste período, as aulas teóricas são raras, pois as classes possuíam atividades de campo e laboratórios. No final das atividades experimentais até as dezessete horas e trinta minutos, hora do jantar, os estudantes dedicavam-se a práticas esportistas. Após a refeição, os alunos retomavam suas atividades de estudo, dirigindo-se a seus quartos às vinte horas, tomando um lanche noturno e preparando-se para dormir.

“Os rigores disciplinares na formação de um leader”:
a educação masculina na escola superior de agricultura e veterinária

⁴ Arquivo Histórico da UFV. *Catálogo de Formandos de 1939.*

*meus ouvidos as palavras dos maiores ‘sabões’ que jamais ouvi em toda a minha vida.*⁴

A vida estudantil nos internatos, campos de experiências e salas de aula era atentamente observada pelo corpo docente, servidores e chefes de disciplina, que encaminhavam seus relatórios e observações para a Diretoria da Escola. A inspeção normativa fora realizada pelo Conselho de Disciplina. Dentre os membros deste conselho, que atuavam na vistoria do cotidiano discente e na aplicação das normas de boa conduta, destacamos os “Chefes de Seção” do alojamento e o professor, nomeado pelo Diretor Bello Lisboa para gerenciar este “instrumento normativo”. A colaboração dos moradores do internato no Corpo Consultivo Disciplinar tornava-se essencial para a manutenção da “ordem” no dia-a-dia escolar. No final de cada dia, o chefe de cada seção do internato percorria os apartamentos para verificar se algum aluno se ausentava e lavrava o seu relatório ao Conselho. Outra atribuição dada aos alunos, pelo Conselho de Disciplina, para vistoria do cotidiano escolar foi a instituição da função “Chefe Geral”. Este discente era escolhido para representar a Direção Escolar perante aos demais estudantes. Os internos saudavam com palmas o Chefe Geral para peticionar a dilatação do horário regulamentar de saída para a cidade, pois este expirava às vinte horas; a exceção a esta regra era os feriados e finais de semana. Contudo, os representantes discentes receberiam insultos nas refeições caso denunciasses irregularidades ou infrações cometidas pelos estudantes.⁵ Cada turma discente da Escola possuía o seu *leader*, que representava os interesses de sua classe perante aos órgãos administrativos da instituição.

⁵ *Ibidem.*

A Diretoria semanalmente convocava os servidores para uma reunião, de duração de vinte a trinta minutos, para esclarecer aspectos do regimento escolar e questões administrativas da instituição, além de pro-

ferir aconselhamentos acerca da boa higiene, alfabetização e moral dos funcionários. Destarte, o corpo docente e de servidores deveriam representar arquétipos ideais para serem reproduzidos pelos alunos, já que no regime de internato ocupavam a posição de pais destes. A direção promovia preleções e inspeções que visavam o florescimento da “boa moral”, inculcando valores de polimento aos alunos, através de um delineado sistema de valores, ordens e rigorosas vigilâncias. Em uma preleção do ano de 1930, Bello Lisboa elucida as causas da indisciplina na ESAV, ou seja, as recorrentes brigas nos dormitórios e nas práticas esportivas. Segundo o Diretor da ESAV, os motivos das desavenças entre os discentes decorreriam da “educação fraca”, do “excesso de intimidade”, das “intrigas”, “ciúmes”, “inveja”, “intromissão em questões alheias”, “negócios mal feitos”, “divisas mal estabelecidas” e as “aguadas” promovidas pelos alunos. No documento observamos o pedido do Diretor da Escola para que se realizassem duzentas cópias mimeografadas dos tópicos da preleção, a fim de distribuí-las entre o corpo de funcionários e estudantes.⁶

As “aguadas”, comumente chamadas pelos discentes de “hidroterapia”, constituíam-se na imersão do calouro sob as torneiras localizadas defronte ao dormitório. Nenhum novato poderia esquivar-se das águas que “civilizavam calouros”, dos pomposos colarinhos de cartolina ajustados a gravatas de “cores espalhafatosas” e da profissão de um discurso no salão das refeições. A presença do chefe de disciplina não era capaz de conter os alunos no restaurante quando se quebrava algum utensílio ou nas saudações aos aniversariantes.⁷ Tais atitudes discentes conforme nos relatou A. Secundino São José, no álbum dos formados, ao comentar o episódio do “banho coletivo”, citado anteriormente, promoviam inúmeras reuniões gerais dos docentes. Segundo o aluno, os “setes professores dos primeiros tempos clamavam sempre em altos brados, contra a crise das mais apertadas por que

⁶ Arquivo Histórico da UFV. Fundo: ESAV. Caixa: 35. Documento: 3185.

⁷ Arquivo Histórico da UFV. Catálogo de Formandos da ESAV – 1939.

⁸ *Ibidem.*

já passou a nossa ESAV”.⁸

Indisciplina, coerção, punições e vivências no sistema de internato

Nas assembléias dos mestres discutiam-se aspectos do dia-a-dia do educador; como as atividades de ensino e os resultados de seus investimentos na prática pedagógica. A Diretoria da Escola e os docentes formaram um corpo consultivo para deliberar sobre assuntos do cotidiano escolar, denominado “Congregação”. Através da leitura das atas deste órgão administrativo, podemos evidenciar que todo o corpo docente era integrante das reuniões, porém somente os que eram convidados a integrar este Conselho e os chefes de Departamentos possuíam poder de voto nas ações e discussões. Tais assembléias docentes traçavam norteamentos para as práticas educativas cotidianas, especialmente no tocante à sala de aula. Os congregados discutiam as vantagens de suscitar nos alunos a admiração pelo ensino, transmitindo-lhes, no decorrer das lições, incentivos ao desenvolvimento do espírito de trabalho, “colocando fim à falta de interesse”, conferindo “maior aperto aos estudos” e incentivos à prática da repetição para apreensão dos conteúdos. Nestas reuniões esclareciam-se pontos obscuros do regimento, estipulavam-se datas e métodos para a elaboração dos exames, organização das provas escritas, estrutura do sistema de sabatinas. Nas atas discutem-se as maneiras de se instruir no “sistema de regras”, regimento interno, os educandos; arrolavam-se nomes de alunos que infringiam as normas e decidiam os seus destinos. As reuniões da associação explicitavam e devassavam os casos dos alunos que desrespeitassem os Estatutos da Escola; ouviam-se os pronunciamentos dos professores acerca da vida estudantil destes jovens e procediam-se votações das propostas de resolução dos casos de infração explicitados. Estudaremos alguns casos de punição dos

educandos por não observância de preceitos e normas da Instituição.

O professor Mennicucci perguntou ao educando Infante se tinha conhecimento de uma poesia feita ao aluno Jardim, que estivesse relacionada ao “trote”. O aluno respondeu ao docente que “havia indicado aos seus colegas a destruição do poema”, mas estes a declamaram a João Teixeira Duarte “por gracejo”. A Congregação concluiu que “o fato não teve caráter coletivo”; era expressão de “uma explosão momentânea”, “não houve por parte dos alunos o intuito de rebaixar a Escola e estes reconheceram o erro cometido”.⁹ A Congregação, em uma de suas reuniões de 1929, discutiu o “caso de fraude” do aluno Geraldo Soares Brandão. O discente argüido na diretoria confessou o seu delito, utilização de cola na prova de matemática. O referido aluno argumentou que estava mal preparado para o teste, porque “o professor não o ensinava”, sendo suspenso por sete dias.¹⁰ Deliberou que os alunos Altair Lopes Resende e José Silvério Barbosa, seriam suspensos por seis dias úteis, o primeiro por ter colado na avaliação de Física e o segundo por ter fornecido a cola.¹¹ Inúmeros são os casos de “cópias clandestinas” nos exames escritos discutidos pela Congregação, assim como as condenações às brincadeiras realizadas pelos veteranos aos novatos.

Os alunos Horácio Mattos e Geraldo Vidigal cometeram atos de indisciplina. O primeiro escreveu em um caixote de frutas “despachado para o Exmo. Sr. Presidente do Estado” e o segundo invadiu o pomar do Professor Rolfs. Ao discente Mattos aplicou-se admoestação e ao Vidigal, oito dias de suspensão.¹² O aluno Mario Pereira de Mello no “jardim público” dera dois beijos em seu colega Sebastião de Souza Lamir, que tentou repelir os ósculos. Mello convidou Lamir para brigar na avenida da Escola. Como punição a estas atitudes indisciplinadas, o aluno Mello foi afastado da instituição no corrente semestre.¹³ O aluno Rolla Perdigão foi chamado à Diretoria por manter em sua

⁹ Arquivo Histórico da UFV. Atas da Congregação. Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV. Viçosa, MG. Livro 1, Reunião 63, p. 60.

¹⁰ *Ibidem*, Reunião 29, p. 7-7v. Na reunião número trinta e oito discutiu-se os rumos de alunos que não voltaram ao estabelecimento de ensino. Reunião 38, p.16.

¹¹ *Ibidem*, Reunião 78, p.83v.

¹² *Ibidem*, Reunião 35, p.13v-14.

¹³ *Ibidem*, Reunião 39, p.19.

“Os rigores disciplinares na formação de um leader”:
a educação masculina na escola superior de agricultura e veterinária

14 *Ibidem*, Reunião 40, p.40.

15 *Ibidem*, Reunião 32, p. 9v.

16 Ver documentos relativos aos inquéritos no Arquivo Histórico da UFV. Fundo: ESAV, Caixa 20.

17 *Ibidem*, Reunião 63, p. 59.

18 *Ibidem*, Reunião 83, p. 91v-92.

posse o material escolar de um colega. O “infrator” confessou “ter feito mal conservando o objeto em seu poder”. A Diretoria exigiu que não cometesse tais atos, pois seria expulso da Escola.¹⁴ João Teixeira da Silveira infringiu o regimento interno, por ter se retirado do estabelecimento por dois dias sem a aprovação do Diretor, sendo punido com uma suspensão de seis dias.¹⁵ Na aplicação e decisão dos mecanismos punitivos procediam-se com um rigoroso processo de averiguação das infrações discentes, realizado pela Diretoria e pelos professores responsáveis pelos desdobramentos do inquérito. No desenrolar deste “processo”, os “infratores” eram inquiridos pelos professores na diretoria; o caso era “ventilado” através da coleta de depoimentos de outros alunos que estivessem envolvidos no acontecido ou que o testemunhassem.¹⁶

Na Congregação se discutia que os mestres não poderiam expulsar os alunos das aulas, “pois o professor deveria se impor em suas classes”. Nesse sentido, os atritos entre professores e alunos deveriam ser evitados, e a ordem garantida “por meio da força moral”.¹⁷ Os docentes procurariam estimular os educandos ao trabalho, utilizando sua persona e atribuições para cunhar um exemplo a ser seguido pela Escola. Um exemplo da utilização do arquétipo docente para estruturação dos alunos fora empregado pelo Presidente da Congregação, ao expor o caso dos alunos Paulo Aguiar e Miguel Pardi, que “praticaram imoralidade” nas proximidades da Escola. Bello Lisboa manifestou a importância do “saneamento de nosso meio” e que os alunos não poderiam incorrer nesta atitude, pois os docentes possuíam “firmeza em seu proceder”, constituindo-se exemplos que deveriam seguir.¹⁸ Os congregados recebiam ordens do Diretor, Bello Lisboa, para que atraíssem os interesses dos alunos para as aulas práticas, além da promoção de visitas destes as casas dos professores. As ações políticas e administrativas disciplinares da ESAV visavam à pro-

moção de uma maior sociabilidade entre o corpo de estudantes e seus mestres. Para o Corpo Consultivo, o enlace de solidariedades, relações de afinidades e afeições entre docentes, discentes e jornalheiros promoveriam a consolidação do ideal do Estabelecimento que seria a “unificação do trabalho e prestígio dos Departamentos”.¹⁹ Os estudantes à semelhança docente deveriam tornar-se *leaders*.

Os alunos do terceiro ano do curso Superior — turma S6 — foram advertidos no dia 31 de agosto de 1932, às oito horas, pelo Professor catedrático de Horticultura e Pomicultura, Dr. Humberto Bruno, para realizarem a prova mensal da disciplina naquele momento. O líder da classe argumentou que não poderiam fazer a avaliação, porque não se prepararam. O professor explicitou que deveria ter entregado os resultados da avaliação à Secretaria no dia 29, portanto, aplicaria o teste. A realização dos trabalhos no mês de agosto e setembro foi anormal, devido o consórcio de Arthur Bernardes ao movimento Constitucionalista de São Paulo, e decorrente instituição de uma base militar de apoio paulista e refúgio do antigo presidente na região. A cidade por diversas vezes fora invadida por tropas da polícia militar do Estado de Minas Gerais.²⁰ Tais motivos não permitiram o funcionamento das atividades da Escola, o professor poderia incorrer no artigo quarenta e seis do estatuto, aplicando as provas mais tarde que o de costume.²¹ Os alunos consideraram que o professor possuía quatro horas após sua chegada de uma viagem oficial de Belo Horizonte, para avisá-los da prova, mas não as aproveitou. O professor Bruno havia entrado em consenso e marcado os testes mensais em outros horários para os demais cursos e mantivera a avaliação da turma S6.²² Para os estudantes, o atraso da entrega dos resultados dos exames à direção não poderia condicionar a realização de um teste, pois fizeram inúmeras provas fora do prazo estabelecido para entrega dos resultados. Embasados no Regimento da Escola, os alunos explicitaram ao pro-

¹⁹ *Ibidem*, Reunião 48, p. 34, 39.

²⁰ Ver as discussões sobre o possível prosseguimento dos trabalhos de pesquisa na ESAV e medidas de segurança tomadas devido aos acontecimentos de 1932 na região em: Atas da Congregação. Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV. Arquivo Histórico da UFV. Viçosa, MG. Livro 2, Reunião 87.

²¹ Ver Regimento da Escola Superior de Agricultura e Veterinária depositado no Arquivo e Histórico da UFV – Fundo ESAV.

²² Atas da Congregação. Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV. Arquivo Histórico da UFV. Viçosa, MG. Livro 2, Reunião 89, p.6-6v, 7v.

“Os rigores disciplinares na formação de um leader”:
a educação masculina na escola superior de agricultura e veterinária

²³ O artigo 45 do regulamento elucida que cada disciplina deveria aplicar provas escritas mensais, sendo praxe os professores marcarem antecipadamente as provas, e as sábadas não poderiam durar mais que vinte minutos, podendo ser aplicadas sem aviso prévio, não excedendo o número de quatro em um mês. Regimento da Escola Superior de Agricultura e Veterinária depositado no Arquivo Histórico da UFV – Fundo ESAV.

²⁴ Atas da Congregação. Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV. Arquivo Histórico da UFV. Viçosa, MG. Livro 2, p. 7v -8.

²⁵ *Ibidem*, Reunião 90, p.9-10.

²⁶ *Ibidem*, Reunião 90, p.10-10v.

feitor que não poderiam realizar um exame sem aviso prévio.²³ Segundo os educandos, o docente demonstrou desconhecer o regulamento, quando pediu para consultá-lo. Os discentes peticionaram ao docente um novo horário para realizarem o teste, mas este preferiu aplicá-lo após seu retorno da Diretoria. Os estudantes argumentaram que o “ambiente tornou-se carregado”, e “esgotando-se todos os seus recursos”, entregaram a avaliação assinadas em branco como sinal de protesto.

O *leader* do S6 explicitou ao Diretor que a assinatura na prova em branco fora “um ato mais cavalheiresco que o abandono da sala”, e que os estudantes através deste sinal de protesto pediam a anulação da avaliação. Nos debates sobre estas discussões, os membros da associação oscilaram entre duas perspectivas: validar a prova, pois fora datada e assinada pelos discentes, ou facultar uma nova avaliação, de acordo com os argumentos professados no Regimento e nas reuniões da Congregação. Submetida as propostas do recurso dos estudantes do S6 à votação, dez docentes se manifestaram pela sua rejeição e sete a favor da aceitação da petição.²⁴

O Presidente da Congregação apresentou aos seus membros um requerimento dos alunos do S6, no qual comunicavam seu afastamento da Escola. Na exposição desta petição, o professor argumentou que a Diretoria não poderia tolher a liberdade dos alunos no tocante ao seu afastamento da instituição, apesar de “não reconhecer o motivo que justificasse tal ato”.²⁵ Na perspectiva docente, os alunos do S6 agiram de maneira precipitada e deveriam dirigir-se à Junta Administrativa para a resolução de suas contendas, colocando fim à nota zero, conforme lhes assegurava o regulamento em vigor na ESAV.²⁶

Os demais alunos da Escola foram solícitos às petições e protestos dos discentes do S6 e encaminharam um ofício à Diretoria, assinado pelos *leaders* de turmas da Escola, a fim de que fosse concedida nova

avaliação aos alunos do terceiro ano.²⁷ Para a Congregação, os discentes configuraram um “movimento coletivo”, que estaria intrinsecamente ligado ao caso da turma S6.²⁸ Os estudantes interromperam as atividades escolares e exigiam a resolução de suas pejejas.

No mês de outubro e novembro de 1932, os congregados discutiam as especificidades dos “movimentos coletivos”, que expressavam o “grau fraco da educação na Escola e imprimia a necessidade de torná-la forte”. Deste modo, instalou-se uma campanha em prol do melhoramento da disciplina no ambiente escolar. Para o bom exercício do professorado e restabelecimento da ordem nas atividades do estabelecimento de ensino, os docentes resolveram afastar “os maus elementos do corpo discente”, com o intuito de “salvaguardar o bom nome, a integridade e segurança da Instituição”.²⁹

Nas reuniões dos congregados, as propostas docentes incidiam no arquivamento do inquérito — sem que os alunos tivessem conhecimento deste ato — e na estruturação de um aparato preventivo para os “movimentos coletivos”. A Congregação despachou uma notificação para que todos os alunos comparecessem às aulas, a partir do dia 21 de outubro, dentro do horário oficial. Seguiram-se as reuniões nos derradeiros meses do ano de 1932, e discutiam-se as medidas para sanar as faltas dos alunos e estabelecimento de datas para as provas que não foram realizadas no mês de outubro, além de se instalar comissão que elucidasse os envolvidos nas lideranças dos movimentos.³⁰ Os alunos permaneceram insatisfeitos com as decisões dos docentes e encaminharam o recurso que o Curso Superior Seis encaminhou à Diretoria, para publicação em um jornal local. Os episódios indisciplinados tornaram-se conhecidos pelas comunidades da região, e os docentes do estabelecimento de ensino consideraram a publicação do manifesto dos discentes “um caso de indisciplinada e indelicadeza” para com a Instituição. Os alunos foram considerados insubordinados, pois

²⁷ *Ibidem*, Reunião 91, p.12-13.

²⁸ Estas manifestações discentes merecem um estudo de caso mais apurado, bem como a contraposição de outros documentos para elucidar as representações e discursos envolvidos nos acontecimentos do ano de 1932. Contudo, o formato e a problemática deste texto não cumprirão este objetivo.

²⁹ Atas da Congregação. Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV. Arquivo Histórico da UFV. Viçosa, MG. Livro 2, Reunião 99, p. 55v, 56, 59. Reunião 100, p. 64v.

³⁰ *Ibidem*, Reunião 93 p.32v.

³¹ *Ibidem*, Reunião 95, p. 38. Reunião 96, p.40-41v.

empregaram terminologias inconvenientes para o tratamento com os docentes e com a figuração destes atos em um jornal local “desconsideraram a Congregação e seu sigilo”.³¹

Os professores constituíam modelos de condutas para os estudantes e expressão clara de como deveriam se relacionar com a autoridade, portanto, ajudando-os a desenvolver o espírito de liderança nas comunidades que atuavam para “reformular as técnicas agropecuárias”. A padronização das ações educativas e de pesquisa, portar-se e agir consoante a um preciso conjunto de regras, eram instrumentos utilizados para moldar o caráter dos jovens estudantes, cunhando os *Leaders*. Segundo Michel Foucault, os métodos da disciplina permitem um eficaz e detalhado controle das operações do corpo, transformando-o em uma criatura aparentemente pacífica. Entretanto, este corpo violado e oprimido também oprime, através da rebeldia. As ações discentes indisciplinadas, reprimidas pela Escola, são por vezes respostas ao rígido controle institucional, que com seu aparato de regras e normas a respeitar, almejava os transformar em “corpos dóceis”.³²

³² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 126.

Os alunos para tornar-se *leaders* deveriam seguir numerosas obrigações contidas no regimento interno moldando suas atitudes e percepções. Esta obediência ao regulamento instituiu para além de um sistema de autodisciplina, uma estratégia de controle exercido entre os estudantes. O poder disciplinar, conforme Foucault, funciona e se exerce em rede, no qual em suas malhas os indivíduos não circulam simplesmente, mas exercem também ação de transmissores. Portanto, os discursos normativos da Escola modelam e configuram corpos e indivíduos ideais, aos moldes dos mecanismos disciplinares da Instituição e de valores morais e sociais da sociedade. Este protótipo através de punições, vigilâncias, obrigações distribuídas em tempo regulado objetivava a cunhagem de um corpo social coeso. Desta maneira, a repressão e repressão

proporcionam um adestramento para a utilização do indivíduo ao mesmo tempo como objeto e como instrumento de seu exercício, recebendo reciprocamente influência também do corpo oprimido.³³

As práticas de ensino e de extensão na ESAV objetivavam a “reabilitação de homens indolentes” e através da ciência agrônômica e médica auxiliariam os fazendeiros a controlarem a mão-de-obra nas suas propriedades. A formação de *leaders* reflete um novo panorama da paisagem rural brasileira, na qual a intolância patronal mesclou-se e encobriu-se por relações paternalistas dos fazendeiros e empregados, que se enviesaram pelas políticas públicas de saneamento rural. A educação nas primeiras décadas do novecentos estava conjugada a um discurso médico eugenista, que visava imprimir bons hábitos para corrigir “distúrbios e patologias herdadas”. Todavia, as práticas pedagógicas seriam instrumentos modeladores e restauradores das bagagens hereditárias dos jovens. Os médicos e educadores insistiam que as crianças possuíam organismos plásticos, receptivos, no qual o meio que as cerca exerceriam grande influência ao seu aprimoramento físico, moral e intelectual.³⁴ Deste modo, preocupava-se como o meio no qual o educando se inseria, através do gerenciamento da Escola e de seus espaços de solidariedades, da estruturação e instrução familiar, pois as influências destes meios poderiam ser salutares ou perniciosas.

Segundo o ex-aluno A. Secundino São José, as crises dos valores morais considerados ideais para a Instituição e para a formação ética dos alunos, atos indisciplinados que desrespeitassem ao regulamento escolar, eram assuntos para preleções.³⁵ A fiscalização, as normas, a perfeita disciplina professada em conferências e a vigilância no cotidiano discente, contribuíam para a consolidação de um sistema de auto-controle individual, portanto, adaptando o estudante aos princípios determinados pela instituição de Ensino.³⁶ Segundo Arabela Campos Oliven, no modelo dos *colleges*

³³ FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, p. 153.

³⁴ STEPHANOU, Maria. “Qualis pater, talis filius? Educação, cognição e saberes médicos nas primeiras décadas do século XX”. In: VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho (Org.). *Educação e História da Cultura: fronteira*. São Paulo: Mackenzie, 2002.

³⁵ Arquivo Histórico da UFV. Livro de Formandos de 1939.

³⁶ No relatório de construção da ESAV, lavrado por Bello Lisboa, observamos o rígido controle disciplinar que era aplicado aos jornalheiros, calcado na vigilância de seu cotidiano e na realização de preleções. Os funcionários eram subdivididos em grupos e dirigidos por um encarregado, responsável pela vistoria de seus trabalhos e procedimentos pessoais. Nos sábados, realizava-se o pagamento dos operários; reuniam-se todos os encarregados das turmas e o Engenheiro Chefe realizava conferências sobre a execução dos trabalhos e “preleções sobre a educação, melhoramento físico, moral e mental de todos os trabalhadores”. BORGES, José Marcondes e SABIONI, Gustavo Soares (Org.). *Relatório de Construção da ESAV (1929)*. Elaborado pelo Engenheiro João Carlos Bello Lisboa. Viçosa: UFV, 2004.

³⁷ OLIVEN, Arabela Campos. A Marca de Origem: Comparando *colleges* norte-americanos e faculdades brasileiras. *Revista Cadernos de Pesquisa*, v. 32, n. 125, p. 115-117.

americanos, os eventos artísticos, culturais e esportivos eram utilizados para moldar o espírito estudantil e proporcionar um convívio mais íntimo entre os membros integrantes da instituição.³⁷ Neste sentido, as palestras promovidas pelos professores do estabelecimento de ensino constituíram importantes elementos para moldar os corpos e consciências de seus alunos.

As realizações de palestras semanais, as atividades em aulas teóricas e práticas, os exercícios físicos e esportivos, visavam um aprimoramento físico e moral dos estudantes. Desta maneira, imprimir tendências, gostos, inclinações, noções de higiene e limpeza proporcionariam na visão dos educadores um bom desempenho e pleno desenvolvimento intelectual dos discentes. Nos discursos do corpo técnico-administrativo da ESAV, funcionários e alunos deveriam conviver de maneira harmoniosa e sob o jugo das normas institucionais, para que a educação cumprisse seus princípios regeneradores e profiláticos; consolidando um cidadão consciente de seu papel na sociedade republicana que se estruturava.

Os *leaders* e os anseios de modificar as condições mentais, morais e econômicas no meio rural

Segundo Zygmunt Bauman, o Estado nasceu como uma força missionária e proselitista, empenhado em submeter as populações dominadas a um exame completo, de maneira a transformá-las numa sociedade ordeira, afinada com os preceitos da razão. Procurava-se deslegitimar a condição selvagem, inculta, da população, ou seja, dismantelar os impedimentos para sua reprodução e auto-equilíbrio.³⁸ Os critérios estabelecidos pelos dirigentes políticos dividiam a população em plantas úteis a serem estimuladas e cuidadosamente cultivadas e ervas daninhas a serem removidas. Instaurar e manter a ordem significava fazer amigos e lutar contra os inimigos; expurgar toda a ambivalência. Extirpar o ambivalente significava segregar

³⁸ BAUMAN, Zygmunt. *Moderidade e ambivalência*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 29.

ou deportar os estranhos, sancionar alguns poderes locais e colocar fora da lei aqueles não sancionados; portanto, significava execrar e invalidar o senso comum, considerando-o como meras crenças, superstições ou simples manifestações de ignorância.³⁹ Tornar-se-ia uma das principais atribuições de médicos, biólogos, psicólogos e políticos o controle científico da estirpe humana, tornar a população um todo homogêneo, limpo e ordenado. Para Foucault, a medicina é um saber-poder que incide ao mesmo tempo sobre o corpo e a população, sobre os organismos e processos biológicos e que tem efeitos disciplinares e regulamentadores.⁴⁰ Os discursos políticos empregados na educação superior na ESAV está embebido nos argumentos morais e políticos de construção de cidadãos fortes e saudáveis para a jovem República brasileira. Nesse sentido, esta cultura política reflete as intensas transformações do início do século XX e as novas demandas da sociedade, que almejava a concretização de uma concepção de trabalho desvinculada do aspecto degradante da escravidão e primava pela difusão de um *modus operandi* na sociedade pautado na razão, através da difusão técnica e científica.

Pedro Paulo de Oliveira observou que o patriotismo e masculinidade, a partir do final do setecentos, passaram a conectar-se em um movimento intelectual que tivera papel essencial na construção do masculino. Os postulados científicos e os aparatos técnicos também foram associados aos foros de masculinidade, opondo qualquer outro elemento desviante do protótipo de mundo masculino da sociedade burguesa. Na construção deste “universo masculino” — homens conscientes de seu papel como cidadão e patriotas — a educação galgaria função primordial.⁴¹ Nos primórdios do século XX, configuraram-se papéis sociais aos homens e mulheres na República que se estruturava: aos primeiros caberia a construção da pátria através de seu trabalho, enquanto elas seriam responsáveis pela formação dos cidadãos e senhoras de seus lares.

³⁹ *Ibidem*, p. 32-33, 52.

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Eramantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 302.

⁴¹ OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: UFMG/Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004. p. 54-60.

Assim, delimitavam-se os espaços e convivências entre homens e mulheres para uma perfeita harmonia social, o que nos permite evidenciar as relações entre e intra os gêneros.⁴²

⁴² Ver: PAIVA, Adriano Toledo & MACENA, Fabiana F. *C'est Très Chic* os periódicos cariocas e a consolidação da ordem Republicana. *Revista Eletrônica Caderanos de História*. Ano II, n. 1, março de 2007. PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*. Franca, v. 24, n. 1, 2005.

Este estudo enfocando as relações de gênero na educação masculina avalia o espaço ocupado pelos homens na sociedade, que se reconfigurava no alvorecer da República, e nos possibilita compreender as “diferenças” entre estes e as mulheres. Contudo, não podemos conceber a categoria gênero como formação de grupos homogêneos e coesos, tampouco em oposição. Através das práticas disciplinares e da estruturação do estabelecimento de ensino, elucidamos as relações entre o protótipo masculino almejado pela sociedade e a sua disseminação através do ambiente escolar, assim como nas comunidades em que atuavam os *leaders* em assuntos agrícolas. A difusão técnica-científica e disciplinar nas práticas educativas da ESAV estruturavam os discentes em um determinado padrão considerado ideal para o desenvolvimento da pátria. Este dever patriótico, essencialmente vinculado à masculinidade, contribuiria para a formação do aparato de autocontrole destes indivíduos, estruturação de suas redes de interdependências e por muitas vezes, fora determinante de suas experiências históricas. Os técnicos agrícolas deveriam cumprir com os papéis sociais que lhe eram ministrados na sua formação, a fim de assegurar a perfeita harmonia social e a estabilização do regime político há pouco implantado.

⁴³ No Arquivo Histórico da UFV localizamos diversos rascunhos de preleções proferidas na ESAV, nos anos 30 e 40. Nestes papéis não encontramos referências à sua autoria, para descobri-la analisamos a caligrafia de diversos professores da ESAV, e avaliamos que as anotações poderiam ser do Professor Mário das Neves Machado. Confirmamos nossa suposição com a consulta do relatório encaminhado pelo Departamento de Engenharia Rural (ESAV – Caixa 20, documento 3015), no ano de 1932, para a Diretoria, no qual o sobredito professor havia proferido quatro preleções no período; os títulos das conferências arrolados no relato estão contidos na Caixa 35 do Arquivo.

Nos discursos proferidos pelos prelecionadores da Escola, em especial os de Mário das Neves Machado, delineia-se as preceptivas para a configuração de um “bom líder”.⁴³ O professor avalia que para banir o mau humor e todas as suas “maiores contrariedades” é necessário ter o espírito embebido em “resignação e paciência evangélica”. Para o conferencista é necessário extinguir o mau humor, pois este era extremamente contagioso e aconselhava que o aluno tivesse a virtude de “ver tudo cor-de-rosa”. Contudo, o preletor

afirmava que somente os “espíritos privilegiados” em uma “época de agitação esaldante”, poderão desenvolver esta capacidade e “não carregarão nenhuma lembrança e tormento em sua trajetória”. O professor argumentava que um líder não pode agir pelo impulso do pessimismo e no estado de agitação espiritual.⁴⁴ As preceptivas retóricas escolhidas para cunhar e nortear as índoles dos *leaders*, através das palestras docentes, incidiam no valor de uma ação corporativa do líder que objetivasse a harmonia. Estimulava-se à preparação técnica, o estudo da geometria para a resolução de problemas em sua atuação profissional, explanava-se sobre a importância dos pensamentos e o “potencial energético” existente no âmago dos seres, professava-se lições sobre a atuação dos técnicos na comunidade, ensinamentos acerca da importância de um sorriso e medidas para angariar uma boa higiene mental, instruções para se estruturar uma relação harmônica entre o líder e o seu meio de atuação.⁴⁵

Em preleção no primeiro semestre de 1932, o professor discutiu o “Ideal da Escola” e condicionou a concretização das metas da Instituição ao cumprimento do regimento, que “expressava o pensamento do estadista que a idealizou e dos empenhados em sua consolidação”. Portanto, o conferencista argumentava que o “Regulamento corporificava o ideal da Escola”. As preceptivas do estabelecimento de ensino era preparar *leaders* — agricultores, administradores, tecnólogos, agrônomos, veterinários, professores e cientistas — para disseminarem conhecimentos úteis para vida e economia rural, promovendo assistência técnica e administrativa para um aprimoramento da vida no campo, ou seja, “melhorando as suas condições mentais, morais e econômicas”. Conforme professa o corpo técnico-administrativo da ESAV e seu conjunto de normas, o estabelecimento tinha como ponto norteador de suas atividades o intento de “Reformar a Agricultura do Estado, tornando-a mais racional, lucrativa e eficiente”.⁴⁶

⁴⁴ Arquivo e Histórico da UFV. Fundo: ESAV. Caixa: 35, documento 3167.

⁴⁵ Ver preleções no Arquivo Histórico da UFV. Fundo: ESAV. Caixa: 35.

⁴⁶ *Ibidem*, Caixa: 35, documento: 3173.

Em um discurso conferido em 1934, o professor suscitou reflexões sobre a comemoração da Independência política Brasileira problematizando o direito e exercício do voto e a Constituição do Estado. O palestrante apelou aos alunos que atuassem como “paladinos” no empreendimento de conscientização do homem do campo acerca de sua participação e exercício político. Os “defensores estrênuos da pátria” eram conscientizados para impunhar a bandeira da alfabetização e desfraldarem a fâmula da “formação de um eleitor consciente”.⁴⁷ Os conferencistas na tribuna proclamavam que seus tutelados deveriam embeber-se dos prognósticos de que seriam *leaders* da reforma da agricultura nacional, que “aprimoraria o homem rural, o animal doméstico e a semente”. Os líderes dedicavam-se a uma vida prática colaborando nos empreendimentos reformistas, enquanto “condutores de homens e depositários de autoridade”.⁴⁸

⁴⁷ *Ibidem*, Caixa 35, documento 3172.

⁴⁸ *Ibidem*.

Para o preletor, um *leader* ao gerenciar uma comunidade representava e imprimia uma posição de “proeminência no campo das idéias”, impondo-se aos seus administrados “por sua força de vontade e capacidade administrativa”. O líder deveria ter diante de si a alegoria da Justiça, efigie com a espada e a balança empunhada nas mãos, a fim de que não oscile a balança conforme aos interesses das situações que lhe são expostas e extinguir, “cortar reto e firme” quaisquer irregularidades, pois para que Justiça e as virtudes que desta advém impere é necessário por fim às “simpatias individuais”, existentes nas relações privadas e projetar-se para o bem comum da comunidade.⁴⁹

⁴⁹ *Ibidem*.

Na análise das preleções, das Atas da Congregação e inquéritos movidos contra os que infringiam o Regulamento da ESAV, evidenciamos que a função dos professores no cotidiano discente não se relacionava unicamente a uma dimensão social educadora, mas visava formar cidadãos para a ordem republicana. Os discursos proferidos pelos professores nas reuniões e conferências constituíam elementos eficazes de dis-

seminação de um protótipo ideal de aluno e de homem, permitindo aos jovens examinarem e julgarem suas próprias condutas, assim como, absorverem normas e tecnologias de governança da instituição e da sociedade. Em suma, a disciplina e regras normativas empregadas pela ESAV almejavam a configuração de um corpo de “intelectuais orgânicos” — *leaders* — responsáveis pela consolidação da sociedade brasileira enquanto uma nação desenvolvida e com um sistema econômico eficiente e produtivo; portanto, consolidariam e difundiriam o que denominavam de “civilização e progresso no meio rural”.

Referências

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Viçosa (UFV). *Catálogo de Formandos da ESAV – 1939*.

Arquivo Histórico da UFV. Fundo: ESAV. Caixa: 35. Documento: 3185.

Arquivo Histórico da UFV. Atas da Congregação. Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV. Viçosa, MG. Livro 1, Reunião 63, p. 60.

Atas da Congregação. Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV. Arquivo Histórico da UFV. Viçosa, MG. Livro 2, Reunião 89, p.6-6v, 7v.

Atas da Congregação. Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV. Arquivo Histórico da UFV. Viçosa, MG. Livro 2, p. 7v -8.

Atas da Congregação. Escola Superior de Agricultura e Veterinária – ESAV. Arquivo Histórico da UFV. Viçosa, MG. Livro 2, Reunião 99, p. 55v, 56, 59. Reunião 100, p. 64v.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

“Os rigores disciplinares na formação de um leader”:
a educação masculina na escola superior de agricultura e veterinária

BORGES, José Marcondes; SABIONI, Gustavo Soares (Org.). *Relatório de Construção da ESAV (1929)*. Elaborado pelo Engenheiro João Carlos Bello Lisboa. Viçosa: UFV, 2004.

Documentos relativos aos inquéritos no Arquivo Histórico da UFV. Fundo: ESAV, Caixa 20.

Arquivo e Histórico da UFV. Fundo: ESAV. Caixa: 35, documento 3167.

Preleções no Arquivo Histórico da UFV. Fundo: ESAV. Caixa: 35.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 126.

_____. *Em defesa da sociedade*: Curso Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Eramantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 302.

Regimento da Escola Superior de Agricultura e Veterinária depositado no Arquivo e Histórico da UFV – Fundo ESAV.

OLIVEN, Arabela Campos. A Marca de Origem: Comparando *colleges* norte-americanos e faculdades brasileiras. *Revista Cadernos de Pesquisa*, v. 32, n. 125, p. 115-117.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004. p. 54-60.

PAIVA, Adriano Toledo; MACENA, Fabiana F. *C'est Très Chic*: os periódicos cariocas e a consolidação da ordem Republicana. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, ano II, n. 1, mar. 2007.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*. Franca, v. 24, n. 1, 2005.

STEPHANOU, Maria. Qualis pater, talis filius? Educação, cognição e saberes médicos nas primeiras décadas do século XX. In: VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho (Org.). *Educação e História da Cultura: Fronteira*. São Paulo: Mackenzie, 2002.

A violência intrafamiliar e o poder judiciário — velhas questões e novos desafios

Mellany Nascimento Moreira

Resumo: O objetivo deste ensaio é pesquisar e analisar as atividades da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher – DEAM, juntamente com a nova Lei n. 11.340/06, embarcando, principalmente, no campo jurídico sem perder o vínculo com as áreas sociais para aprofundar a discussão em torno do feminismo, família, políticas públicas, gênero e violência doméstica.

Palavras-chave: Direito. Políticas Públicas. Gênero. Violência Doméstica.

Abstract: The objective of this essay is to search and to analyze the activities of the Special Police station of Attendance to Woman – DEAM, together with the new Law n. 11.340/06, embarking mainly in the legal area without losing the bond with the social areas to deepen the quarrel around the feminism, family, public politics, gender and domestic violence.

Keywords: Law. Public Polititcs. Gender. Domestic Violence. Legitimacy.

Mellany Nascimento Moreira. Cursa graduação bacharel em Direito pela Universidade Católica do Salvador – Ucsal, aluna bolsista de iniciação científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

“O amor livre permanece uma expressão vazia de qualquer sentido enquanto as relações entre os sexos estiverem dominadas por sentimentos de ciúme, pela vontade de possuir o outro, de corpo e alma, e por esse medo ameaçador da solidão que se apodera das pessoas, sobretudo das mulheres, desde há séculos habituadas a ver no amor o fim único das suas existências”.

Alexandra Kollontai, 1918

O início

Para Anne L. Ganley a [...] violência doméstica tem muitos nomes: abuso sexual contra a esposa, agressão marital, espancamento de mulher, espancamento de esposa, violência conjugal, violência íntima, espancamento e abuso contra a parceira. Às vezes estes termos são usados intercaladamente para se referirem ao problema, enquanto em outras ocasiões um termo específico é usado para refletir um significado específico, ex. ‘abuso à mulher’ para destacar o fato de que a maioria das vítimas são mulheres. Além destes múltiplos termos, há diferentes definições comportamentais e jurídicas para a violência doméstica. A violência doméstica é um modelo de comportamento agressivo e de repressão/coação, incluindo ataques físicos, sexuais e psicológicos, bem como coação econômica, que adultos ou adolescentes usam contra seus companheiros íntimos.¹

¹ GANLEY, Anne L. Compreendendo a Violência Doméstica. Violência contra a mulher: um novo olhar, 2001; Publicação da *Casa de Cultura da Mulher Negra*; tradução parcial do capítulo I da publicação “Improving the Health Care Response to Domestic Violence: A Resource Manual for Health Care Providers” (2ª ed. 1998), produzido por The Family Violence Prevention Fund em colaboração com The Pennsylvania Coalition Against Domestic Violence

² Instituto de Pesquisa e Capacitação das Nações Unidas para Promoção da Mulher-INSTRAW.

Neste momento, estabelecer uma diferença entre sexo e gênero, é afirmar que a primeira denominação possui duas categorias, o masculino e o feminino — derivados da natureza biológica — e gênero sendo a socialização construída, “[...] gênero é um conceito que se refere a um sistema de papéis e de relações entre mulheres e homens, os quais não são determinados pela biologia, mas pelo contexto social, político e econômico. O sexo biológico de uma pessoa é dado pela natureza: gênero é construído”.²

Para tratar o problema-chave é interessante elucidar algumas teorias referentes às relações de gênero. O

desenvolvimento progressivo das teorias feministas tem uma importância expressiva nas ações afirmativas existentes na sociedade brasileira atual. São elas: a Teoria (1)Feminista Liberal; a (2)Feminista Radical; (3)Feminista Psicanalítica; (4)Feminista Marxista; (5)Feminista Socialista; (6)Feministas Pós Estruturalistas e Pós Modernas.

Para uma maior fundamentação das abordagens feministas tem-se que:

1. Surgiu da teoria dos séculos XVIII e XIX; tem uma posição positivista, com objetividade neutra em relação ao gênero.

2. Gerada nos movimentos feministas contemporâneos, do fim dos anos 60; tem como posição epistemológica o conhecimento holístico centrado no feminino é possível fora das estruturas patriarcais.

3. Desenvolveu-se a partir de teorias psicanalíticas freudianas e outras, em particular teorias sobre relação-objeto; o modo de conhecimento das mulheres é diferente do masculino em virtude de diferentes desenvolvimentos psicosssexuais.

4. Baseada na crítica marxista da sociedade capitalista, e uma “conexão” dela desde o meado do século XIX; o feminismo precisa adotar o ponto de vista de uma classe oprimida sob o capitalismo, pois assim representará os interesses da sociedade em sua totalidade.

5. Surgiu nos anos 70 como parte das tentativas do movimento feminista de sintetizar os feminismos marxista, psicanalítico e radical; os pontos de vista feministas representam uma condição histórica particular de opressão que é mais adequada á compreensão da sociedade contemporânea.

6. Situado nas críticas pós-estruturalistas francesas contemporâneas do “conhecimento” e da “identidade”; a epistemologia é problematizada pela heterogeneidade de posições do sujeito e das identidades sociais — isto é, não há “sujeito do conhecimento” para sustentá-la.³

³ CALÁS, Marta B.; SMIRCI-CH, Linda. Do Ponto de Vista da Mulher: Abordagens Feministas em Estudos organizacionais. *Handbook de estudos organizacionais* — Instituto de Pesquisa e Capacitação das Nações Unidas para Promoção da Mulher-INSTRAW. São Paulo: Atlas, 1998. p.278-279.

Em relação aos estudos feministas, Maria Odila Leite da Silva Dias afirma: “[...] confrontam-se por um dilema básico, que diz respeito a sua própria viabilidade; partem de um tema — as mulheres enquanto seres sociais — bastante fluido, abrangente demais e impossível de ser definido em termos precisos, que surge como uma manifestação de crise das relações de gênero e projeta-se para o futuro enquanto esperança de transformação”.⁴

⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos, 1992. p. 39.

No início da formação dessas teorias a discussão em pauta foi que tanto homens e mulheres eram vítimas de estereótipos sexuais, tendo como objetivo principal a demonstração da não existência de desigualdade entre os sexos e, por isso, a mulher não poderia ser excluída das atividades sociais da época. Com a caminhada da história, essas teorias lutaram por um papel cada vez mais forte da mulher no espaço social que em decorrência, foram adquirindo direitos e deveres civis.

Direitos humanos, família e políticas públicas: conceitos e análises

“No desenvolvimento de um entendimento ético, as mulheres vêem à violência gerada na desigualdade, já os homens, vêem a limitação da concepção de uma justiça cega pelas diferenças da vida humana”.

Carol Gillian, 1993

Dentro dos Direitos Humanos, o objetivo é focalizar os estudos sobre a Violência de Gênero, com uma maior atenção para a cidade de Salvador-Bahia, para desta forma, buscar estabelecer um conjunto de ações articuladas juntamente com o Direito, contra a violência doméstica, um problema que atinge desde os países desenvolvidos aos subdesenvolvidos e que envolve todas as classes sociais, etnias e credos.

No Brasil, levantamento realizado pelo Movimento Nacional dos Direitos Humanos indica que, em 1996,

72% do total de assassinatos de mulheres foram cometidos por homens que privavam de sua intimidade, apenas para exemplificar num quadro de 11 anos atrás. Já em 2004, “[...] A Fundação Perseu Abramo, por exemplo, afirmou que 11% das brasileiras com quinze anos ou mais já foram vítimas de espancamento e que uma, em cada cinco mulheres, foi agredida pelo menos uma vez. A pesquisa demonstra ainda que o marido ou companheiro é responsável por 56% dos espancamentos, 53% da ameaças com armas e 70% da destruição dos bens. Mais da metade das vítimas não procura ajuda pelos mesmos motivos que foram apontados no início deste texto: temor, medo e vergonha.”⁵

Os novos acontecimentos na Legislação Brasileira a exemplo da Lei nº. 11.340/06, em vigor desde o dia 22 de Setembro de 2006, conhecida como “Lei Maria da Penha” em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes que enviou, em 1998, a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (OEA) petição contra o Estado Brasileiro pois, “[...] passados quinze anos da agressão ainda não havia uma decisão final de condenação pelos tribunais nacionais, e o agressor ainda se encontrava em liberdade, [...] denunciaram a tolerância da Violência Doméstica contra Maria da Penha por parte do Estado Brasileiro, pelo fato de não ter adotado, por mais de quinze anos, medidas efetivas necessárias para processar e punir o agressor, apesar das denúncias da vítima”⁶.

A noção do doméstico se refere à área das relações privadas, distantes e contrárias do que poderíamos chamar de público, de coletivo, submetido aos contratos sociais, mas é necessário lembrar que a convivência familiar ou entre pessoas que se reconheçam como família, não anula a condição de indivíduo. A violência doméstica é uma das manifestações de violência de gênero mais difíceis de serem prevenidas, combatidas e superadas. E por isso todas as agressões que a mulher sofre neste âmbito podem ser consideradas “pequenos assassinatos diários” pela frequência

⁵ CAVALCANTI, Vanessa R. Simon. Vozes Femininas (ainda) Silenciadas: Raços e Avanços Sobre a Violência Doméstica no Brasil (1985-2005). In: SILVA, G.; NADER, M; FRANCO, S. *História, Mulher e Poder*. Vitória: EDUFES, 2006. p. 268.

⁶ Disponível em: <<http://www.agende.org.br/docs/File/convencoes/belem/docs/Caso%20maria%20da%20penha.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2006.

e intensidade que estão expostas. Para fundamentar são apresentados abaixo os artigos 5º e 6º da nova lei nº. 11.340/06:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I — no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II — no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III — em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Art. 6º A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

Apenas neste trecho, pode-se evidenciar a noção das unidades domésticas, sendo uma concepção inovadora dentro de políticas públicas “Cumpre desfazer a confusão entre família e unidade doméstica, a casa, pois essa imprecisão desconsidera a rede de relações na qual se movem os sujeitos em família”⁷ — apesar de Cynthia Sarti desenvolver sua pesquisa com famílias pobres, aqui é adotado genericamente o conceito; a família não mais em seu significado clássico: de pai, mãe e filhos, mas sim uma “família contemporânea que comporta uma enorme elasticidade”, definindo-se em torno de um eixo moral que transita entre esse sentimento de família criado, emoções, ações pessoais, construção social histórica; além de enfatizar a

⁷ SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana R.; VITALE, Maria Amália (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 27.

violência doméstica como um dos meios de violação dos direitos humanos, reafirmando a posição do Estado Brasileiro.

Por políticas públicas tem-se “[...] como um potente arsenal de herramientas conceptuales. No se construye de forma unitaria ni racional; más bien va conformándose mediante procesos de aluvión analítico a remolque o de la mano de los constantes cambios en el entorno político y socioeconómico”.⁸

Ao estudar Quim Brugué e Ricard Goma, pesquisadores e professores da Universidade Autônoma de Barcelona observam-se dois novos aspectos com relação ao conceito de políticas públicas — a revalorização do local frente ao global e restabelecimento da natureza política dos governos locais. Com isso, trazem duas vertentes sobre a teoria das políticas públicas:

1. Modelo Norte-americano: vertente técnica, racional, prescritiva, dedutiva e formal, políticas em um sistema democrático estável com ações de longa duração, sendo desenvolvido principalmente nos Estados Unidos. “[...] há ido convirtiéndose en un abanico de técnicas, al servicio de la mejora de los rendimientos del poder, sea cual sea esse poder. Se há situado em uma lógica de racionalidad instrumental, autorreferencial, al margen de cualquier consideración sobre las grandes cuestiones de la ciencia política”⁹

2. Modelo Europeu: vertente conceitual, pós-racional, crítica, modelar e indutiva, que visa formar escolas teóricas, pensadores, escolas de governo e análise das ações do Estado, pois antes de serem tomadas as medidas, elas devem ser discutidas, avaliadas e analisadas além de serem acompanhadas por pessoas competentes para tais determinações.

[...] há ido construyendo un campo conceptual que va permitiendo de forma creciente analizar como las cuestiones clave de la ciencia política (estructura de recursos, distribución social de ganadores y perdedores, relaciones de poder, hegemonías culturales y simbóli-

⁸ BRUGUÈ, Q.; GOMA, R. Las políticas públicas locales: agendas complejas, roles estratégicos y estilo relacional. In: *Gobiernos locales y políticas públicas*. Barcelona: Ariel, 1998. p. 25-26.

⁹ BRUGUÈ, Q.; GOMA, R. Las políticas públicas locales: agendas complejas, roles estratégicos y estilo relacional. In: *Gobiernos locales y políticas públicas*. Barcelona: Ariel, 1998. p. 26.

¹⁰ *Idem.*

cas) se dirimen y se resuelven em el proceso de elaboración de políticas, ya sea em el conflicto por la definición de problemas, em la toma de decisiones, o em la articulación de estilos de gestión alternativos.¹⁰

Este modelo tem um discurso que mesmo aqueles que não utilizam os serviços públicos, pensam e re-pensam neles, não sendo assim um sistema individualista.

A iniciativa da lei nº.11.340/06 em trazer no artigo 8º o mecanismo da política pública a ser caracterizado, deve ser cuidadosamente trabalhado e articulado, pois a lei sozinha não é uma política pública e a utilização do Direito como uma UTI social não deve ser mais aceita. Para se configurar eficazmente tais medidas, devem conter ações que realmente trabalhem com valores morais e éticos, antes mesmo de acontecer o fato delituoso.

Como pode ser visto pelo transcrito:

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes: [...]

Art. 9º A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso. [...]

¹¹ GARCIA – A, Anna Paula Oliveira. Quem Cala, Consente? Violência Dentro de Casa a Partir da Perspectiva de Gênero, Família e Políticas Públicas. Dissertação - Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea – Universidade Católica do Salvador, 2005.p..55.

Tratando-se de políticas públicas “[...]empreendidas no Brasil nos últimos anos, não se originaram apenas de interesse político, mas são frutos da luta de mulheres que se uniram e propagaram suas idéias de transformação dos paradigmas referentes à questão de gênero”¹¹, o objetivo é promover além do assistencia-

lismo; devendo-se aplicar não somente políticas globais e esquecendo a política local, que terá grandes chances de atingir determinadas comunidades com incidência da violência doméstica.

Delegacia Especial de Atendimento à Mulher: DEAM

Por início, a idéia é a de conhecer o universo, a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher-DEAM, que foi criada com o objetivo de prevenir e combater a violência doméstica, sexual e intrafamiliar contra a mulher, visando sempre, em parceria com outros órgãos, como a “Pousada Maria” (Voluntárias Sociais) – nomenclatura no ano de 2004 — e o “Projeto Viver” (IML-SSP), o apoio e assistência à mulher contra as conseqüências da violência, e também, oferecendo serviço psico-social e de terapia familiar.

Em 2002, foi modificada a sua nomenclatura e construída uma sede nova com espaço para, além do atendimento policial ininterrupto, setores como o de apoio psicológico, de serviço social, espaço para oficinas de capacitação, biblioteca e um auditório para encontros e palestras sobre questões ligadas a mulher.^[...]A proposta é prestar um atendimento policial especializado na prevenção e combate à violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher, de modo a investigar os crimes dos quais elas são vítimas.¹²

¹² *Idem*, p.94

Pela pesquisa feita em 2004, foi constatado que a mulher agredida, quando chega a delegacia é encaminhada para triagem, feita por uma psicóloga que escuta o relato da vítima, faz anotações, dá orientações dos passos que serão dados dentro da delegacia, quando necessário informa a necessidade de ir ao hospital e por fim encaminha a mulher para as escrivãs que irão registrar os fatos relatados pela vítima.

Foi verificado, na mesma oportunidade, a deficiência principalmente com relação à Pousada Maria que se encontrava em reforma sendo que nenhum outro abrigo foi escolhido para proporcionar a segurança,

mesmo que temporária, das mulheres que procuravam a DEAM numa situação extrema de agressão.

A delegacia funciona 24 horas, no registro de ocorrências, apuração e investigação de crimes de ameaças, lesões corporais, constrangimento ilegal, calúnia, difamação, injúria, estupro, atentado violento ao pudor e assédio sexual, enfim prioriza as questões dos direitos humanos da mulher.

Atualmente, a DEAM de Salvador tem seis Delegadas de Polícia, sendo quatro plantonistas, 05 Escrivãs, 30 Agentes de Polícia do sexo feminino e 08 Agentes de Polícia do sexo masculino, 03 Assistentes Sociais, sendo uma das assistentes sociais, Terapeuta de Casais, 01 Psicóloga e 01 Bibliotecária, informações prestadas pela própria delegacia através da Delegada Titular (DEAM, 2005). Mesmo possuindo um material humano relativamente capacitado para o serviço a ser prestado, ele ainda não é suficiente para a demanda, sendo recente a necessidade de estabelecer número de senhas para atendimento, excetuando os casos de emergência.¹³

¹³ *Idem*, p.95.

Pela investigação realizada, podem-se levantar alguns questionamentos para dar seguimento as pesquisas. São eles: Será que a mulher é sempre a vítima na violência intrafamiliar? A questão da família da vítima, como funciona o atendimento? Sendo que o agressor, geralmente é o “mentor econômico”, isso tornaria a escolha ainda mais difícil para denunciar, arcar com as dificuldades, não só financeiras ou preferem ignorar e continuar a ser agredida? Será que penas alternativas são as melhores formas de punir o acusado por lesão leve? Como é uma delegacia de atendimento à mulher? Os que nela trabalham são capacitados devidamente para tais funções?

Durante a pesquisa de campo, foi possível constatar que o cerne da triagem, devido o alto fluxo de vítimas, é crucial, pois apresenta um quadro reduzido de profissionais que possam de forma célere e eficaz orientar as mulheres que recorrem a este sistema jurí-

dico. A mulher é duplamente agredida, em casa e pelas instituições, “[...] tradicionalmente, tem-se a tendência de naturalizar a violência doméstica, o que legitima trata-la como um problema de foro privado, gerando uma tácita aprovação ao fato e ao comportamento de banalização da sociedade em geral”¹⁴. Apesar do bom espaço físico da Delegacia, é indiscutível a carência existente em seu atendimento: pessoas que não são qualificadas agindo como operadores do Direito, deixando que o costume de estar todos os dias neste ofício leve a tratar o problema como só mais um pequeno problema. Nem sempre o serviço social faz o seu papel, o que acaba por aumentar o pânico e a sensação de insegurança.

Mesmo com uma sede nova e completa, e com servidores com experiência no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica, o acesso às novas instalações da DEAM não é tão fácil como o anterior. O prédio fica em uma parte alta da cidade, cercada de ladeiras, não sendo próximo à avenida de grande circulação, além de distante do Instituto Médico Legal, local em que são realizadas as perícias nas mulheres violentadas física e sexualmente. Fora isso, não houve inicialmente uma capacitação completa de todos os policiais para melhor utilizar os novos recursos tecnológicos da delegacia, como no caso dos computadores, uma vez que na antiga sede todo o registro era manual, perdendo-se, além de muito tempo neste procedimento, informações importantes para a investigação.¹⁵

Apesar dessas proposições, na própria delegacia informam que existem minicursos de qualificação, reciclagem para os funcionários que ali trabalham, porém no período da presente pesquisa de campo, não houve palestras nem os outros exercícios mencionados — “Há ainda a preocupação em integrar a polícia com as comunidades e o movimento de mulheres da cidade de Salvador, bem como o meio acadêmico, com a promoção de cursos, palestras e seminários sobre gênero[...]”¹⁶

¹⁴ CAVALCANTI, Vanessa R. Simon. *Op. cit.* p.273.

¹⁵ GARCIA – A, Anna Paula Oliveira. *Op. cit.* p. 95.

¹⁶ *Idem*, p.94.

Com esta carência e deficiência nas atividades educacionais, acaba por atingir a eficácia das políticas públicas, pois a delegacia é parte integrante das medidas que visam o fim deste comportamento circular que a violência doméstica.

A proposta não é a de sensibilizarem-se como as vítimas, mas dar uma atenção digna às mulheres que conseguiram ultrapassar todos os preconceitos que a sociedade impõe sobre casos de violência doméstica, a vergonha, o medo, as conseqüências que virão atreladas no decorrer da investigação do caso e tiveram a coragem de apresentar queixa.

Além disso, a antiga legislação, referente aos crimes domésticos, era a mesma que tratava dos crimes de pequeno potencial ofensivo (lei 9.099/95), o que limitava o trabalho das delegadas para coibir a violência sofrida nos relacionamentos. Como pode ser comprovado pela transcrição das leis abaixo:

Lei nº. 9.099/95: “Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa. (Redação dada pela Lei nº. 11.313, de 2006)”.

O que ocorria era uma contradição, em que as mulheres eram incentivadas a buscar seus direitos, mas os meios disponíveis ainda não correspondiam às suas expectativas, nem aos anseios dos profissionais envolvidos na questão. No entanto, com a nova Lei nº. 11.340/06 em vigor, ocorreu a modificação deste equívoco jurídico: “Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995”.

Considerações finais

Com todas as medidas adotadas, mesmo com a promulgação da Lei nº. 11.340/06 aclamada por mais qua-

renta anos pelos movimentos feministas de todo Brasil não acalmará, como se esperava os ânimos da violência de gênero.

Demonstrou-se que estas construções sociais cristalizam a violência nas relações conjugais apesar de ser tão questionada pelos movimentos sociais, principalmente pelo movimento feminista nos últimos 30 anos que, pressionando o Estado, conseguiu que houvesse a inclusão nas agendas políticas as questões ligadas às mulheres para que os Direitos Humanos das Mulheres pudessem sair da letra fria da Lei para a realidade das relações de gênero.¹⁷

¹⁷ *Idem*, p.116.

Tais medidas muito mais punitivas, nas quais esperam o problema acontecer para dar uma resposta jurídica, não é a melhor solução diante o problema existente nas relações privadas. As mulheres se encontram amparadas legalmente, mas sem reais condições para o exercício pleno dos direitos, como afirma Anna Paula Garcia em sua tese de mestrado. A real política pública seria a prevenção, a conscientização da população sobre o problema da violência intrafamiliar:

Há a necessidade de se promover alterações na estrutura da sociedade através de mudanças nos paradigmas que sustentam seu arcabouço, seja tentando intervir no modo de produção e nos valores estipulados pelo Mercado, para que se alcance a verdadeira igualdade entre mulheres e homens, ou por meio da promoção de Políticas Públicas — com destaque em saúde e educação — voltadas para as mulheres, de programas de combate à violência contra a mulher, de ações específicas como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres — PNPM — e alterações profundas na legislação constitucional, civil e penal brasileira. Atrelado a isso, é crucial que ocorra transformações na forma de legislar e de pensar dos membros dos poderes judiciário e legislativo, dando-se início a um processo de conscientização da sociedade, do Estado e das Leis.

Com os estudos evidenciados podem-se esclarecer os questionamentos levantados no início do debate. Sendo eles:

A mulher nem sempre é a vítima na violência intrafamiliar, no entanto, é comprovado pelos dados mostrados pela delegacia que a mulher, representa uma maioria absoluta presente no pólo passivo na violência de gênero.

A delegacia tenta suprir as necessidades com uma equipe de apoio psico-social, para desta forma, ser um modelo nacional ao combate à violência doméstica e ao auxílio às vítimas e familiares. Com isso pretende-se mostrar a evolução jurídica em não apenas sancionar os problemas existentes nestes lares, mas em “curar” ou minimizar as marcas que não são apagadas facilmente entre os envolvidos. No entanto, a deficiência em alguns setores, o excesso de burocratização dentro da delegacia, ainda necessita de grande atenção do jurídico, “[...]mas há uma precariedade nos recursos humanos, seja pelo reduzido número de servidores, seja pela falta de capacitação adequada ao serviço de atendimento a casais em conflito, além de localização e outras ações mais efetivas”¹⁸.

¹⁸ *Idem*, p.119.

Em muitos casos o mentor econômico é o agressor por isso a vítima reluta e persiste na mesma condição passiva e acaba por denunciar apenas após diversas agressões, quando o estado está insustentável para a convivência domiciliar.

As penas alternativas são uma forma eficaz em alguns casos, pois demonstram que a assistência, tratamentos psicológicos, reuniões, palestras, trabalhos comunitários com pessoas que também praticaram violência doméstica dão um resultado positivo, já que apenas a detenção não ressocializaria este indivíduo para o convívio familiar, por isso da cominação com outros meios para conscientização. A nova lei 11.340/06 determina:

“Art. 17. É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas

de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa” (grifo nosso).

Por fim, são velhas as questões a serem debatidas, mecanismos ideológicos como o patriarcado, a dominação masculina, a liberdade, a violência de gênero, políticas públicas, o poder do Estado e são novos os desafios que surgem no cotidiano e fazem a mente humana borbulhar em busca de soluções eficazes para a livre expressão do gênero sem violência, a exemplo do desafio é a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar, que entra em discussão com maior intensidade no ano de 2008.

Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº.11.340/06).

“Propiamente hablando, la ausencia de oposición (por oposición signífico impedimentos externos al movimiento); puede aplicarse tanto a las criaturas irracionales e inanimadas como a las racionales. Cualquier cosa que esté ligada o envuelta de tal modo que no pueda moverse sino dentro de un cierto espacio, determinado por la oposición de algún cuerpo externo, decimos que no tiene libertad de ir más lejos (...) Es un hombre libre quien en aquellas cosas de que es capaz por su fuerza y por su ingenio, no esta obstaculizado para hacer lo que desea”^{19[3]}.

Referências

ALMEIDA, Guilherme Assis de. *Direitos humanos e não violência*. São Paulo: Atlas, 2001.

^{19[3]}HOBBS, Thomas. *El Estado*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1998. p. 71-72. APUD: *Reflexões sobre Política* – Três atos, Sônia. M.S.R Cavalcanti. *Revista de la Universidad de Burgos*, 2000.

Applying a gender perspective in the area of the right to freedom

of religion or belief. *Brigham Young University & Law Journal*, Issue 3,2000.

ASTELARRA, Judith. *Las Mujeres Podemos*. otra visión política. Barcelona: ICARIA, 1986.

BRASIL. Presidência da República. Lei 11.340/06 de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Publicada no Diário Oficial da União de 08/08/2006, P. 1*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em 26/09/2006.

BRUGUÈ, Q.; GOMA, R. Lãs políticas públicas locais: agendas complejas, roles estratégicos y estilo relacional. In: *Gobiernos locales y políticas públicas*. Barcelona: Ariel, 1998. p. 25-38.

CAÑAS, Gabriela. La cumbre Mujeres 2000 termina con compromisos contra la violencia. *El País*, 11/6/2000.

CALÁS, Marta B.; SMIRCICH, Linda. Do Ponto de Vista da Mulher: Abordagens Feministas em Estudos organizacionais. In: *Handbook de estudos organizacionais* — Instituto de Pesquisa e Capacitação das Nações Unidas para Promoção da Mulher-INSTRAW. São Paulo: Atlas, 1998.

CAVALCANTI, Vanessa R. Simon. Vozes femininas (ainda) silenciadas: ranços e avanços sobre a violência doméstica no Brasil (1985-2005). In: SILVA, G.; NADER, M.; FRANCO, S. (Org.). *História, mulher e poder*. Vitória: EDUFES, 2006. p. 253-273.

CEDAW. Relatório Nacional Brasileiro; Convenção sobre a elimi-

nação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Protocolo Facultativo. Brasília 2002. 2ª edição revisada, incluída a “Convenção de Belém do Pará”.

CÓRDOBA, Patricia Ortega Dolz. El feminismo pide rehabilitar a los maltratadores. *El País*, 10/12/2000.

CROSSETTE, Bárbara. Conferência da ONU preserva direitos de Pequim. *The New York Times*, 11/6/2000.

DEAM. *Guia de Serviços de atenção a pessoas em situação de violência*. 2. ed., 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 39-53.

DISCRIMINATION AGAINST WOMEN AROUND THE WORLD. Washington, DC. *Women's International Network News*, Summer 95.

Entidades Coletivas: *FEMINISTAS de Saúde*, Rede. São Paulo, nov. 2002.

Entidades Coletivas: CDDM, *Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher*. Bahia.

Entidades Coletivas: Serviço Psico- Social, *DEAM*. Mecanismo de prevenção à Violência da Mulher.

Estudo da USP mostra violência contra a mulher. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1/9/2000, c. São Paulo.

EVANS, Mary. *Introducción al pensamiento feminista contemporáneo*. Madrid: Minerva, 1998.

FISHER, Helen. *O primeiro sexo*. Lisboa: Presença, 2004.

FONSECA, Adilson. Abuso sexual infantil dobra em um ano. *A Tarde* 31-02-2000. c.Local, p.5.

GABEIRA, Fernando. Corpo de mulher não é mercadoria. *Folha de São Paulo*. 03-09-2001. c.Turismo.

GANLEY, Anne L. Compreendendo a Violência Doméstica. Violência contra a mulher: um novo olhar, 2001; Publicação da *Casa de Cultura da Mulher Negra*; tradução parcial do capítulo I da publicação *Improving the Health Care Response to Domestic Violence: A Resource Manual for Health Care Providers* (2. ed. 1998), produzido por The Family Violence Prevention Fund em colaboração com The Pennsylvania Coalition Against Domestic Violence.

GARCIA – A, Anna Paula Oliveira. *Quem cala, consente? Violência dentro de casa a partir da perspectiva de gênero, família e políticas públicas*. Dissertação – Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea – Universidade Católica do Salvador, 2005.

GARCÍA DE LEÓN, Maria Antonia. *Élites discriminadas* (sobre el poder de las mujeres). Barcelona: Anthropos, 1994.

HARDING, Sandra. *Ciencia y feminismo*. Madrid: Morata, 1996.

HELENA, Heloisa. *Corpo de mulher não é mercadoria!* www.pt.org.br. Data: 06/09/2001.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

JEWKES, Rachel. *Preventing Domestic Violence*. *British Medical Journal*, 02/02/2002, v. 324, issue 7332, p. 253, 2p, 1c.

KOLLONTAÏ, Alexandra. *A mulher no marxismo*. Lisboa: Compasso do Tempo, 1975.

LIMA, Antônio Carlos de. Violência doméstica: somente a prisão do agressor pode resolver o problema. *Revista Consultor Jurídico*. 21/8/2002.

Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Unesco e USP. *Direitos Humanos no Cotidiano*. Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Unesco e USP. 2001.

MOTTA, Flávia de Mattos. Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade (NIGS)/UFSC. *Comunidade Virtual Antropológica*.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de Oliveira. *As mulheres contra a violência*. *Folha de São Paulo*, 6/3/2001, c. BRASIL, p.3.

PEDROS, Regina Célia. *Violência e cidadania no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.

PEPA. El feminismo se pone al día. *El País*: Madrid, 7/12/2000.

PIOVISAN, Flávia & PIMENTEL, Silvia. A necessidade de reformar o Código Penal. *Folha de São Paulo*. 06-02-2003, p.A3, c.Opinião.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Max Limonad, 2000.

RIBEIRO FERREIRA, Maria Luiza. *Pensar no feminino*. Lisboa: Colibri, 2001.

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana R.; VITALE, Maria Amália (Org.). *Família: redes, Laços e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 21-38.

SANTOS, Gerson dos. Mulher torturada por marido ciumento. *A Tarde*, 05/05/2004, p.9, c. Polícia.

SUPLICY, Marta. *As mulheres no poder: ainda chegando*. Cidadania. Texto para debate. msuplicy@solar.com.br

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

TOLEDO, José Roberto de. Número de abortos da rede pública

cai 27%. *Folha de São Paulo*, 29/08/1997, c. COTIDIANO, p.3-3.

UTRERA, J. Viaje al medievo de los talibán. *El País*. Barcelona. 10/12/2000.

Vítimas de violência, OAB-SP presta á atendimento jurídico à mulher agredida. *Revista Consultor Jurídico*, 7/3/2002.

ZABALETA, Marta. *Un total de 174 mujeres asesinadas en el transcurso del 2004*. Derechos Humanos. Disponible na internete via correio eletrônico: webmaster@argenpress.info. 11-05-2004.

Declaração Universal dos Direitos Humanos – versão na integra. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>>. Acesso em: 25 set. 2006.

Decreto Lei nº. 2.848 de 07/12/1940 – Código Penal. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del2848.htm>>. Acesso em: 26 set. 2006.

O processo de inclusão da mulher como profissional de segurança pública na polícia militar de Minas Gerais

Camila Similhama Oliveira de Sousa
Carla Ferretti Santiago

Resumo: Pretende-se abordar a inclusão da mulher como agente de segurança pública na Polícia Militar de Minas Gerais, a partir da análise das permanências do caráter misógino em meio à cultura institucional, a despeito do suposto avanço representado por tal inserção. A demarcação temporal foi compreendida entre 1981 e 1990.

Palavras-chave: Misoginia. Identidade. Consciência de Grupo.

Abstract:

It is intended to address the inclusion of women as agents of public security in the Military Police of Minas Gerais, from the analysis of the character misógino stays in the midst of institutional culture, despite the supposed progress represented by such inclusion. The demarcation time between 1981 and 1990.

Keywords: Misogyny. Identity. Consciousness Group.

Camila Similhama Oliveira de Sousa. Bacharel e licenciada em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. O presente artigo é parte da monografia de conclusão de curso "Espada, farda e *escarpin*: a inserção da mulher como profissional de segurança pública na Polícia Militar de Minas Gerais".

Carla Ferretti Santiago. Profa. de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

A temática envolvendo a mulher na corporação policial corrobora o inquietante fascínio em torno dos desdobramentos do universo feminino, que, de algum modo, desafiam os persistentes papéis socialmente construídos, ditames das funções a serem desempenhadas pelas mulheres. Embora não sejam hoje tais determinantes sócio-culturais tão rígidos como foram outrora, ainda constituem marcante presença nas trajetórias femininas, mediante os labirintos de paradoxos tecidos pelo meio social, cuja extensão se dá no desenvolvimento das carreiras profissionais pelas quais optam. Permanecem, assim, instituições sociais em que a presença feminina ainda é um obstáculo a ser vencido, aspecto esse, pouco lembrado como objeto de pesquisa.

Soma-se a isso a quase ausência de referências históricas e análises de cunho crítico relacionadas à presença da mulher em organizações em que ela continua, de certa forma, impedida de galgar os degraus de ascensão e do reconhecimento profissional. A resistente cultura citada permite que sejam nutridos valores e condutas que a observação mais atenta conclui serem persistências até então tidas pelo discurso institucional como superadas. Especial referência nesse âmbito faz-se, sobretudo, às policiais militares femininas, cujo tratamento diferenciado não é mero detalhe, mas uma constante, percebida nas relações profissionais entre superiores-subordinados ou mesmo entre postos e graduações iguais. Evocam, portanto, códigos distintos tidos como adequados aos policiais militares femininos e masculinos, ainda que sob o discurso de igualdade profissional junto a ambos os sexos, reafirmado pela organização policial.

Dentre as obras focadas na temática policial, poucas se voltam para esse aspecto. Encontra-se em maior número aquelas cujo vértice está ligado à organização e à administração da corporação policial, em que muito é dito sobre novas políticas para gerir a segu-

¹ RATTON, JOSÉ LUIZ. *Aspectos organizacionais e culturais da violência policial*. In: RATTON, JOSÉ LUIZ; BARROS, Marcelo. Rio de Janeiro: Lu-mens JURIS, 2007.

rança pública brasileira¹, bem como a violência policial frente aos direitos humanos. A cultura institucional, parte essencial da pesquisa aqui realizada, é pouco mencionada, bem como a problematização dos valores pela mesma engendrados, que embora postos à disposição para serem renovados, não apontam, de fato, para efetiva transformação.

Aprofundando a prospecção em torno da bibliografia concernente à polícia militar, afere-se que a conjugação da temática policial sob a perspectiva da atuação feminina constitui uma busca visivelmente mais árdua. Observa-se um vazio no tratamento das peculiaridades percebidas junto ao trabalho executado por policiais militares femininas. Estas são freqüentemente ignoradas em nome de uma suposta igualdade profissional que, na prática, dificilmente é verificada. Constatou-se um número considerável de trabalhos em torno das categorias de gênero, sobretudo a relacionar a face puramente teórica desse universo e sua aplicação para o desenvolvimento de análises relativas a questões específicas do universo feminino.

A junção mulher-instituição policial aparece como objeto de estudo nos trabalhos centrados na Polícia Militar do Rio de Janeiro, instituição que mais detém publicações sobre o contingente policial feminino². Uma nítida oposição a esse quadro situa-se na Polícia Militar de Minas Gerais, onde as condições da profissional feminina ficam reservadas a pouquíssimas abordagens, dificilmente de caráter histórico. São, em geral, trabalhos de cunho descritivo que, por vezes, comprometem as análises pretendidas. Os aspectos citados atentam para a necessidade da temática apontada ser explorada, articulada e edificada, permitindo que seja posta em discussão mais e mais vezes, justa resposta ao silêncio ao qual é relegada.

Os recursos para comprovar as hipóteses propostas partem do levantamento bibliográfico em torno do tema desenvolvido, direcionado por três linhas: mulher e cultura latino-americana; mulher, emancipação

² SAPORI, LUIS FLÁVIO. *Os desafios da polícia brasileira na implementação da 'ordem sob a lei'*. In: RATTON, José Luiz; BARROS, Marcelo. Rio de Janeiro: Lumens JÜRIS, 2007.

e trabalho; as representações sociais referentes à presença feminina em instituições policiais. Foram utilizadas fontes escritas oficiais, emitidas pelo Comando Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, localizado na capital mineira, entre setembro de 1981 e 1987, concernentes à aprovação da Companhia de Polícia Militar Feminina, que incluem: publicação comemorativa³, resoluções, diretrizes operacionais, transcrições diversas, avisos, guias e análises institucionais.

Confrontando as fontes escritas estão as fontes orais, relativas aos depoimentos das componentes da primeira turma de 3º sargentos policiais militares femininos, indagadas com base em diretrizes previamente estabelecidas. Da turma original, formada por 112 policiais militares femininos, permanecem na ativa, aproximadamente, 52. Optou-se por seis dessas, sendo duas ocupantes de altos postos, duas de larga experiência operacional e duas de atuação administrativa.

Para tanto, foi utilizado como norteador do uso das fontes descritas a metodologia de trabalho atinente à História Oral que, conforme MEIHY,⁴

(...) é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continuam com a definição de um grupo de pessoas (...) a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, o uso, arquivamento e sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.

A História Oral mostrou-se de grande valia ao objeto de estudo citado, já que se preocupa em conhecer padrões culturais e estruturas sociais imersos em processos históricos inventariados no cotidiano, por vezes não acessíveis, e que desafiam, conforme CASSAB E RUSCHEINSKY⁵, a rigidez metodológica acadêmica. Obtida por meio de relatos focados em lembranças pessoais, o uso da história oral conduz a uma

³ CAPELLE, MÔNICA ALVES etc. Representações das relações de gênero no espaço organizacional público. *Revista de Administração*. Rio de Janeiro, mar./abr. 2002, p.253-275.

⁴ LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe (Org.). *Reintroduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

⁵ CASSAB, Latif; RUSCHEINSKY, Aloisio. Individuo e ambiente; a metodologia de pesquisa da história oral. p.7-24. *Biblos*: Revista do Depto de Biblioteconomia e História. Rio Grande: Editora da FURG, 1995, v.16.

visão mais dinâmica do funcionamento das várias trajetórias de um dado grupo social segundo CASSAB E RUSCHEINSKY. Constitui, por isso, valioso instrumento para construir análises relativas a pontos comumente relegados à margem da história oficial ou excluídos do alcance de historiadores. Congrega, ainda, fatos não registrados por outros tipos de documentos, cuja documentação é incompleta ou cujo ângulo de tratamento é distinto daquilo que em geral é aceito. Os trajetos individuais possibilitam um novo entendimento do passado recente, transformando “objetos” de estudo em sujeitos de investigação. Permite, também, apreender as relações humanas frente à sociedade organizada, ao poder e ao contra-poder existente.

O roteiro utilizado foi direcionado por uma base flexível, orientada para entrevistas temáticas, sem que se tratasse de um direcionamento único, pois a cada entrevista era inevitável que novas indagações e reflexões fossem acrescidas. Dentre as perspectivas interpretativas utilizadas para nortear a pesquisa, parte-se da delimitação estabelecida por Foucault ao denominar o poder como sendo:

(...) a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem as constituintes de sua organização; o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; (...) formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; (...) estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.⁶

⁶ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981. p. 89.

O poder está, portanto, em toda parte, visto ser oriundo de todos os lugares. Inseridos nesse contexto estão as relações de poder, efeitos imediatos das desigualdades presentes nas relações cotidianas que regem as relações humanas, como uma hierarquia definida a ditar a forma como devem ser processadas as

relações.

Foucault define as relações de poder como o “outro termo das relações” (humanas), sendo, ao mesmo tempo, institucionais e não subjetivas. Assim, não há poder que se exerça sem que haja uma série de objetivos:

(...) a racionalidade do poder é um a das táticas muitas vezes bem explícitas no nível limitado em que se inscrevem (...) que, encadeando-se entre si, invocando-se e propagando-se (...) esboçam finalmente dispositivos de conjunto: lá, a lógica é perfeitamente clara (...), caráter implícito das grandes estratégias anônimas (...)

⁷ *Idem*, p. 91.

Um outro extremo dessa definição implica nas resistências, sejam elas móveis ou transitórias, a atravessar instituições, estratificações sociais e unidades individuais. Os pontos de resistência apresentam, nas relações de poder, o papel do adversário, e estão presentes em toda a rede atingida por ele. A partir disso, há os chamados “focos-locais” de poder-saber, isto é, relações que veiculam formas de sujeição e esquemas de conhecimento em incessante interpenetração. Desse modo, somada à análise proposta para a concretização desse estudo, incluem-se, ainda, os mecanismos de resistência das policiais militares femininas frente aos impedimentos percebidos.

⁸ MOREIRA, ROSEMERI. *Entre o escudo de Minerva e o manto de Penélope: a feminização da polícia Militar do Paraná, uma prática dicotomizada (1975-1980) Exame de qualificação*. Universidade Estadual de Maringá, 2006.

Diante desse universo, MOREIRA⁸ analisa que raramente há reconhecimento da presença feminina em situações mediadas pela resistência e pela violência, já que a mulher não é reconhecida como capaz de corresponder à dualidade ação e reação. Está sujeita, assim, ao mesmo patamar ocupado por crianças e idosos. Nesse sentido, ainda que protagonize o papel do enfrentamento e da defesa, como no caso da policial militar, não deixa de estar imbricada ao zelo do outro, em prol do outro.

⁹ GREGORI, MARIA FILOMENA. Relações de violência e erotismo. *Cadernos PAGU*, fev./2003, p.87-120; BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

Partindo desse pressuposto, as ações conferidas às policiais femininas na PMMG condizem às “missões

específicas de sua competência”⁹, definição exposta pelo Regulamento da Companhia Feminina. Reitera-se, então, o trabalho policial feminino como semelhante ao da assistente social.

A instituição aparentemente negava tal estereótipo, insistindo na fala de que a policial feminina atenderia à “(...) qualquer tipo de ocorrência”, porém não deixava de ressaltar, por outro lado, que existiriam ocorrências típicas e, deste modo, apropriadas para a Polícia Feminina. A corporação definia essas ocorrências como sendo de quatro tipos: assistência (socorro e urgência de parturientes, doentes mentais, menor e outros); contra a pessoa (rixa, ameaça, aborto criminoso, homicídio, lesão corporal, etc.); contra o patrimônio (dano, furto, roubo, extorsão, invasão de imóvel, estelionato, etc.); acidentes de trânsito urbano (choque, coalizão, capotamento, atropelamento, etc.).

É traçado todo um aparato, observa-se, que procura adequar a policial a um trabalho operacional que não fugisse ao que era considerado comum ao ambiente feminino. Esta é posta para atuar no trato com iguais (parturientes), pessoas tidas como fragilizadas (doentes mentais, menor), pequenas rusgas (rixa, ameaça, lesão corporal, todas essas muito presentes no universo conjugal) e condutas de relevante repulsa social (aborto), que evocariam manutenção das convenções sociais em lugar de subvertê-las.

A desarticulação dos preceitos sócio-morais, a partir da presença das policiais femininas, tornou-se uma preocupação que, de forma recorrente, foi considerada pela instituição policial. Procurou-se deixar claro a distância entre a policial militar e qualquer atitude que fosse associada ao que a corporação considerava ser uma subversão de caráter feminista, como percebido no artigo que coloca: “A Cia Pfem não deve ser entendida como uma organização de mulheres masculinizadas (...)” (Artigo 18, Regulamento da Companhia Feminina).

Explica-se esse ponto pelo fato de que aprovar

qualquer traço masculinizado das policiais dificultaria a tentativa de melhorar a imagem do Estado repressor em crise, principal necessidade que viabilizou a inclusão das policiais na corporação. Justificou-se tal postura argumentando que seria pouco saudável o afastamento da natureza tida pelo corpo social então como feminina. Essa natureza concebida como feminina é constantemente rotulada pela organização como frágil. Enfatiza-se, portanto, a preocupação relativa à diferenciação da policial feminina como ente de uma organização que propiciaria a libertação da mulher, o que significa deixar cair a face mais conservadora da instituição policial por detrás do suposto véu de modernidade.

Essa postura se mostra materializada no uniforme designado às policiais, em que prima-se pela perpetuação da feminilidade, por meio do sapato de pequeno salto, modelo *scarpin* e a bolsa de tamanho médio agregado à farda. A instituição procurava, assim, abrandar a virilidade inerente ao uso do uniforme tradicional masculino, o que lembrava também a limitação das funções femininas na organização policial.

Torna-se contraditório, por isso, o exercício da função policial realizado por uma mulher. O primeiro mostra-se a partir de uma inerente natureza do enfrentamento de situações imprevisíveis de risco, mas a ação feminina nesse confronto é tida com certo desconforto pelo uso do porte da arma, admitido como inapropriado às funções por elas desempenhadas em meio ao contexto urbano.

Ressalte-se, ainda, nesse universo de contradições, o regulamento disciplinar vigente, em que muitos dos artigos estão centrados na orientação das condutas morais das polícias. Esse detalhe é explicitado já no edital do concurso¹⁰, em que junto aos pré-requisitos de nacionalidade, idade, altura, sanidade e escolaridade estão aqueles que se referem à conduta moral das candidatas.

O processo de seleção procura resguardar esse

¹⁰ Datada de 1982, ano de conclusão do curso de formação de terceiro-sargento femininos, com informações relativas ao processo de seleção, formação, treinamentos e atuação das policiais femininas recém-ingressadas.

caráter tornando o processo de seleção mais rigoroso¹¹ em relação ao processo de seleção masculino, sobretudo no que condiz à inspeção da vida pessoal das candidatas. Houve, assim, uma rigorosa pormenorização dos hábitos apontados por família, vizinhança e conhecidos em torno daquelas que aspiravam à aprovação no concurso.

O rigor empregado junto ao contingente policial feminino perpetuou o discurso paternalista de zelo institucional, justificado para que as policiais não fossem submetidas a patamares inferiores junto à organização. Trata-se de um traço insistentemente repetido, que relega as policiais femininas à condição de sucesso por meio da concessão masculina, ainda que fosse somente para estabelecer a proteção necessária para que as mesmas pudessem galgar os degraus profissionais. Depreende-se que a instituição no período citado imaginasse que o corpo policial feminino fosse dotado de incapacidade para avançar no rumo profissional do universo militar, caso não fosse a intervenção e orientação masculinas.

Ao longo do período inicial de inclusão da mulher na corporação militar o ser feminino é freqüentemente posto na dimensão do impuro, de tal forma que o rigor impediria a disseminação de uma possível imoralidade no seio dos quartéis. Desconsidera-se, assim, o argumento racional de que a presença numérica masculina era bem maior e, portanto, inclinada a alguma conduta não recomendada ante à presença feminina. Observa-se a repetição de estereótipos femininos, provavelmente conectados ao receio de que a imagem institucional em lugar de humanizada fosse ridicularizada. Esse risco era levado em consideração inclusive pelos próprios militares da ativa do período, que se recusaram a permitir que suas filhas se submetessem aos exames para a ocupação do quadro institucional. Grande parte das candidatas, portanto, referentes à primeira turma de terceiro-sargentos não tinha parentes militares próximos.

¹¹ Artigo 9 da Resolução nº 920 de 10/09/1981, que aprova o Regulamento da Companhia de Polícia Feminina da PMMG.

As exclusões desse período, imbricadas à preocupação com o rigor da manutenção da ordem, tinham caráter exemplar e, por isso, remetiam à natureza moral, preocupação central com relação às policiais femininas, mais do que qualquer questão condizente à atuação operacional. O tratamento da instituição referente às transgressões recaía em exclusões às vezes precedidas pela pressão institucional para que houvesse pedido de baixa (como o fato de engravidar fora do prazo previsto pelo regulamento, agravada pelo fato de ser solteira). Evitava-se, assim, que fosse aberto um processo para apuração e julgamento de tais condutas, impedindo que essas transgressões pudessem ser disseminadas junto à coletividade da organização e chegassem até a opinião pública.

Tamanha rigidez moral mostrou ser uma ferramenta capaz de impedir a ascensão profissional. Por meio da análise de minúcias da vida pessoal, promoções eram indeferidas. O passar dos anos e a liberalização de convenções sociais antes tidas como absolutas colaboraram para que o mérito profissional fosse, em grande parte, dissociado da vida pessoal feminina. Flexibilizou-se, assim, o pré-requisito anteriormente considerado para reconhecer o trabalho desenvolvido pela policial na corporação. Permitiu-se, então, que a rigidez moral do regulamento inicial fosse questionada e adaptada às novas condições de inserção da mulher no mercado de trabalho, com base nas transformações dos setores sociais diversos. Tais transformações conduziram inúmeras policiais femininas aos cargos de liderança na instituição.

A chefia feminina no quadro institucional policial apresentou, porém, dificuldades peculiares, como o tom de sarcasmo embebido de misoginia presente na postura dos subordinados frente às orientações que partem de uma superior, tendo configurado uma forma sutil de escamotear as orientações recebidas.

Nesse contexto, aquelas que primeiro corresponderam a esse viés parecem carregar a distinção de pio-

neiras, recebida mais como um nobre título do que propriamente como uma liderança atuante junto às questões que permanecem não solucionadas pelo corpo policial feminino. O fim da Companhia de Polícia Feminina (suporte institucional que planejava, coordenava, executava e fiscalizava as atividades de policiamento ostensivo feminino), em dezembro de 1990, é visto como benéfico por algumas, já que impediu que uma minoria se destacasse em detrimento da abertura de possibilidades para as demais, sobretudo no que diz respeito à ascensão na carreira militar. A diluição das policiais femininas, todavia, fez com que fosse perdida a referência que dotava de sentido a reflexão de gênero, bem como o tratamento de temáticas tidas como específicas por esse grupo. Ignora-se, por conta disso, nas falas das entrevistadas, a construção histórica que tenha impelido ao desenvolvimento de tais traços.

O tratamento da questão de gênero é pouco considerado, tanto na fala das depoentes como na postura por elas relatada em relação à corporação. As depoentes colocam o assunto como algo anteriormente tratado por meio de pesquisas, mas liderados por iniciativas individuais.

A perspectiva de gênero é despida, assim, na instituição policial, de qualquer credibilidade. É unânime a impressão de que a corporação não se interessa por questões dessa natureza, não as vê como prioridade e ainda as aproxima de possíveis regalias. Reserva, por isso, pouco espaço à discussão do olhar de gênero.

Diante do exposto conclui-se que a motivação da inserção feminina ocorreu sem corresponder ao avanço do ideário que corrobora o aparato de segurança pública, em especial, aquele relacionado à força pública militar estadual. Assim sendo, esteve atrelado à reelaboração da imagem do Estado ditatorial refletida junto à opinião pública que o repelia tanto pela violenta opressão quanto pela profunda crise que o abatia.

O processo inicia-se, assim, sem que houvesse mu-

dança em profundidade da cultura institucional para seguir adiante. Leva, portanto, a marca de ter sido uma concessão, mas fruto do inegável avanço social. A instituição aparentava, assim, pouca expectativa para o avanço da policial nos quadros da organização. O rigor moral, conectado a essa percepção, mostrou-se então acentuado e remeteu a uma série de estereótipos negativos a respeito da mulher, inclinações supostamente devassas que deveriam ser impedidas por um severo regulamento e um controle minucioso da instituição.

A presença feminina na organização policial alongou-se e teceu o aparato necessário para consolidar-se. Nesse contexto, perpetuam-se outras limitações, decorrentes de uma inclusão superficial. Observa-se, ainda, a demanda, embora não absorvida, da mobilização feminina em torno das questões de gênero. Há dificuldades de mobilização, mas percebe-se a necessidade, pouco atendida, do apoio e da liderança de tais reivindicações, o que é visto pelas entrevistadas como grande impedimento para uma organização mais consistente. A corporação policial, por sua vez, mostra-se profundamente desinteressada em aprofundar discussões e debater a respeito do tema. Surpreendente é a percepção do quanto ainda há de ser feito em prol da presença feminina na instituição policial. Essa necessidade requer postura atenta aos obstáculos sutis, porém persistentes, ainda que frente ao discurso de igualdade reiterado pela corporação.

Referências

CASSAB, Latif; RUSCHEINSKY, Aloísio. Individuo e ambiente; a metodologia de pesquisa da história oral. p.7-24. *Biblos*: Revista do Depto de Biblioteconomia e História. Rio Grande: Editora da FURG, 1995, v.16.

EDIÇÃO COMEMORATIVA DA 1ª TURMA DE 3º SARGENTOS PM FEMININOS DA PMMG. Belo Horizonte, 1982.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe (Org.). *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

LITSGARTEN, Silvia Caroline. *Diagnóstico Identitário da Polícia Militar de Minas Gerais*. Monografia apresentada à conclusão do Curso Superior de Administração com Habilitação em Administração Pública.pela Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, junho/julho de 2003.

MINAS GERAIS, RESOLUÇÃO Nº 920. Belo Horizonte, 10 de setembro de 1981.

MOREIRA, ROSEMERI. *Entre o escudo de Minerva e o manto de Penélope a feminização da polícia Militar do Paraná, uma prática dicotomizada (1975-1980)* Exame de qualificação. Universidade Estadual de Maringá, 2006.

MUSUMECI, Leonarda; MUSUMECI, Bárbara. *Mulheres policiais — a presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PMMG. *Regimento Interno de Disciplina da PMMG*.

RUSCHEINSKY, Aloísio; FORTUNATO, Elizabeth. A história oral na pesquisa social sobre o espaço urbano. p. 25-36. *Biblos*. Revista do Depto de Biblioteconomia e História. Rio Grande: FURG, 1995, v.16.

Bandeiras e reflexões acerca do(s) feminismo(s)

Carmem Sílvia Moretzsohn Rocha

Resumo: Partindo do pressuposto que o(s) feminismo(s) é um ponto de referência crucial para a compreensão dos principais movimentos sociais e políticos desde a Revolução Francesa até os dias de hoje, identificamos neste trabalho diversas oposições em torno das quais são travados debates relevantes para a vida intelectual e cotidiana.

Palavras-chave: Gênero. Feminismo. Multiculturalismo. Universalismo.

Abstract: Taking as presupposition that feminism(s) is a crucial reference for understanding the most important social and political movements since French Revolution until nowadays, we identify in this article several oppositions that are in the center of relevant debates for intellectual and everyday lives.

Keywords: Gender. Feminism. Multiculturalism. Universality.

Carmem Sílvia Moretzsohn Rocha. Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais. Mestranda do PPCIS/UERJ. Estudos de Gênero e Cor/Raça/Etnicidade.

Introdução

Desde a antiguidade até o final do século XVII, a mulher era considerada imperfeita por natureza. Foi o “modelo do sexo único”, descrito minuciosamente por Laqueur¹, dominante até a Revolução Francesa e que situava a mulher num degrau abaixo do homem na hierarquia social. Mulheres ou “homens invertidos”, ontologicamente inexistentes, impotentes como as crianças ou escravos, iniciam sua luta por reconhecimento paralelamente aos esforços dos conservadores para justificar sua exclusão dos primórdios da cidadania moderna ocidental. Era politicamente necessário legitimar como natural o domínio do homem sobre a mulher. A construção do indivíduo racional pela teoria liberal pretendeu excluir a mulher da sociedade civil em formação, enfatizando a dicotomia entre os sexos e a separação entre as esferas pública e privada. Em contrapartida, tem início o discurso feminista da diferença, inaugurando uma história de resistências repleta de questões, ambivalências, tensões e desdobramentos.

A luta inicial das mulheres pela igualdade de direitos nasce através da afirmação das diferenças dando início a uma ambivalência (igualdade *versus* diferença) que acompanha toda a trajetória do(s) feminismo(s) e fundamenta a idéia de identidade do sujeito feminino. O direito de votar foi uma das primeiras reivindicações das feministas denominadas sufragistas que, embora excluídas da esfera pública sob domínio masculino, buscavam participar desta através do voto. Alegavam, principalmente, que na condição de mães e educadoras daqueles que integravam as arenas decisórias teriam o direito de votar. A Nova Zelândia foi o primeiro país a conceder o direito ao sufrágio feminino em 1893, portanto, final do século XIX.

O século XX é conceitualmente marcado por três correntes feministas fundamentais, fruto de questionamentos decorrentes da diversidade intra-sexo. A

¹ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo* — Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

primeira, nos anos 60, teve como reivindicação principal uma distribuição mais igualitária do poder através da idéia de igualdade de oportunidades e de condições para ambos os sexos. Denominado “Feminismo Igualitário”, “Liberal” ou “Universalista” tem como princípio o pensamento liberal em que os instrumentos são: a educação, o trabalho e a política para uma ação transformadora. A segunda corrente, o “feminismo radical” faz uma crítica à sociedade patriarcal e ao liberalismo e impera nos anos 70.

Decarries² nos esclarece quanto ao uso da palavra “radical” cujo significado é: aquilo que busca as “raízes” das desigualdades geradas nas sociedades de cunho liberal. O feminismo radical pode ser subdividido em quatro tendências, a saber: feminismo “Materialista”, “Socialista”, “da Especificidade ou Autonomista” e “Lesbiano”. A primeira faz uma oposição clara à “classe dos homens” como opressores; na segunda, há vínculo direto entre o capitalismo e o sistema patriarcal; a terceira se volta para a questão das mulheres na família e no trabalho doméstico e, por fim, o feminismo lesbiano encara o modelo heterossexual como opressor e tem na homossexualidade feminina uma opção política. As polêmicas, aproximações e distanciamentos entre os discursos dos feminismos emergentes evidenciaram a complexidade das relações de poder, a diversidade das experiências femininas e a consciência da centralidade do conceito de patriarcado nas lutas e pesquisas empreendidas no âmbito do(s) gênero(s). Walby³ defende que, além de ser um conceito descritivo e útil para a análise da dominação masculina, o “patriarcado” é um sistema. Para a autora, o patriarcado se articula com o capitalismo, porém, é autônomo. A definição deste conceito pela autora é a seguinte: “sistema de estruturas e práticas sociais nas quais os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres”.

Nos anos 80, as mulheres reivindicaram uma revalorização da experiência feminina ligada à maternidade

² DECARRIES, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. Textos de História, *Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 8, Números 1/2, 2000. Feminismos: Teorias e Perspectivas. SWAIN, Tania Navarro (Org.).

³ WALBY, Sylvia. *Theorizing patriarchy*. Oxford: Blackwell, 1990.

e aspectos biológicos característicos das mulheres constituindo, assim, uma terceira corrente chamada feminismo da “Feminitude”, enfatizando novamente a diferença entre os sexos. Araújo identificou uma ambivalência em relação à noção de poder que, primeiramente, é visto como negativo por ser constitutivo de um contexto androcêntrico, mas que passa a ser reivindicado como instrumento de inserção social: “[...] a opção por uma abordagem mais relacional e menos unilateral, não exclusivamente coercitiva, permite pensar o poder como algo que também habilita e libera”.⁴

⁴ ARAÚJO, Clara. Feminismo e poder político: algumas reflexões sobre trajetórias, tensões e ambivalências. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 139-158, 2002.

Multiculturalismo como bandeira

Os ideais de “liberdade, igualdade e fraternidade” que embalsamaram o projeto de triunfo político da burguesia, na verdade, fundaram sociedades extremamente desiguais e excludentes. Mulheres, negros, homossexuais, minorias étnico-religiosas e outros grupos clamaram por igualdade, reconhecimento, visibilidade e participação política a partir de identidades específicas. Connell⁵ analisou a hierarquia no campo do gênero e criou uma escala de poder em *dégradé* em que a “masculinidade hegemônica” estaria no topo. Segundo o autor, este perfil se constitui de cinco elementos, a saber: heterossexualidade; casamento; autoridade; trabalho remunerado; força e resistência física. Butler, ao contrário, problematizou a ideia de construção de identidades na medida em que recusa dimensões fixas e estruturantes de sexo, gênero ou desejo. Para Judith Butler as identidades são frutos de discursos, práticas e instituições. A autora alerta para a contradição inerente ao conceito que pode tanto ser instrumento de libertação, quanto de aprisionamento e argumenta:

⁵ CONNELL, R. W. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press, 1995.

[...] o debate essencialismo/construtivismo tropeça em um paradoxo que não é facilmente ou, na verdade, não é jamais superado. Assim como nenhuma materialidade anterior está acessível a não ser através do discurso, também o discurso não consegue

*captar aquela materialidade anterior.*⁶

Ao mesmo tempo, admite: “ninguém pode sobreviver sem, de alguma forma, ser carregado pelo discurso”. Atestando a inevitabilidade constatada, a noção de identidade ganha terreno. Existe no mundo contemporâneo a demanda por uma noção de cidadania mais abrangente, onde a diversidade cultural é um mote contínuo. O debate atual expressa os conflitos entre duas correntes principais que dialogam permanentemente: Universalismo (Igualitarismo) *versus* Multiculturalismo (Comunitarismo). Críticos(as) do Universalismo afirmam que, por ser uma doutrina que prioriza o geral em detrimento do particular, acaba por invisibilizar as diferenças (*gender/colour blindness*), produzindo e reificando as desigualdades sociais. Em resposta a este efeito, os grupos sociais em desvantagem têm clamado por uma “cidadania diferenciada” que permita a construção de sociedades mais inclusivas.

No passado, alguns marxistas e liberais consideraram as desigualdades sociais como fruto, fundamentalmente, de aspectos econômicos. No entanto, pensadores contemporâneos afirmam que a questão é bem mais complexa e não se reduz às desigualdades econômicas, embora interajam. Na obra “A Dominação Masculina” Bourdieu escreve:

[...] é ainda mais surpreendente, que a ordem estabelecida, com suas relações de dominação, seus direitos e suas imunidades, seus privilégios e suas injustiças, salvo uns poucos acidentes históricos, perpetue-se apesar de tudo tão facilmente, e que condições de existência das mais intoleráveis possam permanentemente ser vistas como aceitáveis ou até mesmo como naturais. Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desco-

⁶ BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis/SC, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002.

⁷ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 7-8.

⁸ KYMLICKA, Will. *Filosofia política contemporânea*. Barcelona: Ariel, 1995.

*nhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento.*⁷

Os adeptos do chamado Multiculturalismo lutam por uma política do reconhecimento que tem por base a identidade de grupo. Teóricos e militantes desta linha de pensamento argumentam que membros de uma comunidade política ou nação (cidadãos) nem sempre compartilham as mesmas comunidades culturais. Kymlicka⁸ identifica três tipos de multiculturalismo, a saber: multiculturalismo como comunitarismo, multiculturalismo dentro de uma estrutura liberal e multiculturalismo como uma resposta à construção do Estado.

O primeiro pode ser descrito a partir da idéia de minorias *versus* a concepção do individualismo liberal. Alguns isolacionistas querem defender seu estilo de vida incondicionalmente e são considerados radicais. Segundo o autor, o extremismo desta corrente pode levar a restringir as liberdades individuais e, conseqüentemente à opressão de alguns grupos dentro das comunidades culturais. Por exemplo, em algumas culturas as mulheres são forçadas a se casar e obrigadas a ficar em casa. A segunda linha de pensamento e ativismo defende que os grupos em desvantagem devem ser incluídos socialmente, no entanto, sem abrir mão de suas diferenças. Neste caso, o multiculturalismo é compatível com a democracia e os princípios liberais. O autor denomina este tipo de “cultural liberal”. Os adeptos do terceiro tipo defendem a criação de instrumentos específicos para “pluralizar” o Estado. Isto é, o Estado liberal tradicionalmente considerado neutro, na verdade não é neutro e gera a dominância de um grupo homogêneo e a exclusão de todos os outros. Existe implícita aqui a idéia de reconstrução de um projeto que não deu certo e, portanto, não simplesmente a sua negação ou a inclusão dos excluídos como no primeiro e segundo caso.

Kymlicka destaca dois pontos principais que de-

vem ser resguardados e respeitados: as liberdades individuais dentro dos grupos e as relações igualitárias entre os diferentes grupos. Young afirma que

numa sociedade em que alguns grupos são privilegiados enquanto outros são oprimidos, insistir que como cidadãos deveriam deixar para trás suas afiliações e experiências particulares a fim de adotar um ponto de vista geral, serve somente para reforçar o privilégio (tradução minha).⁹

Segundo a autora é possível para os grupos manterem suas identidades construídas a partir de suas experiências específicas e, ao mesmo tempo, compartilharem um espírito público mais abrangente e estarem abertos a ouvir e perceber os interesses de outros. Iris Young descreve cinco características que configuram uma relação de opressão de um grupo em relação a outro: (1) exploração — quando os benefícios do trabalho e energia de alguns são apropriados por outros sem reciprocidade; (2) marginalização — quando um grupo é excluído de atividades sociais em larga escala, em geral, da esfera do mercado de trabalho; (3) destituição de poder (*powerlessness*) — viver e trabalhar sob a autoridade de outros e ter pouca autonomia e autoridade sobre outros; (4) imperialismo cultural — gera grupos sociais estereotipados e, ao mesmo tempo, invisíveis no que diz respeito à expressão de suas experiências e acesso a oportunidades; (5) sofrer violência ou perseguição por ser considerado membro de um grupo que é odiado ou temido socialmente. A autora cita, entre outros, alguns grupos que são oprimidos em um ou mais destes aspectos: mulheres, negros, homossexuais, operários, pobres, idosos e portadores de necessidades especiais. Young¹⁰ afirma que o sujeito constrói a própria identidade individual, mas a partir de condições sociais já estabelecidas. As relações sociais, instituições e estruturas estão acima das subjetividades.

Nancy Fraser¹¹ observa que existem no mundo

⁹ YOUNG, Iris Marion. *Polity and group difference: a critique of the ideal of universal citizenship*. Feminism and Politics. Oxford – New York. Oxford University Press. Edited by Anne Phillips, 1998.

¹⁰ YOUNG, Iris Marion. *Inclusion and Democracy*. New York: Oxford University Press, 2000.

¹¹ FRASER, Nancy. Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 7-32, 2002.

contemporâneo dois tipos de reivindicação por justiça social. O primeiro é o redistributivo ou igualitário e existe há mais de cento e cinquenta anos. O segundo tipo, o qual o feminismo pode ser considerado como um de seus pilares fundamentais, é o das “políticas de reconhecimento”, movimentos sociais que lutam para que as diferenças sejam mais aceitas e respeitadas. Segundo a autora, há nos dias de hoje uma predominância deste último e um esforço para “desenvolver um novo paradigma de justiça que coloque o reconhecimento em seu centro”. Fraser aponta a queda do comunismo, a expansão do mercado e das “políticas de identidade” como elementos causais inerentes a este processo. Os seguidores do paradigma igualitário classificam de “falsa consciência” o modelo do reconhecimento que, por sua vez, rechaça o primeiro julgando-o ultrapassado e inadequado para dar conta do contexto atual.

A proposta da autora consiste em elaborar uma teoria alternativa, capaz de conciliar os dois modelos, a fim de superar a oposição e lidar com a complexidade da questão da justiça na realidade contemporânea. Fraser identifica dois problemas no paradigma do reconhecimento. Em primeiro lugar, a reificação das identidades que reforçariam o separatismo e comunitarismo repressivo e em segundo, a oposição entre reconhecimento e redistribuição, cuja integração considera fundamental.

Segundo Nancy Fraser é imprescindível distinguir reconhecimento de identidade e propõe um “modelo de status” a fim de alcançar um “reconhecimento recíproco e status de igualdade”. A injustiça significa, neste modelo, “reconhecimento inapropriado e subordinação de status” que seriam consequência de uma assimetria nas interações sociais. Em termos conceituais, a autora define a estrutura de classes como fruto de mecanismos econômicos e a hierarquia de status gerida por valores culturais. Como alternativa teórica, Fraser sugere o “dualismo perspectivo”: “Aqui, redistri-

buição e reconhecimento não correspondem a dois domínios sociais substantivos — economia e cultura. Antes, constituem duas perspectivas analíticas que podem ser assumidas com respeito a qualquer domínio”.

Outra importante referência no debate feminista contemporâneo, Benhabib critica o multiculturalismo e sua ênfase na identidade. Segundo a autora, o esforço por reconhecimento pode vir a negar a alteridade como um elemento social construtivo. “O ‘outro’ está sempre dentro de nós também e é um de nós”.¹² Seyla Benhabib defende que é possível criar instituições imparciais na democracia igualitária e que o reconhecimento das diferenças culturais pode existir sem dominação.

Ao comentar o artigo de Coleman¹³, Benhabib observa o aumento do uso do argumento cultural “*My culture made me do it*” nos tribunais norte-americanos ao tratar de casos relativos a imigrantes. A autora afirma que este tipo de procedimento enfatizou a vulnerabilidade de certos membros dos grupos, em geral, mulheres e crianças. É interessante notar que, embora tanto a corrente universalista quanto a multiculturalista apresentem discursos antagônicos em prol da justiça, nos casos comentados há uma injustiça consensual ocorrendo na prática judiciária.

O princípio da igualdade e as ações afirmativas

Segundo Bobbio a tolerância “é a virtude da moderna democracia pluralista”.¹⁴ Tolerância *versus* intolerância, igualdade *versus* desigualdade, homogeneidade *versus* diferença, individualismo *versus* coletivismo são oposições constituintes do debate e da política contemporânea em diversas áreas do conhecimento assim como do senso comum. Norberto Bobbio considerou fundamental formular duas questões em relação ao princípio da igualdade. Em primeiro lugar, igualdade entre quem e em segundo, igualdade em quê? A idéia

¹² BENHABIB, Seyla. *The claims of culture. Equality and diversity in the global era*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

¹³ COLEMAN, Doriane Lambellet. *Individualizing Justice Through Multiculturalism. The Liberals' Dilemma*. Columbia Law Review, 96. p. 1093-1167, 1996.

¹⁴ BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

¹⁵ *Idem. Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

de que “todos são iguais, porém alguns são mais iguais do que outros”¹⁵ é crucial para a proposição de que se faz necessário “tratar os desiguais de forma desigual”, através de políticas e ações afirmativas. O objetivo principal das ações afirmativas é restituir ou atingir uma igualdade que foi rompida ou jamais existiu. Em relação à participação das mulheres na política, Luis Felipe Miguel afirma:

A legislação brasileira de cotas é, para dizer o mínimo, tímida. Em primeiro lugar, não há reserva de cadeiras no Parlamento, mas apenas de vagas de candidatura. Ficam de fora todos os cargos preenchidos por eleição majoritária, bem como aqueles “de confiança”, isto é, os escalões preenchidos por critérios políticos no executivo. A porcentagem fixada (20%, ampliada para 25% pela Lei nº 9504/97, que prevê 30% para as próximas eleições) está bem abaixo da desejada paridade entre os sexos. E os partidos não são sequer obrigados a preencher efetivamente as vagas, podendo deixá-las (no todo ou em parte) ociosas. Foi o que ocorreu, aliás, na maioria dos casos. Em 1998, com uma única exceção (a lista para a Câmara Federal do Estado de Tocantins), em nenhuma unidade da Federação o número de candidatas chegou de fato a 25% do total.¹⁶

¹⁶ MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, out. 2000.

Sobre a crítica à meritocracia, Clara Araújo comenta:

As cotas não constituem apenas uma estratégia circunstancial para o acesso às arenas decisórias. Articulam também um discurso político que busca legítimar uma forma particular de inserção, para além daquela concebida via os mecanismos clássicos liberais com base em critérios “meritocráticos”. Trata-se de uma inserção com base na ideia de que o mérito é também socialmente construído e de que há outros requisitos de justiça a serem observados, como a reparação de exclusões políticas.¹⁷

¹⁷ ARAÚJO, Clara. Feminismo e poder político: algumas reflexões sobre trajetórias, tensões e ambivalências. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 139-158, 2002.

¹⁸ PHILLIPS, Anne. *The politics of presence*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

O deslocamento do predomínio do “individualismo” em favor do “coletivismo” e da “política de ideias” em favor da “política de presença”¹⁸ se manifesta nas ações afirmativas, políticas públicas adotadas e em

desenvolvimento num contexto universal. As cotas para as mulheres no espaço de representação política e para negros nas universidades são casos emblemáticos destas políticas. No caso das mulheres existem as cotas aplicadas pela legislação e aquelas em que os partidos políticos adotam por iniciativa voluntária. No caso brasileiro, Araújo¹⁹ aponta três aspectos estruturantes das desigualdades de gênero na arena política. Em primeiro lugar, os longos períodos de autoritarismo (1937-1945 e 1964-1984) da história política, em segundo, o clientelismo como cultura política reinante nas elites e, finalmente, a desigualdade socioeconômica profunda entre homens e mulheres.

Embora seja indiscutível que a diferença quantitativa entre homens e mulheres na representação política é fruto da histórica dominação masculina, existem muitas contradições e questões interessantes a serem investigadas. Será que as mulheres que se elegem representarão os interesses das mulheres? E ainda, que interesses e de quais mulheres? E mais, retornando a Butler, o que é, afinal, ser mulher? Araújo escreve:

*Trabalhar uma perspectiva não dual de poder em relação ao gênero — masculino e/ou feminino — assumindo que o seu exercício remete a algumas categorias, tais como “conflito”, “força”, “interesses”, entre outras, que não necessariamente dependem do sexo de quem o exerce, seria um dos desafios a enfrentar.*²⁰

Bourdieu chama a atenção para a desvantagem da dominação masculina, também, para os homens. Na condição de pesquisador, desabafa:

*[...] quando se trata de um homem, que evidentemente nada pode contrapor àquelas que se arrogam, em nome da autoridade absoluta que representa a “experiência” da feminilidade, o direito de condenar sem apelação toda tentativa de pensar o objeto cujo monopólio elas assim detêm sem dificuldade.*²¹

Apesar de a opressão ser construída por dominan-

¹⁹ ARAÚJO, Clara. As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Revista Dados*. Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 155-194, 2001.

²⁰ *Idem*. Feminismo e poder político: algumas reflexões sobre trajetórias, tensões e ambivalências. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 139-158, 2002.

²¹ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

tes e dominados e, por que não concordar com Bourdieu, vitimar dominantes e dominados, são inegáveis os efeitos perversos das discriminações sociais referentes a categorias como gênero, raça, etnicidade, orientação sexual, etc. Se as políticas de reconhecimento configuram e instrumentalizam identidades a fim de justificar interesses específicos, não o fizeram/fazem também os universalistas? Há que se considerar, porém, os abusos cometidos em nome de justas reivindicações cujo risco é a deslegitimação destas.

Considerações finais

Em 1887, Ferdinand Tönnies cunhou os conceitos *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* que traduziam o espírito de transformação da época e o cerne da era moderna.²² Esses princípios antagônicos que priorizam a hierarquia ou a igualdade balizaram a maioria dos esforços analíticos e políticos das sociedades humanas.

Identificamos neste trabalho diversas oposições e oscilações fundamentais em torno das quais foram travados importantes debates, entre elas: homens *versus* mulheres, igualdade *versus* diferença, esfera pública *versus* esfera privada, heterossexualidade *versus* homossexualidade, individualismo *versus* coletivismo, poder como um valor a ser rechaçado *versus* poder como um valor a ser conquistado, liberdade *versus* aprisionamento, redistribuição *versus* reconhecimento, política de idéias *versus* política de presença, universalismo *versus* multiculturalismo, tolerância *versus* intolerância, etc. Devemos levar em conta que Tanto Walby quanto Benhabib identificaram a dominação masculina em sistemas econômicos e políticos diversos e sua presença em práticas sociais embasadas por correntes de pensamento aparentemente opostas. Como instrumento de análise mais abrangente de forma a superar as dicotomias, Fraser propõe o “dualismo perspectivo”, buscando lidar com a complexidade do mundo contemporâneo.

Juntamente com a idéia de identidade, individual

²² Segundo o Dicionário do Pensamento Social do Século XX da Zahar, *Gemeinschaft* quer dizer comunidade “uma forma social caracterizada por relações pessoais, intenso espírito emocional, constituída por cooperação, costume e pequenas comunidades urbanas”; e *Gesellschaft* quer dizer sociedade “uma organização de grande escala, como cidade, estado ou nação, baseada em relações impessoais, interesses particulares, direito e opinião pública”.

e/ou coletiva e na corda bamba entre o discurso da diferença e a afirmação da isonomia nasceu o movimento que marcou a passagem da visão do sexo único para a oposição dicotômica homem/mulher. Foi capaz de gerar polêmicas e inspirar outras lutas. Congregou homens e mulheres para compartilhar seus anseios. Apesar de suas contradições e paradoxos aparentemente insolúveis, se vê representado na política, no mundo acadêmico, na mídia, nas artes e no cotidiano, mentes e corpos. Desde sua origem, ninguém passou incólume por este movimento, a favor ou contra, engajado ou alienado, que de alguma forma, tocou a todos. É ao mesmo tempo conservador e progressista, local e universal, micro e macro, público e doméstico. O feminismo é, indubitavelmente, um divisor de águas e referência constante na história da humanidade.

Referências

ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: O caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. *Revista Dados*. Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 155-194, 2001.

_____. Feminismo e poder político: algumas reflexões sobre trajetórias, tensões e ambivalências. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 139-158, 2002.

BENHABIB, Seyla. *The claims of culture*. Equality and diversity in the global era. Princeton: Princeton University Press, 1996.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Igualdade e liberdade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, SC, v. 10, n. 1, p. 155-167, 2002.

CONNELL, R. W. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press, 1995.

DECARRIES, Francine. Teorias feministas: liberação e solidariedade no plural. Textos de História, Revista do Programa de Pós-Graduação em História, v.8, Números 1/2, 2000. *Feminismos: Teorias e Perspectivas*. SWAIN, Tania Navarro (Org.)

DOMINGUES, José Maurício. Criatividade e Tendências Mestras na Teoria Sociológica Contemporânea. *Revista Lugar Primeiro*. Rio de Janeiro, nº 3, 2000.

FRASER, Nancy. Redistribuição ou reconhecimento? Classe e status na sociedade contemporânea. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 7-32, 2002.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

KYMLICKA, Will. *Filosofia política contemporânea*. Barcelona: Ariel, 1995.

_____. *The Rights of Minority Cultures*. *Canadian Journal of Political Science / Revue canadienne de science politique*, Vol. 31, Nº 1, pp. 201-203, mar. 1998.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo — corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política feminista e liberalismo: o caso das cotas de representação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 15, n. 44, out. 2000.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

SILVA NEVES, Raphael Cezar da. *Reconhecimento, multiculturalismo e*

direitos. Contribuições do debate feminista a uma teoria crítica da sociedade. 2005. 86 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

WALBY, Sylvia. *Theorizing patriarchy*. Oxford: Blackwell, 1990.

YOUNG, Iris Marion. Polity and group difference: a critique of the ideal of universal citizenship. *Feminism and Politics*. Oxford – New York. Oxford University Press. Edited by Anne Phillips, 1998.

_____. *Justice and the politics of difference*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990.

_____. *Inclusion and Democracy*. New York: Oxford University Press, 2000.

Relações de educação e gênero na região agrícola — o rural e o urbano na formação para mulheres

Marisa Barletto

Resumo: O texto analisa as construções de gênero na criação dos cursos profissionalizantes do ensino médio e cursos do ensino superior na região agrícola, entendendo que essas construções fizeram parte dos processos políticos de modernização do espaço urbano e do espaço rural.

Palavras-chave: Gênero. Espaço. Educação. Formação de Professores.

Abstract: The text analyzes the gender constructions in the creation in the vocational courses of the medium teaching and courses of the higher education in the agricultural area, understanding that those constructions were part of the political processes of modernization of the urban space and of the rural space.

Keywords: Gender. Space. Education. Teachers' Formation.

Marisa Barletto. Departamento de Educação Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero – NIEG.

Introdução

A reflexão que proponho neste trabalho tem origem no questionamento sobre as construções de gênero nos cursos profissionalizantes do ensino médio e cursos do ensino superior, ou seja, sobre como se constituíram os chamados cursos vocacionais para homens e mulheres. Longe de esgotar a complexidade da questão, faço algumas incursões sobre o processo histórico das políticas educacionais voltadas para as regiões agrícolas. Espero poder mostrar que nos processos políticos de modernização do espaço urbano e do espaço rural a partir do final do séc. XIX, a lógica da utilização de instrumentos técnicos e científicos para tal modernização também era modulada pela concepção hegemônica de gênero e da divisão sexual do trabalho. Entendo que as diferenciações políticas e econômicas nas relações dicotômicas entre o rural e o urbano também realizaram diferenciações de espaço em termos do binarismo feminino e masculino. Isso, por sua vez, possibilitou que a lógica da racionalidade das concepções técnicas e científicas sobre os espaços transformou o binarismo de gênero numa dicotomia racional e científica.

Esses aspectos tornaram-se perceptíveis através da análise dos projetos de modernização via ensino regular e ensino agrícola. A lógica da racionalidade que orientou as políticas públicas para educação no ensino médio e superior na região agrícola criou processos particulares de escolarização vocacionais — funções e saberes para homens e para mulheres em prol da modernização.

1. O rural e o urbano

Muitos são os recortes possíveis para a definição de pequena cidade. Na maioria das vezes encontram-se mapas sobre o rural e o urbano, ou o campo e a cidade, cujas cartografias carregam orientações e representações baseadas nas oposições tradicional-mo-

derno, incivilizado-civilizado, não-tecnificado-tecnificado. Esse princípio de oposição produz diferenças que sustentam duas identidades hierarquizadas, imagens e visões culturais baseadas na dicotomia cidade, ou ainda rural-urbano, que inclusive são às vezes, transfiguradas de um valor negativo para um positivo, e vice-versa, dependendo da função reguladora que o discurso estiver cumprindo.

Faoro¹ ajuda a compreender um pouco a produção dessa classificação e hierarquização a partir de alguns recortes históricos. Analisando o patronato na Primeira República, Faoro discutiu as tensões políticas entre o modelo agrícola-exportador e o urbano-industrial, quando as oposições acima citadas eram bastante exploradas para argumentar a favor do liberalismo econômico e contra a hegemonia das oligarquias agrárias na condução do Estado. O urbano representava o espaço que se concentravam os comerciantes, comissários, exportadores, onde se localizavam as sedes de crédito, além de grande parte da estrutura burocrática do governo central. Enfim, era onde se concentrava toda uma “classe especuladora interessada no lucro e nos juros”². Além disso, era onde se localizavam indústrias e onde o “comércio estrangeiro modernizava a vida colonial”. Era centro da cultura — educação, ciências e artes — e porta de entrada das informações, idéias e modas do mundo ‘desenvolvido’.

As cidades nas regiões rurais eram muito diferentes, já que

*[...] os homens da cidade não exercem, em sua totalidade, funções urbanas. Com o predomínio das atividades da agricultura e pecuária, há uma faixa instável, ‘rurbana’, caracterizando-se o corpo social pela influência de interesses rurais. Cidades que servem ao campo, embora isso não expresse o controle financeiro da lavoura pelas próprias unidades produtivas.*³

A cidade sob a influência das atividades agrícolas e pecuárias, além do comércio local, era um lugar de

¹ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

² *Idem, Ibidem*, p.469.

³ *Idem*, p.698.

interesse político, fundamentalmente eleitoral — através dos ‘coronéis’ -, promovendo a articulação dos poderes estaduais no nível local através de suas lideranças econômicas e políticas. “A política será ocupação dos poucos, poucos e esclarecidos, para o comando das maiorias analfabetas, sem voz nas urnas”.⁴

⁴ *Idem*, p.698.

A dicotomia rural-urbano tinha sentido econômico e político específicos, e em conjunto com as outras oposições citadas, foi bastante explorada naquela conjuntura tanto para ‘empurrar’ transformações na política econômica quanto para resistir a elas.

Com o afastamento dos fazendeiros do café do poder, essa dicotomia vai assumindo outros sentidos diante das transformações políticas que se seguiram sem, entretanto, ter sido abandonada. Durante o governo Vargas, o campo não deixa de ser, como na República Velha, a representação do ‘atraso’, mas sim “um gigante adormecido a despertar. E o lugar de gente simples, de muito trabalho, lugar de construção de uma vida nova, lugar de purificação. [...] Mesmo abandonado, o homem do campo era capaz e laborioso.”⁵

⁵ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Vargas e a questão agrária: a construção do fordismo possível. *Revista Diálogos*, v.2. Universidade Estadual de Maringá, Departamento de História. 2004.

A compreensão das mudanças espaciais intrínsecas a esses processos políticos e econômicos envolvendo o rural, o urbano e a cidade foi desenvolvida por Milton Santos.⁶ Ele diz que as remodelações do meio urbano e do meio rural se fazem fundamentalmente pela presença da ciência, tecnologia e informação no território, criando um novo meio geográfico, ou ainda, que “o meio técnico-científico-informacional tende a se superpor [...] ao chamado meio geográfico.”⁷

⁶ SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

⁷ *Idem*, *Ibidem*, p.38.

Em termos das transformações do meio geográfico, Santos centra sua análise sobre os objetos científicos, técnicos e informacionais.

⁸ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p.215.

*O objeto é científico graças a natureza de sua concepção; é técnico por sua estrutura interna [...] e é também informacional porque, de um lado, é chamado a produzir um trabalho preciso — que é uma informação — e de outro funciona a partir de informação.*⁸

Esses objetos técnicos podem ser de produção, de transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da polícia, e também, técnicas de sociabilidade e da subjetividade.

Utilizando-se dessas noções, o autor escreve que a partir da segunda metade do século XIX, a produção do café, a implantação de estradas de ferro, melhoria dos portos, criação de meios de comunicação modificam o território brasileiro, criando “uma nova fluidez potencial”. Por sua vez, o comércio internacional, trabalho, intercâmbio e consumo “vão tornar efetiva aquela fluidez”. E “é com base nessa nova dinâmica que o processo de industrialização se desenvolve”.⁹

Milton Santos esclarece que industrialização não pode ser tomada no sentido estrito do termo, mas sim

*[...] como processo social complexo, que inclui tanto a formação de um mercado nacional, quanto esforços de equipamento de território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terceirização) e ativa o processo de urbanização.*¹⁰

⁹ SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.p.30.

¹⁰ *Idem*.

Na medida em que novas técnicas e ciência vão sendo incorporadas no meio rural — demandando máquinas, implementos, insumos e também intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada — vai sendo ampliada a terceirização nas cidades.

*A expansão do consumo da saúde, da educação, do lazer, é paralela à do consumo de batadeiras elétricas, televisores, e de tantos outros objetos, do consumo das viagens, das idéias, das informações, do consumo das esperanças, tudo isso buscando uma resposta concentrada, que leva à ampliação do fenômeno de urbanização.*¹¹

¹¹ *Idem*, p.54.

As cidades mudam de conteúdo. Deixam de ser as “cidades dos notáveis” tornando-se “cidades econômicas”. Os notáveis eram, segundo ele, o padre, o

tabelião, a professora primária, o juiz, que são substituídos pelo agrônomo, pelo veterinário, pelo bancário, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados.

Não é o consumo produtivo rural que se adapta à cidade, mas a cidade que se adapta àquele. “A cidade local deixa de ser a cidade no campo e transforma-se na cidade do campo”.¹²

¹² *Idem*, p.57.

Os espaços formados pelos objetos científicos, técnicos e informacionais arrastam com eles uma grande carga de racionalidade que dá suporte do saber hegemônico. Entretanto, afirma Santos,

*[...] essa racionalidade sistêmica, não se dá de maneira total e homogênea, pois permanecem zonas onde ela é menor e, mesmo, inexistente e onde cabem outras formas de expressão que têm sua própria lógica.*¹³

¹³ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p.304.

Milton Santos analisa a questão da dicotomia urbano-rural dizendo que devido à profundidade das transformações sofridas pela sociedade, não se trata mais de um Brasil das cidades oposto a um Brasil rural. Nas regiões agrícolas, o campo comanda a vida econômica e social do sistema urbano, enquanto nas regiões urbanas, são as atividades secundárias e terciárias que têm esse papel. O espaço total brasileiro, diz o autor, está preenchido por regiões agrícolas e regiões urbanas. Região aqui não é território, no sentido tradicional do termo, mas o tipo de relações realizadas sobre subespaços.

*Simplesmente, não mais se trataria de “regiões rurais” e “cidades”. Hoje as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais. [...] Teríamos, desse modo [...] áreas agrícolas contendo cidades adaptadas às suas demandas e [...] áreas rurais adaptadas às demandas urbanas.*¹⁴

¹⁴ SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.p.73-74.

Para Milton Santos, nas regiões rurais em que as

demandas são muito menores, devido ao baixo nível de renda e a modernização agrícola é ausente, pontual ou incompleta, a cidade tem um sistema de relações que é próximo do tradicional, no sentido do legado da dicotomia rural-urbano. Assim, a questão maior que o autor discute é a reterritorialização da cidade na região agrícola e a reterritorialização das atividades rurais na região urbana.

A constituição do espaço agrícola e urbanização da cidade pela ação dos objetos científicos, técnicos e informacionais carregam relações de gênero e saber. Por sua vez, o prático-inerte das formas patriarcais do espaço rural, essa “prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas”, entra como condição nas transformações do espaço. A constituição da cidade do campo, como coloca Santos ao referir-se a adaptação da cidade local ao consumo produtivo rural, também realiza suas adaptações da divisão sexual do trabalho no meio rural, no caso específico da cidade urbanizada.

Pode-se analisar que as diferenciações de espaço em termos do binarismo feminino/masculino sofrem a ação da racionalização técnica hegemônica, que ao submeter os espaços à sua lógica, transforma o binarismo numa dicotomia racional e científica. A ação dos objetos técnicos e científicos da ordem médica no espaço doméstico, criando consumo, introduzindo saberes, foi muito eficaz no final do século XIX nesse sentido. A ordenação higiênica do espaço também invadiu a concepção hegemônica sobre o caráter e a função da instrução. A ordem médica e a ordem pedagógica — que congregou principalmente a psicologia e a sociologia como campos científicos — incidiram sobre ensino regular e o perfil da professora. Cabe auscultar de que modo essas relações incidiram na constituição do ensino agrícola e como se movimentaram nos contextos aqui propostos como relevantes.

2. Ordem médica e discurso higienista

¹⁵ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*, 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

Para Jurandir Freire Costa¹⁵, no período de passagem do Império para a República, o desenvolvimento dos centros urbanos e as novas necessidades de consumo e circulação de capital com a industrialização, implicaram numa redefinição de subjetividade, reorganizando a intimidade, o espaço público e os hábitos da família colonial. Segundo o autor, o discurso médico-higienista foi o maior e mais poderoso aliado na constituição dessa nova subjetividade. Havia a necessidade de consagrar o Estado como representante do poder, em oposição à família patriarcal latifundiária. O seu lugar no controle legal e jurídico, acompanhado pelo poder de repressão e polícia precisava ser instituído. Era preciso transformar as sociabilidades ‘pré-capitalistas’ em capitalistas.

Uma das estratégias foi a higienização das famílias, reordenando as identidades num esquadramento da sexualidade, da afetividade e do consumo, na perspectiva de consolidar a concepção da intimidade e do indivíduo privado, ou ainda, a interioridade psicológica. Tal empreendimento se realizou através do conceito de comportamento urbano saudável. “Do combate contra a família empreendido pelos médicos, representantes da ciência da época, surgiu um novo modelo de indivíduo, o indivíduo urbano típico de nosso tempo”.¹⁶

¹⁶ CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FÁRIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 Anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica: 2003. p. 452.

A oposição do Estado contra a família fez-se primeiro contra a família colonial, que tinha as características do patriarcado latifundiário. Para Costa durante o período colonial “a fixação dos indivíduos na rede de interesse do grupo, do pai, da propriedade e dos antepassados, tornava-os (os indivíduos) portadores de uma psicologia rasa, sem relevo ou especificidade”.¹⁷ Existia uma inibição à intimidade, neste contexto de solidariedade familiar. Segundo a argumentação do autor “a ordem médica vai produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade,

¹⁷ COSTA, Jurandir Freire. *Op. cit.* p.97.

do Estado e da Pátria.”¹⁸

Depois foi a vez da família colonizada, ou seja, a família de costumes citadinos, que era de menor tamanho devido ao afastamento dos escravos e das pessoas com laços de parentesco distantes. Era a família de costumes burgueses europeus, onde as recepções sociais domésticas tinham funções políticas importantes, os jovens ganhavam destaque no mercado matrimonial, etc. A ação higiênica se fez sobre ela porque “a vida social desregrada acabou por afastar os pais dos cuidados com os filhos [...] descuidando da higiene, da moral e dos bons costumes.”¹⁹

Esse reordenamento dos corpos saudáveis incidiu profundamente sobre as mulheres como estratégia de reordenar a família. Esta passou a ser responsável pela casa saudável, o que significava um tipo particular de cuidado com os filhos e com o espaço doméstico que não tinha antes, já que os escravos é que tinham essa função. Um tipo de maternagem foi instituído, fundamentada tanto na higiene física como psicológica. As relações afetivas familiares passaram a ter um novo valor, cuja manutenção foi de responsabilidade da mulher.

Faria Filho destacou que a ação higiênica do espaço doméstico aliada à pedagogia também projetaram os grupos escolares no final do séc. XIX como um espaço escolar higiênico (saúde e aprendizagem) em oposição ao da casa. Com sua organização de classes seriadas (racionalidade tempo e espaço) simbolizaram o rompimento com o passado imperial em direção ao mundo moderno. Segundo o autor, “a educação escolar, ao longo do séc. XIX, vai progressivamente assumindo as características de uma luta do governo do Estado contra o governo da casa.”²⁰

Outros ‘saneamentos’

Como orientador das normas de modernização, o discurso higienista na ordem médica do século XIX nunca foi inteiramente abandonado, mas foi sendo ab-

¹⁸ *Idem*, p.50.

¹⁹ CUNHA, Luiz Antônio. *Op. cit.* p.451-452.

²⁰ FARIA FILHO, Luciano Mendes. A instrução elementar no Séc. XIX. In LOPES, Eliana Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 146.

sorvido pelo processo de substituição de outros discursos científicos do início do século XX que tecnificaram e científicizaram diferentes campos do tecido social. O curso da ‘modernização da sociedade’ seguia, renovado pelos novos campos de conhecimento científico que eram incorporados como referências para o avanço da ‘nação’.

²¹ *Idem*, p. 231.

Segundo Marta Carvalho²¹, na primeira década do séc. XX houve uma intensa movimentação cívica em torno do lema “representação e justiça”. A instrução popular foi considerada o grande instrumento do revigoramento nacionalista em torno de um “soerguimento moral da sociedade”, que envolvia o voto secreto, serviço militar obrigatório e combate ao analfabetismo — a falta de instrução era entendida como um problema nas urnas. A importância da instrução popular trouxe implicações sobre a relevância da ação pedagógica que articula modernidade e ‘formação’ para a cidadania.

A instrução como instrumento na constituição do Estado era uma plataforma política da nova elite urbana, que necessitava de formas de controle das populações pobres no espaço das cidades. A escola não deveria apenas ensinar a ler, escrever e contar; deveria também se voltar para educação moral e o desenvolvimento das aptidões físicas. Os males da sociedade eram, nesse momento, de natureza cultural.

Os processos migratórios (populações de regiões muito pobres) e os imigratórios (provenientes de outras culturas) criaram a imagem da “cidade invadida por populações de costumes bárbaros.”²² A contenção desse fluxo migratório chamou a atenção sobre a pobreza no mundo rural. “Levar as escolas aos sertões brasileiros e enraizar extensivamente os serviços escolares nos grandes centros são metas do programa modernizador dos anos 20”.²³

²² CARVALHO, Cônego José Geraldo Vidigal. Honra e Louvor ao Côn. Dr. Antônio Mendes. *Fermento. Informativo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Fátima*, Viçosa, MG, fevereiro de 2002. Editorial, Ano V, n.55, p. 233.

²³ *Idem*.

Para vencer a ‘incompetência’ da sociedade rural pobre de se desenvolver social, cultural e economicamente, foi indicada a mesma terapêutica para integração

à totalidade do sistema social, segundo os padrões urbano-industriais: ser consumidora de mercadorias.

Para o ‘grande’ projeto nacional ‘rumo à modernidade’, era preciso que o campo fosse ‘saneado’. A ‘prescrição’ seria a higiene física, psicológica e cultural para o mundo rural. Era preciso uma ação intensiva; grandes projetos passam a ser gestados para o campo, compreendidos pelas elites urbanas como um lugar retrógrado, onde a tradição precisava ser abolida porque estaria vinculada aos grandes senhores da Colônia, que impediram as transformações sociais dos novos tempos. Entendiam que o campo era um regime de baixa produtividade que se modificaria submetendo-se às mercadorias, aos estilos e às concepções do urbano.

Por sua vez, Heloisa Villela²⁴ analisa que o poder nas províncias também era marcado pelo pensamento iluminista e a instrução também seria o meio de chegar aos níveis mais elevados de civilização. Tendo como modelo as nações européias, entendiam que a falta de instrução era a causa de todos os males. Assim, o acesso à instrução permitiria unificar padrões sociais, difundindo uma “moral universal”. Desta forma, a instrução comum (hábitos intelectuais e morais) construiria a unidade nacional.

Mais do que isso, havia uma situação política a ser administrada. Na situação de crise oligárquica, o apelo à “ ‘causa cívica de redenção nacional pela educação’ que se processava nos grandes centros urbanos”²⁵, criava impacto político e rendia dividendos no jogo da disputa oligárquica, projetando seus promotores. No contexto do debate ruralista, o entusiasmo pedagógico baseava-se na crença que a instrução responderia à necessidade de superação da crise/atraso da agricultura brasileira na primeira República. A instrução era “considerada como depositária das possibilidades de ‘regenerar’ o homem do campo e elevar ao máximo a produtividade, tecnificando-a [...]”²⁶

Por um lado, a modernização da agricultura e a ins-

²⁴ VILELA, Heloisa de O. O mestre-escola e a professora. In LOPES, Eliana Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*, 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

²⁵ CARVALHO. *Op. cit.*, p.233.

²⁶ AZEVEDO, Denílson Santos. *Melhoramento do homem, do animal e da semente*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação. São Paulo, 2005. p. 25.

²⁷ *Idem*, p. 41.

²⁸ *Idem*.

trução agrícola se mostraram em sintonia com outros movimentos políticos, sociais e ideológicos na época, em defesa do ideário da modernidade, “sobretudo em decorrência do desenvolvimento industrial e comercial e do crescimento urbano, verificado em algumas regiões e cidades do país [...]”²⁷ Por outro lado, a partir de meados da década de 20, essa sintonia foi cindida com o chamado ruralismo pedagógico, ao acentuar que o objetivo do ensino agrícola “não era simplesmente ‘formar os homens’, mas formá-los de determinada maneira”²⁸, voltados para os valores do meio rural, fazendo a oposição ao modelo urbano-industrial.

É possível entender que o movimento higienista/modernizante era eminentemente um movimento urbano-industrial, que se realizava numa nítida oposição a dinâmica social, cultural e econômica da sociedade ‘colonial’, com todas as características que lhe deram sustentação e que eram percebidas como muito presentes nos centros urbanos — foco principal de transformação da ação higienista — e muito mais no meio rural. Grande parte do que caracterizava o movimento higienista ia de encontro às estruturas culturais e sociais do patriarcado rural e ao que lhe davam sustentação política.

A norma familiar latifundiária era constituída de dispositivos informais de política, justiça e administração familiar. Tais dispositivos isentavam os indivíduos dos direitos e deveres jurídicos de cidadãos, o que, ao mesmo tempo, reforçava e dilatava o poder familiar, que reagia segundo os padrões emocionais e personalistas das relações de parentesco.

Os argumentos do Estado, ligados à punição e repressão jurídico-legal eram facilmente driblados pela dinâmica do grupo familiar. Se a características de solidariedade — parentesco e compadrio — da família eram um estorvo para o controle do Estado, foi nos espaços urbanos que essa forma específica de poder foi esvaziada, tornando-a dependente do Estado que conseguiu, assim, se impor.

Assim, a baixa produtividade e a ignorância são concepções consensuais sobre a situação do desenvolvimento rural e do ‘homem do campo’; por sua vez, a modernização técnica e a instrução são soluções também compartilhadas. Entretanto, não interessava às oligarquias rurais realizar esse processo de modernização segundo os moldes urbano-industriais. Foi principalmente pela substituição da ordem médica por outras ciências que o ideário da higienização e ‘saneamento’ das áreas rurais foi ressignificado ao se articular com a modernização tecnológica da produção rural. Foi principalmente com os programas de ensino agrícola (e as atividades de extensão rural) que, como diz José de Souza Martins “o médico [...] é substituído pelo engenheiro agrônomo e/ou pelo agente de crédito, e os remédios pelas máquinas, fertilizantes, defensivos, empréstimos, etc..”²⁹

Entretanto, esses novos objetos técnicos, científicos e informacionais atuaram principalmente na instrução e tecnificação agrícola, ‘saneando’ o espaço rural, mas deixaram intacta a comunidade familiar oligárquica, ao contrário do que aconteceu nos centros urbano-industriais através da ordem médica.

As crises políticas que enfraqueciam a oligarquia rural e as dificuldades econômicas que enfrentavam a nível interno (em função dessas crises políticas) e a nível externo (o avanço industrial) também estavam em jogo nessa afirmação da valorização da vida rural e trabalho no campo, já que o grande foco do projeto de desenvolvimento econômico moderno era as cidades. Era a oligarquia rural que estava em questão.

Com a quebra da bolsa de Nova York de 1929 e a revolução de 30, iniciando a Era Vargas, efetivou-se a ascensão de segmentos dominantes do setor urbano-industrial e o relativo declínio dos segmentos agrários — principalmente a oligarquia cafeeira — nas decisões do aparelho de Estado. Num novo cenário político, a perspectiva de atenuar a questão social provocada nos centros urbanos se acentuou, revigorando o pa-

²⁹ *Apud* PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar — histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: TA Queiroz, 1990, p. 75.

pel saneador da educação, incutindo os valores cívicos, patrióticos e higienistas. Segundo Paiva

*A pedagogia do Estado Novo era da disciplina e da autoridade que quer formar no espírito das novas gerações uma mentalidade vigorosa e confiante e seus principais objetivos eram os de eliminar o analfabetismo, proporcionar instrução agrícola e rural à população do campo e do interior dos Estados, ministrar o ensino técnico-profissional aos habitantes das cidades e educação universitária às elites.*³⁰

³⁰ AZEVEDO, Denilson Santos. *Op. cit.* p.46.

Durante as décadas de 1940 e 1950, a ‘educação rural’ foi patrocinada por grandes programas norte-americanos. Segundo Calazans³¹ tais programas tiveram grande impulso com a criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR) em 1945.

³¹ CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a Educação do Estado no meio rural — traços de uma trajetória. In: THERRIEN, Jaques, DAMASCENO, Maria Nobre (Coord.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993.

Os programas educativos pretenderam atingir as bases populares da maioria dos estados brasileiros. Destaca-se o papel da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), implantado em 1952, e do Serviço Social Rural (SSR) em 1955. Os objetivos da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) eram, dentre outros:

*[...] preparar técnicos para atender às necessidades da educação de base; [...] d) concorrer para a elevação dos níveis econômicos da população rural pela introdução, entre os rurícolas, de técnicas avançadas de organização e de trabalho; e) contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais, cívicos e morais das populações do campo; f) oferecer, enfim, orientação técnica e auxílio financeiro a instituições públicas e privadas que, atuando no meio rural, estejam integradas aos objetivos e finalidades do seu plano.*³²

³² *Idem*, p.22.

Os objetivos do Serviço Social Rural “repetia alguns programas já desenvolvidos pela CNER, cuidando ainda mais de cooperativismo, associativismo, economia doméstica, artesanato, entre outros.”³³

³³ *Idem*, p.23.

3. Modernização via ensino.

O ensino regular

O caminho ‘rumo à modernização da nação’, fazendo da instrução popular uma de suas principais bandeiras, possibilitou reformas importantes na educação escolar, especialmente na década de 20. O refinamento teórico do trabalho e dos instrumentos pedagógicos foi se processando “sobretudo com maior aproximação entre os campos da psicologia e da pedagogia”.³⁴ Isso implicou numa reordenação do espaço escolar, mais adequado à massificação da educação e dos novos instrumentos pedagógicos. Introduziu-se maior quantidade de disciplinas de caráter científico — física, química, francês, pedagogia e metodologia (em substituição à didática), português, literatura, além da higiene e da moral e cívica. A disciplina prendas domésticas para o curso das mulheres é renomeada como economia doméstica.

A pedagogia moderna ou escola renovada se consolidava recorrendo conhecimentos científicos da Psicologia, Biologia e Ciências Sociais. De modo geral, foram absorvidos os preceitos da ordem médica na moderna pedagogia, o que deu continuidade ao ideário higienista. Porém, os novos educadores entendiam que “medidas de política sanitária não seriam suficientes para modernizar a sociedade.”³⁵ A renovação educacional necessária e almejada substituiu o discurso higiênico pelo discurso psicopedagógico.

*O perfil feminino foi revisto, tornando mais complexo e elaborado o exercício do magistério que, até então, era tomado apenas como extensão da tarefa social e moral da preservação familiar. Esse ideal permaneceu porém tematizado e modificado pelo ponto de vista das ciências aplicadas e suas técnicas pedagógicas.*³⁶

Segundo Maria Helena Patto³⁷, nas décadas de 1920 e 1930, o que havia era uma vertente médico-psicológica, através da qual se afirmavam teorias racistas que esboçavam os retratos psicológicos dos sujeitos. Os

³⁴ FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Op. cit.* p. 143.

³⁵ CUNHA, Luiz Antônio. *Op. cit.* p. 457.

³⁶ *Apud* AZEVEDO, Denilson Santos. *Op. cit.* p.389.

³⁷ Maria Helena Patto. *Op. cit.*

professores, agora imbuídos de conhecimentos científicos, seriam os verdadeiramente capazes de cuidar e decidir sobre a educação das crianças, enquanto que os pais, por não terem esse cabedal, passariam a ser coadjuvantes da educação de seus filhos. Isso agrava quando se tratava de famílias pobres, que para além do problema da falta de instrução, acreditava-se que a pobreza causaria má formação de caráter, desvio psíquico e outras mazelas. “Em benefício do desenvolvimento do Brasil, cabia à escola efetivar a aculturação de todos que iam sendo deixados à margem da nova realidade e produzir mudanças culturais que atingissem toda a população.”³⁸

³⁸ CUNHA, Luiz Antônio. *Op. cit.* p. 459.

Essa vertente perpetuou-se até ao final dos anos 50. Neste período, os Centros de Pesquisa procuravam, através dos “mais avançados recursos das ciências sociais”³⁹, inserir o país no rol das nações desenvolvidas tendo como alvo a educação escolar. No mapeamento da sociedade brasileira apareciam as noções desqualificadoras da família pobre.

³⁹ *Idem*, p.462.

Como cabia à escola efetivar a aculturação, a professora não podia desvirtuar esse objetivo. Havia uma preocupação com os “descaminhos da escola brasileira, em especial, quanto ao modo como os professores viam as famílias de seus alunos”⁴⁰. Segundo o autor, era um discurso contra a “mentalidade de classe média” de professores e professoras, que discriminavam e prejudicavam famílias e alunos que não se mostravam adequados ao padrão cultural de classe dos professores. A escola estava sob a crítica dos pesquisadores das ciências sociais. Às professoras e professores ainda cabiam a função de regeneradores da sociedade.

⁴⁰ *Idem*, p.463.

Nos anos 60 e 70 a escola não é mais o foco de crítica. Ela seria a redentora por oferecer “educação compensatória” que preencheria os “déficits culturais” que distanciavam os alunos e suas famílias do bom desempenho escolar.

Se o exercício do magistério, num determinado

momento, tornou-se mais complexo e elaborado — deixou de ser extensão da tarefa social e moral da preservação familiar — também passou a ser uma prática social de aplicação das ciências, elaborada por cientistas sociais. A ênfase nas técnicas e no conhecimento aplicado esvaziou o trabalho intelectual do professor — ou melhor, da professora, já que a vinculação entre magistério e trabalho feminino estava consagrada há muito tempo. Se os cursos profissionalizantes em geral tinham essa matriz prática, no sentido de uma formação sem o rigor da elaboração teórica, perseguindo a qualidade técnica desse estrato de trabalhadores, no caso do magistério isso assumiu um perfil peculiar.

Tradicionalmente, a prática social do magistério era pensada tinha por valor educativo a compreensão de ser extensão da tarefa social e moral da preservação familiar. Num determinado momento, o magistério passou a ser a extensão da prática social elaborada por cientistas sociais e espaço de aplicação da ciência. Assim, segundo a nova concepção científica do trabalho educativo, o magistério deixou de requerer os chamados 'atributos femininos' para o bom desempenho da professora. Ao contrário, quando esses atributos invadiam a prática social do magistério, com suas orientações afetivas e intuitivas ou mesmo maternais, a prática da professora passava a ser analisada de forma pejorativa que desqualificava os preceitos técnicos da ação educativa e eram considerados 'falta de profissionalismo' da professora. Mantêm-se a divisão sexual do trabalho — profissão ocupada por mulheres — e a ação técnica e profissional da mulher professora definida e organizada nos moldes do ensino profissionalizante e normatizada pelos cientistas sociais.

O ensino agrícola

Azevedo esclarece em seu trabalho que a política agrícola implementada até primeiras décadas do século XX priorizava o modelo agrário-exportador, favo-

recendo grupos agrários ligados às grandes produções cafeeiras, dominantes no aparelho de Estado. Isso levou “parcelas não-hegemônicas da classe dominante agrária” a tecerem críticas à essa política agrícola e a defenderem, dentre outras bandeiras, “a maior diversificação e modernização da produção, com a difusão de novos conhecimentos técnicos, valores e culturas agrícolas para melhorar a produtividade no campo e as condições de vida no meio rural.”⁴¹ Para isso, a difusão da educação para o meio rural seria um dos principais instrumentos.

⁴¹ Azevedo, Denilson Santos. *Op. cit.* p. 24.

Segundo o autor, o primeiro resultado concreto das negociações com os segmentos agrários foi a instalação, em 1909, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

O ensino agrícola foi criado e regulamentado em 1910 em seus diferentes graus e modalidades. Entretanto, essa forma de regulamentação manteve o ensino agrícola apartado dos demais ramos do ensino brasileiro. Tanto a organização do ensino agrícola como o seu reconhecimento legal se constituiu sobre uma base profissional, “de formação técnica, que será o grande diferencial em relação às propostas e normas instituídas para o ensino brasileiro naquela época, que permanecia tendo uma característica muito mais acadêmica, livresca.”⁴²

⁴² *Idem*, p.26-27.

O ensino agrícola se manteve subordinado ao Ministério da Agricultura até 1967, quando passou, enfim, para o Ministério da Educação e Cultura. Essa separação na estrutura burocrática do Governo criou uma dualidade específica no sistema de ensino. Como se tratava de um projeto que agilizasse a tecnificação e ‘modernização’ da produção rural, a perspectiva educacional assumida era eminentemente tecnicista, “quase que antiteórica”.⁴³

⁴³ *Idem*, p.39.

As diferentes modalidades e tipos de formação oferecidos nessa regulamentação podiam ser distribuídos basicamente em três níveis de curso: o elementar (de lavrador ou agricultor), o médio (de administrador ru-

ral) e o superior (de engenheiro agrícola ou agrônomo). Através do ensino haveria uma aproximação entre concepção social da ordem rural com a divisão social do trabalho vigente na indústria. “Conferia, obviamente, maior prestígio e privilégio aos sujeitos que tinham acesso às escolas agrícolas de grau médio e superior”.⁴⁴

⁴⁴ *Idem*, p.33.

Aos estabelecimentos de ensino superior cabiam, segundo a regulamentação,

*promover o desenvolvimento científico da agricultura, pela preparação técnica de profissionais aptos para o alto ensino agrônomo da agricultura, para os cargos superiores do Ministério, e para a direção dos serviços inerentes à exploração racional da grande propriedade agrícola e das indústrias rurais. (Art. 6º)*⁴⁵

⁴⁵ *In Idem*, p.27.

Na Lei Orgânica do Ensino Agrícola de 1946 estavam previstos, dentre os cursos de formação, os “cursos agrícolas pedagógicos” em que consta o curso de Magistério de Economia Rural Doméstica, além do curso de Didática de Ensino Agrícola, destinados à formação de pessoal docente para o “ensino de disciplinas peculiares ao ensino agrícola”. Essa formação dirigia-se ao Curso de Economia Doméstica Agrícola enquanto modalidade de ensino normal. Além disso, a Lei de 1946 previa o Ensino Agrícola Feminino, já que “o direito de ingressar nos cursos de ensino agrícola é igual para homens e mulheres”⁴⁶. Seriam escolas exclusivas para mulheres, cujos programas deveriam levar em conta “a natureza da personalidade feminina e o papel da mulher na vida do lar”, além de estar necessariamente incluído o ensino de economia rural doméstica.

⁴⁶ *Art. 51.*

Assim, no ensino agrícola estava prevista a formação de mulheres, não só no profissionalizante agrícola como também no magistério agrícola. A divisão ensino regular e ensino profissionalizante entre os Ministérios da Agricultura, Comércio e Indústria e o Ministério de Educação fazia uma divisão espacial da edu-

cação em ensino regular nos espaços urbanos e ensino agrícola nos espaços agrícolas, bem demarcada, envolvendo, inclusive, diferenciação do curso normal.

4. Divisão sexual do ensino profissionalizante na cidade do Campo

Tomando como exemplo a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (hoje Universidade Federal de Viçosa), na sua criação eram oferecidos também os cursos de formação no nível elementar e médio, além do curso superior. O curso elementar, de duração de um ano, era para aqueles que já tinham instrução primária e com idade mínima de 18 anos, funcionando muito como nivelamento, pois dava direito a cursar o nível médio. O título conferido pelo curso elementar era de capataz rural. O curso médio, com duração de dois anos, dava o título de técnico agrícola. O nível elementar acabou sendo extinto em 1947, enquanto que o nível médio é oferecido até hoje pela CEDAF – Central de Ensino e Desenvolvimento Agrário de Florestal (MG).

A formação do técnico em agropecuária ou agrícola tornou-se uma alternativa para o ensino profissionalizante, porém, seu público era principalmente de pessoas do sexo masculino.

Apesar de já estar prevista na lei a formação profissionalizante agrícola para mulheres, mesmo com as ressalvas da necessidade do ensino da economia doméstica rural, parece que poucas jovens conseguiram negociar com a família esse tipo de formação.

Minhas irmãs fizeram magistério. Mas meu irmão fez o técnico em agropecuária aqui em Rio Pomba. Então “ah, eu vou fazer o técnico; não quero fazer o magistério, não quero ser professora por nada desse mundo” [...] Em Senador tinha o magistério. Só. Não tinha o segundo grau. Ou você seria professora ou professora. A possibilidade era ir para escola que meu irmão estudou, mas era uma escola quase só de homens, não era um lugar que o pai deixaria eu ir de jeito nenhum”.⁴⁷

⁴⁷ BARLETTTO, Marisa. *Uma experiência de Curso de Formação de Pedagogas — diálogos entre diferentes trajetórias*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.p.70.

Se a esses homens da pequena cidade estava destinada a agricultura no nível médio como curso profissionalizante, a essas mulheres destinava-se o curso Normal do ensino regular. O curso científico, mesmo na década de 70, não era uma opção generalizada para as mulheres. Na entrevista acima citada, fica indicado que não eram todas as cidades que ofereciam outros cursos de segundo grau. Para cursá-los, havia condições econômicas, sociais e de gênero em jogo: seria preciso cursar em outra cidade que o oferecesse. Mas o curso Normal não; este, de acordo com os depoimentos de egressas da Universidade Federal de Viçosa⁴⁸ era o caminho para famílias que tivessem condições de pagá-lo na maioria das cidades da região.

⁴⁸ *Idem.*

O oferecimento dos cursos fornece um dos mapas da ação do meio técnico-científico-informacional na pequena cidade. O ensino regular e urbano era privado e subordinado ao Ministério da Educação; neste, a divisão sexual era bem definida: curso normal para as mulheres e científico e profissional para os homens, o que significava que o ensino superior era destinado aos homens. Às mulheres cabia o trabalho educativo higienista da sociedade urbana, formulado nas regiões urbano-industriais. O ensino agrícola era público e subordinado ao Ministério da Agricultura e, na prática, vetado às mulheres, já que não havia oferecimento efetivo do ensino formulado na Lei de 1946. Aos homens cabia a higienização da sociedade rural pela implementação da técnica e ciência agrícola, formulada dentro dos valores ruralistas.

A Escola Normal de ensino regular passou a ser curso profissionalizante em 1930 e exigia o ginásio completo como formação. Os alunos formados nos cursos técnicos somente poderiam se inscrever nos exames vestibulares dos cursos que se relacionassem diretamente com os estudos realizados.⁴⁹

⁴⁹ BRUSCHIN, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre a mulheres e educação: algumas questões sobre o magistério. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (64): 4-13, fevereiro 1988. p.218.

Assim, quem fazia o curso Normal tinha acesso apenas a alguns cursos de Filosofia⁵⁰.

⁵⁰ *Idem.*

A lei 1821 de 12 de março de 1953 “facultava o

51 SANTOS, Jailson Alves, p.218

52 *Idem*.

53 Cunha, *Op. cit.* 2003.

54 *Idem*, p.171.

direito de ingressar em qualquer curso superior todos os alunos que tivessem concluído o curso técnico em qualquer um dos ramos [...] desde que se submetessem a exames de adaptação.”⁵¹. É a LDB de 1961 que manifestou a articulação completa entre os ensinos secundário e profissional. A idéia presente no movimento que defendia a equiparação dos cursos para ingresso no Ensino Superior era, segundo Santos⁵², superar a dualidade trabalho manual e formação de dirigentes da formação secundária, ou ainda, como escreve Cunha⁵³, a estrutura marcadamente discriminatória que “caracterizava-se pelo ensino propedêutico para as ‘elites condutoras’ e o ensino profissional para as ‘classes menos favorecidas.”⁵⁴ Segundo esse autor, a expansão das oportunidades de escolarização no ensino secundário e a equivalência de todos os cursos de grau médio aumentaram a demanda pelos cursos superiores, que foi respondida principalmente pelo governo federal.

Para as normalistas isso significou que poderiam entrar para qualquer curso superior. Houve um aumento da procura pelo curso Normal, como também sua expansão, que permitiu a profissionalização para docência já no ensino médio, dando alguma garantia de trabalho. E se houvesse desejo, capital cultural e escolar e oportunidade, também permitiria uma formação em nível superior.

Como a lei de 1953 permitiu o ingresso das mulheres oriundas do curso Normal no Curso Superior, elas tenderam a se dirigir para cursos que as preparavam para a docência no magistério secundário, o que contribuiu para que este também se consolidasse como ocupação feminina⁵⁵. Como esses cursos universitários têm custo mais baixo de instalação, tiveram expansão relativamente grande. Lopes⁵⁶ amplia essa análise dizendo que a equiparação promovida pela Lei de 1953 pressionou a constituição e, ou, ampliação de oferta de determinados Cursos Superiores, aqueles ditos específicos para a formação intelectual de mulheres, já

55 BRUSCHINI E AMADO, *Op. cit.*

56 LOPES, Maria de Fátima. *Op. cit.*

que muitas vinham do curso Normal. Com isso se fez a perpetuação da noção das profissões femininas que precisavam conservar as vocações e virtudes femininas. Assim, essa perpetuação através do curso superior, pensado para as alunas de magistério, se faria em Viçosa com a Economia Doméstica, criada em 1954.

O acesso ao ensino superior era possível aos que cursavam o científico. No caso de Viçosa, a divisão sexual da escolarização se fazia entre o curso Normal profissionalizante (privado e católico) para mulheres, e os cursos de técnico em contabilidade profissionalizante e o científico privado e laico (apesar de ter padres em alguns períodos como professores) para os homens. Até então, não eram muitas as mulheres que contrariavam essa divisão e faziam o científico, o que não acontecia sem ônus. As primeiras alunas do curso de Economia Doméstica relataram as dificuldades:

*[...] Eu me lembro de estar parada em frente ao quadro de aviso do colégio olhando as notas, quando chegou um professor e disse: eu ouvi dizer que você, M. e Hortência vão fazer científico. Ele deu risadas e foi taxativo: não vão dar conta. [Entrevista N. 04]*⁵⁷

⁵⁷ LOPES, *Op. cit.* p.148.

5. Tensionamentos de gênero — as mulheres entram para a Universidade Federal de Viçosa

A criação da Escola Superior de Economia Doméstica

A Constituição da Escola Superior de Economia Doméstica, assinada em 1954, apresentava os seguintes objetivos: preparar moças para vida urbana e rural; conferir diploma de Bacharel em Ciências Domésticas; cooperar com outras escolas e serviços da Universidade no desenvolvimento e execução do ensino, pesquisa e programas de extensão da agricultura.⁵⁸

⁵⁸ *Idem.*

Na análise sobre os trabalhos que foram se desenvolvendo na Escola, a autora destaca que a preocupação inicial com um estilo de vida doméstica tinha mais a ver com um padrão burguês urbano do que com

estilo da família da Zona da Mata mineira. Isso fica bem claro no discurso do Professor Antonio Secundino, Diretor da ESAV: “As moças em geral, as que se educam, aprendem francês e etiqueta cidadina. Não querem saber do campo [...]. não temos uma elite rural.[...] A Escola de Ciências Domésticas visa, exatamente, modificar [...] este estado de coisas.”⁵⁹

⁵⁹ Diário do Comércio de 12/10/48. LOPES, 1995, p.102.

Assim, se havia a preocupação extensionista das práticas domésticas modernas, essa atividade estava fortemente destinada a um tipo de educação ‘modernizadora’ para as mulheres do meio rural nos princípios ruralistas.

A Economia Doméstica se constituiu, eminentemente, como uma atividade extensionista, e como tal, seu objetivo era o treinamento extensionista de mulheres para as práticas domésticas modernas. Lopes⁶⁰ analisa que a grande contradição da implantação e desenvolvimento da Escola de Economia Doméstica em Viçosa está no fato de reivindicar um estatuto científico para o trabalho da mulher, garantir acesso ao mercado de trabalho e, ao realizá-lo, insistir numa visão conservadora dos próprios atributos femininos.

⁶⁰ Lopes. *Op. cit.*

As condições para a criação do curso de Economia Doméstica são também explicadas “pela necessidade de se criar nesse espaço acadêmico um espaço também matrimonial”. Essa explicação foi recolhida de um documento sobre o início da Economia Doméstica, datilografado e corrigido por uma professora brasileira, que se encontrava em seu arquivo pessoal. Segundo essa professora, “as idéias ali apontadas eram das americanas e de brasileiros. Enfatizou, contudo, que a descrição das justificativas da criação da Economia Doméstica é de sua autoria”⁶¹. Diz o documento:

⁶¹ *Idem*, p.163.

[...] é que os líderes responsáveis em agricultura numa tentativa de analisar a razão para o atraso nesta carreira decidiram culpar as mulheres. Seus raciocínios eram que um engenheiro agrônomo tendo curso superior de agricultura o qual dá direito a uma certa situação naturalmente queria casar-se com uma moça

do mesmo nível. Muitas vezes ele somente acha uma moça desse nível social nos grandes centros. Tal moça não tendo experiência e nem apreciação da vida rural logo persuadirá o agrônomo a deixar o emprego rural onde seu treino vale mais e ir para uma cidade grande. [...] Os mesmos líderes, seguindo este raciocínio, decidiram que se houvesse uma escola de Ciências Domésticas em Viçosa, naturalmente atrairia moças de altas qualidades. Mais ainda, estas moças receberiam um tipo de treino que as habilitariam para a vida rural. Então só o que será preciso, será os rapazes namorarem e casarem com as alunas da Escola de Ciências Domésticas. Assim o melhoramento da agricultura estará solucionado.⁶²

⁶² *Idem*, p.163.

Mas quem seriam essas moças de ‘alta qualidade’? Seriam mulheres imbuídas do ruralismo, e suas altas qualidades seriam forjadas pelo espírito esaviano. A formação em Economia Doméstica também compreendia a incorporação os ‘altos valores’ do ‘espírito esaviano’, fazer parte do espaço para lá das ‘quatro pilastras’. As economistas domésticas seriam a ‘versão feminina’ da cultura esaviana.

Quanto a noção de mercado matrimonial, que atribuía à mulher o poder de fixar o agrônomo no campo, esta é reforçada ao tomarmos também os dados de Azevedo mostrando que apesar do objetivo inicial da Universidade ser atingir o produtor agrícola com o desenvolvimento de conhecimentos e técnicas, pelo menos até 1948 houve uma “gradativa atração desse tipo de escolarização por grupos urbano-industriais.”⁶³ Esses grupos eram de estudantes filhos de empresários, de profissionais liberais e funcionários públicos, com aspiração de ocupar cargos na burocracia do Estado. Há uma certa razão funcional neste mercado matrimonial pois se esses agrônomos de origem urbano-industriais mudassem de perspectiva de inserção profissional e se constituíssem família com uma mulher de ‘altas qualidades’, eles seriam ‘nativados’ pelo casamento.

⁶³ AZEVEDO, 2005, p.134.

De um modo ou de outro, havia muitas razões do ponto de vista do ensino agrícola para que fosse criado o curso de Economia Doméstica. Entretanto, do ponto de vista cultural, havia também todas as razões para que não existisse. Decidida a implantação, o primeiro passo foi a construção de um perfil, de ‘identidade’ da economista doméstica, que foi realizada por um exercício de diferenciação por oposição às professoras. É o discurso do Reitor Dr. Joaquim Fernandes Braga, na formatura da turma de Economia Doméstica em 1963, que melhor esclarece essa questão:

O Brasil vem cometendo, através dos tempos, o grave erro de deserdar os campos e menosprezar a educação feminina. No passado, só os ricos ofereciam ensino às suas filhas e estas eram preparadas para o luxo e para as cidades. [...] Esquecia-se que o imenso e magnífico trabalho que exerceram e que ainda exercem em nossas Escolas, sobre a nossa juventude feminina não confere a ela a orientação completa de se desejar. Durante décadas, esta formação vem sendo oferecida, sem que se logre aquela preparação exigida, particularmente, nos tempos atuais... Continuamos formando professoras, a contar com sua encantadora formação moral e espiritual, mas não estamos preparando o contingente de técnicas para o futuro.[...].⁶⁴

⁶⁴ Jornal de Viçosa, de 25-05-64. LOPES, 1995, p.184.

Como comenta Lopes sobre esse discurso, a oposição das professoras com as economistas domésticas não está na força moral e espiritual, mas no saber técnico moderno das economistas domésticas, o que as coloca “em continuidade com a destinação da mulher para o lar”⁶⁵. Esse saber técnico-acadêmico estava compreendido também no contexto da década de 50, que buscava o “desenvolvimento acelerado através da industrialização, tendo a casa/lar das famílias de classe média adquirido ares de modernidade com a incorporação em larga escala de bens de equipamentos domésticos.”⁶⁶

⁶⁵ Lopes. *Op. cit.* p. 184.

⁶⁶ *Idem*, p.188

Tradicionalmente, a preocupação com a formação de moças para construção e fortalecimento de um pa-

drão de conjugalidade na constituição das famílias de poder local, ou mesmo de uma elite 'urbanizada', estava no curso Normal e de Formação de Professoras: privado e confessional. Com a criação do curso de Economia Doméstica ocorreram algumas redefinições.

O impacto da formação das Economistas Doméstica pelo status da UFV introduziu novos patamares de conjugalidade na construção da elite. Puxando para si a educação superior de mulheres — mãe-família — a educação secundária profissionalizante do Curso Normal ficou para as trabalhadoras da escola. A tarefa de formar mães de família, realizada para a elite rural, ou mesmo para classe média, passou a ter um espaço diferenciado. As moças oriundas do Magistério não teriam o status das moças oriundas da Economia Doméstica, tanto pelo distanciamento da questão rural quanto pela falta da 'alta qualidade' técnica de formação, e por isso mesmo, passaram a ser professoras-trabalhadoras debruçadas sobre as questões escolares, cuja prática social estava definida pelos cientistas sociais.

Toda essa discussão, na verdade, gira em torno do discurso sobre a separação e hierarquização das professoras e economistas domésticas estabelecidas pela formação universitária específica das últimas, que envolve a aquisição de conhecimentos relativos ao mundo rural e ao compromisso com a prática difusionista das práticas domésticas modernas. De qualquer modo, essa separação e hierarquização se inscreveu na construção de uma política cultural do feminino que atendesse às necessidades da UFV e seu objetivo de 'melhoramento da agricultura'.

A criação do curso de Pedagogia

A história do Departamento de Educação e do curso de Pedagogia da UFV tem seus marcos iniciais na formação das economistas domésticas. Segundo o documento de Constituição da Escola Superior de Econo-

mia Doméstica (ESCD) de 1954, a Escola Superior foi organizada em Departamentos de Nutrição, Vestuário, Decoração, Puericultura, Arte e Recreação, Educação, Psicologia e Sociologia.⁶⁷

⁶⁷ *Idem*, p.126.

A criação do Departamento de Educação na ESCD se fez voltado para a formação de mulheres como extensionistas das práticas domésticas modernas. Orientado pelo ensino agrícola, se definia pela formação de mulheres como professoras no exercício das práticas pedagógicas modernas que se davam nos cursos Normais orientados pelo ensino regular. O espaço agrícola e o espaço urbano adequavam os objetos técnicos e científicos e informavam sobre a lógica da formação de mulheres para atender à lógica de seus usos na configuração de seus espaços. Em ambos os casos foi promovida simultaneamente a formação de modernas boas mães de família e as novas profissionais para o espaço doméstico e escolar.

A formação da economista doméstica, entendida como educação rural, referia-se à introdução e orientação de técnicas avançadas para a produção e para o trabalho de assistência social rural, envolvendo temáticas sanitárias, assistenciais, cívicas e morais das populações do campo. No caso do Departamento de Educação na Economia Doméstica, entretanto, as atividades educativas se aproximavam dos conteúdos de formação que eram desenvolvidos para o ensino regular, portanto, distintos do caráter educativo da extensão.

É preciso fazer algumas considerações sobre a hierarquia dos conhecimentos. De modo geral, no curso de formação de professores, a ordem saneadora das ciências para a prática pedagógica tinha sua expressão máxima na Psicologia e nas Ciências Sociais. A disciplina Economia Doméstica no curso Normal não tinha o mesmo patamar dessas áreas. No caso do curso de Economia Doméstica na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (antiga ESAV e hoje UFV), é preciso ter em conta que a hegemonia do conheci-

mento técnico masculino deixava bem clara a posição inferior da Economia Doméstica na estrutura da Universidade. E por sua vez, dentro da Economia Doméstica, os campos de conhecimento também eram hierarquizados. A Educação não era, como um todo, um campo de muita relevância, dados os objetivos do curso e seu dimensionamento para o ensino agrícola, apesar de habilitarem para o magistério — espaço importante para inserção no mercado de trabalho.

As relações entre o magistério e o Curso de Economia Doméstica não passavam somente por esses aspectos curriculares. A propaganda do recém-criado curso de Economia Doméstica acontecia, segundo conta Lopes, através de cursos de curta duração oferecidos no período de férias escolares para professoras primárias, freiras dos colégios femininos, enfermeiras. Eram feitas viagens de visitas a colégios do 2º grau, Normal ou Científico para divulgar os cursos.

As relações iniciadas pela Economia Doméstica — a ida às escolas, o contato com as escolas normais — estavam voltadas para a busca de clientela para o curso. O interesse comum envolvia a educação das mulheres, que “consequentemente produz/reproduz ou reforça as relações e representações de gênero socialmente dominantes, num diálogo com seu tempo”.⁶⁸ Segundo Lopes, o doméstico é o eixo central da articulação desse projeto educativo para mulheres.

O processo de federalização e a reforma universitária foram muito importantes nas transformações do *ethos* esaviano. O processo de abertura de novos cursos foi rápido. Por sua vez, as novas regulamentações sobre o curso de Pedagogia foram decisivas na criação do curso na UFV. A partir da promulgação da lei 5.540/68 e na nova regulamentação de 1969 do curso de Pedagogia, foi abolida a distinção entre bacharelado e licenciatura (esquema 3+1) e criadas as habilitações (supervisor escolar, orientador educacional, administrador escolar, inspetor escolar), bem como a formação de professores para o ensino de 2º Grau. A lei

⁶⁸ *Idem*, p.182.

5.540/68 instituiu a Licenciatura Curta (1.100 horas), que formava profissionais nas habilitações de Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção Escolar para o 1º Grau; e a Licenciatura Plena, que formava nessas habilitações para o 1º e 2º Graus, como também para a formação de professores de 2º Grau e Orientação Educacional.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação 5692/71, além da formação do 2º Grau, da Licenciatura Curta e Plena, institui-se a complementação pedagógica e os estudos adicionais para os portadores de diploma de licenciatura.

Todas essas mudanças provocaram uma demanda muito grande do ensino superior para a adequação da formação profissional para os quadros do sistema de ensino, tanto das professoras, diretoras, supervisoras em exercício, quanto das professoras que concluíam o Curso Normal.

O curso de Pedagogia na UFV foi criado no Departamento de Educação da Escola Superior de Economia Doméstica e começou a funcionar em 1972 como um curso noturno. Ele surgiu então não só com objetivo de oferecer a formação no ensino superior quanto de atender à necessidade de complementação pedagógica de professoras em exercício, por exigência da reforma educacional. A opção pelo período noturno deveu-se então a uma preocupação instrumental de possibilitar a freqüência dos quadros de professores já vinculados à escolarização formal.

Com a implantação do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes em 1978, a Escola Superior de Economia Doméstica foi extinta, passando a funcionar como Departamento de Economia Doméstica, vinculado ao Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Os Departamentos que estavam estruturados na ESCD passam a ser vinculados a diferentes Centros: o Departamento de Educação e o Departamento de Letras ao Centro de Ciências Humanas e o Departamento de Nutrição ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

Referências

AZEVEDO, Denílson Santos. *Melhoramento do homem, do animal e da semente*. Teses de Doutorado. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação. São Paulo, 2005.

BARLETTO, Marisa. *Uma experiência de Curso de Formação de Pedagogas — diálogos entre diferentes trajetórias*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

BRUSCHIN, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre a mulheres e educação: algumas questões sobre o magistério. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (64): 4-13, fev. 1988.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a Educação do Estado no meio rural — traços de uma trajetória. In: THERRIEN, Jaques, DAMASCENO, Maria Nobre (Coord.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993.

CARVALHO, Cônego José Geraldo Vidigal. Honra e Louvor ao Côn. Dr. Antônio Mendes. *Fermento. Informativo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Fátima*, Viçosa, MG, fevereiro de 2002. Editorial, Ano V, n.55.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Reformas da Instrução Pública. In LOPES, Eliana Marta T., FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cyntia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica: 2003.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do patronato

político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A instrução elementar no Séc. XIX. In: LOPES, Eliana Marta T., FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cyntia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LOPES, Maria de Fátima. *O sorriso da paineira*: construção de gênero em universidade rural. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. 1995.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar* — histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

SANTOS, Jailson Alves. A Trajetória da Educação Profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. *A urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Vargas e a questão agrária: a construção do fordismo possível. *Revista Diálogos* vol. 2. Universidade Estadual de Maringá, Departamento de História. 2004. Fonte: <http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol02.htm>. Acesso em: 26 jun. 2005.

VILELA, Heloisa de O. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliana Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DOSSIÊ:

AS REPRESENTAÇÕES DO FEMININO
NA LITERATURA E HISTÓRIA

A lenda de Gaia — modelos femininos em uma narrativa medieval ibérica

José D'Assunção Barros

Resumo: Este artigo objetiva examinar — através de uma narrativa medieval ibérica do século XIII chamada “Lenda de Gaia” — as relações de gênero e aspectos imaginários referentes às relações sociais e políticas do período. A narrativa examinada é apresentada em duas versões incluída em dois dos Livros de Linhagens portugueses, sendo analisadas comparativamente neste artigo.

Palavras-chave: Narrativa Medieval. Mulheres Medievais. Idade Média Ibérica.

Abstract: This article intends to examine, among an Iberian medieval narrative of the XIII century called “Legend of Gaia”, the genre’s relations and the imaginary aspects referring to the social and political relations of the period. The narrative examined is presented in two versions included in two of the Portuguese Linage Books, which ones are analyzed comparatively un this article.

Keywords: Medieval Narrative. Middle Ages Woman. Iberian Middle Ages.

José D'Assunção Barros. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor dos cursos de Graduação e Mestrado em História da Universidade Federal de Juiz de Fora e da Universidade Severino Sombra.

Todos conhecemos as consideráveis limitações que enfrentavam as mulheres no período medieval para afirmarem plenamente as suas personalidades, a sua sexualidade, para se mostrarem como agentes histórico-sociais capazes de conduzirem as próprias vidas em um sistema que as via freqüentemente como meras reprodutoras e mesmo como objetos de troca nas relações interfamiliares e interlinhagísticas. As mulheres que se distanciavam de um certo padrão de comportamento previsto pela sociedade eram habitualmente hostilizadas, sofriam punições e repressões de todos os tipos. Por outro lado, os séculos XIII e XIV conheceram também os modelos trovadorescos de idealização da mulher, onde ao poeta era permitido se apaixonar pela Dama que nunca vira, sendo esta sempre pintada com as cores de virtude idealizadas. O homem medieval, como que suspenso entre realidades concretas e imaginárias diversas, vivenciava deste modo relações de gênero bastante complexas que freqüentemente encontraram expressão em fontes medievais de tipos diversos.

Existe uma famosa narrativa portuguesa da Idade Média — que ficou conhecida como “Lenda de Gaia” e que chegou aos nossos tempos através de duas versões dos chamados ‘livros de linhagens’ — que permite excepcionalmente vislumbrar tanto essas complexas relações entre gêneros que atravessavam as sociedades medievais, como também os padrões cavaleirescos que eram tão difundidos nas crônicas medievais.

As aventuras do “Rei Ramiro em Gaia” acham-se registradas tanto no *Livro Velho de Linhagens* como no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*¹. Possivelmente esta aventura régia constituía uma das narrativas que mais circulavam no circuito de oralidade das narrativas linhagísticas. Disto dá mostras a múltipla reapropriação deste relato, que nos legou uma primeira versão escrita no final do século XIII², bem como outra cristalizada em um primeiro momento pelos genealo-

¹ Os livros de linhagens foram compilados em momentos diversos entre o século XIII e XIV, sofrendo sucessivas interpolações até assumirem a sua forma definitiva. São conhecidos basicamente três livros de linhagens: o *Livro Velho* (LV), o *Livro do Deão* (LD), e o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, que aqui chamaremos de *Livro de Linhagens* (LL). Os períodos presumíveis para as suas compilações vão de 1282 a 1290 para o LV, de 1290 a 1343 para o LD, e de 1340 a 1343 para o LL. As três fontes já possuem edições diplomáticas importantes. (ed. José Mattoso e Joseph Piel. “Nova Série” dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa: Academia de Ciências, 1980).

² Ao *Livro Velho*, Artur Botelho da Veiga atribui a data de 1272 (*Os Nossos Nobiliários Medievais. Alguns elementos para a cronologia da sua elaboração. Anais das Bibliotecas e Arquivos*, 15 . 1940, publ. 1942, p.165-193). José Mattoso propõe a correção desta data para um intervalo situado entre 1282 e 1290 (“Introdução” *In. Os Livros Velhos de Linhagem*. p.13).

gistas do século XIV e, mais adiante, pelo refundidor do final deste mesmo século. Atribui-se a este último compilador, responsável por alguns acrescentamentos ao título XXI do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, um colorido literário que também aparece em algumas outras narrativas (como a notória versão da “Batalha do Salado”) (LL 21G15).

Os interesses do refundidor de 1383 em enaltecer a linhagem dos Pereiras, particularmente a figura do Frei Álvaro Gonçalves (a serviço de quem empreendia o seu trabalho de compilação linhagística³), leva-o a recuperar de maneira particularmente viva a aventura heróica deste antepassado de seus patrocinadores. Mas alguns pontos são desde já notáveis. Em primeiro lugar, um paralelo com a versão do *Livro Velho* mostra que a versão mais famosa do nobiliário do Conde D. Pedro conserva toda a estrutura narrativa montada na versão anterior, apenas enriquecendo-a com detalhes menos ou mais significativos e dotando-a de uma expressão mais literária. Em segundo lugar, o refundidor não “limpa” dos seus traços menos cavaleirescos o famoso antepassado de seus patrocinadores. Na verdade, é possível que o relato já fizesse parte do *Livro de Linhagens* no tempo do Conde D. Pedro mas com outra redação⁴, e seguramente era uma das estórias mais conhecidas daquele tempo. Por isto o relato impôs-se aos genealogistas posteriores, e aos oradores que o difundiram, com a força de um clássico da literatura oral. As aventuras do Rei Ramiro parecem se impor com a mesma força das lendas gregas antigas ou dos relatos bíblicos, transcendendo o rigor moralista dos *exempla* cavaleirescos que aparecem nos livros de linhagens e fornecendo um outro modelo heróico que não é tão comum nos nobiliários portugueses. O relato é, ousaríamos dizer, um monumento à realza transcendente que chega a extrapolar os habituais parâmetros nobiliárquicos e cavaleirescos da sua época.

O contexto dos personagens mencionados nas nar-

³ SARAIVA, A. J. O Autor da narrativa da Batalha do Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro. *Boletim de Filologia*, 22 (1971). 1-16. (p.13).

⁴ “É possível que lhe pertençam, além das narrativas do tit.XXI, que podiam já existir no tempo do Conde, mas que tinham aí, certamente, outra redação ...” (MATTOSE, José. Introdução. In: *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. V.I. p.43).

rativas será trazido à medida que acompanharmos uma das versões do relato. Quanto ao conteúdo básico, o lendário relato sobre o “Rei Ramiro em Gaia” envolve na sua primeira parte dois raptos entrecruzados. Apaixonado por uma princesa moura, ou pelas “maravilhas” que dela ouvira dizer, um rei cristão resolve raptá-la. Em contrapartida, o rei mouro que era seu irmão vinga-se raptando a esposa do rei cristão. A segunda parte do relato aborda as aventuras do rei cristão no território inimigo, utilizando-se de todas as estratégias possíveis para reaver a mulher — para depois compreender que a rainha já preferia àquela altura o mouro que a raptara. Depois de punir exemplarmente a antiga rainha, o rei cristão retorna a seu reino e casa-se com a princesa moura que havia raptado, batizando-a e fazendo dela uma rainha da cristandade. Examinaremos, passo a passo, a versão deste relato que se encontra incluída no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*⁵:

⁵ LL 21A1. Quanto à versão da mesma lenda inserida no *Livro Velho* (LV 2A1), a estrutura básica das duas versões é a mesma. Embora o texto do *Livro Velho* mostre lacunas na parte relativa ao rapto da princesa moura pelo rei cristão, a cena final em que ele a desposa pressupõe aqueles episódios iniciais.

Houve uu rei em Leom de grandes feitos a que chamaram rei Ramiro, o segundo; e o por que lhe chamaram segundo foi porque houve i outro rei Ramiro que foi ant'ele; e outro houve i rei Ramiro o terceiro. Este Rei Ramiro, o segundo, decendeo da linha direita d'el rei Dom Afonso, o Catolico, que cobrou a terra a Mouros, depois que foi perdida por rei Rodrigo.

Com este preâmbulo, a narrativa praticamente coloca o lendário monarca nos primórdios da Reconquista, situando-o em uma rede de monarcas empenhados na ‘guerra de Deus’. O relato remete implicitamente ao título III do próprio *Livro de Linhagens*, onde se conta como o rei Rodrigo dos visigodos havia perdido a Espanha para os mouros (LL 3E2). A partir das Astúrias, inicia-se quase imediatamente a Reconquista — observando o genealogista que “em aquelas montanhas se acharom todalas gentes da terra que escaparom na batalha”. É assim que, do rei Pelayo ao rei Dom Afonso o Católico, e daí até chegar ao rei

Ramiro, estabelece-se uma verdadeira linhagem de monarcas reconquistadores que se imbuirão da tarefa de restabelecer uma *Hispania* Godo-Cristã (nesta linha de continuidade entre os monarcas godos que haviam perdido a península e os monarcas cristãos que deles descendem estabelece-se, precisamente, a ideologia da Reconquista).

Além do diálogo interno com os seus próprios títulos, esta narrativa do *Livro de Linhagens* não deixa de remeter a uma rede intertextual que contribuirá para fixar o aspecto transcendente da missão reconquistadora e cristã de Ramiro II. Assim, o genealogista lembra que o Rei Ramiro II foi antecedido por um outro Ramiro. Ora, este primeiro rei Ramiro é aquele que se vê engrandecido por um evento de ordem sobrenatural na *Crônica Geral de Espanha de 1344*⁶, atribuída ao mesmo autor nominal do *Livro de Linhagens*. Adormecido em uma tenda, Ramiro I recebe a visita do próprio apóstolo Santiago, e este lhe assegura a vitória hispânica dos cristãos sobre os 'inimigos da fé'. Com isto, a expansão territorial do reino cristão das Astúrias passa a se revestir de uma missão transcendente supervisionada pelo próprio Santiago, a quem Jesus Cristo atribuíra a guarda da Espanha conforme o mesmo texto da *Crônica Geral da Espanha*.

⁶ *Crônica Geral de Espanha de 1344*. CCLII.

Assim, a ênfase do genealogista do *Livro de Linhagens* na ligação entre os dois Ramiros já prepara um clima de transcendência para as aventuras deste monarca que logo veremos tratar-se de um dos mais humanos do nobiliário do Conde D. Pedro. Protegido por uma missão transcendente e precedido por um contexto bem conhecido do leitor-ouvinte dos nobiliários, o rei Ramiro já começa a ser desenhado neste aparentemente desprezioso fragmento que inaugura a "Lenda de Gaia", e que prepara uma narrativa plena de significados que passa a se desenrolar em seguida:

Rei Ramiro, o segundo, ouvio falar da fermosura e bondades de

ua moura, e em como era d'alto sangue e irmã d'Alboazar Alboçadam, filhos de Dom Çadam Çada, bisneto de rei Aboali, o que conquereu a terra no tempo de rei Rodrigo. Este Alboazare Alboçadam era senhor de toda a terra des Gaia ataa Santarem, e houve muitas batalhas com cristãos, e estremadamente com este rei Ramiro.

Desde já, note-se a presença da valoração aristocrática típica do discurso nobiliárquico. A princesa, mesmo moura, é de alto sangue, isto é, da melhor nobreza. Desejar desposá-la, conforme veremos, não será colocado como um fator passível de depreciação (desde que haja, naturalmente, uma posterior conversão). A condição aristocrata, portanto, transcende o problema étnico-religioso. Mas há bem mais neste pequeno fragmento. A narrativa incorpora, de pronto, uma tensão que irá constituir a figura deste monarca emblemático. Por um lado, depois de inscrever o rei cristão na linhagem de reconquistadores, o cronista vincula o mouro que será seu oponente àqueles que haviam tomado a Espanha aos Godos. A missão de retomar a terra aos mouros e reconstruir a unidade cristã na Espanha é portanto incorporada ao protagonista mediante a sua inserção genealógica na rede de monarcas reconquistadores. Mas ao mesmo tempo introduz-se desde já o perfil humano do rei. O monarca, que segundo o livro apenas “ouvira falar da formosura e das bondades da princesa moura”, é tomado de verdadeira obsessão pela irmã de seu tradicional e “extremado” inimigo, a tal ponto que se predispõe a estabelecer com ele paz e grandes amizades. O projeto pessoal do rei apaixonado, desta forma, parece entrar em flagrante contradição com o projeto coletivo do rei reconquistador:

E rei Ramiro fez com ele grandes amizades, por cobrar aquela moura que ele muito amava. E fez enfinta que o amava muito, e mandou-lhe dizer que o queria veer por se haver de conhecer com ele, por as amizades seerem mais firmes. E Alboazer

Alboçadam mandou-lhe dizer que prazia delo e que fosse a Gaia e que i se veria com el.

Como justificar tal obsessão por uma mulher de cuja formosura apenas ouvira falar? Aqui entraremos no âmbito de um primeiro modelo feminino que se descola desta narrativa medieval: o modelo da Dama distante, venerada pelos trovadores que, entre os séculos XII e XIV, inventram um novo padrão de sensibilidade e expectativas amorosas que ficou conhecido como Amor Cortês. Por um lado, pode-se entrever que por trás da figura do Rei Ramiro construída literariamente fala também um possível trovador, ou um possível ouvinte de poesia trovadoresca⁷ — quiçá aquele que em algum momento teria posto a correr o relato da “Lenda de Gaia”, ou talvez lhe acrescentado um ponto. Esta paixão de um homem pela mulher que ele nunca viu, bem como a paixão pela dama inacessível ou pela mulher que se viu apenas uma vez, é certamente um indício de circularidade.

Ainda que possa parecer estranho este tipo de amor no âmbito da concretude cotidiana — tanto mais na realidade prática de reis que devem arranjar seus casamentos de acordo com os interesses políticos — esse amor literário marca aqui a sua presença como um traço assimilado do trovadorismo cortês. Deve-se pensar sobretudo no circuito trovadoresco da Provença — região cultural da França medieval que se notabilizou por ter sido o berço do movimento trovadoresco — e que trava aqui seu sutil diálogo com o trovadorismo galego-português⁸. A vertente cortês do lirismo provençal foi precisamente o local de invenção deste amor em que o poeta se apaixona pela mulher inacessível, distante, ou mesmo jamais vista, para tirar deste amor que não se realiza concretamente a substância de sua própria vida.

Neste último sentido, reportemos ao famoso trovador Jaufre Rudel, que terminou a vida nos braços da Condessa de Trípoli — princesa distante que ele

⁷ Sabe-se que as narrativas medievais, que circulavam oralmente pelos palácios e praças públicas, tinham entre os trovadores os seus principais divulgadores.

⁸ O trovadorismo galego-português constituía o circuito de trovadores que abarcava Portugal e a maior parte da Espanha, e tem esse nome porque a língua comum utilizada por todos os trovadores ibéricos do período era o Galego-Português — uma espécie de língua oficial do trovadorismo naquela região.

⁹ Assim diz a *Vida* de Rudel: “Jaufre Rudel de Blaye foi fidalgo de alta nobreza e príncipe de Blaye; enamorou-se da condessa de Trípoli, sem tê-la visto, só pelo que dela falavam os peregrinos vindos de Antioquia; e fez sobre ela muitas poesias com boa música e palavras nobres. E, por querer vê-la, tornou-se cruzado e se fez ao mar. E no navio ficou doente e foi conduzido a Trípoli, até um albergue, como morto. Avisaram a Condessa, e ela veio ter com ele, em seu leito, e o tomou em seus braços. E ele percebeu que era a Condessa e logo recobrou a visão, a audição e o olfato; e agradeceu a Deus por ter prolongado sua vida até que pudesse vê-la. E assim morreu em seus braços; e ela o fez enterrar com grande pompa no recinto do Templo. E depois, nesse mesmo dia, ela se fez monja pela dor que sentiu por sua morte” (“*Vida de Rudel*” in NELLI, René e LAVAUD, René. *Les troubadours*. Tomo II. Paris: 1960. p.261). As cantigas de Rudel, na sua maioria, cantam precisamente este amor distante: “Tenho uma amiga, mas não sei quem ela é, pois jamais por minha fé a vi ... e a amo muito ... Nenhuma alegria me compraz tanto quanto a posse deste amor distante” (Jaufre Rudel, trovador provençal do século XII. *apud* ROUGEMONT, Denis de. *O Amor e o Ocidente*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. p.89).

¹⁰ Outro exemplo similar do amor pela Dama que nunca foi vista pode ser encontrado em uma canção de Peire Rogier: “Ninguém se admire de mim se amo o que nunca me verá, porque o coração não goza de outro amor senão daquela que

havia amado sem jamais a ter visto até o momento simultâneo em que ocorre sua morte e sua primeira contemplação amorosa⁹. Este e outros casos abundam na lírica e nas “vidas” trovadorescas¹⁰. Não deixemos de perceber como é ambíguo o diálogo que se estabelece entre este passo da narrativa da “Lenda de Gaia”, que estamos examinamos, e os casos de ‘amor extremado’ trazidos em várias oportunidades pelas lendas trovadorescas provençais. Afinal de contas, o rei Ramiro não pretende “morrer de amor” pela bela princesa Artiga, e nem se predispõe a idealizá-la à maneira provençal. Seu objetivo maior é conquistá-la, subjugá-la, desposá-la, trazê-la para a sua fé a para o seu reino, obter dela os filhos que somente serão possíveis com a concretude do amor carnal. Sua loucura de amor o impulsiona desesperadamente para o seu objeto de desejo, é certo, mas este rei não pretende para si mesmo e para sua paixão um destino trovadoresco. Um destino humano, e talvez heróico, é o que ele busca¹¹. Assim, é imprescindível também considerar que se insinua aí outro dos sentidos simbólicos possíveis para a narrativa de Gaia. A princesa será em parte uma conquista, se assim entendermos a conversão que o monarca cristão propõe para a princesa que pretende desposar:

desse, e fá-la-ia cristã e casaria com ela E rei Ramiro foi-se la em tres galees com fidalgos, e pedio-lhe aquela moura, que lha.

Mas o rei mouro, que curiosamente parece ser delineado como um homem sábio, dá mostras de captar perfeitamente as contradições do arqui-inimigo cristão:

E Alboazer Alboçadam lhe respondeo: “Tu tees molher, e filhos dela, e es cristão. Como podes tu casar duas vezes?”

Surge um elemento perturbador na estrutura narrativa: o genealogista nos informa por intermédio do

antagonista mouro que o rei cristão já era casado. A bigamia é naturalmente incompatível com uma rigorosa proposta cristã. Como conciliar este desejo com uma carreira de rei reconquistador que se imbuí de encaminhar a 'guerra de Deus'? Note-se que o monarca cristão não faz uma proposta de barregania, escape que já vimos ser aceitável sobretudo para o âmbito régio. Ao contrário, Ramiro propõe casamento com a irmã do rei mouro. Daí se abre uma dupla possibilidade: ou o monarca pretende enganar o chefe mouro e não seria sua intenção casar realmente com a princesa Artiga, mas apenas conservá-la como amante (a mentira, conforme veremos, está perfeitamente integrada aos expedientes desta personagem régia), ou terá de resolver o problema da bigamia que é colocado no contexto cristão.

Um pequeno detalhe na fala do rei mouro merece especial atenção. "Tens mulher e filhos dela, e és cristão; como podes tu casar duas vezes?". A menção ao agravante dos filhos não é gratuita. Na verdade, enquanto o preceito cristão mais puro proíbe terminantemente a bigamia ou um novo casamento estando ainda a mulher legítima viva, existe uma prática imperativa que vigora entre os monarcas por necessidades políticas e que, eventualmente, pode atenuar a infração do segundo casamento. Sempre que o monarca não tem filhos da esposa, especialmente quando há indícios de que esta esposa está biologicamente inapta para engravidar, é costume aceitar bem o novo casamento do rei, em vistas de uma necessidade maior que é importância do herdeiro ao trono. Passa-se ao largo, neste caso, de maiores contestações a esta infração aos habituais preceitos da Igreja.

Apenas para exemplificar como os próprios medievais viam esta questão, é oportuno lembrar uma passagem da *Crônica Geral de Espanha de 1344*, redigida no mesmo *scriptorium* que deu origem ao *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Conta um texto referente ao 'rei sábio' de Castela que este era casado com dona Vio-

nunca vi" (*apud* SPINA, Segismundo. *Apresentação da Lírica Trovadoresca*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1956. p.20). Da mesma forma, a "vida" de Raimbaut d'Orange também se refere à sua paixão pela condessa d'Urgel, que nunca vira: "E Raimbaut sem vê-la, pelo grande amor que dela ouvira dizer, enamorou-se dela e ela dele. E assim fez então suas canções sobre ela e mandou-lhe suas canções por um jogral que se chamava Rossignol, assim como diz numa canção" (BOUTIÈRE, Jean e SCHUTZ, Alexander H. *Biographies des troubadours. Textes Provençaux des XIII e XIV siècles*. Paris: Nizet, 1964. p.441).

¹¹ Os amores preconizados pela estética trovadoresca provençal contentavam-se em se consumir no puro ato de amor, e o sexo não era necessário para manter viva a chama da paixão do trovador pela sua Dama. A mulher preconizada por esse modelo poético é a Dama idealizada, endeusada.

¹² “Crónica del Rey Dom Afonso o Dezeno de Castela e Leom” (Cintra. *Op. cit.*, Capítulo 2, p.501).

lante, “e avya el rey Dom Afonso muy gram pesar porque nom avya della filho. E vendo que esto vinha de parte della, mandou seus mensageiros a el rey de Noruega, per que lhe envyou rogar que lhe envyasse sua filha pera casar com ela”¹². Algum tempo depois, chega a infanta da Noruega, mas então “era ja prenhe a raynha dona Violante dhua filha”. “E el rey ouve muy gram vergonça por que mandara por a inffante dona Cristina”. Felizmente, tudo acaba bem ao nível diplomático, uma vez que o rei de Castela ‘repassa’ a pretendente a um irmão que “queria leixar a clarezia”.

Este episódio esclarece bem a questão. Havendo impedimento de filhos por parte da rainha, torna-se perfeitamente lícito na prática política cancelar o casamento anterior para propor um novo que assegure o herdeiro, mesmo que rigorosamente este procedimento não seja sancionado pela Igreja. Fica clara, à luz desta e de outras intertextualidades, a preocupação do rei mouro em frisar que Ramiro tinha mulher “e filhos dela”. O rei árabe, que veremos ao longo da narrativa também se tratar de um ‘rei sábio’, mostra-se aqui um bom conhecedor tanto da religião de seu inimigo como das práticas políticas das monarquias cristãs do Ocidente. Identifica perfeitamente as contradições do seu opositor: suas pretensões carecem tanto de apoio nas bases de sua própria religião, como dos atenuantes políticos que poderiam viabilizá-las. É com um pouco de ironia que o rei mouro replica o pedido do monarca cristão. Percebendo a natureza contraditória de suas pretensões, o rei Ramiro se justifica:

E el lhe disse que verdade era, mais que ele era tanto seu parente, da rainha dona Aldora, sa molher, que a Santa Igreja os parteria.

Para viabilizar seu casamento com a moura Artiga, e fugir ao enquadramento em um caso de bigamia, o monarca cristão prefere enfatizar o aspecto ‘incestuoso’ do seu casamento anterior — ou antes, propor a

manipulação deste fator incestuoso de modo a conseguir da Igreja a anulação do seu matrimônio. Incesto, aliás, não seria novidade para este rei cristão, que por ter prevaricado com uma irmã em uma outra oportunidade produziu um filho de aspecto monstruoso (LL 12A2). O rei mouro, contudo, rejeita a proposta do rei cristão e anuncia que a sua irmã já estava previamente inserida em um mercado matrimonial inscrito dentro do âmbito régio islâmico:

E Alboazer Alboçadam jurou-lhe por sa lei de Mafomede que lha nom daria por todo o reino que ele havia, ca a tiinha esposa da com el rei de Marrocos.

O monarca cristão, contudo, não parece disposto a abandonar a possibilidade de satisfazer a obsessão de sua paixão individual. Note-se que se trata rigorosamente de um capricho pessoal do rei. Fica claro que o rei cristão não está nem um pouco interessado nos benefícios de alianças familiares potencializados pela figura da princesa moura, mas na própria mulher em si mesma, uma vez que passa facilmente da amigável proposta que pretendia encaminhar no plano diplomático ao belicoso planejamento de um rapto.

De alguma maneira temos aqui, ao menos em um primeiro momento, o explicitar de um entrechoque entre o projeto pessoal do rei e o projeto coletivo da Reconquista. Que seria dos rumos do confronto cristão-mouro, tão bem integrado no Livro de Linhagens como dimensão produtora de identidade para a nobreza inscrita no nobiliário, se o rei mouro tivesse aceito a proposta de aliança viabilizada pelo casamento de sua irmã com o rei cristão? Em que momento esta aliança — na verdade incompatível com o âmbito da 'ideologia da Reconquista' — teria de ser rompida para que fossem retomados os destinos hispânicos da cristandade? Estas indagações perturbadoras residem em algum lugar do conjunto de leituras possíveis a um leitor medieval de nobiliários, sobretudo para aquela

leitura que, construída sobre uma compreensão da intertextualidade das várias narrativas entre si, percebe a mega-narrativa da luta contra os mouros como um dos fios principais na urdidura dos destinos da nobreza linhagística.

Mas o relato parece nos apresentar os caminhos secretos de um plano divino superior, escrito por Deus em linhas tortas, já que o inimigo mouro rejeita o rei cristão como cunhado. Assim, o monarca cristão passa definitivamente ao plano da oposição e, ainda atendendo a suas ambições pessoais, encontra uma forma curiosa de raptar a mulher que é objeto de seu desejo.

Este rei Ramiro trazia uu grande astrologo consigo que havia nome Aaman, e per suas artes tirou-a ua noite donde estava e levou-a aas gales que i estavam aprestes.

Um astrólogo, com um nome que o remete ao circuito islâmico, ajuda o rei cristão a trazer para junto dos seus uma princesa moura! Ambigüidades notáveis mostram-se agora presentes. Este rei não parece resolver os seus problemas exclusivamente no âmbito cristão, ou tampouco no âmbito cavaleiresco, tal como se verá no decurso do relato. Da mesma forma, sua atuação traz uma forte carga de individualidade. E, ainda assim, o rei cristão das Astúrias vê-se inserido em uma missão mais ampla que, ao final de tudo, acaba por se sobrepor aos seus projetos pessoais.

Uma vez realizado o rapto, o confronto entre os mouros de Alboazer e os cristãos do Rei Ramiro torna-se explícito. O rei Alboazer Alboçadam, que curiosamente parece ter um perfil mais cavaleiresco do que o do rei cristão, age como deveria necessariamente agir um governante honrado diante de tal afronta. O conflito se instala:

E entrou rei Ramiro com a moura em ua galee, e a esto chegou Alboazer Alboçadam, e ali foi a contenda grande antre eles, e desperecerom i dos de rei Ramiro XXII dos boos que i levava, e

da outra companhia muita. E el levou a moura a Minhor, depois a Leom.

Depois de levar a princesa moura para Leão, o rei Ramiro a converte ao cristianismo e a batiza com o nome 'Artiga'. É o próprio genealogista quem faz notar a riqueza de ambigüidades contida do nome escolhido, e a ressonância destas ambigüidades já nos diz algo acerca do conteúdo simbólico desta passagem. "Comprida de todos os bens", que fora precisamente o que cativara o desejo amoroso do rei, mas também "castigada" e "ensinada" — o rapto seguido de conversão torna-se aqui um símbolo de conquista e de vitória do universo cristão sobre o mundo islâmico.

Deixa-se entrever, neste sentido, a aceitação imposta da nova condição a reboque da idéia de que a moura fora finalmente "ensinada" nos preceitos da nova religião. Um importante modelo feminino, importante para uma Idade Média marcadamente androdominante, emerge aqui: o da Mulher submissa, ativa como uma princesa mas capaz de, ao final, se resignar ao seu destino feminino de ser dominada pelo homem — um modelo bem adequado às expectativas medievais.

O relato poderia terminar aí, favorecendo este extrato mais superficial de sentido. Mas não é o que ocorre. Desonrado, o rei mouro somente poderia reparar a infâmia contra ele perpetrada ou resgatando a irmã das mãos do inimigo, ou impondo ao inimigo uma desonra equivalente. Estas soluções enquadram-se dentro do preceitual cavaleiresco, tal como já preconizava a cultura cavaleiresca de seu tempo — e neste ponto convém já observar que, curiosamente, o rei mouro comporta-se ao longo da narrativa inteiramente dentro dos parâmetros cavaleirescos, o que não se pode dizer plenamente do rei cristão que protagoniza o relato. O caminho de que se serve o rei mouro para reparar o mal que o Ramiro lhe impusera é raptar a esposa do rei cristão:

Alboazer Alboçadam teve-se por mal viltado desto e pensou em como poderia vingar tal desonra. E ouvio falar em como a rainha dona Aldora, molher de rei Ramiro estava em Minhor, postou sas naos e outras velas o melhor que pode, e mais encuberto, e foi aaquele logar de Minhor e entrou a vila, e filhou a rainha dona Aldora, e meteo-a nas naos com donas e donzelas que i achou e d'outra companha muita, e veo-se ao castelo de Gaia, que era naquele tempo de grandes edificios e de nobres paaços.

Com o rapto que é contraposto ao primeiro, a situação se equilibra. A primeira parte da narrativa se encerra e arma-se o cenário para uma aventura quase individual do monarca cristão. Antes de adentrarmos os caminhos narrativos desta pequena odisséia que terá como personagem central o monarca cristão, procuraremos reter analiticamente o que já foi exposto até aqui. Com base no método de rastreamento das proposições narrativas fundamentais, estabelecamos um esquema referente a esta primeira parte do relato examinado. O esquema central é em linhas gerais válido tanto para a versão do *Livro Velho*, datada da década de 1280, como para a versão do *Livro de Linhagens*, produzida no século XIV. Os aspectos estruturais não mudam de uma para outra versão, mas apenas alguns detalhes menos ou mais significativos.

Note-se que, até aqui, o personagem régio já cometeu algumas transgressões do ponto de vista cavaleiresco: principia com um interesse amoroso que remete à 'bigamia' (e que se confirmará adiante, uma vez que o rei cristão não abandona o projeto de recuperar maritalmente a rainha Aldora); e daí introduz estratégias que vão da manipulação da informação do 'fator incesto' com vistas a sugerir anulação de seu casamento anterior (sem muita convicção, aliás) até a utilização de 'magia' para efetivar um 'rapto'. Voltaremos mais adiante, na visão de conjunto da narrativa, à presença destas transgressões no relato. Ainda assim, revela-se um aspecto de convicção de sua missão maior como monarca cristão, na exigência irredutível de que

a princesa moura seja convertida, com toda a carga de imposição que isto deve acarretar (basta lembrar aqui a etimologia do nome 'Artiga', com que o monarca imprime na futura esposa o signo da sujeição e do "ensinamento").

A segunda parte da lenda de Gaia aborda um novo percurso do rei Ramiro no mundo islâmico, agora com o intuito de resgatar a esposa raptada. Ciente do rapto que agora lhe fora infligido, o rei cristão prepara com alguns nobres escolhidos uma verdadeira empreitada, mas na qual ficará patente mais do que tudo, conforme se poderá verificar no decurso do relato, a atuação marcadamente individualizada do rei.

A el rei Ramiro contarom este feito, e foi em tamanha tristeza, que foi louco uus doze dias. E como cobrou seu entendimento, mandou por seu filho, o infante Dom Hordonho, e por alguns de seus vassallos que entedeo que eram pera gram feito, e meteo-se com eles em cinco galees, ca nom pode mais haver. El nom quis levar galiotes, senom aqueles que entedeo que eram pera gram feito, e meteo-se com eles em cinco galees, ca nom pode mais haver. El non quis levar galiotes, senom aqueles que entedeo que poderiam reger as galees, e mandou aos fidalgos que remassem em lugar dos galiotes. Esto fez el, porque as galees eram poucas e por irem mais dos fidalgos e as gales irem mais apuradas pera aquele mester por que ia. E el cubrio as galees de pano verde e entrou com elas per Sam Johane de Furado, que ora cham Sam Johane de Foz.

A narrativa traz infiltrações da tradicional visão valorativa do corpo nobiliárquico. O monarca opta por não levar "galiotes" (remadores de baixa condição social), selecionando uma tripulação da qual praticamente só fazem parte fidalgos, para assim "as galees irem mais apuradas pera aquele mester por que ia". Há uma tensão entre esta visão valorativa e a outra, que orienta preponderantemente o discurso narrativa, e que enfatizará a ação individualizada do rei (os nobres, na verdade, apenas entrarão na narrativa na cena de uma

batalha final, desenvolvendo-se toda a narrativa em torno da esperteza e do heroísmo individualizados do rei Ramiro). É interessante comparar a presente versão com a do *Livro Velho*, onde não se menciona o cuidado com esta seleção nobiliárquica e onde neste particular a visão valorizadora da individualidade régia aparece de forma mais pura. Saltando este cuidado com uma tripulação “apurada” pela fidalguia de seus elementos, o antigo nobiliário apenas menciona que o rei “enviou por seu filho Dom Ordonho e por seus vassallos, e fretou sas naves, e meteo-se em elas, e veio aportar a Sanhoane d’ Afurada”.

A menção de que o rei “foi louco por uns doze dias”, e que por fim “cobrou o seu entendimento”, também não aparece registrada na versão antiga. A loucura é o componente sombreado da sabedoria. E é na verdade de sabedoria que mais se fala neste relato, tanto no aspecto de detenção de saberes e poderes como a magia de um astrólogo, como no aspecto da astúcia e da perspicácia expressas individualmente pelo rei. A primeira versão é imediatamente contemporânea do rei Dom Dinis, monarca que a nosso ver torna-se o herdeiro português da sabedoria internacionalmente reconhecida de Afonso X de Castela. A Segunda versão já vem infiltrada pelas idéias de uma nobreza que afirma a sua identidade a reboque do refundidor de 1383. Chama atenção fulgidiamente para este outro lado escuro que espreita a ‘sabedoria’, e consiste na ‘loucura’. Mas será da sabedoria e astúcia enfim, que também aqui se fala o tempo todo — porque afinal de contas é este o tema de fundo que se impõe a este clássico da literatura oral que devia impressionar os auditórios daquela época.

Cobrir as embarcações de pano verde para camuflá-las, e para acrescentar o ‘disfarce’ e a ‘surpresa’ no repertório de expedientes do astucioso monarca — eis aí já uma primeira demonstração de sabedoria por parte deste rei que transcende os tradicionais parâmetros de heroísmo difundidos pelo programa cavaleiresco:

Aquele logar de ua parte e da outra, era a ribeira cuberta d' arvores, e as galees encostou-as sô os ramos delas, e, porque eram cubertas de panos verdes, nom pareciam. El deceo de noite a terra com todolos seus, e falou com o infante que se deitasse a-sô as árvores o mais encubertamente que o fazer podesse e per nem ua guisa nom se abalassen ataa que ouvissem a voz do seu corno, e, ouvindo-o, que lhe acoressesem a gram pressa.

Com esta recomendação, o monarca relega à nobreza uma atuação coadjuvante. Ela só voltará de fato ao cenário no final da narrativa. O plano para a fidalguia coadjuvante é simples: os aliados do rei aguardarão escondidos, sob a camuflagem verde imaginada pelo próprio monarca, até que ouçam o som característico do corno trazido pelo seu líder. Só então acorrerão ao chamado para lutar, o mais bravamente possível, ao seu lado.

A partir daqui entramos no plano da atuação perfeitamente individualizada do heroísmo régio. É só de suas próprias qualidades pessoais que dependerá o monarca — de sua sabedoria e astúcia, de seu poder de disfarce e manipulação, de sua persistência e presença de espírito, e mesmo de sua capacidade de infringir pequenos valores cavaleirescos com vistas a um fim maior, mentindo e enganando por exemplo. A única condição para o seu sucesso, conforme veremos, será a de não fraquejar nunca:

El vistio-se me panos de tacanho, e sua espada e seu lorigom e o corno sô si, e foi-se soo deitar a ua fonte que estava sô o castelo de Gaia. E esto fazia rei Ramiro por veer a rainha sa molher, pela haver conselho com ela, em como poderia mais compridamente haver dereito d'Alboazar Alboçadam e de seus filhos e de toda sa companha, ca tiinha que pelo conselho dela cobraria todo, ca cometendo este feito em outra maneira, que poderia escapar Alboazer Alboçadam, e seus filhos. E, porque ele era de gram coraçom, puinha em esta guisa seu feito em gram ventuira. Mas as cousas que som ordenadas de Deus veem aquelo que a ele praz, e nom assí como os homees pensam.

A aventura individual do rei Ramiro começa com um disfarce de mendigo. Tal recurso — do rei que se traveste de homem miserável para penetrar sem ser reconhecido em algum ambiente, ou em alguns casos para fiscalizar o que se passa no reino ou fora dele — não é de forma alguma desconhecido na literatura heróica. É fácil lembrar, por exemplo, o retorno de Ulisses à Ítaca, em panos tão miseráveis como aqueles que agora o rei Ramiro coloca sobre si para intrometer-se sorrateiramente nas imediações do palácio de Gaia. O ‘disfarce’ é desta maneira o primeiro estratagema astucioso do rei.

Observe-se que, até aqui, o monarca imagina ter como uma aliada em potencial a própria rainha Dona Aldora, sua esposa raptada e que está pretensamente cativa no palácio de Gaia. É conjuntamente com ela que pretende traçar um plano para escapar da vigilância moura. Mas, tal como comenta o genealogista, “as cousas que veem som ordenadas de Deus veem aaquele que a ele praz, e nom assi como os homees pensam”. Esta fragmento é da máxima importância para a nossa análise, porque ele introduz pela pena do genealogista a presença de Deus regendo de um plano superior os sucessos que ainda estão por vir. Denuncia-se aqui o componente transcendente que se atrela à figura do rei. Apesar de todas as pequenas transgressões que já cometeu, e de todas aquelas que ainda irá concretizar até o final do relato, o monarca é ainda o protegido de Deus. Através dele o monarca realiza os seus desígnios para a vitória dos cristãos sobre os mouros, inserindo-se o episódio de Gaia em um grande plano cósmico para a supremacia dos cristãos sobre os infiéis. Não importa o que acontecer — parece nos dizer o cronista — é Deus quem está por de trás desta trama que se desenrola em Gaia, e dentro da qual o rei Ramiro desempenha o papel de um arauto individual que, somente depois de realizar a sua tarefa heróica e pessoal, deverá conclamar os demais fidalgos para a batalha contra os mouros. Sem saber o que lhe reserva a divina providência, o rei

Ramiro vê abrir-se uma excelente oportunidade para o encaminhamento de seus planos quando o monarca mouro se ausenta do palácio por algum tempo:

Aconteceo assi que Alboazar Alboçadam fora correr monte contra Alafoões, e ua segente que havia nome Perona, natural de França, que levarom com a rainha, servia ant'ela, levantou-se pela manhã, assi como havia de costume de ilhe ir pol' agua pera as mãos aaquela fonte, achou i jazer rei Ramiro, e non no conheceo. E ele pedio-lhe per aravia da agua, por Deus, ca se nom podia dali levantar. E ela deu-lha por un acéter. E ele meteo uu camafeu na boca, e aquel camafeu havia partido com sa molher a rainha per meatade, e ele deu-se a beber, e deitou o camafeu no acéter.

A menção a Perona, servidora natural da França que fora raptada junto à rainha, tem papel enfático especial. Já conhecendo pessoalmente o rei Ramiro, mas se mostrando plenamente iludida pelo disfarce, a presença da servidora reforça o sucesso do disfarce régio e contribui para enfatizar ainda mais a capacidade dissimuladora do rei. Saber iludir compõe a imagem deste rei a quem não faltam recursos astuciosos. Já a versão do *Livro Velho* menciona apenas uma servidora que “havia nome Ortiga”, portanto uma servidora islâmica; desta forma deixa de encaminhar um elemento de ênfase que poderia valorizar ainda mais a capacidade régia de dissimulação.

A versão do refundidor do *Livro de Linhagens* costuma mostrar detalhes mais dramáticos, acentuando o perigo a que se submete o personagem (no caso, o perigo maior de ser descoberto). Diante desta prova de eficácia, o disfarce do rei mostra ter atingido plenamente seu objetivo: o rei passa não apenas por um mendigo, mas por um mouro (esta informação aparece mais adiante quando, perguntada pela rainha quem encontrara no caminho, a servente afirma que “achara i uu mouro doente e lazerado”).

A segunda menção importante no fragmento des-

tacado é o ‘camafeu’, ou a ‘metade de um camafeu’, já que a outra parte do objeto estaria de posse da Rainha Aldora desde o momento em que fora raptada. Depositando o objeto no vaso em que a servente da Rainha havia lhe dado de beber, o monarca espera passar sua mensagem diretamente à rainha. O camafeu entra desta forma como uma senha secreta que poderá anunciar à rainha Aldora a presença do rei Ramiro nas imediações do Castelo, sem que ninguém além dos dois possa perceber o que se passa. Trata-se, portanto, de um símbolo para a cumplicidade que o rei Ramiro espera encontrar na esposa raptada. O camafeu torna-se aqui um signo do segredo, e por meio dele a ação narrativa poderá passar neste instante à rainha que, de posse desta informação secreta, estará livre para agir concomitantemente aos planos do rei Ramiro ou, ao contrário, contra ele (denunciando-o ou omitindo-se). A figura do objeto secreto partido em dois aparece também na versão do *Livro Velho*. Em última instância, o camafeu partido representa o matrimônio partido, que agora poderá finalmente acenar com a possibilidade de ser restaurado ou, quem sabe, confirmar a separação.

E a sergente foi-se e deu a agua aa rainha. E ela vio o camafeu e conhece-o logo. E a rainha preguntou quem achara no caminho, e ela respondeo que nom achara nenguem. E ela lhe disse que mentia, e que lho nom negasse, e que lhe faria bem e mercee. E a sergente lhe disse que achara i uu mouro doente e lazerado, e que lhe pedira da agua, que bevesse, por Deus, e que lha dera. E a rainha lhe disse que lhe fosse por ele e o trouvesse encubertamente.

A rainha reconhece imediatamente o camafeu, e a partir daquele instante tem a certeza de que Ramiro está por perto. Interrogando a servente, ela confirma a suspeita e orienta a criada para que traga o mendigo “encobertamente”. Até aqui, portanto, a rainha Aldora não exclui a possibilidade de compactuar com os pla-

nos do rei Ramiro — o que seria aliás a atitude esperada, não fossem os já mencionados desígnios divinos reservarem um outro curso de acontecimentos para o herói régio da lenda de Gaia:

E a sergente foi la e disse-lhe: 'Homem pobre, a rainha minha senhora vos manda chamar. E isto é por vosso bem, ca ela mandará pensar de vós'. E rei Ramiro respondeo sô sí: 'Assi o mande Deus'. E foi-se com ela e entraram pela porta da camara. E conhece-o a rainha, e disse-lhe: 'Rei Ramiro, que te adusse aqui?' E ele lhe respondeo: 'O vosso amor'. E ela lhe disse: 'Veste morto'. Ele lhe disse: 'Pequena maravilha, pois o faço por vosso amor'. E ela respondeu: 'Nom me has tu amor, pois daqui levaste Artiga, que mais peças que mim. Mais vai-te ora pera essa trascamara, e escusarme-ei destas donas e donzelas, e irm'ei logo pera ti'. A camara era d'abóveda, e como rei Ramiro foi dentro, fechou ela a porta com uu grande cadeado.

Trazido pela servente à rainha, os antigos cônjuges se defrontam. Inicia-se uma batalha de dissimulações. O rei, pródigo em elogios, afirma seu amor pela rainha Aldora, parecendo se esquecer de que no mês anterior estivera em Gaia para pedir a mão da princesa Artiga ao rei mouro — sem contar que quisera comprometer-se, naquela oportunidade, a forçar a dissolução do seu matrimônio com base no argumento do incesto. Pouco depois havia raptado a princesa Artiga, e é a isto que se refere a rainha Aldora ao duvidar do amor do rei cristão. A rainha, por outro lado, mal consegue disfarçar o seu desagrado pela intromissão do antigo esposo na sua nova vida. Mas, assim mesmo, consegue convencer o herói régio a entrar em uma câmara que tranca imediatamente. É neste ponto que Alboazer Alboçadam retorna ao palácio de Gaia:

E, ele jazendo na camara, chegou Alboazer Alboçadam e foi-se pera a sa camara, e a rainha lhe disse: 'Se tu aqui tevesse rei Ramiro, que lhe farias?'. O mouro respondeo: 'O que ele faria a mim: mata-lo com grandes // tormentos'. E rei Ramiro ouvia

tudo. E a rainha disse: 'Pois senhor, aprestes o tees, ca aqui está em esta tracamara fechado, e ora te podes dele vingar aa ta vontade.

Finalmente a rainha revela que, em definitivo, traspassara-se para o lado islâmico. Note-se a maneira como vai conduzindo o pensamento do rei mouro — cuidando de forçá-lo, antes de revelar que tem o rei Ramiro trancado na antecâmara, a expressar a hostilidade natural do mouro para com o rei cristão e a racionalizar uma lógica que forçosamente o obriga a eliminar o inimigo perigoso. Este processo de manipulação tornar-se-á ainda mais claro nas passagens que se seguem. Também o rei Ramiro não terá mais qualquer dúvida, a partir do que acabava de ouvir, de que a esposa o traíra definitivamente:

E el rei Ramiro entendeo que era enganado por sa mulher, e que ja dali nom podia escapar senom per arte alguma. E maginou que era tempo de se ajudar de seu saber, e disse a gram alta voz: 'Alboazer Alboçadam, sabe que eu te errei mal. Mostrando-te amizade, levei da ta casa ta irmã, que nom era da minha lei. Eu me confessei este pecado ao meu abade, e ele me deu em pendenza que me veesse meter em teu poder o mais vilmente que podesse. E se me tu matar quisesses, que te pedisse que, como eu fizera tam gram pecado ante a ta pessoa e ante os teus, em filhar ta irmã, mostrando-te boo amor, que bem assi me desses morte em praça vergonhosa. E porquanto o pecado que eu fiz foi em grandes terras soado, que bem assi a minha morte fosse soada por uu corno e mostrada a todos os teus. E ora te peço, pois de morrer hei, que façás chamar teus filhos todos e filhas e teus parentes e as gentes desta vila, e me façás ir a este curral, que é de grande ouvida, e me ponhas em logar alto, e me leixes tanger meu corno que trago para esto, a tanto ataa que me saia a alma do corpo. E em nesto filharás vingança de mim, e teus filhos e parentes haveram prazer, e a minha alma será salva. Esto me nom debes negar, por salvamento de minha alma, ca sabes que, per ta lei, debes salvar, se poderes, as almas de todas as leis'. Esto dizia el por fazer viir ali todos seus filhos e parentes, por se

vingar deles, ca em outra guisa nom os poderia achar em uu, e porque o curral era alto de muros e nom havia mais que ua porta per u os seus haviam d'entrar.

Pressionado pelas circunstâncias, o monarca cristão percebe que, mais do que nunca, terá de se valer de sua sabedoria. A única chave para a sua libertação e para o salvamento da sua vida será o “saber” — que neste caso tem múltiplos componentes: imaginação, capacidade de dissimulação, presença de espírito, cálculo meticuloso de possibilidades, estratégia, frieza de análise, retórica, capacidade de argumentação ... todos estes componentes aparecem amalgamados no ‘saber’ do rei Ramiro, encontrando-se expressos na passagem que acabamos de reproduzir. O poder de imaginação e a retórica argumentativa mostram-se desde já aliados na pequena prédica que o monarca cristão começa a fazer ao rei mouro. Unindo os fios de tudo o que até ali acontecera com as circunstâncias e peculiaridades do local, e combinando tudo com um apurado conhecimento da psicologia do inimigo, o monarca sábio começa a transformar as desvantagens em seu próprio benefício.

Dissimuladamente, o rei cristão reconhece que agira contra os preceitos de sua própria fé e contra o código ético a que deveria estar adstrito. Simula inicialmente um arrependimento que, no fundo, traz à tona de uma auto-análise todas as contradições que já havíamos identificado. De fato, no intuito de conquistar a princesa moura, o rei cristão propusera ao inimigo inicialmente a amizade, para só depois de ser recusado passar à hostilização que culminou com o rapto. Mas também agora, mais do que nunca, a mentira é amplamente usada na argumentação do rei Ramiro, até que dela vai finalmente emergindo um astucioso plano que só poderia ser arquitetado por um monarca sábio. O curral é o local estrategicamente perfeito, tanto para o acesso dos guerreiros cristãos como para a ressonância do sinal sonoro que deverá convocá-los para o

assalto. A cerimônia de execração pública, proposta por uma argumentação que toca nos brios familiares do adversário, é de fato a única chance de criar uma oportunidade para eliminar sem piedade todos os parentes e amigos do rei mouro. O convencimento pela própria fé salvacionista do inimigo a ser vencido é a garantia final de que o rei concordará com cada detalhe da proposta, e revela uma apurada capacidade de análise psicológica.

É curioso registrar que, apesar de mostrar um plano igualmente astucioso e um Ramiro que também joga habilmente com a psicologia do inimigo, a versão do *Livro Velho* dilui um pouco da dissimulação anti-cavaleiresca do rei cristão, omitindo a simulação inicial de arrependimento. Transcreveremos, para registro, a passagem correspondente da versão narrativa do século XIII:

E o Mouro lhe disse: 'Es tu rei Ramiro?' E ele respondeo: 'Eu sou'. E o Mouro lhe perguntou: 'A que vieste aqui?' El rei Ramiro lhe disse enton: 'Vim ver minha molher que me filhaste a torto. Ca tu havias comigo tregoas e nom me catava de ti'. E o Mouro lhe disse: 'Vieste a morrer. Mas quero-te perguntar: se me tivesses em Mier que morte me darias? El rei Ramiro era muito faminto e respondeo-lhe assim: 'Eu te daria um capão assado e uma regueifa e faria-te tudo comer e dar-te-hia em cima em [u]a [c]o]pa chea de vinho que bebesses. Em cima abrija portas do meu curral e faria chamar todas as minhas gentes, que viessem ver como morrias, e faria-te sobir em um padrão e faria-te tanger o corno até que te i sahisse o fôlego'. Então respondeu Abencadão: 'Essa morte te quero eu dar'. E fez abrir os curraes, e feze-o sobir em um padrão que i entom estava.

Assim, à simulação de arrependimento que se reveste quase de um aspecto de confissão, os genealogistas do *Livro Velho* opõem um pouco de orgulho cavaleiresco, na parte em que o rei reconhece que ali viera para recobrar a mulher. Retirando um pouco da dissimulação anti-cavaleiresca do rei Ramiro, o ge-

neologista do século XIII desloca parte do perfil contra-cavaleiresco para o rei mouro, que é mostrado praticando o rapto durante uma trégua. No mais, oferece a seu personagem cristão a mesma possibilidade de transformar a seu favor as circunstâncias adversas, enganando com facilidade o inimigo que, nesta versão, mostra-se menos digno e um pouco mais estúpido.

Voltando à seqüência narrativa que examinamos a partir da versão do século XIV, tão perfeito e dissimulado é o plano do rei cristão, que mesmo a astuciosa rainha Aldora não o percebe — o que a impede de alertar o amante mouro. Mas antes de concordar com a autopunição proposta pelo rei Ramiro, o rei Alboazer parece tomado de súbita piedade pelo inimigo que coloca a vida em suas mãos, chegando a hesitar em se vingar do inimigo:

Alboazer Alboçadam pensou no que lhe pedia, e filhou dele piedade, e disse contra a rainha: 'Este homem repellido é de seu pecado. Mas hei eu errado a ele, que ele a mim. Gram torto faria em o matar, pois se põem em meu poder'. A rainha respondeo-lhe: 'Alboazer Alboçadam, fraco de coração! Eu sei quem é rei Ramiro, e sei de certo se o asalvas da morte que lhe nom podes escapar, que a nom prendas dele, ca ele é arteiroso e vingador, assi como tu sabes. E nom ouviste tu dizer como ele tirou os olhos a Dom Hordonho, seu irmão, que era moor ca el de dias, por o deserdar do reino? E nom te acordas quantas lides houveste com ele, e te venceo e te matou e cativou muitos boos? E ja te esqueceo a força que te fez de ta irmã, e em como eu era sa molher me trouveste, que é a moor desônra que os cristãos podem haver? Nom és para viver nem pera nada se te nom vingas. E se tu o fazes por tua alma, por aqui a salvas, pois é homem doutra lei e é em contrario da tua. E tu da-lha a morte que te pede, pois ja vem conselhado de seu abade, ca gram pecado farias se lha partisses'.

A rainha Aldora, sem saber que atua na verdade em direção à concretização dos planos do rei Ramiro, cuida de fortalecer os argumentos do rei cristão e põe-

se a persuadir o monarca mouro de condenar à morte o marido. Revela neste ponto todo o seu ressentimento contra Ramiro, e todo o grau de sua adesão à nova vida ao lado do soberano mouro. Deprecia ao máximo o monarca cristão, pintando-o como “arteiroso e vingador”, e faz-nos saber de mais uma transgressão do rei asturiano: por ambição de conservar o reinado, cegara o irmão que seria o legítimo herdeiro do trono¹³. Para além disto, a rainha lembra que os desejos de bigamia mostrados pelo monarca eram plenamente incompatíveis com a lei cristã, e que portanto ele desonrara a sua própria fé. A inutilidade de liberá-lo em termos de salvação da alma, e sobretudo o temor que consegue incutir no mouro a respeito da possibilidade de ele um dia vir a sofrer nas mãos do inimigo que agora tinha em seu poder — estes são os argumentos decisivos que dissuadem o mouro de seu impulso de piedade:

¹³ O episódio acha-se registrado em LL. 3E5: “Dom Hordonho, filho de Dom Fruela, reinou seis annos, e depois meteo-se monge em Sam Fagundo, e jaz i. E segundo conta a cronica, saio-se da ordem e quis tornar ao reino como de cabo, e prende-o seu irmão, rei Dom Ramiro, e tirou-lhe os olhos. E depois que morreo, enterrou-o no moesteiro de Sam Juliam, que é par de Leom”. (CGE 1344, CCCVI).

Alboazer Alboçadam olhou o dizer da rainha e disse em seu coração: ‘De maa ventura é o homem que se fia per nem ua mulher. Esta é sa mulher lidima, e tem infantes e infantas dele, e quer sa morte desonrada! Eu nom hei por que dela fii. Eu alonga-la-ei de mim’. E pensou en no que lhe dizia a rainha, em como rei Ramiro era arteiroso e vingador, e receou-se dele se nom o matasse.

O rei mouro é por seu turno um homem sábio, talvez mais no habitual sentido cavaleiresco do que o rei Ramiro. Põe-se a refletir sobre as palavras da rainha cristã e percebe que também ela é extremamente traiçoeira, de sorte que já se decidiu a abandoná-la assim que a questão for resolvida. Mas em todo o caso, as maliciosas palavras da rainha Aldora surtiram efeito. Receoso de estar deixando escapar a única oportunidade de eliminar o inimigo mortal, Alboazer decide dar ao rei Ramiro a morte que aparentemente ele lhe pedira:

E mandou chamar todos que eram naquele lugar, e disse a rei Ramiro: 'Tu veeste aqui e fizeste gram loucura, ca nos teus paaços poderas filhar esta pendença. E porque sei, se me tu tevesse em teu poder, que nom escaparia aa morte, eu quero-te comprir o que me pedes por salvamento de tua alma'. Mandou-o tirar da camara e levou-o ao curral, e poe-lo sobre uu gram padrem que i estava, e mandou que tangesse seu corno a tanto ataa que lhe saisse o folego. E el rei Ramiro lhe pediu que fizesse i estar a rainha e as donas e donzelas e todos seus filhos e seus parentes e cidadãos naquel curral. E Alboazer Alboçadam feze-o assi.

O resto se passa tal como rei Ramiro previra. Consequindo tanger seu corno em um espaço de grande ressonância, e tendo sucesso em fazer o rei Alboazer concentrar toda a população moura em uma praça fechada que logo se transformaria em um campo de massacre, tudo se resolve em uma batalha na qual os fidalgos cristãos têm a seu favor o elemento surpresa. No mais, verifica-se mais uma cena medieval de guerra no estilo da 'terra arrasada':

E rei Ramiro tangeo seu corno a todo seu poder pera o ouvirem os seus. E o infante Dom Ordonho, seu filho, quando ouviu o corno, acorreu-lhe com seus vassalos, e meterom-se pela porta do curral. E rei Ramiro deceo-se do padram donde estava, e veo contra o infante e disse-lhe: 'Meu filho, vossa madre nom moira, nem as donas e donzelas que com ela veerom, e guardade-a de cajom, ca outra morte merece'. Ali, tirou a espada da bainha e deu com ela a Alboazer Alboçadam per cima de cabeça, que o fendeo ataa os peitos. Ali, morrerom quatro filhos e tres filhas d'Alboazer Alboçadam, e todos os mouros e moursas que estavam no curral, e nom ficou em essa vila de Gaia pedra com pedra, que todo nom fosse em terra. E filhou rei Ramiro sa molher com sas donas e donzelas e quanto haver achou, e mete-os nas gales.

Na batalha, os cristãos não mostram qualquer piedade pelos infiéis, comprazendo-se o cronista em mostrar a máxima brutalidade e a observância de todos os

aspectos habituais em uma batalha deste tipo, inclusive o saque. A versão do *Livro Velho* é ainda mais cáustica, fazendo notar que “descabeçando até o menor mouro que havia em toda Gaia, andaram todos à espada, e nom ficou em essa vila de Gaia pedra sobre pedra, que tudo não fosse em terra” (LV 2A1-58).

Neste ponto a narrativa revela-se testemunho de um traço significativo das expectativas anti-islâmicas do cristianismo ocidental-medieval e dos limites estreitos de suas possibilidades de tolerância. Perante a sujeição de uma população de religião islâmica, mostram-se habitualmente dois caminhos principais a serem literariamente exaltados: o extermínio ou a conversão. Não importa que na prática surjam eventualmente os caminhos alternativos da incorporação de minorias islâmicas debaixo de um regime de tolerância relativa (às vezes extremamente relativa)¹⁴, ou que se elaborem mesclas de religiosidade islâmica e cristã. Na realidade literária dos nobiliários, os caminhos do extermínio e da conversão costumam se mostrar como únicos. Estes dois caminhos, aliás, aparecem claramente delineados pela “Lenda de Gaia”: extermínio da população moura de Gaia; conversão da princesa Artiga ao cristianismo.

Com um dos lados vencendo radicalmente o outro, atinge-se o equilíbrio final — à parte algumas pendências que devem ser resolvidas fora do plano de hostilidades entre cristãos e islâmicos. Uma destas pendências refere-se à rainha Dona Aldora. Sua seqüência individual havia sido interrompida no momento em que ela atraçoara o próprio marido, entregando-o ao rei mouro e até persuadindo-o a matá-lo sem piedade. Esta transgressão precisa agora ser resgatada, e para isso o rei antes a notifica ao seu concelho:

E depois que esto houve acabado, chamou o infante seu filho e os seus fidalgos, e contou-lhes todo como avera com a rainha sa mulher, e el que lhe dera a vida por fazer dela mais crua justiça em sa terra. Esto houverom todos por estranho, de tanta maldade

¹⁴ “Deve-se admitir, e há unanimidade nesse ponto, que os limites da tolerância medieval são estreitos. Ela aceita a existência de outras formas de vida religiosa, o que é um traço positivo. Mas o faz de forma opressora, do alto da magnanimidade que lhe dá um sentimento de superioridade, avalizado por Deus” (EPALZA, M. de. Pluralismo e tolerância: um modelo toledano?. In: CARDAILLAC, L. (org.) *Toledo, séculos XII-XIII — muçulmanos, cristãos e judeus*. o saber e a tolerância. Rio de Janeiro: Zahar, 1992).

de de molher, e ao infante Dom Ordonho saírom as lagremas pelos olhos, e disse contra seu padre: 'Senhor, a mim nom cabe de falar em esto, porque é minha madre, senom tanto que oulhees por vossa honra.

O concelho de fidalgos já concorda de antemão com a punição da rainha. Mas há um detalhe importante: Ordonho, filho do rei Ramiro e da rainha Aldora, acha-se em atenção aos preceitos cristãos incapaz de levantar qualquer julgamento contra a mãe, embora recomende ao pai que faça valer a sua honra. Na seqüência, as galés põem-se a rumar para as terras cristãs, aguardando o desenrolar desta questão:

Entrarom entom nas galees e chegarom aa Foz d'Ancora e amarrarom sas galees por folgarem, porque haviam muito trabalhado aqueles dias. Ali, forom dizer ao el rei que a rainha siia chorando. E el rei disse: 'Vaamo-la veer'. Foi la e preguntou-lhe porque chorava, e ela respondeo: 'Porque mataste aquele mouro, que era melhor que ti.

Eis a transgressão final. Não satisfeita em ter traído o marido durante o episódio de seu cativeiro, a rainha agora reitera a admiração pelo rei mouro Alboazer, afirmando ser ele melhor do que o rei Ramiro. Em uma Idade Média amplamente dominada pelos homens, e onde as mulheres pouco espaço conquistaram no âmbito das escolhas sobre seus destinos matrimoniais, isto é demais. Mesmo o príncipe Ordonho, que até ali se abstivera de emitir julgamento contra a mãe, não consegue conter sua indignação:

Eo infante disse contra seu padre: 'Esto é o demo. Que queeres dele, que pode seer que vos fugira?' E el rei mandou-a entom amarrar a ua moo e lança-la no mar. E des aquele tempo lhe chamarom Foz d'Ancora.

O rei age dentro do esperado para um homem medieval de sua posição. Mas o derradeiro episódio aca-

ba de gerar mais uma transgressão pendente. O príncipe Ordonho, filho de Aldora, levantara-se violentamente contra a mãe. Ainda que a rainha merecesse a punição dentro dos limites da lógica narrativa e dos costumes medievais, esta impreciação do filho contra a mãe é ainda uma transgressão ao mandamento de Deus, que o genealogista faz questão de ressaltar¹⁵. Como em um futuro não muito distante o príncipe Ordonho, então rei, teria se envolvido em um mau governo que atrairia contra si todas as gentes do reino (o que, conforme veremos adiante, é também uma construção do *Livro de Linhagens*), o genealogista aproveita para unir finalmente os dois episódios e introduzir um elemento de *exemplum*.

¹⁵ Nem mesmo Afonso Henriques, o rei fundador de Portugal, escaparia a uma punição por ter maltratado a mãe. Neste episódio, narrado em LL 7B5, a mãe lança contra o filho uma praga que mais tarde se cumpre: “E porque me vós metestes ferros nos meus pees, quebradas sejam as tas pernas com ferros. Mande Deus que assi seja esto”. O cumprimento da praga rogada pela mãe aparece em diversas crônicas ibéricas, inclusive na *Crônica Geral da Espanha de 1344*, atribuída ao Conde D. Pedro.

E por este pecado que disse o infante Dom Ordonho contra sa madre, disserom depois as gentes que por esso fora deserdado dos poboos de Castela. [...]

O pormenor do matricídio e da punição de Ordonho merece alguns comentários. O autor da narrativa cria aqui mais um elo entre o seu texto e a moral cristã. Mais do que isto, evoca-se de alguma maneira a já nossa conhecida questão aristotélica da pesagem ética entre dois males: condenar à morte a própria mãe, ou aceitar a vergonha e a traição? (dentro da lógica narrativa, a rainha Aldora merecia morrer; mas seria justificável a Ordonho propor ele mesmo esta morte?). Os juristas ocidentais do período preocupavam-se com questões como esta, e há registros de discussões em torno de uma lei do *Digesto* onde um jurisconsulto romano dos tempos de Adriano havia afirmado que “em favor da *patria* um filho poderia matar o pai”. Acúrsio, entre outros juristas do Ocidente Medieval, havia salientado ao interpretar esta passagem que “uma ação normalmente considerada parricida era um feito digno de louvor quando praticado em nome da *patria*, embora apenas quando praticada em autodefesa”¹⁶. Empreendia-se, assim, algo como uma conciliação en-

¹⁶ *Digesta*. 11, 7, 35. Post, 287, n.25 (*Corpus iuris civilis*, Venézia: 1584, contendo a *Glossa ordinaria* ao *Digesto*, de Acursio, vol. I-III). [apud KANTOROWICZ, E. H. *Os dois corpos do Rei*, p.154].

tre o Direito Romano e a Moral Cristã. De qualquer modo, a ação de Ordonho contra a mãe não é sancionada pela pesagem ética do nobiliário: nem podia ser considerada uma autodefesa, e nem encontraria justificativas em uma literatura linhagística que se mostra coerente em registrar outros casos de punições de filhos insurgentes contra as suas mães (o caso de Afonso Henriques é o exemplo mais notório).

Com a punição de Ordonho, a ação está concluída. O que resta a partir daqui é um apêndice narrativo, embora da maior importância, que corresponderá ao retorno do rei Ramiro à sua terra e à legitimação de seu casamento com Artiga. Tivemos aqui, conforme podemos ver, um plano narrativo mais complexo que envolveu três seqüências centrais, cada qual centrada em torno de um personagem ou de uma tomada de situação.

Até certo ponto, as três linhas de ação (a, b e c) avançam concomitantemente, formando blocos narrativos mais amplos. Mas, a certa altura, a pendência da transgressão de Aldora fica para o final do relato. Adicionalmente, o final do texto abre uma nova e rápida seqüência (d) em torno da transgressão do príncipe Ordonho contra a sua mãe: de um equilíbrio inicial em que ele representa os valores cristãos e por isto se recusa a julgar a mãe, passa-se à perturbação causada por uma imprecisão contra a sua progenitora — em virtude da qual Ordonho será finalmente punido, anos depois, pela sua deposição do reino (o que deixa entrever que, para o genealogista, Deus não admite pendências).

Alguns comentários nucleares deverão ser feitos aqui acerca dos modelos femininos que perpassam a narrativa. Vimos desde o modelo da mulher submissa, que à despeito de sua altivez aristocrática finalmente se resigna à dominação masculina, até o modelo da Dama Idealizada no modelo do amor cortês. Mas vemos sobretudo o modelo da mulher que não se sujeita e que se mostra infiel e é punida exemplar por isso,

bem de acordo com os interesses andro-dominantes da época. Devemos, contudo, nos perguntar: até que ponto não canta nesta Lenda de Gaia, em um dos seus muitos extratos de sentido, a mulher medieval que se vê oprimida por ditames matrimoniais controlados por uma sociedade sob o domínio do masculino? Até que ponto não ressoa aqui um grito ou um sussurro de revolta, que também ganha voz em um dos muitos contrapontos deste texto? Como em um sonho, a idéia inaceitável reveste-se da imagem aceitável. A idéia de uma mulher que expressa a sua rebeldia e o seu desejo de decidir sobre os seus próprios destinos afetivos e matrimoniais — inaceitável nesta Idade Média dos homens — reveste-se aqui de um enredo punitivo aceitável, de uma imagem que, como em um sonho ao mesmo tempo misterioso e revelador, traz para a consciência aquela idéia que é impossível encarar sem disfarces transfiguradores. O enredo da punição torna possível vir à tona mais este secreto contra-sentido que insiste em se colar a uma lenda de argumento essencialmente masculino, mas que abre um espaço, ainda que pequenino, para que a frustração feminina cante e se rebele através da antagonista construída em torno da figura da rainha Aldora. Punida, ela também se liberta. Embora sufocada, a sua voz ressoa — e com ela ressoam talvez os clamores das muitas mulheres oprimidas pelos ditames matrimoniais masculinos das sociedades medievais.

Isto não quer dizer, entenda-se bem, que os autores empíricos da Lenda de Gaia tivessem tido alguma vez a intenção de conceder uma voz à frustração feminina. Homens da Idade Média, os trovadores e recitadores que encaminham as narrativas linhagísticas expressam conscientemente os temas, os sentimentos e as opiniões de seu sexo e de seu tempo (à parte as habilidosas e sinceras experiências das cantigas de amigo, que constituíam um gênero da época em que o poeta simulava o ponto de vista feminino). A cada um destes trovadores o comportamento da rainha Aldora

pode ter parecido repulsivo, bem como à multidão de seus leitores e ouvintes. Mas o que sugerimos é que o drama da Lenda de Gaia termina por conceder necessariamente uma voz, em algum dos seus níveis, ao ponto de vista que qualquer um dos empíricos rejeitaria. E esta leitura está igualmente aberta aos ouvintes e leitores medievais desta primeira parte da Lenda de Gaia.

A última parte da narrativa “Rei Ramiro em Gaia” pouco acrescenta em termos de ação dramática. Isto não diminui, obviamente, a sua importância. Pode-se dizer mesmo que ela traz certas chaves para a inteligibilidade do relato e de suas condições de produção, tal como ficará claro no próximo item. Fundamentalmente, trata-se de um apêndice legitimador das ações antes desenvolvidas: é preciso explicar aos cidadãos do reino, mas na verdade mais uma vez ao leitor-ouvinte dos livros de linhagens, por que o rei Ramiro se desfez da mulher cristã com quem já tinha filhos e porque iniciava agora um novo casamento com uma mulher de procedência moura. Neste sentido, o apêndice ambienta-se no retorno do rei ao reino de Leão e na sua reunião com os homens de sua terra, ocupando-se de por um lado valorizar a moura Artiga, e de por outro lado dar as últimas pinceladas na depreciação da rainha Aldora:

Rei Ramiro foi-se a Leom e fez sas cortes muito ricas, e falou com os seus de sa terra, e mostrou-lhes as maldades da rainha Alda sa molher, e que ele havia por bem de casar com dona Artiga, que era d'alto linhagem. E eles todos a ua voz a louvarom e o houverom por bem, porque dissera por ela o grande estrologo Aman que ela era pedra preciosa antre as molheres que naquele tempo havia. E ainda disse mais que tanto havia de seer boa cristã, que Deus por sua honra lhe daria ggeraçom de homees boos e de grandes feitos e aventurados em bem. E bem parece que Aman disse verdade, ca ela foi de boa vida, e fez o moesteiro de Sam Juliam e outros hospitaes muitos, e os que dela dencenderom foram muito compridos do que o grande astrologo disse, que foi

Aman. Este Aman, por sa arte dezia mui compridamente as cousas que haviam de viir.

Novamente aparece a valorização da princesa moura por uma associação de sua “alta linhagem” ao corpo nobiliárquico — o que naturalmente seria de se esperar em uma versão narrativa incluída em um nobiliário. Chama atenção, além disto, a legitimação através da figura do astrólogo Aman. A fundação de um mosteiro cristão dá uma pedra de toque que só é superada pela legitimação da nova rainha, *a posteriori*, através de sua descendência de homens bons. Assim finaliza o texto narrativo, com a menção aos feitos militares do primeiro filho de Ramiro e Artiga:

Este rei houve uu filho em dona Artiga, que chamarom infante Dom Aboazer Ramirez. Este chamarom por sobrenome Cide Alboazar, porque naquele tempo fez muitas lides com Mouros, e tirou-os de Sam Romão e de Crastro d’Aveoso e de Crasto de Gondomar e de Todea e todo Antre Doiro e Minho e d’Aalem dos Montes, contra Bragança, e passou-os aalem Doiro a Lamego, a Sam Martinho de Mouros, e foi-os tirar de Coimbra. / E fez outra filha que chamarom Artiga Ramirez.

As contradições estão postas. O novo filho do rei tem um nome meio-mouro (homenageando o antigo arqui-inimigo do rei Ramiro), e é um baluarte na luta contra os mouros. Artiga, antiga princesa moura, é “pedra preciosa entre as mulheres” e agora funda mosteiros da sua nova Igreja. Aldora jaz no fundo do mar, na Foz da Âncora, e seu filho Ordonho carrega uma infração contra os preceitos cristãos que será cobrada futuramente. Todo este conjunto de contradições é abençoado finalmente pelo grande astrólogo Aman, que um dia trouxera às galés de Ramiro a princesa moura através de suas artes mágicas ...

A Lenda de Gaia, enfim, mostra-se palco para a encenação de muitos dos modelos femininos que atravessavam a realidade e o imaginário dos homens me-

dievais — da mulher idealizada à mulher concreta sujeita a paixões as mais diversas, da mulher submissa e submetida às hierarquias sociais vigentes à mulher insubordinada. Eis aqui um rico universo de modelos femininos que produziu as mais diversas respostas nos homens de seu tempo. Queiram ou não os criadores e difusores da narrativa, encontra expressão significativa mesmo o modelo da mulher insubordinada, capaz de tomar a si o seu destino mesmo contra as consequências trágicas que possam vir de sua postura incomum para os tempos medievais.

Referências

Fontes

Crônica Geral de Espanha de 1344. Lisboa: Imprensa Nacional, 1990. 4 vol. CINTRA, Luís Felipe Lindley (Org). Lisboa: Casa da Moeda. 1951-1961.

Crónica del Rey Dom Afonso o Dezeno de Castela e Leom. in CINTRA, Lindsey. *Crônica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Casa da Moeda. 1951-1961.

Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. ed. José Mattoso. “Nova Série” dos *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa: A.C.L., 1980.

Livros Velhos de Linhagens. (incluindo o “Livro Velho” e o “Livro do Deão”). ed. José Mattoso e Joseph Piel. “Nova Série” 2 *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa: Academia de Ciências, 1980.

Bibliografia

BOUTIÉRE, Jean e SCHUTZ, Alexander H. *Biographies des troubadours*. Textes Provençaux des XIII e XIV siècles. Paris: Nizet, 1964.

BOTELHO DA VEIGA, Artur. Os Nossos Nobiliários Medievais. Alguns elementos para a cronologia da sua elaboração. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, 15. 1940, p.165-193.

EPALZA, Miguel de. Pluralismo e tolerância: um modelo toledano?

Ir. CARDAILLAC, Louis (Org.) *Toledo, séculos XII-XIII — muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do Rei*. S. Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MATTOSO, José. Introdução. *Ir. Livros Velhos de Linhagens*, (incluindo o “Livro Velho” e o “Livro do Deão”). ed. José Mattoso e Joseph Piel. “Nova Série” 2 *Portugaliae Monumenta Historica*. Lisboa: Academia de Ciências, 1980.

NELLI, René e LAVAUD, René. *Les troubadours*. Tomo II. Paris: 1960.

ROUGEMONT, Denis de. *O amor e o ocidente*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

SARAIVA, A. J. O Autor da narrativa da Batalha do Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro. *Boletim de Filologia*, 22 (1971). 1-16.

SPINA, Segismundo. *Apresentação da Lírica Trovadoresca*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1956.

Definição sedutora da mulher — a propósito da novela *Ivain, o cavaleiro do Leão*, de Chrétien de Troyes

Humberto Perinelli Neto
Filipe Talon Mendes
Rafael Cardoso de Mello

Resumo: Nesse artigo apontamos alguns expedientes narrativos e influências presentes nas obras de Chrétien de Troyes, especialmente na novela “Ivain, o cavaleiro do Leão”. Além disso, destacamos as características da representação feminina que esse artista veiculava nas audiências promovidas em importantes cortes feudais existentes no século XII.

Palavras-chave: Literatura Medieval. Representação Social Feminina. Chrétien de Troyes.

Abstract: In this article we point some narrative expedients and influences noticed in the workmanships of Chrétien de Troyes, especially in the novel “Ivain, the knight of the Lion”. In addition, we detach the characteristics of the feminine representation that this artist propagated in the

Humberto Perinelli Neto. Doutorando em História (UNESP/Franca) e graduando em Letras (UNESP/S.J. Rio Preto). Professor do Centro Universitário “Barão de Mauá” (Ribeirão Preto, SP) e da Fundação Educacional de Fernandópolis (SP). É membro do CEMUMC (Centro de Estudos da Modernidade e Urbanização no Mundo do Café).

Filipe Talon Mendes. Graduando em Letras (UNESP/S.J. Rio Preto).

Rafael Cardoso de Mello. Mestrando em História (UNESP/Franca) e graduando em Geografia (Centro Universitário “Barão de Mauá”/Ribeirão Preto, SP). Docente da rede particular de Ensino Fundamental e Médio em Ribeirão Preto. É membro do CEMUMC (Centro de Estudos da Modernidade e Urbanização no Mundo do Café/UNESP) e do Grupo ELO (Grupo de estudos da localidade/USP).

hearings promoted in important existing noble families in century XII.

Keywords: Medieval Literature. Feminine Social. Representation. Chrétien de Troyes.

Preocupações com o “moldar de afetos”, ou seja, com a gestão de uma série de discursos disciplinadores envolvendo as emoções e o corpo humano se fazem presentes desde a Antiguidade, como comprovam as obras de Xenofonte (*Ciropédia*), Aristóteles (*Ética*), Ovídio (*Ars Amoris*), Cícero (*Orator*), Sêneca (*Epistulae morales*), entre outros¹. Entretanto, esforços nesse sentido foram conjugados de um modo mais amplo na prática social a contar do outono da Idade Média. Isto porque, a disciplinarização de comportamentos passou a envolver desde pequenas regras de atitudes e etiquetas até a normatização e coerção, responsáveis por garantirem o controle social por parte dos Estados Nacionais em formação.²

Um conjunto de fatores colaborava para a constituição de uma nova fisionomia social. Entre os séculos IX e XVI, ocorreu o fim das expansões territoriais promovidas pelos cavaleiros, os efeitos já visualizáveis de uma economia monetarizada e baseada no mercado, além da ação da cúpula da Igreja Católica no sentido de instituir regras de convivência mais definidas³. Nesse ambiente, a nobreza fortalecida buscou cunhar um estilo que lhe permitisse se diferenciar dos demais grupos sociais, se valendo da realização de torneios de cavaleiros, do custeamento das escolas clericais e da promoção das audiências (apresentações de profissionais associados às artes clássicas nas cortes cavaleirescas).⁴

Encontramos o autor de “Ivain, o cavaleiro de leão” envolvido com os nobres enriquecidos. Chrétien de

¹ BURKE, P. *As fortunas d’O Cortesão* — a recepção europeia a O Cortesão de Castiglione. São Paulo: UNESP, 1997.

² ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. (vol.I e II), Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

³ DUBY, G. *Eva e os padres — damas do século XII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁴ DUBY, G. *História da vida privada — Da Europa feudal à Renascença*. (v.II), São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Troyes fez parte da organização de audiências realizadas em salões verdadeiramente reconhecidos, pois esteve sob os patrocínios de Maria de Francia, esposa de Enrique I, conde de Champagne, e de Felipe de Alsácia, conde de Flandres. Trata-se, portanto, de uma personagem cujo sustento era garantido pela capacidade e competência de promover apresentações artísticas e culturais (leitura, música e pintura) aos cavaleiros e damas presentes nos salões do castelo de grandes e reconhecidos senhores feudais.⁵

Os dados sobre sua vida são esparsos e incompletos⁶. Consta que teria nascido, provavelmente, na cidade que se tornou parte de seu nome, Troyes, e que, teria vivido entre 1135? e 1183. Há os que defendem que teria recebido instrução formal em círculos clericais. É comprovada sua dedicação à tradução de autores clássicos (em especial, Ovídio)⁷. Mas o que de fato chama atenção é a extensão da lista das obras que compôs: “Erec et Enide” (1170), “Cligés” (1176), “Lancelot ou le Chevalier à la charrette” (1170), “Yvain ou de Chevalier au lion” (1177-1179) e “Perceval ou le conte du Graal” (1182), está última incompleta, tal como “Lancelot”.

A opinião dos críticos sobre as novelas escritas por Chrétien de Troyes é bastante dividida⁸. Alguns o consideram o fundador da novela de aventuras moderna e o primeiro autor reconhecido pelos leitores. Já outros julgam que é um escritor menor, dado o apego que demonstra à moral social dominante no Feudalismo. Análises divergentes à parte, determinadas características de suas novelas são indiscutíveis, caso da escrita em verso octossílabo, da narrativa de uma série de aventuras e proezas cavaleirescas, bem como a presença constante de símbolos e de personagens arquetípicos.

Neste trabalho nos dedicamos a interpretar a novela ‘Yvain, o cavaleiro de Leão’, mais precisamente, alguns expedientes narrativos e influências presentes nessa novela, bem como a representação feminina que

⁵ LE GOFF, J. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁶ FRAPPIER, J. *Chrétien de Troyes*. Paris, 1957.

⁷ Dessa lista, algumas das obras traduzidas do latim para o vernáculo de Ovídio: *Comandanz d'Ovide*, geralmente identificado como *Remedia Amoris*; *Art d'Amors*, é *Ars Amatoria*, de Ovídio, e *Mors de L'éspaulé* é a história de *Pelops* das *Metamorfoses* de Ovídio, livro 6. Todas essas obras de Chrétien foram perdidas. Há uma outra ainda, *Muance de la hupe et de l'aronde et Del rossignol* (a história de Filomena em *Metamorfoses*, livro 6) que se encontra preservada no final do século 13 com o nome *Ovide Moralisé*.

⁸ COHEN, G. *Un grand romancier d'amour et Xaventure au XII, siècle, Chrétien de Troyes*. 2. ed. Paris, 1948.; BORODINE, M. *La tenne et l'amour au XII, siècle d'après Chrétien de Troyes*. Paris, 1909; LOOMTS, R. S. *Arthurian tradition and Chrétien de Troyes*. (2 v.). Nueva York, 1949.

esse artista veiculava nas audiências realizadas nas cortes feudais. Em suas obras, Chrétien de Troyes se empenhou de modo particular a desenvolver o conflito entre os valores cavaleirescos e o amor, ressaltando a importância dos primeiros e a necessidade de . Em “Ivain”, o autor volta ao tema inicial do amor e aventura, buscando formular um discurso dotado de uma solução mais eficaz e explícita para a convivência entre ambos os sentidos.⁹

⁹ FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

Inicialmente, cabe considerar que Chrétien pertence a um momento histórico em que os ideólogos católicos se convenceram da necessidade de sobrepujar as mulheres acerca do papel social que ocupariam de uma outra maneira: falando-lhes diretamente, tomando-lhes o coração por meio das engenhosas histórias que passaram a ser elaboradas. Ao invés da tentativa de silenciá-las e de vigiá-las, cabia fazer com que elas próprias acreditassem no fato de figurarem como “sementes do pecado”, instaurando-lhes a idéia de punirem-se umas às outras, por conta dos “desvios” daquilo que era defendido pelos homens a serviço da Igreja Católica Romana.¹⁰

¹⁰ DUBY, G. *Idade Média, idade dos homens — Do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Obras associadas aos círculos clericais de leituras e apreciadas no período parecem ter chegado às mãos de Chrétien. Consta dessa lista: Juvenal, São Jerônimo, Santo Agostinho, além de interpretações do evangelho Paulino e, fundamentalmente, obras circunscritamente eclesíásticas, como as do bispo Burchard de Worms (*Decretum/Doutrina*) e do abade Reginom de Saint-Martin de Trêves (*Dês causes générales/Das causas gerais e De la discipline ecclésiastique/Da disciplina eclesíastica*)¹¹. Todos esses autores são caracterizados por uma retórica indisfarçadamente misógina e se apóiam em valores religiosos para provocar a disciplinarização dos modos e pensamentos.¹²

¹¹ *Idem*.

¹² STAROBINSKI, J. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Algumas referências no texto “Ivain” permitem inferir acerca dessa influência. Acompanhamos duas damas salvar Ivain de seu estado de loucura, utilizando para esse fim “um renomado unguento”, prepara-

do pela fada Morgana. Noutra ocasião da narrativa, Ivain é salvo por Lunete no castelo de Esclados o Ruivo, graças ao fato desta lhe providenciar “um anelzinho que possui a virtude, quando a pedra é girada para dentro, de ocultar os homens de todos os olhares”¹³. Em outra passagem, o autor narra o sentimento despertado em Ivain por Laudine, associando-o ao amor, que “com seu açúcar e mel em favos” adoçou tal cavaleiro.

¹³ TROYES, C. *Ivain, o cavaleiro do leão*. In: *Romances da Távola Redonda*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p.216.

As passagens são extremamente significativas. Elementos como unguento, anelzinho capaz de ocultar e misturas à base de mel eram associados pelos clérigos católicos do período a bruxaria, a poderes demoníacos, empregados pelas mulheres na consumação das artimanhas que promoviam contra os homens, para deles se livrarem ou de seus corações se apoderarem. Presentes na narrativa de Chrétien, tais elementos eram indicativos de que o controle da “natureza feminina” naquele momento envolvia ações disciplinadoras do coração e da mente das mulheres. Além disso, as palavras desse autor visavam alertar os homens sobre o risco que as mulheres encerravam.

Em parcela significativa das cenas que contam com personagens femininos, nota-se a idéia de que eram seres dotados de uma “natureza maculada”. Assim, parece que o autor se dirige aos cavaleiros com o intuito de lhes apresentar fatos ilustrativos do que eram capazes as mulheres e, ao mesmo tempo, transparece dedicar-se a dizer as damas como deveriam ou não se portarem. Contudo, a construção desse discurso era operada com graça e leveza, atributos presentes na opção pela escrita de cenas baseadas no humor e na irreverência, ao invés de repreendas claras e contundentes. A lição de moral deveria cativar e não admoestar os ouvintes.

Doravante, Chrétien não se subordinava fielmente as obras citadas, o que o levaria a ser um pregador, papel diferente do que se esperava de um homem afeito a promoção de entretenimentos. Ao invés disso,

articulava os princípios que tais escritos expressavam a uma narrativa que contemplava o apreço feudal pelo épico (presente nos “Contos de aventura” bretões) e pela descrição de alhures (gosto posto em evidência, graças à descrição das batalhas das Cruzadas travadas no Oriente). Soma-se ainda o expediente romano de biografar e a atenção para com a descrição das intimidades vividas nas cortes por seus membros.

Várias são as passagens indicativas dessas influências. No que se refere ao apreço pelo épico e o alhures, nota-se a saturação narrativa existente em torno das aventuras e conquistas obtidas por Ivain junto a personagens encontrados em lugares distantes e muito diversos entre si, caso de gigantes, demônios e outros cavaleiros. A biografia é exemplificada pelo tratamento especial dedicado ao próprio Ivain, enquanto a descrição das intimidades das cortes pode ser flagrada na atenção para com os gestos e vestimentas dos personagens, bem como no inventário pormenorizado dos ambientes que compõem os cenários das cortes feudais.

Para que a narrativa não perdesse sua fluência, Chrétien lançou mão do emprego de oportunos recursos na elaboração de sua estória. Chama atenção de modo particular o uso do discurso direto (quando o narrador repetindo as palavras de alguém, as reproduz como seriam ditas, mantendo todas as formas ligadas à pessoa do que falava ou à do destinatário, com referências ao lugar e tempo de fala), indireto (em que a frase é reproduzida no decorrer da narrativa, e não representada como se repetida integralmente) e indireto livre (mesmo efeito do anterior, mais sutil, entretanto, pois não se prende a conectores discursivos entre sujeito e objeto).¹⁴

O emprego do discurso direto, indireto e indireto livre encerra sentidos importantes no que tange o alcance do leitor pelo autor. Tais recursos são capazes de diluir a consciência de um homem do seu tempo, por meio da voz do narrador da história, dos persona-

¹⁴ DUBOIS, J. et alli. (s/d) *Dicionário de Linguística*, São Paulo: Cultrix.

gens ou, então, na descrição dos acontecimentos. Além disso, esses recursos contribuem para a coesão lógica da trama, posto que amplia as possibilidades estilísticas da forma Narrativa Moderna, diluindo conceitos, idéias, ou atos narrados, em enunciados das personagens. Nesse sentido, os referidos discursos transcendem a questão de fala e enunciado, passando a ser parte da dinâmica interna da narrativa.

No caso do discurso indireto, em que ‘a mensagem’ dilui-se na descrição do diálogo das personagens, são várias as lições transmitidas de “mulher para mulher”. É assim, por exemplo, que ouvimos Lunete sustentar que Laudine é “mulher que se encoleriza quando ouve que lhe trazem bom conselho”¹⁵. De modo especial, chama atenção o trecho em que a consciência de Laudine frisa que: “A dama bem o sabe, e pensa que esse é um conselho de boa fé. Mas ela tem em si uma loucura que as outras mulheres têm também”¹⁶. Além disso, muitas são as situações em que as personagens femininas admitem/expressam sentimentos condenáveis, caso do ódio e do rancor, bem como são portadoras de blasfêmias.

Por sua vez, o emprego do discurso direto também pode conter definições sobre a mulher por parte de personagens masculinos, tendo em vista a presença dos cavaleiros nos salões de audiência. Caso assim é verificado na afirmativa do senescal que fomenta a execução de Laudine: “[...] mulher, criatura tão avara no dizer a verdade e tão generosa no mentir! É pouco sensato aquele que confia em ti e por tua palavra se encarrega de tão pesado fardo!”¹⁷. Sire Kai se dirige aos demais cavaleiros: “se não ganhamos com vossa companhia, evitai que percamos com ela!”¹⁸.

São hábeis também as definições que o próprio Chrétien organiza sobre a mulher no decorrer da narrativa, graças novamente ao emprego do discurso indireto livre. Em relação ao homem, por exemplo, cabia a mulher o “acompanhar, divertir e consolar, ir buscar e trazer o que queria para seu prazer”¹⁹. Numa

¹⁵ TROYES, C. *Ivain, o cavaleiro...*. *Op. cit.*, p.223.

¹⁶ *Idem*, p.223.

¹⁷ *Idem*, p.223.

¹⁸ *Idem*, p.205.

¹⁹ *Idem*, p.222.

²⁰ *Idem*, p.204.

²¹ *Idem*, p.213.

²² *Idem*, p.222.

²³ *Idem*, p.241.

²⁴ *Idem*, p.242.

outra passagem, o autor adverte quanto ao fato da mulher ser sorradeira e temível, posto que é capaz de chegar “tão mansamente que ninguém a viu sentar no meio de tanta gente”²⁰, saber “contar muito bem”²¹ e não ser “tão ingênua nem louca”²². A mulher também se fazia de “abismada”, “como se não soubesse”²³ e era mentirosa²⁴.

Empreendemos um pequeno inventário dos expedientes e das influências contidas na narrativa da novela “Ivain, cavaleiro de Leão”, fugindo da idéia de que o texto literário possui autonomia ou de que sua leitura deve se basear em níveis interpretativos do signo verbal, ainda que pós-saussureano. Essa postura nos permitiu reconhecer que a escrita de Chrétien esteve vinculada as marcas daquele contexto²⁵, o que valeu a esse autor, aliás, a oportunidade de situar-se próximo do público de seu tempo, particularmente das mulheres. É essa mesma vinculação que desperta interesse e reflexão dos leitores modernos, especialmente os historiadores interessados em auscultar as vozes daquele momento.

²⁵ DARNTON, R. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Referências

BORODINE, M. *La temme et l'amour au XII, siècle d'après Chrétien de Troyes*. Paris, 1909.

BURKE, P. *As fortunas d'O Cortesão — a recepção européia a O Cortesão de Castiglione*. São Paulo: UNESP, 1997.

CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, 11(5), 1991, p.173-91.

COHEN, G. *Un grand romancier d'amour et Xaventure au XII, siècle, Chrétien de Troyes*. 2 ed. Paris, 1948.

DARNTON, R. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUBOIS, J. et alli. (s/d). *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix.

DUBY, G. *História da vida privada* — da Europa feudal à Renascença. (v. II), São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Eva e os padres* — damas do século XII. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Idade Média, idade dos homens* — do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. (v. I e II). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FRAPPIER, J. *Chrétien de Troyes*. Paris, 1957.

LE GOFF, J. *Os intelectuais na Idade Média*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LOOMTS, R. S. *Arthurian tradition and Chrétien de Troyes*. (2 v.). Nueva York, 1949.

STAROBINSKI, J. *As máscaras da civilização: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TROYES, C. *Ivain, o cavaleiro do leão*. In *Romances da Távola Redonda*. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p.216.

Noites de Alandalus: uma leitura sobre a representação feminina e sexual nas Kharjat

Marina Juliana de Oliveira Soares

Resumo: A chegada dos árabe-muçulmanos à península Ibérica, no século VIII d.C., permitiu que as gentes dessas terras pudessem conhecer a religião, as práticas sociais e os valores culturais islâmicos. Do encontro entre conquistadores e conquistados, criou-se um espaço para a fomentação de uma poesia híbrida. A palavra encontrou seu lugar.

Palavras-chave: Poesia. Alandalus. Sexualidade. Mulheres.

Abstract: The arrival of the Arab-Moslen to the Iberian peninsula, in the 8th century A.D., it allowed that the people of these lands could know the religion, social practices and the Islamic cultural values. Of the meeting between conquered and conquerors, a space for the fomentation of a hybrid poetry was created. The word found its place.

Keywords: Poetry. Alandalus. Sexuality. Women.

Marina Juliana de Oliveira Soares. Historiadora, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em "Língua, Literatura e Cultura Árabe" da Universidade de São Paulo.

1. “Abierto está el camino”: e fez-se Alandalus...

¹ Nas referências posteriores, usarei apenas as siglas d.C, para ano cristão, e H, para designar Hégira.

O século oitavo Cristão, e segundo da Hégira¹, testemunhou o rápido crescimento do império árabe-islâmico. Os seguidores de Mu%ammad, durante o califado omíada (661-750 d.C/40-132 H), invadiram a Península Ibérica pelo oeste e instituíram aí a província de Alandalus. É durante esse emirado, que a civilização hispano-árabe conhece seu apogeu.

O momento era de intenso diálogo cultural entre Alandalus e o Oriente. Os emires omíadas permitiam a seus súditos que fossem até Makkah durante a peregrinação muçulmana, *haji*. As viagens não tinham um cunho apenas religioso. Era bastante comum aos fiéis comprar livros e levá-los a Alandalus; fosse por encomenda do emir, fosse por interesse pessoal.

Com as obras, desembarcavam, em Alandalus, comerciantes cultos, músicos, aventureiros, até espias, que transmitiam os conhecimentos de Bagdá — o centro da cultura árabe — àqueles que viviam em províncias mais distantes do Império. Em razão de homens de corte ou das gentes letradas e anônimas, a cultura árabe fez-se conhecida e cultivada. E, em breve, dar-se-ia à assimilação. Alandalus inspirou-se nela para iniciar suas próprias criações.

Um exemplo que reflete com autoridade esta situação é Ibn °Abd Rabbih, o poeta oficial de um dos califas omíadas. Ao mesmo tempo em que se dedicava às *qasidas* e aos livros de “tipo oriental”, era hábil também na elaboração de *muwassah*, uma poesia concebida pelos homens andaluzinos. Esta forma poética ainda utilizava o árabe clássico, mas inseria língua dialetal em sua composição. Textos curtos, romancismos, temas eróticos... Eis os pressupostos que nos interessam particularmente.

2. Noites do deserto: a literatura árabe clássica

As primeiras formas de produção poética, dentre

os árabes, guardam registros do século V d.C. Uma poesia pré-islâmica, portanto. As técnicas de composição gozavam tão alto padrão, que as odes deste momento serviriam de modelo a poetas futuros. A ode referida é a *qasida*, poema monorrímo, de métrica quantitativa como a greco-latina, texto longo e dividido, substancialmente, em três partes: *nasīb*, a elegia amorosa; *rahil*, a descrição de viagens pelo deserto, e *madih*, o elogio ao personagem tratado na *qasida*.

Esta última característica é reveladora do ambiente em que tais poesias eram feitas. Como observou Rubiera Mata, a literatura deste período é cortesã no sentido etimológico do termo. Desde suas origens, a poesia esteve mais vinculada ao poder dos homens de Corte, para melhor fazer a propaganda do príncipe.

Não é sem motivo que os soberanos patrocinassem os literatos, para que estes lhes dedicassem os poemas ou livros. Daí ser uma literatura proeminentemente culta, feita por e para os que viviam na Corte. Se a melhor poesia era aquela cujo discurso se ordenava priorizando a relação entre seu início e seu fim, os temas mais recorrentes eram certamente os de cunho religioso, laudatório e moralizante.

Era uma poesia feita, portanto, a partir de determinadas regras, elaborada majoritariamente por homens e que discorria quase sempre sobre “o camelo, o vento, as montanhas, o céu, as estrelas, a noite do deserto...”². Porém, sobretudo após a expansão do Império, os temas se renovam. Pode-se dizer que os assuntos sobre a comunidade darão lugar aos tópicos de cunho pessoal. Muitos poetas cantarão seus amores platônicos, outros não se cansarão de ponderar sobre a mulher e sua sensualidade e sexualidade. Como se deu o surgimento de tais textos e o que eles desvelam é o que pretendemos examinar com mais cuidado.

2.1. Noites dos amantes: a literatura de Alandalus

A forma poética conhecida como *muwassah* surgiu em princípios do século X C; IV H, em Alandalus, e

² NASR, H. *Aspectos da poesia árabe pré-islâmica*. Artigo online. Mandruvá, s/d.

reflete, ao mesmo tempo, contribuições do Oriente muçulmano e exercícios de criação ocidental. A literatura produzida até então tratava temas relacionados à vida tribal, e buscava ditar um ideal de virtude árabe. Era por isso que os panegíricos e as sátiras não cansavam de assinalar os tópicos de conduta contraditórios e as sanções que deveriam regular estas convivências coletivas.

De outro modo, surge em Bagdá, capital do Império Abássida, um grupo de poetas inovadores, os *muhdatin*, dentre os quais destacou-se Abu Nuwas. Diferentemente dos poetas clássicos, que produziam seus textos orientados pela pureza da língua, os inovadores faziam emergir preocupações de outra ordem. Estes homens passaram a explorar a composição monotemática, a divisão em estrofes, os poemas de curta extensão, chegando, até mesmo, ao uso de palavras persas.

É neste cenário de convivência entre formulações poéticas distintas, que se vê surgir a *muwassah*. Nada mais comum, portanto, do que encontrar nela um intenso diálogo entre as tendências conservadoras e aquelas surgidas em torno do século X d.C/IV H. Os temas desenvolvidos nela ensaiam preocupações inéditas até então.

As suas composições gravitavam em torno do “erótico (*nasib*) convertido em *gazzal*”³ ou verso amatório; panegírico (*madih*), “com certa possibilidade de trueque por autoexaltación (*faxr*)”⁴; a elegia, a sátira e uma série de descrições de sucessos do poeta, que vieram substituir as narrativas sobre o deserto.

Há, contudo, uma parte desta poesia para a qual devemos atentar: a *Kharjah*⁵. *Kharjah* é uma palavra árabe que significa saída ou fim. Esta é escrita em língua dialetal (em geral, árabe andaluz, mas raramente em romandaluz) e aparece sempre ao final da *muwassah*. Este estribilho final manifestava-se tanto sob a forma românica quanto hebraica. O *zajal*, embora fosse escrito inteiramente em dialeto, também chegou a apresentar *kharjah*.

³ CORRIENTE, F. *Poesía Dialectal Árabe y Romance en Alandalus*. Madrid: Biblioteca Románica Hispánica, s/d. p. 39.

⁴ *Ibidem*. p. 40.

⁵ A fim de simplificar a leitura do texto, optou-se pelo uso de *kharjah* para a indicação do singular, e *kharjat* para sinalizar o plural desse estribilho.

Vários foram os temas explorados pelos poetas na *kharjah*. Entretanto, parece ser o discurso sobre a mulher, seus encantos e sua sexualidade demasiado recorrente, quiçá inédito. Afinal, qual era a mulher cantada nestes versos, de onde vinha e qual sua função na sociedade medieval de Alandalus?

3. A sagração da sexualidade: um olhar sobre a mulher e o prazer

O discurso sobre a sexualidade, em Alandalus, ganha espaço e forma com a chegada dos árabe-muçulmanos. Através dos califas, dos homens da corte e dos poetas, a mulher passa também a ser relacionada ao seu erotismo. Fato pertinente de se notar é que, na *muwassah*, os cantares sobre o feminino conciliam dois pólos: o do encanto e da veneração; e o das paixões violentas. Como ocorreu, então, a convivência entre eles?

Diante do caráter híbrido da poesia, que agregava formulações árabes mas também respondia aos temas cotidianos da península, temos de pensar na representação feminina em dois níveis: como ela se deu na parte clássica da *muwassah*, e de que forma apareceu na *kharjah*, ou seja, na composição dialetal.

A poesia árabe clássica formulou-se através de determinados pressupostos, que se baseavam no significativo, na estrutura e no significado. Há, porém, uma premissa fundamental no classicismo: o uso do Corão como gerador da palavra. Se o poeta retirava do livro sagrado o vocábulo necessário para montar seu texto, é certo que deveria fazer a aplicação correta de tal palavra. Em suma, estes vocábulos teriam de inspirar uma retidão de comportamentos.

A *kharjah*, ao contrário, era composta em língua vulgar, o que saía com ares de desatino, lembrando a figura de “*un niño o un borracho*”⁶, e se dava através da voz feminina. Só por isto, é possível pressupor um rebaixamento no nível da composição, do valor poético, mas também do próprio tema tratado anteriormente.

⁶ MENÉNDEZ PIDAL, R. *España, Eslabón entre la Cristiandad y el Islam*. 2. ed. Madrid: Colección Austral, 1968. p. 92.

Para suscitar idéias a despeito da representação feminina nestas poesias, é preciso considerar — além dos dois momentos do texto — o cenário andaluzino, a forma como viviam as muçulmanas nestas terras, e, principalmente, qual era o discurso sobre a sensualidade e a sexualidade de tal mulher.

4. As faces femininas: primeiras impressões

A seqüência de versos que devia incitar as risadas do público e povoar sua imaginação tem respaldo nas muwassahat amorosas. São nelas que aparecerão toda a sorte de pensamentos, comportamentos e desejos das mulheres. Versos na boca feminina, uma abordagem de descrições sensuais e sexuais, e estava criada a fórmula do *hazl*. Porém, era só esta a intenção dos poetas?

A voz feminina que aparece na kharjah das muwassahat amorosas possui características bem definidas: trata-se de uma mulher concebida no plano terreno; adepta, muitas vezes, do uso de bebidas, como o vinho; permeada de desejo pelo amado, e, sobretudo, protagonista deste desejo e da relação que mantém (ou tenta manter) com seu amigo. É uma figura que insiste na busca pela satisfação amorosa e/ou erótica. Resume-se, portanto, numa mulher fora dos “padrões morais” concebidos até então.

Os temas explorados por esta voz feminina vão desde uma simples queixa sobre a ausência do amado (confissão geralmente feita à mãe) até às mais carregadas afirmações acerca de seu intento sexual e sua vontade de satisfazê-lo. O primeiro tópico poderia ser exemplificado por esta kharjah: “O que posso fazer, o que será de mim? Meu amado, não te furtas de meu lado”.

Neste verso, é possível perceber o desespero da amada frente à possibilidade de não mais ver seu amigo. Não há qualquer alusão a situações sexuais. Ainda que seja desta forma, não devemos relacionar os dize-

res acima a um código de comportamentos retos, expressos no *adab*. O que temos, aqui, é uma mulher sinalizando, claramente, sua preferência, *sua* vontade em ficar com determinado homem. Numa sociedade em que o pai escolhia o casamento para sua filha, pode-se pensar que este tipo de atitude guardava sérias desaprovações.

Como esta sociedade encarava, então, versos que diziam: “Não irei (ao encontro com o amado), só com a condição de que juntes calcanhares com minhas orelhas”; ou “Este desavergonhado, mãe, este alvoroçador, beija-me à força e rasgado está meu traseiro”? Aquele faz alusão a uma posição erótica e mostra que a mulher só pretende ir ao encontro desde que seja recompensada através do prazer sexual. Este demonstra o furor do amado, que de tão entusiasmado acabou se excendo nas carícias ao corpo feminino.

Houve, também, temas relacionados diretamente à religião islâmica. Como estes: “Resulta a Páscoa (com ele) e jejum sem ele: é restrito meu coração a ele”. Ou: “Mãe, a sura *Yā-Sīn* não serve para a loucura, se eu for morrer, traz-me bebida e A.J., que curarei”. Bastante oportuno de se observar é que Páscoa e Jejum são mais do que meras representações religiosas. O primeiro significa festa — portanto, a sagração do prazer —, e jejum é o período da abstinência, ou seja, o ciclo em que a mulher passa sem seu amado.

Em outra *kharjah*, a personagem está tão atravessada pela paixão, que chega a pensar que morrerá de amor. A sura *Yā-Sīn*⁷ (36^a do Corão) não deu conta de confortar seu espírito. Então, o que lhe resta fazer senão utilizar aquele tido como “médico da enfermidade”, o vinho, e gozar a presença de seu amado, identificado pelas iniciais A.J?

Outro tema, demasiado recorrente, é o das ausências e o da necessidade do encontro. É preciso ver o amado a qualquer custo, em qualquer condição, de forma impreterível. E quando isto não ocorre — seja pela falibilidade dos planos da mulher, seja pelo cará-

⁷ A sura atesta, entre outros fatores, a unicidade de Deus e a veracidade das Mensagens Divinas, temas comuns nas revelações de Makkah. Além de invocar o Jardim das Delícias, *Yā-Sīn* se debruça sobre a transitoriedade de tudo o que se experimenta em vida, como a juventude e a força.

ter fortuito dos relacionamentos, que não sobrevivem ao tempo, aos tormentos, ou às condições sociais impostas — a mulher se toma de tristeza, chegando, não raras vezes, às fronteiras da loucura.

Tudo começa com um pedido: “Vem, meu senhor A., nome doce, vem a mim de noite, ou não, se não quiseres, vou a ti, diz-me onde encontrar-te”. Quando o encontro é possível, a mulher, inebriada de felicidade, canta: “Fausto dia (é) este dia, a “Sanjuanada”, na verdade, colocarei meu traje de seda e romperei a despedida”. O que justifica a euforia da mulher não é apenas a celebração de uma festa, mas, a possibilidade de quebrar o ciclo das ausências e, finalmente, rever aquele que almeja.

Porém, nem sempre o encontro é uma certeza. Diante disso, restam lamentações: “Como se fosse menino forasteiro, a quem já não aperto mais contra meu seio”, ou, em casos mais extremados, busca-se um conforto na morte: “Pensa: o que farei eu, como viverei? Espero por este amado. Por ele, morrerei”. Importante de se notar é que a morte ou a loucura são fatos isolados. Por quê?

Ora, a mulher que se compadece da ausência do amigo, que se “retira” do mundo, para rezar ou lamentar, acreditando que aquele fora seu único amor verdadeiro, representaria um modelo feminino muito em voga nas famílias cristãs ou em algumas hispano-muçulmanas. Naquelas, as mulheres estariam em casa, sempre à espera de seu marido. E, nos seus momentos de intimidade, jamais deveriam expor seus desejos ou suas predileções. Afinal, ao sexo cabia o cumprimento do maior intento cristão: a geração de linhagens. Nestas, embora as pregações religiosas fossem outras, o tratamento dispensado às mulheres casadoiras cumpria certas regras, como mantê-las em casa, ensinando-lhes serviços femininos. A elas não competia escolher entre este ou aquele homem, decidir pelos encontros, exteriorizar a *sua* vontade de fazer sexo.

Um outro aspecto relevante é a preocupação da

mulher em relação a sua aparência. Aliado à necessidade do encontro com o amado, figura o seu comprometimento com a beleza: “O joalheiro não quer, mãe, emprestar-me um colar. Colo branco verá meu senhor, ele não verá as jóias”. Curioso de notar, neste caso, é o que move o desejo da mulher pelo uso de adornos.

Ela não possui a jóia, e, num momento de atitude quase infantil, reclama à mãe que aquele que as possui em abundância sequer pode lhe emprestar. A sua angústia desdobra-se em dois níveis: a moça não pode se enfeitar, para sentir-se mais bela, e, por outro lado, não causará boa impressão no amado. Pela forma como age, é possível que o uso de jóias gozasse *status* elevado diante do sexo masculino.

Esta mulher que se enfeita, que se veste de seda para ir à festa, que se apaixona, enlouquece-se e até morre de amor, precisa ser saciada, e cobiça o amado intensamente. Porém, ela se sentirá extremamente à vontade para delatar os modos indelicados de seu amigo. O amor é erótico, mas não desregrado: cabe ao homem agir com atenção e sensibilidade. A *kharjah* estava na boca feminina, contudo, o prazer era usufruído pelos dois.

Além dos temas recorrentes sobre a cobiça sexual, a espera e o encontro — vistos acima — outros dois nos dizem muito a respeito da representação destas mulheres. Um primeiro aspecto que se destaca é a exposição de algo que pertence ao foro íntimo. As mulheres não apenas exaltam suas paixões e preferências, como exibem conseqüências delas.

Vejamos as três versões de um mesmo episódio, para que possamos analisar o fato mais detidamente. “De abrazos com lunares estás mordida como a bocados, agudos como las lanzas: Que mal modo de quitar vidas!”. Ou, em outra tradução: “Me tomas (o atacas) com tetas marcidas com mordiscos, agudas como lanzas, quemantes de llamas”. Finalmente: “Que heridas (hay) em (mis) pechos! Me muerdes com mordeduras agudas como lanzas, como punta de diamantes”.

Embora sejam distintas, as traduções da kharjah nos deixam entrever um aspecto inédito neste comportamento feminino: a exposição dos sinais de prazer, deixados pelo amado. Em todas as interpretações, faz-se a aproximação entre as mordidas e as marcas da lança, o que demonstraria serem as mordidas intensas, assim como a paixão entre os amantes.

⁸ CORRIENTE, F. *op. cit.* p. 318.

O autor espanhol chama atenção para o vocábulo “lunares”⁸, usado na kharjah. Ele poderia ser entendido como metáfora para “jóvenes hermosos”, mas, em outras situações, é usado como sinônimo para lanças ou dardos. De todo modo, ambos os significados parecem contribuir para o intento maior dos versos: mostrar algo inerente — ou muito difundido — durante o prelúdio amoroso.

Afagos tão intensos poderiam ter chegado a Alandalus através de relações tempestivas e inflamadas entre senhores e escravas. Não é possível saber a veracidade de tais costumes, tampouco seu grau de disseminação. O que as poesias atestam é que as carícias mais veementes agradavam aos homens. E, pelo indicado no conjunto das kharjat, as mulheres se deixavam afagar por tais demonstrações de paixão. Neste sentido, a última frase de Corriente (Qué mal modo de quitar vidas!) ecoa mais como uma fina ironia do que como padecimento ou desacordo com o exposto anteriormente.

Uma outra característica presente na kharjah é a possibilidade de se compartilhar o amor de um mesmo homem. Se lembrarmos as premissas cristãs da união fiel e incondicional entre um homem e uma mulher, isto deveria soar impróprio, senão, indecente e pecaminoso.

⁹ *Ibidem.*

Leia-se a kharjah: “Carita bella, buena: dime de dónde vienes, ya te dejo que ames a otra, (si) a mí también me quieres”⁹. Até aqui, expusemos exemplos de mulheres ávidas por rever seus amados e, em grande parte dos casos, manter intercurso sexual com eles. Nos versos supracitados, a mulher corrobora um compor-

tamento aceito e incentivado pelos muçulmanos: a poligamia. Entretanto, é preciso fazer algumas ressalvas.

Se no período pré-islâmico, havia um sem número de mulheres para cada homem, as possibilidades de casamento foram reduzidas para quatro. Ainda assim, uma sura corânica explicita: “E, se temeis não ser equitativos para com os órfãos, esposai as que vos aprazam das mulheres: sejam duas, três ou quatro. E se temeis não ser justos, esposai uma só, ou contentai-vos com as escravas que possuíis. (...)”¹⁰

Mais do que a incitação a uma relação triangular, o que se perpetua, aqui, é um comportamento desregrado, potencializado pela existência de uma amante — que poderia ser a voz mesma que declama os versos — e uma emancipação sexual feminina, que não apenas escolhe o homem, mas que o divide, comungando com outra mulher.

Durante séculos, os homens foram contemplados com o direito de escolher e se servir das mulheres, a seu bel-prazer. Uma mulher deveria se curvar a tal pressuposto, casar-se com quem não amava, e viver sob a tutela de um marido ríspido e rodeado de amantes. A resposta ensaiada por elas — quase sempre — resumia-se a uma: o silêncio. Eis um breve panorama do cenário ocidental cristão, sobretudo, durante a Idade Média.

O que se vê em tal *kharjah* é uma completa “inversão de papéis”: a mulher, antes objeto, passa à cena como personagem-sujeito. E tais mudanças configuram-se como uma condição *sine qua non* para se entender o ritmo da vida cotidiana, em Alandalus, o nascimento do discurso sobre a sexualidade, as transformações ocorridas no interior das famílias, das casas, da sociedade andalusina.

4.1. Noites de prazer: a materialização da mulher

Em todas as *kharjat*, é possível vislumbrar os momentos em que se davam os encontros: não havia pai-

¹⁰ NASR, H. *Tradução do sentido do nobre Alcorão para a língua portuguesa*. Al-Madinah Al-Munawarah: Complexo de Impressão do Rei Fahd, 2004. 4:3. p. 124.

xão que resistisse aos encantos noturnos. Era a noite que propiciava a união dos amantes, ao mesmo tempo em que velava o casal enamorado. Sob a luz da lua, os olhares vigilantes perdiam o vigor, os personagens se ocultavam, e, assim, abria-se espaço à consolidação dos desejos.

Uma das kharjat mais emblemáticas a esse respeito é a de um poema zejelesco. Dizem seus versos: “Meu coração é Laila, L. é o desejo; ela me serve vinho, e é Kaaba de beleza, que nos atrai ao gineceu”. A composição é rica e ilustrativa, porque traz elementos das características contribuintes à representação feminina nessas terras. *Lailah* (لايلة) palavra árabe que significa noite, é “o nome místico universal da Amada entre os muçulmanos” e denota, ao mesmo tempo, o que pode ser contemplado, mas que também é sublimado. Afinal, à noite, as figuras se esvaecem. Ainda que tenha se imiscuído ao ébano, *Lailah* é o símbolo mesmo do almejado, daquela com quem se pretende esperar o nascer do dia.

Se *Lailah* é, num primeiro momento, o amor espiritual, logo em seguida, é transposta ao plano terreno; torna-se desejada. A frase seguinte a mantém neste mesmo patamar, inserindo-a num cenário de prazer, quiçá, de festa, no qual é ela quem serve a bebida, outrora proibida pelo Corão.

O jogo de significados espirituais e corpóreos perpassa os versos, fazendo emergir, por fim, o mais simbólico dentre eles. Comparar Laila a Kaaba é o mesmo que sugerir o antegozo do Paraíso. Levantar o véu da primeira ou adentrar o espaço sagrado da segunda evocam imagens de satisfação e arrebatamento. Permitir-se ao prazer, que advém da espera, leva o amante ou o adorador ao deleite.

A predileção pela noite pode ser vislumbrada tanto nas poesias de cunho amoroso quanto naquelas de temas eróticos e báquicos. O poeta enamorado, Abd Allah Ibn Abd al-Aziz, diria: “(...) Oh luna de las mujeres! Habrá más dulce ventura que la ventura de ver-

te? Todos dicen a una voz, Donde quiere que aparesces: Ya ilumina nuestra noche, La luna resplandeciente (...)!”¹¹.

Com um título bastante sugestivo — La hermosa en la orgía — o texto do príncipe omíada, Marwan Ben Abd Al-Rahman, diria:

*Su talle flexible era una rama que se balanceaba sobre el montón de arena de su cadera, y de la que cogía mi corazón frutos de fuego (...) El vaso lleno de rojo néctar era, entre sus dedos blancos, como un crepúsculo que amaneció encima de una aurora. Salía el sol del vino, y era su boca el poniente, y el oriente la mano del copero, que al escanciar pronunciaba fórmulas corteses. Y, al ponerse en el delicioso ocaso de sus labios, dejaba el crepúsculo en su mejilla.*¹²

Se, no primeiro exemplo, trata-se apenas de um convite, feito por aquele que anseia a presença da mulher amada, no trecho seguinte, o encontro já se selou; os amantes vivem intensamente os deleites desta noite (vide título do poema) e esperam, por fim, a hora de se despedirem. Estes congressos noturnos pareciam ser bastante comuns. A poetisa Wallada Bint Al-Mustakfi (m.1077 d.C/ 469 H), filha do califa Muhammad III, ao que consta, circulava à noite com seu amante Ibn Zaydun pelos belos jardins de Córdoba, não se furtando de carinhos e vinho.

4.2. “Ó, filhos de Adão, embelezai-vos”!

Se as mulheres almejavam dia e noite rever seus amados, é certo que empregavam boa parte desse tempo nos cuidados com a aparência. Nas kharjat descritas anteriormente, foi possível perceber o alto grau de importância dado aos adornos e às vestimentas. E, quando os encontros amorosos ganhavam proximidade, nenhuma delas poupava esforços em parecer mais belas ao olhar masculino.

Exibindo vestidos de seda e jóias, estas mulheres aludem a algumas das transformações operadas em

¹¹ SCHACK, A. F. von. *Poesía y arte de los árabes en España y Sicilia*. Madrid: Ediciones Hiperión, s/d. p. 77.

¹² ALBORNOZ, Claudio Sánchez. *La España Musulmana*. Buenos Aires: El Ateneo, 1960. p. 283.

Alandalus com a chegada dos árabes-muçulmanos. A doutrina cristã equiparava a imagem feminina à ornamentação, ao artificial. O que se resumia num demérito. O Islamismo encarava tal situação de outra maneira, o que influenciou, presumivelmente, na vida de seus seguidores.

O chamamento aos filhos de Adão, supracitado, faz parte da 7ª sura corânica, *Os Cimos*. Curiosamente, este verso aparece após o episódio em que Adão e Eva sucumbem ao fruto proibido. Embora Allah envie o casal ao mundo terreno, condenando-o à “residência e ao gozo transitórios”, não coube à mulher toda a culpa pelo evento. Tampouco tornaram-se o sexo e os cuidados com o corpo mácula ou ações impuras.

Através de Muhammad, Allah diria aos seus seguidores que se embelezassem, quando fossem às mesquitas, ou, simplesmente, quando fossem comer ou beber. A relação com a comida e a bebida guarda um lugar de destaque. O personagem ligado à sua fundação e o futuro reservado aos “bons” fiéis elucidam este fato.

Segundo seus biógrafos, Muhammad fazia suas refeições sempre acompanhado de seus familiares e amigos próximos, jamais se sentava sozinho. O que implica na partilha do alimento. Ademais, o que designa o Islamismo àqueles que alcançarem o Paraíso, senão um líquido “mais branco do que o leite e mais doce que o mel”¹³?

Estas práticas cotidianas estendiam-se também aos próprios cuidados com o corpo. A religião pregaria o asseio e a toalete, a atenção com os cabelos, com as vestimentas. Qualquer pessoa, com o menor respeito por si própria, não se furtaria a tal pureza e embelezamento. Afinal, um fiel desleixado e sujo não poderia “clamar por santidade”¹⁴. Tais disposições foram abundantemente notadas em Alandalus. Os banhos, tão difundidos como meio de purificação ritual, ganharam outros significados: o de higienizador e de fomentador

¹³ LO JACONO, C. *Islamismo*. São Paulo: Globo, 2002. p. 68.

¹⁴ EL-HAYEK, S. “Al A’raf” (Os Cimos) *In O significado dos versículos do Alcorão Sagrado*. São Paulo: MarsaM Editora Jornalística, 2001. p. 196.

das convivências sociais. Seguindo de perto as tradições romanas, o andalusino saía do banho “convenientemente aseado, depilado y teñido; su aspecto externo se completará con perfumes, cosmética y vestidos”¹⁵. Neste sentido, não causaria espanto relatar que as poetisas Hamda e Zaynab, acompanhadas de suas amigas, desnudavam-se para entrar na água. Exemplo de como uma situação íntima poderia se converter em trato coletivo.

As vestimentas circulantes em Alandalus também são reflexo destes preceitos islâmicos. Os grupos mais ricos importavam toda sorte de tecidos e modas orientais. O uso destes panos alcançou tão alto grau, que um viajante diria: “Nadie, en cualquier parte del mundo, puede igualar a los artesanos de al-Andalus en la confección de fieltros, que a veces se fabrican exclusivamente para el sultán”¹⁶.

Ora, não era a mulher na kharjah que pretendia se adornar com vestido de seda? Isto nos leva a algumas suposições. Uma seda ou qualquer outro tecido de suprema qualidade eram usados por pessoas mais abastadas. Afinal, durante o período clássico, o traje constituiu-se em uma das “manifestaciones más evidentes de la posición social”¹⁷. Deste modo, nas kharjat alusivas ao adorno, é provável que os poetas se referissem mais às mulheres das altas classes sociais do que a uma escrava ou uma animadora de reuniões ou tertúlias.

É certo que uma escrava também poderia ser presenteada com jóias pelo seu senhor; quando se tratasse de um caso extraconjugal ou quando o homem a mantivesse em sua morada. Entretanto, as figuras femininas desenhadas nas kharjat denotam certos princípios mais comumente vislumbrados em famílias regradas, nas quais as mulheres eram vigiadas.

Numa muwassah, os versos finais traduzem o receio de uma mulher quanto ao aparecimento de algum familiar. Estando com seu amado, temia ela ser pega em flagrante por alguém. Em outra kharjah, diria a mulher: “Amiguito, decídete, ven a tomarme, bésame

¹⁵ MARÍN, M. *Individuo y sociedad en al-Andalus*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992. p. 200.

¹⁶ *Ibidem*. p. 202.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ RUBIERA MATA, M. J. *Literatura hispanoárabe*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992. p. 162.

em la boca, junta ajorca y arracada. Mi marido está ocupado”¹⁸. Além da alusão a uma posição sexual (aludida anteriormente), o que impressiona é a despreocupação com relação ao casamento, a facilidade de traição.

Embora constituam comportamentos distintos — aquela receia o surgimento de um parente, esta pensa desfrutar a ausência de tal marido — ambas acenam a uma relação familiar e a um tipo de dependência que, comumente, não se veria entre as escravas. Se dispuséssemos apenas de tais versos, os nossos argumentos limitar-se-iam a tais possibilidades de entendimento. Porém, é necessário visitar outros cenários construídos por estas fontes.

4.3. O prazer... Ah, o prazer!

Desde a morte do Profeta, os califas tiveram de assumir uma liderança política, militar e, sobretudo, espiritual. Deste modo, coube aos seus sucessores responder a uma série de questões sociais, que visitavam, tantas vezes, o plano da intimidade. O período de que ora tratamos (X d.C; IV H) defrontou-se com uma pergunta delicada: “Cómo hacer el amor siendo musulmán?”¹⁹. A esse respeito, começaria a se desenvolver uma vasta literatura.

¹⁹ AÍT SABBAH, F. *La mujer en el inconsciente musulmán*. Madrid: Ediciones del Oriente y del Mediterráneo, 1986. p. 45.

O discurso sexual nasce religioso, afinal, este foi concebido, em grande parte, por xeques, imãs, cadis, ou seja, pessoas investidas da responsabilidade de orientar e esclarecer a conduta dos devotos. Todos eles deveriam ponderar sobre um dos campos mais misteriosos da criação divina, qual seja, o referente ao desejo sexual.

O afã em se falar sobre sexo e sexualidade era tão intenso, que um vizir diria ao xeque Nafzâwî: “No eres el primero em tratar esta ciência. Por Dios que responde a una necesidad y hay que conocerla! Sólo el hombre poco instruido, tonto y de escasas entenderas la ignora y se burla de ella”²⁰.

²⁰ *Ibidem*. p. 47.

Um outro autor, Mawla Ahmed Ibn Suleiman (m.

940 H), diria que, ao escrever sobre o tema, queria apenas ajudar aqueles que não conseguiam realizar o que era permitido — a procriação — e, portanto, não podiam cumprir o ordenado pelo Profeta: “Copulad y reproducíos para que me sienta orgulloso de vosotros ante las demás naciones”²¹.

²¹ *Ibidem*, p. 48.

A literatura erótica vive seu apogeu entre os séculos IX e XVI d.C/ IV e X H. Curiosamente, este intervalo de tempo compreende a fomentação da muwassah. Esta poesia, que, no princípio, discorreu sobre temas eróticos e panegíricos, desenvolveu conteúdos muito próximos aos do zajal, cujo propósito era “(...) agradar y alabar a sus compañeros en una vida de placer, del tipo de ‘vino, mujeres y canciones’, en un bello marco primaveral de noches de pleniludio y rutilantes estrellas”²².

²² CHEJNE, A. *Historia de España musulmán*. 2. ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 1980. p. 211.

A muwassah, portanto, também reflete esta preocupação em se falar sobre o sexo. Contudo, não podemos nos esquecer de uma premissa fundamental: ainda que a poesia tenha respondido enfaticamente a tal cenário, existiam, é certo, autores às voltas com o amor platônico (ou ‘udhri), que não viam com bons olhos este esforço em aludir, exaltar, regular a sexualidade humana — sobretudo, a feminina.

É por tal motivo, que encontraremos em Alandalus correntes de pensamento muito distintas a respeito da mulher e da sexualidade. Ibn Hazm vangloriava-se de conhecer muito bem as mulheres; a seu respeito, dizia: “El espíritu de las mujeres está vacío de toda idea que no sea la de la unión sexual y de sus motivos determinantes, la de galantería erótica y sus causas, la del amor en sus varias formas. De ninguna otra cosa se preocupan, ni para otra cosa han sido creadas”²³.

²³ ALBORNOZ, C. S. *op. cit.* p. 285.

Não é sem motivo que Ibn Hazm, em *El Collar de la Paloma*, tecerá uma visão espiritualizada sobre a mulher. O encantamento e a distância despertados pela amada eram de tal monta, que o poeta comparará o corpo feminino a um corpo celeste. O enfoque central do autor é o amor, enquanto sentimento incurá-

vel, e a dor sentida em razão dele. Posição que denigre ou recusa a mulher enquanto ser sexual, em busca de prazer.

Não foram apenas os homens que teceram versos platônicos ou eróticos sobre a mulher. Wallada Bint Al-Mustakfi, já citada anteriormente, tinha grafada sobre seu manto “una leyenda que proclamaba por una parte la inaccesibilidad de su dueña y por outra lo contrario”²⁴: “Sobre el hombro derecho llevaba escrito este verso: ‘Estoy hecha, por Dios, para la gloria, y camino, orgullosa, por mi propio camino’ Y sobre el izquierdo: ‘Doy mi poder a mi amante sobre mi mejilla y mis besos ofrezco a quien los desea’”²⁵.

²⁴ GARULO, Teresa. *Diwan de las poetisas de al-Andalus*. Madrid: Poesía Hiparión, 1986. p. 143.

²⁵ *Ibidem*.

5. Conclusão — o poder do gozo: discurso erótico e excitação à prática

*“Aquele que é capaz de desfrutar a cópula’ e não o faz por qualquer razão, não está comigo e perdeu seu paraíso terrestre”*²⁶

²⁶ MAKHZOUMI, Al-Sayed Haroun Ibn Hussein. *As fontes do prazer*. São Paulo: Martins Fontes, 1994. p. 15.

Profeta Muhammad

É certo que não foram os poetas andalusinos os primeiros a descrever a mulher e sua sensualidade em versos. Composições orientais, como o *gazel* ou *nasib*, que tratavam o tema amoroso, já vigoravam entre os árabes desde o surgimento da poesia pré-islâmica. E houve, ainda, autores, como um certo ‘Umar Ibn Abi Rabi‘ah, que “embelesaba a las damas de La Meca y Medina com una poesia tan sensual y erótica que hacía enrojecer a los alfaquíes, aunque no podían dejar de recitarla y admirarla por su belleza”²⁷.

²⁷ CHEJNE, A. *op. cit.* p. 221.

Contudo, podemos pensar que foi em Alandalus que a poesia sexual ganhou espaço, chegando, quiçá, a inaugurar um discurso erótico, nunca antes vislumbrado no mundo árabe oriental. E isto pode ser suposto não apenas pelas kharjat descritas acima, como também pela forma como viviam as mulheres andalusinas.

Lévi Provençal não deixou de assinalar a possível

liberdade usufruída pela mulher de Alandalus, sob o califado e nos anos subseqüentes. Outros textos diriam que o amor físico foi de grande valor aos olhos deste povo. E que as mulheres atuavam não só como “objetos de prazer” mas também como “sujeitos activos para complacer a los hombres”²⁸.

Estas hipóteses repousam, em boa parte, na vida cotidiana destas mulheres. As *kharjat* sugeriram uma série de características femininas: uso de jóias, adornos, vestimentas elegantes, pinturas faciais, unguentos, perfumes...É óbvio que muitos destes artificios só poderiam ser dispensados às classes mais abastadas. Mas, não é isto que ocorria em Alandalus.

Mulheres muçulmanas de várias classes sociais usavam seu tempo em cuidados com o corpo e com adornos pessoais. No século XIV d.C./VIII H, Ibn al-Jatib assinalava que suas jóias — colares, braceletes, anéis para os tornozelos, pingentes — eram de ouro puro entre as mulheres mais nobres, e de prata entre aquelas das classes mais modestas. Ademais, as muçulmanas, de qualquer condição social, usavam essências perfumadas, fossem à base de limão, de rosas, ou perfume de almíscar.

Somam-se a tais aspectos um dos predicativos femininos de maior recorrência nas *kharjat* e na vida cotidiana andalusina. Em nenhum outro lugar do Império, o corpo, a sensualidade e o amor erótico foram mais visitados. Imprescindível de ser observado é que este discurso nasce sob a tutela da religião islâmica, e faz emergir os pressupostos sexuais que percorrerão os comportamentos, o discurso e a Idade clássica árabe-islâmica. Daí o surgimento de uma vasta literatura que fará verdadeiros tratados sobre o sexo, não se esquecendo de relacionar a cópula à vontade de Allah, de narrar aventuras amorosas, de propor fortificantes e unguentos para incrementar a relação, de ensinar as melhores maneiras de se conseguir e proporcionar prazer.

Se não bastassem todas estas referências, temos,

²⁸ AGUADO, A. M^a. et al. *Textos para la historia de las mujeres en España*. Madrid: Cátedra, 1994. p. 138.

ainda, a coexistência de, pelo menos, duas vertentes de representação da mulher, nestas terras. Como já foi salientado antes, há autores que atribuíam à mulher uma feição espiritualizada, concebendo-a, portanto, num plano superior, inalcançável. De outro modo, houve a aparição de poetas que preconizavam uma visão terrena, erótica, despidorada e cômica sobre o feminino, como foi feito nas kharjat. Isto nos sugere a multiplicidade de 'tipos' femininos. Não há uma mulher andalusina, o que implica, naturalmente, na existência de vários discursos sobre a mulher.

Nesse sentido, parece precoce e superficial priorizar nas kharjat apenas a sua vertente lúdica, acreditando que estes versos não pudessem ser permeados de realidade. Ora, se há, no mínimo, duas representações distintas do *corpus* feminino, em Alandalus, é porque estas imagens deviam circular no cotidiano de quem as elaborou. É preciso pensar nas variadas classes sociais, na educação, na função familiar e coletiva de tais mulheres.

É por isto que a tese de Rubiera Mata, sobre “las esclavas extranjeras como fuente de estas canciones”²⁹, não pode ser tomada como definitiva. Talvez, fizesse mais sentido pensar na representação da mulher nas kharjat como uma simbiose de valores: a sensualidade das escravas, as jóias das mulheres mais abastadas, o comportamento mais livre e tempestivo das moças de classes menos favorecidas. Representações estas formuladas a partir da sensibilidade, do imaginário ou dos desejos masculinos.

É possível que as kharjat tecessem uma crítica ao comportamento de mulheres que se encontravam às escondidas com seus amantes, o que consistiria numa reprimenda à atitude indecorosa de tais moças. Isto poderia servir como antimodelo à boa educação e à boa conduta.

Contudo, não se pode, simplesmente, desvincular tal poesia da época e do cenário em que ela foi produzida. Os homens de Alandalus mantinham contatos

²⁹ RUBIERA MATA, M. J. *op. cit.* p. 159.

insistentes com o Oriente árabe-islâmico. Isto implicava conhecer os pensamentos circulantes por lá, assim como o imaginário sexual desta parte do Império. Lembremos que foi no século IX d.C./III H, que a literatura erótica atingiu seu apogeu.

Ademais, Alandalus recebia inúmeras escravas vindas de Bagdá, que traziam consigo toda sorte de técnicas e práticas sexuais, e as mulheres da Península, inegavelmente, possuíam mais 'liberdades' sociais do que as moças nascidas no Oriente. Mulheres andaluzinas organizavam “fiestas y borracheras a orillas del río”, circulavam pelas ruas, participavam de reuniões, e chegaram, inclusive, a abandonar o uso do véu, no século XII d.C./VI H.

Diante de tudo isto, não há como negar o peso dispensado ao amor carnal nestas terras. Não há como negar também que inúmeros homens curvaram-se diante da beleza e da sensualidade das mulheres andaluzinas. O que dizer do emir al-Hakam, que, ofereceu um poema a suas cinco “concubinas rebeldes”³⁰, e irradiou alegria quando, finalmente, reconciliou-se com elas?

³⁰ CHEJNE, A. *op. cit.* p. 127.

É certo que os espias, as pessoas comuns e, principalmente, os poetas desta terra conheciam as belezas sensuais e sexuais das mulheres de Alandalus. Os primeiros ficariam à espreita, a serviço daqueles que zelavam pela ordem familiar; homens e mulheres da Península podiam comentar o comportamento indiscreto das mulheres, rir ou corroborar estas transformações sociais e familiares; mas foram estes últimos que nos legaram algumas das imagens mais emblemáticas sobre o feminino. E há de se pensar que tais imagens estivessem crivadas de manifestações reais.

Não demoraria a anoitecer em Alandalus, e, uma vez mais, a lua testemunharia os desejos femininos: “Me enamore, madre, de este vecino mio en mí embriaguez”; “Cuánto hace que me das esperanzas?”; “Qué haré, madre? Mi amigo está a la puerta”; “...estruja mi pecho, bebe mi saliva y besa mi mejilla,

sin temor”. Todos eles anseios de mulheres, mas que precisavam ser comungados com homens. Poetas, inclusive. Diante de tais pedidos, como se furtar, como ficar incólume, e, principalmente, como não relatar estes íntimos, deliciosos e sagrados momentos em versos?

Referências

AL-MAKHZOUMI, Al-Sayed Haroun Ibn Hussein. *As fontes do prazer*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

ANUKIT, Y. A mulher e o véu. *Instituto da Cultura Árabe* São Paulo: Correio do Icarabe, 2005.

Disponível em: <http://www.icarabe.org/CN02/artigos/arts_det.asp?id=45>. Acesso em: 12 set. 2005.

AR-RUSAFI de Valencia. *Poemas*. Traducción y introducción de Teresa Garulo. Poesía Hiperión. Madrid: Ediciones Peralta, s/d.

AGUADO, A. M^a. et al. *Textos para la historia de las mujeres en España*. Madrid: Cátedra, 1994.

ALBORNOZ, C.S. *La España Musulmana*. Buenos Aires: El Ateneo, 1960.

AMT, E. *Women's lives in Medieval Europe: a sourcebook*. New York, London: Routledge, 1993.

ARIÉ, R. *Historia de España: España Musulmana (siglos VIII – XV)*. Barcelona: Labor, 1984.

BLOCH, R.H. *Misoginia Medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro: 34, 1995.

CASTRO, A. *España en su historia*. Cristianos, moros y judíos. Barcelona: Crítica, 1983.

CHEJNE, A.G. *Historia de España Musulmana*. 2. ed. Madrid: Ediciones Cátedra, 1980.

CORRIENTE, F. *Poesía dialectal árabe y romance en Alandalús*. Madrid: Biblioteca Románica Hispánica, s/d.

D'HAUCOURT, G. *A vida na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

EL-HAYEK, S. (trad.). *O significado dos versículos do Alcorão Sagrado*. São Paulo: MarsaM Editora Jornalística, 2001.

FRENK, M. (ed.). *Lírica española de tipo popular*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1990.

GARULO, T. *Diwan de las poetisas de al-Andalus*. Madrid: Poesía Hiparión, 1986.

LO JACONO, C. *Islamismo*. História, preceitos, festividades, divisões. São Paulo: Globo, 2002.

MARÍN, M. *Individuo y sociedad en Al-Andalus*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

MENÉNDEZ PIDAL, R. *España, Eslabón entre la Cristiandad y el Islam*. 2. ed. Madrid: Colección Austral, 1968.

NASR, H. (trad.). *Tradução do Nobre Alcorão para a língua portuguesa*. Al-Madinah Al-Munauarah: Complexo do Rei Fahd, 2004.

ROGERSON, B. *O profeta Maomé: uma biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RUBIERA MATA, M.J. *Literatura Hispanoárabe*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

SABBAH, F.A. *La Mujer en el Inconsciente Musulmán*. Madrid: Ediciones del Oriente y del Mediterráneo, 1986.

SCHACK, A. F. von. *Poesía y arte de los árabes en España y Sicilia*. Madrid: Ediciones Hiperión, s/d.

SLEIMAN, M. *Poética do zajal Andalus. Panegrico de longa extensão de Ibn Quzman Alqurtubi*. Tese Doutoral. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2002.

Romances de Alencar, contos de fadas e a educação da mulher para o casamento

Francisca Patrícia Pompeu Brasil

Resumo: Este trabalho visa analisar as causas pelas quais alguns romances românticos de José de Alencar fizeram uso do discurso dos contos de fadas para dar uma representação do casamento.

Palavras-chave: Casamento. Mulher. Educação.

Abstract: This essay is aimed at assessing the causes through which some of José de Alencar's romantic romances made use of the discourse of fairy tales to convey an idea of marriage.

Keywords: Marriage. Woman. Education.

Francisca Patrícia Pompeu Brasil. Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Tutora de Língua Latina no curso de Letras (Educação a Distância) – Universidade Federal do Ceará.

Introdução

Em nossa pesquisa, buscamos fazer uma abordagem dos contos de fadas e dos romances românticos de Alencar a partir do interesse que eles apresentam em relação à educação feminina para o casamento. Partimos do entendimento de Horácio que afirmava ter a arte dois objetivos principais: o de deleitar e o de instruir. Observemos suas palavras: “Arrebata todos os sufrágios quem mistura o útil e o agradável, deleitando e ao mesmo tempo instruindo o leitor; esse livro, sim, rende lucros aos Sósias; esse transpõe os mares e dilata a longa permanência do escritor de nomeada”.¹

¹ HORÁCIO. Arte poética: Epistula ad Pisones. In: ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO (Org.). *A poética clássica*. Trad. Jaime Bruna. 12. ed. São Paulo. Cultrix, 2005. p. 65.

O nosso principal objetivo é mostrar que entre os contos de fadas e os romances românticos de José de Alencar há uma estreita relação, pois ambos parecem apresentar um mesmo propósito: o de educar a mulher para o casamento.

Acreditamos que essa educação se baseia em dois princípios básicos: o primeiro seria o de levar a mulher a acreditar ser o casamento imprescindível para sua felicidade — daí o célebre epílogo dos contos de fadas “... Então eles casaram e foram felizes para sempre”; o segundo, de mostrar-lhe os deveres que assume no papel de esposa — vale ressaltar que o que iremos analisar é a forma como esses ensinamentos eram transmitidos ao público feminino do século XIX. Também buscamos mostrar que os ensinamentos apresentados nessas narrativas assemelham-se àqueles apresentados em textos moralistas de período anterior ao Romantismo — como textos bíblicos, no caso, as cartas de São Paulo, e os manuais de civildade.

1. Sobre a submissão amorosa

Entre os grandes pensadores que cultivaram a idéia de ser a mulher inferior ao homem e, por isso, dever-lhe obediência, destaca-se o nome do filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C.). Em sua obra *A Política*, ele diz que a natureza deu aos seres humanos diferentes

condições: há aqueles que devem assumir uma posição de autoridade e poder, pois possuem uma inteligência superior; e há aqueles que foram feitos para obedecer e servir. Segundo o filósofo, essa relação de poder é necessária para que haja harmonia na vida em sociedade.

Aristóteles observa a grande importância da família para a sociedade e fala sobre a economia doméstica que, segundo ele, é formada a partir de relações de poder entre três classes: o senhor e o escravo, o marido e a mulher, os pais e os filhos. Sobre a segunda classe, diz que cabe ao marido o papel de mandar e à mulher o de obedecer.

Em relação à sujeição amorosa, é interessante destacarmos a questão colocada por Pierre Bourdieu, em sua obra *A dominação masculina*: “Seria o amor uma exceção, a única, mas de primeira grandeza, à lei da dominação masculina, uma suspensão da violência simbólica, ou a forma suprema, porque a mais sutil e a mais invisível desta violência?”². Observemos a segunda parte da questão colocada pelo autor, quando este diz ser o sentimento amoroso, que a mulher foi educada a cultivar pelo marido, uma forma de “dominá-la”. O autor também pergunta se seria essa forma mais poderosa do que as outras por ser uma dominação aceita.

Se assim o fosse, poderíamos entender que o discurso amoroso, presente nos romances românticos e nos contos de fadas, seria um poderoso instrumento utilizado pelos homens para fazer com que as mulheres aceitassem essa sujeição e, até mesmo, para que se sentissem felizes por ter um marido a quem se sujeitar. Isso porque tal discurso levaria a mulher a acreditar que sua felicidade estaria assegurada através do casamento.

Stuart Mill também fala, em *A sujeição das mulheres*, sobre a sujeição amorosa. Para ele, a posição da mulher é bem diferente das demais classes subjugadas, pois o interesse dos homens pelas mulheres não esta-

² BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 129.

ria relacionado apenas ao cumprimento dos deveres que elas assumem como esposas. Segundo o autor, o que os homens desejam de suas esposas é uma obediência voluntária, e isso deveria ocorrer em consequência do sentimento amoroso que elas têm por seus maridos: “Todos os homens, exceto os mais brutais, desejam encontrar na mulher mais próxima deles, não uma escrava conquistada à força, mas uma escrava voluntária; não uma simples escrava, mas a favorita³”.

³ MILL, Stuart. *A sujeição das mulheres*. Trad. Débora Ginza. São Paulo: Escala, s/d. p. 32.

Assim como Bourdieu, Stuart Mill diz ser a submissão amorosa uma das formas mais eficazes de sujeição e, para confirmar seu ponto de vista, o autor faz uma comparação: diz que se o objetivo de vida de um servo fosse o de ser agradável aos olhos de seu senhor, se houvesse entre eles uma forte relação afetiva, e se tal servo fosse desde cedo levado a acreditar que sua condição deveria ser vista como uma forma de recompensa e como motivo para alegrar-se e ser grato, com certeza, a relação entre ele e seu senhor seria bem mais harmoniosa. Assim sendo, se a sujeição do servo, em relação ao seu senhor, se baseasse nos mesmos princípios da sujeição da mulher em relação ao seu marido, os senhores teriam sobre seus escravos um poder bem maior do que o que eles conseguem através da força.

De acordo com Mill, se para os escravos o instrumento usado pelos senhores para subjugar-los era a força e o medo; para a mulher, esse instrumento era o sentimento amoroso. O autor aponta três razões que levam as mulheres a se sujeitarem aos maridos. A primeira é a atração natural que ocorre entre os sexos; a segunda se refere à dependência financeira da mulher em relação ao marido; e a terceira diz respeito à dependência social, pois a mulher só conseguiria ser aceita (e bem aceita) pela sociedade se assumisse o papel de esposa honesta e amorosa.

Tais razões levariam a mulher a acreditar, quando solteira, que a sua principal obrigação seria a de se fazer atraente ao homem para que, dessa forma, pu-

desse ser selecionada para assumir o tão desejado papel de esposa.

Devemos ter em mente que a mulher do século XIX não tinha ainda muitas perspectivas em relação à sua vida particular. Seus interesses se voltavam quase que exclusivamente para a família. Devemos, no entanto, admitir que houve, no período, uma grande evolução em relação à forma como se via a mulher no papel de mãe e esposa. Sua importância dentro da família era cada vez maior e o casamento para ela não era mais resultado da imposição dos pais. O casamento passou a se basear no afeto, mas, isso não significa que tenha deixado de ser, para a mulher, uma imposição, só que agora por parte da mentalidade burguesa: casar-se continuava sendo o seu principal objetivo.

2. Alencar, contos de fadas e o interesse pela educação feminina

José Martiniano de Alencar nasceu em Mecejana-Ce no ano de 1829. Cursou Direito, e exerceu durante algum tempo a profissão de advogado. Mas foi o interesse pela literatura que prevaleceu: foi cronista e redator de jornais e, em 1856, publicou, em forma de folhetim, seu primeiro romance *Cinco Minutos*. A partir daí, escreveu diversos romances e dedicou-se também à produção de textos teatrais. Alencar é hoje considerado um dos maiores escritores brasileiros. Em seus textos, mostrou o índio e o homem do campo como heróis, e fez duras críticas à sociedade burguesa de sua época. Desde criança, apresentou grande interesse pelo universo feminino.

O autor afirma, em sua obra *Como e porque sou romancista*, que era ele quem fazia as leituras em sua casa para um público basicamente feminino: mãe, tia e visitas. O autor fala sobre como as mulheres se emocionavam com as leituras que ele fazia dos romances e como era impressionante a forma como elas se envolviam nas histórias apresentadas. Alencar diz ser esta experiência que, provavelmente, despertou-lhe o in-

teresse pelos romances, daí vir mais tarde a tornar-se um escritor: “Foi essa leitura contínua e repetida de novelas e romances que primeiro imprimiu em meu espírito a tendência para essa forma literária que é entre todas a de minha predileção?”.⁴

⁴ ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2005. p. 29.

A partir das palavras do autor, podemos concluir que a sensibilidade feminina foi um dos principais fatores que contribuíram para a escolha feita por ele de se tornar um escritor. O seu interesse por romances não seria suficiente para torná-lo um romancista, segundo o autor, pois a imaginação que herdou de sua mãe foi também um fator de grande importância para capacitá-lo a escrever:

*Mas não tivesse eu herdado de minha santa mãe a imaginação de que todo mundo apenas vê as flores, desbotadas embora, e de que eu somente sinto a chama incessante; que essa leitura de novelas mal teria feito de mim um mecânico literário, desses que escrevem presepes em vez de romances.*⁵

⁵ ALENCAR. *Op. cit.*, p. 30.

Vemos — quando Alencar afirma ser ele o leitor oficial da família — que as mulheres brasileiras no início do século XIX ainda não tinham adotado a prática da leitura, até porque, no período, era bastante reduzido o número de mulheres alfabetizadas, no entanto, podemos notar que elas já apresentavam um grande interesse pelas histórias dos romances.

Importante destacarmos que a chegada dos romances ao Brasil foi um dos fatores que contribuiu para desenvolver nas mulheres o hábito da leitura. Sobre a função pedagógica da leitura dos romances, Regina Zilberman diz:

Num ambiente de poucos leitores e raras leitoras, a ficção romântica acabou por exercer função pedagógica, procurando atrair o público para o universo da educação e da arte. Para tanto, precisou, de um lado, negar certos parâmetros de seu tempo e, de outro, investir na imaginação de damas de fino trato e mulheres de projeção, numa representação visivelmente influenciada pelos

*salões franceses do século XVIII, quando engatinhava o processo de liberação feminina.*⁶

A partir da preocupação dos moralistas em relação aos romances, podemos observar como era forte a influência que tais histórias exerciam sobre o comportamento de seus leitores.

Quanto aos contos de fadas, o que se sabe é que eles derivam dos contos orais de tradição popular. Foi na França do século XVII, que o escritor Charles Perrault publicou os primeiros contos clássicos, os quais, de início, não se destinavam ao público infantil.

Perrault foi um defensor das causas feministas. Em suas primeiras histórias, o autor denunciava as injustiças que as mulheres sofriam — daí suas personagens serem exemplos de resignação e submissão, como observa Nelly Novaes Coelho:

*(...) Perrault não iniciou seu trabalho de redescoberta do maravilhoso popular preocupado com as crianças. Sua primeira publicação (A Paciência de Grisélidis, 1691) antecipou-se ao ataque preparado por Boileau (um dos papas da cultura francesas da época) contra as mulheres (Sátira X — Sobre as mulheres, 1694). Grisélidis resultou da recriação em versos de um dos mais antigos e conhecidos fabliaux do folclore francês e exalta a capacidade de resignação da mulher em face dos sofrimentos que o homem lhe impõe.*⁷

O interesse de Perrault era representar a mulher como um ser dócil e sofredor, mostrando ser ela vítima de grandes injustiças. Bruno Bettelheim, em sua obra *A psicanálise dos contos de fadas*, observa que a Borrallheira criada pelo escritor francês é bem mais submissa do que a apresentada na versão dos irmãos Grimm. Como exemplo, ele afirma que, na versão de Perrault, é a própria Borrallheira que decide dormir entre as cinzas: “Depois de executar as suas tarefas, ela ia para um canto da lareira e sentava-se no borralho, e por isso os da casa a chamavam de Gata Borrallheira”.⁸

⁶ LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. *Formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999, p. 271.

⁷ COELHO, Nelly Novaes. *O Conto de fadas*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. p.67.

⁸ PERRAULT, Charles. *Histórias ou contos de outrora*. Trad. Renata Cordeiro. São Paulo: Landy, 2004. p. 122.

Já na versão dos Grimm, Cinderela não se coloca em uma posição inferior por vontade própria, ela é obrigada pela madrasta e pelas irmãs a passar pelas mais diversas humilhações: “As irmãs a importunavam de todos os jeitos e riam dela. À noite, quando estava cansada, não tinha cama onde se deitar, tendo que dormir ao lado do forno, entre as cinzas; então, como estava sempre empoeirada e suja de cinzas, elas a chamavam Cinderela”.⁹

⁹ GRIMM, Wilhelm e Jacob. *Contos de fadas*. Trad. Celso M. Paciornik. 4. ed. São Paulo: Iluminuras, 2002. p.159.

A Borracheira dos Grimm tem mais iniciativa do que a de Perrault, uma vez que não aceita as ordens da madrasta sem contestação. Ao ser proibida de ir ao baile, ela insiste que deve ir e aceita realizar as mais difíceis tarefas para alcançar seu objetivo. Na história de Perrault, a heroína não reage às proibições da madrasta, é a fada madrinha quem a ajuda em tudo: “Quando não as avistou mais, caiu aos prantos. A sua madrinha, vendo que ela não parava de chorar, perguntou-lhe o que tinha”.¹⁰

¹⁰ PERRAULT. *Op. cit.*, p.123.

Daí constatarmos ter o escritor francês optado por criar uma personagem mais pacata e sofredora, a fim de denunciar todas as humilhações sofridas pelas mulheres da época. É somente a partir de sua terceira obra, *A pele de Asno*, que Perrault manifestará seu interesse de escrever às crianças. Segundo Nelly Novaes, um dos principais objetivos do escritor era educar as crianças, sobretudo as meninas, para a vida em sociedade:

*A partir daí Perrault volta-se inteiramente para essa redescoberta da narrativa popular maravilhosa, com um duplo intuito: provar a equivalência de valores ou de “sabedoria” entre os Antigos greco-latinos e os Antigos nacionais, e, com esse material redescoberto, divertir as crianças, principalmente as meninas, orientando sua formação moral.*¹¹

¹¹ COELHO. *Op.cit.*, p. 68.

Já no século XIX, caberá aos irmãos alemães Jacob e Wilhelm Grimm coletar contos populares. A intenção dos Grimm não era apenas divertir ou educar seus

leitores. Como estudiosos da língua, eles tinham também o interesse de revitalizar as tradições populares.

Em 1812, é lançada a primeira coletânea de contos dos Grimm. Intitulada *Kinder-und Hausmärchen*¹², a obra apresentava oitenta e seis contos.

Finalizando, podemos destacar que os textos de Perrault e os dos irmãos Grimm trazem em si muitos dos valores da sociedade burguesa, entre tais valores podemos destacar: a valorização do casamento e da afetividade. Os contos de fadas, assim como os romances românticos, adequavam-se bem como um meio de veicular os valores dessa nova classe dominante.

3. A presença dos contos de fadas na obra de José de Alencar

Segundo Cionarescu, pode-se definir a influência na literatura da seguinte forma: “O resultado artístico autônomo de uma relação de contato”¹³. Isto significa dizer que a influência se dá a partir de um conhecimento direto ou indireto do autor com uma fonte. Cionarescu afirma também que esse contato necessário entre autor e fonte é o que dará condições de se criar uma obra independente:

*A expressão “resultado autônomo” refere-se a uma obra literária produzida com a mesma independência e com os mesmos procedimentos difíceis de analisar, mas fáceis de se reconhecer intuitivamente, da obra literária em geral, ostentando personalidade própria, representando a arte literária e as demais características próprias de seu autor, mas na qual se reconhecem, ao mesmo tempo, num grau que pode variar consideravelmente, os indícios de contato entre seu autor e um outro, ou vários outros.*¹⁴

E é dessa forma que buscaremos entender a influência que os contos populares exerceram sobre Alencar — uma vez que, apesar de podermos identificar a presença de tais contos na obra do escritor cearense, podemos afirmar que este conseguiu inserir personalidade própria à sua obra.

¹² Em português, o título da obra é *Contos de fadas para o lar e às crianças*.

¹³ Apud NITRINI, Sandra. *Literatura comparada: História, teoria e crítica*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000. p.127.

¹⁴ NITRINI. *Op. cit.*, p. 127

É clara a admiração de Alencar pelos contos infantis. Em algumas histórias, a influência de tais contos é explícita; em outras, podemos identificar diversos motivos desses contos.

O discurso amoroso das obras de Alencar assemelha-se em muitos aspectos aos dos contos de fadas. Em ambos, o amor é apresentado como uma força capaz de redimir e de curar os amantes. A valorização do amor, representada pela imagem do jovem casal apaixonado, é uma característica marcante dessas histórias.

Nos contos de fadas, é através do beijo do príncipe que Bela Adormecida desperta de um sono profundo e consegue se livrar de uma maldição que a acompanhava desde o nascimento. O beijo mostra-se assim como um elemento mágico, um símbolo de amor capaz de salvar: “Ali estava ela mergulhada em sono profundo; e lhe pareceu tão bela que ele não conseguia desviar o olhar, e inclinando-se, beijou-a. Mas, no momento em que a beijou, ela abriu os olhos e despertou, sorrindo para ele”.¹⁵

¹⁵ GRIMM. *Op. cit.*, p. 45.

Da obra de Alencar, poderemos citar dois exemplos da cura das heroínas através do beijo de seus amados. O primeiro seria da obra *Cinco minutos*, quando a personagem Carlota, doente e sem esperanças de cura, pede ao amado que a beije no momento da morte, pois acredita que dessa forma ele receberá, através do beijo, a sua alma: “Quando sentires a minha mão gelada, quando as palpitações do meu coração cessarem, prometes receber nos lábios a minha alma?”¹⁶. Cumprindo sua promessa, o jovem lhe dá, no momento da morte, o primeiro beijo de amor, o qual, assim como nos contos infantis, irá salvá-la da morte. Observemos a cena:

¹⁶ ALENCAR, José de. *Cinco Minutos e A Viúvinha*. São Paulo: Escala, s/d., p.47.

Apertei-a ao peito e colei os meus lábios aos seus. Era o primeiro beijo de nosso amor, beijo casto e puro, que a morte ia santificar.

Sua fronte se tinha gelado, não sentia a sua respiração nem as

pulsações de seu seio.

*De repente, ela ergueu a cabeça. Se visse, minha prima, que reflexo de felicidade e alegria iluminava nesse momento o seu rosto pálido.*¹⁷

¹⁷ ALENCAR. *Cinco Minutos e A Viuvinha*. p. 47.

O segundo exemplo pode ser retirado de *O Tronco do Ipê*. A personagem Alice, após ter se afogado, consegue voltar à vida através da respiração boca a boca, feita por Mário. O narrador prefere chamar esse ato de “o beijo da vida” — título do capítulo que narra o acontecimento. Observemos a passagem em que o beijo é dado:

*Com os travesseiros, colchas e esteiras que pôde obter, arranjou Mário rapidamente, e ajudado por Benedito, um plano inclinado sobre o leito, e aí colocou a menina. Depois, debruçado sobre ela, colou seus lábios na mimosa boca desmaiada, e apertando com os dedos as cartilagens do nariz, insuflou-lhe fortemente o ar nos pulmões.*¹⁸

¹⁸ *Id. O tronco do ipê*. São Paulo: Martin Claret, 2005. p. 97.

E a passagem em que a jovem volta à vida: “A respiração da menina, quase insensível durante alguns instantes, afinal sublevou-lhe docemente o seio. Sentiu-se um raio tenuíssimo de luz perpassar na pupila imóvel e cristalizada. A vida foi pouco a pouco se derramando pelo corpo já cadáver”.¹⁹

¹⁹ *Ibid.*, p. 98.

Segundo Bettelheim, o adormecer das jovens princesas dos contos de fadas tem um significado mais profundo: representa a superação de um estágio, ou seja, uma evolução, ou amadurecimento, das heroínas. É como se ela morressem como adolescentes, e resuscitassem como mulheres. Isto significa dizer que, ao despertar, elas estariam prontas para o amor, e, conseqüentemente, para assumirem o papel de esposa:

O encontro harmonioso do príncipe e da princesa, o despertar de um para o outro, é o símbolo do que implica a maturidade: não só a harmonia dentro de nós, mas com o outro. A vinda do príncipe no tempo certo pode ser interpretada como o evento que

*produz o despertar da sexualidade ou o nascimento de um ego mais aprimorado, e isto vai depender do ouvinte; a criança compreende os dois significados.*²⁰

²⁰ BETTELHEIM, Bruno. *A Psicanálise dos contos de fadas*. Trad. Arlene Caetano. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 274.

O beijo representa assim o início de uma nova vida para a mulher. Assim acontece com Bela Adormecida, e o mesmo ocorre com as personagens alencarianas Carlota e Alice.

Sobre os elementos mágicos dos contos de fadas, presentes na obra de José de Alencar, Vera Moraes faz o seguinte comentário: “A recorrência a elementos mágicos presentes nas lendas infantis, não sendo apresentado mais como um pó mágico ou uma varinha de condão, surge através de uma estratégia usada por Alencar que confere magia às práticas do mundo vivido”.²¹

²¹ MORAES, Vera Lúcia Albuquerque de. *Entre Narciso e Eros: a construção do discurso amoroso em José de Alencar*. Fortaleza: UFC, 2005. p.131.

Podemos observar que Alencar retoma elementos dos contos de fadas, a fim de renová-los — tal prática é comum entre escritores românticos brasileiros —, e consegue, dessa forma, inserir a magia do mundo encantado em suas obras.

Há, tanto no discurso amoroso das obras alencarianas quanto no dos contos de fadas, uma espécie de sacralização do beijo. Isto faz com que o ato de beijar perca qualquer possível conotação sensual e passe a ser visto como o encontro de duas almas gêmeas. Podemos identificar, nas obras de Alencar, alguns motivos narrativos dos contos de fadas.

Em *A Pata da Gazela*, por exemplo, é clara a influência do conto de Cinderela, pois o enredo do romance gira em torno da busca pela dona de um sapatinho perdido. Comparemos, a fim de mostrar as semelhanças, passagens dessas histórias. Primeiro, o momento em que o príncipe encantado de Cinderela encontra o sapatinho de cristal:

Quando a noite chegou, ela desejou voltar para casa e o filho do rei quis acompanhá-la pensando, “Não a perderei dessa vez”. Ela, porém, deu um jeito de escapar, mas fugiu com tanta pres-

*sa que deixou cair o sapatinho dourado esquerdo na escadaria. O príncipe apanhou o sapato e no dia seguinte foi até o rei, seu pai, dizendo, "Tomarei por esposa a dama em quem este sapatinho dourado servir".*²²

²² GRIMM. *Op. cit.*, p. 163.

Observemos agora o trecho da obra de Alencar no qual a personagem Horácio, após encontrar a botina deixada por Amélia, examina encantado o objeto:

*Horácio achou o objeto digno de sua séria atenção; e aproximando-se da janela, começou um exame consciencioso. Era uma botina, já o sabemos; mas que botina! Um primor de pelica e seda, a concha mimosa de uma pérola, a faceira irmã do lindo chapim de ouro da Borracheira; em uma palavra a botina desabrochada em flor, sob a inspiração de algum artista ignoto, de algum poeta de ceiró e torquês".*²³

²³ ALENCAR, José de. *A Pata da Gazela*. Fortaleza: Diário do Nordeste, 2001, p.11.

Bettelheim observa que o sapatinho de Cristal, utilizado na versão de Perrault, simboliza a perfeita adequação da noiva ao seu futuro marido. Por ser de cristal, o objeto não estica e é extremamente frágil. Dessa forma, o pé deveria se encaixar perfeitamente no sapato, e isso mostraria ser aquela a mulher ideal.

De acordo com a versão dos Grimm, as duas irmãs de Cinderela, numa tentativa desesperada de assumirem o papel de noiva ideal, mutilam os pés, a fim de forçar o encaixe do sapatinho, mas devido ao sangue que manchava o sapato, o príncipe percebe que nenhuma das duas é a noiva que ele procura, uma vez que elas não apresentam as características desejáveis a uma boa esposa: "Os pés grandes que não cabem no sapato fazem as irmãs mais masculinas que Borracheira, e portanto, menos desejáveis. Querendo desesperadamente conquistar o príncipe, as irmãs fazem tudo para se tornarem mulheres graciosas".²⁴

²⁴ BETTELHEIM. *Op. cit.*, p. 308.

O pé pequenino de Cinderela mostra ao príncipe o quanto a jovem é graciosa e delicada, e isso provoca nele uma imediata atração. Além disso, o jovem já está ciente de que o sapatinho pertence a uma mulher pa-

ciente e honrada, que, durante três noites, conseguiu fugir da tentação e não se entregou de imediato aos seus encantos. É isso que observa Bettelheim:

*Borrallheira é a noiva certa porque livra o príncipe destas ansiedades. Seu pé entra facilmente no lindo sapatinho, mostrando que algo gracioso pode se esconder dentro dele. Não precisa mutilar-se, ela não sangra em nenhuma parte do corpo. Sua fuga repetida mostra que, ao contrário das irmãs, ela não é agressiva na sexualidade, e espera pacientemente ser escolhida.*²⁵

²⁵ *Ibid.*, p. 310.

Podemos novamente destacar: é a beleza e a virtude da mulher que fazem da princesa uma esposa ideal. As princesas representam esse modelo e o mesmo ocorre com as heroínas de Alencar. Mas é a virtude, tanto da mulher quanto do homem, que irá importar realmente no momento da escolha do futuro cônjuge. Apesar de ter se encantado com a beleza e a elegância de Cinderela, o príncipe, apaixonado, não a rejeita quando ela lhe mostra sua verdadeira identidade. Mesmo suja e maltratada, ele sabe que aquela é a noiva certa.

No romance *A Pata da Gazela*, ocorre uma inversão de papéis: é a moça que vai escolher o seu noivo ideal. Tanto Horácio quanto Leopoldo se encantam pelos pés pequeninos da jovem Amélia, mas, para ela, só será digno de seu amor, aquele que apreciá-la por suas virtudes, e não apenas por sua aparência. Daí a necessidade que sente de testar os seus dois pretendentes, fazendo com que acreditem ser ela a dona de um pé deformado.

O noivo mais adequado para ela é Leopoldo, que, mesmo acreditando ser a amada dona de um pé deformado, consegue superar todo o horror que isso lhe causa, e busca ser o escolhido de Amélia: “— Sinto-me capaz de amar o horrível, sinto-me capaz de nutrir uma dessas paixões mártires, de amar o anjo ainda mesmo encarnado no aleijão”²⁶. E, com isso, a heroína chega a uma conclusão: “Esse me ama realmente, a

²⁶ ALENCAR. *A Pata da Gazela*. p.109.

mim, e não a sua fantasia!”²⁷

Dessa forma, podemos concluir que tanto no texto de Alencar quanto no conto infantil, há um encontro perfeito de dois seres que necessitam um do outro para se completarem e alcançarem a felicidade.

Identificamos, no romance *Til*, alguns motivos narrativos dos contos de fadas. Nessa obra, podemos observar semelhanças com o conto *A Bela e a Fera*. O motivo utilizado seria o mesmo dos contos que fazem parte do ciclo do noivo-animal²⁸, muito freqüente nos contos infantis. Bettelheim diz serem diversos os contos que narram a história em que o protagonista, ou pretendente, não se apresenta plenamente humano — é importante deixar claro que, ao falarmos aqui sobre características humanas, iremos nos referir não apenas a aspectos físicos das personagens, mas, também, às suas características comportamentais.

Representar o homem sob a aparência de uma fera que precisa passar por uma transformação, significa mostrar, que para amar, ele precisa saber reprimir seus impulsos e assumir uma atitude mais positiva em relação ao sexo. Deve-se aprender a amar com a alma e não com o corpo. É isso que diz Bettelheim ao tratar dos contos que fazem parte do ciclo do noivo-animal: “São muito mais numerosos e populares os contos que — sem referir-se à repressão que origina uma atitude negativa para com o sexo — simplesmente ensinam que para amar é absolutamente necessário uma modificação radical das atitudes prévias quanto ao sexo”.²⁹

Ora, fica difícil não vermos nessa mentalidade a antecipação de uma característica romântica, que é a de valorizar o amor espiritual. Na literatura romântica, o amor carnal e instintivo se mostra indigno de ser louvado.

Dessa maneira, a mulher deve ser amorosa e paciente, casta e pura para inspirar no homem um amor espiritual e, dessa forma, promover nele uma transformação. Nos contos de fadas, será através do afeto

²⁷ *Ibid.* p. 109.

²⁸ Uma das mais antigas narrativas que fazem parte do ciclo do noivo-animal é o mito de Eros e Psiquê. Na história, a jovem Psiquê acredita estar casada com uma espécie de monstro, e, por isso, passa a temer por sua vida, uma vez que não conhece o rosto do marido.

²⁹ BETTELHEIM. *Op.cit.*, p. 322.

e da devoção da mulher amada que o encanto será desfeito: o sapo, ou a fera, irão se transformar em príncipes. Citaremos aqui, como exemplo, um dos mais conhecidos e comentados contos de fadas: A Bela e a Fera.

Escrito pelos irmãos Grimm, na obra *Contos para a infância e para o lar* (1812), o conto narra a história de uma jovem que, para proteger a vida de seu pai, aceita viver em um castelo com um ser monstruoso. Com o passar do tempo, ela aprende a amar esse ser e, através desse sentimento, consegue quebrar o feitiço. A fera se transforma assim em um belo príncipe que, apaixonado, pede a mão da moça em casamento. A partir desse momento, eles passam a viver felizes e apaixonados.

Em *Til*, de Alencar, temos a personagem Jão Fera, homem bruto e violento, que se transforma cada vez que está em contato com a bela Berta. A moça parece ter o poder de acalmar as feras, pois não é só Jão Fera que se mostra vulnerável aos seus encantos, há ainda a personagem Brás, um jovem com problemas mentais, que só consegue assumir um comportamento mais humano quando está próximo de Berta. Observemos a cena em que Brás consegue, através de muitos esforços, comportar-se de maneira mais adequada durante um almoço com Berta:

*Voltou-se Brás e veio dócil e humilde, acompanhando a indicação do gesto de Berta, colocar-se em frente dela, que, depois de lavar-lhe as mãos e cortar-lhe as unhas, o sentou ao seu lado no banco da mesa. Aí tomou um prato que lhe serviu ela, e comeu com uns modos comedidos, embora um tanto hirtos, que ia copiando da moça. Ninguém diria que fosse este o mesmo lambaz, que na mesa de Galvão metia o queixo na xícara, deixava na toalha uma roda de sobejos, e lambuzava a cara de sopa e manteiga.*³⁰

³⁰ ALENCAR, José de. *Til*. São Paulo: Escala, s/d., p.82.

Como pudemos ver, é clara a presença dos contos de fadas em algumas obras alencarianas. Destacamos,

brevemente, alguns motivos narrativos presentes nessas obras. Vimos também que o discurso dos contos de fadas, em relação ao amor, é o mesmo dos romances românticos, pois, em ambos, temos o amor como salvação e como produto do espírito.

4. Mulheres leitoras e a educação para o casamento

No início do século XIX, os homens não pareciam se interessar em desenvolver nas mulheres o gosto pela leitura. No entanto, com Alencar foi diferente. O autor faz questão de acrescentar, às numerosas qualidades de suas personagens, o interesse pela leitura como sendo uma forma de comprovar serem elas inteligentes e perspicazes. Para o escritor, a mulher ideal deveria ser bela, prendada e inteligente.

É correto falar que a inteligência e a refinada educação das personagens alencarianas faziam delas mulheres à frente de seu tempo. No entanto, devemos destacar que isso não fazia delas mulheres contrárias ao casamento ou mesmo insubmissas aos maridos. Tais personagens podiam ser tomadas como modelos ideais de donas de casa, prontas para assumirem o papel de mãe e de esposa. O amor continua sendo para elas o ideal de felicidade e o casamento a concretização dessa felicidade. Elas se sujeitam aos seus amados não por medo ou por obrigação, mas por amor.

Preferimos ainda acreditar que o grande interesse de Alencar, ao apresentar em suas obras mulheres leitoras, era o de fazer a aproximação necessária entre leitor e obra, provocando ainda mais a identificação, pois ambas compartilhavam da mesma prática. Acreditamos também que Alencar, por ser um homem conservador, tinha sim o interesse de educar suas leitoras para o casamento: ensinando-as através de suas narrativas. Para comprovar o que dissemos, vejamos alguns exemplos.

Começemos pela personagem Emília, da obra *Diva*. Vejamos como o autor a descreve:

*Lia muito, e já de longe penetrava o mundo com olhar perspicaz, embora através de ilusões douradas. Sua imaginação fora a tempo educada: ela desenhava muito bem, sabia música e a executava com mestria, excedia-se em todos os mimosos labores de agulha, que são prendas de mulher.*³¹

³¹ ALENCAR, José de. *Diva*. São Paulo: Martin Claret, 2005. p.39.

Podemos ver que a educação e a inteligência da personagem não fazem com que ela deixe de lado as prendas domésticas, ao contrário, por ser prendada, ela se torna ainda mais admirável e virtuosa aos olhos do narrador.

Já na personagem Lúcia, protagonista do romance *Lucíola*, vemos claramente como se dá a identificação entre personagem e leitora — interessante observarmos que essa identificação se dá dentro do universo ficcional, pois é a própria personagem Lúcia quem se identifica com as heroínas dos romances que lê. As leituras feitas pela personagem não são feitas de forma passiva, pois têm sobre ela um efeito impressionante. Lúcia, por mais de uma vez, se identifica com as heroínas dos romances. Em alguns momentos, as personagens representam o que ela gostaria de ser — um modelo que deveria ser imitado:

Escolhi outro livro para distraí-la; lia a Atala e Chateaubriand, que ela ouviu com uma atenção religiosa. Chegando a essa passagem encantadora em que a filha de Lopes declara ao jovem selvagem que nunca será sua amante, embora o ame como a sombra da floresta nos ardores do sol, Lúcia passou as mãos sobre os meus olhos dizendo-me:

³² ALENCAR, José de. *Lucíola*. São Paulo: Três, 1972. p. 218.

— *Não podíamos viver assim?*³²

Em seu artigo “Agulhas, bordados e livros: o projeto de formação de mulheres leitoras na obra de José de Alencar”, Socorro Acioli fala sobre a prática da leitura presente em alguns romances de Alencar — *Diva*, *Ex-Homem*, *Lucíola* e *Senhora* — e nos diz que:

Essas quatro mulheres, Emília, Gabriela, Lúcia e Aurélia,

*são uma pequena amostra do que Alencar pretendia ensinar às mulheres: uma prática de leitura crítica, modificadora, participativa. A mulher leitora não precisava deixar de ser prendada e ao mesmo tempo, para ser prendada, não precisava ignorar o mundo literário.*³³

Concordamos com a autora, ao dizer que Alencar queria, através de suas personagens leitoras, educar as mulheres para que estas fizessem uma leitura mais crítica e participativa; também concordamos que era de interesse do autor educá-las para que fossem mulheres prendadas e boas donas de casa.

É importante deixar claro que, se Alencar desejava que as mulheres se tornassem mais cultas e leitoras, isso não significa que fizesse parte de seus propósitos que elas deixassem de lado o marido ou que esquecessem seus afazeres domésticos. Para ele, como já havíamos falado, a mulher ideal devia ser culta, educada, prendada e dedicada ao marido.

Ensinar através da ação, ou exemplos, sempre pareceu ser uma maneira bastante eficaz. Podemos dizer que é na identificação do leitor com a personagem que está, se não o principal, um dos principais meios de educá-lo.

Podemos notar que algumas personagens dos contos de fadas e dos romances de José de Alencar servem, de alguma forma, de modelos de virtude a serem imitados. Acreditamos ser possível enxergar, através dessas personagens, a intenção que havia de se educar a mulher para o casamento. Tal educação é feita pela ação, uma vez que o processo se dá pela narrativa, por isso o que será observado é o comportamento das heroínas. Também se deve destacar o epílogo de suas histórias, pois a recompensa ou o castigo é um fator muito relevante para a educação da leitora de tais obras.

As heroínas românticas, assim como as princesas dos contos de fadas, representam, para o futuro esposo, duas funções básicas: a primeira seria a de objeto de prazer, daí o destaque dado à beleza dessas perso-

³³ In: MORAES, Vera e REMÍGIO, Ana (Org.). *Discurso e memória em Alencar*. Fortaleza: Pós-Graduação em Letras/Literatura Brasileira (UFC), 2004. (Série Releituras de Alencar). p. 126.

nagens; e a segunda é o da organização familiar — é ela quem vai cuidar da casa e dos filhos para que ele possa cumprir suas obrigações fora do ambiente doméstico — daí elas serem representadas como mulheres virtuosas e prendadas. Sônia Salomão Khéde fala sobre as funções que as princesas dos contos de fadas representam, — podemos observar como tais características também se aplicam às heroínas românticas de Alencar:

As princesas são caracterizadas pelos atributos que marcam a passividade e a sua função social como objeto do prazer e da organização familiar. Belas, virtuosas, honestas e piedosas, elas merecerão como prêmio o seu príncipe encantado (Bela Adormecida, Gata Borrallheira). Ai daquelas que desobedecerem ao modelo clássico de virtude. Serão condenadas para sempre.³⁴

³⁴ KHÉDE, Sônia Salomão. *Personagens da literatura infanto-juvenil*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 22.

Não é difícil identificar as características de esposa ideal nas protagonistas dos contos de fadas. Como exemplo, falemos brevemente sobre as personagens de dois dos mais populares desses contos: Branca de Neve e Cinderela.

Em relação à função que tais personagens assumem como objeto de prazer, podemos dizer que a beleza física é uma qualidade que se destaca nas heroínas desses contos, pois ambas são belíssimas e conseguem, através de sua aparência, causar efeitos espantosos nos homens:

“Céus! Que menina mais formosa!” Ficaram encantados ao vê-la, e tomaram todo cuidado para não despertá-la”.³⁵ (Branca de Neve)

³⁵ GRIMM. *Op. cit.*, p.90.

“E quando ela chegou, todos se admiraram de sua beleza: o filho do rei, que estava à sua espera, pegou-a pela mão e dançou com ela”.³⁶ (Cinderela)

³⁶ *Ibid.* p.162.

Sobre a segunda função — de objeto de organização familiar — podemos observar que as duas personagens também se mostram exemplares, pois ambas

são submissas, bondosas e prendadas.

Segundo a versão dos Grimm, enquanto os anões saem para trabalhar, Branca de Neve fica responsável por cuidar da casa e mantê-la em ordem; Cinderela, por muito tempo, assume os afazeres domésticos. Prendada e submissa, era ela quem cuidava de sua casa: “Ali era obrigada a trabalhar duro; levantar antes do dia clarear, trazer água, acender o fogo, cozinhar e lavar”.³⁷

³⁷ *Ibid.*, p.159.

É importante deixarmos claro que nem Branca de Neve nem Cinderela parecem sofrer por terem de cumprir essas obrigações. O sofrimento das personagens resulta mesmo é das humilhações e perseguições que elas sofrem por parte de suas madrastas.

Sendo essas duas funções tão valorizadas pelo homem, podemos observar que os textos, que buscam representar a mulher ideal, farão uso constante dessas características em suas personagens exemplares.

Na primeira carta que São Paulo dirige aos Coríntios, por exemplo, encontramos diversos conselhos dados à mulher: que fosse prendada, recatada, casta etc. O que podemos observar é que tais ensinamentos foram retomados pelos clérigos, durante a Idade Média em seus textos, os quais apareciam em forma de manuais.

Vejamos como esses mesmos ensinamentos foram passados às leitoras de Alencar, dessa vez, através do comportamento exemplar de suas personagens.

Um dos mais importantes deveres atribuídos à esposa, nos aludidos manuais, era o de amar o marido: “Da mulher é obrigação primeira, acima de tudo, amar o marido: a exortação ao amor (*dilectio*) inaugura constantemente, e em alguns casos resume, os deveres da mulher em relação ao esposo”.³⁸

Na obra de Alencar, uma das personagens que melhor representa o dever de amar o marido/companheiro é Carlota, do romance *Cinco Minutos*. A personagem é quem primeiro se apaixona, fato não muito comum nas histórias românticas. Através de cartas, ela vai declarando seu amor pelo narrador da história cujo

³⁸ KLAPISCH-ZUBER, Christiane (Org.) *História das mulheres no Ocidente: A Idade Média*. Trad. Ana Losa Ramalho, Egípto Gonçalves, Francisco Geraldês Barba, José S. Ribeiro, Katharina Rzepka e Teresa Joaquim. São Paulo: Afrontamento, 1990. p.149.

nome não é revelado; afirma amá-lo intensamente e, por isso, tenta evitar uma aproximação, pois isso poderia, no futuro, causar sofrimentos ao seu amado. O fato é que a personagem está condenada a morrer, pois está muito doente, e, por ter consciência disso, abre mão de viver um grande amor: “Se me oculto, se fujo, é porque há uma fatalidade que a isto me obriga. E só Deus sabe quanto me custa esse sacrifício, porque o amo”.³⁹

³⁹ ALENCAR., *Cinco Minutos e A Viuvinha*. p.19.

Em certo momento da obra, Carlota afirma para o seu amado serem os dois partes de uma só alma — o Romantismo cultivava essa imagem do amor eterno e fiel: “Tu dizes que me amas; eu o creio; eu o sabia antes mesmo que me disseses. As almas como as nossas quando se encontram, se reconhecem e se compreendem”.⁴⁰

⁴⁰ *Ibid.*, p.24

O que causa maior dor na personagem não é o fato de ela estar condenada à morte, e sim o de não poder viver esse grande amor. O amor que sente é tão forte que a salva. O desejo que tem de viver é que faz com que ela vença a morte: “De repente ela ergueu a cabeça. Se visse, minha prima, que reflexo de felicidade e alegria iluminava nesse momento o seu rosto pálido! — Oh! Quero viver! Exclamou ela”.⁴¹

⁴¹ *Ibid.*, p.47

A partir daí, a personagem renasce para a felicidade e passa a se dedicar ao seu companheiro. Pelo que vimos, acreditamos que o dever de amar o marido está bem representado em Carlota. Através dela, a leitora perceberá que o amor é capaz de vencer qualquer obstáculo — até mesmo a morte — e também entenderá que, amando intensamente o seu marido, será recompensada, assim como foi a personagem.

Um outro dever atribuído às esposas na literatura clerical e também nos romances de Alencar é o de ser fiel. O clérigo Tiago de Varazze, em um de seus sermões, diz o seguinte: “Aquela mesma virtude, que antes do matrimônio se chamava virgindade, não se perde, antes se conserva e nos cônjuges toma o nome de castidade matrimonial”⁴². Antes de se casar, a mulher

⁴² *Apud* KLAPISCH-ZUBER. *Op. cit.*, p. 152.

deve ser casta e, depois do casamento, essa castidade será reafirmada através da fidelidade que ela deverá dedicar ao marido. Tomemos como exemplo de fidelidade a personagem Carolina, do romance *A Viúvinha*.

Interessante do comportamento da personagem é que, mesmo acreditando estar viúva, Carolina permanece fiel ao seu marido e faz questão de vestir-se de preto para externar sua dor e evitar a aproximação dos possíveis pretendentes:

*O vestido preto era o símbolo de uma decepção cruel; era a cinza de seu primeiro amor; era uma relíquia sagrada que respeitaria sempre. Enquanto ele a cobrisse, parecia-lhe que nenhuma afecção penetraria o seu coração e iria profanar o santo culto que votava à imagem de seu marido.*⁴³

⁴³ ALENCAR. *Cinco Minutos e A Viúvinha*. p. 92.

A importância que o marido dava à fidelidade de sua esposa pode ser bem representada pela figura de Jorge — marido de Carolina. Após cortejar sua esposa durante meses, sem revelar-lhe sua identidade — uma vez que estava sempre oculto por sombras —, ele decide pôr à prova a fidelidade de sua amada: só lhe diria a verdade, se ela permanecesse fiel à sua memória: “Se tivesses esquecido teu marido para amar-me sem remorso e sem escrúpulo, eu estava resolvido... a fugir-te para sempre”.⁴⁴

⁴⁴ *Ibid.*, p.98.

A personagem, como o próprio narrador afirma, soube ser fiel como poucas mulheres conseguiriam: “Amava e combatia esse amor, que julgava perfídia. Uma esposa virtuosa, presa de alguma paixão adúltera, não sustenta uma luta mais heróica do que a dessa menina contra o impulso ardente do seu coração”⁴⁵. No fim, a esposa virtuosa é novamente recompensada e consegue ser feliz ao lado de seu marido.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 94.

Um outro papel atribuído à esposa, nos manuais de casamento, é o de redimir o marido, ou seja, segundo os clérigos, era dever da mulher orientar seu esposo para que este deixasse de lado seus vícios e defeitos e encontrasse na religião o caminho da salvação.

O clérigo Tomás de Chobham, no texto retirado do *Summa Confessorum*, fala sobre essa obrigação feminina:

*Elas devem ser pregadoras junto dos maridos; cada esposa, de facto, no quarto de cama e enquanto abraça o marido, deve falar-lhe docemente; se ele é cruel, impiedoso e opressor dos pobres, deve convidá-lo à misericórdia; se é rapinante, deve deprecar as suas rapinas; se é avarento deve incitá-lo à generosidade e a dar esmolas, discretamente, dos bens comuns.*⁴⁶

⁴⁶ In: KLAPISCH-ZUBER. *Op. cit.*, p.156.

Na primeira carta que dirige aos Coríntios, São Paulo (7:14) já dizia que a redenção do cônjuge dependia, muitas vezes, do companheiro: “Porque o marido descrente é santificado pela mulher, e a mulher descrente é purificada pelo marido. Doutra sorte, os vossos filhos seriam imundos; mas, agora, são santos”.⁴⁷

⁴⁷ In: BÍBLIA SAGRADA. Trad. João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995. p. 1173.

O Romantismo também assimilou esse preceito. A redenção através do amor é tema recorrente na obra de alguns autores, entre eles, destacamos José de Alencar. Seixas, protagonista de *Senhora*, através do amor que passa a sentir por sua esposa, transforma-se em um homem mais responsável e digno, e, após essa mudança, consegue ser feliz ao lado de sua esposa, que decide perdoá-lo.

Depois de perceber que o marido havia se transformado, Aurélia, protagonista da história, também sofre uma mudança: abandona a pose de senhora, e assume o papel de esposa submissa: “Pois bem, agora ajoelho-me eu a teus pés, Fernando, e suplico-te que aceites meu amor, este amor que nunca deixou de ser teu, ainda quando mais cruelmente ofendia-te”.⁴⁸

⁴⁸ ALENCAR, José de. *Senhora*. São Paulo: Martin Claret, 2004, p.236.

Um outro exemplo que podemos destacar, na obra alencariana, é o de Jorge, personagem do romance *A Viúvinha*. Ele, após viver uma vida desregrada e desperdiçar toda a herança deixada por seu pai, apaixonase pela bela e casta Carolina, e, a partir do momento em que a conhece, transforma-se em um homem mais maduro, simples e responsável:

Já não era o mesmo homem: simples nos seus hábitos e na sua existência, ninguém diria que algum tempo ele tinha gozado de todas as voluptuosidades do luxo; parecia um moço pobre e modesto, vivendo do seu trabalho e ignorando inteiramente os cômodos da riqueza.

*Como o amor purifica, D...! Como dá forças para vencer instintos e vícios contra os quais a razão, a amizade e os seus conselhos severos foram impotentes e fracos!*⁴⁹

⁴⁹ ALENCAR. *Cinco Minutos e A Viuvinha*. p.56.

É importante deixarmos claro que a idéia da redefinição através do amor é uma característica romântica. Os preceitos dirigidos ao casal, através dos textos religiosos, ensinavam que o cônjuge deveria buscar a conversão do companheiro através da fé. Dessa forma, era a fé, e não o amor, o elemento transformador. No entanto, o que destacamos é que há elementos que aproximam essas duas mentalidades, pois em ambas vemos o quanto é importante, e quase sagrado, o dever de levar o companheiro(a) a evoluir e a tornar-se uma pessoa melhor.

Nos contos de fadas, o herói ou heroína também costuma sofrer uma transformação através do amor: a superação de obstáculos leva tais personagens a evoluírem e, dessa forma, eles se tornam dignos do casamento feliz.

Na carta que dirige a Tito, São Paulo (2:4-5) dá as seguintes orientações às mulheres: "...Para que ensinem as mulheres novas a serem prudentes, a amarem seus maridos, a amarem seus filhos, a serem moderadas, boas donas de casa, sujeitas a seu marido, a fim de que a palavra de Deus não seja blasfemada".⁵⁰

⁵⁰ In: BÍBLIA SAGRADA. *Op. cit.*, p. 1227.

Observemos que São Paulo deixa claro que as mulheres devem ser boas donas de casa. Na literatura clerical da Idade Média, também vemos a preocupação que os autores tinham de ensinar às mulheres o dever de serem prendadas. É isso que observa Silvana Vechio, em seu artigo "A boa esposa", quando nos diz que, segundo os textos clericais, o ambiente natural da mulher é o doméstico, e que esta deve saber amar

e cuidar desse ambiente:

*A casa apresenta-se portanto como o espaço da actividade feminina; actividade de administração dos bens e de regulamentação do trabalho doméstico confiado a servos e criadas, mas também actividade num trabalho desenvolvido directamente: a dona de casa fia e tece, trata e limpa a casa, ocupa-se dos animais domésticos, assume os deveres de hospitalidade relativamente aos amigos do marido, além de, naturalmente, cuidar dos filhos e dos servos.*⁵¹

⁵¹ In: KLAPISCH-ZUBER. *Op. cit.*, p.169.

Nas obras alencarianas, o que não faltam são exemplos de mulheres prendadas. Mesmo aquelas que, em um primeiro momento, pareçam não se encaixar nesse perfil, como, por exemplo, a protagonista de *Lucíola*, no fundo, o que elas mais desejam é assumir o tão desejado papel de “rainha do lar”. Vejamos o exemplo da personagem citada.

Lúcia, apesar de levar uma vida de luxúria, sonha em ter marido, casa e filhos para poder cuidar. O narrador faz questão de mostrar o quanto a personagem sofre por levar uma vida diferente daquela desejada pelas mulheres honestas da sociedade. Em certa passagem da obra, a personagem, depois de passar um dia inteiro cuidando da casa e de seu companheiro, faz a seguinte declaração: “Foi o dia mais feliz de minha vida”⁵².

⁵² ALENCAR. *Lucíola*. p. 220.

O que nos parece é que o autor tinha a intenção de educar sua leitora para que esta desejasse assumir o papel de boa esposa e dona de casa. Lúcia, no caso, seria um exemplo a não ser seguido: o sofrimento da personagem e o seu final trágico mostram que para a mulher conseguir a felicidade, ela deverá ser casta, virtuosa, honesta, prendada etc. Caso contrário, não alcançará o tão sonhado final feliz.

De acordo com o que vínhamos tratando até o momento, podemos afirmar que, tanto as personagens românticas alencarianas quanto as princesas dos contos de fadas, para merecerem um casamento feliz, pre-

cisam se apresentar como modelos de virtude. Daí a necessária evolução que algumas dessas personagens sofrem no decorrer das histórias.

Vera Lúcia Albuquerque de Moraes faz um comentário bastante pertinente em relação à virtude necessária às personagens alencarianas candidatas ao casamento. Leiamos suas palavras:

*Na obra de Alencar, a força moral é condição essencial à personagem candidata ao casamento: enquanto vacilar diante de situações consideradas aviltantes — como as relacionadas ao dinheiro —, a personagem não conseguirá atingir o perfil exigido para um casamento nos moldes do amor romântico. No romance A Viuvinha, o casamento de Jorge e Carolina se realiza, mas não é logo consumado porque o noivo não apresenta a condição essencial exigida por José de Alencar — a retidão moral —, uma vez que havia desperdiçado toda a herança amealhada por seu pai, ao longo de trinta anos de trabalho...*⁵³

⁵³ MORAES. *Op. cit.*, p. 95.

Para finalizar, destacaremos agora um modelo ideal de virtude feminina, personagem que traz em si todas as qualidades desejadas a uma boa esposa. Essa personagem é Alice, protagonista do romance *O Tronco do Ipê*. Ela parece concentrar todas as qualidades que a sociedade burguesa do século XIX desejava de uma mulher: prendada, simples, honesta, paciente, amorosa, boa filha etc.

Observemos as palavras do narrador ao caracterizar a personagem: “Alice era a menina brasileira, a moça criada no seio da família, desde muito cedo habituada à lida doméstica e preparada para ser uma perfeita dona de casa”⁵⁴. Alice seria um exemplo da personagem pura. A vida no campo foi o que fez com que ela não tivesse contato com os vícios da sociedade, daí ser ela esse modelo de virtude.

⁵⁴ ALENCAR. *O Tronco do Ipê*, p.132.

Poderíamos mesmo afirmar que as personagens românticas aqui citadas parecem tiradas dos contos de fadas. Pois, assim como as princesas dessas histórias, elas representam o modelo de esposas ideais — se-

gundo os padrões da sociedade burguesa do século XIX — e, através de suas condutas exemplares, servem como um ideal a ser admirado e seguido pelas leitoras. Devemos assinalar que, enquanto os romances destinam-se a educar as leitoras adultas, os contos de fadas se voltam às meninas leitoras.

5. “...E foram felizes para sempre”

Segundo o historiador suíço Denis de Rougemont, o casamento na sociedade moderna perdeu a garantia de coerções sociais e passou a se basear em decisões individuais. O autor afirma que “o casamento tem realmente por base uma idéia individual de felicidade, idéia que se supõe, na melhor das hipóteses, comum aos dois cônjuges”.⁵⁵

O autor também observa o quanto é incoerente pensar que a felicidade dependa do casamento. Para ele, não existe uma “fórmula mágica” que garanta a conquista da felicidade: “Basear o casamento nesse tipo de ‘felicidade’ pressupõe uma capacidade de tédio quase mórbida — ou então uma intenção secreta de trapacear”.⁵⁶

Sabemos que esse conceito de casamento como um pré-requisito para a felicidade é uma idéia romântica. Sabemos também que essa mentalidade pode ser observada em muitos textos que apresentam histórias de amor. Observemos o célebre final que se repete nos contos de fadas:

“...E celebrou-se então o casamento do príncipe com Bela Adormecida e eles viveram felizes para sempre”.⁵⁷

“Então eles viajaram até o reino dele onde ela se tornou sua esposa, e eles ficaram felizes e contentes para sempre”.⁵⁸

Leiamos agora um dos trechos finais da já comentada obra de Alencar *Cinco minutos*:

Aí abrigamos o nosso amor e vivemos tão felizes que só pedimos a Deus que nos conserve o que nos deu; a nossa existência é um

⁵⁵ ROUGEMONT, Denis de. *História do amor no Ocidente*. Trad. Paulo Brandi e Ethel Brandi. 2. ed. São Paulo: Ediouro, 2006. p. 375.

⁵⁶ *Ibid.*, p.376.

⁵⁷ GRIMM. *Op. cit.*, p.45.

⁵⁸ *Ibid.*, p.265.

⁵⁹ ALENCAR. *Cinco minutos e A viuvinha*. p.48.

⁶⁰ D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002. p.230.

⁶¹ PRIORE, Mary Del. *História do amor no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.171.

*longo dia, calmo e tranqüilo, que começou ontem, mas que não tem amanhã.*⁵⁹

Podemos observar o quanto os textos apresentados se assemelham, principalmente por mostrarem o casamento como uma condição para a felicidade dos heróis. No entanto, o que se sabe é que as mulheres brasileiras viviam uma realidade bem diferente daquela apresentada nos romances alencarianos e nos contos de fadas.

Durante o século XIX, as mulheres, vigiadas pelos maridos e pela sociedade, passaram a assumir um papel cada vez mais importante para a família, uma vez que, além de cuidarem da casa, dos filhos e do marido, era a elas que cabia preservar a boa imagem do lar. Houve então uma redefinição do papel feminino na sociedade, e muitos foram os meios que se interessaram pela educação e o cuidado da mulher. Além da literatura, podemos citar os meios médicos e educativos de uma maneira geral:

*Percebe-se o endosso desse papel por parte dos meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visavam “educar” a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família — a medicina, por exemplo, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos.*⁶⁰

Para as mulheres brasileiras, o amor romântico fazia parte apenas do mundo ficcional. No dia-a-dia, os homens não pareciam se importar com regras de gentileza para conquistá-las. Mary Del Priore comenta a dura vida dessas mulheres no século XIX, as quais se casavam jovens, e cedo se desgastavam com os afazeres e problemas domésticos:

Relegadas na maioria das vezes ao convívio com escravas, elas levavam uma vida inteiramente material. Casavam-se cedo, logo se transformando pelos primeiros partos, perdendo assim os poucos atrativos que podiam ter tido. Os maridos apressavam-se em

⁶² SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 98-99.

*substituí-las por escravas negras ou mulatas.*⁶¹

Gilda de Mello e Souza também observa que o conceito romântico de casamento, presente nos romances, está muito distante da realidade vivida pelas mulheres casadas do século XIX. Uma vez que esses textos não costumavam mostrar as dificuldades passadas por elas após o casamento: cuidar da casa, ter muitos filhos — em uma época em que dar à luz era correr riscos de vida —, obedecer às ordens do marido, entre outras coisas mais. Observemos as palavras da autora:

*E se a maioria dos romances femininos dessa época (...) termina nesse momento almejado, é talvez porque aí começava uma série de desencontros na correspondência afetiva, cuja análise chocaria a moral puritana. Nem poderia ser de outro modo quando os tabus rigorosos relacionados com as questões sexuais abandonavam as mulheres, sem nenhum preparo, à experiência do casamento; quando a realidade dos filhos, multiplicando-se cada ano com o perigo sempre crescente dos partos, era bem diversa da atmosfera de fantasia que povoava de heróis o devaneio da mocinha.*⁶²

Ora, se o casamento era a única alternativa que restava à mulher no século XIX; e, se para o homem era tão importante ter ao seu lado uma companheira “feliz com a sua condição natural de servidão”, por que então não levar essa mulher a pensar da forma que mais se adequasse à sociedade da época? Por que não fazê-la acreditar que poderia viver da mesma forma que as heroínas que tanto admirava e até imitava? E por fim, por que não levá-la a acreditar na idéia romântica de que, só casando, teria condições de ser feliz para sempre?

Conclusão

Acreditamos que sensibilizar as leitoras para que

se sentissem mais felizes no papel de esposas, e para que vissem, em suas obrigações de dona de casa, a sua principal função na sociedade é um dos principais motivos do célebre epílogo “...Então eles casaram e foram felizes para sempre.”

Creemos ter conseguido, através de nossa pesquisa, alcançar o nosso objetivo, mostrando que a máxima de Horácio também pode ser aplicada aos romances de Alencar e aos contos de fadas, uma vez que além de proporcionarem às suas leitoras um entretenimento para os momentos ociosos, os textos em exame também mostraram ser, para elas, um eficaz instrumento de educação.

Referências

ACIOLI, Socorro. Agulhas, bordados e livros: o projeto de formação de mulheres leitoras na obra de José de Alencar. In: MORAES, Vera e REMÍGIO, Ana (Org.). *Discurso e memória em Alencar*. Fortaleza: Pós-Graduação em Letras/Literatura Brasileira (UFC), 2004. (Série Releituras de Alencar).

ALENCAR, José de. *A Pata da Gazela*. Fortaleza: Diário do Nordeste, 2001.

_____. *Cinco minutos e A vivinha*. São Paulo: Escala, s/d.

_____. *Como e porque sou romancista*. 2 ed. São Paulo: Pontes, 2005.

_____. *Diva*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. *Lucíola*. São Paulo: Três, 1972. (Obras imortais de nossa literatura).

_____. *O tronco do ipê*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. *Senhora*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. *Til*. São Paulo: Escala, s/d.

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Trad. Arlene Caetano. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BÍBLIA SAGRADA. Trad. João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COELHO, Nelly Novaes. *O conto de fadas*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1991.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

GRIMM, Wilhelm e Jacob. *Contos de fadas*. Trad. Celso M. Paciornik. 4. ed. São Paulo: Iluminuras, 2002.

HORÁCIO. Arte Poética: Epistula ad Pisones. In: ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A poética clássica*. Trad. Jaime Bruna. 12. ed. São Paulo. Cultrix, 2005.

KHÉDE, Sônia Salomão. *Personagens da literatura infanto-juvenil*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. A Idade Média. Trad. Ana Losa Ramalho, Egípto Gonçalves, Francisco Gerales Barba, José S. Ribeiro, Katharina Rzepka e Teresa Joaquim. São Paulo: Afrontamento, 1990.

LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. *Formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.

MORAES, Vera Lúcia Albuquerque de. *Entre Narciso e Eros*: a construção do discurso amoroso em José de Alencar. Fortaleza: UFC, 2005.

MILL, Stuart. *A sujeição das mulheres*. Trad. Débora Ginza. São Paulo:

Escala, s/d (Grandes obras do pensamento universal).

NITRINI, Sandra. *Literatura comparada: história, teoria e crítica*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

PERRAULT, Charles. *Histórias ou contos de outrora*. Trad. Renata Cordeiro. São Paulo: Landy, 2004.

PRIORE, Mary Del. *História do amor no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ROUGEMONT, Denis de. *História do amor no ocidente*. Trad. Paulo Brandi e Ethel Brandi. 2. ed. São Paulo: Ediouro, 2006.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. 7. ed. São Paulo: Global, 1987.

Imagens da mulher na literatura e na imprensa no Brasil oitocentista¹

Angela M. S. M. Taddei
Cynthia Turack
Lucia M. A. Ferreira

Resumo: Este artigo aborda memórias de mulheres no Brasil do século XIX através da análise do discurso literário em *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, e do discurso da imprensa em *O sexo feminino* (1873); *A mãe de família* (1879) e *A família* (1890).

Palavras-chave: Memórias. Mulheres. Discurso. Imprensa e Literatura.

Abstract: This article approaches memories on women in 19th century Brazil by means of the analysis of literary discourse in *O cortiço* (1890), by Aluísio Azevedo, and of press discourse in *O sexo feminino* (1873), *A mãe de família* (1879) and *A família* (1890).

Keywords: Memories. Women. Discourse. Press and Literature.

Angela M. S. M. Taddei. Mestre PPGMS UNIRIO.

Cynthia Turack. Mestre PPGMS UNIRIO/CAPES.

Lucia M. A. Ferreira. Professora Doutora PPGMS UNIRIO.

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto Representações no Discurso Midiático, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social UNIRIO, apoiado pelo CNPq.

Mulher, Brasil, século XIX: a articulação dessas três noções desencadeia em nós, habitantes do século XXI, uma profusão de imagens do feminino. Essas imagens — no sentido mais amplo do termo, para além da iconicidade — se ancoram em diferentes discursos: a iconografia de um Debret, por exemplo, que registrou, em seu traço, o cotidiano das gentes da Corte; as impressões e perplexidades dos viajantes estrangeiros face ao nosso modo de ser declinado no feminino; os folhetins da imprensa e suas heroínas românticas; os textos literários e alguns de seus personagens emblemáticos como a donzela tímida, a matrona bem-posta, rodeada de mucamas, a ama-de-leite escrava, a prostituta generosa. Todas essas figuras da mulher estão inscritas em nosso imaginário social, cristalizadas em discursos identitários, muitas vezes beirando a estereotipia.

Nosso trabalho pretende reconstruir uma memória social das identidades femininas do século XIX no Brasil, tendo como ponto de partida o discurso da literatura e o discurso da imprensa, tomados como *lugares de memória* na acepção de Pierre Nora². Os *lugares*, assim referidos, não se conectam necessariamente à geografia. Além dos arquivos, bibliotecas e museus — casas de memória e poder³, guardiães do patrimônio material e imaterial de um certo grupo social em um certo espaço-tempo — outras instâncias, em diversificados suportes, registram, fixam e preservam o que deve, pode e precisa ser lembrado. A literatura e a imprensa, favorecidas pelo teor de permanência dos enunciados escritos, apresentam-se como espaços privilegiados de fixação do memorável.

Literatura e imprensa no século XIX: uma notícia breve

No Brasil oitocentista, os vínculos entre o texto literário e o texto jornalístico mostravam-se bastante estreitos: muitos articulistas de jornais eram ou se tor-

² NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, PUC-SP, dez.93.

³ CHAGAS, Mario. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org), *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, 2005.

naram escritores consagrados. A atuação de José de Alencar, primeiro na seção forense e, em seguida, como cronista no *Correio Mercantil*, é um dos exemplos desta estreita relação. Suas crônicas na seção Ao Correr da Pena de 1854 a 1855 refletem os interesses, os comportamentos e as mudanças por que passava a sociedade do Rio de Janeiro. Em 1856, transfere-se para o *Diário do Rio de Janeiro*, onde viria a ser redator-chefe e publicaria, além das crônicas, o romance *Cinco minutos*. Da mesma forma, a atuação de Machado de Assis, tanto como cronista e romancista, quanto como crítico, reflete a estreita relação entre a imprensa e a literatura oitocentistas. Machado foi freqüente colaborador em o *Diário do Rio de Janeiro*, *A Semana Illustrada*, *O Globo*, *Gazeta de Notícias*, *O Cruzeiro*, *Semana Illustrada*, *Jornal das Famílias*, tendo escrito para vários periódicos ao mesmo tempo⁴.

A existência desse duplo papel de jornalista/escritor se deveu não apenas ao fato de o discurso jornalístico não ter encontrado ainda sua especificidade, mas também porque o jornal se constituía, via folhetim, num veículo de publicação de obras literárias, numa alternativa viável diante de um mercado editorial ainda incipiente. Mas esta relação tinha mão dupla e dela se beneficiou a imprensa, impulsionada pelo sucesso dos folhetins e o conseqüente aumento da venda de suas edições.

A estreita vinculação entre literatura e imprensa não se configurou somente nos periódicos de público mais amplo. No final do século XIX, acompanhando as tendências européias, surgiu no Brasil a imprensa feminina, inaugurando não apenas um novo espaço público em que se falava à mulher, mas também um espaço de expressão para a palavra da mulher. Vários jornais e revistas foram publicados por associações literárias femininas, abrindo-se, então, para as mulheres a possibilidade de atuar no jornalismo e na literatura, redutos majoritariamente marcados pelo protagonismo masculino. No entanto, no âmbito restrito da

⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder — o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

imprensa feminina, eram enunciadas falas que ecoavam condições de produção e formações discursivas díspares. Se, por um lado, algumas publicações tentavam normatizar os papéis sociais de esposa, mãe e dona de casa, como, por exemplo, os periódicos *Jornal das Famílias* e *A Mãe de Família*, em outras era possível ouvir veementes argumentos favoráveis à emancipação da mulher e ao direito ao voto, como no periódico *O sexo feminino*, e mesmo no *A família*.

Das bases teóricas

Se nosso propósito é reconstruir uma memória das identidades femininas presentes no discurso literário e no discurso jornalístico do final do Oitocentos, há que se explicitar as escolhas teóricas que instrumentalizarão nosso percurso. A saber, as categorias de memória, identidade e discurso.

O conceito de memória que alicerçará nossa reflexão se inspira nas formulações teóricas de Maurice Halbwachs que, em 1925, ao publicar *Les cadres sociaux de la mémoire*, sublinhou que a memória, longe de ser uma reconstituição fidedigna de acontecimentos pretéritos — ambição inalcançável de uma certa história —, configura-se como uma construção seletiva, no jogo dialético entre o lembrar e o esquecer. Enquanto atividade urdida no presente e voltada para uma outra dimensão temporal — seja o passado, seja o futuro —, o fenômeno da memória, permeado de historicidade, é mutante e plural: pressupõe supressões, acréscimos, expurgos e revalorizações. Assim, tentaremos mapear uma dentre muitas das memórias possíveis das mulheres brasileiras do Oitocentos.

Por outro lado, o conceito de identidade a ser por nós endossado se afasta do de sujeito do Iluminismo relatado por Hall⁵, cujos traços são a centralidade, a imutabilidade e o essencialismo, e se aproxima da noção de identidade fragmentada, múltipla e cambiante que inaugura o pós-moderno. E embora tenhamos que

⁵ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

nos haver com recortes discursivos de um espaço-tempo — o Brasil oitocentista — em que a identidade feminina era biologicamente definida, socialmente acessória e politicamente irrelevante, estaremos à procura de espasmos de não-conformidade.

No que diz respeito ao discurso, vamos privilegiar o conceito de Pêcheux⁶ que preconiza o discurso como acontecimento, ou seja, marcado por aspectos sociais e históricos específicos e pela ideologia predominante no momento em que o sujeito enuncia. Não obstante sua complexidade, torna-se possível nos aproximarmos do acontecimento discursivo por intermédio dos registros textuais, nos quais prevalece o pressuposto da língua. Dito em outras palavras, para procedermos à análise de recortes discursivos, devemos considerar sua materialidade lingüística, pois é a partir dela que identificamos as formações discursivas prevalentes. Foucault⁷ define formação discursiva como os diferentes modos possíveis de se discursivizar determinado objeto, levando-se em consideração os espaços sociais, históricos e ideológicos nos quais o sujeito enunciador está inserido. A ideologia, imprescindível para o conceito de formação discursiva, é entendida aqui como a visão de mundo de certo grupo social localizado em certo espaço-tempo. Em outras palavras, a ideologia (ou as ideologias) é (são) uma forma de significação. Em meio aos discursos elencados neste artigo, podemos considerar algumas formações ideológicas presentes nas formações discursivas que constroem sentidos sobre as mulheres do Oitocentos: em síntese, formações discursivas geradas pela ciência, pela religião e pelos movimentos libertários do final do século XIX.

Uma vez delimitado o arcabouço teórico de que vamos lançar mão, enunciemos os textos que integram nosso *corpus*: o jornal *A mãe de família*⁸, referente ao ano de 1879, cujo discurso médico e higienista tinha cunho predominantemente normatizador; o romance naturalista *O cortiço*⁹, de Aluísio Azevedo, publicado

⁶ PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

⁷ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

⁸ *A mãe de família: jornal científico, literário e ilustrado*. Veiculado na cidade do Rio de Janeiro entre 1879 e 1888, o periódico publicado pelo médico Carlos Costa era voltado para as “dignas senhoras, que sendo já ou devendo ser mães de família bem devem compreender o sublime encargo que lhes é confiado” (Apresentação, *A mãe de família*, n. 1, 1879 – Biblioteca Nacional / Catálogo de periódicos raros, 2007).

⁹ No romance *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, a ação se passa no Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo, antes da Proclamação da República. O enredo polariza o cortiço São Romão, de propriedade do imigrante português João Romão, onde habita gente comum, de pouca qualificação profissional e várias etnias — a escrava Bertoleza, o casal português Jerônimo/Piedade, o mulato Firmo, a Rita Baiana, a menina Pombinha — e o sobrado de Miranda, comerciante português que se torna barão.

em 1890 e saudado como um dos primeiros registros da gente miúda na nossa literatura; e enunciados veiculados na imprensa, tematizando a mulher, publicados nos periódicos *O sexo feminino*¹⁰, em 1873, e *A família*, em 1890¹¹. Passemos, então, à análise dos recortes discursivos.

¹⁰ *O sexo feminino: semanário literário, recreativo e noticioso especialmente dedicado aos interesses da mulher*, publicado entre 1873 e 1889, contava com a colaboração de diversas senhoras e das filhas de sua proprietária e redatora, Francisca Senhorinha da Motta Diniz. (Biblioteca Nacional / Catálogo de periódicos raros, 2007).

¹¹ *A Família: jornal literário dedicado a educação da mãe de família* foi publicado entre 1888 e 1898, inicialmente em S. Paulo, e, em seguida, no Rio de Janeiro. Sua proprietária e redatora foi Josefina Álvares de Azevedo (Biblioteca Nacional / Catálogo de periódicos raros, 2007).

¹² Procuramos, na medida do possível, manter a grafia com que os artigos foram publicados. É provável, no entanto, que haja algumas inconsistências já que os textos foram copiados à mão do acervo da Biblioteca Nacional.

Mulher-mãe: a identidade biologicamente definida

Nosso primeiro fragmento foi extraído do jornal *A mãe de família* cujo discurso, permeado por noções médicas, tentava conscientizar as mulheres da importância de sua função materna. Tomemos o seguinte recorte:

Há deveres de tal ordem impostos pela própria natureza, que a não serem cumpridos, collocam as mulheres em condição inferior á de outros animaes..

*A organização anatômica da mulher lhe indica qual o papel que lhe traçou o Creador, o de ser mãe!... (Palestra do Medico VIII, M.F., nº 8, 1879).*¹²

Atravessado pelas formações discursivas biológica e religiosa, condizentes com o século XIX, o discurso do médico Carlos Costa considera “ser mãe” uma característica inerente à condição feminina. Para tanto, utiliza a formação anatômica das mulheres como justificativa. Na seqüência, enfatiza a importância da amamentação para o pleno cumprimento do papel materno:

Se a mulher nasceu para ser mãe; se durante nove mezes ella reparte seu sangue com o embryão; depois com o feto e, mais tarde, com o filho, porque não continuará ella a dar-lhe esse mesmo sangue que a natureza transformou em um liquido, contido em seus seios sob o nome de leite?!..

Se a ovelha, a cabra e outros animaes o fazem, sem que ninguém lhes tivesse aconselhado, porque será preciso que se diga á mulher, que tem a felicidade de possuir uma intelligencia: ‘não serás

verdadeiramente mãe, sem que alleites teu filho?” (Palestra do Medico IX, M.F., nº9, 1879).

O médico constrói e ordena o discurso de maneira cronológica: parte do momento da concepção, passando pelas fases de formação da criança — “embrião”, “feto” e “filho” — para, finalmente, culminar no nascimento. Em todas as etapas está expressa a noção de provimento, de alimentação por intermédio da mãe: sangue que se transforma em leite.

Em um discurso de matriz evolucionista, Dr. Carlos Costa compara as mulheres-mães a outros mamíferos, preconizando a amamentação como uma prática natural do sexo feminino. Após apresentar tais argumentos, por que as mulheres se negariam a amamentar seus filhos?

Entretanto, a negligência, o egoísmo, a indolência, a servil submissão ás etiquetas sociaes, a vaidade e o luxo impedem ás mãis de cumprirem o sacrosanto dever que lhes é imposto pela natureza.

[...] Com effeito, durante a gravidez, muitas senhoras não se vestem, não se alimentam segundo os sábios preceitos da hygiene (Palestra do Medico IX, M.F., nº9, 1879).

A explicação do médico enumera vários obstáculos que inviabilizam a amamentação materna: “negligência”, “egoísmo” e “indolência”, por parte das mulheres, seriam conseqüências diretas da “servil submissão ás etiquetas sociaes”, da “vaidade” e do “luxo”. Na concepção do redator, esses empecilhos à amamentação se manifestavam pelo hábito de as senhoras burguesas vestirem coletes apertados e se alimentarem mal, seguindo, assim, os ditames da sociedade francesa que influenciava o país na época. Esse fato se tornava ainda mais grave durante o período da gestação, pois, da inapropriação do vestuário decorreria a deformação dos seios, podendo, até mesmo, “impedir a secreção láctea”. Por outro lado, a dieta inadequada

teria efeitos negativos sobre a qualidade do leite materno. É notável percebermos a estrutura do argumento construído pelo redator: a obediência a modismos sociais prejudicaria a função biológica das mulheres, ou seja, prejudicaria o “ser mãe”, única identidade feminina projetada pelo discurso do jornal.

Mulheres possíveis em *O cortiço*

No âmbito da ficção, a prevalência de uma formação discursiva calcada no determinismo biológico eclode no romance de Aluísio Azevedo, obra paradigmática de nosso naturalismo literário. Aqui, no entanto, o tom é outro: à exortação pedagógica do Dr. Carlos Costa, no periódico *A mãe de família*, corresponde a constatação categórica de que estas mulheres ficcionais estão irremediavelmente marcadas pela finitude. Têm um corpo que amadurece, reproduz, degenera e morre. Independente de variáveis como posição social, grau de instrução, nacionalidade ou etnia, o clamor dos sentidos atropela os princípios da razão, as regras de conduta e as normas sociais. A mulata Rita Baiana, por exemplo, síntese da sensualidade brasileira no romance, se afasta tanto da vocação de esposa e mãe quanto da sujeição ao macho. Suas paixões passam ao largo de laços institucionais:

Casar? protestou Rita. Nessa não cai a filha de meu pai! Casar? Libra! Para quê? Para arranjar cativoiro? Um marido é pior que o diabo; pensa logo que a gente é escrava! (O cortiço: 72)

A associação entre casamento e escravidão não é uma mera metáfora já que o tempo em que transcorre a narrativa é anterior à Abolição da Escravatura. Aproximar casamento e escravidão sublinha o cerceamento do desejo, a privação da liberdade, o apagamento da mulher enquanto ser autônomo. É desse apagamento que nos fala o narrador, em discurso indireto livre, ao

relatar a mal-sucedida tentativa de Pombinha, a flor do cortiço, para conformar-se e enformar-se à mediocridade do marido, juridicamente considerado o cabeça do casal:

Pobre Pombinha! (...) a princípio, para conservar-se mulher honesta, tentou perdoar-lhe a falta de espírito, os gostos rasos e a sua risonha e fatigante palermice de homem sem ideal; ouviu-lhe, resignada, as confidências banais nas horas íntimas do matrimônio; [...] e fingiu ligar interesse ao que ele fazia, ao que ele dizia, ao que ele ganhava, ao que ele pensava e ao que ele conseguia com paciência na sua vida estreita de negociante rotineiro; mas, de repente, zás! Faltou-lhe o equilíbrio e a misera escorregou, caindo nos braços de um boêmio de talento, libertino e poeta, jogador e capoeira (O cortiço: 245-6).

O “escorregão” de Pombinha, inevitável resposta da natureza, é plenamente justificado pelo narrador. Diferente das outras moradoras do cortiço, Pombinha é louca, bela e letrada; apenas circunstancialmente pertence àquele universo de despossuídos. Alçada à condição de uma das protagonistas da trama, as mutações identitárias de Pombinha são espetaculares: menina impúbere, parceira lésbica, mulher casada, mulher adúltera, prostituta afortunada (na acepção etimológica de ter sorte e no sentido de enriquecer). A transformação de Pombinha, de virgem do cortiço à mundana, passa necessariamente pelo corpo, seu primeiro e último bem, que ela aprende a gerir, dele auferindo prazeres e lucros.

Pombinha, só com três meses de cama franca, (...) fez maravilhas na arte; (...) sabia beber, gota a gota, pela boca do homem mais avaro, todo o dinheiro que a vítima pudesse dar de si (O cortiço: 247).

Em contraste com o percurso de Pombinha e sua emancipação — ainda que por caminhos questionáveis —, está o percurso de Bertoleza: mulher negra, escri-

va, amásia e caixeira de João Romão. O discurso de Bertoleza aqui reproduzido refere-se ao momento em que a escrava, depois de trabalhar por anos a fio, se dá conta de que será descartada:

Ah! Agora não me enxergo! Agora eu não presto para nada! Porém, quando você precisou de mim, não lhe ficava mal servir-se de meu corpo e agüentar a sua casa com meu trabalho! Então a negra servia para um tudo; agora não presta para mais nada, e atira-se com ela no monturo do cisco! Não! Assim também Deus não manda! (De Bertoleza para João Romão, O cortiço: 241).

A notar, nesse recorte, o tom veemente de Bertoleza, em contraste com a subserviência sem questionamentos que caracteriza o personagem desde o início da narrativa. O entendimento de que nunca deixara de ser um corpo a serviço de João Romão leva Bertoleza a proferir este rompante de revolta. Trata-se de um ato de volição inequívoco, discursivamente marcado pela repetição de partículas negativas em sete ocorrências: um *não quero* decisivo. No entanto, no epílogo do romance, ao se dar conta da traição de João Romão, o protesto de Bertoleza extravasa o espaço discursivo para se afirmar no gesto extremo do suicídio.

Mulheres de viva voz

Se uma representação de escrava expressa, ao menos no epílogo de *O cortiço*, o que ela não quer, outras mulheres, fora da ficção, foram enfáticas em dizer o que queriam em alguns dos periódicos da imprensa feminina da segunda metade do século XIX. Eram vozes que clamavam por melhores condições de educação para as mulheres e por sua conseqüente emancipação. Exemplifiquemos com Francisca Senhorinha da Mota Diniz, criadora do jornal *O sexo feminino*, que circulou primeiramente em Minas Gerais e depois no Rio de Janeiro. Em matéria publicada em 25 de outo-

bro de 1873, possivelmente de autoria de D. Francisca, o periódico divulga seus objetivos construindo um libelo a favor da emancipação feminina:

[...] Queremos nossa emancipação e a regeneração dos costumes./Queremos a instrução pura para conhecermos nossos direitos, e delles utilizarmos em ocasião oportuna./Queremos conhecer os negócios de nosso casal para bem administrarmos quando a isso formos obrigadas./Queremos enfim saber o que fazemos, o porque o pelo que das cousas. /Queremos ser companheiras de nossos maridos e não escravas./Queremos saber o como se fazem os negócios fora de casa./Só o que não queremos é continuar a viver enganadas (O sexo feminino, outubro de 1873).

Construindo uma rede de sentidos que ecoa os ideais de liberdade e igualdade dos movimentos do final do século XIX, este discurso de *O sexo feminino* remete a uma formação discursiva em que a igualdade entre os sexos é desejada e se imagina possível. Em tom peremptório, discursivamente marcado pela repetição do verbo *querer* — seis ocorrências na forma afirmativa e uma na forma negativa — no modo da certeza que é o indicativo, a enunciação apresenta um sujeito-mulher que se atribui o papel de porta-voz de outras mulheres — usa-se a primeira pessoa do plural com valor inclusivo. Diferentemente do que acontece nos outros fragmentos discursivos analisados, aqui não se denuncia apenas a situação subalterna da mulher em uma sociedade patriarcal: para além da constatação de sua menoridade social, reivindicam-se seus direitos à educação, à gestão do patrimônio amealhado, à participação como co-protagonista na sociedade familiar — não mais como “escrava”, mas como “companheira”.

Mas isso não é tudo: para além das reivindicações vinculadas à instrução e ao gerenciamento do núcleo familiar, outras vozes femininas chegaram a reclamar o direito ao voto. Este é o caso do exemplo a seguir,

do jornal *A família*, de 1890, que muitas vezes, no entanto, veiculou posições extremamente conservadoras:

[...] claro está que as nossas aptidões não podem ser delimitadas pelos preconceitos de sexo, principalmente nos casos em que tenhamos de afirmar a nossa soberania pelo direito ao voto. O direito de votar não pode, não deve, não é justo que tenha outra restrição além da emancipação intelectual, da consciência do ato, da faculdade de discriminação.

Ainda mesmo — o que não admito — que não tenhamos o direito de sermos votadas, devemos possuir o de voto, isto é, o da livre escolha daqueles que serão chamados a reger os destinos da sociedade em que vivemos, e que alentamos com a vida e educação de nossos filhos (O sexo feminino, outubro de 1873).

A voz que conclama à luta pela emancipação feminina e o direito ao voto anuncia, de fato, a decisão de transpor a fronteira entre o espaço privado — tradicionalmente reservado ao feminino — e o espaço público — dominado desde sempre pelo homem — para atuar mais decididamente no mundo, não apenas nos “negócios fora de casa”, mas igualmente no destino da sociedade. O tom exortativo dos enunciados antecipa o seu efeito como prática discursiva historicamente situada que terá, como sabemos, conseqüências nas transformações sociais havidas em fins do século XIX e ao longo de todo século XX. Como constatou Michelle Perrot¹³ acerca das mudanças sociais na Europa, “a irrupção de uma presença e de uma fala femininas em locais que lhes eram até então proibidos ou pouco familiares é uma inovação do século XIX que muda o horizonte sonoro”.

Rumo a uma síntese

Nesta reflexão, tomamos o discurso como acontecimento atravessado pelo imaginário, pela história e pela ideologia. Em diferentes superfícies discursivas

¹³ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 9.

— a narrativa ficcional e o discurso jornalístico — elicitamos significados que projetam identidades femininas possíveis no final do século XIX: aquelas plasmadas pelas lições do higienismo; as que enxergam o casamento como escravidão e dele fogem, escolhendo viver à margem; as que chegam à autonomia via prostituição, como Pombinha; aquelas que, como a escrava Bertoleza, encontram na morte a única forma de recusar o que lhes impõe o *status quo*, aquelas que percebem ser possível transpor as barreiras que as impedem de alcançar o espaço público.

As imagens femininas que emanam de nosso acervo discursivo têm em comum lampejos de revolta: ajustam-se mal, para desgosto do Dr. Carlos Costa, aos papéis de esposa e mãe, identidade única e inquestionável de toda mulher de bem na tradição da cultura ocidental. São mulheres que protestam canhestra ou abertamente contra a submissão ao macho. De viva voz ou mediadas por um narrador. Mulheres brancas, pardas ou negras. Letradas ou iletradas. Mulheres possíveis.

Como toda memória é construção — pressupõe uma operação seletiva do que deve ser lembrado e do que pode ser esquecido —, o que apresentamos aqui como imagens da mulher no final do século XIX no Brasil se vincula a um viés, a uma escolha. Não exclui outros olhares nem outras histórias. Nem mesmo as de donzelas suspirantes, mães canônicas, amas-de-leite dedicadas e mundanas de bom coração. Fiquemos, pois, atentos, ao ecoar de outras vozes...

Referências

AZEVEDO, Aluisio. *O cortiço*. São Paulo: Martins, 1970.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Catálogo de periódicos raros*. Disponível em: <<http://www.bn.br>>. Acesso em: 12 fev. 2007.

CHAGAS, Mario. Casas e portas da memória e do patrimônio.

In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa/ Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, 2005.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire* Paris: Félix Alcan, 1925.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder* — o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NORA, Pierre. “Entre a memória e a história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História, PUC-SP, dez.93.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

As representações femininas no romance anarquista *Ideólogo*, de Fábio Luz

Luciane Munhoz de Omena
Maria Aparecida Munhoz de Omena
Altino Silveira Silva

Resumo: No presente artigo, analisaremos as estratégias de afirmação social das mulheres no início do século XX a partir do romance anarquista *Ideólogo*, de Fábio Luz. Discutiremos as ações particulares que o romancista desenhou para as três personagens centrais: Martha, Eulina e Elsa, levando-se em consideração, a relação dialética entre indivíduos e outros indivíduos; entre esses e as estruturas, como nos sugere o individualismo metodológico.

Palavras-chave: Mulher. Educação. Anarquismo. Poder.

Abstract: In the present article, we'll analyze women tatics of social statement from anarchist novel *Ideologist* by Fábio Luz. We will discuss the particular actions which the writer has drawn to the main three characters: Martha, Eulina and Elsa. We will also consider the dialectic relationship among individuals and other individuals; among these ones and the structures, as the methodological individualism suggests to us.

Keywords: Woman. Politics. Anarchism. Power.

Luciane Munhoz de Omena. Doutora pelo programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH/USP, sob orientação do professor Dr. Norberto Luiz Guarinello e projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/FAPESP. Docente na UFG.

Maria Aparecida Munhoz de Omena. Doutora no Programa de Pós-Graduação em Teoria da Literatura do IBILCE/UNESP Campus de São José do Rio Preto.

Altino Silveira Silva. Especialista em História (UFES), Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho (ESA) e Bacharel em Direito (FDV).

Podemos, dessa maneira, distinguir dois tipos de busca da verdade. O primeiro é o que nasce da decepção, da incerteza e da insegurança e, por si mesmo, exige que saímos de tal situação readquirindo certezas. O segundo é o que nasce da deliberação ou decisão de não aceitar as certezas e crenças estabelecidas, de ir além delas e de encontrar explicações, interpretações e significados para a realidade que nos cerca.

Marilena Chauí

Ignorância e Verdade, 1998

Desde meados da década de 1960 diversos grupos feministas, baseados nos diferentes campos das ciências humanas, desenvolveram estudos tendo por objeto o gênero feminino inserido no tempo e no espaço social. Essas análises, talvez, eram os frutos do processo que permitiu uma maior visibilidade feminina na sociedade Ocidental, derivado da ampliação das mulheres com participação ativa, sobretudo, dos setores médios e superiores urbanos. As análises historiográficas sobre as mulheres são recentes, marcadas por três elementos: primeiro, a explosão do tema a partir da década de 1970, segundo, as novas investigações históricas promovidas pelas Histórias das Mentalidades, Histórias das Minorias, Histórias das Infâncias e por último, conjugou-se com o desenvolvimento de novos estudos nos campos da Antropologia e da Sociologia.¹ Pretendia-se, como afirma Sarah Pomeroy, “conhecer melhor os sentimentos, a sexualidade, o mundo privado das mulheres; eu diria que se tratava de lhes dar ao mesmo tempo um lugar na História e uma História que lhes fosse própria”².

A busca de uma identidade feminina possibilitou a análise da relação entre os sexos. Essa nova preocupação abriu possibilidades às investigações sobre a atuação feminina na produção, nos bens, nas dádivas, nos gestos rituais, no vestuário, na morte etc. Um exemplo disto são as pesquisas sobre a divisão dos papéis e como se organizavam os espaços em função deles no

¹ SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, v. 16, n. 02, 1990. p. 5-22.

² POMEROY, Sarah Apud PANTEL, P. Schmitt. A história das mulheres na história da Antigüidade, hoje. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres no ocidente*. Lisboa: Afrontamento, 1990. p. 592.

mundo antigo. “As análises da tragédia e da comédia Ática na época clássica mostraram como a divisão dos sexos e a encenação do feminino serviram para pensar problemas fundamentais para a cidade, como os limites do poder, a guerra, a reprodução do corpo cívico”³.

³ *Ibidem*, p. 593.

O determinismo da divisão de papéis (que estabelece os domínios de estratégias femininas e masculinas como coisas distintas, como, por exemplo, vincular a mulher sempre em domínio privado e o homem em domínio público) apresenta um sério problema: não privilegia o fenômeno social enquanto interação de agentes. A mulher e o homem, juntos, participam dos espaços sociais, afinal as ações sociais são marcadas pela desigualdade entre homens e mulheres e resultados de processos injustos e não disposições naturais ou qualidades de quem é capaz de apreciar ou resolver assuntos de interesses individuais ou coletivos. Contudo, “poderia ser dito que a história das mulheres atingiu certa legitimidade como um empreendimento histórico, quando afirmou a natureza e a experiência separadas das mulheres, e assim consolidou a identidade coletiva das mulheres”⁴.

⁴ SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. p. 84.

Como afirma Scott, essa separação conduz a uma dupla face: a construção da legitimidade da História das mulheres na disciplina e a afirmação de sua diferença na “História”. Encontram-se, então, duas exigências: “inserir todo o estudo sobre as mulheres na História Global e a de dar às investigações sobre as mulheres, senão uma iluminação teórica, pelo menos uma armadura conceptual”⁵.

⁵ *Ibidem*, p. 594.

Dessa forma, identificar o agente feminino no universo global viabiliza o estabelecimento das diferenças entre indivíduos e grupos sociais. Como propõe Raymond Boudon, “todo o fenômeno social, qualquer que seja, é sempre resultado de ações, atitudes, de convicções e em geral de comportamentos individuais”⁶. A noção de individualismo perpassa pelas causas individuais, que consiste em analisar as razões que

⁶ BOUDON, Raymond (Org.). *Ação. Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 33.

⁷ O individualismo metodológico tem como função explicar o fenômeno social através das causas individuais. Seu princípio parte do pressuposto que suas origens são ações individuais. Ver em, BOUDON, Raymond (Org.). *A ação*. In: *Tratado de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

⁸ Fábio Luz nasceu em Valença, província da Bahia, em 1864, formando-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia e mudou-se para o Rio de Janeiro em 1888, onde viveu até 1938, ano de seu falecimento. Em relação as suas obras, teve inúmeras publicações, inclusive pelas maiores editoras do período, Garnier e Francisco Alves. Escreveu obras didáticas (“infantis”), opúsculos e panfletos, folhetins, vários artigos em periódicos (anarquistas ou não), além de alguns livros e ensaios de crítica literária. Como romancista, Fábio Luz publicou as seguintes obras: *Novelas* (1902), *Ideólogo* (Altina, 1903), *Os emancipados* (1906), *Virgem-mãe* (Garnier, 1910), Elias Barrão e Xica Maria (Francisco Alves, 1915), *Nunca!* (Leite e Ribeiro, 1924) e *Manuscrito de Helena* (Olimpica, 1951).

Esses romances anarquistas, em especial *Ideólogo*, constituem-se por três elementos: a descrição de uma sociedade burguesa, a apresentação e crítica das contradições desta sociedade, além da projeção de uma sociedade utópica fundamentada nos preceitos do ideário anarquista. Estas três características essenciais dessa experiência literária — *Ideólogo* e *Regeneração*, de Curvelo de Mendonça — possuem os três elementos de maneira clara e detalhada. Tivemos outros autores, como Avelino Fosco-lo, Manuel Curvelo de Mendonça,

levaram os atores sociais a fazer o que fazem ou a acreditarem naquilo em que acreditam. O indivíduo não é isolado em seu espaço, pelo contrário:

*O ator [que] foi socializado, que está em relação com outros atores, os quais, tal como ele próprio, ocupa papéis sociais etc. De modo geral, o individualismo metodológico reconhece indistintamente que o ator social se move dentro de um contexto que se lhe impõe em larga medida.*⁷

O individualismo metodológico não desautoriza que se agrupem os atores em categorias, desde que eles se encontrem numa situação semelhante e possa se observar uma atitude análoga. Portanto, não exclui os fenômenos coletivos. Nesta perspectiva, objetivamos analisar o universo feminino no início do século XX, no Brasil, a partir do romance anarquista *Ideólogo*, de Fábio Luz⁸. Discutiremos as ações particulares que o romancista desenhou para as três personagens centrais: Martha, Eulina e Elsa⁹, levando-se em consideração, a relação dialética entre indivíduos e outros indivíduos; entre esses e as estruturas, como nos sugere o individualismo metodológico.

Iniciemos, então, a análise das personagens femininas pela ordem da sua aparição no romance. Martha é a primeira a ser apresentada pelo autor. Anselmo, esposo de Martha, trabalha como advogado penal para auxiliar os indivíduos que vivem à margem do Estado. A sociedade, para ele, é repleta de injustiças sociais. Em um diálogo com o personagem Alcebiades, diz: “Não são eles os culpados, os culpados somos nós. Nós que os privamos do pão como alimento e do pão espiritual. Somos nós com o nosso egoísmo que os precipitamos no crime”¹⁰. Além de denunciar o sistema penitenciário como venal. O preso ao sair da casa de detenção é reeducado a ser um assassino. De acordo com Anselmo, não há interesse de reintegração do condenado, mas um forte consenso para a manutenção da sujeição, reforçada por uma sociedade corrup-

ta. Anselmo narra sua experiência a Alcebiades.

Sei somente, por experiência, que as penitenciárias não são os meios de regeneração como se apregoa. O miserável que furta hoje um pão ou uma galinha para não morrer de fome vai diplomar-se no vício na Casa de Detenção; saindo de lá depois de uma sentença de alguns meses é um candidato à Casa de correção; vem habilitado na manobra de todos os instrumentos e objetos próprios para o roubo (...). Em uma sala de tribunal (...) encontrarás caras patibulares e lombrosianas entre os juizes, e no séquito enorme de oficiais de justiça, de contínuos e de serventes. Dentre os jurados, ou membros de junta correcional, falsários, moedeiros falsos, empregados públicos concussionários, criminosos protegidos pelo ouro e pelo patronato.¹¹

As críticas de Anselmo recaem, em específico, à Instituição Estatal que não se importa, em absoluto, com os delinquentes, nem com a sua punição ou reinserção social. Ocupam-se de um conjunto de mecanismos que controlam, seguem, punem e reformam o delinquentes. A analítica do poder trata do ponto de vista do objetivo, da eficácia tática, de um campo múltiplo onde se traduzem efeitos globais de dominação, jamais estáveis, num modelo estratégico.

O poder, no entanto, nem sempre é estabelecido pela repressão. Essa premissa deriva do fato de que o exercício do domínio hegemônico não procurou sustentar-se apenas pelo uso dos instrumentos de repressão, mas, também, nos meios de convencimento. A educação, a medicina e o direito procuravam incidir na psique humana os valores ditos “aceitáveis” e possibilitar assim o autocontrole individual. Era, com efeito, a “naturalização” da ordem. Por um lado, o saber não é um monobloco uniforme, no corpo social coexistem forças com temperamentos e sensibilidades diferentes, dotados de identidade própria, e devido a isto as propostas intelectuais de tendência contra-hegemonicas, por outro lado, eram mostradas pelos aparelhos dominantes de difusão do conhecimento como

Domingos Ribeiro Filho, que produziram ficções inspiradas em idéias anarquistas. Consultar: LUIZETTO, Flávio. O recurso da ficção: um capítulo da história do anarquismo no Brasil. In: PRADO, Antônio Arnoni (Org). *Libertários no Brasil*. memória, lutas, cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.132-133.

⁹ A documentação de caráter não-ficcional, exatamente por pretender se ater aos fatos, acaba por ser incapaz de criar um quadro geral das instituições que retrata. A ficção, por sua vez, ao pretender tornar verossímeis essas situações, produz retratos do que parecia ao autor e aos seus leitores o que era próprio dessas. Em outras palavras, quando o autor não ficcional retrata uma mulher, ele restringe a ela e o faz porque a mesma é excepcional (caso contrário não mereceria atenção). A literatura “pode, portanto, nos revelar aspectos importantes das formas de pensar e sentir de uma determinada sociedade. Os romances traduzem os anseios, captam as angústias, fantasias, desejos de uma determinada época, e não apenas uma classe social, a que pertencia o autor. Além do mais, a literatura constrói a sua representação do fenômeno, que tanto pode atuar como ponto de referência para o leitor, como responder às suas aspirações”. RAGO, Luzia Margareth. *Os prazeres da noite* prostituição e códigos da sexualidade em São Paulo (1890-1930). Campinas: UNICAMP, 1990 (Tese de Doutorado).

¹⁰ LUZ, Fábio. Ideólogo. Rio de Janeiro: Typographia Altina, 1903, p. 18.

¹¹ *Ibidem*, p. 18-19.

¹² FOUCAULT, M. Poder – Corpo. In: *Microfísica do poder*. Org. e Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p.148. Segundo, Edson Passetti: O que está em jogo para Foucault são as lutas transversais, não limitadas a um país; são lutas cujos objetivos são efeitos de poder enquanto tal; são lutas imediatas e anárquicas contra o inimigo imediato e contra soluções futuras (liberações, revoluções, fim da luta de classes); questionam o estatuto de indivíduo, os privilégios de saber e se posicionam, simultaneamente, contrárias ao segredo, o motor-contínuo das burocracias modernas, negando o dogmatismo cientificista. O principal objetivo destas lutas é atacar, ao mesmo tempo, as técnicas e as formas de poder. PASSETTI, E. Foucault Libertário. *Margem*. Faculdade de Ciências Sociais – PUC – SP, 1996. p. 145.

¹³ *Ibidem*, p. 147.

¹⁴ LUZ, Fábio. *Ideólogo*. Rio de Janeiro: Typographia Altina, 1903. p. 42. Em uma passagem anterior, Anselmo demonstra o quanto o Estado é maléfico, pois prejudica o operariado, legitima a exploração de menores e privatiza as indústrias em troca de dinheiro: “Os operários estão sem trabalho; os processos financeiros do *fundings loan* empobreceram a indústria, mataram quase a lavoura. Não aparecem já greves a propósito de salários? E o Estado sempre a matar o operário, despedindo turmas e turmas dos arsenais para entregar mediante somas fabulosas as construções a industriais estrangeiros, concedendo a título de educação foros de casa de correção infantil a uma exploração infantil a uma exploração capitalista da infância transviada” (p. 24/25).

“inviáveis”, “não-naturais” ou “perigosas” para a prosperidade de todos os homens.

*É preciso se distinguir dos para-marxistas como Marcuse, que dão à noção de repressão uma importância exagerada. Pois se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos no nível do desejo — como se começa a conhecer — e também no nível do saber.*¹²

De acordo com esta perspectiva, o processo revolucionário só é eficiente e, com isso, não interrompendo se compreender que o poder não está localizado no aparelho do Estado. Segundo Foucault, nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos do Estado não forem modificados. Em um nível muito mais elementar, o cotidiano. Tal discussão vincula-se a uma “polivalência tática dos discursos foucaultiano e anarquista anti-soberanos, em benefício do autogoverno. Parceiros pela analítica poder-saber ou pela relação autoridade-liberdade caminham para a redução da autoridade e ênfase nas resistências para conter os poderes”¹³.

Encontramos, no cerne destas questões, uma semelhança às idéias propagadas pelo protagonista Anselmo. Este condena o Estado por promover o desgoverno, incapaz de resolver os problemas sociais. Citemos *in extenso*.

*Em pouco tempo apareceram os impostos, qualificação de votantes, construção de estrada e sua conservação. Foi desaparecendo a paz camponesa. Formaram-se opiniões políticas, vieram as rixas das divisas, as disputas dos vizinhos, as demandas e a separação das famílias e os ódios da politicagem. Ele soubera de tudo, e compreendera como o Estado perturba e impede a tendência constante do homem para a felicidade.*¹⁴

Anselmo com ideais mais humanitários não acredita na forma de governo vigente do período: a República. Parece-nos que Anselmo tomara consciência de que os problemas da humanidade, em especial as desigualdades, não eram somente de ordem política ou material, e, sim, principalmente, de ordem social. Ou seja, o resultado de processos injustos. “Ele queria a comuna. Seu ideal era a comuna, e ele tinha ainda pejo de confessar a si mesmo: era a comuna”¹⁵. Propunha a revolução para a conquista de seus ideais. Aos olhos de Anselmo,

*é a revolução! É a reivindicação enfim! A reação igual à ação! Dos campos, das aldeias marcham em ordem os espoliados de outrora que vêm entrar na posse de seu direito. Das oficinas, das fábricas saem os famintos, que vem gozar o produto de seu trabalho sonhando pelo industrialismo capitalista. São pelotões, são exércitos. É a humanidade quase inteira que sacode o jugo de uma minoria ínfima de gozadores.*¹⁶

É neste ambiente que surge a personagem Martha: às avessas de Anselmo. Por um lado, o marido desejava viver em uma colônia de iguais, com “instrumentos aperfeiçoados de agricultura, (...) oficinas, uma pequena biblioteca”¹⁷; Martha, por outro, não suportava nem sequer ouvir as intenções de Anselmo. Ela dizia de maneira irônica:

*A felicidade?! No campo? No meio daqueles brutos, desses inferiores de mãos calosas e roupas sujas? Todos os dias em contato com essa gente repugnante, de caras patibulares? Não: tu queres a infelicidade para mim, enquanto te satisfazes nesse meio que parece ter sido sempre o teu.*¹⁸

Martha era tipicamente burguesa. Representava a família nuclear, reservada, voltada sobre si mesma, instalada numa habitação aconchegante. Além disso, fora criada para ter um bom preparo e educação para o casamento, tanto quanto preocupações estéticas, com

¹⁵ *Ibidem*, p. 44.

¹⁶ *Ibidem*, p. 147. Para consolidar seu ideal de igualdade, utiliza-se e elogia o modelo realizado por Antônio Conselheiro, em Canudos: “Antônio Conselheiro fez-se orientador das massas uma nova religião, aplicou o doce comunismo cristão aos sertanejos jagunços e tais eram os seus dotes morais e o seu prestígio intelectual que formou uma comuna exemplar nos sertões inóspitos (...). Organizou a seu modo a sua comuna sem governo e sem potentados (...) era no modelo de organização comunal; era na liberdade sem peias; era na felicidade sem as complicações *sollícias* dos governos que estava o perigo. Eles eram felizes na sua fé ingênua, na sua igualdade de ir-mãos. O Estado não podia consentir em tal” (*Ibidem*, p. 152-153). Neste mesmo trecho, Anselmo faz uma interessante comparação entre Tolstoi e Conselheiro: “Tolstoi é um homem culto, um homem de letras, um apóstolo: Antônio Conselheiro era um homem do povo, quase analfabeto. Entretanto foi igual sua missão na terra. Tolstoi continua a sua propaganda mística com a sua religião pura dos evangelhos. Antônio Conselheiro evangelizou a sua religião nova, e organizou a seu modo a sua comuna” (*Ibidem*, p. 152-153).

¹⁷ *Ibidem*, p. 169.

¹⁸ *Ibidem*, p. 72. Segundo Anselmo, dever-se-ia trabalhar “em comum no campo e nas oficinas; o produto de nosso labor será para toda a colônia; todos trabalharão e todos gozarão (...). A felicidade não é um bem inestimável? Não haverá distinção alguma entre nós, a terra será de todos e quanto ela produzir aproveitará a todos” (*Ibidem*, p. 70).

a moda ou com a casa. No trecho abaixo, Anselmo, ridiculariza o universo burguês através da mulher, dizendo:

*de uma mãe de família prometadora de uma prole forte e sã fizeram uma histérica. Se fosse educada na liberdade fecunda dos campos, habituada ao trabalho e a fadiga, seria uma esposa exemplar. Meteram-na num internato de irmãs de caridade, ensinando-lhe piano, italiano, Inglês, meteram-na nos misticismos das comunhões nas consagrações a Maria, com uma série enorme de cânticos apaixonados e amorosos ao Coração de Jesus, e ensinaram-lhe a ter os olhos baixos perante todos, enquanto ela se viciava nos dormitórios. Fizeram-na hipócrita e carola. Aprendera sua Martha a rezar e a interpretar a Bíblia como um vigário, a bordar paramentos a ouro, a fabricar ramalhetes de penas e lãs finas; mas não aprendera os deveres de dona de casa. Não aprendera a ser esposa e mãe, não aprendera a lutar pela vida se não conseguisse casar.*¹⁹

¹⁹ *Ibidem*, p. 75-76.

Tais reflexões nos remetem ao pensamento anarquista, ao tocar na questão da necessidade de o indivíduo crescer em liberdade. O teórico e ativista Proudhon (1997), por exemplo, entende a liberdade, a igualdade entre os homens e a ajuda mútua como os únicos elementos propiciadores da verdadeira felicidade. Este pensamento atua como ponto de partida para que as mulheres se conscientizem sobre a relevância de sua libertação, diante de uma sociedade machista/sexista e opressora, e, ao mesmo tempo, busquem a possibilidade do amor livre, da maternidade e na justiça social. Tivemos grandes líderes femininas que lutaram, arduamente, para conquistar seus espaços e uma sociedade mais igualitária. Talvez, a mais importante, tenha sido Maria Lacerda Moura. Ela escreveu em 1925 sobre a importância da mulher na sociedade. Como veremos a seguir, a figura feminina é quase santificada. Vejamos:

Todos os oprimidos nasceram de ventres femininos, sufocados os

corações num lampejo de dores e bênçãos.

Para cada criança nascida na sociedade, temos um dever a cumprir.

E a criatura nasce com direito à luz da vida, à aurora do pensamento, ao beijo do amor.

Cada coração feminino deve ser a creche imensa, para conter a Humanidade. E, para agasalhar os ventres fecundos — cada alma de mulher deve ser uma infinita maternidade (...).

É preciso, pois, elevá-la a alturas inconcebíveis, dar-lhe coragem, estimulá-la ante a responsabilidade dessa missão de Beleza, missão regeneradora; fazer dela o novo Evangelho da Redenção, pronta para o sacrifício de si mesmo, em busca de novas esperanças, para conforto, para a força moral dessas cortes de idealistas da Cidade Futura.²⁰

Todas essas discussões tiveram uma grande ênfase devido à invasão das mulheres no cenário urbano: sejam ricas ou pobres. No entanto, não diminuíram as exigências morais relativas à virgindade. De acordo com Rago, ao contrário,

quanto mais ela escapa da esfera privada da vida doméstica, tanto mais a sociedade burguesa lança sobre seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho. Todo um discurso moralista e filantrópico acena para ela, de vários pontos do social, com o perigo da prostituição e da perdição diante do menor deslize.²¹

O movimento operário, mesmo associado às idéias libertárias, também não admitia a presença feminina nos espaços públicos, especialmente, nas indústrias. Mesmo assim, desde a instalação das primeiras fábricas têxteis no Brasil, na segunda metade do século XIX, 78% dos trabalhadores eram do gênero feminino (NADER, 2001). Em uma assembléia realizada na UOFT (União do Operariado da Frente Trabalhista) um operário revolta-se com a substituição do homem pela mulher nas indústrias têxteis:

²⁰ MOURA *Apud* CORREIA, Francisco. Mulheres libertárias: um roteiro. In: PRADO, A. A. *Libertários no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

²¹ RAGO, L. Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 63.

*nós não devemos ensinar (o trabalho) a essas mulheres que amanhã nos virão a substituir, mas devemos fazer-lhes compreender que o seu lugar é em casa, a tratar e educar seus filhos (...); oxalá que elas saibam compreender seu papel de educadoras daqueles que amanhã serão os nossos substitutos na luta do pão e na conquista do bem-estar da humanidade, pois, assim, demonstrarão à sociedade serem as verdadeiras rainhas do lar.*²²

²² A razão *Apud* RAGO, L. Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 169.

O Jornal Operário Avanti, de 12 de outubro de 1901, denuncia a insalubridade, a falta de higiene, os perigos no ofício e os mandos desumanos e por vezes sexuais, dos patrões para com as mulheres que trabalhavam nas fábricas. Isso significava que, apesar mesmo do ideal social ver o trabalho da mulher fora do ambiente doméstico como desprezível, um grande contingente feminino participou da força de trabalho do país. Entretanto, em ambos os pronunciamentos socialistas, também foi possível identificar o modelo de passividade e das esferas público/privado que caracterizava a idealização burguesa ao dirigi-las sempre aos seus deveres “naturais” como zelosas mães e esposas.²³ Necessitava-se, portanto, impor padrões ‘higiénicos de casamento e vida familiar. O apoio sindical à preservação do espaço do mercado de trabalho dos homens impunha “estereótipos de fragilidade feminina às mulheres que haviam enfrentado turnos de trabalhos brutais, garantia o trabalho doméstico de mulheres sem pagamento e contribuía para impor à classe operária urbana o modelo de família burguesa”²⁴.

²³ NADER, M. B. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. Vitória: EDUFES, 2001.

²⁴ BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil de 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999. p. 10.

A historiadora Margareth Rago reconhece que, embora a imprensa feminina tenha passado por momentos progressistas, ao atuar no sentido de uma redefinição do modo de subjetivação da mulher, fazendo-a refletir sobre o seu ingresso no mercado de trabalho e em todos os campos da vida social desfrutados pelo homem, bem como em seus direitos salariais, ainda existem “aspectos conservadores, moralistas e até obscurantistas, como em relação à entrada de filmes estrangeiros e à crescente influência do cine-

ma”²⁵. Os grupos feministas que participaram de congressos socialistas e de greves reivindicavam a participação mais ativa da mulher e buscaram ressaltar a idéia do êxito feminino em setores de atividades comumente ocupadas por homens, não como uma vitória individual, mas como uma prova da capacidade feminina.

No romance *Ideólogo* encontramos uma dosagem de moralismo e de críticas entre personagens condenados pela doutrina anarquista, obstinada defensora da igualdade entre os indivíduos. Anselmo, por exemplo, além de recriminar Martha por seu senso capitalista e sua recusa de viver numa comuna, também critica duramente a personagem Eulina, especialmente em seu matrimônio. O marido, Alcebiades, igualmente é recriminado. O protagonista acusa ambos de viverem uma união artificial, um negócio. O próprio Alcebiades comenta a Anselmo a natureza de sua união.

*Como sabes, não fiz casamento de amor, nem me preocupo com sentimentalismo e cousas do coração, que não sejam orgânicas. Quero glória, renome, e considero a esposa um acessório indispensável ao médico (...) Minha mulher é um rico bibelot, faz parte da série de anúncios e agradecimentos que mando publicar. Bem sabes que é chic e rende a narrativa de uma festa em gazetas em que se diz: Mme. Alcebiades Noronha vestia etc.*²⁶

Alcebiades, nesse mesmo diálogo, recusa-se em ter filho para não deformar o corpo de Eulina. De acordo com suas palavras: “bem compreendes que um filho deformaria minha mulher, e por meses ela não poderia aparecer na sociedade; além das massadas da criação, moléstias, mil cousas”²⁷. As críticas a Alcebiades e a Eulina representam a aceitação dos papéis primordiais e essenciais das mulheres: os de esposa e mãe. De certa forma, Fábio Luz compartilhava da convicção de que a regeneração nacional dependia da saúde moral e física de cada uma de suas famílias. O protagonista Anselmo enfatizava o estereótipo de “dona-de-casa-esposa-mãe”, dizendo:

²⁵ RAGO, L. M. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade em São Paulo (1890-1930)*. Campinas: Unicamp, 1990 (Tese de Doutorado). p. 108.

²⁶ LUZ, Fábio. *Ideólogo*. Rio de Janeiro: Typographia Altina, 1903. p. 12.

²⁷ *Ibidem*, p. 12-13.

*A sociedade atual é um estímulo às más índoles, é uma perversão para as boas. Trata-se de desviar a mulher da maternidade, a sua mais nobre função, e não se lhe procura desenvolver as aptidões para a procriação. Atrofiam e deformam os corpos, por elegância, para conseguirem cinturinhas de vespa (...) Vão despoando os lares, e desorganizando a família, base fundamental da felicidade humana, e elemento irrecuperável de aperfeiçoamento moral, e do progresso. Para ser boa mestra, é preciso ver no aluno o filho, é preciso amar a criança, identificar-se com ela pelo amor dos filhos.*²⁸

²⁸ *Ibidem*, p. 220.

Identifica a ruína de Alcebiades por ter tido como companheira uma “boneca de salão”²⁹. Além de recusar-se a ser rainha do lar, Eulina possuía diversos amantes. Seu sogro, o comendador Noronha, encontra a nora na cidade e escuta o seguinte diálogo: “Com quem está agora Noronha”? “Do Dr. Alcibiades”? Sim. Com o Sampson corretor”³⁰. O que mais assustava o comendador, entretanto, foi saber que o filho tinha conhecimento das jogatinas da mulher. O diálogo prossegue: “Coitado! O pobre marido enganado. Qual enganado! Ele sabe de tudo. Com o Sampson era o que se via, agora é com o Torres. Amigos íntimos. Um safardana”³¹.

²⁹ *Ibidem*, p. 77.

³⁰ *Ibidem*, p. 91.

³¹ *Ibidem*, p. 91.

Sua indignação, na realidade, era observar uma crescente autonomia da mulher. Ela não aceita passar seu tempo dentro de casa, a conquista do *status* social dá-se nas ruas, nas festas, nos bailes e não mais no meio doméstico. A historiadora Susan Besse comenta sobre as causas da participação feminina no espaço público.

*Ainda que sempre acompanhadas de parentes ou empregadas, eram cada vez mais vistas em parques públicos, praias, casas de chá e lojas elegantes. E, com a intensificação da vida social, contribuíam para incrementar o status da família com a exibição de seus guarda-roupas europeus da moda e suas prendas sociais no teatro, nos bailes, nas festas e nos clubes esportivos.*³²

³² BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade* reestruturação da ideologia de gênero no Brasil de 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999. p. 19.

A participação da mulher fora da vida privada já

era uma realidade vivida. Precisava-se, então, dignificar a função doméstica e materna. Os médicos tiveram um papel importante nessa tarefa. Desde os meados do século passado procuravam persuadir as mulheres de que o amor materno é um sentimento inato, puro, sagrado e de que a maternidade e a educação da criança realizam sua vocação natural. Margareth Rago, no livro *Do cabaré ao lar*, cita Vitorino Assunção, dizendo:

*A mulher que contrai casamento deve ser convencida das leis naturais e morais que a obrigam a exercer o círculo completo das funções de mãe. Se a isto recusar é que há uma falsificação dos sentimentos contrariando as manifestações naturais e sacrificando o dever que é sacrificar a si, a prole e a humanidade.*³³

Temos, portanto, duas personagens que são desajustadas socialmente para o pensamento de Fábio Luz. Martha é caracterizada como uma histérica, o que provoca um desajuste no lar. Anselmo comenta, em tom de reclamação, a Alcibiades:

*Não faço as refeições a horas certas. Martha não vai à mesa. Enclausurada no seu quarto, chorando, cheirando saís, caindo em crises nervosas as menores censuras, ou conselhos. Não sei ... não sei ... o que será de mim. Burro ... que fui em me embeijar assim. Ela, porém, é tão bonita, tão perfeita, tão meiga, quando o diabo do cúme não lhe sobe aquele fogo infernal de raiva e danação.*³⁴

Eulina personifica a mulher-demônio ou mulher “desnaturalizada”, essa mulher se caracteriza por transitar no espaço, exclusivamente masculino e de tomar atitudes ativas e independentes. Esse comportamento de mulher corrompida é identificado em diversas obras teatrais e literárias publicadas em tempos próximos do lançamento do *Ideólogo*. Alguns destes trabalhos são as peças teatrais *Dolls' House* (1879), do sueco Henrik Ibsen, *Magda* (1893), do alemão Hermann Sudermann,

³³ ASSUNÇÃO: 1909 Apud RAGO, L. M. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade em São Paulo (1890-1930)*. Campinas: Unicamp, 1990 (Tese de Doutorado). p. 79.

³⁴ LUZ, Fábio. *Ideólogo*. Rio de Janeiro: Typographia Altina, 1903. p. 8.

e os romances *La Garçonne* (1922), do francês Victor Margueritte, *Chijin no ai* (1924), do japonês Jun'ichiro Tanizaki. Assim, Eulina representa uma mulher que cria conflitos, desafiadora da moral masculina, ou seja, busca seu espaço social através de amantes. Negligência, assim, os deveres de esposa, de *domina domi* e recusa a maternidade por motivos estéticos. Tamanha é a independência que caminha sozinha e de forma sensual pelas ruas do Rio de Janeiro. Fábio Luz faz essa reconstrução narrativa para mostrar, no final, Elsa como a esposa-modelo, o *exemplum* a ser seguido por outras mulheres.

No romance, Elsa é filha de Alcibiades; porém, foram os avós que cuidaram de sua educação. Anselmo a conheceu depois que ela foi residir no Rio de Janeiro. Este se casa com Elsa após o falecimento de Martha. Depois de um casamento infeliz,

*Anselmo andava radiante, revelando nos modos, no trato, no olhar, um transbordamento de felicidade. Seu ideal de paz doméstica, de felicidade conjugal ele via realizado. Elsa era a perfeição! O seu lar um céu aberto. Uma ligeira nuvem não esturbara ainda a concórdia dos esposos. Elsa enchia a casa de alegria, de vida, e dos inebriantes perfumes de sua mocidade exuberante, de sua beleza tropical.*³⁵

³⁵ LUZ, Fábio. *Ideólogo*. Rio de Janeiro: Typographia Altina, 1903. p. 179.

A jovem esposa destaca-se, principalmente, por ter evitado a educação burguesa. Seu conhecimento baseia-se em estudos práticos que auxiliam eficientemente no gerenciamento do lar. A mãe-avó, Eulalia, narra a Anselmo os dotes da menina:

*Não se corrompeu com os romances da moda, nem nos internatos. Sua educação foi toda em casa. Quis ir para a Escola Normal, mas se aborreceu. Toca e canta primorosamente (...). Sem necessidade aprendeu a fazer doces, cozinhar e engomar. Depois lhe veio à mania de jardinagem, e pôs a rocinha em que morávamos no Canella e obrigou-nos a tomar professores.*³⁶

³⁶ *Ibidem*, p. 82-83.

Como esposa, organizava a casa com todo zelo e destreza. “Cada ornato, cada tetéia, cada distribuição cuidadosa de objetos indicava um gosto estético aprimorado, um zelo minucioso, uma graça esquisita, uma carinhosa inspeção, uma intuição artística”³⁷. Elsa auxiliava Anselmo também na defesa e construção de uma sociedade igualitária, ajudando-o através de trabalhos domésticos ou por participações políticas, como veremos no seguinte trecho:

³⁷ *Ibidem*, p. 180.

*Limitou por algum tempo a sua propaganda às fábricas e estalagens. Muitas vezes Elsa o acompanhava a título de irmã casada, e com ele passava dias na estalagem, cosendo roupinhas, dando conselhos às mães, fazendo-as crer na necessidade da higiene, do asseio.*³⁸

³⁸ *Ibidem*, p. 184.

Podemos deduzir, então, o apoio a uma camaradagem mais íntima e à compreensão mútua entre os cônjuges. O casamento baseado no companheirismo. A sociedade moderna precisava de mulheres que agissem por seu próprio senso de iniciativa, consciência e dever, não de mulheres que estivessem imobilizadas por maridos tirânicos ou àquelas envolvidas num mundo de futilidades. Segundo Izabel de León,

*A mulher moderna, livre e consciente, tem que construir o seu lar por uma outra forma, que não como até aqui construiu. É um absurdo querer aplicar velhos princípios na formação do lar moderno, como é um absurdo não compreender a mulher, de maneira nova e elevada, as próprias obrigações sociais. O lar, baseado sobre princípios de justiça e perfeita compreensão recíproca de direitos e deveres, estará menos sujeito ao dissolvimento.*³⁹

³⁹ LEÓN *Apud* BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade*. reestruturação da ideologia de gênero no Brasil de 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999. p. 66.

Essa mudança da mulher isolada para a mulher companheira não impediu que o homem se mantivesse como o chefe de família. A mulher continua sendo para o mundo masculinizado, um ser frágil, que necessita de um comando mais racional. Fábio Luz propõe, através do diálogo dos personagens Noronha e

Anselmo, que a mulher é por natureza uma carne fraca, presa fácil das paixões. Vejamos:

Não há dúvida que a educação influencie muito nestas cousas; mas há tendências indomáveis, Anselmo, Mulher e cão de caça pela raça.

— *Que dúvida! Mas para corrigir essas tendências é que não servem as carolices dos claustros, nem a educação dos livros.*⁴⁰

⁴⁰ LUZ, Fábio. *Ideólogo*. Rio de Janeiro: Typographia Altina, 1903. p. 219.

Os homens modernos consolidaram, por meio das leis que regulam o matrimônio, o seu desejo de manter sob controle as mulheres. Tentaram excluir as mulheres de todos os meios sociais, afastando-as da História. Tal idéia também foi corroborada pelos homens historiadores de nosso tempo. Contudo, desprezaram a própria natureza do ser humano, que, independentemente de sua posição social, convive e atua com o meio em que habita. Todo homem está sempre e em todo lugar representando um papel.⁴¹ As mulheres, ao desempenharem seu papel no casamento, fizeram-no em atenção a seus interesses. Com isso, transformavam o casamento profundamente com relação à norma legal sem, às vezes, desrespeitá-la frontalmente. Enfim, elas se utilizaram dos mecanismos de opressão para escapar ao controle.

⁴¹ GOFFMAN, E. *La presentación de la vida cotidiana*. Buenos Aires: Amorrortu, 1971.

Considerações finais

Para se estabelecer os modelos femininos contidos numa obra literária é necessário que se faça uma análise do recorte temporal e espacial no qual o autor se insere — afinal a prerrogativa máxima no estudo do passado é “o homem é sempre de seu tempo”, isso significa que mesmo quando contraria algo se vincula a outra proposta que lhe é contemporânea; além disso, como animal social, não pode abstrair-se das forças e discursos que a todo instante tentam-no no sentido de se vincular à psiqué humana. A partir desta identificação é que podemos estabelecer uma ligação

do romance com as representações simbólicas hegemônicas e contra-hegemônicas em trâmite na sociedade.

Para a “intelligentsia” burguesa, a sociedade era dividida em duas esferas: a pública e a privada. O modelo ideal restringia as mulheres ao ambiente doméstico, cuidando da casa, dos filhos e do marido; portanto, qualquer trabalho realizado pelas mulheres fora do lar era desprezível e perigoso. Apesar da idealização desde o final do século XIX, um grande contingente feminino, provindo, primeiramente, das classes pobres e, posteriormente, das classes médias urbanas, participou ativamente da força de trabalho brasileira. A complexibilidade das relações sociais com todos os seus antagonismos é presente no *Ideólogo*.

Referências

Fonte

LUZ, Fábio. *Ideólogo*. Rio de Janeiro: Typographia Altina, 1903.

Bibliografia Contemporânea

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade*: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil de 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999.

PANTEL, P. Schmitt. A história das mulheres na história da Antigüidade, hoje. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente*. Lisboa: Afrontamento, 1990.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996.

BOUDON, Raymond (Org.). A ação. *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

CORREIA, Francisco. Mulheres libertárias: um roteiro. In: PRADO, A. A. *Libertários no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DUBY, G.; PERROTT, M. (Org.). *História das mulheres no Ocidente*. São Paulo: Afrontamento, 1990.

FAVERSANI, F. A concepção de Estado em Sêneca. *Boletim do CPA*, Campinas, n° 5/6, 1998.

FOUCAULT, M. Poder – corpo. In: *Microfísica do poder*. Org. e Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. *A história da sexualidade: vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GOFFMAN, E. *La presentación de la vida cotidiana*. Buenos Aires: Amorrortu, 1971.

LUIZETTO, Flávio. O recurso da ficção: um capítulo da história do anarquismo no Brasil. In: PRADO, Antônio Arnoni (Org.). *Libertários no Brasil, luta: memória cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NADER, M. B. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. Vitória: EDUFES, 2001.

PASSETTI, E. Foucault Libertário. *Margem*. Faculdade de Ciências Sociais – PUC – SP, 1996.

PROUDHON, P. J. *O que é a propriedade?* 3. ed. Tradução Marília Caeiro. Lisboa: Estampa, 1997.

RAGO, L. Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade em São Paulo (1890-1930)*. Campinas: Unicamp, 1990 (Tese de Doutorado).

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, v. 16, n. 2, 1990. p. 5-22.

SILVA, G. V. da; NADER, M. B. & FRANCO, S. P. (Org.). *História, mulher e poder*. Vitória: EDUFES, 2006.

A flor do sertão: imagens femininas em *A Violeta*

Carlos Alexandre Barros Trubiliano
Carlos Martins Júnior

Resumo: O Estado Novo (1937-1945) foi um período de significativas mudanças para o Mato Grosso. O programa de colonização intitulado Marcha para Oeste, anunciado pelo Presidente Vargas, em 1937, renovou não só as perspectivas de desenvolvimento para o Estado, mas, ao mesmo tempo, abriu a possibilidade da chegada de novos agentes sociais. Levando-se em consideração essa configuração e que, sobretudo na primeira metade do século XX, os jornais se apresentavam como espaços privilegiados nos quais as elites dominantes travavam seus embates, expressavam pontos de vista políticos e emitiam seus projetos de desenvolvimento econômico e ordenamento da sociedade, este trabalho centrou no estudo sobre a revista mato-grossense *A Violeta* entre 1937-1945, observando especificamente a maneira como a imprensa representava as mulheres, por que e de que maneira eram reproduzidas tais representações e qual o lugar social de sua produção.

Palavras-chave: Imprensa. Mulher. Identidade. Representação. História.

Abstract: The New State (1937-1945) was a period of significant changes for the state of Mato Grosso. The so called '*Marcha para Oeste*' settlement program, which was announced by President Vargas in 1937 renewed not only

Carlos Alexandre Barros Trubiliano. Mestre/SED. trubiliano@hotmail.com
Carlos Martins Júnior. Doutor/UFMS. cmartins@dr.com

the perspectives of development for the state but at the same time opened the possibility for new social agents' arrivals. In the first half of the twentieth century newspapers were privileged spaces for the dominant elites to defend their theories, express political points of view, and present their projects of economical development and society order. Considering this configuration, this work is centered on the study of the Mato Grosso magazine '*A Violeta*' (1937-1945) specifically observing the way press represented women, why and in which way representations were re-produced and what was the social place of that production.

Keywords: Press. Woman. Identity. Representation. History.

Discutir periódicos femininos como *A Violeta* é pensar sobre as configurações identitárias femininas construídas na imprensa do século XX. Essas podem ser entendidas como produtos de convenções e estruturas de legitimação socialmente construídas e historicamente localizadas, que não apenas refletem as visões de mundo dos agentes envolvidos em sua construção, mas também contribuíram para a construção das identidades e da memória social da época.

No entanto, para que seja possível discutir o papel desses meios de comunicação na normatização de um modelo feminino, é necessário entender o seu uso, não apenas para transmitir informação e conteúdo simbólico, mas principalmente considerar que o uso desses meios implica na transformação das interações sociais e, muitas vezes, no surgimento de novas formas de práticas sociais. Segundo o cientista social John B. Thomson, "de um modo fundamental, o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder,

que não está mais ligado ao compartilhamento local comum”.¹

Sendo assim, é importante não perder de vista que o processo de formação ou configurações identitárias se tornou mais reflexivo e aberto com o desenvolvimento das sociedades modernas, na medida em que, para construir uma identidade coerente para si mesmos, os indivíduos dependem cada vez mais da alteridade². Concomitantemente, estes processos são cada vez mais alimentados por formas simbólicas mediadas, que expandem as opções disponíveis, à medida que enfraquecem a conexão com o local, pois permitem o acesso crescente a um conhecimento não local. Contudo, é preciso considerar que a identidade, ou melhor, as configurações identitárias, não são produtos de sistemas simbólicos externos, nem entidades fixas. Pelo contrário, são projetos que o indivíduo constrói ativamente com os materiais simbólicos a que tem acesso e com os quais “vai tecendo uma narrativa coerente da própria identidade”³, a qual se modifica com o tempo, à medida que novas experiências são vividas, gradualmente redefinindo a identidade.

Para pensar a produção dos periódicos femininos citados, recorreu-se a algumas perspectivas de Theodor Adorno que, ao analisar a cultura popular, assinala o caráter da repetição, da mesmice e da ubiqüidade. Tal fato, ao invés de acelerar o processo de conscientização, transforma-se em meio de controle psicológico, minimizando as forças de resistência individual, tornando o indivíduo automatizado.⁴ A fim de corresponder às expectativas de um público supostamente desiludido, atento e calejado, será esse o modelo que as publicações populares, dirigidas principalmente à mulher, irão empregar.⁵

Nas receitas que prescreve, a imprensa feminina não altera os princípios do conformismo e convencionalismo, dando já prontas ao público soluções para seus conflitos. O cotidiano da mulher é captado por tais publicações e as leitoras, muitas vezes, acabam se

¹ THOMSON, John. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p.14.

² GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p.29.

³ THOMSON, John. B. *Op. cit.*, p. 183.

⁴ ADORNO, Theodor. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade*. São Paulo: Nacional, 1975. p. 293.

⁵ NUNES Aparecida Maria. Uma História mal contada: A imagem da mulher nas publicações populares. Publicado em CD-ROM, *XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação*. Campo Grande, MS. setembro, 2001.

identificando naquelas páginas, na conversa mansa, no retrato do seu dia-a-dia.

Muitos dos assuntos tratados pelos periódicos dedicados à mulher são reinterpretados conforme os padrões de comportamento vigentes, falam de trivialidades. São receitas de bolo, cuidados com a beleza, conselhos sentimentais, notas de eventos. Enfim, um universo multifacetado que, apesar do caráter eclético, vive à margem do contexto jornalístico. Geralmente, as publicações dirigidas ao público feminino, acabam se transformando em um reflexo da vida cotidiana, da economia doméstica, das relações sociais, dos sonhos, dos desejos e das frustrações da mulher contemporânea.⁶

Nesse contexto, surgiu *A Violeta*, periódico de variedades que circulou em Cuiabá, nas cidades do interior Estado de Mato Grosso, bem como por algumas localidades do Brasil, durante a primeira metade do século XX, mais especificamente entre 1916 a 1950. Criado e mantido por uma associação literária feminina, o Grêmio Júlia Lopes de Almeida⁷, fundado na capital mato-grossense em 27 de abril de 1916, a revista fomentou parte da vida literária e intelectual da capital e do Estado durante o mesmo período.⁸

Em seu primeiro número, datado de 16 de dezembro de 1916, *A Violeta*, apresentava-se como: “o escrínio singelo que encerrará em cada uma das suas páginas os nossos primeiros ensaios na vida jornalística (...) a todas que conosco quiserem colaborar para o engrandecimento moral da nossa estremecida terra”⁹. Noutros, temos o periódico que pretendia ser um espaço para as novas escritoras iniciarem-se na profissão, na mesma medida que também se liga profundamente ao desígnio de moralizar a “estremecida terra” mato-grossense.

Segundo Yasmim Nadaf, a iniciativa da criação do Grêmio e da Revista, surgiu a partir de um grupo de estudantes normalistas da “Escola Normal de Mato Grosso”, em Cuiabá. Essas estudantes, ligadas a algu-

⁶ *Idem*. p.02.

⁷ Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), escritora e feminista, nasceu no Rio de Janeiro. Descendente de portugueses que se estabeleceram no Rio de Janeiro, onde Júlia aprendeu a ler com a mãe. Quando a família mudou-se para São Paulo, deu início à carreira literária. Escrevia constantemente matérias para diversos jornais. Partindo de um ponto de vista crítico, condenava, entre outras coisas, a escravidão, a violência sexual contra a mulher, a negação do voto feminino e a supremacia masculina. Foi atuante na defesa de seu ponto de vista, chegando a publicar diversos livros como *O livro das noivas*, 1896; *Livro das Donas e Donzelas*, 1906, entre outros.

⁸ O Grêmio foi criado em 26 de novembro de 1916 e o primeiro número de *A Violeta* foi publicado em 16 de dezembro do mesmo ano, em Cuiabá. *A Violeta*, 31/05/1935. p.2-5.

⁹ NADAF, Yasmim Jamil. Sob o signo de uma flor. *Estudo da revista A Violeta*, publicação do Grêmio “Júlia Lopes” – 1916 a 1950. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993, p. 23.

mas senhoras e senhoritas das elites cuiabanas, desejavam “cultivar as letras femininas e patricias”¹⁰. Portanto, já em sua fundação, *A Violeta* e o Grêmio ligavam a sua existência ao público leitor feminino e escolar, além de uma parcela também feminina da sociedade cuiabana que quisesse (ou tivesse condição) de cultivar as letras.

Inicialmente, a proposta de circulação de *A Violeta* foi bimensal, mas com o decorrer do tempo oscilou para a mensal e, posteriormente, à circulação de um número a cada quinzena, definido-se, a partir de 1920, pela circulação mensal, havendo, desde aí, dois números referentes ao mesmo mês somente nos casos de falhas de produção em algum mês anterior.¹¹

É interessante observar a estrutura física de *A Violeta* que, apresentando pequeno formato de brochura, 15x 23cm, em muito se assemelhava a um caderno escolar, livro de lições ou ainda a um diário íntimo, de uso muito comum das moças da época, em que, não raro, registravam poesias, provérbios e máximas de sua autoria ou de seus autores de preferência, escritos que também podiam ser encontrados nas páginas da revista.

Outro elemento importante a ser observado são as capas que, via de regra, publicava fotos de autoridades e personalidades ilustres estaduais e nacionais por ocasião de suas visitas a Mato Grosso, ou os homenageando em seus aniversários. Também há de se destacar a publicação de fotos registrando os festejos cívicos e militares. Além desta configuração, mas funcionando no mesmo sentido “instrutivo, útil e oficial”, mostrava-se também a ilustração de localidades públicas, como as igrejas, escolas, bibliotecas e praças.

A revista, sem diagramação sofisticada em seu formato e apresentação, é capaz de revelar a significação do novo papel da mulher, não mais restrito à esfera privada do lar, da intimidade familiar e conjugal, mas associado à esfera pública da sociedade. Contudo, é importante observar que nas páginas de *A Violeta* es-

¹⁰ NADAF, Yasmim Jamil. *Op.cit.*, 1993, p. 23.

¹¹ A periodicidade de publicação da revista variou nas décadas de 1930-1940, havendo números trimestrais e meses em que houve mais de um número. Mais dados sobre a periodicidade das publicações da revista em NADAF, Yasmim Jamil. *Op.cit.*

ses novos espaços de atuação feminina não dissociavam as mulheres dos papéis socialmente designados a elas: de obediente filha, dedicada esposa e virtuosa mãe. Como destacou Júlia Lopes de Almeida:

Não sei que haja, para uma mulher de coração, prazer comparável ao de criar seus filhos! Eu confesso, sinto um grande desvanecimento e um íntimo orgulho quando olho para o meu filho, criança robusta, que espalha por toda a casa o seu riso; e para a minha filhinha, que tem ainda o olhar dos que principiam apenas a viver (...) Não há mais nada encantador do que acompanhar o desenvolvimento de uma criança; e só a mãe pode seguir com atenção desde que crie, o desabrochar da inteligência e dos sentimentos de um filho (...) Ser mãe não é fácil, desde que a gente queira ser — como deve ser.¹²

¹² *A Violeta*. Cuiabá. Maio de 1941, p. 11.

Outro aspecto importante na estrutura das edições da Revista é sua abertura, que começa com uma *Chronica* abordando os mais diversos assuntos, desde comportamento até reivindicações de construção de obras públicas, e o seu fechamento com a seção Noticiário, que cumpre o roteiro fixo de relatar os acontecimentos sociais da capital e do Estado, tais como casamentos, visitas ilustres a Mato Grosso, viagens de personalidades das elites estadual, aniversários, nascimentos e notas de falecimentos.

Essa estrutura é significativa, uma vez que a vida real aparece tematizada na abertura e fechamento de cada número, haja vista que enquanto a *Chronica* tematizava reivindicações de progresso, o Noticiário pretendia descrever o cotidiano civilizado no sertão. No espaço entre essas duas seções, a variedade era grande, não havendo rigor no estabelecimento de seções.

Entretanto, durante o Estado Novo (1937-1945), constata-se a continuidade, o surgimento e o desaparecimento de alguns títulos. Em grande parte, eram artigos de entretenimento, que surgiram em determinado exemplar da revista e permaneceram temporari-

amente, alguns sucessivamente, outros mais esporadicamente. Dentre as seções editadas nesse período podem ser arroladas a seção “Perfil”. Surgida no número 3 da Revista, em janeiro de 1917, perdurando até agosto de 1941, essa seção trazia a descrição do perfil de um cuiabano ou cuiabana anônimos, cujo nome deveria ser desvendado pelo leitor¹³. Como exemplo disso temos a descrição de um perfil feito por Améri-ca Paes de Barros:

*Convidada a colaborar n'a A Violeta (...) procurarei ser fiel e clara na minha descrição (...) descrevendo o perfil de minha escolhida, a distinta senhorita: C.M.B. É uma creatura adorável, dotada de muitos atrativos e de uma perceptibilidade admirável (...) Tem uns olhos escuros e grandes aos quais superpõem umas sobranceiras finas e arqueadas, dando uma expressão carinhosa e meiga ao seu olhar (...) Simples nos seus modos, traça sempre com singeleza, dispensando os adornos e enfeites, da moda, por serem desnecessários para completar sua elegância e distinção. Despida de vaidades e preconceitos, tem um espírito elevado, não desfazendo de quem quer que seja (...) É bôa e caritativa, e por isso mesmo muito estimada. (...) Não há quem a conheça que não fique sua admiradora. Atenciosa e gentil, recebe sempre as amiguinhas com seu sorriso encantador.*¹⁴

¹³ NADAF, Yasmim Jamil. *Op.cit.*1993, p. 32.

¹⁴ *A Violeta*, Cuiabá. Agosto de 1941. Seção Perfil, p.13

A rigor, a seção “Perfil” procurava elaborar modelos de conduta para homens, mulheres, rapazes e, sobretudo, moças, que, assim como a senhorita C.M.B., deveriam ter como qualidades a delicadeza, a bondade e caridade para com o próximo, além de se comportarem com elegância e distinção perante a sociedade.

Outro exemplo significativo é a seção “Correspondência de D. Marta”. Surgida a partir de agosto de 1918, perdurando até 1940, essa seção editou as cartas ficcionais de Dona Marta, personagem que, segundo Yasmim Nadaf, teria sido criada por Maria Dimpina Lobo, uma das colaboradoras da Revista. Dirigindo-se sempre às leitoras como “Minhas Amiguinhas”, em tom professoral, D. Marta dava conselhos às “amáveis

leitoras”, ou fazia reivindicações de progresso para Mato Grosso, como exemplificado abaixo:

Caras amiguinhas

Nesta correspondência pretendo referir-me ao assumpto magno que me prende a atenção presentemente; aquelle que se encerra nessa phrase que se tornou vulgar, graças a sua alta significação para os interesses da Pátria — Rumo ao Oeste! (...) É brado, intelligente e enérgico de quem comprehende o que é o Brasil (...) Pois foi comprehendido por S. Excia. o Snr. Dr. Getulio Vargas, illustre filho do Sul (...) Rumo ao Oeste na representação verdadeira da sã política do Paiz, com a escolha de illustres filhos desta nossa terra — D. Aquino, General Eurico Dutra, Capitão Filinto Müller, General Rondon para nobres e importantes missões; Rumo ao Oeste na defesa da saúde publica, no traçado das estradas, na construção de prédios na incentivação da agricultura e, por ultimo, coroando toda a sua benemerência pelo nosso Estado, a sua visita a esta Capital.¹⁵

¹⁵ *A Violeta*, Cuiabá. Outubro de 1938. Seção Correspondência de D. Marta, p. 8-9.

Em consonância com o discurso do regime estadonovista, essa correspondência de D. Marta, editada em 1938, por ocasião da visita do presidente Vargas a Mato Grosso, também se traduzia no ideário da Marcha para Oeste: a imagem do progresso em marcha, sendo conduzido pelo grande líder da nação e os novos bandeirantes, ilustres filhos da terra que, juntos, seriam responsáveis pela pacificação e civilização do bravo sertão mato-grossense.

Também é possível destacar a publicação de alguns textos de renomados escritores da literatura universal e brasileira, tais como o de Rui Barbosa “5 de novembro – Dia da cultura”¹⁶, publicado em novembro de 1943, como parte das homenagens ao dia da Proclamação da República, e sonetos de Olavo Bilac como “Último Carnaval”¹⁷, publicado em fevereiro de 1940, que retratava a vida e morte de “herói folião”¹⁸. Tais textos compunham uma pequena amostra de seleção e intenção de formação de gosto dos leitores

¹⁶ *A Violeta*. Cuiabá. Novembro de 1943, p. 13.

¹⁷ *A Violeta*. Cuiabá. Fevereiro de 1940, p. 9.

¹⁸ *A Violeta*. Cuiabá. Janeiro de 1941, p. 10.

por parte da revista.

Nessa mesma linha, pode-se destacar os escritos de Victor Hugo, cujos recortes em suas obras procuravam ressaltar o exemplar, como no texto “A Mulher”¹⁹, no qual, o autor descreve as qualidades naturais inerentes ao feminino, representando a mulher como um “ser delicado, sublime, sensitivo que, ao chegar a maternidade” é o ser por excelência de amor e de justiça uma vez que, “a mulher se faz benéfica, a mulher se faz digna sendo mãe”. Com isso, *A Violeta* esforçava-se para divulgar as características naturais femininas como a delicadeza e a sensibilidade, valores idealizados para as mulheres, bem como, seu único, benéfico e digno papel: ser mãe.

¹⁹ *A Violeta*. Cuiabá. Agosto de 1941, p. 9.

No entanto, é preciso observar a existência de autoras da Revista que questionavam essas peculiaridades femininas. É o caso da professora Maria Dimpina Lobo, que teve sua vida marcada por realizações consideradas progressistas, à época. Bacharelando-se em Ciências e Letras pelo Liceu Cuiabano, em 1909, exerceu magistério na Escola Modelo “Barão de Melgaço” e no Colégio Particular “São Luiz”, do qual foi fundadora e diretora. Ingressou no funcionalismo federal por meio de concurso público para postalista dos Correios e Telégrafos, tornando-se a primeira mulher a exercer cargo público em Mato Grosso. Além disso, foi uma das fundadoras do Grêmio Literário “Júlia Lopes”, da Escola Doméstica “Dona Júlia Lopes de Almeida” e da Federação Matogrossense pelo Progresso Feminino.²⁰

²⁰ Dados obtidos em: NADAF, Yasmim Jamil. *Op.cit.* 1993, p. 59-60.

Numa de suas crônicas, intitulada “As meninas”, publicada em *A Violeta*, de agosto de 1941, Maria Dimpina aferia sua opinião a respeito da formação social da mulher.

“As Meninas

Responsáveis pela formação física, moral e espiritual das novas gerações das quais elas serão mães e educadoras, estarão elas,

com o curso ginasial apenas, aptas para o desempenho da sua mais nobre missão? (...) Muito digno de louvores é o interesse pelo desenvolvimento intelectual que confere o curso secundário ginasial. Mas nem sempre pode chegar até esse ponto a educação da mulher. Umas, em casa, aprendem o necessário para não serem de todo inexperientes na vida. Outras têm, como pendor natural, o instinto da educação doméstica. Mas, serão todas assim? Não serei eu a única a pensar, com interesse, neste problema do qual depende in totum a nossa formação social. Pensar não é bastante; precisamos de agir.”²¹

²¹ *A Violeta*. Cuiabá, agosto de 1941, p. 1. (grifo nosso)

Pode-se observar a reivindicação e conclamação da autora aos leitores a lutarem para a ampliação da educação feminina, destoando de discursos que limitavam a função social da mulher ao papel materno. A indagação da autora, “mas serão todas assim?”, questionava o tradicional lugar da mulher reclusa ao âmbito doméstico. Deste modo, Maria Dimpina reivindicava não apenas a possibilidade de maior acesso feminino á educação, mas a ampliação dos espaços de atuação das mulheres na sociedade.

Na mesma linha de raciocínio, vinha o artigo de três páginas (algo incomum nas edições da Revista) intitulado “A educação antiga e moderna da mulher brasileira”, de Raymunda Socci, publicado na edição de dezembro de 1941 de *A Violeta*:

A história da mulher no mundo é conhecida e muito se tem escrito sobre ela, desde a escravidão até o grau de aperfeiçoamento a quase soberania social a que chegou nos centros cultos.

Na antiguidade era a serva submissa, a mártir a “coisa possuída”, a sua ocupação social restringia-se ao trabalho caseiro e à sua função, aliás divina, à maternidade.(...)

A Mulher, segundo a rotina antiga por educação ou por índole, vivia numa apatia cruel, ignorando tudo, restringindo a sua liberdade, desconhecendo os seus direitos, confiando cegamente nos pais, irmãos e maridos (...)

Mas hoje elas se emanciparam, educaram o seu espírito e quando tocadas pelas necessidades ocasionais denotam rara energia,

sabedoria econômica admirável, verdadeiras estadistas de suas famílias. (...)

*Brasileiras, a vossa liberdade estará assegurada, quando a vossa ação econômica, educadora, intelectual e moral se tornar energia real no meio pátrio, porque há quem considere o trabalho feminino uma diminuição. É um grande erro, vos afirmo, pois quantas infelicidades a mulher pode evitar quando tem uma profissão! Não esperéis mais.*²²

²² *A Violeta*. Cuiabá. Dezembro de 1941, p. 5; 20-21.

O fato é que esses discursos muitas vezes se chocavam com o de outros autores que escreveram na revista e, sobretudo, com os ideais defendidos por boa parte das elites masculinas mato-grossenses que entendiam o papel feminino como exclusivamente o de filha, esposa e mãe.

Ainda sobre a publicação dos mais diversos tipos de textos destacam-se as produções de autores mato-grossenses, “ilustres filhos da terra”, tais como D. Francisco de Aquino Corrêa (1885-1956). Arcebispo da igreja católica em Cuiabá, presidente do Estado entre 1918 e 1922 e primeiro mato-grossense a se tornar membro da Academia Brasileira de Letras, em 1929, D. Aquino publicou em *A Violeta* quase todos os seus discursos retórico-religiosos e políticos, posteriormente transformados em livro, além de poesias e artigos de orientação para as famílias como:

O PÁTRIO PODER

D. Francisco de Aquino Corrêa

“Ó pais e mãis, afastais para longe de vós, tamanhas desgraças: Compenetrai-vos de que vos casastes para bem criardes os filhos tudo o mais é aí secundário. Se vossos filhos forem maus, o vosso casamento terá sido uma calamidade, não só doméstica, que também social. Mas se derdes filhos dignos à Igreja e à Pátria, tereis feito jus à mais rica das estátuas, ou melhor, os vossos próprios filhos serão outras tantas estátuas, vivas e gloriosas, a proclamarem, diante de Deus e dos homens, as vossas benemerências. É o caso de repetirmos aqui com o príncipe dos oradores roma-

nos: << Que maior ou melhor serviço podemos prestar à República do que ensinar e educar a juventude? >>

*(...) Os filhos, diz o sumo filósofo S. Tomás de Aquino, << são naturalmente alguma coisa dos pais >>”.*²³

²³ *A Violeta*. Cuiabá. Outubro de 1941, p. 3.

Nesse rol, também é possível destacar os escritos de José de Mesquita (1891-1961). Jurista, historiador, poeta, genealogista e cronista, esse autor foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em 1919, e da Academia Mato-grossense de Letras, em 1921, da qual foi Presidente, desde a sua fundação até 1961, data de seu falecimento.

Mesquita teve marcante participação nas páginas da *A Violeta*. Publicou inúmeras poesias, várias de cunho regionalista e outras em que também emitiu representações sobre o feminino, a exemplo de “Folhas de Álbum”, coletânea na qual eram sempre dedicadas poesias a uma senhora da sociedade mato-grossense:

Folhas de Álbum

José de Mesquita

(No Álbum de D. Maria Fischer Leite)

“A alma da Mulher tem duas asas

Que elevam alto, junto à Divindade.

É com elas que, em surto, aos céus se ergue

Num revoar de espiritualidade.

Uma é o Afeto que vota ao Esposo, aos filhos.

Outra a dedicação à Humanidade

Só as almas eleitas as possuem:

*Chama-se aquela, — Amor; esta, — Bondade*²⁴

²⁴ *A Violeta*. Cuiabá. Dezembro de 1944. “Folhas de Álbum”, p. 11.

Assim como nos exemplos acima, as poesias, poemas, crônicas e artigos, publicados por outros autores, tiveram as mais diversas inspirações, como o regionalismo, o amor à pátria e, sobretudo, a idealização da mulher e seu efetivo papel na família. Talvez a edição dessa produção literária pela revista tivesse relação não apenas com os temas, mas com os autores, reve-

lando assim uma possível estratégia conciliadora entre as mais diversas opiniões sobre o papel da mulher na sociedade.

O fato é que a influência do Grêmio Júlia Lopes e de *A Violeta* na sociedade letrada (ou letranda) de Cuiabá e de Mato Grosso espalhou em muitos sentidos os objetivos a que se dispuseram seus colaboradores e associadas. O Grêmio não só registrou, como fomentou muito da vida cultural cuiabana e do Estado, promovendo ações e eventos culturais.

Dado importante a ser apontado é a distribuição gratuita dos exemplares de *A Violeta* a partir junho de 1935, momento em que a revista passou a ser financiada por colaboradores e colaboradoras pertencentes às camadas sociais mais abastadas de Cuiabá, os quais, não raro tinham suas fotos ou caricaturas publicadas nas páginas e capas da Revista, gesto que pode ser interpretado como uma forma de agradecimento, por parte das redatoras, pela colaboração recebida.²⁵

Outras formas de obtenção de recursos eram, de um lado, os anúncios, quase sempre junto ao “Noticiário”, os quais variavam de remédios, como o Regulador Gesteira, até a divulgação de empresas comerciais e a oferta de serviços autônomos de médicos e advogados, de outro lado, a execução de festas e eventos beneficentes realizados em prol do Grêmio Literário, a exemplo da *A Violeta falada*”, ocorrida em fevereiro de 1939, que contou com “números extraordinários de cantos, declamações e anúncios”²⁶.

Além desses, a Revista divulgava eventos que faziam parte de festejos da comunidade em geral, sempre úteis e instrutivos à sociedade mato-grossense, como se observa na crônica “Salve 21 de abril! Data memorável e brilhante”²⁷, assinada por Isabel de Campos, que descrevia a importância das comemorações cívicas e do festejo da data 21 de abril, observando-se, também, uma quantidade significativa de notícias sobre eventos realizados em benefício de entidades filantrópicas que, em geral, contavam com o envolvi-

²⁵ PAROLIN, Maria Inês. *A nação em A Violeta: um roteiro de leitura*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Unicamp, 2003, p. 47-48.

²⁶ *A Violeta*. Cuiabá. Fevereiro de 1939, p. 11.

²⁷ *A Violeta*. Cuiabá. Abril de 1939, p. 05-06.

mento do Grêmio. Exemplo disso foi a campanha do Grêmio Júlia Lopes para a arrecadação de brinquedos e roupas em prol das crianças pobres cuiabanas, noticiada em *A Violeta*, de dezembro de 1938, e o apoio à campanha de D. Eunice Weaver a favor de melhorias aos leprosários.

Dado importante que podemos obter, através da observação da participação dessas elites matogrossense nas campanhas filantrópicas, nos eventos culturais e cívicos, é alguma informação sobre o gosto ou o que se considerava como um divertimento saudável, civilizado e familiar.

Nesse sentido, há que se destacar que, entre 1918 a 1945, Cuiabá passou por importantes reformas culturais e de infra-estrutura, como a instalação de iluminação elétrica, o alargamento, em 1919, das ruas para o trânsito dos primeiros automóveis²⁸, a Reforma Sanitária Júlio Muller²⁹, cujo Regulamento Sanitário, de 1938, criou o Departamento de Saúde do Estado de Mato Grosso; a inauguração da Colônia de Leprosos de São Julião, em 1941, a fundação do Abrigo dos Velhos e do Abrigo Bom Jesus, para crianças carentes, a construção da ponte sobre o rio Cuiabá, da estação de tratamento de água e do Colégio Estadual de Mato Grosso.

Nesse período, definido por Lenine Póvoas como de consolidação dos ideais republicanos, em Mato Grosso³⁰, ao que tudo indica *A Violeta* firmaria um pacto com o Estado Novo de Getúlio Vargas, transformado, nas páginas do periódico, em símbolo de uma nova República, responsável pela culminância de um projeto progressista e civilizador para o Brasil e, sobretudo, para Mato Grosso³¹. Conforme o poema “Brasil Novo”, de Clefier de La Croix:

Brasil, cabloco rijo, leal e forte
Sob este céu tão lindo e tão azul,
Teus filhos caldeados pelo Sol, do Norte
Apertam as mãos dos filhos teus, do Sul

²⁸ Essas obras fizeram parte das comemorações do bicentário de Cuiabá e do descobrimento de Mato Grosso.

²⁹ A Reforma sanitária Júlio Müller — que deveria representar um avanço nas questões de Saúde Pública em Mato Grosso, no sentido de favorecer uma maior e melhor interferência e atuação do poder instituído nos problemas enfrentados pelas camadas menos favorecidas da sociedade não saiu do papel. NASCIMENTO, Heleno Braz do. *A lepra em Mato Grosso: caminhos da segregação social e do isolamento hospitalar (1924-1941)*. Dissertação de Mestrado em História. Cuiabá: UFMT, 2001. p.152.

³⁰ PÓVOAS, Lenine. *Síntese da história de Mato Grosso*. 2. ed. São Paulo: Resenha, 1992. p.41-91.

³¹ NADAF, Yasmim Jamil. *Op. cit.* 1993. p.198.

*Num amplexo de amor, de luz e de grandeza
bem cedo crearás por entre sóis
a tua raça própria cheia de firmeza
e em todos os filhos teus enxergarão heróis,*

*Já são outros os tempos, os tempos estão mudados,
Os teus inimigos cruéis, falsos e malvados
temem aproximar-se já de tuas plagas.*

*É que para honra e glória do teu povo,
Brasil, tu marchas num Estado Novo
Sob o pulso viril de um GETULIO VARGAS.*³²

³² *A Violeta*. Cuiabá. Dezembro de 1942, p. 20.

Pode-se observar, em *A Violeta*, a adoção um discurso nacionalista que responde ao ideal de pátria proposto pelo regime varguista. Os textos do periódico assumiram, então, uma feição de civismo, delegando diretamente ao papel social idealizado para a mulher a responsabilidade no cuidado de sua pequenina pátria — a família — ou de sua grande pátria, a nação. Com isso, *A Violeta* cumpria o objetivo do “desenvolvimento intelectual da mulher matogrossense”, informando e formando em seus leitores o ideal de nação e o ideal de mulher.

Para tanto, havia todo um investimento na figura da mulher como símbolo do progresso da nação, como se observa no artigo de Yvone de Barros Machado, “A hora é da maior união nacional”³³, no qual a autora argumentava sobre o papel feminino no estabelecimento de uma “fraterna união nacional” para o avanço do país.

³³ *A Violeta*. Cuiabá. Abril de 1943, p. 8.

Em meio a essa discussão, a instituição família era apresentada como baluarte da preservação dos “bons costumes” — expressão amplamente utilizada nos artigos do arcebispo D. Aquino, a exemplo do citado O Pátrio Poder, em que a educação exemplar dos filhos os tornariam dignos da Igreja e da Pátria. Deste modo, a Igreja, nas páginas da revista, determinava os papéis sociais que os cônjuges deveriam cumprir na socieda-

de, bem como a formação moral das novas gerações de servirem a Deus e a Nação.

Esse projeto moralizador, defendido pelo clero cuiabano por meio de seu porta-voz, o arcebispo D. Aquino, alertava aos leitores de *A Violeta* sobre a perigosa transição dos costumes vinda com “modernidade”, terminologia comumente utilizada nas páginas da Revista, podendo a mesma ser compreendida como um choque com o “tradicional” ou com o padrão moral instituído.

Posturas que tivessem a ousadia de contrariar o padrão vigente, concorrendo para a desagregação da “harmonia” familiar, deveriam ser reprovadas, como sugere a crônica de Maria Dimpina, publicada em setembro de 1945, condenando o projeto de lei propondo a criação do divórcio:

*Nesta época em que a tranqüilidade do lar e o respeito à probidade da família estão ameaçados pela propaganda ignominiosa do divórcio, dos casamentos provisórios e de outras imoralidades que tais (...) Não pode, digamos com fê e convicção, passar no Brasil, aos aplausos e palmas dos propagandistas dos amores livres, defendida pelo silêncio dos tímidos e comodistas, acobertada pelo apóio de uma duvidosa e falsa moral, uma lei que irá aumentar e incrementar a desunião dos esposos, quebrando essa indissolubilidade conjugal, que é o meio seguro de garantir a paz e a tranqüilidade dos filhos, o sossêgo tão agradável de uma velhice confortada pelo aconchego de um amor sincero e confiante...*³⁴

³⁴ *A Violeta*. Cuiabá. Setembro de 1945, p. 1-4.

Aqui, a condenação ao divórcio estava ligada a uma idéia de casamento como forma de preservar a ordem social através da “boa formação” das famílias. Desse modo, a iniciativa de deixar o lar, partindo tanto dos homens como das mulheres, demonstrava o fracasso do modelo de casamento adotado, nas décadas de 1930-40, pela Igreja e pelo Estado, reforçado pelas autoridades médicas:

O Estado não só apresentava incentivos materiais para estimular casais a se casarem e a ter filhos, mas também empregava técnicas mais coercitivas para fazer cumprir as normas modernas. Entre estas, a aprovação de leis 'protetoras', que limitavam a participação das mulheres na força de trabalho, a utilização de sanções penais antigas e novas para punir infratores graves e o desenvolvimento de um corpo de assistentes sociais encarregados de monitorar o comportamento das famílias pobres. A Igreja, com o apoio do Estado, desenvolvia ampla rede de organizações leigas que penetravam todos os aspectos e classes da sociedade urbana, com o propósito de difundir sua doutrina social conservadora. Os psiquiatras definiam os limites da 'normalidade' e contribuíam para que esses limites fossem observados mediante a instalação de asilos em que os dissidentes eram segregados da sociedade (...). Em suma, as relações íntimas entre homens e mulheres tornaram-se objeto de vigilância e controle público cada vez maiores, tendência que acompanhava e complementava as tentativas crescentes do Estado de passar a se envolver em todos os aspectos da vida social. (...) Justificando o papel que assumiam, sustentavam eles que 'o casamento é uma instituição eminentemente social. Interessa mais à coletividade do que ao próprio indivíduo'.³⁵

Assim, mesmo diante das transformações inerentes aos projetos de modernização e urbanização que ocorriam no período, bem como a inserção da nova mulher na sociedade, possivelmente para Maria Dimpina a concepção de lar doméstico, segundo o padrão moral instituído e construído a partir do casamento, tinha na mulher o sustentáculo básico. A mulher cumpria o papel social de esposa e mãe, reinava no lar com o objetivo de divulgar os ensinamentos cristãos, oriundos de uma educação severa e modelar, em que imperavam a obediência (tanto da mulher quanto dos filhos) e o temor a Deus, sendo então o divórcio uma transgressão das leis da Igreja, instituição para a qual o matrimônio duraria "até que a morte vos separe".

Na família idealizada nas páginas de *A Violeta*, muitas vezes, de cunho conservador, a mulher estava

³⁵ BESSE, S. K. *Modernizando a desigualdade* reestruturação da ideologia de gênero no Brasil: 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999. p.64.

incumbida de ser a “rainha do lar”, aquela que governava a família no espaço do privado, e, sobretudo, no divino cuidado com a prole. A maternidade, segundo a opinião das pessoas que escreviam na revista, era de renúncia aos prazeres do mundo e de total dedicação aos filhos, como na crônica de maio de 1942, em que a articulista Maria Dimpina descreveu a importância da maternidade:

*Saúdo-te, mulher incomparável, pelo, muito que fizeste para gran-
jejar o nome glorioso e santo de mãe!*

*Os sofrimentos físicos, os desvelos, as vigílias, os temores, os
cuidados, tudo foi para ti como espinhos dolorosos espalhados na
longa trajetória de tua vida, picando-te... ferindo-te ...*

Não fugiste... não abandonaste a rota...

*Um dia atingirás o apogeu da glória na felicidade e na glória de
teus filhos, que soubeste preparar com a tua lúcida inteligência,
qual outra Nancy Flyot, de quem o filho Tomás Edison disse:
“Minha mãe fez, o sou!”*

*Mas, serás talvez, Rosa Fonseca dando, já sexagenária e viúva,
seus filhos à Pátria, com estas palavras que merecem ser grava-
das nos corações maternos, em todos os tempos; “ Ide meus fi-
lhos, a Pátria precisa de vós mais que eu! ...”³⁶*

³⁶ *A Violeta*. Cuiabá. Maio de 1942, p.1-3.

No lar idealizado, a mãe, em um gesto de altruís-
mo e abnegação, tem a sagrada e patriótica função de
formar as novas gerações dentro dos bons costumes,
ensinando, sobretudo, em um período beligerante, o
sublime amor à pátria. Deste modo, as mães deveriam
encarar com orgulho a ida dos seus filhos à guerra,
uma vez que esta atitude incondicional de bravura à
nação demonstraria a prodigiosa educação dada por
elas.

Assim, a Revista ia instruindo o papel pedagógico
a ser cumprido pelos pais, sobretudo as mães, na ma-
nutenção e sucesso de um modelo moralizador,
civilizador e higiênico para a sociedade mato-grossense.
De geração em geração, deveria ser ensinada aos fi-
lhos a melhor maneira de se comportarem nos espa-

ços público e no privado. Neste sentido, as bases que sustentavam essa sociedade eram as instituições família e casamento que se apoiavam em uma idealização da mulher.

Sendo assim, a sociedade tinha na família o baluarte de sua existência, e esta, por sua vez, identificava no casamento, monogâmico e indissolúvel, uma base teoricamente firme. Já o casamento estava atrelado à figura feminina ideal como eixo principal da vida conjugal; essa idealização esposa-mãe-dona-de-casa provinha, segundo Margareth Rago, de um discurso burguês que buscava ordenar a sociedade.³⁷

Por fim, o processo de modernização dos espaços e costumes em desenvolvimento em Mato Grosso, durante o Estado Novo, tornou-se, ao mesmo tempo, objeto de crítica e aspiração por parte dos mais diferentes setores da sociedade. Em meio a essas transformações, *A Violeta* serviu de “caixa de ressonância” para vozes dos mais distintos grupos políticos expressarem suas opiniões, fossem progressistas, conservadoras ou moderadas, sobre a mulher mato-grossense.

No interior dessa diversidade de opiniões, há elementos que permitem vislumbrar um “pensar” sobre a construção de uma nova mulher, fundamentado essencialmente no perfil de uma nova mãe, virtuosa, dedicada e amorosa. As mulheres, respaldadas e autorizadas pelo enaltecimento do papel de mãe como regeneradora do homem e da sociedade, buscavam também ampliar seu espaço, promovendo a sua inserção em espaços públicos, através do trabalho fora do lar, da participação na imprensa e na política, setores até então monopolizados pelos homens.

Concomitante a essa nova postura feminina, *A Violeta* trazia opiniões como as da escritora Maria Dimpina Lobo, que buscava ampliar o universo feminino apresentando uma nova mulher, não apenas limitada como mãe e dona-de-casa. Através de seus discursos, Maria Dimpina propunha essa identidade negociando habilmente com setores mais conservadores da sociedade.

³⁷ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil: 1890-1930*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 82.

Deste modo, a escritora reivindicava avanços como a ampliação da educação feminina e uma maior inserção e liberdade da mulher no espaço público, mantendo, no entanto, os papéis que lhe foram conferidos pela Igreja, pela ciência e pela imprensa.

Em contrapartida, essa nova mulher encontrava maior resistência entre grupos sociais conservadores, que tiveram nas páginas da *A Violeta*, o arcebispo cuiabano D. Francisco de Aquino Corrêa como seu maior porta-voz. Através de seus escritos, D. Aquino procurava indicar o caminho “certo” a ser seguido por homens e mulheres, produzindo uma modelagem direcionada ao comportamento feminino, devido a sua vocação natural, na qual circunscrevia a mulher à esfera doméstica e às funções de esposa e mãe.

Deste modo, pensamos que o projeto da revista não seja uniforme, à medida que ele vai apresentando aos seus leitores diferentes orientações e opiniões sobre o papel da nova mulher.

Referências

ADORNO, Theodor. A indústria cultural. In: Gabriel Cohn (Org.). *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade*. São Paulo: Nacional, 1975.

ALBERT, P.; TERROU, F. *História da Imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Edunesp, 1998.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

ARIÉS, Philippe. A história das mentalidades. In: LE GOFF, J. (Org.). *A história nova*. 3. ed. São Paulo. Martins Fontes. 1995.

_____. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ASSIS, Machado de. *Helena*. Coleção grandes obras da língua portuguesa. Jaraguá do Sul: Avenida Santa Catarina. 2004.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 1.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O belo sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) UFRJ. Rio de Janeiro: 1988.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)*. Tese (Doutorado em História Social) USP. São Paulo: 1997.

_____; FERREIRA JR, Amárico. De freguesia a capital: 100 anos de educação em Campo Grande. In: *Campo Grande – 100 anos de construção*. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

BITTAR, Mariluce. Política de educação na região sul de Mato Grosso e a influência da congregação salesiana. Comunicação apresentada ao *VI Congresso Internacional da Brazilian Studies Association – BRASA*, Atlanta, Geórgia/USA, 4 a 6 de abril de 2002.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Portugal: Publicações Europa-América, 1976.

BURMAN, Erica. *La desconstrucción de la psicología evolutiva*. Trad. José Luis González Díaz. Madrid: Visor. 1998.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In: FREITAS, Marcos Cesar de (Org.). *Historiografia brasileira em*

revista. São Paulo: Contexto/USF, 1998.

_____. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e peronismo*. Papirus: Campinas, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARELI, Sandra da Silva. Abaixo as “mães desnaturadas”: estratégias da imprensa rio-grandense na construção do aborto provocado como uma prática nociva à sociedade. Texto disponível nos *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. História: Guerra e Paz. Universidade Estadual de Londrina. 2005.

CASSIANO, Luiz de Carvalho. *Marcha para Oeste: um itinerário para o Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em História) UnB. Brasília: 2002.

CENTA, Maria de Lourdes e ELSEIN Ingrid. Reflexões sobre a evolução histórica da família. *Revista família, saúde desenvolvimento*, Curitiba, v.1, n.1/2, p.15-20, jan./dez. 1999.

CORREA, Dom Aquino. *Terra natal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 3 ed. 1940.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa. Difel, 1990.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. *Revista de História: nova série*. São Paulo: USP, n. 114, jan./jun., 1983.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. 7. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1981.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. *História da sexualidade, 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal. 1980.

_____. *História da sexualidade, 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal. 1985.

GALETTI, Lyliá da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. Tese (Doutorado em História) USP. São Paulo: 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LASMAR, Cristiane. *Dicionário mulheres no Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, nordeste e centro-oeste*. Campinas: Unicamp, 1985.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1910): uma face do conservadorismo*. São Paulo: Unesp, 1996.

MORENO, Gislaene. *Os (des) caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) USP. São Paulo: 1993.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Ática, 1978.

NADAF, Yasmim Jamil. Sob o signo de uma flor. *Estudo da revista*

A Violeta, publicação do Grêmio “Júlia Lopes” – 1916 a 1950. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PAROLIN, Maria Inês. *A nação em A Violeta: um roteiro de leitura*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Unicamp, 2003.

PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas*. Uma questão de classe. Florianópolis: UFSC, 1994.

_____. Mulheres do sul. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

PERROT, Michele. Em que pé está a história das mulheres na França. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Marco Zero/ANPUH, v. 15, n. 28, 1995.

_____. *Os excluídos da História*. Petrópolis: Vozes, 1987.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: Imaginando o Imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Contexto/ANPUH, v. 15, n. 29, 1995.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar — a utopia da cidade disciplinar*. Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

REIS, Maria Cândida Delgado. *Tessitura de destinos: mulher e educação*. São Paulo: Educ, 1993.

ROHDEN, Fabíola. *A construção da 'natureza feminina' no discurso médico*. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

ROSSI, Michelle Pereira da Silva; INÁCIO FILHO, Geraldo. As congregações católicas e a disseminação de escolas femininas no triângulo mineiro e alto paranaíba. *Revista HISTEDBR* On-line,

Campinas, n.24, p.79-92, dez. 2006.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História*. Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 1991.

SIMILI, Ivana Guilherme. O que virou moda na guerra? As voluntárias da Legião Brasileira de Assistência no Jornal Correio da Manhã. Texto integrante dos *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo*. ANPUH/SP – UNESP/ Assis, 24 a 28 de julho de 2006. CD-Rom.

SIMIONATO, Marlene Aparecida Wischral e OLIVEIRA, Raquel Gusmão. Funções e transformações da família ao longo da história. *Anais do I Encontro Paranaense de Psicopedagogia – ABPppr* – nov. 2003.

SOHIET, Raquel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1910)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

RESENHA

O matriarcado em pernambuco: voz e gestos insurgentes em Tereza Lins de Siqueira

Ricardo Japiassu

É preciso revelar que, por mais de 16 anos, guardei escondido de mim mesmo, no fundo do baú de vime, algo muito além dos fragmentos do que me chegou da biografia de Teresa Lins de Siqueira — escrita em máquina datilográfica, em pasta pintada a pastel pela artista plástica luso-brasileira Taciana Melo — desta matriarca do Sertão de Pernambuco. Escondia, sim, mais que isso, a nossa sensibilidade extrema e a cumplicidade — de almas — ímpares.

Na ocasião das atividades de pesquisa, ocorridas no primeiro semestre de 1991, escrevi cinco reportagens inéditas sobre mulheres que, pelas atitudes diferenciadas e coragem absoluta ante o seu tempo, tiveram trajetórias marcantes (apesar de não divulgadas, até então) na História, o que provarei, especificamente sobre Teresa Lins de Siqueira (dona Téca, ou Tequinha, na intimidade), neste breve ensaio. Especificamente, observei o fenômeno do matriarcado em Pernambuco na região do polígono das secas, o Sertão, onde destacaram-se: Yayá de Brito, precursora da industrialização do doce no Estado; Joana Chalegre, que se impunha furiosa ante qualquer traição conjugal; a líder política Lindaura Santana e, por fim, a abolicionista Carolina Ferraz.

Ricardo Japiassu. Doutor em Literatura pela USP; jornalista e escritor.

Vale salientar que todas viveram entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. Dessa forma, delineeí, primeiro, o meu corpus e campo de pesquisa, concomitantemente: tempo e espaço. Vale a pena ressaltar, também, que três destas personagens: Yayá de Brito, Lindaura Santana e Carolina Ferraz, compuseram uma série de reportagens publicada pelo *Jornal do Commercio* do Recife, por mim redigidas, em setembro de 1995, intitulada *Matriarcas Pernambucanas*. Ainda sobre Carolina Ferraz, a Profa. Dra. Luzilá Gonçalves Ferreira, então docente da Universidade Federal de Pernambuco, pinçou informações, que publicou, ilustradas com fotografia, no seu livro *Suaves Amazonas*, em 1999. Por fim, os feitos e mandos de Joana Chalegre foram publicados no meu livro *Conceição da Pedra*, lançado em junho de 2005. Voltando a Dona Téca, ela nasceu na segunda metade do século XIX e viveu até o alvorecer da terceira década do século XX. Essa História permaneceu intocável, até mesmo pela parcimônia dos seus descendentes em relação aos fatos, o que não constituiu má realidade. Amadureci, então, em duas vertentes: profissional e psicologicamente, para melhor entender e desvendar seu legado afetivo à História. Retornaremos a esse assunto, especificamente sobre dona Téca, ainda mais adiante, de forma esmiuçada, sendo esta representante feminina, especialmente, o foco do meu resumo para a revista *Espaço Feminino*.

Antes, porém, de aprofundar-me sobre o tema, gostaria de apresentar alguns problemas existentes na coleta de subsídios para a feitura dos textos. Atesto que, em particular, esta pesquisa não foi fácil. Os parentes que conhecem os fatos que a ela concernem, em muito, negam-se a revelá-los. Por vergonha? Por pudor diante de uma transgressora do seu tempo? Embora, ao pôr as cartas na mesa, eu sempre a apresentasse como precursora e arauto do ativismo feminino. Outro aspecto é a distância da capital, pois as cidades onde residiram as matriarcas, por mim abraçadas, são

bastante distantes, tanto do Recife, onde resido, quanto umas das outras, em suas respectivas localidades. Impossibilitava-se, assim, uma única incursão ao Sertão pernambucano. Foram, portanto, horas de viagem; uma delas, em especial, foi até a cidade de Sertânia, a 316 Km. Do Recife, na região do Sertão do Moxotó pernambucano, onde cheguei em caminhão de carga, sentado por sobre o milho da carroceria, quando encontrei migalhas do legado de dona Téca. Faltaram aqui, entretanto, o batistério e certidões de casamento, visto que a Matriz de Nossa Senhora da Conceição tinha por hábito destruir os seus arquivos.

O segundo aspecto, o também o tempo apagou detalhes das narrativas emocionadas e vivas. Esquecer qualquer detalhe, para uma pesquisa especificamente ancorada na oralidade, consiste em perca indelével. Era urgente era tomar os depoimentos, o mais rapidamente possível: os da memória viva, ou seja, pessoas que, de alguma forma, conviveram com dona Téca, pois que já se encontravam em idade bastante avançada e tinham a mente distante, com dificuldades de demarcar datas e acontecimentos. Por exemplo: como o cemitério de Sertânia foi transplantado de lugar, perderam-se as lápides que indicavam datas de nascimento e falecimento. Dessa forma, os descendentes de Tequinha limitaram-se a revelar que nascera no Dia de Finados. Também não se sabia data do casamento e como o fora. Informações dessa natureza eram tidas como menores por aquela geração. Isso implica, bem melhor expondo a chaga, que, até esta data, muito pouco, melhor dizendo, quase nada, tinha sido escrito sobre a História privada ou mesmo marginalizada do interior de Pernambuco. Nada consta por entre os grandes feitos dos homens, estes, sim, coronéis entronizados e laureados, o comandar feminino.

O último aspecto, certamente o que mais me chocou, retomo a questão, foi a vergonha dos familiares em retratar os feitos dos antepassados, embora estivessem tais informações muitíssimo comprometidas,

indelevelmente, com carga afetiva e emocional, com o meu objeto de estudo: Teresa Lins de Siqueira. De todas as personagens pesquisadas, a História de dona Téca constituiu-se a mais resistente. Pudera: punha ela Sertânia, sob suas estribeiras, de ponta cabeça. No fundo, havia muito amor a esconder, por parte dos seus entes de sangue. Talvez contaminado por tal admiração e força, deixei tanto tempo esta biografia escondida, vindo à ribalta no momento em que assumo meu lugar na minha própria História, quando, sensivelmente, começo a tomar posse de mim mesmo, dos meus bens e dos meus afetos.

Revelo ainda que, ao redigir o texto de abertura do meu *Projeto Experimental em Jornalismo Impresso*, apresentado ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Católica de Pernambuco, para a conclusão do curso — habilitação em Jornalismo — acolhi dona Téca como tema de abertura. Lembro claramente que, na ocasião da primeira redação, após a feitura do texto, adormeci e, febril, sonhei com ela me falando.

Quanto aos procedimentos investigativos, informo a minha primeira incursão sobre o assunto *Matriarcas Nordestinas e o imaginário brasileiro*, financiada pelo CNPq, em 1990, que foi minha primeira pesquisa científica, orientada, na época, pela Profa. Dra. Luzilá Gonçalves Ferreira. Afeição-me ao tema, que agora concluo meus trabalhos, no que concerne à voz e a ribalta das matriarcas pernambucanas, em forma de texto para esta última edição, da revista *Espaço Feminino* dedicada à presença da mulher na História.

Obtive o primeiro contato com dona Téca através de um primo, José Etelvino Rafael Lins de Albuquerque, num encontro casual, na cidade de Arcoverde — “a porta do Sertão” — em que, ouvindo as minhas narrativas, falou-me de uma Tequinha, sua bisavó, cujos traços se assemelhavam aos de uma matriarca. Na ocasião, firmei com ele uma visita ao seu pai, seu Arcôncio, então com 87 anos, que fora criado pela avó, dona Téca, haja vista a morte do pai Etelvino Lins de

Albuquerque, ainda jovem, quando tinha o filho tenra idade.

A tarde era quente, como quente é o semi-árido nordestino, Sertão um tanto decadente, melancólico. O vermelho rajava o céu de Sertânia, quando cheguei até ao alpendre onde seu Arcôncio Lins de Albuquerque me aguardava. Negou-se a gravar entrevista. Bonachão, camisa aberta, sentado numa cadeira de balanço, fumava um cigarro de palha — que gentilmente me ofereceu — tentei contemporizar, mas negou-se, terminantemente, a gravar entrevista. Porém, os olhos encheram-se de lágrimas e o depoimento foi marcado por um misto de amor e remorso. Na ocasião, seu Arcôncio já aparentava cansaço físico, aqui, ali, puxava a respiração, ofegante. Tanto tratava a matriarca como “Tequinha” quanto como “mamãe”, o que, a princípio, tornou difícil desvendar o sujeito a quem ele se referia.

Mas os dados revelados foram preciosos para traçar um perfil da voz insurgente e insubordinada de Teresa Lins de Siqueira, provando tese que defendo: a coragem de viver e realizar independe do tempo, pois coragem é algo que trazemos conosco, em nossas entranhas. Casada com o líder político da região, o Coronel Manoel Coelho Lins de Albuquerque Né, era inteiramente desprovida de vaidade, não utilizava tinturas de qualquer espécie ou adornos. O vestido era comprido até a canela, braços cobertos por mangas longas e sandália de couro. Mas tinha uma marca *sui generis*: para onde ia, onde estava, a “macaca” estava sempre do lado, por entre as mãos. “Até para dormir era com a macaca junto à cama,” lembrava seu Arcôncio, falecido há mais de dez anos. Por macaca entende-se um chicote de cabo grosso e pequeno, utilizado para o açoite dos animais.

Franzina e miúda, gostava de deitar-se ao frescor da rede, em sua residência junto à igreja matriz da cidade. Em casa, dava sempre as determinações: cozinhar feijão temperado com queijo de manteiga e carne

de bode cozida à banha de porco. Lavar a casa era outra ordem. Como aquele mundo era ausente de refinamentos, punham-se os móveis menores sobre os maiores e, com bacias de metal, jogava-se água sobre a casa, retirada com vassouras de palha. Ao que lembra seu Arcôncio, eram essas, no que concerne à vida privada, suas únicas determinações.

No entanto, a força da sua personalidade fazia-se sentir, muito mais, na vida social da cidade. Embora à mulher fosse interdito o direito do voto, quanto à atividade política do marido, dona Téca participava ativamente de suas campanhas, acolhendo em casa, com fartura, seus eleitores e protegendo-os das atitudes dos opositores. Quando o Coronel Albuquerque Né, como era conhecido, atendia a pedidos dos opositores, furiosa, voltava-se para o esposo, afrontava-o e bradava: “você não deve atender a estes cachorros. Depois eles dão as costas a você,” revelou seu Arcôncio.

Por sua vez, em qualquer querela política no meio da rua, ou na feira semanal, quando do seu conhecimento concernente ao envolvimento de amigos ou eleitores, tomava a frente e punha, ela mesma, fim à peleja, retirando da contenda aqueles de quem, de alguma forma, dispunha tanto em caráter eleitoral, quanto em amizade.

Tais atitudes, aos poucos, tornaram-na conhecida. Tanto assim que, quando os moradores da pequena Lagoa de Baixo — hoje Sertânia — a viam saindo de casa e dirigindo-se à cadeia, seguiam-na, embora fosse sabido, de antemão, o feito: ordenar, imediatamente, a libertação do preso. “Valei-me dona Téca,” era o pedido que jamais deixou de lograr, revela dona Carmela Lins de Albuquerque, de quem tratarei mais adiante. A justiça, em Sertânia, naquele tempo, era dona Téca.

Esse fato se repetiu — o que causou-lhe enorme problema no decorrer do tempo. Por exemplo, quando o neto Etevlino Lins de Albuquerque — depois interventor no governo de Pernambuco — envolveu-se numa querela e foi recolhido à residência do juiz

da comarca. Ao saber do acontecimento, foi ela própria até o local e ordenou a saída imediata do neto: “não tem o que você estar fazendo aí não,” ria seu Arcôncio. E acrescenta: “o juiz não deu um piu.” Entretanto, esta afronta serviria como caldo grosso para um futuro processo contra ela (em atitude política, ao que consta, manipulada pelos inimigos políticos: a família Lafayette), movido pelo governo Estácio Coimbra, antes dos anos 30 do século passado.

Quanto aos netos, manteve sempre a mesma postura. Ninguém triscava neles. Rapazote, seu Arcôncio interessou-se por uma moça da cidade e “buliu” com ela. O pai, feroz, bateu no moço com uma vara. A atitude despertou a fúria da matriarca, que determinou ao então agressor a entrega de uma carta — pois este era o carteiro da cidade — por entre os distritos da zona rural do município. Na empreitada, levou uma baita duma surra, contam uns. Outros informam que o mesmo foi assassinado. Informações contraditórias. Aí, abriu-se o processo e a perseguição contra dona Téca. Esta refugiou-se, com a neta Carmela Lins de Albuquerque, em fazendas de amigos, tanto no Sertão Pernambucano, quanto da Paraíba.

Emocionado, a última vez que viu “mamãe” — assim o disse seu Arcôncio — foi na entrada da cidade, no sentido de quem chega da Paraíba. Estendida sobre uma rede, puxada por dois homens, o ventre inchado tomado por um câncer fulminante, escoltada por guarnição. Foi julgada em Sertânia e absolvida. Poucos dias depois faleceu. Morria, então, Teresa Lins de Siqueira, livre — como aqueles tantos que libertara da prisão — porém envolta no silêncio de uma grande querela que escandalizou Pernambuco e cujos fatos reais não foram devidamente elucidados. Sua figura, no entanto, permaneceu firme até o fim.

Mas há outro lado da moeda. E quem me revelou a doçura e delicadeza de Teresa Lins de Siqueira foi dona Carmela Lins de Albuquerque — aos 84 anos, já falecida — que visitei no Recife. Ela pouco lembrava

da fisionomia dos pais. A mãe, que chegou a conhecer pouquíssimo, fora trazida, na viuvez, da fazenda Conceição, numa liteira, até a cidade. Ela conta que dona Téca jamais permitiu que saísse de casa sozinha, estando, nestes momentos, sempre acompanhada por uma pessoa da serventia e da confiança dela.

Embora desprovida de vaidade, mandava confeccionar vestidos novos para a neta utilizar nos dias de festa, com as sombrinhas recobertas pelo mesmo tecido da vestimenta. Nunca era permitido à neta que deixasse a casa sem o dinheiro suficiente, nos dias de festa ou feira, para os parques ou a compra de guloseimas. No período em que a avó esteve refugiada em casa de amigos — “e não colocava a cabeça na porta. Ninguém poderia vê-la” — dona Carmela acompanhou-a, sem deixá-la um só minuto. Sentiu-se órfã após a sua morte, poucos meses após o desfecho do processo, quando decidiu, dona Carmela, casar e tomar posse da sua fazenda Cacimbinha. Conta que sonhou com dona Téca aconselhando o matrimônio, no que logrou felicidade.

Outra lembrança de dona Carmela foi o dia do casamento do tio Napoleão de Siqueira, na fazenda Conceição. Após todos estarem prontos, dona Téca ordenou a vinda de dois cavalos com cilhão, ao que as mulheres montaram e seguiram viagem. Dona Téca, amazona, não esperou a escolta do marido, seguindo antes para os preparativos do enlace. Era uma mulher independente, quando o costume era estar à sombra do cônjuge ou pai.

Porém, pelo afeto que a unia à avó, dona Carmela preferiu não estudar na capital, tornar-se professora, isto para não deixar Teresa Lins de Siqueira sem a sua companhia perene. Então, restaram malogrados os convites do tio Wlysses Lins de Albuquerque e das primas. Por esse motivo, pode-se concluir que a instrução, para dona Téca, não era motivo de liberdade e prevalência, ficava em plano inexistente. A liberdade consistia, portanto, na força do caráter e na sua ex-

pressão em diversas formas, portanto, nas atitudes.

Por fim, para estes dois irmãos (Arcôncio e Carmela) restou a saudade daqueles pirulitos de mel e do pão doce — advindo da cidade paraibana de Umbuzeiro, nos dias de feira — que dona Téca comprava, por dois tostões, para os agradar e regalar com amor, com muito amor. Assim, carinhosa, embalava um sonho infantil. Aqueles sonhos que permanecem, anos a fio, na saudade e me provocaram o mesmo desejo, o de liberdade e justiça, ante a narrativa emocionada dos seus descendentes.

NOTAS

A violência de gênero em processos criminais de Uberlândia — 1970/1980¹

Edmar Henrique Dairell Davi

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar de maneira geral os resultados obtidos com o projeto de pesquisa *Repensando as relações de gênero nos processos crimes em Uberlândia — 1970/1980*.

Palavras-chave: Relações de Gênero. Processos Criminais. Uberlândia — 1970/1980.

Abstract: This article has how objective to show an overview about resulted found in our research project *Repensando as relações de gênero nos processos crimes em Uberlândia — 1970/1980*.

Keywords: Gender Relationship. Criminal Process. Uberlândia — 1970/1980.

Edmar Henrique Dairell Davi. Psicólogo, mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia e membro do NEQUEM/UFU.

¹ Este texto é resultado do projeto de pesquisa *Repensando as relações de gênero nos processos crimes em Uberlândia – 1970/1980*, subsidiado pela Fapemig, no período de 2004 a 2006.

Os estudos sobre crime e violência no Brasil ganharam fôlego a partir dos anos 70 do século XX e, desde então, sofisticaram o debate sobre os significados e sentidos que tais conceitos têm assumido na nossa sociedade.³ Ao longo dos últimos 30 anos, ambos os conceitos passaram a comportar múltiplas interpretações e, por conseguinte, impuseram um desafio complementar às pessoas que investigam e produzem indicadores sociais e, em especial, àquelas que têm como atividade profissional descrever tendências e movimentos da violência, sejam núcleos de pesquisa, instituições nacionais ou órgãos governamentais.

O desafio posto pelo projeto de pesquisa *Repensando as relações de gênero nos processos crimes em Uberlândia — 1970/1980* é consolidar um acervo mínimo de informações, com base em critérios, padrões e linguagens de fácil compreensão e utilização. Afinal, dados estatísticos constituem um dos modos de compreender as populações, seus costumes e valores. E, como afirma Renato de Lima, são condições-chave para a possibilidade de orientação e também funcionam como forma de desconstrução de preconceitos e subjetividades⁴.

Há algum tempo vem crescendo internacionalmente o número de trabalhos sobre a violência que subsiste nas relações de gênero. As análises têm buscado detectar o comportamento do fenômeno da violência em sua longa duração e explicá-lo em relação a processos macrosociais, compreendendo as variações e nas formas de violência como expressões de configurações sociais e padrões de sociabilidade historicamente determinados⁵.

Uma das explicações plausíveis e recorrentes na literatura refere-se ao que Norbert Elias denominou como processo civilizatório, cujo sentido e desenvolvimento apontam para um avanço progressivo dos mecanismos internos e externos de autocontrole dos impulsos violentos. O fator preponderante refere-se à formação do Estado e à constituição do monopólio da força física. Esse monopólio da violência pelo Estado implica em um maior controle individual das pulsões

³ Sobre trabalhos que têm processos criminais como fonte de investigação ver: CAULFIELD, S. *Em defesa da honra*. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora Unicamp, 2000; CORRÊA, M. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983; ESTEVES, M. A. *Meninas perdidas*. Os populares e o Cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; FAUSTO, B. *Crime e cotidiano*. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984; PUGA DE SOUSA, V. L. *Paixão, sedução e violência, 1960-1980*. Tese de Doutorado, USP, 1998, mimeo; dentre outros.

⁴ LIMA, R.S. Valorização da produção e do uso de informações e estatísticas sobre segurança pública e justiça criminal no Brasil. *Consultor Jurídico*, 2003. Disponível em: <www.conjur.com.br>.

⁵ BRUM, R. A violência contra os excluídos. *Humanas*. Porto Alegre: UFRGS, v. 16, n. 2, 1993. CORRÊA, M. *Morte em família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983. GREGORI, M. F. Cenas e queixas. Mulheres e relações violentas. *Novos Estudos Cebrap*, n. 23, 1989.

e substituí, gradativamente, a irrupção dos “afetos momentâneos” por uma subordinação às regras e leis⁶.

No entanto, devemos observar, conforme o historiador Peter Gay, como a violência é assimilada pelas sociedades e a partir de que crenças e valores ela é justificada. De que modo ela é definida e entendida, em função de quais valores que constituem o “sagrado” do grupo de referência.

Algumas culturas desenvolvem álibis para a agressão. Estes são justificativas, crenças e princípios, que legitimam a luta verbal ou física em terrenos religiosos, políticos, ou, melhor que tudo, científicos. Toda cultura, classe ou época constrói seus próprios álibis para a agressão. Assim, o autor diz que os vitorianos possuíam como justificativas para a violência, o álibi da concorrência; da construção do outro conveniente e do culto da masculinidade. Todas essas três modalidades tinham o mesmo efeito: cultivavam o ódio daquela sociedade ou faziam-no correr em canais determinados.⁷

Em nossa sociedade prevalece ainda a violência relacionada ao culto da masculinidade. Onde os homens são autorizados exercerem seu poder através de medidas coercitivas ou agressivas para manterem seu status. A manutenção desse status social geralmente ocorre com o domínio ou submissão de outros grupos sociais como mulheres, crianças, velhos e homossexuais. Criam-se hierarquias de valores a partir das diferenças sexuais e essas diferenças acabam por se transformar em desigualdades.

A questão da diferença é extremamente delicada entre os grupos sociais brasileiros. Na sociedade moderna, o que podemos perceber de uma maneira geral, é que permanentemente há a conversão das diferenças em desigualdades e assim, dos diferentes em desiguais. Estabelece-se um pólo positivo e outro negativo, um ativo, outro passivo, um que domina, outro que é dominado. Assim, instauram-se relações desiguais de poder, relações hierarquizantes do tipo dominação/ subordinação e de aceitação/ rejeição⁸.

⁶ ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

⁷ GAY, P. *O cultivo do ódio. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁸ MORAIS, R. *O que é violência urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Seguramente, uma das características mais marcantes reveladas pelas fontes criminais, sejam os relatórios policiais ou os processos judiciais, é a permanência de elevadas taxas de violência de gênero que estão presentes na sociedade ao longo da história humana. Tanto no âmbito da criminalidade, quanto nos trabalhos que têm-se detido sobre as práticas criminais, envolvendo homens e mulheres, chama a atenção a presença sistemática do problema, ou seja, o da permanência de formas de violência social endêmicas, espelhadas nas altas incidências de homicídios e agressões verificadas nos registros criminais⁹.

⁹ PAIVA, M. Crime e Castigo: as civilizadas práticas jurídicas de uma Idade Moderna. *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 15, n. 1, 2002.

No que diz respeito a este projeto preocupou-se em investigar os crimes relacionados à violência de gênero nos anos de 1970 e 1980, na cidade de Uberlândia. A partir da leitura e fichamento dos processos criminais arquivados no Centro de Documentação e Pesquisa em História da Universidade de Uberlândia – CDHIS, chegou-se a importantes resultados que passarão a compor as estatísticas sobre a violência de gênero no Brasil.

É notório o diagnóstico de que o sistema brasileiro de informações criminais é extremamente precário, resultado do descaso de décadas, tanto em nível federal quanto na maior parte dos estados. Os dados existentes são poucos e de difícil comparação para se chegar a conclusões significativas sobre a criminalidade, as vítimas e os (as) acusados (as). Mesmo para se conseguir uma informação criminal elementar, como o número de homicídios no país, é preciso recorrer ao Ministério da Saúde, que contabiliza as “mortes por causas externas”, incluindo homicídios intencionais e acidentais.

A pesquisa empírica sobre criminalidade e violência sofre, em muitos casos, de escassez de recursos, dispersão de esforços e dificuldade de acesso às fontes de informações. Não é à toa, que afirma o documento elaborado pela coordenação dos seminários Ipea/CESeC,

*subsistem grandes lacunas, tanto nas bases de dados quanto nas abordagens para tornar o avanço do conhecimento bem mais lento do que seria desejável, em da face adotadas. A pequena circulação de informações entre pesquisadores dos diversos estados e instituições, o fraco entrosamento entre metodologias quantitativas e qualitativas, e a própria precariedade dos dados existentes contribuem, assim, gravidade dos problemas a serem enfrentados nessa área.*¹⁰

Esta pesquisa tem como escopo contribuir, mesmo que dentro de um esforço limitado, para diminuir as dificuldades encontradas em relação às investigações sobre criminalidade no Brasil e, mais especificamente, em relação à violência de gênero e suas diversas faces.

Em um primeiro momento, apresentam-se os dados gerais da pesquisa. Nos gráficos, podem ser observados a quantidade de crimes no universo pesquisado (1970/1980), a idade de vítimas e acusados (as), a cor, a profissão e o resultado do processo (se houve condenação e se o réu/ré cumpriu a pena). Não se preocupou com a discussão extensa dos resultados pois os artigos oriundos da pesquisa já os fizeram. Optou-se por salientar os dados mais relevantes em cada gráfico.

Tipos de Crimes analisados – 1970/1980

Qualificação	Total
Adulterio	01
Bigamia	03
Lesões corporais	57
Ameaças, insultos, calúnias e injurias	04
Corrupção de Menor	35
Homicídio	23
Tentativa de homicídio	07
Estupro	57
Sedução	136
Total de processos	323

¹⁰ Cf. Boletim Informativo IPEA/CESeC, v. 1, n. 13, 1996.

Segue-se gráfico com as perspectivas percentagens no universo total dos processos analisados.

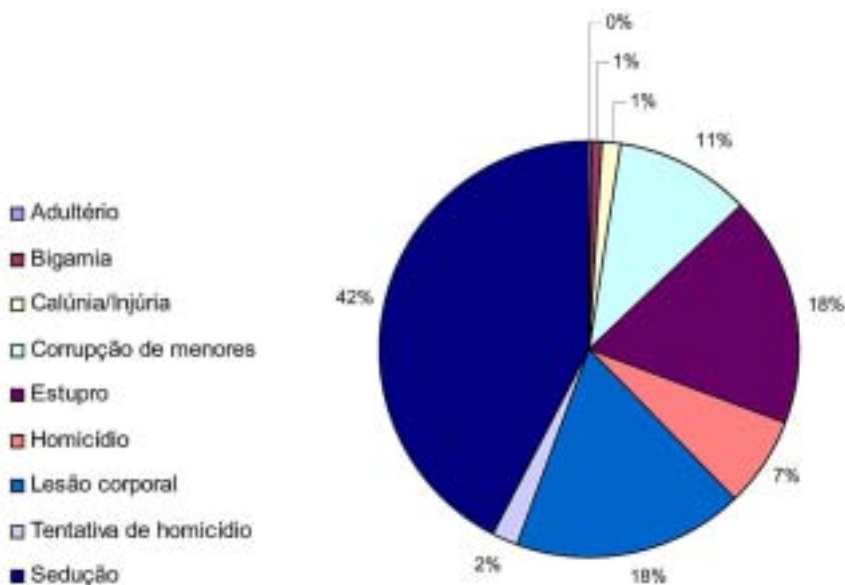


Figura 1: Distribuição de crimes no universo pesquisado

Na totalidade dos crimes pesquisados, observou-se que 97% das vítimas eram do sexo feminino e que 98% dos acusados eram do sexo masculino. As mulheres figuraram como acusadas, com maior frequência, nos crimes de lesão corporal e calúnia/injúria mas, mesmo assim não se apresentaram enquanto maioria. Os homens constituíram maioria em todos os crimes enquanto acusados/réus.

Somados, os crimes violentos (homicídio, estupro, tentativa de homicídio), perfazem 45% da amostra, uma proporção que se mantém durante todo o período em estudo. Os crimes de cunho sexual respondem por mais de dois terços do total. Esses dados compõem um quadro interessante que ainda é reafirmado por pesquisas atuais.

Um levantamento feito a partir dos registros policiais revelou que 65% dos casos de atentado violento

ao pudor (qualquer tipo de abuso sexual), ocorridos entre 2001 e 2003, foram contra crianças que tinham entre 5 e 12 anos, enquanto que o estupro (violência sexual apenas contra a mulher) correspondeu a 16,3% para a mesma faixa etária. Os dados fazem parte de uma pesquisa sobre crimes sexuais realizada pelo Núcleo de Estudos de Sexualidade e Gênero/UFRJ e pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania/Cândido Mendes.

A frequência dos crimes sexuais, na época do estudo, reflete outras condições históricas onde a sexualidade estava ligada à defesa da honra e aos valores familiares. Deste modo, como já demonstraram diversos (as) estudiosos (as) sobre os crimes de sedução e corrupção de menores, os pais os denunciavam buscando defender ou reaver de algum modo a honra de sua filha e/ou de sua família. A sexualidade no lar tinha seus limites, devendo ser respeitada a “natureza” e contido os excessos. A relação sexual era mantida dentro dos padrões tradicionais, extirpando-se desvios, mantendo-se a reprodução e a sexualidade sadia após o casamento¹¹.

¹¹ COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal: Paz e Terra, 1979.

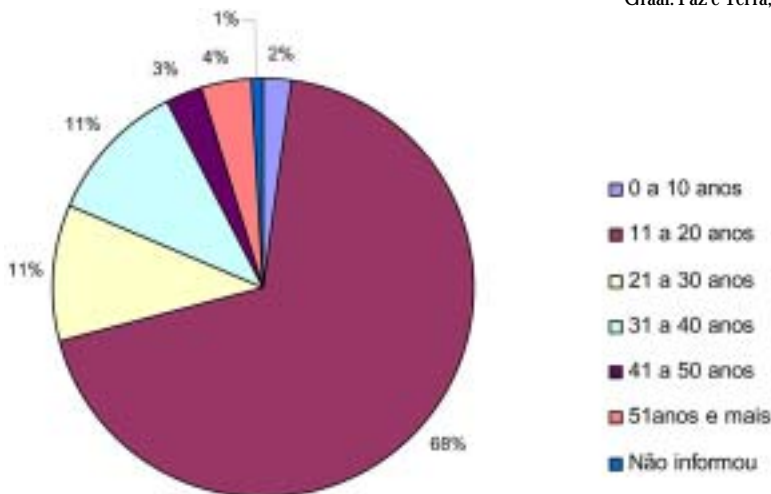


Figura 2: Distribuição etária das vítimas em todos os crimes

Neste estudo, observou-se que dos 58 registros de estupro 100% foram contra vítimas do sexo feminino. Segundo a análise, 14% das vítimas de estupro tinham entre 0 e 10 anos; e 82% eram adolescentes (de 11 a 18 anos). Nos crimes de corrupção de menores e sedução a maioria absoluta (99%) das vítimas estava entre 5 e 17 anos, o que constitui condição para que este tipo de denúncia seja aceita pelo juiz. No entanto, em alguns casos, existiram processos onde a vítima de sedução já apresentava 19 anos.

Nos crimes de homicídio, 78% das vítimas possuíam entre 20 e 40 anos ou seja, estavam em plena fase produtiva de suas vidas. Nos crimes de lesão corporal, esta estatística também se repete, sendo que as vítimas foram agredidas, em grande parte por seus companheiros, quando tinham entre 20 e 40 anos. Estas mulheres sofreram violência por pessoas próximas, geralmente maridos, namorados ou amásios, que constituíram 74 % dos dados sobre o tipo de relação entre vítima e acusado.

Um percentual significativo dos crimes foi cometido em casa ou por pessoas próximas às vítimas. O estudo mostrou que 38% dos acusados de estupro tinham algum tipo de relação com a vítima (pai, padrasto, amizade, namorado, etc.). Estatísticas produzidas a partir de boletins de ocorrências, da análise de processos e de prontuários de medicina legal vêm derubando alguns mitos até então predominantes no universo simbólico em geral. Em relação ao crime de estupro, um desses mitos consistia em acreditar que os agressores são desconhecidos da vítima.

A pesquisadora Joana Domingues Vargas¹² demonstra que existem várias dificuldades para se investigar os dados sobre os crimes de estupro. Uma delas seria a atitude das vítimas de desmentir a queixa, com o intuito de inocentar autores pais e padrastos ou, em menor medida, de culpabilizá-los falsamente, motivadas por conflitos na família. É nesse sentido que as decisões sobre casos envolvendo familiares são con-

¹² VARGAS, J. D. Familiares ou Desconhecidos? A relação entre os protagonistas do estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n. 40, São Paulo, 1990.

sideradas difíceis, principalmente se comparadas àquelas que envolvem desconhecidos.

Uma outra singularidade do crime de estupro, igualmente importante, é o fato de se contar com poucas versões originais sobre o acontecimento (em geral, apenas a versão da vítima e, com menor frequência, as versões dela e do agressor) e de se apresentarem inúmeras dificuldades para a comprovação de sua materialidade. A carência de provas e de testemunhos torna ainda mais patente o uso pelos envolvidos de discursos, em muitos casos, desmoralizantes e passionais.

A queixa que envolve familiares adquire uma caracterização que lhe é própria: “muitas vezes a mãe tenta retirar a queixa, por medo, por não querer que o marido perca o emprego, então diz que mentiu [...] são casos e mais casos em que é a palavra da criança contra a família inteira”.¹³ O grau de relacionamento entre as partes acaba então, dificultando as decisões, na medida em que congrega conflitos pessoais, de conteúdo emocional. Segundo a autora, “a literatura aponta que uma denúncia põe em perigo não só o indivíduo, mas também a comunidade à qual pertencem o acusador e o agressor, tornando difícil a sustentação de uma denúncia envolvendo pessoas próximas, sobretudo da mesma família”¹⁴.

¹³ VARGAS, J. D. *Op. cit.* p. 36.

¹⁴ *Idem.* p. 37.

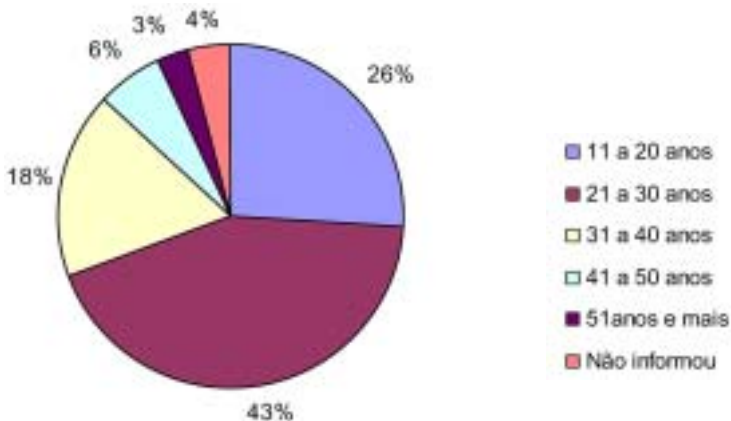


Figura 3: Distribuição etária dos acusados em todos os crimes

Desse modo, acredita-se que o número de estupro, no período investigado, pode ser maior devido às dificuldades e conflitos existentes no processo de denúncia. Muitos crimes são acobertados em face da ameaça feita pelo estuproador ou mesmo pelo medo que a publicização do fato possa causar no meio familiar ou vizinhança.

O cruzamento de dados da pesquisa revelou a faixa etária dos criminosos. No gráfico o intervalo entre 11 e 20 anos, obscurece a quantidade de acusados que possuíam menos de 18 anos de idade quando cometeram o crime. Ao analisar mais especificamente, observou-se que 11% dos acusados foram considerados irresponsáveis penalmente e apareceram mais frequentemente nos crimes de estupro, lesão corporal, sedução e corrupção de menor. A grande maioria dos acusados, 58% tinha entre 18 e 30 anos quando cometeram os crimes. Em relação aos casos de estupro, a maior parte dos autores tinha também entre 20 e 30 anos (60%). Estes dados também aparecem em outros crimes. Para vários (as) estudiosos (as), a pesquisa pode ajudar a polícia e as famílias a prevenirem esses crimes, já que mostra com mais detalhe a dinâmica e o perfil de vítimas e autores (as).

O sociólogo Sergio Adorno tem investigado a relação entre o perfil etário dos criminosos e o tipo de delito cometido. Para o autor, ocorreu nas últimas décadas do século XX, uma maior participação de adolescentes menores (12 a 18 anos incompletos), na criminalidade violenta. Em pesquisa realizada por este autor, no período de 1989/1991¹⁵, era menor a proporção de crimes violentos cometidos pelos adolescentes face à proporção de crimes violentos cometidos na população em geral. Estes dados se assemelham aos encontrados em nosso estudo.

Em um segundo período 1993/1996, a tendência se inverte. Os adolescentes também revelam-se mais comprometidos com a prática de atos infracionais violentos tanto em bandos/quadrilhas ou individualmente.

¹⁵ ADORNO, S. Exclusão socio-econômica e violência urbana. *Sociologias*, n. 8, Porto Alegre jul./dez. 2002.

Se o conhecimento e a discussão destas informações fossem levada a sério pelas agências governamentais, talvez não estaríamos hoje discutindo a redução da maioria penal e chocados com os crimes e mortes dentre os jovens.

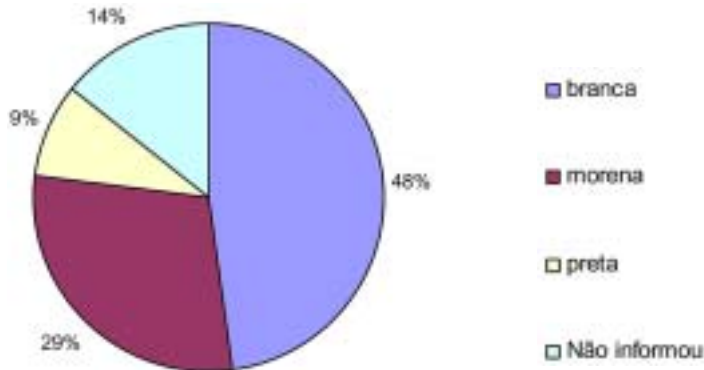


Figura 4: Distribuição de cor das vítimas em todos os crimes

Neste gráfico tem-se a distribuição total da cor das vítimas e dos acusados no total dos processos pesquisados. Em relação às vítimas, 55% eram brancas, 32% morenas, 12% pretas e 1% não informou sua cor. Para os acusados: brancos 48%, morenos 29%, pretos 9% e 14% não informaram sua cor. O que chama atenção nesta distribuição é o grande número de pessoas que se declararam brancas ou morenas acarretando uma diminuição do número de pretos ou negros. A cor da pele estaria relacionada de alguma maneira à conclusão do processo? Ser branco (a), moreno (a) ou preto (a) resultaria em maiores chances de se conseguir um resultado favorável no processo? Nesta pesquisa não se teve a oportunidade de fazer este cruzamento uma vez que não conseguimos criar um programa para computar os dados. Mas pesquisadores (as) que discutiram a questão da cor nos processos apontam dados interessantes.

Para o pesquisador da Fundação SEADE Renato Sérgio de Lima¹⁶, o recorte de cor sugere que alguém

¹⁶ LIMA, R. S. Atributos raciais no funcionamento do Sistema de Justiça Criminal Paulista. *São Paulo em Perspectiva*, v.18, n.1, São Paulo, jan./mar., 2004.

só pode ter cor e ser classificado por ela se existir uma ideologia na qual a cor das pessoas tem algum significado, ou seja, no interior de ideologias raciais. Da mesma forma, qualquer análise sobre questões raciais no Brasil deve começar por notar que o racismo no Brasil é um tabu. Os brasileiros se imaginam numa democracia racial e a propagam como motivo de orgulho nacional. Entretanto, quando se analisa a distribuição da população brasileira segundo o atributo cor, diferentes pesquisas demonstram o quanto a imagem anti-racista não corresponde à realidade. Os negros estão entre os indivíduos com piores indicadores de renda, emprego, escolarização, entre outros e têm um tratamento penal mais severo para atos iguais aos cometidos por brancos.

Conforme vários (as) autores (as), nos processos criminais podem ser vistos preconceitos recorrentes que grassam sobre a população suspeita de ser violenta e perigosa. A análise desses documentos jurídicos revela, que para além das normas que captam de forma diretamente diferenciada os indivíduos, escalonando-os em gradações diversas de integração a um sistema opressor e injusto, permanece — como configuração dessa discriminação —, um imaginário excludente e preconceituoso que opera no silêncio das práticas jurídicas cotidianas. Teorias espúrias como a dos “três pés” (pobres, pretos e prostitutas); a do “MIB” (miséria, ignorância e bebida); e, ainda, a da nordes-tinidade, deixam transparecer, no não dito dos discursos e das práticas dos operadores jurídicos, os artificios que estes utilizam para “fazer justiça”, conduzindo com tendenciosidade, por exemplo, os trabalhos do júri.¹⁷

Corretas ou não, estas idéias sobre crimes e criminosos (as) configuram um campo de convicções, crenças e certezas no qual a realidade social pode ser classificada e codificada sob a lógica e o discurso jurídicos.

¹⁷ Ver: ADORNO, S. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*, n. 43. São Paulo, nov. 1995.

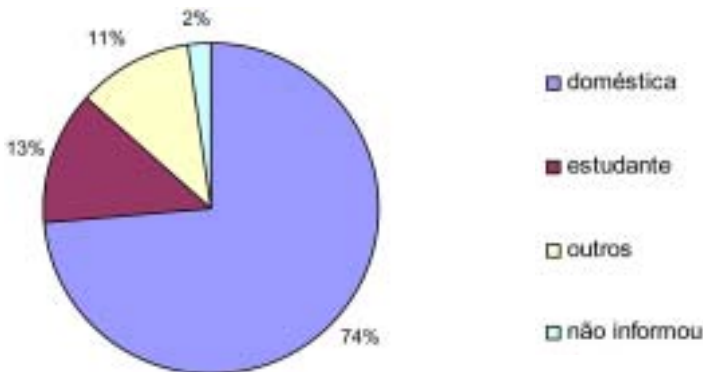


Figura 5: Distribuição das profissões das vítimas em todos os crimes

Em relação à profissão das vítimas, a grande maioria é constituída de domésticas. Este dado retrata a condição das mulheres na época dos anos 70 e 80 do século XX, onde o trabalho feminino ainda estava restrito ao lar ou ao âmbito privado. Ao contrário, as profissões masculinas se mostraram muito diversificadas.

Não foi apresentado um gráfico com as profissões dos acusados pois surgiram muitos ramos de atuação o que dificultaria a análise. O importante é indicar esta discrepância nas opções que existiam para as mulheres no período investigado. Nos crimes de sedução, por exemplo, muitas meninas se deixavam levar pelas promessas de casamento em troca das relações sexuais de seus namorados, noivos, etc, pois viam no casamento uma possibilidade de sobreviver e de escapar à realidade do trabalho doméstico na casa de diferentes famílias. A desigualdade no trabalho, as diferenças de remuneração e de oportunidade ainda são fatores muito presentes quando se trata do trabalho feminino.

Para finalizar esta análise, não poderia deixar de discutir a conclusão dos autos. Nos processos procurou-se investigar quantas pessoas haviam sido condenadas e destas quantas cumpriram as penas determinadas pela justiça. Primeiramente, observou-se que 49% saíram ilesas, 47% foram condenadas e 4% dos processos não informaram sua conclusão. Muitos acu-

sados não foram condenados devido à morosidade da justiça, ao desaparecimento de documentos ou mesmo à fuga do réu. A lentidão da justiça fez com que muitos crimes prescrevessem ou que as partes interessadas desistissem de persistir com as ações criminais.

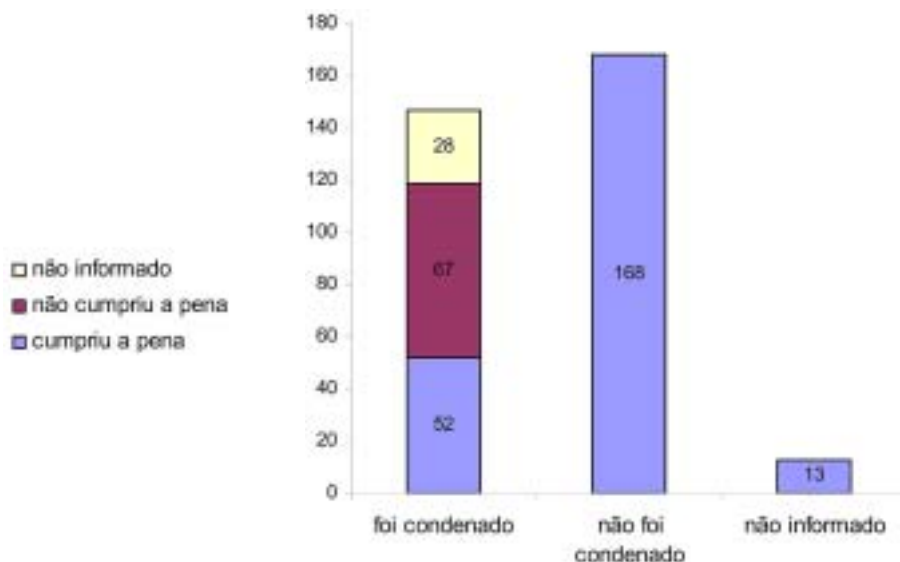


Figura 6: Distribuição das condenações e do cumprimento das penas nos processos

Com relação ao cumprimento da pena das pessoas condenadas, 45% não as cumpriram, 35% cumpriram e 20% não foram disponibilizados no processo. Chama atenção o reduzido número de pessoas condenadas e que cumpriram as sentenças. Muitos receberam *sursis*, que é um dispositivo para amenizar as penas, ou tiveram seus crimes prescritos. A impunidade está diretamente ligada ao aumento da violência. Muitas pessoas acreditam que o problema de segurança se resolve colocando mais policiais na rua ou que penas mais duras reduzirão a criminalidade.

Em 1996, no Rio de Janeiro, uma pesquisa demons-

trou que apenas 8% dos homicídios resultavam em processo criminal, um ano depois de terem sido cometidos. A maioria acabava arquivada por falta de elementos suficientes. Sem dúvida, o caminho mais eficaz para diminuir a criminalidade no Brasil não é o aumento das penas, mas da impunidade¹⁸.

No entanto, é necessário chamar a atenção para a impunidade dos crimes de violência sexual contra as mulheres. Mesmo nos casos em que os agressores foram identificados, menos de 10% foram presos e indiciados. A impunidade é um convite à violência. O número de pessoas presas e indiciadas ainda é muito baixo e, certamente, é um dos fatores que colaboram para que esses crimes continuem ocorrendo.

O resultado mais visível da crise do sistema de justiça criminal é, sem dúvida, a impunidade penal. Os poucos estudos disponíveis sugerem que as taxas de impunidade são mais elevadas no Brasil do que em outros países, como na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos. No Brasil, tudo parece indicar que as taxas de impunidade sejam mais elevadas para crimes que constituem graves violações de direitos humanos, tais como: homicídios praticados pela polícia, por grupos de patrulha privada, por esquadrões da morte e/ou grupos de extermínio, ou ainda homicídios e agressões consumados dentro do ambiente doméstico. Do mesmo modo, parecem altas as taxas de impunidade para crimes do colarinho branco cometidos por cidadãos procedentes das classes médias e altas da sociedade¹⁹.

A consequência mais grave deste processo em cadeia é a descrença dos cidadãos nas instituições promotoras de justiça, em especial encarregadas de distribuir e aplicar sanções para os autores de crime e de violência. Cada vez mais descrentes com as autoridades do poder público, os cidadãos buscam saídas. Aqueles que dispõem de recursos apelam, cada vez mais, para o mercado de segurança privada, um segmento que vem crescendo há, pelo menos, duas déca-

¹⁸ Jornal *O Globo*, setembro de 1996.

¹⁹ ADORNO, S. O gerenciamento público da violência urbana: a justiça em ação. PINHEIRO, P.S. (Org.). *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, 1997.

das. Em contrapartida, a grande maioria da população urbana depende de guardas privados não profissionalizados, apóia-se perversamente na “proteção” oferecida por traficantes locais, ou procura resolver suas pendências e conflitos por conta própria. Tanto num como noutro caso, seus resultados contribuem ainda mais para enfraquecer a busca de soluções proporcionada pelas leis e pelo funcionamento do sistema de justiça criminal.

Institutos de pesquisa de opinião, como *Vox Populi* e *Datafolha*, com frequência têm sondado as inquietações públicas com relação ao crime e à violência. Em sondagem de opinião o *Jornal do Brasil/Vox Populi*, demonstrou que:

73% dos brasileiros não confiam na Justiça. As respostas dadas ao questionário mostraram que, no entender da maioria da população, a lei não é igual para todos, embora esse princípio esteja estabelecido no Artigo 5o. da Constituição. Para 82% dos 3.075 entrevistados, a lei é mais rigorosa para alguns, privilegiando outros. O Vox Populi perguntou se negros e brancos, pobres e ricos recebem o mesmo tratamento para crimes iguais. Para 80%, não há dúvida: o pobre será julgado mais rigorosamente; e 62% acreditam que o negro receberá punição mais pesada.²⁰

²⁰ Cf. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 abr. 1995, p. 1.

Com a discussão destas questões e com a pesquisa realizada, acredita-se contribuir na busca de melhores estratégias para a compreensão da criminalidade e principalmente da violência de gênero. Acredita-se que se fazem necessários outros estudos sobre processos criminais e suas conseqüências para vítimas e acusados e para que possa criar políticas públicas de prevenção à violência.

Considerações finais

Os processos criminais constituem fontes privilegiadas onde pode se observar o funcionamento de

uma instituição de controle social e perceber de que modo são decididos os veredictos de punição e de absolvição e quais os elementos que contribuem para estas decisões. Pode se ver também, as crenças e os valores que orientam as pessoas que tomam parte nestes processos, o que utilizam para justificar ou para condenar as condutas de outros personagens. Principalmente, quando estão em jogo aspectos da vida privada e assuntos polêmicos como sexualidade, noções de honra e de masculinidade. Por se considerar o sexo feminino como algo “inferior”, a violência de gênero, em muitos casos, é vista como uma não-violência.

Principalmente quando o Direito trabalha com uma série de representações sobre condutas normais ou legítimas, cria a idéia de que existe uma espécie de essência de determinados grupos, essência essa sempre combinada através de julgamentos preconceituosos, em relação ao gênero e à sexualidade²¹. Em um contexto de uma sociedade que se deseja democrática, fundada em direitos universais, algumas instituições agem de modo inadequado e injusto. Pois, através do discurso jurídico sobre as relações de gênero, percebemos que subjaz uma visão predominantemente masculina.

Assistimos em nossa sociedade o avanço da agressão e da intolerância devido, então, ao medo generalizado e à sensação de impotência. Em vários casos, homens assassinam homens, suas esposas e filhos (as), assim como espancam uns aos outros e também crianças e idosos (as). Em muitos casos, por que se sente medo acabamos por provocar medo em outras pessoas. É o que Ciro Marcondes Filho chama de *violência reativa*. Esta pode ser considerada uma força espontânea, desarticulada e aleatória, utilizada muitas vezes como contraposição à violência estrutural da totalidade do sistema.²²

Mas poderíamos falar de violência estrutural no Brasil, neste país de gente “ordeira, generosa, sensual e hospitaleira”? Conforme Marilena Chauí e Paulo

²¹ SAFFIOTI, H. I. B. e ALMEIDA, S. *Violência de gênero — poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

²² MARCONDES FILHO, C. *Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, v. 15, n. 2, 2001.

²³ PINHEIRO, P. S. Quando a História é uma estória. In: *Teoria & Debate*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n.11, 1990.

Sergio Pinheiro, nós, brasileiros (as), tivemos nossa história construída em torno de um mito: o da passividade dos povos dos trópicos, que serve para ocultar a intolerância social ou as arbitrariedades cotidianas²³. Para estes(as) autores(as), nossa colonização ocorreu sobre princípios autoritários, onde as relações sociais assumiram e ainda assumem características de clientelismo, mando e subserviência. Ainda persistem os valores que constituem as diferenças e as assimetrias em desigualdades e que reforçam a relação mando-obediência. O outro não é reconhecido como sujeito nem como detentor de direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As mulheres são consideradas inferiores por “natureza”, “sensíveis”, “irracionais” e “propriedade” do homem. Vivemos em uma nação onde os abusos tornam-se legais, “naturais”.

*Em resumo, a violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda idéia que reduz um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural.*²⁴

²⁴ CHAUI, M. Ética e Violência. *Teoria & Debate*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n. 39, 1998, p. 37.

A dominação e a opressão das mulheres pelos homens é vista como natural e não como culturalmente dada. Assim, os homens as oprimem quer coletiva ou individualmente, exercendo seu controle no espaço público ou no privado e, recebem privilégios materiais, culturais e simbólicos advindos dessa situação.²⁵

²⁵ SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, n. 16, 2001.

A violência que surge da relação entre os sexos é chamada violência de gênero. Não que ela esteja restrita a homens e mulheres, mas pode ocorrer entre homens e homens, mulheres e crianças, homo e heterossexuais. O que caracteriza este tipo de violência é a utilização da desigualdade criada a partir das diferenças de gênero, para infligir sofrimento ao outro. A violência doméstica tem um gênero: o masculino, qual-

quer que seja o físico da pessoa dominante.

Assim, como afirmam Heleiet Saffioti e Suely de Almeida: *as quatro paredes de* “uma casa guardam os segredos de sevícias, humilhações e atos libidinosos/estupros graças à posição subalterna da mulher e da criança face ao homem e da ampla legitimação social desta supremacia masculina. É com esta estrutura que a família tem garantido o status quo, pleno de privilégios para os homens, sobretudo ricos e brancos”.²⁶

²⁶ SAFFIOTI, H. e ALMEIDA, S. *Op. cit.*, p. 33.

As pesquisas sobre a violência de gênero têm como intuito desmascarar este tipo de violência e recuperar a dignidade das pessoas afetadas. Espera-se que mais estudos busquem este tema para que se constitua um conjunto coeso de estatísticas e dados o qual poderá embasar políticas públicas imbuídas com a perspectiva de gênero.

Referências

ADORNO, S. Discriminação racial e justiça criminal em São Paulo. *Novos Estudos Cebrap*, n. 43. São Paulo, nov. 1995.

_____. Crime, justiça penal e desigualdade social. As mortes que se contam no tribunal do júri. *Revista USP*. Dossiê Judiciário, n. 24, 1994.

BRUM, R. A violência contra os excluídos. In: *Humanas*. Porto Alegre: UFRGS, vol. 16, n. 2, 1993.

CHAUÍ, M. Ética e Violência. *Teoria & Debate*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n. 39, 1998.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

GAY, P. *O cultivo do ódio*. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 28/04/95.

Jornal *O Globo*, set. 1996.

LIMA, R.S. Valorização da produção e do uso de informações e estatísticas sobre segurança pública e justiça criminal no Brasil. *Consultor Jurídico*, 2003. Disponível em: <www.conjur.com.br>.

MARCONDES FILHO, C. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. *São Paulo Em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, v. 15, n. 2, 2001.

PINHEIRO, P. S. Quando a História é uma estória. *Teoria & Debate*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, n. 11, 1990.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, n.16, 2001.

SAFFIOTI, H. e ALMEIDA, S. *Violência de Gênero — poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

VARGAS, J. D. Familiares ou desconhecidos? A relação entre os protagonistas do estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.14, n. 40, São Paulo, 1990.

Fatores que contribuem para a ocorrência da gravidez na adolescência

Gabriela Luiza da Silva
Eliana Faria de Angelice Biffi
Carla Denari Giuliani

Resumo: Este estudo se propõe a descrever os fatores que direta ou indiretamente contribuem para a ocorrência da gravidez na adolescência. A análise dos depoimentos mostrou que não basta ter programas de educação e prevenção, mas sim programas que considerem os aspectos sociais, culturais e psicológicos das adolescentes.

Palavras-chave: Gravidez. Adolescência. Prevenção.

Abstract: This study presents a purpose to describe the factors that contribute direct or indirectly to the Pregnancy occurrence during the adolescence. The analysis of the personal accounts showed that it is not sufficient to have programs to educate and to be prepared the adolescents. The programs need to include the aspect of class, culture and psychological of the adolescence.

Keywords: Pregnancy. Adolescence. To prevent.

Gabriela Luiza da Silva. Enfermeira do Hospital de Clínicas de Uberlândia.

Eliana Faria de Angelice Biffi. Professora doutora do Departamento de Enfermagem da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia.

Carla Denari Giuliani. Professora mestre do Departamento de Enfermagem da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia.

Introdução

Apesar das ações de caráter Federal com programas de educação sexual, da ampla discussão em torno da sexualidade, na escola, na televisão, e do acesso mais fácil a métodos anticoncepcionais nestas últimas décadas; as adolescentes não estão se prevenindo, e a gravidez vem aumentando significativamente. A ocorrência da gravidez na adolescência envolve vários fatores, como psicológicos, sociais, culturais e econômicos. Este trabalho se propõe a fazer uma abordagem mais complexa em relação à influência que esses fatores têm sobre o comportamento da adolescente, no que se diz respeito à indução da relação sexual sem prevenção, e do processo de gravidez precoce.

A adolescência é conceituada como uma fase de desenvolvimento do ser humano situada entre a infância e a idade adulta¹. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) a adolescência é delimitada cronologicamente como a fase dos 10 aos 19 anos. Do ponto de vista social, a adolescência corresponde ao período da vida

na qual o indivíduo perde direitos e privilégios de criança e começa a assumir direitos e responsabilidades de adulto². Não se pode deixar de considerar que a forma de inserção da adolescência na vida social adquire formas e importância diferenciadas ao longo da história, variando de sociedade para sociedade, de cultura para cultura e de acordo com o contexto econômico de cada época. Atualmente, a sociedade atribui a adolescência, como a etapa onde se deve dar atenção exclusiva aos estudos e a preparação profissional. A constituição da família só deve acontecer após a formação profissional e a conquista da estabilidade financeira³.

Apesar da gravidez na adolescência não ser novidade, este fenômeno tem sido objeto de grande interesse, nos últimos anos, no Brasil, pois se constata um aumento considerável do número de mães adolescen-

¹ REATO, L. F. N. Desenvolvimento da sexualidade na adolescência. In: GEJER, D.; FRANÇOSO, L. A.; REATO, L. F. N. R. *Sexualidade e saúde reprodutiva na adolescência*. São Paulo: Atheneu, 2001, p.1-10.

² ABDALLAH, Vânia O. S. et al. Gravidez na adolescência: experiência de um hospital universitário. *Pediatria Moderna*, v. 34, n.9, p.561-570, set.1998.

³ ECOS. Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana. Instituto Polis. *Gravidez na adolescência*. Instituto Polis. DICAS 191. 2001. Disponível em: <http://www.ecos.org.br/docs/dicas_191.pdf>. Acesso em: 13 dez.2003.

tes contrapondo a queda na fecundidade. Esta questão é apresentada como problema de saúde pública, além de social; sendo em sua grande maioria uma gravidez precoce, inesperada, indesejada e não-planejada. Acarretando assim conseqüências físicas, psicológicas e socioeconômicas.

Trajetórias da pesquisa

Tratou-se de um estudo no qual foi realizada uma revisão bibliográfica e uma reflexão sobre os fatores que interferem na gravidez em adolescentes (10 a 19 anos). A revisão da literatura foi baseada nos dados Medline e Lilacs, acessadas através da Bireme e Pubmed, no período de 1996 a 2004. A partir da leitura de resumos, livros e artigos pertinentes ao tema, disponíveis na biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Discussão teórica

Adolescência e sexualidade

A adolescência deve ser vista como etapa essencial do processo de crescimento e desenvolvimento, marcada pela transformação nos aspectos físicos e psíquicos do ser humano, inserido nas mais diferentes culturas⁴.

Ao final da adolescência espera-se que cada indivíduo tenha adquirido corpo adulto, capacidade reprodutiva, responsabilidade social, independência sexual, além de maturidade emocional e escolha profissional.

A puberdade que marca o início da vida reprodutiva e é constituída pelas modificações físicas, é caracterizada, principalmente, pela aceleração e desaceleração do crescimento físico, mudança da composição corporal, eclosão hormonal, envolvendo hormônios sexuais e evolução da maturação sexual.

Paralelamente às mudanças físicas evoluem aque-

⁴ SAITO, M. I. Adolescência, sexualidade e ética. In: GEJER, D.; FRANÇOSO, L. A.; REATO, L. F. N. R. *Sexualidade e saúde reprodutiva na adolescência*. São Paulo: Atheneu, 2001, p.51-8.

las de ordem psicoemocional, como exemplo, a busca da identidade, a tendência grupal, o desenvolvimento do pensamento conceitual, a evolução da sexualidade; havendo às vezes um descompasso entre o corpo, pronto para a reprodução, e o psíquico despreparado para esse evento⁴.

O(A) adolescente pode estar apto fisicamente para exercer suas funções sexuais, mas encontra-se diante de si as forças da cultura, da sociedade e dos riscos que existem ante os desejos de plena liberação e desenvolvimento dessas funções⁵. Surgem questões como homossexualidade, gravidez precoce, aborto, DSTs/AIDS. Uma série de pressões e, repercussões que recaem sobre a vida emocional do(a) adolescente.

As características psicológicas, sua expressividade e manifestações ao nível do comportamento e da adaptação social são dependentes da cultura e da sociedade em que estão inseridos.

Segundo Araújo; Morés; Antunes⁶ a sexualidade se estrutura e assume seu papel definitivo na adolescência. As maneiras de lidar com ela são aprendidas e precisa ser elaborada, cuidada, de forma que o(a) adolescente se desenvolva sadiamente, e sua sexualidade possa ser expressa, sem ter que estar associada a algo proibido.

O desenvolvimento da sexualidade está intimamente ligado ao desenvolvimento integral do indivíduo. Da maneira como cada ser humano aprende a relacionar-se consigo mesmo e com os outros e alcançar um equilíbrio emocional que lhe permita manifestar seus sentimentos; dar e receber afeto dependerá, em grande parte, do exercício harmonioso de sua sexualidade.

A sexualidade é um atributo de qualquer ser humano. Mas para ser compreendida, não pode separá-la do indivíduo como um todo. É muito mais do que simplesmente ter um corpo desenvolvido, apto para procriar e apresentar desejos sexuais. Trata-se, também, de uma forma peculiar que cada indivíduo desenvolve e estabelece para viver suas relações pesso-

⁵ LEVISKY, D. L. *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

⁶ ARAÚJO, V. M de; MORÉS, A.; ANTUNES, H. S. Os dizeres das adolescentes sobre a gravidez precoce: desafios para a escola. *Revista do Centro de Educação*, v.26, n.1, 2001. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista/revce/2001/01/r5.htm>>. Acesso em: 13 dez.2003.

ais e interpessoais a partir de seu papel sexual. Ela fundamenta-se no aspecto biopsicossocial de cada indivíduo. Assim, ela é construída a partir de três elementos primordiais: o potencial biológico, o processo de socialização e a capacidade psicoemocional. Nas últimas décadas, a sociedade sofreu mudanças contundentes com relação ao estilo de vida e aos valores ligados à sexualidade. Com isto, deixou de exercer, ativamente, o papel de controladora da vida sexual dos jovens e transferiu para eles próprios a responsabilidade por suas condutas sexuais. O exercício da sexualidade pode ser uma fonte de imenso prazer e de expressão de sentimentos profundos próprios do encontro amoroso, mas também pode ser uma fonte de graves transtornos na vida pessoal e social de um indivíduo. A presença da AIDS e o aumento de gravidez na adolescência são fatos constatados e que reforçam a hipótese de que a desinformação, a repressão, o silêncio, o medo e outros sentimentos negativos parecem limitar as escolhas do(a) adolescente, ante a vida sexual e reprodutiva, criando situações de difícil atuação para pais e profissionais que lidam com jovens.⁷

Perspectiva histórica e cultural da sexualidade

Portanto, a sexualidade é considerada uma das mais importantes dimensões da condição humana, sendo histórica e mutável.⁸ Segundo Davi e Rodrigues, o sexo tem sido concebido de forma diferente pelas diversas culturas, desta maneira se faz necessário compreender a sexualidade humana como uma construção sócio-cultural e linguística.⁹

As questões relativas à sexualidade surgiram com a própria humanidade e vêm sendo discutidas, desde a idade antiga até nossos dias, segundo concepções de mundo que as pessoas têm, nas diferentes épocas e sociedades. Cada sociedade impõe às pessoas viverem a sexualidade segundo normas, valores e regras cons-

⁷ GHERPELLI, M. H. B. V. A educação preventiva em sexualidade na adolescência. *Série Idéias*, São Paulo: FDE, n.29, p.61-72, 1996. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/eds_1.php?7=001>. Acesso em: 13 dez. 2003.

⁸ BELLOL. Expressões da sexualidade nas artes plásticas: a construção do feminino e do masculino em Magritte e Arcimboldo. *Boletim informativo CDHIS*, n.5, ano 3, Uberlândia, 1995.

⁹ DAVI, E. H. D. & RODRIGUES J. F. S. Os caminhos da homossexualidade: Inserção ou exclusão? *Caderno Espaço Feminino*, v.9, n.10/11, 2001/2002, p.35.

¹⁰ JESUS, M. C. P. de. *Educação sexual e compreensão da sexualidade na perspectiva da enfermagem*. In: RAMOS, F. R. S; MONTICELLI, M; NITSCHKE, R. G. (Org).

¹¹ ZAN, R. P. Educação sexual. In: GEJER, D; FRANÇOZO, L. A.; REATO, L. F. N. R. *Sexualidade e saúde reprodutiva na adolescência*. São Paulo: Atheneu, 2001. p.11-20.

truídas ao longo do processo histórico-cultural¹⁰.

A visão da sexualidade no tempo nos permite entendê-la não como proposta individual, mas sim vinculada a uma relação de poder de ordem política, econômica, cultural, social, religiosa, moral e ética, subordinando conceito e comportamento sexual do indivíduo a valores e instituições que evoluem de forma dinâmica, a cada época, nas diferentes civilizações¹¹.

No Cristianismo, a virgindade e a castidade eram exaltadas¹¹. Na idade Média, para a nobreza, a virgindade deveria ser mantida até o casamento; para as camponesas não havia essa imposição, devendo as mesmas procriar cedo, independentemente do matrimônio, em virtude da urgência de braços para as lavouras e para as guerras⁴.

O conflito entre os ideais da Reforma e o pensamento do Iluminismo proporcionou o ressurgimento dos ideais da Teologia; depreciou-se o celibato, proclamou-se o sexo conjugal como livre de mácula, as transgressões sexuais eram motivações para o exílio e o adultério, motivo para a morte. Os séc. XVII e XVIII marcaram a época do Racionalismo e esclarecimento na Europa. A Teologia decaía e o Racionalismo avançava. O racional seria elevar ao máximo o prazer e reduzir ao mínimo a dor. A partir do século XIX exprimir abertamente a sexualidade era sinal de corrupção moral. A sociedade estabeleceu um regime de repressão sexual representado por todo um conjunto de regras, normas, leis e valores explícitos determinando permissão e proibição nas práticas sexuais. Tais normas foram definidas pela religião, pela moral, pelo direito e até pela ciência. O prazer era considerado pecado. A sexualidade estava associada à procriação, reduzida a uma atividade puramente genital parcial, desprovida de erotismo. A origem da repressão sexual coincide com o desenvolvimento do capitalismo. No início do século XX o processo educativo formava indivíduos que conviviam com regras e normas pré-estabelecidas, basicamente opressoras. Este sistema

vigorou até que a ciência e alguns movimentos sociais alteraram os modelos. A ciência tornou a sexualidade um tema legítimo de estudo e obrigou o mundo a reavaliar a satisfação sexual, tão penosamente encarada como vergonha e repulsa, considerando-a como função necessária, saudável e nobre. A obra de Freud representa uma revolução no curso do pensamento sobre a sexualidade¹¹.

No Brasil, a partir dos anos 60, dá-se a eclosão do movimento feminista que levou à revolução sexual, conseqüentemente, houve a liberdade sexual e a diminuição das desigualdades entre os sexos. Os valores relativos à família ostentam significativas mudanças e salientam que essas são expressivas de uma ideologia igualitária que vem ganhando espaço no País, contrapondo-se ao caráter tradicional da sociedade brasileira. Os traços pertinentes de tal ideologia explicitam-se na contestação da distinção de gênero como conformadora da unidade e dinâmica conjugal, na afirmação da liberdade do exercício da sexualidade para os dois sexos fora dos parâmetros de uma relação estável, na proliferação de arranjos conjugais, na ampla aceitação do divórcio e também da maternidade voluntária fora do casamento¹².

A metamorfose da comunicação e do transporte foi outro fator que influenciou as transformações na moralidade e no comportamento sexual humano. O telefone, as revistas, os filmes, a dança, o automóvel e a informática são exemplos que se tornaram estímulos para as relações interpessoais¹¹.

A crescente tendência da liberação do comportamento social, especificamente, o sexual, contribui para o aumento da gravidez na adolescência, devido à falta de conhecimento do próprio corpo enquanto função reprodutora, vinda da falta de uma educação esclarecedora tanto no âmbito familiar como no escolar e social¹³.

¹² HEILBORN, M.L. Gravidez na adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social. In: VIEIRA, Elizabeth Meloni et al. *Seminário gravidez na adolescência*. Rio de Janeiro. Associação Saúde da Família, 1998. p.23-32

¹³ BUENO, G. M. Variáveis de risco para a gravidez na adolescência. 2001. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://www.virtualpsy.org/infantil/gravidez.html>>. Acesso em: 13 dez.2003.

Gravidez na adolescência

A gravidez na adolescência não constitui fenômeno recente na história da humanidade. Na Antiguidade, contratos de casamento eram lavrados quando a menina encontrava-se entre 13 e 14 anos. Durante o apogeu do Império Romano, as mulheres casavam-se em média aos 14 anos, época em que a expectativa média de vida era inferior aos 25 anos. Como nas sociedades antigas, a expectativa de vida era baixa, a manutenção da espécie só era possível aproveitando-se precocemente a fecundidade. As mulheres iniciavam a vida sexual após a menarca e os homens tão logo despertassem os instintos sexuais e a capacidade de fecundar¹⁴.

¹⁴ COSTA, M. C. O. Fecundidade na adolescência: perspectiva histórica e atual. *Jornal de Pediatria*, v.74, n.2, p.87-90, 1998.

No Brasil, país de cultura fortemente patriarcal, especialmente no interior, a mulher tinha como função social a reprodução e a criação dos filhos¹⁹. Durante muitos anos, as meninas eram educadas para serem esposas e mães; portanto, logo após a menarca, as meninas tornavam-se mães. E ainda, até no início do século passado, a gravidez precoce era considerada um acontecimento habitual para os padrões culturais da época.

Apesar de o fenômeno da gravidez na adolescência não ser novidade, nos últimos anos o mesmo vem sendo caracterizado como um “problema social”. O mercado de trabalho passou a exigir habilidades e qualificação específica dos(as) trabalhadores(as). Assim, a sociedade impôs aos(às) adolescentes a função social de se dedicar exclusivamente aos estudos e à profissionalização, garantindo assim um futuro de sucesso¹⁵. Dessa forma, a maternidade na adolescência é considerada indesejável e apontada como origem de vários problemas; pois se tornou incompatível com as novas demandas sociais¹⁹.

¹⁵ AQUINO, Estela M. L. et al. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.19, supl. 2, p.377-388, 2003.

As expectativas sociais diante da adolescência alteram-se social e historicamente: o que em dado momento é tido por aceitável e “natural” em outro con-

texto considera-se inaceitável.

Sexualidade e gravidez na adolescência na perspectiva de gênero

Segundo Davi e Rodrigues⁹, a análise de Gênero passou a ser usada por várias disciplinas e em contextos diversos, a partir do movimento feminista, nos anos 70 do século XX. De acordo com Flax¹⁶ “as relações de gênero estão envolvidas em todos os aspectos da experiência humana e são elementos constituintes dela”. O gênero enquanto uma categoria de análise nos permite compreender que a sexualidade e os papéis sexuais são criados historicamente e variam de cultura para cultura

Aos poucos, a criança aprenderá o valor simbólico de ter nascido mulher ou homem. Ao brincar, a criança não apenas conhece a si própria, mas também aprende as normas sociais de comportamento, os hábitos determinados pela cultura; o jogo e a brincadeira são meios para a fabricação da sua identidade cultural.

Para Swain¹⁷ a definição do ser mulher organiza práticas sociais que delimitam sua importância e suas atividades culturais no tempo e no espaço. Ao longo da infância e da adolescência, meninos e meninas, recebem mensagens diferentes sobre comportamento e sobre o que se espera deles, vindas da família, dos pais, da mídia, da sociedade como um todo. Muitas delas são aceitáveis para meninos e não para meninas e vice-versa.

Assim, homens e mulheres começam a ser condicionados por uma diversidade de experiências sociais, e passam a assumir padrões de comportamento de uma forma tão sutil que facilmente integram nosso cotidiano como algo “da natureza” do sexo masculino ou feminino. Portanto, tem-se uma categoria biológica determinante (diferenças sexuais ligadas à anatomia-fisiologia) e outra importante que é a do gênero (que se refere à construção social do sexo — o que é pró-

¹⁶ FLAX, J. Pós modernismo e relações de gênero na teoria feminista, In: HOLLANDA, S. B. de (Org). *Modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p.217-250-ref 17.

¹⁷ SWAIN T.N. Figuras de mulher em Simone de Beauvoir: a mãe, a prostituta. *Caderno Espaço Feminino*, v.11, n.14, Jan./Jul;2004, p.43.

¹⁸ PINHEIRO, V. de S. Repensando a maternidade na adolescência. *Estudos de Psicologia*, v.5, n.1, p. 243-251. 2000.

prio para o gênero feminino e para o gênero masculino)¹⁸.

As categorias de gênero tendem a ser naturalizadas, usando-se as diferenças biológicas para justificar diferenças socialmente construídas. A diferenciação entre os sexos não é simplesmente o resultado de um fenômeno social, mas é modelada pela interação dos dois fatores, no contexto de uma cultura determinada. Construídas ao longo de todo o processo de socialização, as categorias de gênero masculino e feminino comportam a reconstrução permanente de valores, papéis, atribuições e normas de interação¹⁸.

Assim, a formação da identidade, no contexto coletivo, tanto para o homem quanto para a mulher decorre da diferente vivência no meio social onde se está inserido. E a construção social dessa identidade resulta da aprendizagem social, não apenas ligada às ações ativamente exercidas nos diferentes círculos sociais, mas também ligadas às suposições mais gerais a respeito de idéias, tabus e mitos presentes no meio social.

¹⁹ CABRAL, Cristiane S. Concepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. *Cadernos Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.19, sup.1.2, p.283-292. 2003.

É inegável a relação entre o grupo social no qual se insere o indivíduo e sua relação com o próprio corpo, suas funções, necessidades e as formas de satisfazê-las¹⁹. Não é possível isolar o fenômeno da gravidez adolescente de um contexto maior, constituído pelos roteiros sexuais, que modelam a experiência da sexualidade e nos fornecem cenários sobre a socialização dos gêneros, da inserção dos jovens em determinadas configurações de família.

A ausência de estudos sobre paternidade na adolescência acompanha a tradição dos estudos de gênero cuja produção inicial está voltada principalmente para o gênero feminino. Esta situação acaba reforçando a idéia de que a gravidez e a prevenção sejam funções ou obrigações femininas. A gravidez imprevista e indesejada passa a ser de responsabilidade exclusiva da menina, uma questão de gênero, negligenciando-se a responsabilidade do menino¹⁹.

Portanto, as relações de gênero transformam-se ao longo da história e nas diferentes culturas e sociedades. A liberdade sexual permitiu às mulheres o direito de ter relação sexual desvinculada do matrimônio; a virgindade vem perdendo seu valor moral. Há uma maior liberdade em exercer a sexualidade; e conseqüentemente há um aumento na iniciação sexual precoce.

Por meio de um estudo feito pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, à Ciência e a Cultura) constatou-se que os(as) jovens brasileiros(as) estão cada vez mais distantes dos tabus sexuais das gerações passadas. Mais da metade dos(as) jovens entrevistados(as) não dão importância à virgindade. Em geral, transam cada vez mais cedo e vêm a sexualidade de homens e mulheres em pé de igualdade. Ao contrário das gerações anteriores, 77% dos jovens acham que o sexo é tão importante para as mulheres quanto para os homens e a maioria acredita que gostar de “ficar” não é um comportamento exclusivamente masculino. A iniciação sexual precoce é citada por muitos autores, como sendo uma das causas da gravidez precoce, pois na maioria das vezes essa acontece sem a prevenção adequada.

Epidemiologia

A gravidez na adolescência vem sendo objeto de estudo; pois, embora os(as) adolescentes ainda estejam em fase de crescimento e desenvolvimento, estes(as) vêm participando efetivamente no aumento das taxas de fecundidade, mortalidade materna e infantil²⁰.

Segundo a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (DHS) de 1996 revelou-se que, no Brasil, nos últimos 10 anos, a fecundidade diminuiu em todas as faixas etárias em torno de 30%, com exceção da faixa adolescente (10 a 19 anos)²¹.

A incidência de gravidez na adolescência está crescendo nos EUA, de 1975 à 1989 a porcentagem dos

²⁰ COATES, Veronica; SANT'ANNA, Maria J.C. Gravidez na Adolescência. In: GEJER, D; FRANÇOSO, L. A.; REATO, L. F. N. R. *Sexualidade e saúde reprodutiva na adolescência*. São Paulo: Atheneu, 2001, p.71-84.

²¹ BEMFAM – Sociedade Civil de Bem Estar Familiar. Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde. Rio de Janeiro: relatório BEMFAM; 1996.

nascimentos de adolescentes grávidas e solteiras aumentou 74,4 %. Em 1990, os partos de mães adolescentes representaram 12,5% de todos os nascimentos no país. Nos EUA, estima-se que aos 20 anos, 40% das mulheres brancas e 64% de mulheres negras terão experimentado ao menos uma gravidez.

No Brasil, a cada ano, cerca de 20% das crianças que nascem são filhas de adolescentes, número que representa três vezes mais garotas com menos de 15 anos grávidas que na década de 70. A falta de condições socioeconômicas e emocionais, além da falta de apoio da família e do parceiro, pode muitas vezes, levar as adolescentes a provocarem um aborto ou não procurarem um acompanhamento médico adequado e contínuo²².

²² Segundo Coates e Sant'Anna

²¹, aproximadamente 40% dos abortos realizados ocorrem em menores de 20 anos, e segundo dados do Ministério da Saúde (1996) o coeficiente de mortalidade decorrente do aborto é 2,5 vezes maior em menores de 20 anos; em 1994 um terço das mortes decorrentes de aborto ocorreu entre 15 e 19 anos.

Em 1998, foi realizado pelo SUS 666.000 partos de mães adolescentes entre 10 e 19 anos, sendo 32.000 de mães entre 10 e 14 anos. O número de recém-nascidos de mães adolescentes corresponde em todo Brasil a 26,75% dos nascimentos, havendo variações regionais com maiores taxas no Norte e Nordeste²¹.

Entre as gestantes adolescentes atendidas pelo SUS, no período de 1993 à 1998, houve aumento de 31% entre adolescentes de 10 a 14 anos.

Os números são realmente assustadores, representam mais de 700 mil partos de adolescentes no Brasil por ano, e algo em torno de 500 mil abortos, todos clandestinos e ilegais.

Em 2007, cerca de 30% dos partos realizados foram de adolescentes.

Com esses dados, podemos perceber a dimensão do fenômeno da gravidez na adolescência, pois ela causa um grande impacto no âmbito da saúde, além do impacto social.

Prevenção

De acordo com Silva²³ ainda há falhas em oferecer à mulher informações sobre seu corpo, sobre sexuali-

²³ SILVA, João Luiz Pinto e. Gravidez na adolescência: desejada x não desejada. *Femina*, v.26, n.10, p.825-830, nov-dez 1998.

dade, sobre reprodução e seu controle através de métodos anticoncepcionais oportunos e de eficientes serviços disponíveis para sua obtenção. A inexistência de uma oferta variada e contínua de contraceptivos, reduz as possibilidades de se encontrarem alternativas mais adequadas para cada usuária, dando oportunidade para o aparecimento de distorções que aumentam o risco de gravidez indesejada. Como não há distribuição gratuita suficiente dos métodos anticoncepcionais, muitas adolescentes não fazem uso dos mesmos, pois não têm condições econômicas para adquiri-los.

Diversos estudos na América Latina têm mostrado que menos de 20% dos homens e de 15% das mulheres usam algum método anticoncepcional na primeira relação²⁴. Quanto mais precoce a iniciação sexual, menores são as chances de uso dos métodos anticoncepcionais, e conseqüentemente, maiores são as possibilidades de gravidez²⁰.

Segundo pesquisa realizada por Dadoorian²⁵ todas as adolescentes entrevistadas afirmaram ter conhecimento de que exercer a atividade sexual sem o uso de um método anticoncepcional poderia provocar uma gravidez; entretanto, não fizeram o uso desse quando iniciaram sua vida sexual.

De acordo com a pesquisa de Almeida et al²⁶, 97,4% dos(as) adolescentes conheciam os métodos anticoncepcionais, 41% dos meninos e 56,1% das meninas declararam o uso de algum método anticoncepcional. Os meninos apresentaram pouco conhecimento sobre questões relacionadas à fertilidade e contracepção; mas conhecem algum tipo de método anticoncepcional, principalmente, o preservativo masculino.

Na pesquisa de Antunes e Moura concluiu-se que, 80% das adolescentes tinham conhecimento sobre algum método anticoncepcional, embora não tenham usado, os motivos para o não uso foram muitos: 27% não estavam usando camisinha no dia por descuido, 11,0% porque achavam o preservativo horrível, outras 11,0% não tomavam a pílula por medo de fazerem

²⁴ DIAS, A.C.G; GOMES, W.B. Conversas, em família, sobre sexualidade e gravidez na adolescência: percepção das jovens gestantes. *Psicologia Reflexão Crítica*, Porto Alegre, v.13, n.1, p.109-125, 2000.

²⁵ DADOORIAN, Diana. A gravidez desejada na adolescência. *Arquivos Brasileiros de psicologia*, v.50, n.3, p.60-70, jul-set.1998.

²⁶ ALMEIDA, M.C.C et al. Uso de contracepção por adolescentes de escolas públicas na Bahia. *Revista Saúde Pública*, v.37, n.5, p.566-75. 2003.

mal à saúde, outras 11,0% por medo de engravidar e outras 11,0% não usaram nenhum método porque não quiseram e 10,0% disseram “Não achei que fosse acontecer comigo”.

Segundo a pesquisa de Aquino et al¹⁵, 68,6% das adolescentes não faziam uso de métodos anticoncepcionais, 15,2% queriam engravidar.

Quando analisada exclusivamente a frequência de informações sobre métodos anticoncepcionais, Guimarães et al²⁷ observou que 28% das informações vinham de revistas, livros e jornais; 18,8% de amigos; 18% do rádio e televisão; 13,5% de profissionais de saúde; 8,6% de professores; 6,7% de pais e 6,2% de namorados(as).

Para Oliveira¹⁷ o fato das adolescentes viverem uma vida sexual não autorizada, cria o medo de a família descobrir o uso do método utilizado por elas e a vergonha de se submeter ao exame ginecológico. Além da própria necessidade moral da não-premeditação da relação sexual, o que inviabilizaria uma análise pela adolescente sobre qual método utilizar.

A vida sexual ocasional é outro motivo da ocorrência da gravidez na adolescência. A ocasionalidade dificulta o planejamento em longo prazo do uso de um método eficaz, como por exemplo, a pílula. A adolescente questiona o porquê de usá-la se não está com um parceiro fixo. Mesmo quando numa vida sexual ativa, há no mínimo, vergonha em pedir ao parceiro que use camisinha. A paixão pelo namorado transforma-o em alguém que a protegerá dos perigos da gravidez e de doenças sexualmente transmissíveis¹⁷.

A imprevisibilidade das relações sexuais é outro motivo, bastante citado por adolescentes, para justificar o não uso de métodos²⁷.

Outro fator relacionado ao não-uso de métodos anticoncepcionais está na crença da própria invulnerabilidade, no “pensamento mágico” de que “isto nunca vai acontecer comigo”¹⁹.

A utilização de métodos contraceptivos não ocor-

²⁷ GUIMARÃES, A. M.D.N.; VIEIRA, M.J; PALMEIRA, J A Informações dos adolescentes sobre métodos anticoncepcionais. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*.v.11, n.3, p.293-8, mai-jun 2002.

re de modo eficaz na adolescência, e isso está vinculado inclusive aos fatores psicológicos inerentes ao período, pois a adolescente nega a possibilidade de engravidar e essa negação é tanto maior quanto menor a faixa etária; o encontro sexual é mantido de forma eventual, não justificando, conforme acreditam o uso rotineiro da contracepção; não assumem perante a família a sua sexualidade e a posse do contraceptivo que seria a prova formal de vida sexual ativa²⁸.

Outro fator relacionado ao não-uso dos métodos anticoncepcionais está nos papéis de gênero, no qual o uso de preservativo “é função do homem” e o uso de outros métodos anticoncepcionais “ser responsabilidade da mulher”; além do fato de que a mulher deve ter um comportamento passivo, enquanto o homem um comportamento ativo. O preparo para uma primeira relação implicaria a postura ativa por parte da mulher, atitude que poderia dar a idéia de que ela seria “experiente”, o que por sua vez colocaria dúvidas sobre a sua moralidade. Além disso, tanto as adolescentes quanto os parceiros condicionam o uso do preservativo masculino ao tipo de relacionamento afetivo mantido pelo casal. Assim, quando o relacionamento atinge o estágio “namoro firme”, prevalece o não-uso da camisinha, atitude que denota valores correspondentes à confiança entre os parceiros²⁹.

Outra questão relacionada à questão de gênero, é a classificação moral que se dá às mulheres como “da vida” e “de família”, com as primeiras os homens usam preservativos, com as segundas não precisa, pois são fiéis²⁰.

Segundo algumas pesquisas, outro motivo, dado pelas adolescentes, para o não-uso dos métodos anticoncepcionais está relacionado com o próprio desejo de engravidar; o que contrapõe a visão de que a gravidez na adolescência seja algo indesejável.

Como podemos perceber, além da falta de informações, existem outros fatores relacionados à falta de prevenção, os quais devem ser considerados para se

²⁸ VITALLE, M.S.S ; AMANCIO, O.M.S. *Gravidez na adolescência*. 2001. Disponível em: < <http://www.brazilpednews.org.br/set2001/bnpar101.htm> >. Acesso em: 13 dez. 2003

²⁹ PANTOJA, Ana L. N. Ser alguém na vida: uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.19, supl.2, p.335-343. 2003.

criar programas e projetos de educação e prevenção voltados para o(a) adolescente, de forma eficaz.

Fatores psicológicos e culturais

Os fatores psicológicos têm mostrado grande influência no comportamento das adolescentes, levando muitas à gravidez precoce.

A família é o grupo social no qual o indivíduo pode se expressar com intimidade e espontaneidade, sendo um importante elemento para a saúde de seus membros. Em uma família na qual a falta de afeto, a agressão, a indiferença e comunicação inadequada imperam, promovem-se péssimos resultados a ela própria; assim a comunicação entre seus integrantes possui fundamental importância para o bem-estar emocional dos mesmos¹³. Dessa maneira, o contexto familiar pode influenciar no comportamento dos adolescentes e na ocorrência da gravidez precoce. Segundo Costa¹⁴, adolescentes sem suporte emocional, seja pela presença de conflitos na família ou ausência dos pais, apresentam poucos planos e expectativas quanto à escolaridade e profissionalismo. Em contrapartida, nas famílias onde os relacionamentos são mais estáveis e as questões da sexualidade abordadas de forma simples e explicativa, os(as) adolescentes mostram-se menos susceptíveis a riscos, como exemplo, a gravidez precoce.

A gravidez pode representar, para a adolescente, uma tentativa de superação de carências afetivas decorrentes de relações insatisfatórias; as adolescentes buscam compensar essas carências através da ligação com o próprio bebê ou com o parceiro através da constituição de uma família¹⁹.

A ausência de laços afetivos fortes na família e da atenção dos seus peculiares problemas e o sentimento de abandono podem levar a jovem a apoiar-se apenas no namorado. Com receio do abandono também por parte deste, a adolescente, já carente de afetividade,

vai aceitando o curso que o namoro vai tomando sem aperceber-se dos riscos físicos e emocionais. Além disso, pode ver na gravidez, a solução para agredir os pais punindo-os pela falta de afeto¹⁷.

Adolescentes que iniciam a vida sexual precocemente ou engravidam nesse período, geralmente vêm de famílias cujas mães também engravidaram na adolescência. Quanto mais jovens e imaturos os pais, maiores as possibilidades de desajustes e desagregação familiar¹³.

Outro fator que pode levar a adolescente engravidar é a influência que a mídia tem sobre o comportamento da mesma. Filmes, músicas ou novelas atuam como estímulo para o início precoce da relação sexual. Garotas têm o “pensamento mágico” de que se imitarem personagens de novelas e filmes terá o mesmo fim, o qual costuma ser um “final feliz”. Além disso, vêm em ídolos, um exemplo de vida, e procuram imitá-las¹³.

Podemos perceber que o fator psicológico e cultural tem uma grande influência sobre o comportamento das adolescentes, elas não conseguem enxergar os riscos a que estão expostas, e o impacto negativo que essas atitudes inconseqüentes podem causar em suas vidas.

Fatores socioeconômicos

Segundo Camarano³⁰ a incidência de gravidez na adolescência é maior nas classes economicamente desfavorecidas.

De acordo com Galleta¹³, a ocorrência da gravidez precoce na classe média deve-se mais à falta de perspectiva de vida do que somente a falta de orientação sexual ou conhecimento sobre os métodos anticoncepcionais.

Oliveira¹⁷ afirma que nas adolescentes em condições socioeconômicas mais baixas, a gravidez é um fenômeno “natural”, pois para elas há poucas opções de vida.

³⁰ CAMARANO, Ana Amélia. Fecundidade e anticoncepção da população de 15 a 19 anos. IN: VIEIRA, Elizabeth Meloni et al. *Seminário: gravidez na adolescência*. Rio de Janeiro. Associação Saúde da Família, 1998. p.35-46.

Segundo pesquisa realizada por Aquino¹⁵ a ocorrência da gravidez na adolescência variou inversamente com a renda e a escolaridade. A prevalência da gravidez em adolescentes com o primeiro grau incompleto (59,6%) corresponde a 13 vezes o valor entre aquelas com nível superior de instrução (4,6%).

De acordo com o boletim da SOF – Sempreviva Organização Feminista³¹ meninas que ficam mais de cinco anos na escola, 5 em cada 100 engravidam antes de fazer 19 anos. Entre as meninas sem instrução a proporção sobe para 17 em cada 100. Esses dados podem significar que a escola está ensinando algo sobre corpo, sexualidade e relações afetivas. Uma outra hipótese é que o fator de continuar os estudos aumenta a auto-estima e proporcione às adolescentes projetos de vida profissionais mais amplos que o de ser apenas esposa e mãe¹⁷.

De acordo com Leite³²; o risco de uma adolescente com cinco ou mais anos de escolaridade ter um filho é 58% menor do que o risco de uma adolescente com menos de cinco anos de escolaridade. Quanto maior o grau de escolaridade dos adolescentes maiores são as chances de conhecimento e uso dos métodos anticoncepcionais.

Doering²⁶ acredita que existe uma diferença com relação à perspectiva do papel social desempenhado pela mulher em função do seu nível socioeconômico. Para adolescentes de nível socioeconômico mais favorável a gravidez atrapalharia a sua perspectivas de estudo e de trabalho, visto que a maternidade não é prioridade para elas. Por outro lado, para as adolescentes de nível socioeconômico desfavorável, a maternidade é a única perspectiva de vida, em que o papel social mais importante por elas desempenhado é o de ser mãe.

A gravidez pode envolver dimensões complexas, remetendo tanto à mudança de status, quanto à reafirmação de projetos de mobilidade social; podendo ser como parte de um projeto de vida, uma espécie

³¹ SOF – Sempreviva Organização Feminista. *Boletim Mulher e Saúde*. N.15 e16. maio-ago., 1997.

³² LEITE, I.C.; RODRIGUES, R.N.; FONSECA, M.C. Fatores associados com o comportamento sexual e reprodutivo entre adolescentes das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. *Caderno Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.20,n.2, p.474-481, mar-abr.2004.

de “passaporte” para entrar na vida “adulta” e ser reconhecida pela família e por colegas como tal. A gravidez pode representar a ascensão social³⁰.

A sexualidade e a gravidez na adolescência são vistas e vividas pelas adolescentes de formas distintas em diferentes níveis socioeconômicos; ou seja, a gravidez pode significar para algumas adolescentes um “problema” e para outras uma “solução” ou “fenômeno natural”.

Educação sexual

A educação sexual enquanto constitutiva do processo educativo das pessoas pode resultar no modo como as mesmas reagem às questões sexuais e na maneira como vivem as sexualidades. Por isso, é importante tratar os assuntos sexuais durante toda a vida, principalmente na infância e na adolescência¹⁰.

A sexualidade do(a) adolescente, provavelmente, é o tema mais difícil de lidar pelos pais, profissionais de educação e de saúde, pois, nisto implica trabalhar com as dificuldades pessoais, um auto-conhecimento e, freqüentemente, com informações inadequadas ou insuficientes. Até pouco tempo atrás, a regra era não tocar no assunto para não despertar o interesse.

Com o aumento de casos de DST/AIDS e gravidez indesejada na adolescência, demonstrando assim a dimensão do problema, do início precoce da atividade sexual sem proteção, houve uma consciência da necessidade de uma educação sexual efetiva.

Conceituar educação sexual não é fácil, pois é necessário valorizar vários aspectos considerados subjetivos. Entende-se por educação sexual como a aquisição de um conjunto de normas de comportamento e expressão do ser humano vinculado aos processos somáticos, psicológicos e sociais do sexo. O processo educativo deve estar vinculado à formação integral de crianças e adolescentes, apontando elementos de esclarecimento e reflexão para favorecer e desenvolver

atitudes positivas para a sexualidade; reconhecer, identificar e aceitar o ser sexual e sexuado, sem medos, temores, angústias e sem sentimentos de culpa; favorecer as relações interpessoais, propiciando condições de respeito e igualdade, superando todo o critério de discriminação de gênero; compreender o exercício da sexualidade de forma consciente, responsável e livre, buscando a felicidade; propiciar a vida em parceria e a harmonia familiar, bem como a sua repercussão na sociedade e promover a saúde integral e a qualidade de vida do indivíduo. A moderna educação sexual abrange todo o aspecto da informação científica, atitudes culturais e aprendizagem que estão implícitas no homem e na mulher. Considera-se que ela deva ser de responsabilidade do esforço comum da família, das instituições educativas, de saúde, culturais, religiosas e da sociedade em geral¹¹.

Os programas de educação e saúde para adolescentes devem, antes de tudo, levar em conta os aspectos sociais, culturais e econômicos onde estão inseridos. É preciso valorizar os sentimentos e preocupações dos(as) adolescentes para conhecer o mundo deles(as)³³.

Muitos programas de educação sexual usam uma abordagem didática, focalizando somente a informação sobre a reprodução. Para satisfazer aos(às) jovens e desenvolver um programa efetivo de prevenção é necessária uma abordagem que atenda também aos aspectos sociais e psicológicos da sexualidade. Por meio da educação sexual deve-se acabar com os mitos, desinformações e preconceitos que ainda cercam a sexualidade; refletir e discutir sobre relações de gênero, valores, sentimentos e emoções; garantir que o aprendizado e a discussão sobre sexualidade, contracepção e prevenção de DST/AIDS aconteçam antes da iniciação da relação sexual.

³³ CAVASIN, S. M. P; ARRUDA, S. Educação sexual e comunicação para adolescentes. In: VIEIRA, Elizabeth Meloni et al. *Seminário: gravidez na adolescência*. Rio de Janeiro. Associação Saúde da Família, 1998. p.110-118.

Educação sexual na família

A família é a estrutura mais sólida, como referência de modelos e padrões de conduta na formação do indivíduo, fornecendo a ele as bases da sua personalidade¹¹. Ela é considerada a estrutura social ideal para a educação dos filhos, principalmente, em relação à sexualidade, mas tem-se mostrado impotente para atuar na educação sexual desses(as) filhos(as) frente às dificuldades que os pais relatam no trato com as questões sexuais¹⁰.

O atual modo de vida não proporciona que os pais fiquem muito tempo com os(as) filhos(as), o que pode levar ao distanciamento nessas relações. Outro fato que prejudica a convivência familiar é o processo de modernização das sociedades urbanas. Muitos(as) adolescentes incorporam as novas tecnologias, os novos valores sociais e culturais, muito diferentes dos valores dos pais, o que favorece o distanciamento entre esses e os(as) filhos(as). Por esses motivos, muitos pais deixam de participar do desenvolvimento dos(as) filhos(as), o que reflete na ausência ou deficiência de diálogos sobre temas, como, por exemplo, a educação sexual. Ela fica a cargo dos amigos, da televisão, das revistas e de outros meios.

Em um trabalho realizado por Moraes e Garcia³⁴, verificou-se que os familiares caracterizam as adolescentes como calmas ou imaturas e rebeldes. Para os pais a rebeldia das adolescentes justifica o comportamento, as atitudes e a atividade sexual, tendo como conseqüências conflitos e desavenças nos relacionamentos intrafamiliares. Ainda a esse respeito, os familiares apontaram as “más companhias” como sendo um dos aspectos responsáveis pelo comportamento da adolescente; outros se opunham ao namoro. Isso comprova haver ausência de compartilhamento das vivências de cada um no âmbito da familiar, a que as adolescentes se contrapõem.

Por meio de uma pesquisa com adolescentes, Dias

³⁴ MORAIS, F. R. S.; GARCIA, T. R. G. Gravidez em mulheres adolescentes: a ótica de familiares. *Revista Brasileira Enfermagem*. Brasília, v. 55, n.4, p.377-383, jul./ago. 2002.

³⁵ DIAS, A.C.G; GOMES, W.B. Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência: a percepção dos pais. *Estudos de Psicologia*, Natal, v.4, n.1, p.79-106, jun.1999.

e Gomes³⁵, concluíram que as informações sobre sexualidade e prevenção recebidas da mãe, principalmente, foram percebidas como parciais e incompletas e a comunicação mostrou-se prejudicada por falta de confiança na mãe. Além de despreparados(as), os pais apresentam dificuldades associadas à falta de informação e a não aceitação da sexualidade adolescente. Esta pesquisa destacou três aspectos relacionados com a gravidez na adolescência: reafirmou a liberdade e a iniciativa da mulher em relação a sua sexualidade, confirmou a ausência da discussão franca e informada sobre sexualidade e mostrou a substituição do mito do amor romântico pela expectativa clara do sexo prazeroso.

Os mesmos autores realizaram uma pesquisa com os pais e dela concluiu-se que esses encontram-se confusos em relação ao seu papel na educação sexual. A informação é ambígua desde que os pais não têm clareza dos valores que pretendem transmitir aos filhos. A comunicação não se estabeleceu pela ambigüidade associada a resignificação da experiência sexual dos pais diante das vivências das filhas, e das transformações de valores da atualidade. Os pais percebem adequadamente o que está acontecendo com a vida sexual das filhas, mas não conseguem meios expressivos efetivos para a orientação; pois estimam equivocadamente o conhecimento das filhas sobre anticoncepcionais, por tentarem postergar a iniciação sexual das filhas e por não se considerarem aptos para falar de sexualidade e de métodos anticoncepcionais.

Conclui-se que para a maioria das famílias, discutir aspectos referentes à sexualidade ainda é um tabu, especialmente quando se trata da sexualidade das mulheres. Os pais ou responsáveis não sabem ou não se sentem capacitados para abordar, por não estarem preparados ou por vergonha, a discussão desses aspectos e, assim, reprimem ou negam a possibilidade de expressão da sexualidade das adolescentes. Os familiares, pela inabilidade para o trato dessas questões, se

esquivam e de certa forma, não ajudam as adolescentes a fazer escolhas conscientes e responsáveis no tocante à atividade sexual.

Os pais devem proceder com os filhos de forma natural, dando informações verdadeiras, sinceras, claras e objetivas, ampliando gradativamente o conhecimento e respeitando o nível de desenvolvimento da criança e do adolescente. O estímulo ao diálogo, a compreensão e a confiança mútua é fundamental para aproximar pais e filhos¹¹.

Educação sexual na escola

No Brasil, a história da educação sexual sempre esteve ligada à escola e sofreu uma forte influência da Igreja Católica, o que contribuiu para limitar a discussão do assunto na escola, durante muitos anos^{10,11}.

A dificuldade dos pais em abordar a sexualidade com seus filhos, impulsionou a escola a assumir parte dessa responsabilidade. A escola é um espaço social significativo para onde o(a) adolescente pode levar suas experiências de vida, suas curiosidades, fantasias, dúvidas e inquietações sobre a sexualidade. Entretanto, juntamente com as ações implementadas pela escola em relação à orientação sexual de crianças e adolescentes, deve-se oportunizar momentos de reflexão aos(as) educadores(as) para pensar em seus valores¹⁰. Pois, apesar da modernidade, muitos(as) educadores(as) carregam consigo mitos, tabus, valores, preconceitos; permitindo com que estes influenciem na sua conduta com os(as) alunos(as).

A educação sexual dada nas escolas, ainda, se restringe a transmitir informações relacionadas à anatomia e à fisiologia do corpo humano, ou seja, aos aspectos biológicos do homem e da mulher, sem dimensionar outros aspectos, como o cultural e o social³⁵.

Com o advento da AIDS, houve uma maior preocupação em relação à transmitir, aos(as) alunos(as), informações sobre prevenção das DSTs/ AIDS e mé-

todos anticoncepcionais.

A escola não dispõe de profissionais habilitados para abordar assuntos como sexualidade e métodos anticoncepcionais; e os(as) professores(as) acabam tendo atitudes preconceituosas. Como exemplo, muitos professores tentam excluir das salas de aula as meninas grávidas, com o intuito de não servirem de “mau exemplo” para as outras colegas. Muitas adolescentes abandonam a escola devido à gravidez, sendo que poucas retornam aos estudos.

A sexualidade como uma instância constitutiva do humano, deverá atravessar as práticas cotidianas dos(as) professores(as) na escola, não para controlar ou reprimir suas manifestações, mas para possibilitar ao(à) adolescente a construção de sua própria identidade, e por isso também, de sua própria sexualidade⁶.

Os(A)s profissionais devem ter consciência da sua própria sexualidade, possuir formação continuada, respeitar as diferenças individuais, inspirar confiança. A escola, por sua vez, deve atender aos seguintes requisitos: sensibilizar-se quanto à necessidade da educação sexual; refletir sobre sexo e sexualidade, enquanto dimensões do relacionamento humano; ampliar conhecimentos sobre o desenvolvimento biopsicossocial do ser humano para o cumprimento de deveres¹¹.

Mesmo considerando os avanços frente à discussão da sexualidade nos últimos anos, educadores(as) e pais ainda realçam suas dificuldades em abordar esse tema.

Conclusão

Atualmente, a gravidez na adolescência é considerada um problema social e de saúde pública, que precisa ser melhor compreendida para ser combatida. Várias políticas de educação e prevenção foram realizadas; no entanto, o índice de gravidez na adolescência vem aumentando.

Há alguns anos, este fenômeno era relacionado,

principalmente, à falta de informação ou de acesso aos métodos anticoncepcionais. Hoje, percebe-se que muitas adolescentes têm conhecimento sobre os métodos anticoncepcionais e mesmo assim não fazem uso, ou usam inadequadamente.

Este estudo teve como objetivo levantar alguns fatores que contribuem para a ocorrência da gravidez precoce e os motivos que levam as adolescentes a não fazerem o uso dos métodos anticoncepcionais ou desejarem a gravidez. Por meio desta pesquisa foi possível concluir que a ocorrência da gravidez precoce envolve vários fatores, como, psicológicos, culturais e socioeconômicos.

A literatura nos revelou que a gravidez na adolescência recebe vários significados nas diferentes sociedades e culturas. Houve uma época que a gravidez ocorria precocemente e era tida como um fenômeno natural e desejado. A mulher tinha como papel social, o de ser mãe e esposa. Após os movimentos feministas e com a inserção da mulher no mercado de trabalho, muitas mulheres da classe média e alta, passaram a ter novos papéis sociais e conquistaram a liberdade e a autonomia de decidirem por si mesmas sobre a sua vida. Assim, muitas conquistaram o direito de exercerem sua sexualidade desvinculada do matrimônio. Com isso, as adolescentes vêm iniciando suas relações sexuais precocemente, de forma mais eventual, sem premeditação, o que justificaria o não uso dos métodos anticoncepcionais.

De acordo com a literatura há falhas em oferecer à mulher informações sobre seu corpo, sobre a sexualidade, sobre reprodução e seu controle através de métodos anticoncepcionais oportunos e de eficientes serviços disponíveis para sua obtenção.

Falta uma educação sexual adequada na família, na escola e nos serviços de saúde. Os pais, educadores(as) e profissionais da saúde estão geralmente despreparados para falarem de sexualidade; eles ainda carregam consigo mitos, tabus e preconceitos.

Segundo a literatura, há várias justificativas para as adolescentes não usarem os métodos anticoncepcionais: vergonha de pedir ao parceiro que use a camisinha, crença da própria invulnerabilidade, não assumem perante a família a sua sexualidade e a posse do contraceptivo seria a prova formal de vida sexual ativa.

De acordo com a literatura há diferenças nos papéis de gênero, no qual o uso de preservativo é função do homem e o uso de outros métodos anticoncepcionais é responsabilidade da mulher. Além disso, tanto as adolescentes quanto os parceiros condicionam o uso do preservativo masculino ao tipo de relacionamento afetivo mantido pelo casal, se encontrar um relacionamento “sério” não precisa do preservativo.

Segundo a literatura, muitas adolescentes desejam a gravidez, dentre os motivos para esse desejo estão: tentativa de superação de carências afetivas decorrentes de relações insatisfatórias, as adolescentes buscam compensar essas carências através da ligação com o próprio bebê ou com o parceiro através da constituição de uma família; vêm na gravidez, a solução para agredir os pais punindo-os pela falta de afeto; alimentam um sonho de que estarão se realizando sendo mães; acreditam que é isso que o namorado quer; querem ser vistas como adultas; desejo de construir uma identidade feminina ou de demonstrar independência frente aos pais; querem conquistar um novo status social; querem testar sua fertilidade.

A literatura nos mostrou que as adolescentes engravidam para imitar personagens de novelas e filmes ou colegas; ou até mesmo, de alguém da família, como a própria mãe.

Segundo a literatura, o nível socioeconômico pode contribuir para a gravidez na adolescência. Adolescentes com condições socioeconômica desfavoráveis e baixa escolaridade têm menos conhecimento sobre o corpo e os métodos anticoncepcionais e acesso aos mesmos. Além disso, para muitas, a maternidade é a única perspectiva de vida, onde o papel social mais

importante por elas desempenhado é o de ser mãe.

Concluimos, através deste estudo, que a gravidez na adolescência envolve vários fatores, e que é necessário analisar e conjugá-los de forma mais ampla, complexa e interdisciplinar. Os programas de educação e prevenção não devem abordar somente os meios de prevenção. A adolescência é uma fase delicada, onde ocorrem várias mudanças psicológicas, portanto, o(a) adolescente pode se encontrar vulnerável, cheio de conflitos e dúvidas. Deve-se promover uma educação sexual adequada, que aborde os aspectos sociais, culturais e psicológicos; é preciso respeitar o(a) adolescente.

O(A) adolescente merece um atendimento mais humanista e holístico e de uma equipe multiprofissional que passe por formação continuada.

Referências

ABDALLAH, Vânia O. S. et al. Gravidez na adolescência: experiência de um hospital universitário. *Pediatria Moderna*, v. 34, n.9, p.561-570, set.1998.

ALMEIDA, M. C. C. et al. Uso de contracepção por adolescentes de escolas públicas na Bahia. *Revista Saúde Pública*, v.37, n.5, p.566-75. 2003.

AQUINO, Estela M. L. et al. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.19, supl. 2, p.377-388. 2003.

ARAÚJO, V. M. de; MORÉS, A.; ANTUNES, H.S. Os dizeres das adolescentes sobre a gravidez precoce: desafios para a escola. *Revista do Centro de Educação*, v.26, n.1,2001. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista/revce/2001/01/r5.htm>>. Acesso em: 13 dez.2003.

BELLOL. Expressões da sexualidade nas artes plásticas: a construção do feminino e do masculino em Magritte e Arcimboldo.

Boletim informativo CDHIS, n. 5, ano 3, Uberlândia, 1995.

BEMFAM- Sociedade Civil de Bem Estar Familiar. Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde. Rio de Janeiro: relatório BEMFAM;1996.

BUENO, G. M. Variáveis de risco para a gravidez na adolescência. 2001. Dissertação de mestrado. Disponível em: <<http://www.virtualpsy.org/infantil/gravidez.html>>. Acesso em: 13 dez.2003.

CABRAL, Cristiane S. Contraceção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.19, sup.l.2, p.283-292. 2003.

CAMARANO, Ana Amélia. Fecundidade e anticoncepção da população de 15 a 19 anos. In: VIEIRA, Elizabeth Meloni et al. *Seminário: gravidez na adolescência*. Rio de Janeiro. Associação Saúde da Família, 1998. p.35-46.

COATES, Veronica; SANT'ANNA; Maria J. C. Gravidez na Adolescência. In: GEJER, D; FRANÇOSO, L.A; REATO, L.F.N.R. *Sexualidade e saúde reprodutiva na adolescência*. São Paulo: Atheneu, 2001, p.71-84.

COSTA, M. C. O. Fecundidade na adolescência: perspectiva histórica e atual. *Jornal de Pediatria*, v. 74, n. 2, p. 87-90. 1998.

DADOORIAN, Diana. A gravidez desejada na adolescência. *Arquivos Brasileiros de psicologia*. v.50, n.3, p.60-70, jul-set.1998.

DAVI, E. H. D. & RODRIGUES, J. F. S. Os caminhos da homossexualidade: Inserção ou exclusão? *Caderno Espaço Feminino*, v. 9, n. 10/11, 2001/2002, p. 35.

DIAS, A. C. G; GOMES, W.B. Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência: a percepção dos pais. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 4, n. 1, p. 79-106, jun. 1999.

DIAS, A. C. G.; GOMES, W.B. Conversas, em família, sobre sexualidade e gravidez na adolescência: percepção das jovens gestantes. *Psicologia Reflexão Crítica*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 109-125, 2000.

ECOS. Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana. Instituto Polis. *Gravidez na adolescência*. Instituto Polis. DICAS 191. 2001. Disponível em: <http://www.ecos.org.br/docs/dicas_191.pdf>. Acesso em: 13 dez.2003.

FLAX, J. Pós Modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, S. B. de (Org.). *Modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p.217-250-ref 17.

GHERPELLI, M.H.B.V. A educação preventiva em sexualidade na adolescência.. *Série Idéias*, São Paulo: FDE, n. 29, p. 61-72, 1996. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/eds_l.php?7=001> . Acesso em: 13 dez.2003.

GUIMARÃES, A. M. D. N.; VIEIRA, M. J.; PALMEIRA, J. A. Informações dos adolescentes sobre métodos anticoncepcionais. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 11, n. 3, p. 293-8, mai./jun. 2002.

HEILBORN, M.L. Gravidez na adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social. In: VIEIRA, Elizabeth Meloni et al. *Seminário gravidez na adolescência*. Rio de Janeiro. Associação Saúde da Família, 1998. p. 23-32.

JESUS, M. C. P. de. *Educação sexual e compreensão da sexualidade na perspectiva da enfermagem*. In: RAMOS, F.R.S; MONTICELLI, M; NITSCHKE, R.G (Org).

LEITE, I. C.; RODRIGUES, R. N.; FONSECA, M. C. Fatores associados com o comportamento sexual e reprodutivo entre adolescentes das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil. *Caderno Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p.474-481, mar./abr. 2004.

LEVISKY, D. L. *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. 2. ed. São

Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

MORAIS, F. R. S; GARCIA, T. R. G. Gravidez em mulheres adolescentes: a ótica de familiares. *Revista Brasileira Enfermagem*. Brasília, v. 55, n. 4, p. 377-383, jul./ago. 2002.

OLIVEIRA, M. W. de. Gravidez na adolescência: Dimensões do problema. *Caderno CEDES*, Campinas, v. 19, n. 45, p. 48-70, jul. 1998.

PANTOJA, Ana L. N. Ser alguém na vida: uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 2, p. 335-343. 2003.

PINHEIRO, V. de S. Repensando a maternidade na adolescência. *Estudos de Psicologia*, v. 5, n.1, p. 243-251. 2000.

REATO, L. F. N. Desenvolvimento da sexualidade na adolescência. In: GEJER, D.; FRANÇOSO, L. A.; REATO, L.F.N.R. *Sexualidade e saúde reprodutiva na adolescência*. São Paulo: Atheneu, 2001, p.1-10.

SAITO, M. I. Adolescência, sexualidade e ética. In: GEJER, D.; FRANÇOSO, L. A.; REATO, L. F. N. R. *Sexualidade e saúde reprodutiva na adolescência*. São Paulo: Atheneu, 2001, p.51-8.

SILVA, João Luiz Pinto e. Gravidez na adolescência: desejada x não desejada. *Femina*, v.26, n.10, p.825-830, nov./dez. 1998.

SOF - Sempreviva Organização Feminista. *Boletim Mulher e Saúde*. N.15 e16. maio-ago. 1997.

SWAIN, T. N. Figuras de mulher em Simone de Beauvoir: a mãe, a prostituta. *Caderno Espaço Feminino*, v. 11, n. 14, Jan./Jl; 2004. p.43.

VITALLE, M. S. S.; AMANCIO, O. M. S. *Gravidez na adolescência*. 2001. Disponível em: < <http://www.brazilpednews.org.br/set2001/bnpar101.htm> >. Acesso em:13 dez.2003.

ZAN, R. P. Educação sexual. In: GEJER, D.; FRANÇOSO, L. A.; REATO, L. F. N. R. *Sexualidade e saúde reprodutiva na adolescência*. São Paulo: Atheneu, 2001, p.11-20.

Percepção de mulheres usuárias do Hospital de Clínicas de Uberlândia acerca do exame de papanicolau

Simone Rodrigues Neves
Marcelo Mendonça de Freitas
Thaís Fraga Soares

Resumo: Este estudo buscou investigar e descrever a percepção de mulheres sobre o teste de Papanicolau, utilizando-se do método da análise do conteúdo. Verificou-se através dos depoimentos que as mulheres sentem dor e constrangimento em relação ao exame e desconhecem a finalidade específica do mesmo.

Palavras-chave: Saúde da Mulher. Câncer de Colo do Útero. Exame de Papanicolau.

Abstract: This study sought investigate and describe the perception of women on the test Papanicolau, using the method of analysis of the contents. It was through the testimony that women feel pain and embarrassment on examination and unaware the specific purpose of the same.

Keywords: Women's Health. Cervix-Uterine Cancer. Pap Smear.

Simone Rodrigues Neves. Psicóloga. Mestre em saúde na comunidade pela USP-Ribeirão Preto. Docente nos cursos de Pedagogia e Psicologia da União Educacional de Minas Gerais – Unimininas/Faciminas.

Marcelo Mendonça de Freitas. Aluno de 12º período do curso de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia.

Thaís Fraga Soares. Aluna de 12º período do curso de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia.

Introdução

Esse estudo teve como objetivo investigar e descrever a motivação, conhecimento e percepção de um grupo de mulheres, usuárias dos serviços de saúde do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia – HC/UFU sobre o exame Papanicolau.

Neste trabalho foi desenvolvida uma pesquisa de campo com mulheres entre 24 a 58 anos de idade, que já realizaram o exame de Papanicolau, usuárias do serviço de saúde do Ambulatório de Ginecologia e Obstetrícia do HC/UFU, no período de janeiro a fevereiro de 2005. Trata-se de um estudo com enfoque qualitativo.

Historicamente, tem-se verificado que o câncer de colo do útero ocupa lugar de destaque nas taxas de morbi-mortalidade entre a população feminina, especialmente nos países em desenvolvimento¹. No Brasil, estima-se que o câncer de colo do útero seja o terceiro mais freqüente entre as mulheres e que seja a quarta causa de morte por câncer em mulheres².

O exame colpocitológico ou teste de Papanicolau, dentre os métodos de detecção, é considerado o mais efetivo e eficiente a ser aplicado coletivamente em programas de rastreamento do câncer cérvico-uterino³. No entanto, o acesso e a utilização do teste tem se confrontado com algumas barreiras presentes nos mais diferentes aspectos da vida das mulheres, entre os quais destacam-se conhecimento, percepção e sentimentos em relação ao exame. Pinho⁴ enumera algumas razões que foram relatadas pelas mulheres para não realizarem o teste: não apresentar problemas ginecológicos, vergonha ou desconforto físico, dificuldades de acesso ao serviço de saúde, não conhecimento do exame, entre outras. Dessa forma, o exame de detecção pode gerar perturbações emocionais devido a forma como é realizado, acrescido da dor que poderá ser causada, assim como o medo da descoberta de algo desagradável ou da própria vergonha de expor o corpo, em es-

¹ PINHO, A. A.; FRANÇA-JUNIOR, I. Prevenção do câncer de colo do útero: um modelo teórico para analisar o acesso e a utilização do teste de Papanicolaou. *Revista Brasileira de Saúde Materna Infantil*, Recife, 3 (1), jan/mar 2003, p. 95-112.

² INCA (Instituto Nacional do Câncer). Estimativa da Incidência e Mortalidade por Câncer. *Normas e Manuais Técnicos*. Rio de Janeiro: INCA, 2005.

³ PINHO, A. A. *Fatores associados à realização do Teste de Papanicolau entre mulheres em idade reprodutiva no município de São Paulo* 2002, p.225. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2002.

⁴ PINHO, A. A. *Op. Cit.*, p. 89.

pecífico a genitália⁵.

É importante ressaltar que ao longo da história da humanidade o corpo feminino tem sido tratado como uma ameaça para a estabilidade moral e social. Nas diferentes sociedades, esse corpo tem sido regulado através de normas, sejam elas baseadas em crenças mágicas, religiosas ou médicas, na maioria das vezes impostas, desqualificando o saber que as mulheres têm sobre seu próprio corpo⁶.

Os profissionais de saúde devem ter consciência, no ato do exame, que cada pessoa tem sua própria percepção sobre os procedimentos que envolvem a prevenção do câncer cérvico-uterino. Um procedimento simples, rotineiro, rápido e indolor aos olhos do profissional pode ser visto pela mulher como procedimento físico e psicologicamente agressivo, devido as suas bagagens psicológicas e sócio-cultural⁷.

Trajetória metodológica

O projeto do estudo foi previamente avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

O procedimento metodológico utilizado foi, primeiramente, a seleção de prontuários das pacientes que estavam na sala de espera do Ambulatório de Ginecologia e Obstetrícia do HC/UFU, segundo os critérios de idade e realização prévia do exame de Papanicolau no serviço citado. Em seguida, foi feita a apresentação do pesquisador, esclarecido o objetivo do estudo e solicitada a participação voluntária através de um termo de consentimento livre e esclarecido, com a permissão para uso do gravador, justificando as suas finalidades, a garantia do anonimato e de acesso aos resultados da pesquisa, visando assim salvaguardar os direitos dos sujeitos da pesquisa.

O instrumento de coleta de dados se constituiu numa entrevista individual e semi-estruturada realizada pelos pesquisadores, seguindo um roteiro desen-

⁵ FERNANDES, A. F. C.; RODRIGUES, D. P.; SILVA, R. M. Percepção de algumas mulheres sobre o exame Papanicolau. *Revista Enfermagem*, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, abr. 2001, p. 113-118.

⁶ VIEIRA, E.M. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

⁷ CAVALCANTE, L. G.; HAMANO, L.; MEGRIHI, M. A. B. O exame preventivo do câncer cérvico-uterino: conhecimento e significado para as funcionárias de uma escola de enfermagem de uma instituição pública. *Revista Escola Enfermagem USP*, 2002; 36(3), p. 289-96.

⁸ CAVALCANTE, L. G.; HAMANO, L.; MEGRIHI, M. A. B. O exame preventivo do câncer cévico-uterino: conhecimento e significado para as funcionárias de uma escola de enfermagem de uma instituição pública. *Revista Escola Enfermagem USP*, 2002; 36(3), p. 289-96.

⁹ BARDIN, L. *Análise do Conteúdo*. Trad. RETO, L. A.; PINHEIRO, A. Lisboa: Edições 70, 1988.

volvido a partir de um modelo utilizado em experiências anteriores⁸.

Foram entrevistadas 30 mulheres. Os dados foram analisados tendo como referência o método da análise do conteúdo por Bardin⁹, que utiliza procedimentos sistemáticos de descrição de conteúdo das mensagens colhidas. A modalidade da análise do conteúdo utilizada foi a análise temática por ser a que mais se adequou os propósitos deste estudo. As usuárias entrevistadas tinham entre 24 a 58 anos, sendo a faixa etária predominante de 35 a 45 anos.

Em relação ao estado civil, verificou-se que a maioria das entrevistadas eram casadas, seguidas das solteiras e divorciadas. Dessas mulheres, a maioria era católica com o ensino fundamental completo, sendo apenas uma analfabeta. A maioria das mulheres possuía uma renda familiar mensal igual ou inferior a três salários mínimos.

Sobre os motivos de preferência pelo local onde se realizou o exame de Papanicolau, as mulheres entrevistadas afirmaram ser a proximidade de suas casas e, portanto, a acessibilidade ao serviço. Além disso, as entrevistadas justificaram ainda sua escolha pela gratuidade do serviço, pelo encaminhamento e/ou acompanhamento médico que realizavam pela confiança e/ou qualidade do serviço, considerando como essencial a convivência com o profissional de saúde durante a realização do exame colpocitológico.

As falas das mulheres sobre o exame

Foram analisadas as entrevistas com o objetivo de aprofundamento nas mensagens dos conteúdos, buscando delimitar e compreender as principais idéias e o sentido latente das informações colhidas. Posteriormente, foi realizada uma classificação e agregação prévia dos dados a partir dos objetivos propostos neste estudo e do referencial teórico pesquisado, para a especificação dos temas¹⁰.

¹⁰ MINAYO, M. F. M.; JO MORI, L.; BARROS, A. C. S. Impacto psicológico do câncer de mama. *Revista Brasileira de Cancerologia*, 2005; 51 (2), p. 149-154.

Nesta fase, buscou-se compreender e interrogar os conteúdos lidos, destacando os principais aspectos que estavam sendo expressos pelos sujeitos. A partir daí, foram feitos levantamentos das idéias principais e de unidades de sentidos nas falas transcritas, procurando-se obter uma análise dos conteúdos manifestos através da categorização destes conforme os temas descritos à seguir.

Motivações

Carvalho¹¹ ressalta que a busca pelo exame preventivo deve ser voluntária e espontânea, o que pressupõe motivações pessoais, que estão enraizadas em experiências do passado, opiniões, crenças, atitude e valores de cada pessoa orientando as ações individuais.

O fato de as motivações para a realização deste exame centrarem-se, principalmente, no aspecto físico e preventivo demonstra uma visível preocupação da mulher consigo mesma, conferindo um valor e preocupação pelo cuidado, especialmente em relação ao próprio corpo, como pode ser verificado no relato seguinte: (...) “porque a gente tem que evitar essas doenças do colo do útero, as doenças...como se fala...que eles falam doença de rua. Então, evita um monte de coisas, escorrimento, a gente pode estar com alguma infecção” (M1).

No grupo de mulheres entrevistadas, apesar de algumas terem verbalizado alguns constrangimentos na situação do exame, não o evitaram, pois eram motivadas devido a presença de sintomatologia incômoda ou principalmente pela busca da prevenção.

As motivações referentes à prevenção foram justificadas pela responsabilidade pelo próprio corpo, pela preocupação com as modificações decorrentes da idade, pelo medo de adquirir doenças, em decorrência do casamento, por encaminhamento médico, por orientações de programas de televisão, e pela obrigatoriedade do exame no pré-natal.

¹¹ CARVALHO, M. L. O.; FUREGATO, A. R. F. Exame ginecológico na perspectiva das usuárias de um serviço de saúde. *Revista Eletrônica de Enfermagem* (online), Goiânia, v. 3, n. 1, jan-jun.2001. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista>>.

O fato do aconselhamento e/ou encaminhamento médico ser acolhido como motivador para a realização do exame justifica-se, pela necessidade das mulheres de conhecerem as respostas e soluções para possíveis dúvidas, cujas respostas esperam encontrar no profissional médico, detentor deste conhecimento específico e considerado, segundo Arillo-Santillán¹², o “preditor do teste de Papanicolau”.

Algumas mulheres entrevistadas apontaram como motivações a expectativa de um diagnóstico provável devido a alguma manifestação corporal. O fato das mulheres procurarem os serviços de saúde somente quando têm sintomas, segundo Brenna¹³, seria uma característica sócio-econômica e cultural da população de países em desenvolvimento, devido ao entendimento de que a procura pelo médico, deve ser feita apenas na presença de queixas.

Conhecimento

Quanto ao conhecimento da finalidade do exame, verificou-se que 2 mulheres não conheciam o objetivo do exame e outras 2 relataram ser a detecção de alguma doença não especificada, enquanto 3 citaram a prevenção de câncer, não especificando sua localização. A maioria (17 delas), indicou que o exame é utilizado para prevenção à afecções uterinas, incluindo infecções e câncer, e apenas 6 pacientes referiram à prevenção de câncer de colo de útero.

O conhecimento destas mulheres acerca do exame de Papanicolau pôde ser relacionado com as motivações apresentadas, uma vez que a grande maioria realizava o exame por razão preventiva. Verificam-se, entretanto, variações quanto ao objeto de prevenção, concordantes com os diferentes conhecimentos apresentados por estas mulheres.

Porém, quando questionadas sobre a existência de possíveis dúvidas em relação ao exame de Papanicolau, 20 mulheres negaram, enquanto apenas a minoria (10 mulheres) reconheceu apresentá-las.

¹² ARILLO-SANTILLÁN, E. et al. El conocimiento de los profesionales de la salud sobre la prevención del cáncer cervical. *Salud Pública de México*, vol.42, n.º 1, enero-febrero de 2000.

¹³ BRENNAN, S. M. F.; HARDY, E.; ZEFFERINO, L. C. et al. Conhecimento, attitude e prática do exame de Papanicolau em mulheres com câncer de colo de útero. *Caderno de Saúde Pública*, jul/ago 2001, v.17, n.4, p. 909-914.

Essas contradições manifestas nos discursos das usuárias sobre o conhecimento acerca da finalidade do exame, justifica-se pelo fato de que as mesmas não são adequadamente informadas e orientadas conforme apontado por Greco¹⁴, e as orientações que casualmente ocorrem têm sido insuficientes frente às dúvidas das mulheres devido ao tempo reduzido da consulta e a falta de uma melhor estruturação para o atendimento.

Dessa forma, na busca de superar o medo gerado pelo desconhecido, as mulheres procuram informação sobre o exame com outras mais próximas — amigas, parentes, patroas, ou mesmo em um esforço autodidata, de modo que nem sempre são orientadas corretamente.

Ao perguntar diretamente quais dúvidas apresentavam sobre o Papanicolau, foram encontrados questionamentos sobre a real necessidade do exame e o procedimento técnico a que as mulheres são submetidas. Entretanto, a maioria das dúvidas concentraram-se sobre a finalidade do exame, mostrando novamente que a desinformação persiste.

Segundo as recomendações do Comitê de Ética do Colégio Americano de Obstetras e Ginecologistas, os(as) médicos(as) devem explicar de forma detalhada às pacientes os procedimentos que irão realizar durante o exame ginecológico. Faz-se necessário, inclusive, mostrar-lhes o espécúlo e demais materiais que serão utilizados¹⁵. No entanto, muitas vezes, a mulher desconhece os benefícios do Papanicolau e, não raramente, faz o exame sem prévia orientação, o que desrespeita sua individualidade e sua história de vida carregada de temores, medos e vergonhas, deixando de lado suas repercussões psicológicas. Muitos destes fatos podem ser marcantes na vida da mulher, chegando até à rejeição aos exames posteriores. Isto mostra a necessidade de esclarecimento sistemático sobre o exame, uma vez que o desconhecimento contribui para a não aderência ao mesmo.

¹⁴ GRECO, R. M. *Repensando a atenção à saúde da mulher na prevenção do câncer ginecológico: as perspectivas do serviço e das usuárias na unidade básica de saúde Jardim Suína do Município de Taboão de Serra*. São Paulo: EEUSP, 1993.

¹⁵ CAVALCANTE, L. G.; HAMANO, L.; MERIGHI, M. A. B. O exame preventivo do câncer cévico-uterino: conhecimento e significado para as funcionárias de uma escola de enfermagem de uma instituição pública. *Revista Escola Enfermagem USP*. 2002; 36(3), p. 289-99.

Sentimentos e percepções

Segundo Chauí¹⁶, percepção refere-se a aquisição de conhecimentos por meio dos sentidos. É uma relação do sujeito com o mundo exterior, fornecendo sentido ao percebido e ao percebedor concomitantemente, ao envolver personalidade, história pessoal, afetividade, desejos e paixões de cada um.

Os sentimentos e percepções descritas pelas participantes desse estudo foram agregadas em 7 grupos, como se segue abaixo:

1) Tranquilidade

Quatro mulheres descreveram que se sentiram tranquilas ao serem submetidas ao exame e/ou normal e 9 declararam não ter dificuldade na realização do exame, conforme demonstrado no seguinte relato: “(...) eu não sinto nada. Não sinto nada. É normal” (M3).

No estudo realizado por Busch¹⁷ as mulheres submetiam-se ao procedimento passivamente, sem questionar ou justificar a si mesmas que se trata de um procedimento comum a todas as mulheres, uma tarefa que faz parte/ inerente ao ser mulher.

2) Vergonha e constrangimento

Verificou-se neste estudo que muitas mulheres relataram constrangimento e/ou vergonha quando interrogadas sobre as dificuldades apresentadas durante o exame. Semelhantemente, Brenna¹⁸ e Cavalcante¹⁹ também observaram que a vergonha foi a justificativa mais citada por não fazer o exame, podendo em maior intensidade provocar uma atitude de esquiava em relação ao mesmo até em pacientes com diagnóstico de doença instalada.

É necessário ressaltar que a possível origem da vergonha de se mostrar o corpo encontra-se na repressão da sexualidade desde a infância que, segundo Chauí²⁰, resulta de um conjunto de normas estabelecidas histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade, sendo interiorizadas pela consciência individual através de inúmeros procedimentos sociais.

¹⁶ CHAUÍ, M.S. A percepção. In: *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1997.

¹⁷ BUSCH, J. “It’s just part of being a woman”: cervical screening, the body and femininity. *Social Science & Medicine* 50 (2000), p. 429-444.

¹⁸ BRENNAN, S. M. F.; HARDY, E.; ZEFFERINO, L. C. et. al. Conhecimento, attitude e prática do exame de Papanicolaou em mulheres com câncer de colo de útero. *Caderno Saúde Pública*, jul/ag. 2001, vol. 17, nº 4, p. 909-914.

¹⁹ CAVALCANTE, L. G.; HAMANO, L.; MEGRIHI, M. A. B. O exame preventivo do câncer cévico-uterino: conhecimento e significado para as funcionárias de uma escola de enfermagem de uma instituição pública. *Revista Escola Enfermagem USP* 2002; 36(3), p. 289-96.

²⁰ CHAUÍ, M. S. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Carvalho²¹ destaca que as proibições e inibições características das mulheres são denominadas “não nomear, não olhar, não tocar”, compondo um quadro de total anulação do genital feminino e, conseqüentemente, de sua sexualidade. Isto, então, levaria ao não esclarecimento das mulheres a respeito de sua genitália, gerando assim ansiedade, confusão e vergonha em relação à sexualidade, inibindo a responsividade sexual feminina e o orgulho pela feminilidade, como revelado a seguir: “eu não sei se é porque a gente não foi preparada, passa a infância, a adolescência e quando adulto, você tem mais problemas, e aí você preocupa mais e toda vez que você vem ao médico fica tensa” (T3).

Nesse sentido observa-se que toda paciente que se expõe ao médico apresenta certo desnudamento, seja de seus sentimentos ou de seu próprio corpo. No ginecologista, este sentimento é exacerbado, seja pela presença de sintomatologia incômoda relacionada à sexualidade ou pela própria anamnese e/ou exame físico que contemplam aspectos relacionados ao aparelho genital. Alvarez²² afirma que o exame ginecológico pélvico é mais que uma revisão clínica, pois implica na intromissão de um profissional nas partes íntimas do corpo feminino, e os genitais são partes privadas até mesmo em culturas que valorizam positivamente a sexualidade.

Uma paciente queixou-se ainda de ter dificuldade com a falta de privacidade no ato da realização do exame, pela entrada de algum indivíduo estranho no consultório durante a coleta do material para o exame de Papanicolaou, impedindo a tranquilidade do exame: “(...) às vezes quando você está fazendo, entra uma pessoa e você contrai e dói. É muito chato! Incomoda!” (M10)

No estudo realizado por Valenzuela²³ também foi apontada pelas mulheres a situação em que pessoas estranhas entravam no consultório durante a realização do exame. No caso do HC/UFU esse é um fato

²¹ CARVALHO, M. L. O.; FUREGATO, A. R. F. Exame ginecológico na perspectiva das usuárias de um serviço de saúde. *Revista Eletrônica de Enfermagem* (online), Goiânia, v. 3, n. 1, jan-jun.2001. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista>>.

²² ALVAREZ, S. L. Aspectos socio-culturales de la sexualidad como factores obstaculizantes de la prevención secundaria del cáncer cérvico uterino. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 14(Supl.1): 1998, p. 33-40.

²³ VALENZUELA, S.; TERESA, M.; MIRANDA, A. ¿Por qué no me hago el papanicolaou?: barreras psicológicas de mujeres de sectores populares de Santiago de Chile. *Revista Salud Pública*, 5(2/30) 2001, p. 75-80.

de difícil controle pela presença de um corredor atrás de todos os consultórios onde se movimentam os funcionários, os quais podem interromper a consulta ou a coleta de material para pedir alguns instrumentos ou informação ao médico a qualquer momento.

²⁴ BARRIENTOS, D.M.S. *Mulher e saúde*: buscando uma visão generalizada na percepção das usuárias acerca do exame ginecológico. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado). Escola de Enfermagem de São Paulo, Universidade de São Paulo.

Barrientos²⁴ ressalta ainda que a “vergonha” é uma emoção relativa à auto-estima, resultante da própria percepção em relação aos diversos padrões de comportamento e de conduta, tanto externos quanto internos. Assim, a vergonha é um sentimento que resulta também da própria percepção de que corpo se afasta do exigido pela imagem de idealizada. Nesse sentido, verificou-se um relato de uma paciente que conta que a sua vergonha se deve ao fato de ser gorda e negra: “(...)a gente fica com vergonha porque a gente é gorda, porque a gente é preto.” (M2)

²⁵ WEE, C.C; MCCARTHU, E. P.; DAVIS, R. B. E.; PHILLIPS, R. S. Screening for Cervical and Breast Cancer: Is Obesity an Unrecognized Barrier to Preventive Care? *Annals of Internal Medicine*. Vol.132. Number 132, 2000.

Wee²⁵ressaltou que mulheres obesas realizam com menor frequência o teste de Papanicolau e mamografia, o que possivelmente esteja relacionado com o maior desconforto sentido pelas mesmas e, também, a dificuldade técnica encontrada pelos médicos na realização do exame de Papanicolau em pacientes obesas.

²⁶ COOPER, L. A.; ROTER, D. L.; JOHNSON, R. L.; FORD, D. E.; STEINWACHS, D. M.; POWER, N. R. Patient-centered communication, ratings of care, and concordance of patient and physician race. *Ann Intern Med*. 2003; 139, p.907-915.

Cooper²⁶ ressalta que as pacientes apresentam uma relação mais afetiva com o profissional de saúde, quando em concordância racial. Entretanto, médicos negros constituem uma minoria, o que conseqüentemente também constituiria em uma barreira para os cuidados preventivos.

3) Tensão e medo

²⁷ PINHO, A. A.; FRANÇA JUNIOR, I. Prevenção do câncer de colo de útero: um modelo teórico para analisar o acesso e a utilização de teste de Papanicolaou. *Revista Brasileira Saúde Materno Infantil Recife*, 3 (1), jan.-mar., 2003, p. 95-112.

O medo, segundo Pinho,²⁷ constitui elemento propulsor à realização do teste de Papanicolau, devido à crença fatalística perante a doença e do risco inerente a não ação, induzindo, assim, um sentimento de culpa, de obrigação e de responsabilização exclusiva pela saúde e pela doença. O seguinte relato expressa tal sentimento: “a gente tem medo de doença, tem ficar sempre prevenindo. Divulga muito na televisão que tem que fazer diariamente. Eu estou sempre fazendo.” (M6)

Algumas mulheres alegaram estar nervosas, tensas ou preocupadas antes e durante a realização do exame de Papanicolau. O medo é em grande parte originário de experiências anteriores negativas como, por exemplo, a dor referida pelas próprias ou outras mulheres durante o exame pélvico²⁸. Tal sentimento negativo reforça a rejeição do teste porque são interpretados por muitas mulheres como uma invasão a sua privacidade e a integridade corporal, como nos seguintes relatos: “eu fiquei com medo, com trauma desse exame. Parece que quando faço ele agora eu estou com trauma.” (M2). “Desde o momento que saio da minha casa, você não tira outra coisa de sua cabeça, a gente fica muito ansiosa, preocupada...” (T3)

Também foi observado que o medo relatado por algumas pacientes refere-se ao receio dessas quanto ao resultado. Fernandes²⁹ ressaltou que isso pode refletir uma preocupação quanto a uma infecção sexualmente transmissível ou um resultado positivo para câncer de colo de útero. Segundo Chiattonne³⁰ e Vieira³¹, embora tenham crescido as possibilidades para a terapêutica do câncer, ainda é muito presente no imaginário social a idéia de que é algo destrutivo, sendo estigmatizado com a estruturação de preconceitos e esteriótipos estabelecidos sócio-culturalmente de modo a interferir na atitude das pessoas frente ao diagnóstico. Maluf³² acrescenta que tal fato pode ser claramente observado rotineiramente, quando algumas pessoas não mencionam a palavra câncer por acharem que podem atrair a doença para si ou a chamam de “aquela doença” ou de “aquilo”. Isto também pode ser observado nos seguintes relatos: “Medo de doença, tem que ficar sempre prevenindo” (M6). “(...) fica com medo porque a gente fica pensando se for alguma coisa...” (T4)

4) Dor /Incômodo

Hoyo³³ verificou em uma amostra de mulheres americanas de meia-idade que a dor e o desconforto podem constituir em uma importante barreira a não ade-

²⁸ PINHO, A. A. FRANÇA JUNIOR. I. *Op. Cit.*, p. 95-112.

²⁹ FERNANDES, A. F. C.; RODRIGUES, D. P.; SILVA, R. M. Percepção de algumas mulheres sobre o exame do Papanicolau. *Escola Anna Nery R. Enfermagem*, Rio de Janeiro, v.5, n.1, abr. 2001, p.113-118.

³⁰ CHIATONI, H. B. C. *Uma vida para o câncer*. Pioneira, 1992.

³¹ VIEIRA, R. J. S.; GOMES, R.; TRAJANO, A. J. B. Câncer de mama e gravidez subsequente. *Revista Brasileira de Cancerologia*, 2005, 101-110.

³² MALUF, M. F. M.; JO MORI, L.; BARROS, A. C. S. D. Impacto psicológico do câncer de mama. *Revista Brasileira de Cancerologia*, 2005, 149-154.

³³ HOYO, C.; YARNALL, K. S. H.; SKINNER, C. S.; MOORMAN, P. G.; SELLERS, D.; REID, L.; Pain predicts non-adherence to pap smear screening among middle-aged African American women. *Preventive Medicine* 41 (2005); 439-445.

rência ao Papanicolau. No presente estudo este fato também pôde ser verificado a partir do seguinte relato: “na hora que põe aquele aparelho (...) Eu não gosto daquilo! É porque incomoda, dói.” (M5). Segundo o autor acima citado, a dor pode ser desencadeada por diversos fatores, entre os quais podemos citar a falta de comunicação entre clínico e paciente, uma vez que a informatização durante o exame pode diminuir os níveis de desconforto e aumentar a tolerância à dor. Além disso, no período peri e pós-menopausal, a dor pode ser exacerbado pela atrofia e ressecamento da mucosa vaginal.

5) Sentimentos ambíguos

Verificou-se ainda que algumas mulheres, apesar de verbalizarem aspectos negativos em relação ao exame, não o evitam, por considerarem como necessário, revelando a ambigüidade de sentimentos manifestos: “é obrigatório, né? E é bom também para a gente, né? Evita muitas coisas. Se tiver algum problema, aí acode rápido. É ruim, ruim mesmo. Alias, é até bom, né?” (M5).

³⁴ BARRIENTOS, D. M. S. *Mulher e saúde: buscando uma visão generalizada na percepção das usuárias acerca do exame ginecológico*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado). Escola de Enfermagem de São Paulo, Universidade de São Paulo.

³⁵ CAVALCANTE, L. G.; HAMANO, L.; MEGRIHI, M. A.B. O exame preventivo do câncer cévico-uterino: conhecimento e significado para as funcionárias de uma escola de enfermagem de uma instituição pública. *Revista Escola Enfermagem USP*, 2002, p.96.

Barrientos³⁴ afirmou que existe uma ambigüidade em relação ao querer/fazer o exame ginecológico, introduzindo um componente subjetivo que poderia estar interferindo na resolução da opção e o “evitamento deste exame”. Segundo Cavalcante³⁵, isto comprova a relação entre o “necessitar” e o “não querer”, de modo que a responsabilidade pelo próprio corpo suplanta os sentimentos desfavoráveis.

6) Importante e necessário

Algumas mulheres descreveram o exame de Papanicolau de forma relevante:

“não acho constrangedor, porque é algo necessário e tenho que estar aberta a isto, é algo que eu preciso e é útil a minha vida, a gente tem que abrir mão desse constrangimento (...). Eu acho que fazer o exame é o meio mais correto a se fazer”(T3).

Nota-se que, neste relato, a concepção preventista

está presente, pois considera-se o exame importante e necessário para o diagnóstico e o tratamento oportuno. Lopes³⁶ afirma que “a prevenção envolve a compreensão daquilo que pode vir a surgir como problema ginecológico e não apenas com doença grave e fatal”. Desta forma, estas mulheres valorizam a realização do exame de Papanicolau de maneira consciente ou inconsciente para evitar futuros agravos.

7) Relação médico-paciente

O estudo sistemático da relação médico-paciente, mostra que a postura profissional e a atitude pessoal do médico exercem efeitos terapêuticos, dependendo do modo que o médico se apresenta, como profissional e como ser humano ao paciente. A prática da Ginecologia e Obstetrícia insere-se nesta, pois os especialistas tratam da sexualidade, da reprodução e da saúde da mulher, exigindo o reconhecimento da diversidade cultural da sociedade como um todo e da paciente em particular³⁷. Verifica-se, entretanto, que vivenciada ao longo de um processo cultural, difundiu-se a idéia de que o ser humano se reduz aos aspectos biofísico-químicos. Nesse sentido, alguns ginecologistas, aderentes deste pensamento, desumanizam a relação médico-paciente, originando terreno fértil para conflitos de relacionamento³⁸:

“às vezes eu fico constrangida, dependendo do médico que está me atendendo, porque com alguns médicos você fica à vontade, ele entende melhor, conversa, ele te coloca à vontade. E outros não” (M1).

“Eu não gosto não, eu fico muito mal. Uma vez eu fui fazer esse exame no (centro de saúde) Tocantins e fiquei 2 dias quase sem andar. Eu acho que a médica não devia ter feito isso comigo não. Eu estou tensa, nervosa, insegura, com medo, com trauma desse exame” (M2);

Segundo Barrientos Barrientos³⁹, “experiências desagradáveis como citadas nos relatos anteriores corroboram para que algumas mulheres optem por uma visão negativa da assistência à saúde, impossibilitando

³⁶ LOPES, R. L. M. *O avesso da prevenção do câncer cervico-uterino: o ex-sitir feminino sob a ótica da enfermagem*. Rio de Janeiro, 1996. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³⁷ CADERNOS CREMESP – Ética em ginecologia e obstetrícia / Cristiano Fernando Rosas (coord.). 3ª ed. São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, 2004.

³⁸ *Idem, Ibidem.*

³⁹ BARRIENTOS, D. M. S. *Mulher e saúde: buscando uma visão generalizada na percepção das usuárias acerca do exame ginecológico*. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado). Escola de Enfermagem de São Paulo, Universidade de São Paulo.

estabelecer vínculos com os profissionais da área, e conseqüentemente levando ao distanciamento do serviço e não adesão aos tratamentos posteriores.

⁴⁰ CHEIDA, M. L. C. *O exame ginecológico na perspectiva das usuárias de um serviço de saúde*. Ribeirão Preto, 1993. Dissertação (Mestrado) Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

Quanto à preferência do sexo do examinador, no estudo de Cheida⁴⁰ pode ser verificada a maior preferência pelo sexo feminino, justificado como a possível conotação de cumplicidade entre seres assemelhados, portadores de uma mesma anatomia e talvez com vivências semelhantes em relação ao corpo: “sei lá! É ruim! Por isso que eu prefiro geralmente fazer com médico mulher. Parece que a gente fica mais à vontade” (M6);

⁴¹ CADERNOS CREMESP – Ética em ginecologia e obstetrícia / Cristiano Fernando Rosas (coord.). 3ª ed. São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, 2004.

Foi relatado ainda, por um grupo de mulheres, a insegurança em relação aos estudantes do respectivo hospital de ensino. Isto, segundo os Cadernos Cremesp⁴¹ ocorre porque os alunos são geralmente mais jovens que as pacientes, inseguros e, freqüentemente, estão em grupos numerosos. Tal fato pode ser ilustrado, pelos seguintes relatos: “quando a pessoa que está fazendo e tem um pouco (nervosismo), não sei se é a primeira vez que faz ou alguma coisa assim, fica um pouco tenso e isso passa para gente” (M8).

“Tem hora que é constrangedor, porque você sabe que ali está o estudante e não o médico (...) Eu fico sem graça, porque você tem que tirar a roupa e tem aquele tanto de gente te olhando, mas você é obrigada a fazer, tem que fazer, e se os estudantes não olharem como eles vão aprender?” (T1);

Aspectos elementares da relação humana necessitam ser resgatados, o que certamente reduzirá as dificuldades inerentes ao relacionamento dos ginecologistas com as mulheres que procuram os serviços desse profissional de saúde.

Avaliação e sugestões

A avaliação e sugestões das pacientes quanto ao atendimento médico-hospitalar foram divididas nas seguintes categorias temáticas:

Sem queixas/ satisfeitas

Das 30 entrevistadas, 6 avaliaram positivamente o setor de ginecologia do HC-UFU, não apresentando queixa em relação aos profissionais que tiveram contato, nem sugestão para ter um atendimento e um exame mais agradáveis. Pelo contrário, afirmaram que são muito bem tratadas e que o serviço oferecido é de boa qualidade, o que pode ser observado no seguinte relato: “eu não tenho nenhuma reclamação. Todo mundo me atende muito bem. Eles dão toda assistência e atenção que eu preciso.” (D7)

A busca pela humanização da medicina foi inclusive constatado por uma paciente que não apontou críticas ao serviço, justificando que no passado era pior e ao longo do tempo a qualidade do serviço tem melhorado: “eu conheço aqui de vários anos e creio que tem melhorado muito... pessoas têm conscientizado que cada um é um ser humano que está na sua frente, as pessoas têm sido mais humanas, têm dado mais atenção...” (T3)

Críticas em relação à recepção

Porém, houve declarações de 10 mulheres que apontaram queixas sobre o atendimento das secretárias responsáveis pela recepção das pacientes e organização dos prontuários em ordem de chegada das pacientes, como demonstra a seguinte fala:

“a recepção maltrata a gente demais, não tem paciência, desagrada. Nós que viemos tratar somos muito carente e aí elas ficam com ignorância, falta de educação.” (M4)

Críticas em relação aos médicos

Uma paciente referiu-se negativamente a um médico pela sua atitude de não ser simpático, mas ela o justifica que era o seu jeito próprio de tratar as pessoas: “todos me tratam bem, só um (médico) que é meio seco, mas cada um é diferente, cada um tem sua maneira de ser, de agir, de falar. É o jeito dele e eu não

posso mudar, nem tenho o direito” (M7).

É importante salientar que a empatia é a chave para que seja estruturada uma boa relação médico-paciente, sendo que se isso for desestabilizado poderá tornar-se uma barreira à realização do exame de Papanicolau⁴². Portanto, é valioso que os médicos e outros profissionais de saúde estejam conscientes dessas preocupações e que devem estimular as mulheres a dar um “*feedback*” sobre alguma dificuldade durante e depois do exame.

Dificuldade para marcação de consulta

Nove pacientes mencionaram a dificuldade no agendamento das consultas como ponto negativo, que desestimula a adesão das mulheres a dar seguimento aos exames de rotina e acompanhamento médico⁴³.

Pinho⁴⁴ demonstra em seu estudo realizado no município de São Paulo que a dificuldade de marcar uma consulta ou “falta de vaga” não é um problema somente local já que está entre as reclamações mais declaradas. Esse longo período para conseguir uma consulta trata-se de uma barreira de caráter organizacional ou logístico para o acesso e a utilização do teste de Papanicolau.

Falta de acolhimento

Duas pacientes sugeriram que uma conversa prévia seria uma forma de driblar a vergonha que sente ao fazer o exame de Papanicolau: “...tinha que ter uma pessoa pra conscientizar mais as pessoas, pra elas não ficar com esse constrangimento, essa vergonha...” (D5)

De acordo com os depoimentos, faz-se necessário a realização uma preparação prévia para contornar a vergonha apresentada pela paciente. Uma melhor comunicação entre médico e paciente pode evitar que a mulher tenha sensação de dor ou desconforto⁴⁵.

Falta de comunicação

Três pacientes tiveram reclamações referentes à falta

⁴² LAZCANO-PONCE, E. C.; CASTRO, R.; ALLEN, B.; NAJERA, P.; ALONSO-DE-RUIZ, P. A. & HERNANDEZ-AVILA, M., 1999. Barrers to erally detection of cervical-utrine cancer in Mexico. *Journal of Womens's Health*, p. 399-408.

⁴³ BRENNA, S. M. F.; HARDY, E.; ZEFFERINO, L. C. et. Al. Conhecimento, attitude e prática do exame de Papanicolaou em mulheres com câncer de colo de útero. *Caderno Saúde Pública*, jul/ag. 2001, vol. 17, nº 4, p. 909-914.

⁴⁴ PINHO, A. A. *Fatores associados à realização do Teste de Papanicolaou entre mulheres em idade reprodutiva no município de São Paulo*. 2002. 225p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2002.

⁴⁵ HOYO, C.; YARNALL, K. S. H.; SKINNER, C. S.; MOORMAN, P. G.; SELLERS, D.; REID, L.; Pain predicts non-adherence to pap smear screening among middle-aged African American womem. *Preventive Medicine* 41 (2005); 439-445.

de comunicação, que resultou em uma ida em vão ao ambulatório, tempo prolongado de espera da discussão do caso com o *staff* e na realização do exame de Papanicolau sem conhecimento e preparação prévios pelo paciente.

Durante a consulta, médico e cliente têm, em relação um ao outro, expectativas, desejos, esperanças e exigências. Essa matriz de fenômenos é a base do vínculo que se estabelece entre os dois. É sobre este alicerce que se plantam as formas de comunicação, adequadamente construído, resulta em apoio terapêutico eficaz; mal construído, é fonte de dificuldades para o vínculo e para a cliente.⁴⁶

Sugestões

Quatro mulheres sugeriram que os médicos fossem mais atenciosos e que a duração da consulta médica fosse mais prolongada e assim explicar melhor ou sanar alguma dúvida que as pacientes possam ter: “às vezes, você nem tem a oportunidade nem de perguntar” (M10)

Um bom acolhimento ou uma boa qualidade de atenção à paciente é essencial para o elo entre o plano institucional e o plano individual cliente/paciente, proporcionando melhor adesão das mulheres ao serviço.

Além disso, houve 4 relatos referentes à sugestão de que os médicos fossem mais pontuais com o horário, pois desestimula as mulheres a comparecerem às consultas, uma vez que elas têm que deixar seus afazeres em troca da espera do atendimento médico: “se marcou às 7:00, que chegasse às 7:00! A gente mora longe e depois fica um tempão esperando.” (M8)

Uma paciente sugeriu ainda que tivesse uma outra maneira de colher o raspado do colo uterino para diminuir o nervosismo: “Se tivesse uma outra forma de colher. Você já vai no médico nervosa, aí fica pior ainda.” (D9).

⁴⁶ HABLE, H. W. *Tratado de ginecologia*. 3. ed. São Paulo: Roca, 2002.

Considerações finais

Através da análise dos relatos das mulheres, participantes desta pesquisa, verificou-se que a motivação em procurar o exame preventivo, está relacionada a preocupação com o próprio corpo, seja pela presença de sintomatologia incômoda e/ou pela busca da prevenção.

Porém, em relação ao conhecimento, muitas não estão bem esclarecidas em relação ao objetivo do exame e sobre o procedimento que é realizado. Isto ressalta a importância da implementação de programas educativos a nível populacional que privilegiem o conhecimento da utilidade deste procedimento.

O teste de Papanicolau ainda gera perturbações emocionais nas mulheres, tais como medo, vergonha, dor e insegurança, os quais podem ser reduzidos dependendo da relação médico-paciente.

Foram apontadas queixas em relação ao atendimento das funcionárias da recepção. Além disso, houve insatisfação com o atraso dos médicos e com a pouca abertura destes para o diálogo e orientações necessárias às pacientes. Desta forma, constata-se a necessidade mudanças tanto na área estrutural-organizacional quanto na formação continuada dos(das) funcionários(as) da instituição pesquisada, observando-se as necessidades apontadas pela clientela.

Assim, reafirma-se que o êxito do exame colpocitológico depende da reorganização da assistência clínica, levando em consideração a subjetividade das mulheres que procuram os serviços de saúde, da capacitação dos(das) profissionais de saúde e o estabelecimento de intervenções mais humanizadas.

Referências

ARILLO-SANTILLÁN, E. et al. El conocimiento de los profesionales de la salud sobre la prevención del cáncer cervical. *Salud Pública de México*, v. 42, n. 1, enero-febrero de 2000.

ALVAREZ, S. L. Aspectos socio-culturales de la sexualidad como factores obstaculizantes de la prevención secundaria del cáncer cérvico uterino. *Caderno Saúde Pública.*, Rio de Janeiro, 14(Supl. 1), 1998.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Trad. RETO, L.A.; PINHEIRO, A. Lisboa: Edições 70, 1988.

BARRIENTOS, D. M. S. *Mulher e saúde*: buscando uma visão generalizada na percepção das usuárias acerca do exame ginecológico. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado). Escola de Enfermagem de São Paulo, Universidade de São Paulo.

BRENNA, S. M. F.; HARDY, E.; ZEFERINO, L. C. et al. Conhecimento, atitude e prática do exame de Papanicolaou em mulheres com câncer de colo uterino. *Caderno Saúde Pública*, jul./ago. 2001, v.17, n.4.

BUSH, J. It's just part of being a woman: cervical screening, the body and femininity. *Social Science & Medicine*, 2000.

CADERNOS CREMESP — *Ética em ginecologia e obstetrícia* / Cristiano Fernando Rosas (Coord.). 3. ed. São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, 2004.

CARVALHO, M. L. O.; FUREGATO, A. R. F. Exame ginecológico na perspectiva das usuárias de um serviço de saúde. *Revista Eletrônica de Enfermagem* (online), Goiânia, v. 3, n. 1, jan-jun. 2001. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista>>.

CAVALCANTE, L.G.; HAMANO, L.; MERIGHI, M. A. B. O exame preventivo do câncer cérvico-uterino: conhecimento e significado para as funcionárias de um escola de enfermagem de uma instituição pública. *Revista Escola Enfermagem*. USP, 2002.

CHAUÍ, M. S. *Repressão sexual: essa nossa (des) conhecida*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHAUÍ, M. S. A percepção. In: *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1997.

CHEIDA, M. L. C. *O exame ginecológico na perspectiva das usuárias de um serviço de saúde*. Riberão Preto, 1993. Dissertação (Mestrado) Escola de Enfermagem de Riberão Preto, Universidade de São Paulo.

CHIATTONE, H. B. C. *Uma vida para o Câncer*. Pioneira, 1992.

COOPER, L. A.; ROTER, D. L.; JOHNSON, R. L.; FORD, D. E.; STEINWACHS, D. M.; POWE, N. R. Patient-centered communication, ratings of care, and concordance of patient and physician race. *Ann Intern Med*. 2003; 139.

FERNANDES, A. F. C.; RODRIGUES, D. P.; SILVA, R. M. Percepção de algumas mulheres sobre o exame Papanicolaou. *Revista Enfermagem*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 113-118.

GRECO, R. M. *Repensando a atenção à saúde da mulher na prevenção do câncer ginecológico: as perspectivas do serviço e das usuárias na unidade básica de saúde*. Jardim Suína do Município de Taboão de Serra. São Paulo, EEUSP, 1993.

HABLE, H. W. *Tratado de ginecologia*. 3. ed. São Paulo: Roca, 2002.

HOYO, C.; YARNALL, K. S. H.; SKINNER, C. S.; MOORMAN, P. G.; SELLERS, D.; REID, L. Pain predicts non-adherence to pap smear screening among middle-aged African American women. *Preventive Medicine* 41 (2005).

INCA (Instituto Nacional do Câncer). Estimativa da Incidência e Mortalidade por Câncer. *Normas e manuais técnicos*. Rio de Janeiro: INCA, 2005.

LAZCANO-PONCE, E. C.; CASTRO, R.; ALLEN, B.; NAJERA, P.; ALONSO-DE-RUIZ, P. A. & HERNANDEZA-VILA, M., 1999. Barriers to early detection of cervical-uterine cancer in Mexico. *Journal of Women's Health*, 8:399-408.

LOPES, R. L. M. *O avesso da prevenção do câncer cervico-uterino: o existir feminino sob a ótica da enfermagem*. Rio de Janeiro. Tese

(Doutorado) – Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

MALUF, M. F. M.; JO MORI, L.; BARROS, A. C. S. D. Impacto psicológico do câncer de mama. *Revista Brasileira de Cancerologia*, 2005.

MINAYO, M., *O desafio do conhecimento*. Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

PINHO, A. A. *Fatores associados à realização do Teste de Papanicolaou entre mulheres em idade reprodutiva no município de São Paulo*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PINHO, A. A.; FRANÇA-JUNIOR, I. Prevenção do câncer de colo do útero: um modelo teórico para analisar o acesso e a utilização do teste de Papanicolaou. *Revista brasileira de saúde materno infantil*, 3 (1): jan.- mar., 2003.

VALENZUELA, S.; TERESA, M.; MIRANDA, A. ¿Por qué no me hago el papanicolaou?: barreras psicológicas de mujeres de sectores populares de Santiago de Chile. *Revista chilena salud pública*, 5(2/30:75-80), 2001.

VIEIRA, R. J. S.; GOMES R.; TRAJANO A. J. B. Câncer de mama e gravidez subsequente. *Revista Brasileira de Cancerologia*, 51(2), 2005.

VIEIRA, E. M. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

WEBSTER, D. & LIPETZ, M. Changing definitions, changing times. *Nursing Clinics North America*, v.21, n.1, 1986.

WEE, C. C; MCCARTHU, E. P.; DAVIS, R. B. e PHILLIPS, R. S. Screening for cervical and breast cancer: is obesity an unrecognized barrier to preventive care? *Annals of Internal Medicine*. Volume 132. Number 92, 2000.

Das normas para apresentação de originais

O *Caderno Espaço Feminino* é uma revista **multidisciplinar** que mesmo possuindo seu Conselho Editorial, não se responsabiliza pelos conteúdos de cada texto publicado, à medida em que o objetivo é polemizar e nunca enquadrar os artigos dentro de uma única perspectiva teórico-metodológica.

Seguindo a premissa anterior da multidisciplinaridade, é necessário que cada colaborador(a) trabalhe conceituando em nota de rodapé, ou no próprio texto, esclarecendo o(a) leitor(a) o que necessariamente não pertence à área do(a) autor(a).

Ao aceitarmos artigos inéditos para a publicação, exigimos que os mesmos venham revisados quanto à ortografia e sintaxe.

O material para publicação deverá ser encaminhado para a Coordenação do Setor de Publicações do CDHIS em duas vias impressas em papel A4, digitadas em **espaço 1,5, fonte Times New Roman, tamanho 12** e obedecendo, para **margens**, as **medidas: direita e inferior: 2,5cm; superior: 3cm; esquerda: 4cm;** acompanhado de CD encaminhado para o e-mail: **cdhis@ufu.br** e/ou submetido na versão eletrônica da revista **www.seer.ufu.br/index.php/neguem**.

Os trabalhos digitados devem estar de acordo com aspectos formais segundo técnicas e procedimentos científicos, bem como padrões atualizados da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

As colaborações a serem publicadas na Revista *Caderno Espaço Feminino* poderão ter os seguintes formatos:

a) Artigos que apresentem contribuição inteiramente nova ao conhecimento e que estejam relacionados com trabalhos na área de gênero e afins. Incluem-se aqui os resumos de trabalhos com resultados parciais e/ou finais originados de projetos de pesquisa. Devem conter: Títulos, Referências Bibliográficas.

b) Os trabalhos devem conter resumo em português e inglês, com o máximo de 04 linhas; palavras-chave em português e inglês (mínimo de três e máximo de cinco); referências bibliográficas e notas no pé de página. Os trabalhos não devem exceder a vinte e cinco laudas, incluídos anexos.

c) Resenhas que devem conter um mínimo de 03 e um máximo de 05 páginas e respeitar as seguintes especificações técnicas: dados bibliográficos completos da publicação resenhada no início do texto, nome(s) do(s) autor(es) da resenha com informações, no pé da página, sobre a formação e a instituição a que esteja vinculado; referências bibliográficas e notas no pé de página.

d) Biografias.

e) Entrevistas.

Em folha à parte, em envelope lacrado, o(a/s) autor (es/as) deverá(ão) apresentar as seguintes informações:

a) título de trabalho;

b) nome completo do(a)s autor(a)(es/as);

c) titulação acadêmica máxima;

d) instituição onde trabalha(m) e a atividade exercida na mesma;

e) endereço completo para correspondência;

f) telefone para contato;

g) endereço eletrônico, se for o caso;

h) apontar(caso julgue necessário) a origem do trabalho, a vinculação a outros projetos, a obtenção de

auxílio para a realização do projeto e quaisquer outros dados relativos à produção do mesmo.

Ao enviar o material para publicação, o(a)(s) autor (a)(es) está(ão) automaticamente abrindo mão de seus direitos autorais, concordando com as diretrizes editoriais.

Todos os artigos serão apreciados pelo Conselho Editorial e/ou Consultivo. A simples remessa dos originais, implica em **autorização para a publicação** do mesmo.

Os originais submetidos à apreciação do Conselho Editorial e/ou Consultivo não serão devolvidos. A Revista *Caderno Espaço Feminino* compromete-se a informar os autores(as) sobre a publicação ou não de seus textos.

